

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS – LIPED**

MIRIAM MARIA BERNARDI MIGUEL

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEUS PERSONAGENS
INVISÍVEIS – PRÁTICAS SINDICAIS E POLÍTICAS DO SINDICATO DOS
FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO
PAULO – AFUSE (1978-1992).**

**São Paulo
2016**

MIRIAM MARIA BERNARDI MIGUEL

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEUS PERSONAGENS
INVISÍVEIS – PRÁTICAS SINDICAIS E POLÍTICAS DO SINDICATO DOS
FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO
PAULO – AFUSE (1978-1992).**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

**São Paulo
2016**

Bernardi Miguel, Miriam Maria.

História da educação brasileira e seus personagens invisíveis – práticas sindicais e políticas do sindicato dos funcionários e servidores da educação do estado de São Paulo – AFUSE (1978-1992)/ Miriam Maria Bernardi Miguel 2016.

458 f.

Tese (doutorado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2016.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

1. AFUSE. 2. Associativismo. 3. Sindicalismo. 4. História da educação.

I. Souza, Carlos Bauer de.

II. Título

CDU 37

MIRIAM MARIA BERNARDI MIGUEL

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEUS PERSONAGENS INVISÍVEIS – PRÁTICAS SINDICAIS E POLÍTICAS DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – AFUSE (1978-1992).

São Paulo, 1 de Abril de 2016

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Programa de Pós-Graduação strito sensu em Educação da Universidade Nove de julho (PPGE – UNINOVE), sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

Presidente: Professor Doutor Carlos Bauer de Souza – Universidade Nove de julho – UNINOVE/SP – Orientador.

Examinador: Professor Doutor Rubens Barbosa de Camargo – Universidade de São Paulo – USP – Titular.

Examinador: Professor Doutor Celso do Prado Ferraz de Carvalho – Universidade Nove de julho – UNINOVE/SP – Titular.

Examinadora: Professora Doutora Sofia Leche Vieira- Universidade Nove de julho – UNINOVE/SP – Titular.

Examinador: Professor Doutor Amarílio Ferreira Junior- Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Titular.

Examinadora: Professora Doutora Silvana Fernandes Lopes - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP – Suplente.

Examinadora: Professora Doutora Rosiley Aparecida Teixeira - Universidade Nove de Julho – UNINOVE/SP – Suplente.

Dedico este trabalho a minha prima Tereza Devecchi Torralbo, mulher guerreira, que passa seus dias nos pátios escolares, contribuindo com a melhoria das condições educacionais e da vida, dos filhos dos trabalhadores desse país!

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho deve-se a muitos fatores, e muitas pessoas que direta ou indiretamente estiveram presentes na minha caminhada até aqui, a todos os meus sinceros agradecimentos e de forma especial agradeço:

Aos meus filhos: Marcus, Renata, Daniela e Rodrigo, razões da minha vida, pelos quais busco e acredito que podemos ter um mundo melhor!

Aos meus familiares: Mãe, Pai “em memória”, Irmã, irmão, cunhada, cunhado, sobrinhas, sobrinho, genro e noras por estarem comigo na caminhada da vida.

Ao Centro Universitário Filadélfia – UNIFIL na pessoa do Dr. Eleazar Ferreira por acreditar em mim e permitir que eu pudesse realizar esse trabalho.

A professora Dra. Damares Tomasin Biazin pelo abraço amigo que muitas vezes me confortou e incentivou, nos diversos desafios que se fizeram presentes nesse percurso.

Ao professor Ms. Lupercio Fuganti Luppi pela compreensão e inestimável amizade.

Ao meu orientador professor Dr. Carlos Bauer de Souza pelos conhecimentos partilhados e pela paciência.

Aos entrevistados, colaboração preciosa e imprescindível, pois sem elas esse trabalho não seria realizado: Benedito Ramos Testa, Ana Lucia Marchiori, Gilberto Pereira de Souza, Casimiro Jorge Pereira, Edgar Fernandes.

A Universidade Nove de Julho - UNINOVE pela concessão da bolsa de estudo, assim como a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES pela oferta da bolsa do Programa de Suporte à Pós-graduação de instituições de ensino particulares - PROSUP.

“há um mundo melhor a construir, uma justiça mais ampla a realizar, um futuro a edificar que seja mais digno do homem e permita um mais efetivo reconhecimento do homem pelo homem, á superação da exploração do trabalho e a finalização da opressão que arruína irremediavelmente a condição humana”

Carlos Bauer

RESUMO

A tese aqui apresentada trata do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – AFUSE, com suas práticas sindicais e políticas. É nosso objetivo primordial tirar da invisibilidade a presença da AFUSE, localizando-a na história social da Educação Brasileira. Nesse percurso, recuperamos alguns aspectos, presentes na gênese e no desenvolvimento da sociedade capitalista, com suas contradições e antagonismos geradores de conflitos, trazem consigo a necessidade de organização política de resistência dos trabalhadores. Buscou-se projetar a perspectiva de que a formação humana significa um grande trabalho de educação política e cultural que também se produz e se desenvolve no cotidiano organizativo político sindical e associativista dos trabalhadores. A ênfase maior deste estudo está associada ao reconhecimento da presença da AFUSE neste conturbado cenário e ao seu papel na defesa de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos. Consigna que, em uma sociedade dividida em classes, traz consigo a defesa dos interesses da classe trabalhadora em busca de melhores condições de vida no interior do mundo do capital. Partimos do pressuposto de que a história dos trabalhadores em educação é parte indelével e constituinte da história da classe trabalhadora. Seus esforços organizativos, associativistas, políticos e sindicais estão inseridos na dinâmica de enfrentamento que se processa incessantemente no solo histórico das sociedades de classes. Procuramos conhecer a história do movimento sindical, suas práticas políticas, que permitem reflexões sobre a força da luta de classes, trazendo aspectos da história dos movimentos organizados de professores, advertindo que os funcionários e servidores da educação fazem parte da categoria de trabalhadores em educação e que, por conseguinte, fazem parte da classe trabalhadora. Nosso intuito foi contribuir para o conhecimento da história desses homens e mulheres que, ao seu modo, se inseriram na construção da história social da educação brasileira, partindo do pressuposto de que a historiografia não pode ser considerada apenas dentro dos limites da permanência da memória dos fatos na concretude social, mas também no movimento determinado pelo espaço e tempo histórico em que os seus sujeitos transitam. Logo, o sentido que procuramos dar à história é o que preconiza como aliada das mudanças sociais. Concluimos, ao nosso olhar, a

AFUSE merece sair da invisibilidade para ocupar espaço na história da educação brasileira pela importância da sua luta na busca de qualidade na educação e dignificação da vida social.

Palavras-chave: AFUSE. Associativismo. Sindicalismo. História da Educação Brasileira.

RESUMEN

La tesis aquí presentada trata del Sindicato de Funcionarios y Servidores de Educación del Estado de San Pablo – AFUSE, con sus prácticas políticas y sindicales. Es nuestro objetivo primordial la de marcar presencia y sacar de la invisibilidad a la AFUSE, situándola en la historia social de la Educación Brasileña. En este recorrido, recuperamos algunos aspectos que están presentes en la génesis y en el desenvolvimiento de la sociedad capitalista, que con sus contradicciones y antagonismos son generadores de conflictos, y traen consigo la necesidad de una organización política y resistencia de los trabajadores. Se buscó proyectar la perspectiva de que la formación humana significa un gran trabajo de educación política y cultural que también se produce y se desenvuelve en lo cotidiano de la organización política, sindical y asociativismo de los trabajadores. El mayor énfasis de ese estudio está asociado al reconocimiento de la presencia de la AFUSE en ese conturbado escenario y al papel en la defensa de una educación pública, gratuita, laica y de calidad para todos. Consigna que, en una sociedad dividida en clases, trae consigo la defensa de los intereses de la clase trabajadora en busca de mejores condiciones de vida en el interior del mundo capitalista. Partimos de la hipótesis que la historia de los trabajadores en educación parte indeleble y constituyente de la historia de la clase trabajadora. Sus esfuerzos organizativos, asociativismo, político y sindicales están inseridos en la dinámica de enfrentamiento que se procesan incesantemente en las bases históricas de las sociedades de clases. Procuramos conocer la historia del movimiento sindical, sus prácticas políticas, que permiten reflexiones sobre a fuerza en la lucha de clases, trayendo aspectos de la historia sobre los movimientos organizados por profesores, realzando que los funcionarios y servidores de la educación hacen parte de la categoría de trabajadores en educación y que, por consiguiente, hacen parte de la clase trabajadora. Nuestro propósito fue el de contribuir para el conocimiento de la historia de esos hombres y mujeres que, a su manera, se insirieron en la construcción de la historia social de la educación brasileña; partiendo de la suposición de que la historiografía no puede ser considerada sólo dentro de los límites de la permanencia de la memoria de los hechos sociales concretos, sino también, en el movimiento determinado por el espacio y tiempo histórico en que sus sujetos transitan. Consecuentemente, el

sentido que buscamos dar a la historia es lo que la preconiza como aliada de los cambios sociales. Concluimos que, desde nuestra óptica, la AFUSE merece tornarse visible y ocupar un espacio en la historia de la educación brasileña por la importancia de su lucha en busca de calidad en la educación y dignificación de la vida social.

Palabras-claves: AFUSE. Asociativismo. Sindicalismo. Historia de la Educación Brasileña.

Abstract

The present thesis is about Employees and Workers Union of Education in São Paulo State – AFUSE (Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo), with their politics and practices unions. Our objective is to take the invisibility of AFUSE in the social history of the Brazilian Education. Along this way we recovered some aspects presented in the genesis and the development of the capitalist society; their contradiction and antagonism are the cause of conflicts, bringing up the requirement of a politic organization of worker's resistance, seeking to project the human perspective that means a hard work in the political and cultural education that also produces and develops a worker politic union and associative organization. The emphasis of this study is associated to the recognition of the presence of AFUSE in a rough scenery and its role in defense to a secular and more quality public education. Consigns that in a society divided into classes brings the interests of the working class to seek better conditions of life in the capitalist society. Assuming that the history of education workers is indelible and make a constituent part of the history of this working class. Their organization, associative, politics and union efforts are in dynamics of confrontation that is constantly processing in the history of society classes. We searched to know the teacher's union movement history, their politic practices that allows some reflections about the struggle of these classes, bringing some aspects of the organization of teacher's movements, warning that some employees and education workers take part of this working class. We aim to cooperate to the knowledge of these men and women history that contributed to the construction of the Brazilian social education history, assuming that the historiography may not be considered in the permanence limits facts in their social concrete reality, but in the movement determined by the place and historical time. Therefore, the meaning we searched to give to history is what preconize as allied of social changes. We conclude that in our conception AFUSE must be visible and occupy a place in the Brazilian education history by its importance and its struggles for a dignity life and education quality.

Keywords: AFUSE. Associativism. Unionism. Brazilian Education History.

Lista das Ilustração

Figura 1 - Panfleto do Congresso Estadual de Sindicato da Educação, APEOESP e AFUSE de abril de 1991 no Anhembi, SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 2 – Cartaz da campanha salarial da AFUSE de 1994. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 3 – Recorte do jornal da AFUSE, edição especial com o título “O Estado da Educação” de novembro de 1991 (p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 4 - Quadro com o primeiro boletim sobre manifesto dos funcionários de 10/04/84. **Fonte:** Acervo da sede da AFUSE.

Figura 5 – Recorte do jornal da AFUSE, nº 01 de 1987. **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

Figura 6 – Mapa da distribuição das sub-sedes da AFUSE no Estado de São Paulo s/d. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 7 – Recorte de jornal Notícias da CNTE, ano VII, Nº 36, janeiro/fevereiro de 1995 de Brasília. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 8 – Panfleto da AFUSE e APEOESP aos pais, alunos e a população sobre a situação da escola pública de 1991. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 9 – Carta da AFUSE aos companheiros sobre baixos salários e péssimas condições de trabalho de junho de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 10 – Carta à população da AFUSE e APEOESP de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 11 – Panfleto chamando os funcionários de escolas para concentração geral do Funcionalismo em 30 de maio de 1984. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 12 – Panfleto da AFUSE convocatória de Assembléia para 23/08/1981. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 13 – Panfleto da AFUSE, mural do funcionário nº 2, março de 1992 (Frente). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer

Figura 14 – Boletim informativo da AFUSE de março de 1986. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 15 – Jornal Diário Popular de 23 de janeiro de 1986. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 16 – Boletim da AFUSE, ano I, nº 15 de novembro de 1991 (capa). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 17 – Boletim da AFUSE de 11 de janeiro de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 18 – Panfleto da AFUSE construindo o sindicato de 1988 (p.1). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 19 – Recorte de jornal da Apeoesp, período do governo Mario Covas, s/d. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 20 – Cartaz da campanha salarial da AFUSE de 17/03/1994. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 21 – Informativo nº 1 da AFUSE sobre assembléia dos trabalhadores em educação do período do governo Quéricia (p.1). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 22 – Informativo nº 2 da AFUSE sobre conjuntura da vida dos trabalhadores em educação do período do governo Quéricia (p.1). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 23 – Informativo da AFUSE sobre salários dos funcionários de escola de 09 de janeiro de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 24 – Manifesto da AFUSE contra Collor e Fleury com chamada para convenção Estadual dia 01/05/1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 25 – Manifesto da AFUSE contra Collor e Fleury de 1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 26 – Manifesto sobre o VII congresso Estadual da AFUSE de 11 a 13/03/1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 27 – Jornal Notícias da AFUSE de março de 1990 (capa). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 28 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 29 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.12). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 30 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (pp.6 e 7). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 31 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (p.8). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 32 – Panfleto com as teses do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 33 – Projeto de tese I, do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 34 – Projeto de tese II do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 35 – Projeto de tese III do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 36 - Cartaz do congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 37 - Boletim de orientação sobre o congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990 (capa). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 38 – Caderno de teses do congresso unitário dos trabalhadores em educação de 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 39 – Teses do congresso unitário dos trabalhadores em educação de 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 40 – Cartaz do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 41 – Regimento do I congresso do Sindicato da educação de 12 de junho de 1992 em Ribeirão Preto (Frente). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 42 – Regimento do I congresso do Sindicato da educação de 12 de junho de 1992 em Ribeirão Preto (Verso). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 43 - Boletim de orientação sobre o congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990 (p.1). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 44 - Cartaz do congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 45 – Panfleto da AFUSE sobre unificação, 1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 46 – Manifesto pela construção do Sindicato Único da APEOESP e AFUSE (p.1). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 47 – Manifesto pela construção do Sindicato Único da APEOESP e AFUSE (p.2). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 48 – Manifesto pela construção do Sindicato Único da APEOESP e AFUSE (p.3). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 49 – Cartaz do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 50 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (primeira parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 51 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (segunda parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 52 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (primeira parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 53 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (segunda parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 54 – Panfleto da organização Política, Educacional e sindical da CUT pela Base no movimento dos Trabalhadores em Educação de 08 de junho de 1991(p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 55 – Folder de divulgação da AFUSE. **FONTE:** www.afuse.br

Figura 56 – Jornal do Funcionalismo de fevereiro de 1980. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 57 – Jornal do Funcionalismo de fevereiro de 1980 (p.4). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 58 – Jornal da AFUSE, nº 01 de 1987. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 59 – Carta dos Funcionários públicos a população de outubro de 1985. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 60 – União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil pelo Direito de sindicalização aos Funcionários públicos de julho de 1981. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 61 – Panfleto sobre sindicalização do funcionalismo de 1985. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 62 - Jornal do IIIº Congresso Estadual dos Servidores Públicos de setembro de 1983. **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

Figura 63 - Jornal do IIIº Congresso Estadual dos Servidores Públicos de setembro de 1983 (p.2). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 64 - Jornal do IIIº Congresso Estadual dos Servidores Públicos de setembro de 1983 (p.3). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 65 - Jornal do IIIº Congresso Estadual dos Servidores Públicos de setembro de 1983 (p.4). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 66 – Revista Veja de 29 de abril de 1987. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 67 – Panfleto do Conselho de Entidades de Servidores Públicos Estaduais de 22/05/1991. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 68 – Manifesto pela construção do Sindicato Único da APEOESP e AFUSE (p.4). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 69 – Boletim especial da AFUSE e APEOESP sobre deliberações na assembléia de 3 de maio de 1991. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 70 – Carta da AFUSE, APASE, APEOESP, CPP e UDEMO a população (período Mario Covas). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 71 – Boletim Unitário da AFUSE, APASE, APEOESP, CPP de 10 de maio de 1995. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 72 – Revista sobre campanha salarial unificada da AFUSE, APEOESP, APASE, CPP e UDEMO de 2000. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 73 – Revista sobre campanha salarial unificada da AFUSE, APEOESP, APASE, CPP e UDEMO de 2000 (p.2). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 74 – Revista sobre campanha salarial unificada da AFUSE, APEOESP, APASE, CPP e UDEMO de 2000 (p.3). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 75 – Revista sobre campanha salarial unificada da AFUSE, APEOESP, APASE, CPP e UDEMO de 2000 (p.4). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 76 – Jornal Folha de São Paulo de 26 de março de 1982. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 77 - Panfleto com memorial entregue ao governador pela Coordenação Geral Permanente dos Servidores públicos em 16 de março de 1979. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 78 – Jornal Folha de São paulo de 6 de março de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 79 – Jornal Folha de São Paulo de 15 de abril de 1981. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 80 – Jornal Folha de São Paulo de 3 de maio de 1979. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 81 – Jornal Estado de São Paulo de 8 de maio de 1979. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 82 – Jornal Folha de São Paulo de 23 de setembro de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 83 – Jornal Gazeta Mercantil de 19 de fevereiro de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 84 – Jornal O Estado de São Paulo de 22 de abril de 1987. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 85 – Jornal Noticias Populares de 27 de abril de 1987. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 86 – Jornal da Tarde de 29 de abril de 1987. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 87 – Jornal notícias Populares de 19 de fevereiro de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 88 – Carta dos Funcionário públicos à população, outubro de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 89 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (capa). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 90 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (p.2). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 91 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (p.3). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 92 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (pp. 4 e 5). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 93 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (p. 6). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 94 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (p.7). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 95 – Boletim da AFUSE sobre decisão da assembléa de que terminou a greve em 2 de maio de 1995. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 96 – Boletim da AFUSE sobre desconto errado em 7 de Julho de 1995. **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

Figura 97 – Panfleto da AFUSE construindo o sindicato de 1988 (pp.2 e 3). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 98 – Panfleto da AFUSE construindo o sindicato de 1988 (p. 4). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 99 – Boletim da AFUSE, APASE, UDEMO, APEOESP, de março de 1991 (frente). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 100 – Boletim da AFUSE, APASE, UDEMO, APEOESP, de março de 1991 (verso). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 101 – Boletim Unificado da AFUSE, APASE, APEOESP, nº 3 março/abril - 1991 (frente). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 102 – Boletim Unificado da AFUSE, APASE, APEOESP, nº 3 março/abril - 1991 (verso). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 103 – Panfleto da AFUSE, APASE, APEOESP, CPP, UDEMO por uma escola pública melhor e para todos de 1991. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Figura 104 - Boletim de orientação sobre o congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990 (p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 105 - Boletim de orientação sobre o congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990 (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 106 – Panfleto da organização Política, Educacional e sindical da CUT pela Base no movimento dos Trabalhadores em Educação de 08 de junho de 1991. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 107 – Panfleto da organização Política, Educacional e sindical da CUT pela Base no movimento dos Trabalhadores em Educação de 08 de junho de 1991(p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 108 - Carta da AFUSE e APEOESP, aos companheiros convidando para participarem da criação do Fórum Regional em Defesa da Escola Pública a realizar – se em 18/04/1991 na Lapa – SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 109 – Panfleto do Sindicato dos Trabalhadores em Educação AFUSE/APEOESP Chamando para ocupar a secretaria de educação para negociar, de setembro de 1991. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 110 – Boletim da AFUSE, ano I, nº 15 de novembro de 1991 (verso). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 111 – Jornal da AFUSE, edição especial com o título “O Estado da Educação” de novembro de 1991. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 112 – Jornal da AFUSE, edição especial com o título “O Estado da Educação” de novembro de 1991 (p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 113 – Jornal da AFUSE, edição especial com o título “O Estado da Educação” de novembro de 1991 (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 114 – Programação do Congresso Estadual de Educação no Anhembi/SP em 1991(p.1). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 115 – Programação do Congresso Estadual de Educação no Anhembi/SP em 1991(p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 116 – Programação do Congresso Estadual de Educação no Anhembi/SP em 1991(p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 117 – Panfleto da CUT sobre a jornada de Abril, em defesa da escola pública, s/d. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 118 – Boletim da AFUSE e da APEOESP com calendario das atividades de fevereiro e março de 1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 119 – Panfleto da AFUSE, mural do funcionário nº 2, março de 1992 (Verso). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 120 – Assinantes do Manifesto da AFUSE contra Collor e Fleury com chamada para convenção Estadual dia 01/05/1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 121 – Assinantes do Manifesto da AFUSE contra Collor e Fleury de 1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 122 – Panfleto da AFUSE, APASE, APEOESP, CPP, UDEMO por uma escola pública melhor e para todos (Período 91-95 Governo Fleury). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 123 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 124 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 125 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p. 3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 126 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.5). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 127 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.8). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 128 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.9). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 129 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.10). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 130 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.11). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 131 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 132 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994 (p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 133 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994 (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 134 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994 (pp.4 e 5). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 135 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994 (p.6). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 136 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994 (p.7). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 137 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994 (contra capa). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 138 – Panfleto de convocatória geral da AFUSE para 10 de fevereiro de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 139 – Informativo da AFUSE sobre salários dos funcionários de escola de 02 de janeiro de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer (verso).

Figura 140 – Panfleto da AFUSE com mensagem aos delegados da APEOESP ao XXV congresso da CNTE de 24/01/1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 141 – Cartaz da AFUSE sobre o piso salarial de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 142 – Verso do cartaz da AFUSE sobre o piso salarial de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 143 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 144 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 145 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 146 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 147 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (p.5).
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 148 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (p.6). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 149 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (p.7). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 150 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (Contra capa). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 151 – Cartaz da AFUSE/APEOESP para o dia dos professores de 1995.
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 152 – Boletim da chapa 1 nas eleições da AFUSE do período do governo Fleury, com denúncias sobre fraude nas eleições. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 153 – Verso do boletim da chapa 1 nas eleições da AFUSE do período do governo Fleury, com denúncias sobre fraude nas eleições. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 154 – Manual de direitos dos associados da AFUSE, 1997 (capa e contra capa). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 155 – Informativo nº 1 da AFUSE sobre assembleia dos trabalhadores em educação do período do governo Quércia (p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 156 – Informativo nº 1 da AFUSE sobre assembleia dos trabalhadores em educação do período do governo Quércia (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 157 – Informativo nº 1 da AFUSE sobre assembleia dos trabalhadores em educação do período do governo Quércia (p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 158 – Informativo nº 2 da AFUSE sobre conjuntura da vida dos trabalhadores em educação do período do governo Quércia (p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 159 – Informativo nº 2 da AFUSE sobre conjuntura da vida dos trabalhadores em educação do período do governo Quércia (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 160 – Panfleto da AFUSE e da APEOESP sobre o 1º Seminário sobre a questão da mulher, s/d. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 161 – Programação do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 162 – Programação das mesas do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto - SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 163 – Jornal da AFUSE, ano IV, nº 8, junho 1989. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 164 – Jornal Notícias da AFUSE de março de 1990 (p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 165 – Jornal Notícias da AFUSE de março de 1990 (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 166 – Jornal Notícias da AFUSE de março de 1990 (p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 167 – Encarte dos Jornais “APEOESP em Notícias” e “Jornal da AFUSE”, nº 01 de outubro/novembro de 1990, sobre Congresso Unitário de Piracicaba em 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Figura 168 – Jornal Folha de São Paulo de 9 de junho de 1979. **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

Figura 169 – Jornal da AFUSE de agosto de 1996. **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

Figura 170 – Jornal da AFUSE de agosto de 1996. **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

Figura 171 – Recorte do jornal da AFUSE de agosto de 1996. **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

Figura 172 – Recorte do jornal da AFUSE de agosto de 1996. **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

Figura 173 – Panfleto da AFUSE sobre sua participação no 4º CONED – congresso Nacional de Educação em São Paulo, publicado em 2 de março de 2002 (p. 1). **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

Figura 174 – Panfleto da AFUSE sobre sua participação no 4º CONED – congresso Nacional de Educação em São Paulo, publicado em 2 de março de 2002 (p. 2). **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

Figura 175 – Panfleto da AFUSE sobre sua participação no 4º CONED – congresso Nacional de Educação em São Paulo, publicado em 2 de março de 2002 (p.3). **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

Figura 176 – Panfleto da AFUSE sobre sua participação no 4º CONED – congresso Nacional de Educação em São Paulo, publicado em 2 de março de 2002 (p. 4). **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

Figura 177 – Panfleto da campanha eleitoral do Benê. **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

Figura 178 - Revista da Articulação Sindical de 1993. **Fonte:** Benedito Ramos Testa.

SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

ABCD - cidades de Santo Andre, São Bernardo, São Caetano e Diadema.

AFSQSESP - Associação dos Funcionários e Servidores do Quadro da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

AFUSE - Associação dos Trabalhadores e Servidores da Educação do Estado de São Paulo

AI - Ato Institucional

AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores

ANL - Aliança Nacional Libertadora

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APEEM - Associação dos Professores do Ensino Especialista Municipal

APEOESP - Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BOC - Bloco Operário e Camponês

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CGTB - Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

CGT - Confederação Geral do Trabalho

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COB - Confederação Operária Brasileira

CODI - Centro de Operações de Defesa Interna

CONAFEP - Coordenação Nacional dos Funcionários

CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CPPB - Confederação dos Professores Primários do Brasil

CPP - Centro do Professorado Paulista

CPB - Confederação dos Professores do Brasil

CPV - Centro de Pesquisa Vergueiro

CS - Convergência Socialista

CSC - Corrente Sindical Classista

CSU - Confederação Sindical Unitária

CTB - Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DEFE - Departamento dos Funcionários da Educação do Brasil

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DOI - Destacamento de Operações e Informações

DRTs - Delegacias Regionais do Trabalho

ENCLAT - Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras

ENTONES - Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FSM - Federação Sindical Mundial

GRUPHIS - grupo de História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social

HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil

IAPM - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos e dos Bancários

JUC - Juventude Universitária Católica

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LSN - Lei de Segurança Nacional

MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MIA - Movimento Sindical Anti-Arrocho

MOAP - Movimento de Oposição Aberto de Professores

MUP - Movimento pela União de Professores

MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PCB - até 1960 - Partido Comunista no Brasil e após 1960 - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PDS - Partido Democrático Social (antiga ARENA)

PIS - Pactos Intersindicais

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (antigo MDB)

PPS - Partido Popular Socialista

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PSD - Partido Social Democrático

PT - Partido dos Trabalhadores

PP - Partido Popular

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUA - Pacto de Unidade e Ação

QAE - Quadro de Apoio Escolar

REDE ASTE - Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação

SBHE - Sociedade Brasileira de História da Educação

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SNI - Serviço Nacional de Informação

SINDAFUSE - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo.

UDN - União Democrática Nacionalista

ULTAB - União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNICAMP - Universidade de Campinas

UNINOVE - Universidade Nove de Julho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____	30
Capítulo 1 – Intenção, realidade, possibilidades na história social da educação brasileira _____	35
1.1 – Bases empíricas e conceituais do presente estudo _____	35
1.2 – Da história social da educação brasileira _____	39
1.3 – Dos historiadores sociais e suas obras _____	41
1.4 – Educação, cultura política e a construção da contra-hegemonia _____	48
Capítulo 2 – Avanços e percalços na luta histórica dos trabalhadores _____	55
2.1 – Movimentos de resistência a opressão e exploração do capitalismo _____	55
2.2 – Expressões do Capitalismo no Brasil _____	68
2.3 – As lutas das classes subalternas e a sua resistência ao domínio capitalista brasileiro _____	78
Capítulo 3 - História da AFUSE – Associação dos Funcionários Servidores da Educação do Estado de São Paulo _____	121
3.1 – A AFUSE e as marcas do seu tempo _____	125
3.2 – Das práticas políticas, associativistas e sindicais dos personagens invisíveis _____	142
3.3 - Da unidade de propósito a cisão realizada _____	188
CONCLUSÃO _____	211
REFERÊNCIAS _____	217
ANEXO A _____	I
ANEXO B _____	LVII

INTRODUÇÃO

A tese aqui apresentada sobre alguns personagens invisíveis e temáticas pouco usuais na história social da educação brasileira discorre sobre as práticas sindicais e políticas do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo, AFUSE (1978-1992), procurando traduzir, criticamente, alguns aspectos cruciais da natureza desse *ocultamento*.

O objetivo central dessa investigação foi tirar tais práticas da invisibilidade. Por isso, apresentamos as referências como respaldos teóricos e metodológicos e as informações relativas às fontes primárias e secundárias utilizadas em sua construção. Ao mesmo tempo, julgamos ser oportuno recuperar alguns aspectos presentes na gênese e no desenvolvimento da sociedade capitalista. São algumas dessas contradições e antagonismos os geradores dos chamados conflitos de classes, trazendo consigo a necessidade da organização política e a resistência dos trabalhadores, com destaque especial às associações e aos sindicatos, que desempenham papel relevante na luta por transformações sociais. Desses os que se constituíram no universo educacional não podem ser desconsiderados.

A ênfase maior deste estudo está associada ao reconhecimento da presença da AFUSE nesse conturbado cenário e ao seu papel na defesa de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos. Consigna que uma sociedade dividida em classes traz consigo a defesa dos interesses da classe trabalhadora e prioriza as lutas e as formas organizativas dos que buscam melhores condições de vida no interior da sociedade capitalista.

Também é importante observar que existem poucos estudos sobre a temática do associativismo e do sindicalismo dos funcionários na área da educação. Consultas aos portais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, da Sociedade Brasileira de História da Educação - SBHE e de inúmeros programas de pós-graduação, localizados em diferentes regiões do país, assim o demonstram. Mesmo no âmbito da Rede de Pesquisadores Sobre Associativismo e Sindicalismo dos

Trabalhadores em Educação – REDE ASTE, essa temática tem sido pouco abordada nas suas pesquisas.

A Rede ASTE foi criada em 2009, com o objetivo de contribuir com a qualificação da pesquisa no campo das ciências humanas e sociais; os estudos centrados na presença dos funcionários são praticamente inexistentes. Os seus seminários, sistematicamente, vêm reunindo especialistas de diferentes países, constituindo um fórum privilegiado de discussão acadêmica sobre a atividade associativa e sindical dos trabalhadores em educação, com amplo destaque para o papel desempenhado pelos professores e seu movimento sindical.

Encontramos, assim, inúmeras lacunas nas pesquisas acadêmicas que se preocupam com a presença dos funcionários, suas atuações nas políticas sindicais e na história social da educação brasileira. Essa invisibilidade precisa ser questionada, examinada criticamente e posta na esteira das reflexões político-acadêmicas, tarefa que buscamos executar dentro dos limites e possibilidades vigentes, levando-se em conta a escassez de pesquisas e estudos pertinentes ao tema.

Na pena do professor Sadi Dal Rosso (2011, p. 27), encontra-se importante estímulo para a consecução dessa empreitada:

[...] é necessário estimular a realização de estudos empíricos rigorosos que possibilitem o acúmulo de conhecimentos a respeito das realidades concretas da organização sindical, seu papel de transformação da sociedade, a relação de autonomia do sindicato perante o Estado e outras instituições sociais, além de inúmeras outras questões que infervizam as mentes dos pesquisadores e de atores sociais. É gritante a ausência de pesquisas empíricas sobre sindicalismo em geral e sobre sindicalismo no setor da educação, orientadas por hipóteses solidamente fundamentadas em pressupostos teóricos.

Reconhecidos esses aspectos e a singularidade do nosso objeto de pesquisa, levantamos o questionamento de o resgate histórico e crítico da trajetória associativista e sindical dos funcionários e servidores da educação pública do Estado de São Paulo contribuir com a localização e o dimensionamento da importância que esses personagens invisíveis têm

desempenhado na história social da educação brasileira. Também partimos do pressuposto de que a história dos trabalhadores em educação é parte inapagável e constituinte da história da classe trabalhadora. Seus esforços organizativos, associativistas, políticos e sindicais estão inseridos na dinâmica de enfrentamento que se processa incessantemente no solo histórico das sociedades de classes. Por isso, o nosso esforço em procurar na história da classe trabalhadora e dos movimentos de resistência à opressão e à exploração, próprios do mundo burguês, os elementos peculiares como forma de demonstrar essa sua vinculação com o mundo do trabalho.

Com o intuito de contribuir com a elucidação dessa problemática realizamos pesquisas bibliográficas, consultas de teses, dissertações, artigos acadêmicos e levantamento de fontes documentais primárias, constituídas de jornais, panfletos, cartazes, boletins sindicais, além de coleta de depoimentos com os protagonistas e pessoas envolvidas nesse processo. Foi a organização, a sistematização e a análise dessa massa documental que nos permitiu compilar os seus resultados.

O objetivo primordial dessa tese é tirar da invisibilidade a presença da AFUSE, localizando-a na história social da Educação Brasileira.

No primeiro capítulo, “Intenção, realidade, possibilidades na história social da educação brasileira”, alicerçado em historiadores sociais, apresentamos a metodologia utilizada, ou seja, fontes orais obtidas por meio de coleta de depoimentos ou relatos de memória e por pesquisa em publicações dos movimentos sociais para o resgate dos fatos, com o intuito de tirá-los do anonimato. Também registramos a produção sistemática sobre esse tema ser muito recente; o que se produziu até o presente momento não foi suficiente para o preenchimento das inúmeras lacunas que estão postas no processo da sua construção. Procuramos inspiração teórica e metodológica nos autores que estudaram os movimentos sociais, políticos e populares, objetivando encontrar as raízes históricas dos movimentos reivindicativos, o ideário de mobilizações e de lutas dos trabalhadores e buscamos projetar a perspectiva de que a formação humana significa grande trabalho de educação política e cultural, podendo também se produzir e se desenvolver no cotidiano organizativo político sindical e associativista dos trabalhadores. Isso aponta para um projeto

de longo prazo de construção de uma hegemonia popular que possa se constituir como parte indispensável da sociedade, compromisso ético para a superação da exploração do homem pelo homem.

No segundo capítulo, “Avanços e percalços na luta histórica dos trabalhadores”, apresentamos a organização dos trabalhadores em associações, partidos e sindicatos frente às condições impostas e os embates provocados pelo desenvolvimento industrial na sociedade capitalista com a educação como mola propulsora do desenvolvimento das forças produtivas. Procuramos demonstrar as transformações no Brasil em sua estrutura econômica a partir do final do séc. XIX, possibilitando o fortalecimento industrial pela via da exploração e opressão dos trabalhadores, extirpados de seus direitos sociais, inclusive os educacionais, impelindo-os a organizar-se em instituições de resistência. Também trazemos à tona alguns aspectos presentes na história social brasileira permitindo-nos refletir sobre o significado das organizações dos trabalhadores, ao conhecer sua história e práticas políticas, associativistas e sindicais. São elas que nos possibilitam tecer reflexões sobre a luta de classes, trazendo aspectos da história dos movimentos organizativos, advertindo que os funcionários e servidores da educação fazem parte do universo dos trabalhadores em educação e integram o conjunto da classe trabalhadora no Brasil.

No terceiro capítulo, “História da Associação dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – AFUSE”, o nosso intuito foi contribuir para o conhecimento da história desses homens e mulheres que contribuíram com a construção da história social da educação brasileira. A historiografia não pode ser considerada apenas dentro dos limites da permanência dos fatos que encontram ressonância na concretude social, mas também é necessário reconhecê-la no movimento das classes sociais e nas formas em que se organizam e agem pelo espaço e tempo histórico em que transitam e manifestam coletivamente os seus interesses. Logo, o sentido que procuramos dar à história é o preconizado como aliada das mudanças sociais. Buscamos recompor a trajetória do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – AFUSE. A história da sua criação nos remeteu aos fins da década de 1970 ou, mais especificamente, a 1978, ano de

sua idealização por alguns poucos militantes até a sua consolidação em 1985. Esse período foi profundamente marcado pelo questionamento cada vez mais intenso da vigência do regime ditatorial civil-militar. Nesse tempo, tivemos muitos embates na sociedade brasileira, nomeadamente as questões vinculadas ao contexto educacional e atreladas às práticas sindicais dos trabalhadores em educação do país. Trouxemos parte das práticas executadas pela AFUSE, com a apreciação dos materiais impressos da época, demonstrando ser ela instituição combativa, democrática, que trouxe contribuições para a defesa da educação pública, marca da sua presença na história social da educação, culminando com a apresentação dos aspectos da conjuntura social que levaram a não consolidação da proposta de construção do sindicato único para docentes e funcionários no estado de São Paulo. Parte dessa importante história foi resgatada pelos depoimentos de alguns personagens militantes nos quadros da AFUSE e da APEOESP e também por documentos impressos produzidos pelos próprios protagonistas do período.

Na conclusão, está expresso nosso posicionamento sobre os resultados obtidos pelos estudos, pesquisas, relatos de memória colhidos para a finalização da presente tese, ou seja, os funcionários fizeram história e merecem sair da invisibilidade, ocupando o seu lugar na história da educação pública paulista pela importância de sua presença na luta em defesa desse direito fundamental na construção da cidadania brasileira.

No anexo A, temos os depoimentos colhidos com o objetivo de realizar a pesquisa, considerados parte imprescindível do presente estudo.

No anexo B, encontram-se todos os documentos coletados, possibilitando a nossa pesquisa. Vale ressaltar que nossa análise não esgotou todos eles, mas estão aqui à disposição de outros pesquisadores para se debruçar sobre eles, apresentando outros aspectos dessa história.

No cômputo geral desta tese, documentamos e sustentamos que os funcionários da escola pública paulista com as suas ações e formas de organização e práticas políticas, associativistas e sindicais merecem presença na história social da educação brasileira.

Que essa proposição possa contribuir com a superação dessa invisibilidade!

CAPÍTULO 1 – INTENÇÃO, REALIDADE E POSSIBILIDADES NA HISTÓRIA SOCIAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

1.1 - Bases empíricas e conceituais do presente estudo.

Valer-se das fontes orais para resgatar fatos históricos passa pela afirmação de Paul Thompson (1992), para quem a história oral, pela convocação de testemunhas, torna possível maior imparcialidade que a tradicional, tal procedimento proporciona reconstrução mais realista e imparcial do passado, contestando as produções históricas com status de “verdade absoluta”. Assim, a história oral estabelece, como compromisso primeiro de seu estatuto, a transmissão, na sua amplitude, dos fatos sociais da história.

Segundo Paul Thompson (1992), em Heródoto no século V a.C., já encontrávamos a busca de testemunhas oculares para seus escritos, com o intuito de obter depoimentos orais de forma fidedigna. Tal forma encontra-se também nas obras de Marx e Engels, como relata Paul Thompson:

Marx e Engels, em seus textos mais diretamente políticos, em geral recorreram consideravelmente tanto a sua própria experiência direta, quanto a relatórios, escritos e orais, provindos de seus inúmeros correspondentes e visitantes. Do mesmo modo, a *Condição da classe operária na Inglaterra em 1944*, de Engels, associa material extraído de jornais, *Blue Books*, e outros comentários contemporâneos, a seus próprios relatos como testemunha ocular da vida da classe operária. Engels chegara a Manchester em 1842 para trabalhar na filial inglesa da firma de seu pai e, nas horas vagas no cotonifício, teve a possibilidade de estudar as condições industriais da cidade e de encontrar-se, com a ajuda de uma jovem operária, Mary Burns, com alguns líderes cartistas. Contudo, para sua análise teórica mais elevada, Marx apoiou-se em fontes publicadas. *O Capital* é solidamente documentado mediante bibliografia e notas de rodapé. Exceto citações casuais de literatura clássica. Marx menciona dois tipos de fonte: teoria e comentários políticos e econômicos da época; e descrições da época, entre as quais, muitas vezes, relatos pitorescos, extraídos de jornais e dos *Blue Books* do Parlamento. Não há dúvida de que essa decisão de Marx de utilizar apenas material oral já publicado, em vez de levar a cabo qualquer novo trabalho de campo, deveu-se em parte ao gosto pessoal e em parte a que isso lhe permitia reforçar seus argumentos com autoridades inatacáveis. Dada, porém, a influência que *O capital* iria ter no futuro da história social, ele estabeleceu um precedente fundamental [...] (THOMPSON, 1992, p. 64-65).

Acreditamos que as fontes orais apresentam pistas e esclarecimentos da construção do sindicato e de suas ações, com o reconhecimento de suas práticas políticas, além do resgate de sua historicidade mais profunda. Assim os depoimentos permitiram compreender e melhor contextualizar o percurso histórico da AFUSE, seu papel frente às ações governamentais, sua presença nos debates políticos educacionais, sua relação com o movimento sindical, seu significado histórico e político etc.

Em parte, a decisão por tal história deve-se à falta de material teórico, conforme apresenta o professor Sadi Dal Rosso (2011, p.II) “não se dispõe ainda de um mínimo de pesquisas empíricas que permitam interpretar o ocorrido durante o surgimento das organizações sindicais nos diversos estados do Brasil”.

Para essa construção, sob o olhar metodológico, utilizamos histórias orais, concedidas por entrevistas ou relatos de memória, com alguns personagens que militaram nos quadros da AFUSE e da APEOESP.

Esse é o caso da entrevista realizada com o ex-presidente e membro fundador da AFUSE, Benedito Ramos Testa (Benê), que nos relatou pormenores sobre as origens dessa associação: “então eu fiz um cartaz e distribui, eu sabia que muitos funcionários viajavam para São Paulo junto com os professores e fizemos uma faixa, *‘quem for funcionário vem pra cá’*, e fizemos uma reunião, uma comissão aberta, ali, ali surgiu a AFUSE” (Benedito, p. XXVII, linha 816-817).

Além das fontes orais, foram utilizados jornais da época, publicações dos movimentos sociais, que, desde o final do século XIX e início do século XX, apresentam-se como fonte digna de confiabilidade, conforme caracteriza Maria Auxiliadora Guzzo Decca:

A imprensa operária coloca-se, como fonte, como uma das opções possíveis para se captar a resistência do operariado no final dos anos 20 e início dos anos 30 na cidade de São Paulo, onde o poder passa a aliar a um controle diretamente repressivo, empenhos mais persuasivos em relação à população operária e pobre da capital [...] (DECCA, 1987, p. 97).



Figura 1 - Panfleto do Congresso Estadual de Sindicato da Educação, APEOESP e AFUSE de abril de 1991 no Anhembi, SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

O propósito dessa narrativa é o relato e compreensão das trajetórias de formação da AFUSE, as construções de sua identidade, percebendo a conjuntura envolvida no processo de composição. Esse processo é constituído de determinantes políticos, culturais, econômicos, entre outros. Frente a esses desafios, Giovanni Alves apresenta:

[...] o mundo e o Brasil atravessam profundas mutações, de natureza objetiva e subjetiva, que colocam novos desafios para o movimento sindical, ao mesmo tempo em que desnudam as fragilidades e as potencialidades desta forma específica de organização dos trabalhadores [...] (ALVES, 2003, p.7).

Para descortinar as práticas sindicais da AFUSE, que compõem a história social da educação brasileira, esquecida ou não considerada, foram realizadas análises dos relatos de memória, contrapostas com os materiais impressos, fontes documentais existentes nos arquivos da AFUSE e do Centro de Pesquisa Vergueiro – CPV, tais como jornais, revistas e panfletos, assim como nos arquivos do professor Carlos Bauer, além de outros acervos, embasados em estudos bibliográficos, relacionados com a história do Brasil e do sindicalismo brasileiro.

Nossos esforços visam contribuir com estudos sobre o papel dos sindicatos dos funcionários da educação, nos moldes propostos pelo professor Sadi Dal Rosso (2011, p.26):

O estudo da questão sindical precisa urgentemente revisar seus conceitos de divisão do trabalho docente para incluir os demais trabalhadores que participam do processo pedagógico e do processo educativo pelo qual a sociedade qualifica seus cidadãos [...]

A história social da educação brasileira, no âmbito da sua organização política, associativista e do seu sindicalismo, necessita do resgate dos processos e experiências coletivas, imersos na estrutura social capitalista. Tirá-los do anonimato depende de métodos diversificados: histórias orais, depoimentos, fontes históricas previamente existentes, executadas por diferentes historiadores sociais, ou mesmo levantamentos de materiais impressos por setores da sociedade civil organizada. Importa considerar que a validação desta pesquisa pauta-se na busca de quem luta por melhorias na educação pública, em prol da transformação no sistema social vigente no Brasil.

1.2 - Da história social da educação brasileira.

A escolha do referencial teórico é o elemento crucial na disposição assumida pelos historiadores para conhecer e compreender, em tempos idos, os movimentos produzidos no interior da sociedade. Por sua vez, esses conhecimentos, muitas vezes, explicam a cotidianidade turbulenta da qual os próprios historiadores fazem parte. Isso propicia, mesmo não sendo desejável, a emissão de juízos de valor do historiador sobre as temáticas estudadas, afastando-o, portanto, das orientações de que o seu trabalho deveria se eximir das teias e dos emaranhados ideológicos perceptíveis nas narrativas, assumindo, como quis o ideário positivista, como porta-voz da neutralidade e da imparcialidade do rigor científico.

Os que apregoam essa opinião desconhecem ou não querem reconhecer a efetiva interferência da ideologia na produção e disseminação do conhecimento, sendo identificada no momento em que o historiador estabelece a periodização, seleciona e julga os acontecimentos, escolhe e analisa seus protagonistas, critérios legitimados pelas relações culturais, políticas e sociais nas quais está inserido.

Evidentemente não é colocada essa quimérica busca da neutralidade como o principal empecilho à construção da história como ciência. Muito mais grave é a disposição de certos historiadores no papel de juízes, furtando-se das suas mais rudimentares obrigações com a explicação fundamentada das realidades que os homens viveram e produziram na materialidade de sua existência.

Por sua vez, a produção sistemática da história social da educação no Brasil é muito recente, salvo raras e honrosas exceções. Entretanto, vem registrando crescente, ininterrupta, promissora e diversificada cultura historiográfica.

Pode-se facilmente verificar, por meio da consulta aos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho de História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, às páginas da Revista da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE, ou ainda ao portal do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e

Educação no Brasil” – HISTEDBR, da Faculdade de Educação, da Universidade de Campinas – UNICAMP, que, no seu bojo, interage todo tipo de referências teóricas, abordagens metodológicas, temporalidades e temáticas de pesquisas (BAUER, 2007).

Com isso, esses últimos anos também presenciaram o inequívoco processo de legitimação acadêmica da História da Educação que, paulatinamente, foi se desenvolvendo tanto como objeto das pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação em Educação e História, quanto nos cursos de licenciatura, mormente, de Pedagogia, além de trazer subsídios às discussões e polêmicas teóricas, conceituais e metodológicas presentes em inúmeras áreas das ciências humanas e sociais.

No entanto, o muito produzido até o presente momento não foi suficiente no preenchimento dos vazios mostrados como cruciais na interminável construção da história da educação brasileira, pois a superação dessas lacunas exige de todos os interessados a necessidade de examinar profunda e criticamente o crônico descaso das elites com educação em todas as suas esferas, além dos fundamentos políticos e teóricos das abordagens que transformaram as autoridades, os educadores eméritos, suas realizações, as instituições exemplares e certos intelectuais em personagens irrefutáveis do universo histórico educacional.

De nossa parte, julgamos importante que se possam desenvolver estudos preocupados com a formação histórica dos professores, funcionários e outros artífices do universo laboral educacional, como categoria profissional e parte da classe trabalhadora, sua organização e inserção política e sindical, presença nos movimentos sociais tradicionalmente conflituosos, no caso das manifestações, passeatas, greves e ocupações dos espaços públicos. Também procuramos reconhecer que essa valorização das práticas políticas, educacionais e experiências sociais, coletivamente desenvolvidas pelos trabalhadores da educação, permite seja lançada luz sobre personagens invisíveis, esquecidos ou mesmo sobre aqueles, cuja presença foi subtraída do espaço social.

Com esse tipo de postura investigativa, pautada na valorização histórica das práticas laborais, políticas e sociais, presentes na cotidianidade, tivemos a

intenção de trazer o questionamento da pouca presença ou mesmo do *ocultamento* e, por conseguinte, da invisibilidade do papel dos personagens contra-hegemônicos na história da educação brasileira.

Por conta disso, a tentativa de se compreender os funcionários como parte da classe trabalhadora precisa ser configurada, tendo a perspectiva da história social e alguns dos seus autores como aliados. Parece-nos importante valorizar e impulsionar teoricamente os estudos sobre eles, procurando entendê-los em sua organização política e sindical, reconhecendo o chão da escola como inseparável dessas perspectivas de aglutinação social, assim, melhor dimensionando o papel da cultura que se mostrou presente no percurso histórico.

Isso foi importante e ajudou-nos a superar a visão hegemônica da história da educação presa em demasia aos desígnios do Estado e suas instituições. Também favoreceu o entendimento e a apreensão de como se dá a assimilação, a resistência e a emancipação das concepções de mundo próprias do capitalismo.

Nessa dinâmica de estudos, há a preocupação de se analisar os conflitos que permitiram aos interessados balizar a história social da educação brasileira nos marcos do marxismo.

1.3 - Dos historiadores sociais e suas obras.

As interpretações históricas das práticas políticas, associativistas e sindicais dos trabalhadores da educação possibilitam situar algumas particularidades das ações organizadas e conscientes desses personagens coletivos, sejam em relação ao Estado, no estabelecimento de suas reivindicações econômicas, postulados educacionais, horizontes políticos e sociais.

Essa postura investigativa e interpretativa muito se beneficiou buscando inspiração teórica e metodológica nos autores estudiosos dos movimentos sociais, políticos e populares que eclodiram em alguns países europeus, a partir do século XVIII, trazendo – como caracterizou George Rude (1991) – a irrefutável presença da *multidão na história*.

Historiadores como Eric Hobsbawm (2004), Eduard Thompson (1981; 1984; 1987) e Michele Perrot (1988) trouxeram-nos, no calor da hora da produção historiográfica, inquietantes e pertinentes reflexões sobre os sujeitos sociais, as fontes documentais, as categorias e as formas de periodização que poderiam ser utilizadas em nossas pesquisas. A partir delas, o processo de formação e as práticas dos trabalhadores não poderiam mais ser caracterizados como manifestações inconsequentes, revoltas desesperadas contra o advento da mecanização das relações de trabalho no espaço consagrado à produção.

Esses historiadores sociais trouxeram interpretações a contrapelo, pelas quais os trabalhadores passaram a ser interrogados em sua disposição de resistir à perda de sua autonomia e à política da divisão do trabalho, acarretadas pela maquinaria nos processos de acumulação e reprodução do capital.

Diante disso, podemos pensá-los, com o auxílio de Stephen Marglin (1980), não como quimérica ou desesperada reação de trabalhadores ignorantes e truculentos contra a inexorável presença das máquinas no reino da produção, mas como movimentos dotados de significado político e de sentido na história.

Eduard Thompson (1981; 1984; 1987) com muita sagacidade, nos diz, em seus escritos, que as classes sociais precisam ser compreendidas como categorias históricas, não podendo ser apartadas da categoria luta de classe, daí o seu caráter universal. Isso porque na percepção desse autor,

[...] las gentes se encuentran em uma sociedad estructurada em modos determinados (crucialmente, pero no exclusivamente) em relaciones de producción, experimentam la explotación (o la necesidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interes antagônicos, comiezan a luchar por estas cuestiones y en el proceso de lucha se descubren como clase, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de classe. La clase y la conciencia de clase, son siempre las últimas, non las primeras, fases del proceso real histórico (THOMPSON, 1984, p. 37).

Ao procurar compreender a problemática da gênese e o desenvolvimento das classes associados à própria luta, E. Thompson rompe com a ideia de classe enquanto categoria congelada na história, ou mero subproduto das relações de produção, e com a luta de classe como consequência mecânica da industrialização e dos percalços que essa engendrou no mundo do trabalho, buscando respaldo na obra histórica de Karl Marx.

Nos estudos realizados por E. Thompson são ressaltados os aspectos culturais da formação da classe e identificado que os indivíduos passam por experimentação de elementos próprios e peculiares das suas trajetórias ou agrupamentos sociais. Isso levou ao questionamento dos modelos, ou padrões interpretativos do que deveria ser esse processo. Dessa sorte, ao estabelecer, afirmativamente, que

las clases acaecem al vivir los hombres y las mujeres sus relaciones de producción y al experimentar sus situaciones determinantes, dentro del conjunto de relaciones sociales, con una cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiencias en formas culturales” (THOMPSON, 1984, p. 38).

Nosso autor sinaliza o seu afastamento das tentativas de engessamento do que sejam as classes em modelos a-históricos ou pré-determinados, passando a valorizar as questões pertinentes ao desvelamento da ideologia e à cultura no processo de sua formação.

Assim, o que temos nos seus escritos históricos é a presença de dois conceitos imprescindíveis e inseparáveis: experiência e hegemonia. Ao contribuir – como Gramsci (1968a; 1968b; 1976) já o fizera – com a construção teórica da concepção de hegemonia, E. Thompson proporciona inestimável colaboração ao desenvolvimento da história social, oferecendo elementos teóricos consistentes aos que estão preocupados em questionar a ideia de que o poder da classe dominante é pleno sobre a sociedade, portanto inibindo a possibilidade da vigência histórica da contra-hegemonia.

Esse procedimento – de análise dos componentes próprios da subjetividade e da cultura das classes subalternas – ao trazer para o centro do debate teórico algumas categorias como hegemonia e experiência, possibilitou-nos lançar novos olhares sobre o movimento dos trabalhadores na história e as formas de sua inserção na luta de classes.

A experiência se produz no corpo a corpo do tumulto e da materialidade da vida, estrutura-se e desenvolve-se no âmbito das ações de classe, pois é o ser social que se torna determinante na consciência e não o individual. Nesse aspecto, a compreensão da categoria contradição também será ampliada, remetendo-a tanto para o âmbito do conflito de interesse, quanto no conflito de valor, à luta de classes.

Evidentemente, E. Thompson não é o pioneiro nessas formulações sobre a formação das classes sociais, no entanto pareceu-nos relevante situar nos seus estudos a importância dada à problemática da formação da consciência, localizada, então, no processo dinâmico de enfrentamento entre as classes. Logo, os aspectos culturais não são apenas meros e passivos reflexos das condições materiais, antes disso, são projetados como espaços sociais em permanente movimento, nos quais a consciência é gestada e torna-se visível nas ações dos homens.

Nos escritos desse autor, os valores e as ideias são produções materiais, além disso qualquer ideário ou valor não são simplesmente produzidos e impostos mecanicamente pelo Estado enquanto ideologias, mas produzidos na cotidianidade social enquanto cultura; dessa sorte, fica evidenciada a intenção de imposição de valores. Ocorre que essa tentativa não é, por si só, sinônima de êxito, na medida em que ela deverá ocorrer no terreno da contradição social, no qual se digladiam diferentes valores e concepções de mundo, formadores do cenário social marcado pelas pressões, conflitos e antagonismos de classe. Não é de outra forma que a cultura é tempo histórico materializado no presente, portanto, em nossa opinião, não pode ser desconsiderada na percepção de que os homens têm do seu próprio tempo social.

Para Eduard Thompson, as classes dominantes, não sem a resistência dos subalternos, permanentemente, procuram impor os seus desígnios e concepções de mundo sobre o conjunto social; isso explica por que a

[...] consciência afetiva e moral se desvela a si mesma na história e nas lutas de classes, por vezes como uma inércia mal-articulada (costumes, superstição), por vezes como um conflito articulado entre sistemas de valores de classe alternativos (a 'economia moral' da multidão, a confrontação em torno das Leis dos Pobres de 1834), por vezes ainda como um embate deslocado, confuso, mas ainda assim 'real' e apaixonado, no âmbito das formas religiosas (metodismo, milenarismo), por vezes como a imposição brutal de um 'moralismo' pela Igreja ou pelo Estado (a queima santificada de hereges, os 'julgamentos' santificados do Estado stalinista), e por vezes como uma das mais rigorosas e complexas disciplinas conhecidas da cultura intelectual – o pleno descobrimento dos valores, e a discussão racional entre valores, exemplificada na literatura e em certo tipo de crítica moral disciplinada (THOMPSON, 1981, p. 195).

O que se verificou é o caráter associativo e inseparável entre experiência e consciência desdobrando-se no processo de se autofazer da classe trabalhadora como sujeito histórico, com seus personagens, sindicatos e organizações políticas, sinalizando o significado e o sentido de suas práticas de classe.

Nesse percurso, ao identificar suas formas de organização e ideologias, E. Thompson nos possibilitou compreender as práticas dos trabalhadores povoadas de significados políticos, assim reconhecendo a resistência aos determinismos econômicos e à história como possibilidades da sua autonomia como classe.

Ainda mais, se analisamos, como o fez Eric J. Hobsbawm, que os problemas de reprodução da sociedade burguesa se avolumaram sobremaneira, bem como as possibilidades e as necessidades de sua superação colocadas na ordem do dia, pois

[...] sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela

economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de serem destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar (HOBBSAWM, 2004, p. 562).

Segundo Eduard Thompson (1987, p. 7), quando buscamos explicar o sentido do *fazer-se*, por exemplo, da classe operária inglesa, estamos preocupados em compreendê-la como processo ativo, que se deve tanto à ação humana, como também aos seus condicionantes. Para ele, “a classe operária não surgiu tal como um sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”.

Para examinar e aprofundar o papel dos sujeitos sociais, como escreve Vendramini, o conceito de classe social formulado por Eduard Thompson é central, considerando a classe como um “fenômeno histórico”, como “algo que ocorre efetivamente nas relações humanas”. Todavia, não de forma determinada, mas como capacidade de percepção e articulação de interesses de alguns indivíduos contra outros, cujos interesses diferem dos seus. Para ela,

Thompson compreende que a classe e a consciência de classe vão formando-se juntas na experiência: é uma formação imanente. Como exemplo, descreve o período entre 1790 e 1830, quando se forma a ‘classe operária inglesa’. O fato é revelado, em primeiro lugar, pelo crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial (VENDRAMINI, 2000, p. 32).

Nas palavras do próprio Eduard Thompson (1988, Vol. II, p.17), “o fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica”. Compartilhamos da leitura que Vendramini nos apresenta. Ao retratar as mudanças de vida dos trabalhadores rurais, dos artesãos e tecelões, também

[...] pode parecer um registro de frustrações e fracassos, mas a experiência apresenta muitas tradições que se originam desse período. Dos primeiros estágios da auto-educação política de uma classe, que diz respeito aos efeitos morais da sociedade, acompanhamos com o autor o despertar de uma autoconsciência coletiva, associada a teorias, instituições, normas disciplinares e valores comunitários correspondentes que distinguem a classe operária do século XIX da plebe do século XVIII. Da revolta dos trabalhadores na destruição de máquinas, mas contra as relações exploradoras e opressivas intrínsecas ao capitalismo industrial (VENDRAMINI, 2000, p. 32).

Sem nenhuma sombra de dúvida, para Eduard Thompson foi a partir de suas próprias experiências que se produziu a expressão cultural e política da classe operária. Sua análise considera, entre outras coisas, o modo de vida característico dos trabalhadores, associado com um determinado modo de produção, e os valores partilhados pelos que viveram durante aquele período histórico denominado convencionalmente de Revolução Industrial. Em linhas gerais, sua magistral obra *A formação da classe operária inglesa* preocupa-se em estudar as experiências cotidianas, as condições de vida, os desejos e a racionalização impostos aos trabalhadores.

Se detivermos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição (THOMPSON, 1987, pp. 11-12).

A compreensão de que Eduard Thompson tem do processo de formação da classe operária inglesa nos remete à ideia de ser a classe, antes de qualquer coisa, uma formação tanto cultural como econômica e política, que se produz e se manifesta historicamente nas relações humanas e sociais, como um dos resultados de experiências comuns, determinadas, sobretudo, pelas relações de produção. Não é de outra forma que a chamada consciência de classe para esse autor

[...] é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes [...] (THOMPSON, 1987, p. 10, grifos nossos).

Pautando a questão da autonomia dos protagonistas das lutas sociais, seus sujeitos, suas organizações frente ao Estado e outras instituições comprometidas com a manutenção do poder, ao buscarmos as raízes históricas dos movimentos reivindicativos e o ideário mobilizador dos trabalhadores em educação, toda essa reflexão teórica se torna muito importante. Ainda mais quando há a preocupação de compreender os percalços enfrentados por aqueles que estão dispostos a contribuir com a construção de uma contra-hegemonia cultural, especialmente porque, respeitando-se raras e honrosas exceções, a esquerda institucionalizada e os políticos populistas se limitam a produzir política cultural tradicional e ação educacional meramente corporativa, alienante e assistencialista. Portanto, desprovida de sentido histórico capaz de transcender aos desígnios do capital.

1.4 - Educação, cultura política e a construção da contra-hegemonia.

A luta para alcançar a hegemonia cultural e educacional implica a politização do cotidiano, como pressuposto fundamental para a possibilidade da vigência histórica de nova dinâmica societária. Seus objetivos são a busca de transformações radicais, podendo expressá-la com as palavras claras e sensíveis de um marxista como Mário Pedrosa:

A crise atual é literalmente mundial. Para compreendê-la é preciso, primeiramente, que cada um se erga a uma consciência de mundo. A obra do mundo sobre o planeta está em pane. Consertá-la, salvá-la, só será possível desta vez pelos grandes meios: uma revolução de ordem total, global, universal e radical. Radical porque descerá às raízes das coisas; universal, porque não poupará nenhum canto

da terra; global porque não será somente política ou social, mas científica, ecológica, ética. Ela deveria ser a última, porque, se não ocorrer, significará a abertura da crise em toda a sua potencialidade destrutora, cujas transformações sociais, políticas, físicas, ecológicas em seu seio terminarão por levar a humanidade ao fundo do abismo. A revolução política está a caminho; a revolução social se vai processando de qualquer modo. Nada poderá detê-la. Mas a revolução da sensibilidade, a revolução que irá alcançar o âmago do indivíduo, sua alma, não virá senão quando os homens tiverem novos olhos para olhar o mundo, novos sentidos para compreender suas tremendas transformações e intuição para superá-las. Esta será a grande revolução, a mais profunda e permanente (PEDROSA, 1975, p. 15).

Essa revolução integral implica novo olhar e nova sensibilidade para a questão da educação e da cultura, as quais nascem da necessidade dos riscos do cotidiano, nutrem-se da história, do tempo presente, não podendo ser criadas burocraticamente por decretos estatais e instituições descompromissadas com as transformações sociais radicais. Em uma palavra, exigem ousadia!

Sustentamos que a educação e a cultura política são necessidade vital da mente e dos sentidos produtos da capacidade humana e de sua práxis. São constitutivas da cultura, da história e da própria condição de o homem de viver em sociedade.

As circunstâncias que tornam possível a capacidade do homem ousar não podem ser paralisadas pela vigência da democracia liberal – sagaz limitadora das transformações sociais – pois ele é incapaz de questionar as formas de dominação e coerção perpetradas pelo Estado capitalista. Além disso, dos que produzem compreensão burocrática e laudatória da história e da cultura não podemos esperar mais do que a efetivação dos mecanismos necessários ao processo de expropriação e acumulação do capital.

É preciso buscar alternativas, outras formas de compreender o sentido histórico da existência humana, no qual o desenvolvimento humano está relacionado à democracia radical, socialista e à liberdade do indivíduo em sua busca por nova experiência societária, liberta da dominação dos ditames do capital. Isso pressupõe recolocar não apenas a questão socioeconômica, mas também a educacional. Ou seja, o ato de educar-se precisa continuar, ininterruptamente, interferindo na vida dos indivíduos, nas suas práticas e

teorias, contribuindo com o exercício de todas as dimensões do ser humano. Concretamente, presume vinculação íntima entre a possibilidade de desenvolvimento integral do ser humano e a educação.

Ao valorizarmos uma práxis revolucionária, essas preocupações ganham relevância. De acordo com Antonio Tavares de Jesus, inspirando-se na obra de Gramsci, somente o indivíduo educado por essa nova forma de pensar e agir chegará à plenitude de sua liberdade, entendida como superação dialética da necessidade, ou “consciência da necessidade”. O envolvimento com a política não poderá jamais subtrair a sua liberdade, o que pressupõe um inalienável compromisso com os interesses sociais. De fato, para ele

Chegar à liberdade é o mesmo que chegar à hegemonia isto é, agir, em nível de massa, de modo consciente, em busca de um fim determinado. Esta noção de liberdade é um forte motivo para Gramsci rejeitar o espontaneísmo como método pedagógico. Não existe conexão entre espontaneísmo e liberdade porque o valor das espontaneidades está em sua disciplina, além de que o espontâneo, sem ‘disciplina-liberdade’, torna-se um estorvo à sociedade. Ilustrando estas afirmações, Lombardi afirma que os idiotas são originais e espontâneos, as prisões e hospitais psiquiátricos estão cheios de homens originais e espontâneos, mas nenhum deles tem condições de exercer a menor parcela de sua liberdade. O conceito de liberdade em Gramsci exige sempre o de responsabilidade e de disciplina, criando a necessidade de um objetivo em nível de massa. Somente será verdadeira a liberdade que se afirma como ação coletiva e não individual, mas sem anular a personalidade de cada indivíduo (JESUS, 1989, p. 46).

Na busca de consecução do seu projeto histórico, quaisquer ações políticas para o socialismo, implementadas pelos trabalhadores da cidade e do campo, deverão passar, necessariamente, pela questão cultural e, simultaneamente, pela educacional. Seus organismos terão que se preparar para a disputa pela hegemonia nessas importantes e nevrálgicas esferas da vida social.

Por sua vez, ao nos debruçarmos sobre a história social da educação brasileira, comprometidos com o ideário das transformações sociais, temos a percepção de que o processo de hegemonização da cultura e da sociedade envolve, como quer Raymond Williams, a permeação dinâmica de toda experiência de indivíduos e grupos, de seu senso comum, de seu modo

consciente de entender o mundo. Logo, na leitura deste autor, o conceito gramsciano de hegemonia assim se expressa:

Hegemonia então não é apenas o nível articulado mais elevado da ideologia (...). Trata-se de todo um conjunto de práticas e de expectativas, sobre toda nossa vida; nossos sentidos, a consignação de nossas energias, nossas percepções formadoras de nós mesmos e de nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores (WILLIAMS, 1979, p. 76).

Parece-nos interessante notar a teoria da cultura de Williams nos provendo de instrumental perspicaz para pensar essa mutação da vida social nos países capitalistas periféricos. Sua obra buscou promover verdadeiro desmanche do mapeamento da vida mental, o qual colocava a cultura em esfera autônoma, desvincilhada de ligações materiais e imunes ao jogo de interesses que rege uma sociedade de classes e produz seus conflitos. Interesses e conflitos não produzidos isoladamente e expressos no cotidiano social das mais variadas localidades e, com muito destaque e aguda interferência, nos países periféricos do capitalismo. Bem mais do que mero modelo, em uma obra como *Marxismo e literatura*, Raymond Williams elabora construção estratégica da teoria marxista de cultura – por ele denominada de materialismo cultural – para dar conta das transformações operadas no capitalismo contemporâneo. Segundo esse autor,

[...] as pessoas mudam, é certo, através da luta e da ação. Só se muda algo tão arraigado quanto uma estrutura de sentimentos através de uma nova experiência (...). Por isso, a tarefa em um movimento bem sucedido terá que ser tarefa de sentimento e da imaginação tanto quanto dos fatos e da organização (WILLIAMS, 1979, p.12).

Quanto a isso, é importante perceber que para Gramsci a formação de hegemonia é processo de longa duração, e a transformação da estrutura social é precedida de revolução cultural. Sem se deixar seduzir pela proposta de substituição do conceito de classe social, enquanto sujeito histórico, escreve Antonio Tavares de Jesus:

A temática pedagógica ocupa indiscutivelmente um lugar central na prática e no pensamento gramscianos, emergindo a educação como instrumento necessário à luta entre as classes sociais pelo exercício do poder, ou pela hegemonia. Assim, o conceito de educação está vinculado organicamente ao de hegemonia e é fator importantíssimo para a compreensão e a solução das contradições existentes nas relações de classe. Mais uma vez, é o conceito-chave de hegemonia que possibilitará a Gramsci interpretar e conceituar o fato educativo de modo original, relacionando-o com as estruturas sociais. Não existe uma educação neutra no sentido de ser completamente desvinculada dos fatores ideológicos pertencentes a uma classe, mas o que a análise gramsciana quer acentuar é o modo como o processo educativo é utilizado pelas classes fundamentais, isto é, a dos dominantes e a dos dominados (JESUS, 1989, pp.42-43).

Partindo-se ainda dos estudos desse autor, podemos dizer que a relação estabelecida entre estrutura e superestrutura impõe a função hegemônica ultrapassar os limites superestruturais e penetrar a estrutura, o que refletiu sobre a educação no sentido de obrigatoriamente ser entendida, para ser verdadeira, em relação aos dois níveis: estrutural e superestrutural, isto é, em relação às realidades socioeconômicas. Por essa razão, o “modo de produção” de cada sistema social é muito importante para um processo educativo ser elaborado, da mesma forma que os fatores sociais, políticos e culturais.

Reconhecemos, também, o papel de que a educação historicamente construída desempenha tanto na hegemonia, como na contra-hegemonia, visando às relações sociais, inclusive do homem, cujo objetivo é o de modificar ou manter uma estrutura social. Sobre isso, vejamos o que Jesus (1989, p.43) nos diz:

O conceito de homem, porém, não é um conceito abstrato em Gramsci, mas, pelo contrário, é um conceito histórico, concreto. Trata-se mais de saber como o homem é produzido, do que saber o que ele é, sendo, neste sentido, concebido como ‘uma série de relações ativas (um processo) no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é, todavia, o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta por diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza (...). O homem, historicamente, entra em relação com os demais homens e com a natureza, podendo, a partir desta relação, produzir e transformar bens ao nível de estrutura, ou de superestrutura, necessitando do concurso da ‘educação’. Devido, porém à unidade orgânica entre os elementos desta relação, a modificação do homem se dá na medida em que se modifica o conjunto das relações do qual ele é o ponto central, podendo-se afirmar que ele ‘educa se educando.

Mas, voltando a Raymond Williams (1969), em sua obra *Estrutura de Sentimento* há um conceito chave em oposição à “visão do mundo” ou à “ideologia”. Ele também fala de uma “longa revolução”, insistindo na ideia de “cultura vivida” e em uma reforma institucional, educativa, da indústria cultural e da esfera pública. Partindo dessas premissas conceituais, de acordo com Sônia Maria de Araújo, esse autor produziu suas reflexões tendo como referência a classe trabalhadora concreta, cooptada pelo consumo fácil de mercadorias para as massas. “Ele tentou entender o capitalismo em movimento e traçar uma reflexão pautada em um marxismo também em movimento. Ele tenta refazer o caminho da teoria marxista, colocando no centro do debate uma crítica da cultura” (ARAÚJO, 2000, p.1).

Pode-se dizer, inclusive, que semelhante a Gramsci, ele pensava a necessidade da hegemonia construir instrumentos culturais, traduzidos em tópicos, figuras semânticas, discursos e rituais. Também como Gramsci, negava-se a considerar a cultura a um nível “secundário”: a recusa da clássica metáfora de “base” e “superestrutura” permitiu-lhe, por um lado, acentuar sua ideia do *continuum* simbólico-prático e, por outro, renovar a perspectiva de “materialismo cultural”, fortemente interessado no impacto das instituições e dos meios tecnológicos na produção do simbólico.

Com esses horizontes teóricos, alicerçados no campo do marxismo, buscamos opinar e defender que a formação humana significa grande trabalho de educação política e cultural tanto em seus conteúdos, sua metodologia, como em seus objetivos ou intencionalidade política. Isso aponta, em nossa opinião, para projeto de longo prazo na construção de hegemonia popular. Trata-se de “revolução cultural do cotidiano”, de geração de cultura socialista. Ao analisarmos a história social da educação e defendermos alguns princípios teóricos, estamos dizendo que está em jogo a possibilidade de se construir maneiras diferenciadas de se viver, de se produzir novas relações sociais, formas de trabalhar, pensar e o sentir liberto, muito além daquele instante histórico reificante produzidos pelo mundo do capital.

É com base nessas premissas que julgamos ser importante e legítimo fazer a apreensão crítica e histórica das formas e ações dos trabalhadores e demais sujeitos sociais da educação, resgatando as experiências das

condições objetivas de sua vida profissional ou cultural, organização sindical ou política, estudando, ainda, como experimentam a materialidade de sua existência, de que forma são projetadas suas relações de solidariedade e articulações políticas. Isso porque, entre outras coisas, o processo da formação da consciência não é o resultado exclusivo da presença dos homens nos grandes acontecimentos, como foi o caso dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e dos grandes embates ideológicos, como aquele que cercou a questão do público e do privado na história da educação brasileira.

A história também se faz de acontecimentos e homens invisíveis, pouco falados e mesmo comuns, não podendo ser jamais negligenciados e desprezados por qualquer pessoa capaz de se interessar pelos seus caminhos. Exatamente por isso, há necessidade de subscrevermos o compromisso teórico de resgatar as trajetórias e experiências desses funcionários e servidores, aqui entendidos como personagens coletivos, imprescindíveis na construção da história social da educação brasileira.

CAPÍTULO 2 – AVANÇOS E PERCALÇOS NA LUTA HISTÓRICA DOS TRABALHADORES.

2.1 – Movimentos de resistência à opressão e exploração do capitalismo.

A história dos trabalhadores em educação é, segundo nosso entendimento, parte indissolúvel do movimento de resistência ao sistema capitalista. São ações e combates de diferentes formas, mormente nas sociedades ocidentais, pela organização dos trabalhadores, em partidos políticos, associações, sindicatos, atuantes tanto à luz do dia de forma legal e regulamentados pelos estatutos vigentes, quanto de maneiras clandestinas e moleculares, muitas vezes fragmentados ou dispersos nos subterrâneos da vida social.

A origem de tais sindicatos e associações, vinculados à defesa dos interesses corporativos dos trabalhadores -- melhores salários, normatização do número de horas de trabalho, reconhecimento profissional, garantia de pecúlios, atendimento à saúde, aposentadorias, auxílio funerário, descansos semanais etc -- é tão remota quanto a gênese da própria sociedade capitalista.

O termo sindicato, do ponto de vista etimológico, origina-se do francês “*syndic*”, significando “representante de uma determinada comunidade” (BORGES, 2013, p.1). As condições impostas à classe operária forjaram a sua construção pela necessidade de organização frente aos embates provocados pelo desenvolvimento industrial. Autores como Carlos Bauer, Cássio Diniz e Inês Paulista (2013, p. 6) confirmaram essa premissa ao observarem que

[...] o sindicato é um dos movimentos organizados pela classe operária que surge na Revolução Industrial. Em sua obra “A situação da classe Trabalhadora da Inglaterra” (1844-45), Engels (2008, p. 63) observou que a situação da classe operária é a base real na qual emergiu a noção de movimentos operários e sindicatos [...].

O sistema capitalista trouxe em seu ordenamento social e econômico a concentração dos meios de produção nas mãos de uns poucos proprietários,

restando a amplos setores da sociedade apenas a sua força de trabalho para obterem parte da riqueza necessária à reprodução de suas condições elementares de vida. Segundo Wladimir Ilitch Lênin, que sintetizou as características desse sistema,

[...] denomina-se capitalismo a organização da sociedade em que a terra, as fábricas, os instrumentos de produção etc., pertencem a um pequeno número de latifundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e deve, por isso, alugar sua força de trabalho. Os latifundiários e industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário indispensável para que estes e suas famílias mal possam subsistir, e tudo o que o operário produz acima dessa quantidade de produtos necessária a sua manutenção, o patrão embolsa: isso constitui o seu lucro. Portanto, na economia capitalista, a massa do povo trabalha para outros, não trabalha para si, mas para os patrões, e o faz por um salário: compreende-se que os patrões tratem sempre de reduzir o salário: quanto menos entregarem aos operários, mais lucro lhes sobra. Em compensação, os operários tratam de receber o maior salário possível, para poder sustentar sua família com uma alimentação abundante e sadia, viver numa boa casa e não se vestir como mendigos, mas como se veste todo mundo. Portanto, entre patrões e operários há uma constante luta pelo salário: [...] (LÊNIN, 2008, p. 99-100).

É de se esperar essa reorganização social procurar meios de se fortalecer e buscar maneiras de se fixar como modelo vigente. A instrução é uma das maneiras utilizada para dar conta dessa tarefa, conforme MANACORDA (1992, pp. 271/272):

[...] os trabalhadores perdem sua antiga instrução e na fábrica só adquirem ignorância. Em seguida, a evolução da “moderníssima ciência da tecnologia” leva a uma substituição cada vez mais rápida dos instrumentos e dos processos e, portanto, impõe-se o problema de que as massas operárias não se fossilizem nas operações repetitivas das máquinas obsoletas, mas que estejam disponíveis as mudanças tecnológicas, [...] Em vista disso, filantropos, utopistas e até os próprios industriais são obrigados, pela realidade, a se colocarem o problema da instrução das massas operárias para atender às novas necessidades da moderna produção de fábrica: em outros termos, o problema das relações instrução-trabalho ou da instrução técnico-profissional, que será o tema dominante da pedagogia moderna [...].

Nessa seara, no interior da sociedade burguesa, registram-se incontáveis manifestações dos trabalhadores, lutando em defesa de sua organização autônoma, de tal sorte que pudessem impedir ou pelo menos minimizar os efeitos da exploração laboral a que foram e continuam submetidos, como parte da lógica engendrada na produção dos lucros; leia-se a extração da mais valia, própria do capitalismo.

Eles precisam lutar o tempo todo por melhores condições de vida, enfrentando também a concorrência, pelo grande número de desempregados nos centros urbanos, expulsos dos campos, o que Marx chamou de exército de reserva, barateando o valor da força de trabalho.

O conflito de classes é muito visível no seio da sociedade burguesa, colocando, frente a frente, os proprietários dos meios de produção e seus aliados das estruturas estatais, da estrutura de poder, contra os trabalhadores e suas organizações de classe. Do ponto de vista histórico, a obra de Friedrich Engels (1881, p. 73) nos ajudando a entender as raízes desse intrincado e insolúvel antagonismo de classes, próprio da sociedade capitalista, revela-nos que

[...] a sociedade atual está dividida em duas grandes classes antagônicas. De um lado, capitalistas que possuem todos os meios para o emprego do trabalho, e de outro, operários que só possuem sua força de trabalho. O produto do trabalho destes últimos deve ser dividido entre as duas classes e ao redor desta divisão se desenrola uma luta incessante [...]

Assim, dessas, muitas vezes, conflituosas relações de classes sociais surgiram manifestações, contidas ou o germe político necessário à organização dos trabalhadores em associações, sindicatos, com objetivo de constituí-los como focos de resistência à exploração capitalista. Vejamos, então, os papéis dos sindicatos apregoados por Karl Marx (1865, p. 79):

[...] Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema

existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado [...]

No mesmo cenário, encontra-se o papel atribuído à educação, utilizados na formação dos diferentes modelos sociais, sua contribuição para o desenvolvimento da mão de obra necessária para a exploração capitalista, apresentado por Franco Cambi (1999, p. 390):

[...] Na época contemporânea afirmou-se e cresceu o “mito da educação”. Em razão justamente de sua centralidade política e social, a educação foi vista como o fator-chave do desenvolvimento social, como o fulcro da evolução da sociedade no seu conjunto, como o “lugar” em que se vem estabelecer o intercâmbio social além de sua coesão. [...] Do século XVII até hoje, o “mito da educação” impôs-se no centro da elaboração cultural, segundo muitas perspectivas, mas confirmado (por mais de dois séculos) na sua presença e na sua função [...].

A educação segue ditando que “todo indivíduo pode progredir na sociedade democrática, desde que seja um sujeito capaz de empenhar-se, de orientar-se na ascensão social, de valorizar-se na sociedade” (CAMBI, 1999, p. 391) e tendo desempenhado, em parte ou totalmente, os papéis determinados a ela, ao longo da história, não mudou o curso do movimento imposto pelas transformações sociais aos trabalhadores.

Podemos dizer que as suas condições de vida sempre foram marcadas por todo tipo de agruras, desde os primórdios da chamada Revolução Industrial. A ausência de quaisquer seguridades, hoje denominadas legislação trabalhista, deu origem aos primeiros movimentos sindicais. Portanto, a institucionalização de associações e sindicatos remonta às lutas dos trabalhadores operários que vivendo a chegada do embrião do que se convencionou chamar posteriormente Revolução Industrial. Manacorda (1992, p. 271) nos descreve ocorrências do desenvolvimento industrial:

[...] Acontece, de fato, que o desenvolvimento industrial, tornado possível pela acumulação de grandes capitais, graças à exploração dos novos continentes descobertos, e de grandes conhecimentos científicos voltados não somente para o saber, mas também para o fazer, traduz-se, do ponto de vista do artesão das corporações, num longo e inexorável processo de expropriação. Ao entrar na fábrica e ao deixar sua oficina, o ex-artesão está formalmente livre, como o capitalista, também dos velhos laços corporativos; mas, simultaneamente, foi libertado de toda a sua propriedade e transformado em um moderno proletário. Não possui mais nada: nem o lugar de trabalho, nem a matéria-prima, nem os instrumentos de produção, nem a capacidade de desenvolver sozinho o processo produtivo integral, nem o produto do seu trabalho, nem a possibilidade de vendê-lo no mercado. Ao entrar na fábrica, que tem na ciência moderna sua maior força produtiva, ele foi expropriado também da sua pequena ciência, inerente ao seu trabalho; esta pertence a outros e não lhe serve para mais nada e com ela perdeu, apesar de tê-lo defendido até o fim, aquele treinamento teórico-prático que, anteriormente, o levava ao domínio de todas as suas capacidades produtivas: [...]

Uma das facetas do capitalismo, desenvolvida a partir da segunda metade do século XVIII, registrada na Inglaterra, ficou conhecida como revolução industrial, sabidamente um dos momentos da história em que a exploração do trabalhador foi mais acentuada, e nos é apresentada por Ricardo Antunes (1985, pp. 15-16):

[...] A Inglaterra viveu, na segunda metade do século XVIII, um processo de desenvolvimento intenso. O advento do vapor e das máquinas transformou as manufaturas em grandes indústrias modernas, criando as novas bases da sociedade capitalista. [...] O capitalismo iniciava um processo que ainda haveria de desenvolver, mas já trazia consigo toda uma gama de transtornos sociais, como a superexploração do trabalho, [...].

Foi também na Inglaterra, para muitos um dos principais berços do processo de industrialização, que haveria de se disseminar por praticamente todo o mundo, sob a égide do capitalismo, as chamadas *trade-unions*, traduzidas por uniões sindicais, uniões de ofício ou ainda de profissões. Em sua grande maioria, essas organizações eram clandestinas e enfrentavam muitas dificuldades para manter sua existência. Ao longo do séc. XVIII e nos

primórdios do séc. XIX, a revolução industrial alcançou suas principais características na Inglaterra, e os sindicatos e demais organizações, próprios do mundo do trabalho, levantaram-se para minimizar os efeitos das transformações, tamanho processo de alterações das forças produtivas produzidas no cotidiano.

Como uma das molas propulsoras de tamanhas modificações, a educação foi requisitada. Seu uso se deu em diversos momentos, desenhando interesses na nova estrutura produtiva. Pode-se encontrar em Franco Cambi (1999, p. 326) alguns aspectos educativos no seio desses episódios de vertiginosas transformações sociais:

[...] No século XVIII, portanto, assistimos a uma potencialização – ampla, explícita, bastante orgânica – do problema educativo que é posto cada vez mais no centro da vida social: à educação é delegada a função de homologar classes e grupos sociais, de recuperar todos os cidadãos para a produtividade social, [...] A educação se torna cada vez mais nitidamente uma (ou a?) chave mestra da vida social, enquanto constitui o elemento que a consolida como tal e manifesta seus mais autênticos objetivos: [...].

A reorganização produtiva instalada nesse novo tempo traz consigo a necessária organização dos trabalhadores para minimizar as agruras que se avizinhavam; resistir era a única arma para tentar barrar sua opressão.

Como consequência dessas perspectivas de resistência, percebidas pelos donos do capital, o parlamento inglês sancionou a lei *combination law* em 1799, proibindo o funcionamento de sindicatos, usando de aparato policial para reprimir essa organização, além de assassinar lideranças operárias, deixando um rastro de sangue indelével na história do movimento organizativo dos trabalhadores do mundo inteiro (BORGES, 2013).

Simultaneamente a tudo isso, também deve ser lembrado, como o fez o professor Carlos Bauer (2012, p. 13), o receio das classes dominantes com relação às organizações dos trabalhadores:

[...] o temor que as elites sempre tiveram da organização política autônoma dos trabalhadores é o que melhor explica seu comportamento atroz e virulento contra essa possibilidade histórica crucial aos interesses dos que buscam a superação dos antagonismos próprios do capitalismo [...].

Os fatos, acontecimentos históricos, são inexoravelmente articulados com as condições histórico-sociais objetivas. Embates foram travados, mas somente em 1824 foi aprovada a primeira lei garantindo o direito à organização sindical dos trabalhadores em Londres, e à livre associação, conquista que aumentou a força sindical inglesa, existente desde o século anterior. Isso conquistado, *trade-unions* desenvolveram-se por toda a Inglaterra, negociando com o patronato e auxiliando financeiramente os operários por meio das “caixas de assistência”. Foram organizadas as federações, integrando diferentes categorias. Em 1830 fundou-se a primeira entidade geral dos operários ingleses, a associação nacional para a proteção do trabalho, com cerca de 100 mil componentes, chegando a editar o periódico *A voz do Povo*, com tiragem média de 30.000 exemplares. *Trade-unions* negociavam com os capitalistas os salários e deflagravam greves, quando não eram atendidos (ANTUNES, 1985). Manifestações urbanas organizadas mostravam objetivamente o desagrado da classe dominada.

A forma de resistência mais tradicional de que dispõem as classes trabalhadoras no interior da sociedade burguesa é a greve, ou seja, uma paralisação parcial ou mesmo total de suas atividades, por um período determinado ou indeterminado de tempo, com o intuito de impor mecanismos de negociação com aqueles setores do patronato ou mesmo seus representantes do aparato estatal. No que tange ao movimento operário propriamente dito, para Wladimir Ilitch Lênin, as greves em sua definição mais elementar

[...] significam o começo da luta da classe operária contra esta estrutura da sociedade. Quando os operários despojados que agem individualmente enfrentam os potentados capitalistas, isto equivale à completa escravidão dos operários. Quando, porém, estes operários espoliados se unem a coisa muda. [...] quando os operários levantam juntos em suas reivindicações e se negam a submeter-se a quem tem a bolsa de ouro, deixam então de ser escravos, convertem-se em homens e começam a exigir que seu trabalho não sirva somente para enriquecer a um punhado de parasitas, mas que permita aos trabalhadores viver como pessoas. [...] As greves infundem tal espanto aos capitalistas porque começam a fazer vacilar seu domínio. [...] Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra os patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no

seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros, que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo de provocações. [...] (LÊNIN, 2008, p. 102-103).

No quadro mais geral das transformações de ordem econômica, política e social, registradas no âmbito da sociedade capitalista, surgiu na Inglaterra a Associação Nacional para a Proteção do Trabalho. Com isso os trabalhadores procuraram ampliar sua capacidade de lutar, não só em torno de suas reivindicações econômicas, mas também passaram a adotar em suas lutas as premissas, presentes nas “cartas de 1837-38”, gerando com isso um dos movimentos sociais mais vigorosos produzidos pelos trabalhadores ingleses do século XIX, o cartismo.

Outro movimento importante da organização do proletariado inglês, naqueles tumultuados dias do século XIX, foi o movimento luddista, constituído por quebradores de máquinas, uma das importantes formas de luta, ao entenderem ser a máquina a responsável pela diminuição do trabalho e consequente desemprego. Os luddistas as danificavam como sinal de protesto, gesto estendido para além do território Inglês. O termo luddismo deriva do nome do operário têxtil Ned Ludd, destruidor de todos os teares da fábrica em que trabalhava revoltado com a Revolução Industrial que se instalava. Em pouco tempo, sua atitude se expandiu por várias cidades da Inglaterra e da França, levando o parlamento Inglês a aprovar, em 1812, uma lei que punia com pena de morte os “quebradores de máquinas”. Mesmo frente à tamanha repressão, o movimento não foi contido, pois, quatro anos após, foi retomado e outras máquinas foram quebradas (BORGES, 2013).

Os Luddistas, aos poucos, perceberam não serem as máquinas suas rivais, mas o uso dado a elas e que o desenvolvimento industrial na época se expressava pela máquina e os avanços da tecnologia.

As contradições inerentes ao capitalismo, da burguesia versus o proletariado, levaram à eclosão das lutas sociais, à organização das associações, dos sindicatos e dos partidos de trabalhadores, na legalidade ou ilegalidade, enquanto expressão da busca por melhores condições de vida e de

trabalho. Em alguns momentos históricos, alcançaram avanços, mesmo parciais.

Por volta de 1847, foi aprovada, na Inglaterra, a lei determinando o limite de 10 horas de trabalho ao dia, conquista que, aos olhos do nosso próprio tempo, pode parecer insignificante, mas, no calor da hora da revolução industrial, pode ser considerada um avanço e mesmo um estímulo para os movimentos associativistas atuantes naquele país.

Até meados do séc. XIX, a existência de sindicatos era proibida na maioria dos países ocidentais, exceção feita à Inglaterra. Todavia, mesmo com a aprovação paulatina do direito à organização dos trabalhadores, a burguesia procurava novos meios de conter o movimento operário, dificultando suas ações com ameaças de vários industriais que exigiam a renúncia das organizações como garantia de seus empregos, conforme nos conta Ricardo Antunes (1985, p.19):

[...] À medida que surgiam estas associações sindicais, os patrões, através das demissões, começaram a pressionar e obrigar os operários a renunciar formalmente de participar da vida sindical. Isso fez com que várias associações fossem posteriormente extintas, o que demonstrou quão árdua foi a luta dos operários pela sua organização nos sindicatos [...]

Por outro lado, de forma incipiente, industriais enxergavam o movimento operário de outra forma, ou seja, buscavam no seio do movimento formas de organização dos operários com possibilidades de extrair vantagens, por de trás da máscara de concórdia, como podemos ver em Ghiraldelli Jr, (1987, p. 51) ao apresentar como pensava o industrial Jorge Street:

[...] Entre os industriais, a ação repressora e o banditismo urbano, acobertados pelos órgãos policiais, era a prática preferida de atuação frente ao Movimento Operário. Não obstante, em alguns momentos, surgiram figuras como Jorge Street, que percebia a necessidade de aprender a conviver com o movimento trabalhista e que, num certo sentido, antevia a possibilidade de colocar em prática uma política cooperativista, antecipado o projeto de institucionalização da política paternalista e controladora do Movimento Operário que se efetivou após 1930.

Street, ao contrário da maioria dos empresários da época, parecia não temer a sindicalização dos trabalhadores, considerando que tal fato longe estava de causar algum mal para o empresariado:

“A associação (...) dá ao operário coesão e meios de pedir, de exigir, se necessário for, resistindo por longo tempo, pois a associação solidariza os operários da mesma indústria. Assim, o contrato industrial com o nosso operário isolado tem de ser substituído pelo contrato coletivo com essas associações (...) no estado de alma mundial do operariado, consciente da sua força e de seus direitos, as associações de classe, longe de continuarem a ser fatores de perturbação da ordem, virão, pelo contrário, com o tempo, a constituir elementos e fatores de apaziguamento, que facilitarão a solução de problemas graves oriundos da inevitável evolução econômica e social que se desenvolve por todo o mundo” (apud Leme, 1978: 106)[...].

No início da segunda metade do séc. XIX, o processo de industrialização seguia avançando nos mais variados países do mundo, com destaque para os localizados na Europa e na América do Norte; mesmo no Brasil notava-se incipiente industrialização. Nesse contexto, foi realizado, em 1869 em Bruxelas, o Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT, que se constituiria como uma das principais referências organizativas da classe trabalhadora, em todo mundo. Contando com membros de várias nações, esse congresso pode ser considerado um marco na unidade dos operários, conhecido como a Primeira Internacional. Em primeira instância, na fala de Karl Marx (1864, p. 89), lutava pela redução da jornada de trabalho. O lema dessa organização traduzia de forma cabal os seus objetivos com a frase “A emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios trabalhadores”.

Dentre os temas abordados no Conselho Geral da I Internacional, podemos encontrar a preocupação dos seus membros com a relação entre trabalho e instrução, conforme relata MANACORDA (1992, p. 304) “[...] Exige-se, de um lado, uma mudança das condições sociais para criar um sistema de instrução adequado e, do outro lado, um adequado sistema de instrução para mudar as condições sociais [...]”.

Na época a questão do trabalho passa a fazer parte do processo de instrução técnico-profissional, acontecendo em novo espaço, não mais no próprio trabalho, mas na escola. As vicissitudes por que passaram e passam o proletariado no mundo encontram ecos no campo da educação, ao ser aliada

no processo de desenvolvimento, com o objetivo de extrair melhor e cada vez mais sua produção. Assim, alguns autores entendem que

[...] o trabalho entra, de fato, no campo da educação por dois caminhos, [...] o primeiro caminho é o desenvolvimento objetivo das capacidades produtivas sociais (em suma, da revolução industrial) [...] O primeiro caminho é muito duro e exigente: precisa de homens capazes de produzir “de acordo com as máquinas”, precisa colocar algo de novo no velho aprendizado artesanal, precisa de especializações modernas. [...] portanto, a instrução técnico-profissional promovida pelas indústrias ou pelos Estados [...] se baseiam num mesmo elemento formativo, o trabalho, e visam o mesmo objetivo formativo, o homem capaz de produzir ativamente [...] (MANACORDA, 1992, p. 305).

O modo de produção capitalista justifica a ação política do proletariado, expandindo-se mundialmente, fazendo emergir diversos sindicatos, associações e partidos políticos, enquanto forma de organização da classe trabalhadora, nos mais variados países. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, organizou-se uma conferência operária que se pronunciou sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT:

[...] os esforços feitos pela Associação Internacional dos Trabalhadores para unir os operários de todos os países, em uma confederação fraternal, e recomenda enfaticamente a todas as sociedades representantes que a ela se filiem, com a convicção de que a Associação Internacional é um elemento necessário para o progresso e prosperidade de toda a comunidade operária [...] (MARX, 1866, p. 92).

Em 1869, após a fundação da AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores, foi criado na Alemanha o primeiro partido socialista, Partido Operário Social-Democrata, que passou a participar das decisões políticas e da luta de resistência do proletariado daquele país (CARATTI, 2010).

Marx, reconhecido como um dos idealizadores da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT, na sua resolução sobre os sindicatos, apresentou a necessidade de ação política do proletariado. “O objetivo dos sindicatos, às vezes, estava limitado às necessidades das lutas diárias, às

defesas contra a usurpação incessante do capital, [...] os sindicatos operários constituíram-se em centros organizadores da classe operária [...] (MARX, 1866, p. 91).

Nesse contexto, o papel dos sindicatos torna-se indispensável para todos aqueles que vivem e vivem do próprio trabalho, frente à crescente expansão das forças produtivas que gradativamente tornaram o capitalismo e seus valores, predominantes no mundo inteiro. Mas, no quadro dessa expansão, os sindicatos e demais formas de organização também se propagaram, somando-se ao interrupto combate pela emancipação da classe trabalhadora, no mundo inteiro:

[...] Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho e que só o encontram na medida em que este aumenta o capital. Esses operários constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. [...] (MARX; ENGELS, 1987, p. 16).

Característica acentuada, também desse período, é a organização da escola, enquanto espaço destinado a cumprir o papel de ordenamento social. Comenta esse propósito Franco Cambi (1999, p. 398):

[...] A começar do século XVIII (também nesse caso), a instituição escolar foi submetida a processos de revisão, de reprogramação, de reorganização setorial e global, tendo em vista uma maior funcionalidade social, ligada à convergência ideológica com o poder, mas, sobretudo à eficiência em relação às necessidades produtivas e, portanto, técnicas da sociedade-nação-Estado. Tratou-se de renovar a escola a fim de torná-la funcional para a sociedade industrial, democrática, de massa etc., que se vinha configurando como o modelo contemporâneo e disseminado de sociedade. Tratou-se de atualizar a escola por organização-gestão, por programas, por modelos culturais a uma sociedade nova que se configurava como produtiva, pluralista, aberta.

Toda uma série de reestruturação que a escola sofreu no curso dos últimos dois séculos mostra esta “lei” de adequação à sociedade que a atravessa, tornando-a cada vez mais uma instituição central da vida

social, à qual são delegadas tarefas de reprodução e de transmissão, mas também de seleção, isto é, de duplo filtro entre passado e futuro, entre conservação e mudança. A escola tornou-se *obrigatória* (pelo menos em certas ordens e graus), gratuita ou quase, *estatal* (com algumas exceções, mas que não chegam a anular o papel de controle por parte do Estado sobre todos os tipos de escola): são três aspectos que a colocam na sociedade atribuindo-lhe um papel essencial. Existe ainda o outro aspecto da diferenciação interna, dos muitos tipos de escola, que vem cobrir outra exigência: de reprodução da divisão do trabalho e de reconstrução de classes e grupos sociais [...].

Torna-se inevitável, diante das ofensivas do capital, o trabalhador subtraído de seus direitos, mesmo frente a dificuldades, jamais se eximir de procurar formas de organização política, associativista e sindical, que favoreçam suas contendas em defesa dos seus direitos básicos e mesmo sua emancipação, enquanto classe subalternizada na sociedade burguesa. Logo, encontramos em Ricardo Antunes (1985, p. 21) a premissa de que

[...] se a história destas Associações é caracterizada por momentos de vitórias e de derrotas, é inegável que elas constituíram a primeira tentativa efetiva de organização dos trabalhadores na luta contra os capitalistas. Ao conseguirem abater a concorrência existente entre os operários, unindo-os e tornando-os solidários em sua luta, ao utilizarem-se das greves como a principal arma contra os capitalistas, os operários conseguiram dar os primeiros passos na luta pela emancipação de toda a classe operária. [...]

A forma pela qual as forças produtivas se desenvolveram na chamada sociedade capitalista trouxe para o reino da história a edificação de um sistema mundial, econômica e politicamente organizado, de forma evidentemente desigual, mas combinada. Nesse contexto os movimentos produzidos no Brasil, em tempos e espaços sociais diferentes, com suas peculiaridades e características próprias, fazem parte do movimento dos trabalhadores pela superação da exploração do homem pelo homem e o compromisso de contribuir com a edificação de um mundo melhor a todos os povos.

Para dar sequência a essa premissa no próximo tópico, apresentaremos algumas características das formas pelas quais o modo de produção capitalista

tem se estruturado e se desenvolvido no Brasil e as suas repercussões na esfera educacional desse país.

2.2 – Expressões do capitalismo no Brasil.

Abordamos neste tópico tais características do desenvolvimento do capitalismo, o seu percurso histórico e social, o qual congrega diferenças nas mais variadas regiões do mundo. Diferenças essas assentadas na maneira como se dá o controle dos meios de produção, a estruturação das finanças nacionais, o relacionamento e a posição do país no concerto das nações, o tratamento dado às camadas subalternas e à sua organização e, entre outras coisas, à organização dos trabalhadores.

Em Karl Marx (1987, p. 12), encontramos as necessidades dos capitalistas, justificando sua expansão: “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte”.

Se, por ora, fixarmos nosso olhar no Brasil, é recomendável atrelá-lo ao contexto geográfico a que pertence e, em parte, o determina; segundo entende Ghiraldelli (1991, p. 14) quando apresenta o pensamento de Saviani, 1983 que diz:

[...] o desenvolvimento histórico da América Latina se resume a um processo de modernização conservadora conduzido pelos setores economicamente dominantes, através das elites intelectuais que expressam seus interesses e cujo limite situa-se na incorporação subordinada das camadas médias. Para tanto é mister manter sob controle as camadas trabalhadoras, evitar sua organização e não hesitar em lançar mão da repressão toda vez que as pressões populares possam ameaçar a ordem que corresponde aos interesses dominantes. Eis por que assistimos, nos últimos anos, em toda a América Latina, à disseminação da ideologia da segurança e desenvolvimento, versão atual do binômio ordem e progresso [...].

O Brasil se vê às voltas com tarefas a cumprir, as quais poderiam colocá-lo no trilho das transformações imputadas pelas exigências do capital e

pela construção de um novo tempo. A educação entra em cena com essa tarefa. Ghiraldelli (1987, p. 16) nos conta que:

[...] O Brasil era um país com enorme contingente de analfabetos; o censo de 1890 apontava algo em torno de 85% de analfabetos numa população que andava pela casa dos 14 milhões de habitantes. Para os intelectuais que desejavam construir a República era impossível estabelecer uma democracia com os setores populares tão à margem do processo. No fundo, o que se colocava na época eram as teses do liberalismo, que faziam crer ser a educação, a alfabetização, as medidas capazes de resolver os problemas sociais do país [...].

No final do século XIX, o Brasil passou por profundas transformações em sua estrutura econômica, com o capital acumulado pela agricultura, pecuária, mineração, etc, possibilitando o nascimento das indústrias, concentradas em sua maioria no Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais e São Paulo. José Antonio Segatto (1987, p. 11), apresenta, ao destacar o papel da cafeicultura, que

[...] a formação do proletariado no Brasil teve início na segunda metade do séc. XIX, em função do nascimento da indústria, que, por sua vez, foi parte de um processo de profundas transformações por que passava a sociedade naquele momento, devido, principalmente, ao desenvolvimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais e São Paulo [...].

No bojo do processo de industrialização e entrada da mecanização no campo, “inicia-se um processo de modernização da agricultura” (SEGATTO, 1987, p. 11), o qual conduziu alguns camponeses para a cidade e, juntamente com a entrada de imigrantes europeus no Brasil, concentraram-se próximos às indústrias nascentes, terminando por engrossar o contingente do proletariado, que deu forma ao exército de reserva, habitantes das periferias das cidades.

Rápida e vertiginosamente, a organização social brasileira foi se modificando, como também a diáspora do campo para a cidade intensificando-se e trazendo para o mundo do trabalho as exigências postas pelo processo de

industrialização. Por um lado, tínhamos a mão de obra sem quaisquer qualificações profissionais; por outro, a necessidade de uma força de trabalho qualificada que pudesse assumir as imposições das relações de trabalho, do novo tempo que surgia.

Aos poucos esse processo alterou todo o cenário econômico-social do capitalismo industrial no Brasil. Foram consolidadas duas classes sociais: a burguesia e o proletariado, com interesses, muitas vezes, opostos. É o caso, por exemplo, no campo educacional, do movimento escolanovista que trouxe para a cena política nacional a problemática da educação como centralidade de interesses das diferentes classes sociais, que interagem no interior da sociedade de então.

A educação e os objetivos do seu uso não são estáticos, pois se regulam pelas variáveis postas no tempo e no espaço em que são requisitados, dependentes das forças sociais. Assim, encontramos em Carlos Roberto Cury (1986, p. 81) o significado da escola no interior do pensamento escolanovista:

[...] Para os escolanovistas brasileiros, o local privilegiado da educação é a escola. Como “instituição social que se enquadra no sistema social geral”, (...) a escola necessita tomar consciência profunda de sua tarefa social e nacional. (...) a fim de ser uma força preponderante na obra de reforma social [...].

A industrialização emergente no país reivindica o reordenamento do processo educativo, pois sua implantação exige qualificação e treinamento de mão de obra básica para dar conta do processo produtivo.

O pensamento educacional que emerge desse contexto histórico se expressa no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova publicado em 1932, configurando uma espécie de síntese dos embates travados no final do século XIX até os anos de 1930 (LOMBARDI, SAVIANI E NASCIMENTO, 2005), como podemos constatar nas palavras de Anísio Teixeira, na introdução ao Manifesto: “A grande tarefa dos nossos dias é preparar o homem novo para o

mundo novo, que a máquina e as ciências estão exigindo.” (TEIXEIRA in CURY, 1986, p. 67).

O período histórico brasileiro anunciava a necessidade de mudanças sociais, ao mesmo tempo em que a nova ordem e seus desdobramentos exigiam alterações, que requisitavam a educação como sua promotora. Sendo assim, havia a necessidade de se buscar formas que possibilitassem sua oferta a todos, precisando, então, da organização do Estado, conforme Ghiraldelli Jr (1990, p. 42) nos conta em [...] O célebre “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” um longo documento, endereçado ao governo e à nação que se pautou, em linhas gerais, pela defesa da escola pública obrigatória, laica e gratuita [...] Seguem alguns excertos retirados do manifesto por Ghiraldelli (1990, pp. 54-78), que demonstram seus ideais:

[...] na hierarchia dos problemas nacionaes, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação (...) nos ajuda a descobrir, à luz dos fins estabelecidos, os processos mais efficazes para a realização da obra educacional. (...) mas, a educação que, no final das contas, se resume logicamente numa reforma social (...) reconhecendo a todo o individuo o direito a ser educado até onde o permittam as suas aptidões naturaes, independente de razões de ordem econômica e social. (...) que atribuem para harmonizar os interesses individuais e os interesses colletivos. (...) do direito de cada individuo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado, que ell é chamado a realizar, (...) cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar effectivo (...) aos cidadãos a quem a estrutura social do paiz mantém em condições de inferioridade econômica (...) chega-se, por esta forma, ao principio da escola para todos, (...) a gratuidade (...) é um principio equalitário que torna a educação, (...) accessível não a uma minoria, (...) mas a todos os cidadãos (...) Alias o Estado não pode tornar o ensino obrigatório sem torná-lo gratuito [...].

Evidentemente a defesa de tal escola pelos intelectuais da burguesia ou mesmo pela pequena burguesia e o seu acesso pelos trabalhadores não invalidam dizer que, no Brasil das primeiras décadas do século XX, a burguesia proprietária dos meios de produção ampliou seus lucros com a exploração da mais-valia da força de trabalho. Naqueles dias, os chamados direitos sociais, como o acesso à escola pública e gratuita, estavam muito longe de serem

alcançados e, para sobreviver, restou apenas como alternativa ao conjunto do proletariado vender sua força de trabalho.

A educação, embora necessária para qualificar a mão de obra industrial, não foi ofertada ao povo brasileiro. A historiadora Maria Luísa Santos Ribeiro analisou alguns importantes aspectos sociais dessas transformações:

[...] A sociedade brasileira, nos últimos 20 anos, trocou sua base econômica agrícola pela industrial. As exigências de melhor preparo de mão-de-obra acentuam-se. Quando a simples alfabetização já não basta, não conseguimos sequer oferecê-la a mais de 25 milhões de brasileiros! Ora, na sociedade industrial a cultura letrada não é condição de ajustamento social, mas também de sobrevivência individual. As grandes massas rurais que (...) migram para as cidades (...) aí permanecem analfabetas, formando o colossal contingente de marginalizados na periferia das metrópoles [...] (RIBEIRO, 1986, pp. 145/146).

Como vimos, a grande maioria do contingente populacional brasileiro ficava à margem do rudimentar sistema educacional, visto que, à época, mesmo os trabalhadores dignamente assalariados não eram nem ao menos alfabetizados, uma vez que a estrutura social anterior não requisitava essa prática. Mas a nova ordem social, em vias de ser consolidada, exigia o repensar das classes dirigentes e detentoras das forças produtivas e sua dependência com a oferta educacional.

Ao longo de toda primeira metade do século XX, o cenário político econômico-social foi bastante conturbado e tenso em nosso país. Inclusive autores como Helena C. De Lorenzo e Wilma Costa (1997, p. 8) observam:

[...] Tem sido geralmente reconhecido pela historiografia que as mudanças ocorridas na década de 1930, particularmente no palco da economia e da política, foram decisivas para moldar uma certa via de desenvolvimento capitalista para o Brasil. A crise de 1929 marcou o esgotamento do modelo primário-exportador; a Revolução de 1930 determina o colapso do pacto intra-oligárquico que ordenara a vida política durante a República Velha. O reordenamento autoritário do aparelho estatal a partir de 1937 dotava o Estado de uma nova capacidade de intervir na vida econômica e social, aparelhando-o para desempenhar um papel destacado na produção da industrialização [...].

José Antonio Segatto (1987, p. 16) corrobora essa tese ao mencionar que “o Estado passou a incentivar decisivamente o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital”. Também podemos dizer que o crescimento industrial trouxe como decorrência, o aumento em parte dos trabalhadores deslocando-se do campo para as cidades, embevecidos pelas promessas de dias melhores, visto que no campo a concentração fundiária os expulsava da terra.

Os trabalhadores das diferentes regiões do país migraram para esses centros industriais, impulsionados pelas possibilidades introduzidas ideologicamente nas suas imaginações, levando-os a engrossar o exército de reserva. Edgar Salvadori De Decca (1988, p. 13)

Na esteira desse processo, muitas modificações foram ocorrendo ao longo dos anos na estrutura social brasileira. O contingente de trabalhadores foi se intensificando e se diversificando, mesmo frente às condições precárias de vida, impostas pela concentração de vagas de empregos na região sudeste do país. O Estado tomou a frente no incentivo à indústria nascente no Brasil. Aliás, sobre esse aspecto, José Antonio Segatto (1987, p. 20) já o havia observado:

[...] O processo de formação/constituição da classe operária no Brasil, consequência do desencadeamento da revolução burguesa e da implantação e desenvolvimento do capitalismo, que tem início em fins do séc. XIX alcançou uma etapa razoavelmente avançada e consolidada. Processo longo e complexo, teve o Estado como um de seus indutores: o Estado foi um dos móveis fundamentais no desenvolvimento das forças produtivas e na acumulação de capital, principalmente depois de 1930 [...].

Um aspecto importante desse processo de transformação pode ser claramente identificado na legislação trabalhista de Vargas, particularmente nos seus mecanismos de regulação da jornada de trabalho. Em linhas gerais, podemos dizer que está em jogo, nesse caso, a disciplina das relações entre o capital e o trabalho como um dos elementos cruciais para o desenvolvimento da sociedade burguesa e o controle dos movimentos os quais pudessem ser questionados no interior das relações laborais.

No bojo desse conturbado período histórico brasileiro, o Estado, em vias de pensar o controle desse novo ordenamento social, elabora estratégias que lhe garantam a perpetuação de seus ideais, tais como nos mostra Ghiraldelli (1991, p. 27):

[...] Assim, se a industrialização e a urbanização evidenciaram certas características de uma sociedade tipicamente capitalista, o surgimento de uma “política social” como uma tarefa essencial para o Estado – com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde em 4 de novembro de 1930 e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 28 do mesmo mês e ano – completou o quadro. A “política social” – entendida como ação governamental típica da sociedade capitalista, pela qual o próprio Estado protege não o trabalhador, mas sim a força de trabalho da ação predatória gerada pela economia deste regime social (cf. Saviani, 1984; Marx, 1982: 561-562) – tomou os anos trinta como ponto de partida. Ministério da Educação e Saúde e Ministério do Trabalho, muitas vezes agindo a contragosto das opiniões de elementos individuais das classes dominantes, buscaram tutelar a classe operária, insistindo em desviar os trabalhadores de um projeto histórico de autonomia política. Vargas, particularmente, enquanto esteve à frente do Estado capitalista brasileiro, foi a própria encarnação desse espírito estatal [...].

Por conta disso, podemos dizer que, com a subordinação do trabalho ao capital, estabeleceu-se relação oposta entre as classes, apresentada por Karl Marx e Fredrich Engels (1987, p. 9) no trecho do Manifesto do Partido Comunista:

[...] a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado [...].

Também entre nós a luta de classes se apresentou como inevitável no interior da nova estrutura social, então vigente. A produção, a distribuição, a comercialização e a riqueza gerada jamais deixaram de ser controladas pelos diferentes estratos da burguesia. Isso em detrimento dos mais elementares interesses dos que vivem do seu próprio labor, despossuídos de tudo, exceto de sua força de trabalho que pudesse ser vendida e comprada no interior das

relações de produção. Seguem, para uma melhor compreensão, alguns aspectos da organização da sociedade capitalista, tal qual nos foi apresentado por Jacob Gorender (2014, s/p.):

Eu defino o que é capitalismo seguindo aquele que me inspira e que não tenho nenhum receio de declarar, que é Marx. Defino o capitalismo como modo de produção em que operários assalariados, despossuídos de meios de produção e juridicamente livres, produzem mais-valia; em que a força de trabalho se converte em mercadoria, cuja oferta e demanda se processam nas condições da existência de um exército industrial de reserva; em que os bens de produção assumem a forma de capital, isto é, não de mero patrimônio, mas de capital, de propriedade privada destinada a reprodução ampliada sob a forma de valor, não de valor de uso, mas de valor que se destina ao mercado. [...] E, enfim, o modo de produção capitalista é aquele em que a contradição fundamental do modo de produção é a contradição entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação e em que a contradição fundamental de classe se verifica entre operários assalariados e capitalistas [...].

As condições a que foram submetidos os trabalhadores, desde os primórdios de organização, desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista no Brasil, sempre foram marcadas por muitas dificuldades, infortúnios e agruras de toda espécie. Por exemplo, as jornadas de trabalho chegavam à casa de 15 horas por dia, não havia descanso semanal, nem férias, os horários dependiam dos patrões, não existia contrato, nem obrigação com a saúde e previdência do trabalhador. Aconteciam muitos acidentes no local de trabalho, eles eram dispensados sem aviso prévio, a disciplina era imposta de forma rigorosa, poderiam ser multados e castigados, eram submetidos a revistas vexatórias. Além das péssimas condições, os operários recebiam baixos salários o que lhes conferia uma vida precária com muitas doenças (SEGATTO, 1987).

Mas essa situação não era algo exclusivo ou peculiar ao nosso país. Nas páginas do Manifesto Comunista, Karl Marx e Fredrich Engels (1987, p. 17) a descreveram em todos os lugares onde se desenvolve o sistema capitalista:

[...] O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário de seu caráter autônomo, tiram-lhe todo atrativo. O produtor passa a um simples apêndice da máquina e só se requer dele a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de manutenção que lhe são necessários para viver e procriar. Ora, o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao custo de sua produção. Portanto, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, decrescem os salários. Quanto mais se desenvolvem o maquinismo e a divisão do trabalho, mais aumenta a quantidade de trabalho, quer pelo prolongamento das horas, quer pelo aumento do trabalho exigido em um tempo determinado, pela aceleração do movimento das máquinas etc.[...].

Foram as difíceis condições impostas aos trabalhadores, no seio da sociedade capitalista, a construção dos seus valores e cultura, a gestação e disseminação de suas utopias e ideários políticos sociais que impeliram sua disposição organizativa política e social.

Pode-se dizer, então, que foi desta forma que se descortinou a essência do que chamamos hoje de perspectiva associativista e ou sindicalista brasileira, presente na história dos trabalhadores. Suas origens são muito remotas, mas foram intensificadas no bojo da chamada revolução industrial por conta das necessidades sentidas pelo contingente de trabalhadores, “facilitando sua organização e lutas” (SEGATTO, 1987, p. 14).

A chamada sociedade industrial lhes trouxe necessidades, práticas e comportamentos comuns. Numa perspectiva clássica sobre a condição operária, Marx e Engels (1987, p.19) relatam as condições marcantes do choque entre as classes, levando os operários à formação das associações de resistência à exploração capitalista:

[...] a indústria, desenvolvendo-se não somente aumenta o número dos proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela. Os interesses e as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais, à medida que a máquina extingue toda diferença do trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário e o burguês tomam cada vez mais caráter de choques entre duas classes. Os operários começam a formar uniões contra os

burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se prepararem, na previsão daqueles choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em rebelião [...].

Como se pôde verificar, pela breve análise apresentada, a necessidade de organização dessa classe impõe-se ainda mais, trazendo para o centro da discussão política o movimento de resistência que se expressa sindicalmente, entre outras coisas, levando-se em conta a análise de Marx:

[...] O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor. Os operários se unem para se colocar em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de compra e venda de seu trabalho. Esta é a razão (a base lógica) dos sindicatos [...] (MARX, s/d. p. 63).

As condições impostas ao proletariado brasileiro, guardadas suas particularidades, não escapam às condições universais próprias da exploração capitalista e do processo histórico conduzindo à necessidade da organização dos movimentos sociais que marcaram as lutas da classe trabalhadora em todo o mundo ocidental. Ocorre que, como sentenciou Friedrich Engels,

[...] a luta entre as duas grandes classes da sociedade se converte necessariamente em luta política (...) na luta política de classe contra classe, a organização é a arma mais importante (...) a organização dos sindicatos se fazia cada vez mais poderosa e hoje alcançou um grau de força que não se pode comparar com nenhuma organização operária de outros países [...] (ENGELS, 1881, p. 73).

Os sindicatos, associações e partidos políticos, entre outras organizações, expressam a capacidade e a força dos trabalhadores em sua incansável perspectiva de resistência à exploração, própria do mundo burguês. Desde a sua gênese, procuram manter-se ativos e participar, mesmo nos

momentos de repressão intensa, na organização e na defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Ao longo dessas páginas, procuramos tratar de algumas questões julgadas relevantes e inerentes à organização social no Brasil, sob a égide do capitalismo, para a qual tratamos de apresentar um pouco da história organizativa do proletariado brasileiro que, extirpados de todos os seus direitos sociais, inclusive, os educacionais, precisam lutar pela transformação da famigerada condição de explorados que lhes é imposta.

2.3 - As lutas das classes subalternas e a sua resistência ao domínio do capitalismo no Brasil.

Do nosso ponto de vista, a compreensão dos movimentos sindicais, associativistas e políticos dos trabalhadores pressupõe localizá-los historicamente, de tal sorte que possamos refletir sobre a forma como estão inseridos na dinâmica da luta de classes operada, incessantemente, na sociedade capitalista, pois, ao procurarmos entender criticamente a presença deles no interior da história social, devemos levar em conta que, como sentenciou Karl Marx (1968), em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, os homens fazem a sua própria história, mas não como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Importa observar, novamente, que no Brasil os funcionários públicos, só após a Constituição Federal de 1988, puderam organizar seus sindicatos, portanto até essa data organizavam-se em associações. Essa foi mais uma estratégia governamental para o enfraquecimento das suas lutas. Vale lembrar que o funcionalismo público não podia se sindicalizar, enquanto, aos demais trabalhadores, no período estudado, esse direito era consentido por lei.

Para contribuir com a construção da história do associativismo e do sindicalismo, inserindo em suas páginas a presença da AFUSE, julgamos importante apresentar, mesmo muitas vezes de forma cronológica, alguns instantes e características sociais e políticas desta história.

O Brasil, nos últimos anos do século XIX, passou por grandes transformações. Os altos lucros da agricultura, pecuária, mineração e mesmo do setor de serviços possibilitaram investimentos em indústrias; o trabalho escravo foi, paulatinamente, substituído pelo assalariado, primordialmente pelos estrangeiros trazidos pelo programa de incentivo à imigração, implantado pelo governo a partir de 1889. O processo de industrialização capitalista no Brasil, assim como em todos os lugares do mundo, ocasionou em sua implantação contradições sociais, provocando a organização das classes subalternas, frente às condições de exploração a que eram severamente submetidos.

As primeiras pegadas da história do sindicalismo e/ou do associativismo dos docentes brasileiros se encontram registradas a partir da segunda metade dos anos de 1800, pois existem registros de reivindicações por pagamentos em dia e acréscimos salariais, assim como envio de cartas de cunho trabalhista às autoridades. “São os professores de primeiras letras os impulsionadores do associativismo docente, fato talvez explicável pela precariedade das condições em que tal prática era desenvolvida” (BORGES; LEMOS, 2011, p. 227).

Segundo o historiador Boris Fausto (2004, p. 299), “desde o início da Primeira República, surgiram expressões da organização e mobilização dos trabalhadores: partidos intitulados de operários, [...] sindicatos, greves”.

Na trajetória do sindicalismo, por exemplo, encontramos oscilações entre as necessidades da classe trabalhadora, suas reivindicações e as condições postas nos diferentes momentos históricos de sua legalidade e ilegalidade, frente à impossibilidade de conciliação entre o capital e o trabalho, que se expressa no modo de enfrentá-lo, pelos porta-vozes das classes sociais mergulhados nesse processo. Nesse aspecto, alguns estudiosos observaram que o movimento da classe trabalhadora urbano da Primeira República foi limitado e só excepcionalmente alcançou êxito. Aqui é importante destacar Boris Fausto (2004, p.297), quando afirma que “os operários [...] estavam pouco propensos a organizar-se, pois a simples sindicalização já os colocava na ‘lista negra’ dos industriais” (SIC). Porém é necessário relativizar essa afirmação, pois, ao longo dos anos da chamada Primeira República, houve um esforço muito grande dos trabalhadores ideologicamente afinados com o

ideário anarquista, socialista e comunista em procurar romper com o duro controle que as elites políticas e econômicas procuravam lhes impor.

No final do século XIX surgiram as primeiras agremiações formadas pelos imigrantes europeus, na sua maioria trabalhadores das fábricas, do setor têxtil e do ferroviário. Elas não tinham ligação direta com partidos políticos, embora existissem ideais Anarquistas e Comunistas. Não havia “dirigente” e suas reivindicações eram decididas no grupo e depois negociadas diretamente com o patrão.

A primeira greve no Brasil foi a dos tipógrafos do Rio de Janeiro, deflagrada, em 1858, contra as injustiças patronais e por melhores salários (SINDJUD-PE, 2012).

No decorrer desse período, a classe trabalhadora organizou as Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, criadas para apoiar os operários fabris. Na sequência, surgiram as Uniões Operárias e, embora com circulação pequena, os jornais “O Operário” de 1892 e “A questão social” de 1895, editados na cidade de Santos, em São Paulo. Essa época foi marcada por graves acidentes no trabalho, devido às condições desfavoráveis nas fábricas (MORAES, 2013).

Na esteira das reivindicações operárias, formaram-se, efetivamente, as primeiras associações e organizações embrionárias dos sindicatos brasileiros. Os fatores foram o crescimento das cidades e as novas formas de atividades do sistema capitalista, sendo implantados no Brasil, tanto na cidade como no campo. As disputas entre os colonos e os fazendeiros, na zona rural, também se descortinaram em lutas por melhores condições de trabalho e vida, o que levou à aprovação do Decreto nº 979, em 6 de Janeiro de 1903, que facultava “aos profissionais da Agricultura e Indústrias rurais, organizarem-se em Sindicatos para defenderem seus interesses” (PINTO, 2007, p. 9).

Em 1906 foi fundada a Confederação Operária Brasileira – COB, com forte presença dos Anarquistas, para organizar a classe operária em nível nacional (FAUSTO, 2004), chegando a ter seu próprio jornal “A voz do Trabalhador” com ação significativa na formação ideológica da nascente classe operária, contribuindo para a constituição das ligas de resistência, combatendo

o Estado, seus representantes e os partidos. Heloisa Helena T. de S. Martins fala sobre essa posição dos anarquistas:

[...] O caso mais antigo e radical da oposição, assinalado já nos fins do século passado, foi representado pelo movimento anarquista. Rejeitando toda e qualquer forma de poder, combatia o Estado e a idéia de partido, não aceitando como instituição política mais do que um sindicato sem órgãos de autoridade. O anarco-sindicalismo marcou as características das associações operárias daquele período, definidas como ligas de resistência e combate, sem quadros administrativos remunerados e atribuições assistenciais [...] (MARTINS, 1989, p. 15).

O cenário era de embates, inclusive, entre os anos de 1905 a 1908, houve aumento substancial das lutas operárias. Em 1907, o proletariado paulista, majoritariamente constituído pelos trabalhadores do setor têxtil, da Construção Civil, Metalurgia, Gráficos e da Indústria de Alimentos aderiram à greve:

[...] os trabalhadores não pretendiam revolucionar a sociedade, mas melhorar suas condições de vida e conquistar um mínimo de direitos. O que não quer dizer que muitos não fossem embalados na ação pelo sonho de uma sociedade igualitária (FAUSTO, 2004, p. 300).

Eles não se furtaram de continuar sua luta, fizeram paralisações, pois somente assim poderiam ser ouvidos, destacando AROUCA que (2006, p. 16) “se a força de trabalho era o único bem que os proletários possuíam, negá-la, comprometendo a atividade empresarial e a obtenção do lucro, passou a ser a forma de pressão em favor de suas reivindicações”.

No campo educacional, no início do século XX, especificamente em 1901, foi criada a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo; em 1918, o Centro de Defesa do Professorado Primário Baiano que organizou, no mesmo ano, a greve dos docentes de Salvador e, em 1920, a Associação de Professores do Rio Grande do Norte (CATANI, 1989), frente às difíceis condições de trabalho e vida, também enfrentadas por outros trabalhadores:

O Estado respondia a essas manifestações com dura repressão. Como exemplo das represálias estatais, citamos a greve geral de 1917, envolvendo 50 mil operários, iniciada no setor têxtil e abraçada por diversos outros setores industriais, com apoio também dos comerciantes, quando foi morto o operário Gimenez Martinez. Suas reivindicações eram a liberdade para os detidos pela greve; respeito ao direito de associação aos trabalhadores; não haver demissões pela participação na greve; abolição do trabalho de menores de 14 anos, nas fábricas e oficinas, inclusive do trabalho noturno às mulheres; proibição do trabalho noturno a menores de 18 anos; pagamento de salário a cada 15 dias; garantia de trabalho permanente aos empregados; jornada de 8 horas e aumento de 50% para o trabalho extraordinário (PINTO, 2007). A professora Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins (1989, p. 19), por sua vez, asseverou que

[...] a greve de 1917 [...] constitui a mais significativa evidencia da função política do sindicalismo, visto ter abalado a estrutura social e política em São Paulo, obrigando o Governo, pela primeira vez, a parlamentar com os representantes da população em greve. A violência de grevistas e policiais, bem como a mobilização em torno da greve, levaram jornalistas a se apresentarem como mediadores, dado o temor de que a greve resultasse em guerra civil. Apesar das promessas feitas no acordo assinalado por industriais, governo e operários, nada foi posto em prática, o que levou às greves de 1918 e 1919 [...].

Tal greve marcou profundamente os acontecimentos registrados na chamada Primeira República, trazendo para a cena política a questão social, porém, ao ser encerrada contabilizou poucos resultados. Foram realizados acordos entre os industriais e o governo por intermediação de jornalistas. Conseguiram aumento salarial rapidamente consumido pela inflação e poucas promessas de serem atendidas as demais reivindicações (FAUSTO, 2004).

Os movimentos organizados, nesse período, com a eclosão de inúmeras greves, eram enfrentados com descaso pelos governantes.

[...] Mas apesar de tais acontecimentos, os políticos da década de 20 insistiram na tentativa de ignorar esta emersão popular. O trecho a seguir transcrito ilustra a afirmação anteriormente feita: “Washington Luís, como todos os seus antecessores no governo da Republica, jamais compreendera que o proletariado passara a existir, era agora uma classe definida, com interesses e reivindicações próprias e que nos cálculos eleitorais era preciso levá-lo em conta (...). Para ele, como para seus companheiros de Partido, como repetida por várias vezes, a questão social era caso de polícia [...] (BAUSBAUM, 1992, p. 33, apud RIBEIRO, 2000, p. 27).

No entanto, o período de 1917 a 1920 foi marcado por várias greves, com a bandeira de luta por melhores salários, motivado pelo aumento do custo de vida. Nessa fase a influência anarquista nos movimentos sindicais entra em declínio, devido às perseguições. Registros de episódios, ocorridos durante o governo Artur Bernardes de Campos (1922-1926), demonstram a existência de campos de concentração em Oiapoque e Clevelândia com, aproximadamente, quinhentos operários mortos (CUBERO, 1988).

Em janeiro de 1921, o Congresso nacional aprovou duas leis dando ao governo poderes repressivos: a expulsão dos estrangeiros que exercessem conduta nociva à ordem pública ou à segurança nacional e o combate ao anarquismo (FAUSTO, 2004). Desencadeou-se esse fato porque os dirigentes sindicalistas eram estrangeiros, importantes como organizadores da classe trabalhadora. Por isso, muitos imigrantes foram forçados a sair do país, enquanto a lei estava em vigência. “As autoridades, por sua vez, jamais deixaram de exercer a repressão policial contra os sindicatos e os grevistas” (MARTINS, 1989, p. 17).

Retomamos a questão dos sindicatos anarquistas, com Boris Fausto (2004, p. 303) que relata a crise no seu interior:

[...] No começo dos anos 20, surgiu uma crise no interior do anarquismo. Ela foi consequência principalmente de dois fatores. Os poucos resultados obtidos pelas greves, apesar de seu ímpeto, abriram caminho para as dúvidas sobre as concepções anarquistas. [...] nasceu assim em março de 1922 o Partido Comunista do Brasil, cujos fundadores em sua maioria, provinham do anarquismo. Essa origem foi excepcional na América latina, onde praticamente todos os partidos comunistas resultaram de cisões do partido Socialista [...].

Além do esforço organizativo associativista e sindical presente desde a primeira hora de sua história, os trabalhadores brasileiros também sempre envidaram esforços na organização e condução política dos seus interesses de classe, como foi o caso nos primórdios da década de 1920 com a criação do PCB – Partido Comunista no Brasil, fundado em março de 1922. A reunião que consagrou esse intento é considerada seu Primeiro Congresso. Sobre as características e convicções políticas dos seus precursores, alguns autores corroboram Bauer (1995, p. 11):

[...] as direções revolucionárias que darão origem ao Partido Comunista no Brasil, em 1922, não sairão dos quadros da social-democracia, mas, ao contrário do que ocorreu na maioria dos outros países, virão de lideranças anarco-sindicalistas e anarquistas que fizeram sua adesão ao bolchevismo. Na reunião de março de 1922, com exceção do alfaiate Manuel Cendón, todos os demais haviam militado no anarco-sindicalismo: Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro (intelectuais), Joaquim Barbosa (alfaiate), João da Costa Pimenta (tipógrafo), Luis Alves (varredor), Hermógenes da Silva (eletricista), Abílio de Nequete (barbeiro) e José Elias (operário da construção civil). Apenas o espanhol Manuel Cendón possuía algumas noções do socialismo marxista [...].

Parece-nos importante trazer para estas páginas alguns aspectos da ordenação e da trajetória do Partido Comunista Brasileiro – PCB, cuja organização e participação política nos permitem compreender toda a fúria da burguesia brasileira perpetrada contra os trabalhadores e suas organizações políticas, sindicais etc. sua trajetória não é linear, sofreu mudanças, produziu dissidências, mas até os meados dos anos de 1970, ao eclodir o chamado Novo Sindicalismo, influenciou decisivamente os rumos do movimento operário e o conjunto dos trabalhadores no país.

Assim, retomando sua trajetória, seus membros, entendendo os percalços do projeto anarquista, elegeram outra forma de idealizar o mundo. Observa Ricardo Antunes (1988, p.65) que

[...] através da constituição de um bloco hegemônico alternativo que englobasse o proletariado urbano e os demais setores subalternos, especialmente aqueles do campo, visava à luta pelo controle do estado, dando uma dimensão nitidamente política à luta operária, rompendo com o viés economicista dado pela ação direta [...].

O surgimento do Partido Comunista do Brasil, segundo José Carlos Ruy (2015, s/p), decorreu da necessidade histórica e correspondeu ao nível de desenvolvimento do proletariado brasileiro, buscando uma vanguarda organizada, para superar as tentativas anteriores, com programa político de classe, capaz de unificar a luta do proletariado.

Frente aos objetivos propostos pelo PCB, não é difícil imaginar como se deu a posição do governo, no confronto com suas ações e estratégias, para o seu desmonte. A esse respeito, inclusive, comenta Carlos Bauer (1995, p. 16):

O PCB viveu um período extremamente breve de atuação legal, Todavia, em julho de 1922, o presidente Artur Bernardes, incapaz de atender as reivindicações do movimento operário e sentindo-se ameaçado por uma rebelião de tenentes do Exército, acabou por decretar o Estado de Sítio, obrigando os comunistas a passarem a atuar na clandestinidade [...]

Mesmo frente às investidas governamentais de barrar a sua organização, ela aconteceu de forma camuflada, mas permanente. Em 1925 o partido realizou seu 2º Congresso e, em janeiro de 1927, recuperou a legalidade; entretanto, em agosto de 1927, foi novamente posto na ilegalidade.

O PCB viveu na legalidade apenas em dois breves períodos, de março a julho de 1922 e de janeiro a agosto de 1927 a repressão ao comunismo é legitimada com a Lei Aníbal de Toledo, em 1927, que possibilita ao governo fechar organizações cujos atos fossem considerados lesivos ao bem público (FAUSTO, 2004, p. 32).

Mesmo na clandestinidade em fins da década de 1920, o PCB organizou o Congresso Operário Nacional, no qual foi discutida a situação dos trabalhadores no Brasil e a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros – CGTB. Encontramos em Carlos Bauer (1995, p. 21) registros desse significativo feito organizativo:

[...] De fato, realiza-se no Rio de Janeiro, durante os dias 26, 27, 28, 29, 30 de abril e 1º de maio de 1929, o Congresso Operário Nacional, onde compareceram representantes de associações de diversos estados do país. Neste Congresso discute-se a situação dos trabalhadores no Brasil e a sua principal deliberação é a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros – CGTB [...].

No Congresso Operário Nacional de 1929 surgiu um comitê provisório para a fundação da primeira CGTB, mas seu trabalho foi interrompido pelas ações policiais, enfrentadas pelos comunistas, logo após sua criação.

[...] com a realização do Congresso Operário Nacional verificou-se uma importante mudança organizativa da classe operária brasileira. Até este momento a maioria dos sindicatos e associações era organizada por ofício, ou seja, por profissões. Neste congresso foi decidido que a partir daí só existiriam sindicatos por categorias [...] (Bauer, 1995, p. 26).

Porém, a organização sindical brasileira dos trabalhadores, por categorias, decidida no Congresso Operário, possibilitou força maior na luta contra a opressão do proletariado, legado da maior importância para a organização e luta dos trabalhadores e para a dos sindicatos.

O PCB também realizou de 28 de dezembro de 1928 a 4 de Janeiro de 1929, o seu terceiro Congresso. Era chegada a era varguista e, a partir de 1932, são criados os sindicatos oficiais, para controlar a classe operária. O seu movimento da época foi dividido entre os anarquistas e comunistas. O controle do Estado sobre o PCB se deu na forma de repressão exemplar, conforme conta Carlos Bauer, em sua obra *Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros: a hegemonia vermelha* com “a contratação, em março de 1931, de dois técnicos do Departamento de Polícia de Nova York, a fim de organizar, no Brasil, um ‘serviço especial de repressão ao comunismo’, nos moldes do existente nos Estados Unidos” (BAUER, 1995, p. 76).

Em 1935 formou-se a Aliança Nacional Libertadora - ANL com a participação de diferentes líderes sindicais: comunistas, socialistas, ex-tenentes reformistas e de esquerda. Entende Maria Elizabete Xavier (1994, p. 174) que a ANL era representante das camadas sociais defensoras de um governo popular. Seus escritos nos possibilitam subtrair que

[...] era criada a Aliança Nacional Libertadora, a exemplo das Frentes Populares antifascistas e antiimperialistas que surgiam na Europa. Era ela o organismo de representação dos segmentos sociais com um projeto em defesa de um governo popular de tendência socializante e tinha entre seus membros socialistas, anarquistas, comunistas e até liberais [...]

A ANL superou a estrutura existente nos partidos, pela mudança operada na esquerda brasileira, com novas opções para o enfrentamento das crises com a participação das massas. O professor Carlos Bauer (1995, p.48) mostra como essa atividade política aconteceu:

[...] A formação da ANL possibilitou aos seus organizadores superarem a estrutura tradicional dos partidos estaduais controlados pelas oligarquias. Por outro lado, “inegavelmente, a ANL operou uma ruptura com as concepções estreitas que marcaram a atuação da esquerda brasileira durante anos anteriores: significou uma alternativa, propugnada pelas massas trabalhadoras para a crise que assolava a nação. Seu programa, partindo das reivindicações concretas dos assalariados e articulando-os com as exigências de participação efetiva das massas no poder, conseguiu romper com o isolamento da classe operária [...] (BAUER, 1995, p. 48).

Importa considerar também que a ANL foi fundada em março de 1935 e fechada em julho de 1935 por Vargas. Ela incorporava também a luta pelo ensino popular. Ghiraldelli (1990, p.46) nos conta um pouco mais sobre essa aliança:

[...] A ANL aglutinou várias tendências que sustentavam um programa antiimperialista, antifascista, popular e progressista. Consubstanciou-se como uma frente ampla que reuniu social-democratas, liberais progressistas, anarquistas, trotskistas, stalinistas, tenentistas etc. Em apenas seis meses cresceu vertiginosamente e arrebanhou tantos militantes quanto a sua arquiinimiga AIB, fundada em 1932. O pouco tempo de sua existência legal foi bastante para a elaboração de algumas diretrizes relativas à educação e cultura. Basicamente, o pensamento da ANL sobre a educação popular se consubstanciava em dois pontos: em primeiro lugar a preocupação com a elevação cultural das massas, e para tal fazia-se necessário propugnar por medidas quantitativas em relação ao ensino obrigatório; em segundo lugar a valorização da cultura no interior das massas populares, e para tal a própria Aliança patrocinou entidades de promoção da cultura como o Clube da Cultura Moderna [...].

Em 1935, os comunistas lançaram mão de estratégias revolucionárias e insurrecionais contra o Governo Vargas, mas a sedição foi impiedosamente reprimida, com seus dirigentes presos ou mortos. O PCB foi desmantelado e o partido caiu na ilegalidade política.

O PCB mantém sua marca de classe característica, e que o distinguiria em sua longa história [...] a marca do programa revolucionário, marxista-leninista, da recusa à harmonia e colaboração entre o capital e o trabalho, e da compreensão de que esta contradição só pode ser superada pela revolução proletária e pelo início da construção de uma sociedade nova e avançada (RUY, 2015, p.s/d).

Com o final da Segunda Guerra Mundial e a forte influência produzida por seus reflexos no mundo inteiro, no Brasil tivemos o início de um curto período democrático que haveria de perdurar até os primeiros dias de 1964. Embora breve, esse momento histórico foi muito marcante na história brasileira, com a realização de amplas discussões sobre os rumos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais que o país haveria de tomar. Ghiraldelli (1987, pp. 24-25) nos mostra parte do cenário da época:

[...] Os anos posteriores à Guerra Mundial serviram de palco para uma maior participação política da população urbana, para o afloramento de conflitos no seio dos grupos dominantes, e para uma maior presença das camadas médias e do proletariado na vida sócio-política. Um exemplo claro, nessa direção, é o episódio da eleição de 1919, realizada excepcionalmente por causa da morte do presidente eleito, Rodrigues Alves. Rui Barbosa, empunhando uma bandeira reformista, com um programa que incluía até mesmo uma proposta de legislação operária, se candidatou à Presidência e, sem nenhum apoio das oligarquias estaduais, obteve 1/3 dos votos, vencendo no Distrito Federal (cf. Fausto *in*: Fausto, 1978: 403). É óbvio que Rui não seria empossado, mas o episódio deixa claro que os tempos eram outros, que haviam certos setores das elites e grande parte das camadas médias desejosas de participação, de reformas, de modernização e de democracia [...].

Nesses anos, impulsionada pelos novos ventos democráticos, viveu-se um repensar da educação na organização conjuntural da sociedade, uma vez que se difundia o pensamento: “a causa do atraso e da miséria social do país

se encontra basicamente na ignorância, reproduzida pela ausência ou pela precariedade da educação popular” (XAVIER, 1994, p. 98).

Há que se observar, nesse contexto, as bases nas quais se assentou o movimento conhecido por “Entusiasmo pela Educação” e, ao mesmo tempo, lembrar que à época era proibido legalmente pela Constituição de 1891 o voto do analfabeto, gerando desconforto político. Essa discriminação fez parte do impulso para o interesse pela educação. Também não podemos desconsiderar que a sua requisição era para camadas privilegiadas da população nacional, pois a participação na vida política, no poder e nas eleições era de interesse das oligarquias que, nos períodos anteriores, por conta de não exigências de suas atividades predominantemente agrícolas, faziam parte do contingente de analfabetos. Conforme vimos, o contexto social era propício à busca por educação. assim relata Ghiraldelli (1987, p. 25) que

[...] após 1915 abriu-se uma ampla campanha, encetando múltiplas e variadas frentes, no sentido de desenvolver o sistema escolar e de democratizar o acesso ao ensino básico. O espírito que pairava entre a intelectualidade ligada às elites esboçava um certo sentimento análogo ao dos anos iniciais da República. Na verdade, o que se configurava era uma espécie de vontade coletiva de “republicanizar a República”, num movimento carregado de idéias cívicas, patrióticas, nacionalistas, onde a questão da difusão da escola popular, a escola primária, aparecia de forma relevante (cf. Nagle *in*: Fausto, 1978, 403). De fato, era a disseminação de idéias ligadas ao “entusiasmo pela educação”, movimento este vinculado ao nacionalismo dos anos dez, aos ideais republicanos e, em certa medida, democráticos, que se ligavam aos anseios de universalização do ensino elementar e de ampliação das oportunidades educacionais para toda a população (cf. Paiva, 1983: 95). Não se pode dizer que o “entusiasmo pela educação’ tenha saído do verbalismo¹ (o numero é 5) e fecundado resultados práticos capazes de alterar o quadro educacional real da primeira República. No entanto, como um vigoroso movimento de idéias, o “entusiasmo pela educação” denunciava uma realidade não muito animadora em relação à educação popular legada por mais de duas décadas de regime republicano. Em todos os estados da federação a situação do ensino básico era de insuficiência [...] (nota do autor).

¹ Cury refere-se ao “entusiasmo pela educação” como uma “luta verbal’ (cf. Cury, 1984: 19). (Atenção no livro original o numero da nota de rodapé é 5)

O Brasil, como vimos, estava aberto aos novos rumos e, no que diz respeito à organização associativista, sindical e política dos trabalhadores, registrou-se um processo de ampla e febril mobilização. No bojo desses acontecimentos, em 1945, o PCB conquistou a legalidade, e os seus dirigentes, presos durante o Estado Novo, com a anistia foram libertados. A legalização do PCB, em poucos meses, possibilitou que se tornasse o maior partido comunista da América Latina, com cerca de 200.000 membros. Obteve 10% de eleitorado para presidente da República, elegeu 14 deputados e um senador, Luis Carlos Prestes, à época o mais votado da República. Assim, passou a ser a vanguarda democrática na Assembléia Nacional Constituinte (SINTSEF, 2013).

Os conservadores por meio da União Democrática Nacionalista – UDN e do Partido Social Democrático – PSD detinham 70% do parlamento e conseguiam barrar todas as investidas do PCB que, mesmo sendo aliado ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB no parlamento, não obtinha vitórias (SINTSEF, 2013).

Rapidamente, todo o movimento do PCB foi brutalmente interrompido. Em 1947 Dutra determinou a sua ilegalidade, cassou o mandato dos seus representantes no parlamento, conduzindo-os ao isolamento. Mesmo assim, no início da década de 1950, passou a organizar os assalariados rurais em sindicatos. Em 1960 o partido realizou seu V Congresso com a tese de coexistência pacífica, propondo a busca da legalidade, mudando o seu nome de 'Partido Comunista do Brasil' para Partido Comunista Brasileiro.

Esse instante da luta política e disposição organizativa dos trabalhadores é muito conturbado. Entre outras coisas, no interior do PCB cada vez mais as teses *Maoístas* ganham relevo, e a procura de formas de intervenção no cenário político nacional, que haviam marcado o partido desde a sua origem, era questionada no seio de sua própria direção. O acirramento dessas divergências culminou com a V Conferência Nacional Extraordinária em 1962. Os militantes comunistas dissidentes do PCB criaram o Partido Comunista do Brasil - PCdoB, outra organização comunista, marcando a completa ruptura com o grupo anterior.

Nesse período, mesmo o alinhamento organizativo dos trabalhadores sendo muito difícil, ele se fez presente no Brasil, enfrentando com sagacidade

toda forma de intrincada reorganização social dos moldes capitalistas e do processo de industrialização que requeria cada vez mais qualificação, para dar conta dos processos produtivos e das transformações que aconteciam no mundo do trabalho. Nessa esteira nasceu o movimento da Escola Nova, quando as camadas populares idealizavam alcançar ascensão social, pela via educacional. Observemos o relato de Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier (1994, p. 118):

[...] As camadas populares acabam caindo na armadilha que lhes lançava a ascendente burguesia industrial, através de seus intelectuais. Era o oportuno movimento da Escola Nova, que incorporava as reivindicações educacionais populares, no discurso, e resolvia o problema da formação das novas elites, na prática [...].

O período em questão desenhou a efervescência política e os confrontos que desembocaram, em 1932, na publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborado, à época, pelos chamados profissionais da educação. Liberais, que desejavam mudanças na rede de ensino público, como nos escreve Ghiraldelli (1990, pp. 42-43):

[...] Na tentativa de influenciar as diretrizes governamentais, os liberais vieram a público, em 1932, com o célebre “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, um longo documento dedicado ao governo e à nação que pautou-se, em linhas gerais, pela defesa da escola pública obrigatória, laica e gratuita e pelos princípios pedagógicos renovados [...] Podemos acrescentar que os liberais igualitaristas (e mesmo os socialistas) tinham como paradigma o pensamento de Anísio Teixeira. Para Anísio a escola deveria ser democrática, única, capaz de servir como contrapeso aos males e desigualdades sociais provocados pelo sistema capitalista. Era a tese escolanovista de uma escola renovada, com intuito profissionalizante, regionalizada e controlada pela comunidade, aberta a todas as camadas e classes sociais no sentido de possibilitar a construção de uma nova sociedade. Os liberais elitistas tinham seu expoente máximo no redator oficial do “Manifesto”, Fernando de Azevedo. [...] Para Azevedo a escola deveria ter um papel de formadora de elites, sendo que a educação apenas rearranjaría os indivíduos na sociedade de acordo com suas aptidões. Uns iriam para o trabalho manual e outros para a produção intelectual [...].

Apresentamos aqui o início do texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que demonstra claramente o seu espírito reformista e a procura pela inserção da problemática educacional nos grandes debates nacionais:

[...] Na hierarchia dos problemas nacionaes, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de character econômico lhe pódem disputar a primazia nos planos de reconstrucção nacional. Pois, se a evolução organica do systema cultural de um paiz depende de suas condições economicas, é impossível desenvolver as forças economicas ou de producção, sem o preparo intensivo das forças culturaes e o desenvolvimento das aptidões á invenção e á iniciativa que são os factores fundamentaes do accrescimo de riqueza de uma sociedade [...] (Ghiraldelli, 1990, p. 54).

Implica considerar que, entre os signatários do referido Manifesto, encontravam-se majoritariamente posições ideológicas liberais e elitistas, demonstrando o significado das lacunas e os porquês de não poder pensá-lo como projeto educacional, preocupado com as transformações das nefastas condições sociais da classe trabalhadora brasileira.

Retomando a cronologia sobre a organização sindical, encontramos, em 1929, a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros – CGTB, durante o Congresso Sindical Nacional.

A conjuntura social da década de 1930 representou a consolidação da industrialização brasileira, trazendo toda forma de aviltamento e exploração à classe trabalhadora. Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins nos mostra que a expansão capitalista provocou mudanças no papel do Estado:

[...] As exigências de expansão do capitalismo no Brasil, os conflitos do trabalho, a pressão do movimento operário e, elemento também importante, a participação de partidos políticos revolucionários no movimento operário, entretanto, levou a uma reformulação da atuação do Estado na questão social [...] (MARTINS, 1989, p. 25).

Ainda em 1930 aconteceram as eleições do Bloco Operário e Camponês – BOC. Candidatou-se Minervino de Oliveira, que haveria de ser, em nossa história, o primeiro operário a se candidatar à presidência da república, mas foi eleito Julio Prestes, representante da Burguesia cafeeira. No entanto, os militares barraram sua posse, resultando em Vargas no poder (FAUSTO, 2004).

No período em que se convencionou chamar Governo Provisório, Vargas criou, em 26 de novembro de 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para se organizarem as questões pertinentes aos interesses patronais, próprios do mundo do trabalho, de forma conciliatória e com a apregoação de que tínhamos a “paz social”. Como já foi observado anteriormente, a classe operária vinha, pelo menos desde os primórdios do século XX, procurando se organizar de forma independente e autônoma, com intuito de diminuir a voracidade do capital e, ao mesmo tempo, lutar por melhor condições de vida. Afinal de contas, “o capital se não lhe erguem obstáculos, procura sempre, implacavelmente e sem piedade, reduzir toda a classe operária a esse nível da mais baixa degradação” (MARX, 1987, p. 75).

O trabalhador, visto como elemento produtivo precisava ser colaborador no processo de construção da sociedade capitalista que se instalava. Para Boris Fausto (2004), o objetivo do Estado varguista foi eliminar os possíveis conflitos, chamando os sindicatos para serem órgãos consultivos e de colaboração com o poder público. Conter a classe trabalhadora era primordial.

[...] o governo Vargas [...] Teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado [...] a repressão se abateu sobre partidos e organizações de esquerda [...] Seguiram-se leis de proteção ao trabalhador, de enquadramento dos sindicatos pelo Estado, e criavam-se órgãos para arbitrar conflitos entre patrões e operários – as Juntas de Conciliação e Julgamentos [...] (FAUSTO, 2004, p.335).

As intervenções desse governo nas relações trabalhistas redefiniram as funções dos sindicatos e suas relações com o Estado. O que a princípio fora de forma repressiva, passou a ser de forma colaborativa, com o objetivo de controlar sua atuação. “Portanto, as iniciativas do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no âmbito da legislação social tinham por norma

de ação, substituir o conceito de luta de classes, pelo conceito de colaboração entre as classes” (MARTINS, 1989, p. 35).

A “colaboração” tida como ideologia do governo Vargas pretendia manipular a classe trabalhadora em prol dos ideais capitalistas. Nesse aspecto, Heloisa Helena T. de S Martins (1989, p. 36) afirmou que “o proletariado, incorporando elementos da ideologia difundida pelo poder dominante, tornou-se facilmente massa de manobra de Vargas”.

Na década de 1930, “três decretos marcaram a presença estatal no sindicalismo, o de 1931, de 1934 e [...] de 1939” (MARTINS, 1989, p. 48) que definem os sindicatos no Brasil como órgãos de colaboração e cooperação com o Estado, indicando tentativa de desmantelar o sindicalismo independente no Brasil. Pela sua corporatividade, deixou de ser movimento de resistência, para fazer parte do quadro administrativo estatal, o que significou seu cerceamento ideológico, visto que o governo Vargas, percebendo que na época os sindicatos já haviam alcançado significativa expressão no cenário político brasileiro, decidiu cooptar, anular e controlar as entidades sindicais. Corroborando essas premissas Boris Fausto nos informa que

[...] pelo decreto n. 19770 de 19 de março de 1931[...] O sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. Adotou-se o princípio da unidade sindical, ou seja, do reconhecimento pelo Estado de um único sindicato por categoria profissional [...] O governo se atribuiu um papel de controle da vida sindical, [...] a legalidade de um sindicato dependia do reconhecimento ministerial [...] (FAUSTO, 2004, p. 335).

Por conta desses mecanismos e dispositivos legais, os sindicatos no Brasil passaram a ter um vínculo formal com o Estado ou, mais precisamente, com o próprio Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, levando à obrigatoriedade de filiação a esse Ministério e dependência de autorização para funcionamento. Surge, então, caracterizado por alguns autores, o Sindicalismo de Estado, constituído em categorias funcionais, determinadas pelo próprio aparelho estatal.

Carlos Bauer (1995, p.39) nos apresenta o pensamento político, formulado por Washington Luis, no alvorecer da década de 1930, dando sustentação social e política às investidas varguistas no meio operário:

O sindicalismo brasileiro chegou às portas da década de 1930 completamente destruídos pela repressão policial, pela crise econômica, pelas atividades internas e pela insuficiência política do partido que dirigia sua vanguarda. O último presidente antes de Vargas, quase resumindo o pensamento de toda a oligarquia desde o começo do século, disse que a questão social era caso de polícia, e como tal devia ser resolvida com as patas dos cavalos. Tal pérola do pensamento político foi formulada por Washington Luis. Isto nos ajuda a compreender porque Vargas, porta-estandarte da burguesia liberal, conseguiu impor com relativa facilidade seu plano de implantação do sindicalismo oficial [...].

Os Decretos de 1931 e 1934 não acarretaram mudanças significativas na atuação dos sindicatos, que continuaram com sua função política, apesar de já esboçarem a função assistencialista que haveria de marcá-los ulteriormente. Em 1939 foi aprovado o Decreto 1402, impondo duas significativas mudanças: o princípio da unicidade sindical e de imposição das contribuições a todos da mesma categoria profissional; em 1940 foi sancionado o Decreto-lei 2377, regulamentar do imposto sindical e, posteriormente, transformado em contribuição sindical, criando vínculo maior com o Ministério do Trabalho, conseqüentemente com o Estado (MARTINS, 1989).

Com a criação de tais impostos e contribuições descontadas diretamente na folha de pagamento, juntamente com a política, assumidamente assistencialista de Vargas, os sindicatos estatais estimularam o aparecimento dos dirigentes conciliadores e favoráveis à comunhão dos interesses operários e patronais, chamados popularmente de “pelegos”.

Como resistência a essa formatação, em 1934 realizou-se a Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores, reunindo 300 delegados, representantes de 500.000 trabalhadores. Reorganizou-se a Confederação Sindical Unitária – CSU e, em 1935, foi fundada a Aliança Nacional Libertadora – ANL. Mas, em abril de 1935, Vargas decretou a Lei de Segurança Nacional proibindo as greves e invalidando a CSU.

A repressão governamental perpetrada contra o levante de 1935 trouxe uma tendência de controle ainda maior do movimento operário no país. Decreto como o nº 1402 determinava que fosse prerrogativa do Ministério do Trabalho o enquadramento sindical e a autorização da criação de sindicatos. Heloisa

Helena Teixeira de Souza Martins (1989, p. 64) escreveu sobre o novo ordenamento desenhados pelo governo Vargas:

[...] Com essas disposições configurou-se o sindicato como um órgão de assistência social, negando a característica imprimida pelos antigos militantes sindicais, de órgão de luta de classes, passando a ter como função promover a conciliação entre patrões e empregados, tornou-se peça importante na política de paz social e colaboração das classes. [...] Substituiu-se a função originalmente política do sindicato pela administrativa-assistencial [...].

O governo de Getúlio Vargas instituiu as Comissões mistas de Conciliação e, com o Decreto 21.396, de 12-05-1932, fundou as Juntas de Conciliação e Julgamento, para pacificação dos conflitos entre patrões e empregados. Em 1932 foi regulamentada a concessão das férias e criado o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos e dos Bancários – IAPM. Também foi regulamentado o trabalho das mulheres e das crianças e estabelecido o limite de 8 horas de trabalho. Em 1940, pelo Decreto-lei 2.162 de primeiro de maio, estabeleceu-se o salário mínimo. A questão trabalhista entra em pauta nesse momento histórico, muitas vezes pelo não cumprimento das disposições legais do trabalho por parte de empregadores (MARTINS, 1989). Os embates nos grandes centros, a quantidade de greves com o prejuízo na produção foram fatos decisivos para sua efetivação (NASCIMENTO, 2000).

Em 1943, deu-se a sistematização e ampliação da legislação trabalhista com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (FAUSTO, 2004). Mesmo com todo o dispositivo institucional à disposição do Estado para controlar o movimento dos trabalhadores, a história da legislação trabalhista, no mundo do capital, continua sendo a da luta de classes, e os papéis dos sindicatos permanecem preponderantes, apesar de se procurar exercer controle absoluto sobre eles (BORGES, 2013).

A legislação trabalhista pode ser compreendida como instrumento eficaz de exercício da tutela governamental adotada por Vargas em seu relacionamento com o movimento operário no país. Inclusive, ela foi um dos instrumentos usado para mascarar as verdadeiras intenções dele. A aprovação dessas leis, apresentadas aos olhos dos operários como benefício,

desconsiderava toda forma de luta anterior efetuada pela classe operária no seio dos sindicatos. Em seu livro *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*, Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins (1989, p.34) comentou a legislação trabalhista de Vargas e os reais motivos da sua aprovação: afastar os trabalhadores dos movimentos revolucionários e questionadores do capitalismo.

[...] A legislação trabalhista, elaborada [...] mostra a disposição do Estado de atender as aspirações populares, numa política que visava, antes de tudo, conseguir o apoio das massas urbanas para os “ideais” da Revolução. Era a maneira de conseguir enfrentar os inimigos políticos e as pressões existentes, afastando a classe trabalhadora de possível ligação com partidos políticos de esquerda [...].

Esse comportamento político garantiu-lhe a figura de “guia e pai do povo”, embora fossem ações que mascaravam o autoritarismo, por meio de um governo paternalista e comprometido com o assistencialismo social. As reivindicações atendidas com a consolidação da CLT foram fruto de longo conflito, travado pelos operários (FAUSTO, 2004).

Os sindicatos lutaram muito pelo próprio reconhecimento enquanto instituição representante de categoria profissional, mas, especificamente, o sindicalismo docente enfrentou mais dificuldades para seu reconhecimento. Várias razões convergiram para essas dificuldades: o descaso com a educação popular pelos governantes, a limitação da população com acesso à escola, entre outras (DAL ROSSO, 2011).

Em 1945 chegou ao fim o primeiro período de Vargas no poder; o país passava por algumas modificações com aspirações democráticas. Foram criadas organizações de docentes sobre a bandeira de luta por escola pública e gratuita, por melhores salários, concurso para o ingresso no sistema, pagamentos em dia, aposentadoria especial após vinte e cinco anos de serviço e a promulgação de um “plano de carreira” e do estatuto dos servidores públicos pelo direito à sindicalização, sob a batuta de espírito negociador e legalista.

Contudo, os Decretos, organizadores das questões trabalhistas do período varguista, evidenciavam as pretensões de manipulação ideológica

burguesa, pois reelaboravam as ações sindicais em prol dos seus interesses no processo de desenvolvimento capitalista em curso no país.

Mas, evidentemente, houve inúmeras tentativas de resistência ao exercício de controle estatal do movimento operário. Por exemplo, em 1945 surgiu o Movimento Unificador dos Trabalhadores – MUT com os objetivos de romper com a estrutura sindical vertical e retomar a luta da classe operária e liberdade sindical. Com a queda de Vargas e a assunção do presidente Marechal Dutra, foram retomadas as ações repressivas contra os sindicatos, suspendendo um extraordinário número de eleições sindicais por todo o país. Mesmo assim, em 1946 foi realizado o Congresso Sindical dos Trabalhadores que aprovou em suas resoluções a criação da CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, que, em 1947, foi fechada pelo governo Dutra.

Em que pese as ações coercitivas e punitivas perpetradas pelo governo Dutra contra a organização política e sindical, os trabalhadores continuaram se mobilizando e lutando pelos seus direitos. Também deve ser levada em conta que, entre 1940 e 1953, a classe operária tenha dobrado o número de seus membros, totalizando 1,5 milhão nas indústrias; as greves tornaram-se frequentes. Em 1951 aconteceram, aproximadamente, 200 paralisações com quase 400.000 trabalhadores envolvidos em suas ações. Em 1952 estima-se que foram 300 paralisações e em 1953, 800 greves só em São Paulo. A maior delas, das indústrias têxteis, metalúrgicas e gráficas com 300 mil trabalhadores, com a participação do PCB, lutava pela liberdade sindical. Foi criado o pacto da Unidade Intersindical, transformado posteriormente em Pacto de Unidade e Ação – PUA e criado também os Pactos Intersindicais – PIS, na região do ABCD paulista (SINTSEF, 2013).

Em 1953, um grupo de associações de docentes primários se reuniu para constituir uma entidade nacional, concretizada em 1960, com a criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil – CPPB, da qual faziam parte o Centro do Professorado Paulista – CPP, fundado em 1930, a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais de 1931, o Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul de 1945 e a Sociedade Unificadora dos Professores Primários da Bahia de 1947. A CPPB organizava uma entidade por Estado (FONTOURA; GINDIN; GENTILI, 2008, pp.17/18).

O movimento sindical enfrentou várias e novas questões organizativas nos anos futuros. Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins (1989, pp. 77-78) informa que, em 1954, foi criada a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – e, em 1955, surgiu a primeira Liga Camponesa. Em suma,

[...] No período de 1945-1964, surgem novos temas para o movimento sindical: inflação, desemprego, problemas de custo de vida, abastecimento, Para tratar deles era necessário que houvesse integração maior entre os sindicatos, pois a estrutura vertical do sindicalismo brasileiro impedia a existência de órgãos de coordenação horizontal [...] em 22 de dezembro de 1955, foi organizado por um grupo de dirigentes sindicais, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) órgão de assessoria técnico-econômica, mantido por entidades sindicais de trabalhadores [...] O objetivo foi o de “realizar estudos e pesquisas sobre problemas da classe trabalhadora. [...] Uma de suas primeiras e mais importantes pesquisas foi justamente sobre o padrão de vida da classe trabalhadora [...] que forneceu instrumentos para a maioria das reivindicações salariais dos sindicatos, nos anos posteriores [...].

A divulgação dos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE, sobre o padrão de vida dos trabalhadores, inaugurou, na década de 1960, as agitações sindicais que convergiram para a realização do III Congresso Nacional dos Trabalhadores e impulsionaram a continuidade nas lutas por melhores condições de trabalho e vida. Em 1962 aconteceu o IV Congresso Sindical Nacional, foi fundado o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT.

O sindicalismo brasileiro; nascente na Primeira República, buscou novas formas de se organizar, viveu o autoritarismo estatal de Vargas, as inquietações da década de 1960, a violência do Golpe Militar de 1964, caracterizando história de lutas e conquistas (SÁ, 1999, p. 37).

No Brasil, o chamado período militar foi caracterizado por ser eminentemente ditatorial, cerceador da participação popular em todos os âmbitos. No bojo das repressões, encontravam-se como alvos os sindicatos e suas ligações históricas com o Partido Comunista, servindo de pretexto para a intervenção militar, com discurso legalista. Assim, podemos assinalar que esse discurso foi seguido de repressão e coerção estatal (FERNANDES, 1981).

Corroborando Boris Fausto (2004, p. 461) essa afirmação sobre o período militar e assim caracterizou aquele momento:

[...] era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país, os militares assumiram o poder com a perspectiva de aí permanecerem, começando a instaurar um regime autoritário [...].

Com a aprovação da lei nº 4330, os governos civil-militares regulamentaram o direito à greve, com determinações sobre uma greve legal e, ao mesmo tempo, exigiram que as assembleias, convocadas pelos sindicatos, fossem tornadas públicas pela imprensa e expostas as reivindicações com a participação de um membro do Ministério Público do Trabalho. Esses personagens rapidamente foram chamados de interventores, já que tinham a função de não permitir a ação dos sindicatos como instrumentos de luta, denunciando ações que colocassem em risco a estabilidade política do regime e apresentando tais sindicatos como espaço de lazer e de assistencialismo, sem vínculo com as reais necessidades dos trabalhadores. Um golpe à autonomia e à liberdade política, principalmente ao tentar barrar uma de suas principais armas de luta: a greve.

Esse momento trouxe para a cena política do país a desenfreada repressão aos movimentos sociais, sindicais, com prisões arbitrárias. De fato, “o golpe militar de 31 de março de 1964 não abriu mão da repressão, intervenção nos sindicatos, da prisão de líderes operários e outras arbitrariedades” (BAUER, 1995, p. 107), como foram os casos das torturas e mortes, cassações de dirigentes sindicais, parlamentares, estadistas, perseguição, desmantelamento do movimento estudantil e a presença de movimentos armados que se levantaram contra o regime ditatorial, devido ao novo ordenamento social. Em linhas gerais,

[...] o regime militar não só revogou algumas importantes conquistas dos trabalhadores, como “marginalizou os sindicatos de trabalhadores, proibiu a greve, implantou o arrocho salarial, incorporou a Previdência Social à tecnocracia, revogou a estabilidade por meio do FGTS, promoveu uma enxurrada de leis sindicais e reformulou a CLT. A greve foi abolida da prática, A União passou a fixar as margens do reajuste. A Justiça do Trabalho e os sindicatos ficaram sob pesado controle, ao mesmo tempo que o Ministério do Trabalho cresceu em atribuições, centralizando-as, substituindo os sindicatos. Os salários reais caíram já nesta fase, ao mesmo tempo que aumentou a subordinação formal e real ao capital [...] (BAUER, 1995, p. 110).

Com o golpe militar, os trabalhadores enfrentaram a maior repressão política da sua história. Os sindicatos não enquadrados no modelo permitido pelo sistema eram invadidos; suas lideranças cruelmente perseguidas, cassadas, presas e exiladas. Toda essa desarticulação foi acompanhada de grande arrocho salarial e do final do regime de estabilidade no trabalho, culminando, em 1966, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Frente a essa realidade, somaram-se aos protestos contra a vigência do regime ditatorial os setores progressistas da sociedade civil, presentes em organismos como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Associação Brasileira de Imprensa – ABI, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e a Igreja Católica, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s e pelos membros da Juventude Universitária Católica – JUC. Com isso ampliando, significativamente, os movimentos de trabalhadores e estudantes que se mobilizavam contra a ditadura civil-militar. “A negação das liberdades era profundamente sentida pelos chamados formadores de opinião, e a miragem do milagre econômico começava a se dissipar” (FAUSTO, 2004, p. 491).

As intervenções militares atingiram cerca de dois mil sindicatos no país, período regido por diferentes Atos Institucionais, pelo uso de torturas, assassinatos e censura, coibindo pela força toda forma de liberdade de expressão, organização e manifestação política.

Em 1967 foi criado o Movimento Sindical Anti-Arocho – MIA, nova investida sindical. Em 1968 ocorreram duas greves: em Osasco e em

Contagem, reprimidas com várias prisões e intervenções nos sindicatos. Em dezembro de 1968, foi decretado o AI-5.

Foram instaurados inúmeros Atos Institucionais pelo autodenominado Alto Comando Militar, a começar pelo AI-1, apresentado a seguir por Boris Fausto (2004, pp. 466-467), com algumas de suas prerrogativas:

[...] O AI-1 suspendeu as imunidades parlamentares, e autorizou o comando supremo da revolução a cassar mandatos em qualquer nível – municipal, estadual a federal – e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos. As garantias de vitaliciedade, asseguradas aos magistrados, pela qual eles têm direito a permanecer em seu cargo, e de estabilidade, conferida aos demais servidores públicos, foram suspensas por seis meses para facilitar o expurgo no serviço público [...].

Entre outras coisas, tais Atos concederam poderes excepcionais ao Poder Executivo, com cassações políticas, aposentadorias compulsórias de funcionários públicos, diminuição dos poderes dos legislativos federal, estadual e das câmaras de vereadores, estabelecimento de eleições indiretas para a presidência da República e governadores de Estado, extinção de partidos, decretando estado de sítio, suspensão do direito de organização dos partidos políticos e estabelecimento do bipartidarismo, com a criação da Aliança Renovadora Nacional – ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Foram instaurados ainda o Destacamento de Operações e Informações – DOI, o Centro de Operações de Defesa Interna – CODI, o Serviço Nacional de Informação – SNI, a Lei de Segurança Nacional – LSN, arcabouço jurídico que haveria de pavimentar o caminho para as prisões políticas, cassações dos direitos civis e o banimento daqueles considerados subversivos pelo regime civil-militar.

Na esteira do período do Regime Militar (1964 -1985), o professorado se mobilizou e organizou suas greves, como as registradas no ano de 1967, em Minas Gerais e em 1968, no Paraná e Piauí, quando o governo, de forma autoritária, reprimiu o sindicalismo docente.

Vale lembrar também, pelo seu significado histórico e político, a greve dos professores cearenses de 1967 que, entre outras coisas, trazia em suas reivindicações questionamentos do estado arbitrário instalado em 1964 no país.

Analisando essa organização, Amarílio Ferreira Júnior (2011, p. 50) nos diz que efetivamente os professores intensificaram, entre 1960 e 1970, suas formas de organização e passaram a ser presença constante nos cenários político e social:

[...] a luta sindical dos professores estaduais, organizada por meio do movimento de professores, só se constituiu num fenômeno da realidade socioeconômica da sociedade brasileira após o desenvolvimento autoritário das relações capitalistas de produção durante as décadas de 1960 e 1970 [...].

No contexto de lutas do período ditatorial militar, em 1971, foi aprovada a lei número 5692 reformulando toda a estrutura educacional do país. Evidentemente, não apresentaremos aqui análise ampla dessa profunda reformulação educacional do país, visto que escapa ao objetivo da presente pesquisa. Contudo, podemos dizer que essa nova estrutura ampliava para oito anos o ensino obrigatório no país, o que demandava maior formação docente, além de outras exigências pretensamente favoráveis à carreira docente, fazendo com que a CPPB, a princípio, apoiasse a reforma. Porém, à medida que as reivindicações da categoria não foram atendidas, os ânimos pela reforma começaram a arrefecer.

Nos anos posteriores, diferentes categorias de especialistas da educação, orientadores, inspetores, diretores criaram entidades específicas. Os sindicatos instituídos ou não no período civil militar, segundo Wellington de Oliveira (2011 p. 151), enfrentavam imposições pelos governantes, com possibilidades de intervenção, fazendo-os recuar:

[...] O sindicalismo, no período da ditadura, ficou acuado e a possibilidade de negociações salariais não existia. O Estado estabelecia os índices de aumento e os sindicatos eram estimulados a exercerem uma política assistencialista. Os que procurassem exercer uma política diferente sofriam intervenção direta do Ministério do Trabalho [...].

Do ponto de vista econômico, o governo autoritário promoveu a instauração do arrocho salarial, de forma que, segundo argumenta Boris Fausto (2004, p. 471), a “compressão dos salários começou a ser feita pela fixação de fórmulas de reajuste inferiores à inflação. Ela veio acompanhada de medidas destinadas a impedir as greves e a facilitar a rotatividade da mão de obra, no interesse das empresas”, além de acabar com a estabilidade no emprego e procurar jogar uma pá de cal no projeto nacionalista, desenvolvido desde os tempos de Getúlio Vargas, com apoio das organizações sindicais, das massas trabalhadoras e dos partidos de esquerda, com vista a preparar o terreno para o desenvolvimento do capital estrangeiro e da instalação das grandes multinacionais no país. O fim da estabilidade ligava-se, necessariamente, “ao interesse do capital em dispensar, de forma aleatória, grande número de trabalhadores no período imediatamente anterior aos dissídios coletivos, implementando posteriormente sua recontração, em níveis salariais inferiores” (BAUER, 1995, p. 111). Inclusive, apressando-se em implantar modelo de modernização conservadora “sob as botas dos militares” que atraia os investimentos de capitais estrangeiros, com faraônicos investimentos estatais, para atuar em áreas nevrálgicas da indústria, mineração, agricultura, telecomunicações e produção energética.

Não bastasse isso, na esfera da educação e da cultura, foi instalado o controle da imprensa, da universidade, com a aposentadoria forçada de professores e a invasão dos campi universitários, além da censura às obras artísticas, às músicas, ao teatro, ao cinema, à literatura e ao debate público sobre os rumos da sociedade brasileira.

Assim, de forma mascarada e se proclamando como necessária à manutenção da ordem social, da moral e da paz social, “as Forças Armadas, em combinação com os setores mais reacionários da sociedade brasileira e seus aliados internacionais foram acionadas em 1964 a fim de deter o processo de transformação estrutural que permitiria o desenvolvimento do país dentro de normas democráticas” (BAUER, 1995, p. 115).

Diante de tamanhas e contínuas arbitrariedades, levantaram-se mobilizações e greves dos trabalhadores: “mesmo submetidos a toda sorte de

perseguições e represálias, o movimento operário não deixava de desenvolver suas lutas e perspectivas de resistência diante das atrocidades da ditadura militar” (BAUER, 1995, p. 120), como as registradas em Osasco (SP) e Contagem (MG), manifestações e passeatas estudantis com a participação de artistas e intelectuais e incontáveis focos de guerrilhas urbana e rural em praticamente todas as regiões do território nacional.

As prisões, as torturas e as mortes de estudantes, jornalistas e operários, como foi o caso de Edson Luís de Lima, contribuíram para a aversão ao sistema imposto. De fato,

[...] o catalisador das manifestações de rua em 1968 foi a morte de um estudante secundarista. Edson Luís foi morto pela Polícia Militar durante um pequeno protesto realizado no Rio de Janeiro, no mês de março, contra a qualidade da alimentação fornecida aos estudantes pobres no restaurante do Calabouço. Seu enterro e missa rezada na igreja da Candelária foram acompanhados por milhares de pessoas. A indignação cresceu com a ocorrência de novas violências. [...] (FAUSTO, 2004, p. 477-478).

Além disso, as mortes de Wladimir Herzog² e Manuel Fiel Filho³ não poderiam mais ser toleradas pela sociedade brasileira, sem falar que, do ponto de vista econômico, o cenário não era nada favorável, com a diminuição do crescimento do país, aumento da inflação e do endividamento externo, o que levou à formulação de propostas de abertura política e ao estabelecimento do diálogo com alguns setores da oposição, dentre eles, os sindicatos. Esses sobreviveram a duras penas, enfrentando as atrocidades dos militares, como organismo de resistência. Mesmo em meio aos mandos do Estado, foram se recriando em outras bases e participando das lutas pela redemocratização do país. Alguns historiadores observaram ainda que “os sindicatos, apesar da repressão contra muitos dirigentes, não foram materialmente destruídos. O

² Vladimir Herzog, professor da USP - Universidade de São Paulo, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi intimado a comparecer ao DOI-CODI de São Paulo. Ele era suspeito de ter ligações com o PCB, Herzog apresentou-se ao DOI-CODI e daí não saiu vivo. Sua morte foi apresentada como suicídio por enforcamento, uma forma grosseira de encobrir a realidade: tortura seguida de morte. (FAUSTO, 2004, pg. 491-492)

³ Manuel Fiel Filho em Janeiro de 1976, operário metalúrgico foi morto em circunstâncias semelhantes às da morte de Herzog. Mais uma vez a versão oficial era de suicídio por enforcamento. (FAUSTO, 2004, pg. 492)

imposto sindical permaneceu em vigor, garantindo a sobrevivência e, com o correr do tempo, a expansão dos organismos sindicais” (FAUSTO, 2004, p. 513).

Contudo, as intervenções sofridas pelos sindicatos de todas as categorias, em parte os enfraqueceu, mas não fizeram com que os trabalhadores desistissem de suas lutas. Como pudemos verificar, em 1973, os trabalhadores de montadoras de automóveis de São Bernardo do Campo em São Paulo, sem a intervenção do Sindicato, organizaram a “Operação Tartaruga”, diminuição do ritmo da produtividade na montagem, buscando aumento de salário, o que foi atendido, dando origem às primeiras ideias do então nascente “novo sindicalismo”, buscando por uma organização sindical autônoma, que surgisse dos anseios da classe operária, libertando-se do antigo modelo atrelado ao Estado. Esses foram tempos de muitos embates e ações repressivas contra quem arriscasse contrariar o regime imposto.

Em linhas gerais podemos dizer que o chamado “Novo Sindicalismo” nasceu como resposta consciente e articulada dos trabalhadores ao controle exercido sobre a estrutura organizacional dos sindicatos, mas, objetivamente, com muitas dificuldades de se desvincular do modelo vigente. Desta sorte, se temos em suas práticas a retomada de greve, muito comum em décadas anteriores, tem-se também, por outro lado, a constatação de que as entidades sindicais continuaram exercendo papéis e funções assistencialistas e burocráticas, próprias da perspectiva conciliatória de classes, determinada pelo Estado. Não bastasse isso, muitos dos seus dirigentes passaram a assumir papéis de grande envergadura e liderança política. Importante destacar, porém, que nem sempre representavam e falavam em nome de suas categorias, muitas vezes alijadas do seu poder de decisão sobre as reivindicações do seu real interesse.

Por volta de 1976, em São Paulo, organizaram-se duas instituições da categoria de docentes: Movimento pela União de Professores – MUP e Movimento de Oposição Aberto de Professores – MOAP. Ambas faziam oposição à Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP, ao Centro do Professorado Paulista – CPP e ao Sindicato dos Professores de São Paulo (FERREIRA, Jr., 2011).

Importa considerar o MOAP escrever uma Carta de Princípios intitulada “Pontos de Unidade” com várias questões. A que nos importa frisar é a seguinte: “lutar pela participação, com caráter decisório, do conjunto dos professores, *funcionários* e alunos em todas as atividades da escola, ressalta aí a busca da participação dos funcionários nas decisões da escola”. Grifo nosso, visto serem os funcionários nosso objeto de pesquisa.

Mesmo existindo divergências político-ideológicas entre as instituições sindicais dos professores, durante o transcorrer do período militar, seu movimento desencadeou processo de luta no âmbito da escola pública, alcançando patamares mais amplos, como a luta pela transição política do período da ditadura militar para a democratização do país. Aliás, conforme demonstram alguns estudos,

[...] depois de ter sido violentamente golpeado pela repressão política que se seguiu ao golpe militar em 1964, o movimento sindical brasileiro ressurgiu na cena política em 1978, demonstrando não só uma enorme combatividade de mobilização como novas propostas de organização e de ação sindical que lhe permitiram desempenhar um papel de relevo na nova conjuntura política que se abriu com o fortalecimento da oposição democrática ao governo militar. Não só o movimento grevista recrudescer significativamente e constantemente até o final da década de 1980 como os sindicatos cresceram em representatividade, estreitaram suas relações com as bases, organizaram-se em centrais sindicais, federações e confederações fora da estrutura oficial, e conseguiram incrementar substancialmente a negociação direta com o patronato [...] (LEITE, 1997, p. 16).

Em 1978 os trabalhadores da Saab-Scania de São Bernardo do Campo entraram na fábrica, bateram o ponto, vestiram seus macacões, foram para diante das máquinas, mas não as ligaram, cruzando os braços. Esse gesto passou a ser o embrião das mobilizações operárias futuras e do novo modelo sindicalista.

[...] A data significativa é Maio de 1978. É a partir daí que tivemos o ressurgimento do movimento sindical no país, que iria tornar-se a “ponta de lança” da resistência operária à superexploração da força de trabalho [...] (ALVES, 2000, p. 111/112).

A partir do final da década de 1970, os panoramas social e político são povoados de contradições sociais e situações que traduzem a perspectiva de organização e luta da classe trabalhadora no Brasil, tanto contra os interesses patronais quanto contra os governos. Isso desafiava o regime militar e trazia à tona, em suas ações cada vez mais massificadas, a defesa das liberdades democráticas no país. Desses movimentos, é importante lembrar a luta contra a carestia, o movimento pela constituinte, pela promulgação da lei de Anistia e, pouco depois, no início da década seguinte, a eclosão do movimento pelo retorno das eleições presidenciais no país, conhecido por Diretas Já.

A retomada das lutas operárias e populares contra a ditadura em 1978 deflagrou 118 greves (NORONHA, 1991) que se estenderam pelos anos vindouros. Em 1979 aconteceu, em São Paulo, o I Congresso de Oposição Sindical Metalúrgica, destacando-se “O papel da oposição sindical é o de dismantelar a atual estrutura e construir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da organização nas fábricas” (ALVES, 2013, p.9).

Merece destaque, ao longo do regime ditatorial, o grande arrocho salarial e a necessidade de intervenção do movimento sindical por melhores condições de vida aos seus associados Além disso, esse foi um período de grande inflação, levando os trabalhadores em educação a elaborar sucessivos planos de luta para manter seu poder aquisitivo e melhorar a educação brasileira. Danusa M. Almeida (2011, p. 136) em seus estudos descreveu alguns desses conturbados acontecimentos:

[...] Desde o ano de 1978, em alguns estados brasileiros são identificados movimentos reivindicatórios comandados por docentes que se posicionaram contra a política do Estado e a favor de uma reforma na educação que visasse tanto à melhoria de condições de trabalho dos professores, aos melhores salários, como à ampliação da rede pública e melhoria na qualidade do ensino. As associações, especialmente aquelas lideradas por setores mais combatidos, influenciadas pelo movimento *novo sindicalismo*⁴ começaram a

⁴ Segundo Ricardo Antunes, [...] O novo sindicalismo configurou-se pela “retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da

organizar congressos no intuito de discutir a formação do movimento sindical docente e debater novas propostas para a educação brasileira [...] (grifo da autora).

No período da ditadura militar a CPB – Confederação dos Professores do Brasil, hoje CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que, nas suas origens, não enfrentava o governo, passou a se posicionar contra a ordem posta e a favor da transformação democrática do país. Essa crescente politização da entidade nacional do professorado fica demonstrada pelos congressos elaborados pela instituição, a começar pelos temas escolhidos: em 1974, “O professor como agente da implantação da reforma do ensino de 1º e 2º graus”; em 1978, “Aspectos da problemática educacional brasileira”; em 1981, “Educação e democracia”. Isso demonstra postura crescente com a politização dos docentes (CUNHA, 2014).

Danusa Mendes Almeida (2011, p. 134) também observou que, mesmo enfrentado enormes dificuldades, eles inovaram, direcionando suas pregações políticas para o fim da divisão entre os trabalhadores da educação. Ainda mais porque,

[...] apesar do impedimento legal na criação de organismos sindicais, os docentes inovaram [...] ampliaram suas bandeiras de luta, [...] resultante da conformação de uma nova identidade do profissional docente, identificado como os “trabalhadores em educação”, aponta-se para o fim da fragmentação das organizações docentes e a defesa pelo estabelecimento de um organismo sindical que unificasse os profissionais atuantes na rede de ensino – professores, especialistas, *secretárias, merendeiras, entre outros*. [...] (grifos da autora)

Dentre as reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores uma se destacava em importância, envolvendo vidas de líderes da sociedade civil, militantes sindicais, professores, enfim pessoas que lutaram pela mudança na ordem social: a anistia, que traria de novo ao país os presos políticos, expulsos do país pelos meios mais estúpidos possíveis.

organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos nos índices de sindicalização [...]” (ANTUNES, 1995, p.11)

Alguns momentos importantes desse processo histórico criaram condições para a transição democrática, embora trouxessem benefícios a torturadores. Destaca Boris Fausto (2004, p. 504) que a campanha pela anistia foi incorporada pelos militares:

[...] Em Agosto de 1979, Figueiredo tirou das mãos da oposição uma de suas principais bandeiras: a luta pela anistia. A lei de anistia aprovada pelo Congresso continha, entretanto restrições e fazia uma importante concessão à linha-dura. Ao anistiar “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”, a lei abrangia também os responsáveis pela prática da tortura. De qualquer forma, possibilitou a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas [...].

Eles também abriram mão do bipartidarismo em dezembro de 1979, abrindo condições para a criação de agremiações partidárias vinculadas às diferentes correntes ideológicas presentes na sociedade. Assim, surgiram o Partido Democrático Social – PDS (antiga ARENA), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (antigo MDB), o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, o Partido Democrático Trabalhista - PDT, o Partido Popular - PP e o Partido dos Trabalhadores – PT. Este último impulsionado pelo movimento sindical, intelectuais de esquerda, representantes dos movimentos sociais, estudantis e sob a liderança operária de Luís Inácio Lula da Silva, que se tornaria presidente do Brasil, eleito em 2002. Esse cenário trouxe nova representação para o estabelecimento e o desenvolvimento da política institucional no país. Em síntese,

[...] esse quadro está presente no surgimento de novos partidos. A partir do sindicalismo urbano e rural, de setores da igreja e da classe média profissional surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT propunha-se representar os interesses das amplas camadas de assalariados existentes no país, com base em um programa de direitos mínimos e transformações sociais que abrissem caminho ao socialismo. Adotando uma postura contrária ao PCB e ao culto da União Soviética, o PT evitou definir-se sobre a natureza do socialismo. Esse fato tinha muito a ver com a existência, em seu interior, de correntes opostas. Em uma das pontas ficavam os simpatizantes da social-democracia; na outra, os partidos da ditadura do proletariado. No campo sindical, estabeleceram-se laços íntimos entre o partido e o sindicalismo do ABC. Esse movimento foi um dos centros mais importantes na constituição do PT, com destaque crescente da figura de Lula [...] (FAUSTO, 2004, p. 506).

No ano de 1980, frente às muitas movimentações nas diferentes tendências sindicais e de articulações em torno da possibilidade de formação do Partido dos Trabalhadores – PT e, posteriormente, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Leôncio Martins Rodrigues (1991, p. 27), no relato realizado sobre a participação popular, registrou a presença dos funcionários públicos, impedidos por lei de criar seus sindicatos, nesse emblemático período social brasileiro:

[...] Essas tendências, que patrocinavam a criação do novo partido, iriam logo depois defender a formação de uma “CUT pela base”, quer dizer, englobando não apenas os sindicatos como também as oposições sindicais e associações profissionais não reconhecidas como sindicatos (caso das associações dos funcionários públicos), que, na ocasião, não tinham direito de sindicalização [...].

Portanto, o Partido dos Trabalhadores – PT foi criado em 1980, por sindicalistas, estudantes, intelectuais e representantes do movimento popular, para conceber os anseios da classe trabalhadora. Em julho do mesmo ano, no chamado Encontro de São Bernardo, foi discutido o risco de se “fixar somente na luta parlamentar ou de dar prioridade a ela” e que “o partido político deve respeitar a autonomia dos movimentos populares, não devendo a luta partidária ser confundida com a luta sindical”. Nesse mesmo evento político, enfatizou-se a luta dos trabalhadores no campo, além da necessidade de sua aproximação com os movimentos urbanos. Apontou-se também a importância da criação de um partido político “capaz de contribuir para a libertação das classes populares”. Desse modo, reivindicava-se “nova estrutura sindical”, manifestando-se a favor da criação de uma Central Única dos Trabalhadores – CUT (RODRIGUES, 1991, p. 19).

Em setembro de 1980, aconteceu o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – ENTOES, em Nova Iguaçu, RJ, no qual se propunha agregar “todas as forças não comprometidas com o governo e os patrões, e assegurada à pluralidade de concepções que estivessem de acordo com a transformação urgente do modelo sindical

vigente”, de modo a “somar todas as forças combativas na luta por um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático”. Em agosto de 198, participaram de uma reunião, Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, na Praia Grande, litoral do Estado de São Paulo. Entre as principais tendências sindicalistas brasileiras, sua importância incide no fato de ter sido a única que aglutinou a maioria das forças sindicais que atuavam naqueles dias no mundo do trabalho brasileiro. Destaca-se esse encontro com tamanha dimensão estar imerso no período ditatorial, demonstrando que, mesmo sob o controle dos militares, o movimento sindical lutava para se reorganizar. A união das diferentes tendências advém, apenas, de algumas de suas reivindicações serem iguais, mas com divergências e conflitos no seu interior. Apesar desse contexto de conflitos ideológicos, elegeu-se uma Comissão Nacional Pró-CUT (RODRIGUES, 1991).

Em 1981, a Comissão Nacional Pró-CUT, formada por uma chapa com 56 sindicalistas de todas as facções e de categorias urbanas e rurais, não conseguiu ter unidade sobre a convocação de um congresso para fundação da CUT: houve uma divisão na comissão. Portanto, no movimento sindical brasileiro, devido à amplitude e representatividade dessa comissão, o elemento responsável pela separação foi a divergência sobre a unicidade sindical entre o PC do B e o PT, conforme analisaram Vitor Giannotti e Sebastião Lopes Neto (1991).

Em 1983 foi organizado o congresso de fundação da CUT com a presença de 5059 delegados representantes de 912 entidades, aprovando diversas resoluções, entre elas a reforma agrária radical ampla, imediata, controlada pelos trabalhadores, a partir da demarcação do uso coletivo da terra; o não pagamento da dívida externa; a rejeição das privatizações das estatais; a realização de eleições diretas para presidente da república; o direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindicais e reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores etc. com o objetivo de inseri-las na “Nova Constituição”, que estava sendo gestada no seio da sociedade brasileira.

A Confederação dos Professores do Brasil - CPB, na década de 1980, foi se destacando nas discussões sobre a educação em âmbito nacional,

principalmente quando se iniciaram os debates sobre a elaboração da nova constituição para o país. Participou juntamente com outras instituições da criação do “Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito”, com a elaboração de emenda sobre os rumos da educação brasileira a ser apresentada na Assembléia Nacional Constituinte (ALMEIDA, 2011).

A campanha das “Diretas já” também merece ser mencionada nessa sucinta, mas necessária retrospectiva histórica desse efervescente período que marcou o processo de criação política da AFUSE, na medida em que congregou e mobilizou em todo o país forças políticas, sindicais, estudantis, movimentos sociais, representantes da sociedade civil, entidades de classe, intelectuais, artistas, entre outros, reivindicando as eleições diretas para presidente e vice-presidente da República, algo que não ocorria desde o ano de 1960.

Tal campanha contou com ampla e irrestrita participação popular, mobilizando milhões de brasileiros espalhados por todo o país, impulsionando política e socialmente a emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para o presidente e vice-presidente da República, mas sua votação não obteve o *quorum* necessário para sua efetivação. Assim, temos nas palavras de Boris Fausto (2014, p. 509-510) a descrição desse emblemático processo histórico:

[...] No curso de 1983, o PT assumiu como uma de suas prioridades promover uma campanha pelas eleições diretas para presidência da República. [...] uma primeira manifestação em frente única, que reunia o PT, PMDB, PDT, CUT, Conclat e outras organizações, realizou-se em São Paulo, em novembro de 1983. [...] e sua repercussão foi limitada [...] formou-se em São Paulo um comitê integrado por representantes dos partidos de oposição e dos sindicatos, encarregado de promover um comício a 27 de Janeiro, na Praça da Sé. O comício ultrapassou todas as expectativas, reunindo milhares de pessoas.

Daí para frente, o movimento pelas diretas foi além das organizações partidárias, convertendo-se em uma quase unanimidade nacional. [...] a população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário baixo, segurança, inflação) [...]

Havia porém uma distância entre a manifestação de rua e o congresso [...] A eleição direta dependia de uma alteração

constitucional, [...] Ela foi votada sob grande expectativa popular [...] A emenda [...] não passou. Faltaram na Câmara dos Deputados somente 22 votos [...].

Pode-se imaginar o desencanto pela continuidade do poder dos militares imposto à sociedade brasileira, em especial ao movimento de esquerda que lutava pela sua superação. Vislumbrá-la não se deve apenas à vontade de alguns poucos que continuaram a luta, mas à retomada da construção da consciência de classe, enquanto premissa política da atuação da classe trabalhadora no mundo do capital, ou então como alicerce social para a construção de um novo tempo, em que o coletivo abriria caminho a partir da luta de classes.

Em 1984, na cidade paulista de São Bernardo do Campo, foi realizado o primeiro Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT, com a participação de 5.260 delegados de todos os Estados do Brasil, representantes de 937 sindicatos, lançando os princípios de uma nova proposta de organização sindical de âmbito geral.

Os grupos que não fizeram parte da criação da CUT convocaram para novembro do mesmo ano outro Congresso das Classes Trabalhadoras – CONCLAT. A utilização dessa sigla permaneceu até 1986 quando se realizou outro congresso, fundando a Central Geral dos Trabalhadores – CGT. Nesse ambiente conviviam integrantes de posições políticas extremamente distintas, os chamados pelegos, e os militantes comunistas; isso posteriormente causou uma divisão no seu interior (ALVES, 2013).

[...] Na CUT ficaram os sindicalistas “combativos” (do ex-bloco dos autênticos), junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista. Na CGT ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas ligados ao PMDB e ainda os dirigentes mais próximos do sindicalismo norte-americano, [...] Reunindo um conjunto muito heterogêneo de tendências, o bloco de sindicalistas que deu origem à CGT dificilmente poderá subsistir por muito tempo [...] (RODRIGUES, 1991, p. 35).

A Central Geral dos Trabalhadores – CGT teve dificuldades para atuar como Central Sindical, e a heterogeneidade reinante no seu interior tornava difícil coligar sindicatos, em torno de um programa comum, pelas suas divergências, afloradas diante da necessidade dos posicionamentos públicos, sobre as questões de interesse dos trabalhadores brasileiros.

Em janeiro de 1988, pelo conflito interno retiram-se os comunistas da CGT, devido, principalmente, à aprovação da proposta de seus membros Magri e Medeiros de manter na Constituição a contribuição sindical, com a qual os sindicalistas do PC do B não concordavam (RODRIGUES, 1991). Estes, então, formaram, em agosto do mesmo ano, a Corrente Sindical Classista – CSC e, logo em seguida, em fevereiro de 1989, realizaram na cidade do Rio de Janeiro seu primeiro congresso, optando por aderir à CUT.

A CGT, após a saída do PC do B viveu novo racha culminando com a corporificação de dois grupos: o de Magri, mantendo o mesmo nome de Confederação Geral do Trabalho – CGT, e o de Joaquinção, que passou a se denominar Central Geral dos Trabalhadores.

Posteriormente, aqueles que ainda mantinham relações políticas com o PCB também aderiram à CUT. Nesse momento, a CGT estava extremamente enfraquecida devido ao surgimento de uma nova central dos trabalhadores.

Um momento emblemático dessa trajetória ocorreu em julho de 1988, quando se registrou uma greve de trabalhadores da educação pública no Rio de Janeiro, com grandes manifestações públicas e o apoio da Central Única dos Trabalhadores – CUT, de lideranças do Partido Democrático Trabalhista - PDT e do Partido dos Trabalhadores – PT. Em linhas gerais, o movimento, foi deflagrado por tempo indeterminado, paralisou cerca de 140 mil professores e 60 mil empregados de apoio e durou três meses; nesse período foram mobilizados policiais armados para agirem nas manifestações. A mídia acompanhou as manifestações e as pressões pelo atendimento das reivindicações do sindicato. As reportagens deixavam transparecer a contradição das forças em debate: as professoras depositaram flores nos pés dos policiais que rebateram com escudos e cassetetes; assim o movimento se fez noticiar (XAVIER, 2011).

Importa também destacar a participação dos “empregados de apoio” das escolas, com a reivindicação da melhoria de trabalho da categoria, contribuindo para a transformação das condições de exploração e, conseqüente, qualidade da educação.

A aprovação da nova carta constitucional brasileira, em outubro de 1988, apresentou retrocessos, mas também avanços como a permissão para a criação dos sindicatos dos servidores públicos e, conseqüentemente, dos docentes e demais servidores atuantes no ensino público brasileiro. Esse quadro levou à intensificação do debate sobre a criação de um sindicato único dos trabalhadores em educação, seguindo as orientações da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Em 1991 aconteceu novo racha na CGT, sendo fundada a Força Sindical que, junto com a CUT, protagonizou as disputas pela hegemonia do movimento sindical no país e expressou as tendências conservadoras e progressistas reinantes no seu interior. O sindicalismo brasileiro se reorganizou na década de 1980, e a luta para formação das centrais sindicais, nesse período, demonstrou a força e a diversidade política, inclusive com a ampla participação dos trabalhadores da educação nesse processo.

É relevante acrescentar o ingresso no movimento sindical dos segmentos médios da sociedade, constituídos normalmente de profissionais com formação superior, dentre eles os *funcionários públicos* que contribuíram nos debates pela divisão das centrais sindicais. Segundo alguns estudiosos dessa temática,

[...] divisão entre as centrais reflete, indiscutivelmente, as discrepâncias que existem no interior das classes assalariadas, agravadas nos últimos anos pela entrada, na luta trabalhista, de segmentos sociais que, num passado recente, tinham estado praticamente afastados do movimento associativo. Referimo-nos às categorias profissionais tradicionalmente consideradas de classe média, como os profissionais liberais (médicos, engenheiros, etc.), os professores e os *funcionários públicos*. Em fase de declínio social, de perda de status, de renda, etc., esses segmentos entraram na luta sindical com grande agressividade, superando inclusive os trabalhadores fabris [...] (RODRIGUES, 1991, p. 40/41, grifo nosso).

É importante também destacar que, como visto anteriormente, os funcionários públicos, nesse período, não tinham direito legal de se organizar em sindicatos ou criar suas associações para lutar por seus direitos. Nessa esteira encontra-se a Associação dos Funcionários e Servidores de São Paulo – AFUSE, criada em 1978, com seus adeptos contribuindo na luta partidária de formação do PT e, na esfera sindical, participando ativamente na formação da CUT e da CNTE.

A CUT, portanto, surgiu no cenário nacional após 20 anos de ditadura, como força política de resistência, período de muitas dificuldades por que passaram os movimentos de trabalhadores. A tradição sindicalista estava na berlinda, era perseguida, mas não se calava e não se deixava derrotar passivamente.

Em síntese, podemos afirmar que o período histórico inaugurado com a ação golpista de 1964 trouxe enormes dificuldades para a classe trabalhadora. Seus dirigentes políticos e sindicais foram perseguidos, presos, sofreram toda sorte de brutalidades e muitos desapareceram ou foram mortos. Num cenário como esse, de grandes complexidades e agruras sociais, não deixa de ser surpreendente a capacidade de reorganização dos movimentos de resistência perpetrados pelos trabalhadores, com intuito de superar a repressão e as perseguições policial e política que lhes eram impostas.

Mesmo diante desse quadro os sindicalistas tinham a consciência da necessidade de organização de base, a ditadura não destruiu os sindicatos, havia implantado neles os interventores “pelegos”, mas, à medida que novos militantes foram chegando, passam a executar sua reestruturação, por meio de encontros, que vão impulsionar modificações no seu interior.

Foram realizados encontros organizados por oposições, houve renovação de quadros de militantes, novas direções se constituíram e todo um cenário de intervenções sindical e política se descortinou a partir dos fins da década de 1970. Além disso, tentativas heróicas de greve foram contidas com grandes brutalidades, chegando a assassinatos. Mas é surpreendente a capacidade de reorganização dos movimentos de resistência.

Na década de 1980, no contexto de abertura política, aconteceram novas reivindicações, transcendendo as questões salariais e corporativas, para

se lutar por outras mais gerais. E o número de greves se acentuou, passando a abarcar os setores público e privado. Em 1987, ocorreram aproximadamente 2200 ocorrências (NORONHA, 1991).

Por conta disso, instalou-se embate entre os setores conservadores da sociedade e os sindicalistas. Aqueles acusavam a organização de greves políticas, fora dos interesses dos trabalhadores, mas os sindicalistas responderam encontrar no âmbito político as questões econômicas, que envolvem os interesses cruciais da classe trabalhadora.

Segundo Armando Boito Jr. (1991, p. 47), a partir da década de 1980, houve um afrouxamento na estrutura oficial do sistema ditatorial militar que possibilitou a transformação na organização sindical. Três elementos contribuíram para essa ocorrência: o surgimento das grandes greves de massas, entre 1978 e 1980; a fundação da CUT, em 1983 e a política liberalizante do ministro Almir Pazzianotto, em 1985, que aboliu o estatuto padrão, “suspendeu o controle direto das Delegacias Regionais do Trabalho - DRT’s sobre as eleições sindicais e abandonou a prática de depor “exemplarmente” as diretorias sindicais que se opusessem à política econômica do governo”, porém essa mudança não foi suficiente para uma ruptura total na estrutura anterior.

Por sua vez, para Amauri Mascaro Nascimento (2008, p. 1110), a abertura política, pós-regime militar, com a aprovação da Carta Constitucional de 1988, gerou mudanças nas relações sociais, rompeu com alguns pontos intervencionistas da CLT e preconizou a impossibilidade do Estado intervir na organização sindical,

[...] princípio que levou o Ministério do Trabalho e Emprego a concluir que qualquer atuação que pudesse ter sobre o movimento sindical, incluindo o reconhecimento de sindicatos, a expedição de cartas sindicais, a solução das disputas entre sindicatos que se intitulavam representantes de uma categoria, a sua participação em assembléias sindicais e a exigência de estatuto padrão para entidades sindicais, seria contrária à Constituição [...].

Tal autonomia foi benéfica aos trabalhadores, que passaram a reivindicar suas necessidades, sem as repressões vividas no período anterior. Essa autonomia possibilitou o uso desse espaço em benefícios individuais; a facilidade em criar sindicatos proporcionou o surgimento dos sem expressão, enfraquecendo os classistas e combativos pela diminuição do número de associados e pela falta de união, com um único objetivo (NASCIMENTO, 2008). É importante frisar que, apesar de alguns avanços serem alcançados, com a aprovação da Constituição, ainda se terá muito a melhorar:

[...] A nova Constituição deixou o sindicalismo muito parecido com o que herdamos de Vargas [...] A liberdade sindical é afirmada em teoria, mas com condições que a tornam letra morta. [...] E continua o Imposto Sindical, verdadeiro câncer de qualquer sindicalismo livre e autônomo. [...] A capacidade de manobras de uma diretoria sindical sem escrúpulos são inúmeras. [...] (GIANNOTTI e LOPES, 1990, p. 65).

Após a aprovação da nova carta constitucional em 1988, instalou-se o período caracterizado como o da democratização no Brasil. Com isso vivenciamos, na década de 1990, os governos eleitos de Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), fortemente marcados pela influência do ideário dito neoliberal no desempenho de suas funções de chefes de Estado.

Nesse período viveu-se um processo de desconstrução do Estado, instalando-se o chamado Estado mínimo. Os sindicatos se enfraqueceram no cotidiano da luta de classes e fortaleceram algo ainda presente na sua história, desde os tempos de Vargas: a sua transformação em instituições assistencialistas, oferecendo aos seus membros fundos de pensão, assistência médica hospitalar privada, sedes campestres, convênios variados e até empresas de crédito. Alguns autores delineiam o novo modelo sindical da contemporaneidade assentados no

[...] processo de reestruturação produtiva em curso nas últimas duas décadas vem sendo acompanhado, em quase todos os países do mundo, por um significativo enfraquecimento dos sindicatos, que se expressa, na maior parte dos casos, em dessindicalização e perda do poder de negociação das entidades sindicais [...] (LEITE, 1997, p. 10).

Embora nessa esteira alguns continuassem suas lutas, o ápice alcançado pela presença dos trabalhadores organizados, sindical e politicamente na história recente no Brasil, pode ser emblematicamente identificado com a chegada de Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) à presidência da República, em 27 de novembro 2002. Esse momento identifica todo esforço realizado pelos trabalhadores e a importância social e política de suas instituições, marcadamente a CUT e o PT, as quais não ficaram imunes aos processos de reestruturação produtiva e do Estado, à reorganização econômica e financeira internacional, às crises econômicas, às reformas educacionais, etc.

Porém, é inegável que trouxeram também lampejos de questionamentos às relações de classe rigidamente instaladas, desde os primórdios do século XX, no Brasil. Essa é uma história diferente, merecendo a atenção de outros historiadores sociais da educação brasileira.

CAPÍTULOS 3 – HISTÓRIA DA AFUSE – ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A presente pesquisa fixou seu olhar na história do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – AFUSE, procurando refletir, numa perspectiva histórica social, sobre suas práticas políticas, associativistas e sindicais que estiveram presentes nas origens dessa entidade. A consecução desse objetivo foi cercada de muitas dificuldades vista serem escassos ou praticamente inexistentes os estudos e as produções acadêmicas sobre essa temática. Dessa maneira, nosso objeto de estudo encontrou inúmeras barreiras, no entanto não nos impediram de avançar na efetivação deste estudo, principalmente, porque levamos em conta que,

[...] O estudo da questão sindical precisa urgentemente revisar seus conceitos de divisão do trabalho docente para incluir os demais trabalhadores que participam do processo pedagógico e do processo educativo pelo qual a sociedade qualifica seus cidadãos. Além disso, a especificidade do trabalho na educação não pode ser alcançada a tal dimensão que exclua os docentes de sua pertença comum ao conjunto da classe dos assalariados [...] (DAL ROSSO, 2011, p. 26).

Nosso intuito foi contribuir para o conhecimento da história desses homens e mulheres os quais, ao seu modo, colaboraram com a construção da história social da educação brasileira, mesmo suas ações terem sido direcionadas por condições postas pela insensibilidade social e política dos governantes, o que não inviabilizou sua presença na luta incessante pela transformação da realidade reinante.

Considerando a necessidade de fontes para responder às inquietações do pesquisador, é preciso estar atento às diferentes manifestações sociais que possam lhe dar respaldo, definir o seu objeto de estudo e escolher as fontes utilizáveis como apoio na reconstrução do objeto escolhido. Quanto a isso, vale lembrar,

[...] certamente que nem todas as ações históricas ficaram registradas para a posteridade. São, pois, vivências sociais as que, apesar de terem existido, não foram de alguma forma registradas, [...] temos que convir que desde tempos imemoriais os homens produziram (e ainda produzem) artefatos, documentos, testemunhos [...] que tornam possível o entendimento do homem sobre sua própria trajetória [...] (LOMBARDI, 2003, s/p).

As fontes não falam por si só, após o árduo trabalho de sua localização; são filtradas, por estar imersas no tempo histórico que as engendraram e no contexto social o qual os homens a forjaram. Vale observar o objeto a ser investigado em parte contribuir para a escolha de suas fontes, frente às condições possibilitadas e orientadas por ele. Nesse aspecto, “o ofício do historiador consiste em fazer uma ampla descrição e dialogar com o ‘próprio pensamento’” (ZEQUERA, 2006. p. 75). Isso decorre do fato dos tempos e os lugares sociais às vezes estarem situados em dimensões diferentes das vividas pelo historiador.

O passado passa a existir como um invólucro que congrega a materialidade dos fatos silenciados, aguardando para serem desnudados. “A densidade do rigor também depende do investigador, ou em outros termos, é importante perceber que quem conduz o corte não é a faca e sim quem a comanda” (NASCIMENTO, et al, 2007, p. XII).

Chamamos de fontes históricas todo material que possibilita ao historiador a reconstrução da vida humana ao longo do tempo, registros das ações práticas executadas e lutas travadas, em prol de seus desejos e necessidades, posteriormente desmembrados em seus elementos constitutivos e analisados.

Nesse aspecto é importante reconhecer que a pesquisa realizada trouxe para o centro de suas preocupações não só uma parcela daqueles trabalhadores imersos nas contradições, mas também possibilidades de intervenção política e social no mundo do capital. Sabemos também que as pressões são terríveis procuram aliená-los e condicionar suas existências, aprisionando-os aos desígnios da sociedade capitalista, mas não os determinam de maneira inexorável. Ao estudar as ações e as perspectivas de organização política, associativista e sindical dos trabalhadores em geral e os

da educação em particular, por exemplo, é possível registrar que existem diferentes possibilidades de compreender e operar alterações no âmago da vida social, pois, conforme nos apresenta Carlos Bauer,

[...] na medida em que participa da História e é histórico no seu próprio ser, o sujeito pode compreendê-la; por outro lado, essa compreensão é completamente limitada pela situação histórica particular na qual se efetua. Não obstante, se o homem é um ser ontologicamente determinado pelas condições ou possibilidades que lhe são dadas e pela consciência que dessa sua condição de ser-situado, segundo a mesma perspectiva existencialista ele é também projeto, futurição, pelo que não se encontra nem cabal, nem fatalmente condenado a determinismos absolutos e inarredáveis. [...] (BAUER, 2012. p. 83).

Nessa acepção, a historiografia não pode ser considerada dentro dos limites da permanência dos fatos na concretude social, mas no movimento determinado pelo espaço e tempo histórico em que transita, frente aos embates travados por seus atores. Assim é possível dizer que:

[...] há um mundo melhor a construir, uma justiça mais ampla a realizar, um futuro a edificar que seja mais digno do homem e permita um mais efetivo reconhecimento do homem pelo homem, a superação da exploração do trabalho e a finalização da opressão que arruína irremediavelmente a condição humana [...] (BAUER, 2012. p. 86).

Logo, o sentido dado à história é o que a preconiza como aliada das mudanças sociais e o seu conteúdo político comprometido com o questionamento das concepções, avessas ao entendimento do dinamismo da vida social.

Segundo esse ponto de vista, recompor a trajetória do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – AFUSE nos pareceu algo importante de ser realizado. Na sua cotidianidade também se expressaram, ao seu modo e na maneira de se organizar e agir, as vicissitudes

do seu tempo e, simultaneamente, a busca dos caminhos que pudessem instaurar condições dignas de vida e da cidadania, da democracia política e social.

Magnífica síntese da luta executada pelos membros dessa entidade pode ser encontrada em um cartaz produzido para uma das suas campanhas salariais. É muito interessante observar que, embora o seu foco central fosse a questão salarial, com muita sagacidade apresentam, neste material de propaganda de suas ações, os flagelos da infância abandonada, a necessidade de se refletir sobre condições dignas de vida e a importância da luta pela escola pública, gratuita e de qualidade para as crianças e jovens no Brasil. Peças gráficas como esta demonstram seu caráter educativo na busca do despertar da consciência de classe, além do comparecimento de todos os funcionários, ratificando o seu caráter democrático na tomada das decisões que dizem respeito aos interesses da categoria.



Figura 2 – Cartaz da campanha salarial da AFUSE de 1994.
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

3.1 – A AFUSE e as marcas do seu tempo.

Para dar conta da tarefa proposta, mergulhamos nas contendas do tempo social em que emergiu, no cenário paulista, a AFUSE. Consideramos importante trazeremos à tona as condições encontradas pelos seus atores e, assim, a história acontecer, como aconteceu.

No cenário nacional do regime civil-militar, era proibido constitucionalmente ao funcionalismo público organizar-se em sindicatos. A Constituição brasileira de 1967 em vigor, aprovada pelos militares, negava esse direito.

O papel do Estado na sociedade capitalista é ser defensor do capital, da propriedade privada e do lucro. Naqueles dias, a política econômica imposta defendia o arrocho salarial, levando-os a constituir suas associações.

Essas, de caráter sindical, são fundamentais para possibilitar o nascimento da consciência da classe operária, conforme enfatiza Ricardo Antunes (1985, p. 40), quando apresenta alguns dos fundamentos do pensamento marxista-leninista:

[...] Marx, Engels e Lênin sempre enfatizaram a importância da luta econômica como ponto de partida para o despertar da consciência da classe operária e a necessidade de transformá-la em uma luta política, onde, além de se reivindicar maiores vantagens no terreno econômico, pretende-se a conquista do poder político e o fim do sistema capitalista de produção [...].

No período ditatorial militar brasileiro, a legislação em vigor visava barrar a luta da classe trabalhadora até mesmo pelos seus mais elementares interesses corporativos, com forte controle do Estado sobre as associações, as quais deveriam se organizar por categorias profissionais, instituindo a divisão entre os trabalhadores, trazendo, por conseguinte, o seu enfraquecimento político.

À época, foram criadas várias associações, dado as reais possibilidades do momento. Com relação às práticas associativistas dos trabalhadores da educação, essas foram cerceadas pelas condições existentes na conjuntura social, mas suas lutas não se abateram, resistiram bravamente na busca pela melhoria da escola pública, emersa na conjuntura do regime civil-militar.

A escola organizava-se pelos preceitos da legislação em vigor, a lei 5692 de 1971, que determinava a verticalização entre os cargos e salários, dentro do mesmo espaço escolar. A estrutura instituída fragmentava as atividades educacionais, e os trabalhadores da educação, não por acaso, enfraqueciam as lutas associativistas ou sindicais. Essa divisão só interessava ao Estado.

É inócuo falar da degradação e do descaso que viveu e vive a educação pública brasileira, sua estrutura física, seus docentes, seus funcionários e todos os trabalhadores da educação. Não se trata com responsabilidade a educação do povo brasileiro!

O papel social que as associações ou os sindicatos precisam assumir na sociedade burguesa, por ora, tratando do âmbito educacional, não é apenas fortalecer as lutas econômicas, o amparo dos ideais corporativos e o estabelecimento da resistência mais elementar contra a exploração do capital de seus membros, mas também reivindicar a defesa do ensino público, gratuito, laico, de qualidade para todos, em todos os níveis e, permanentemente, lutar pela presença da educação brasileira nos processos de profunda transformação social, com vistas à edificação de uma sociedade justa e solidária para todos os seus membros.

A AFUSE cumpriu seu papel nessa conjuntura, conforme apresentamos no recorte de uma edição especial de um dos seus jornais, com o título *O Estado da Educação*, publicado em novembro de 1991, com propostas para a Educação Pública de São Paulo. Dentre elas destacamos: mais verbas para a Educação; verbas públicas somente para as Escolas Públicas; cursos de reciclagem periódicos para professores, funcionários e diretores, dentre outras, confirmando seu papel na luta pela qualidade da educação paulista, quiçá brasileira. O libelo, abaixo reproduzido, é extremamente ilustrativo nesse sentido.

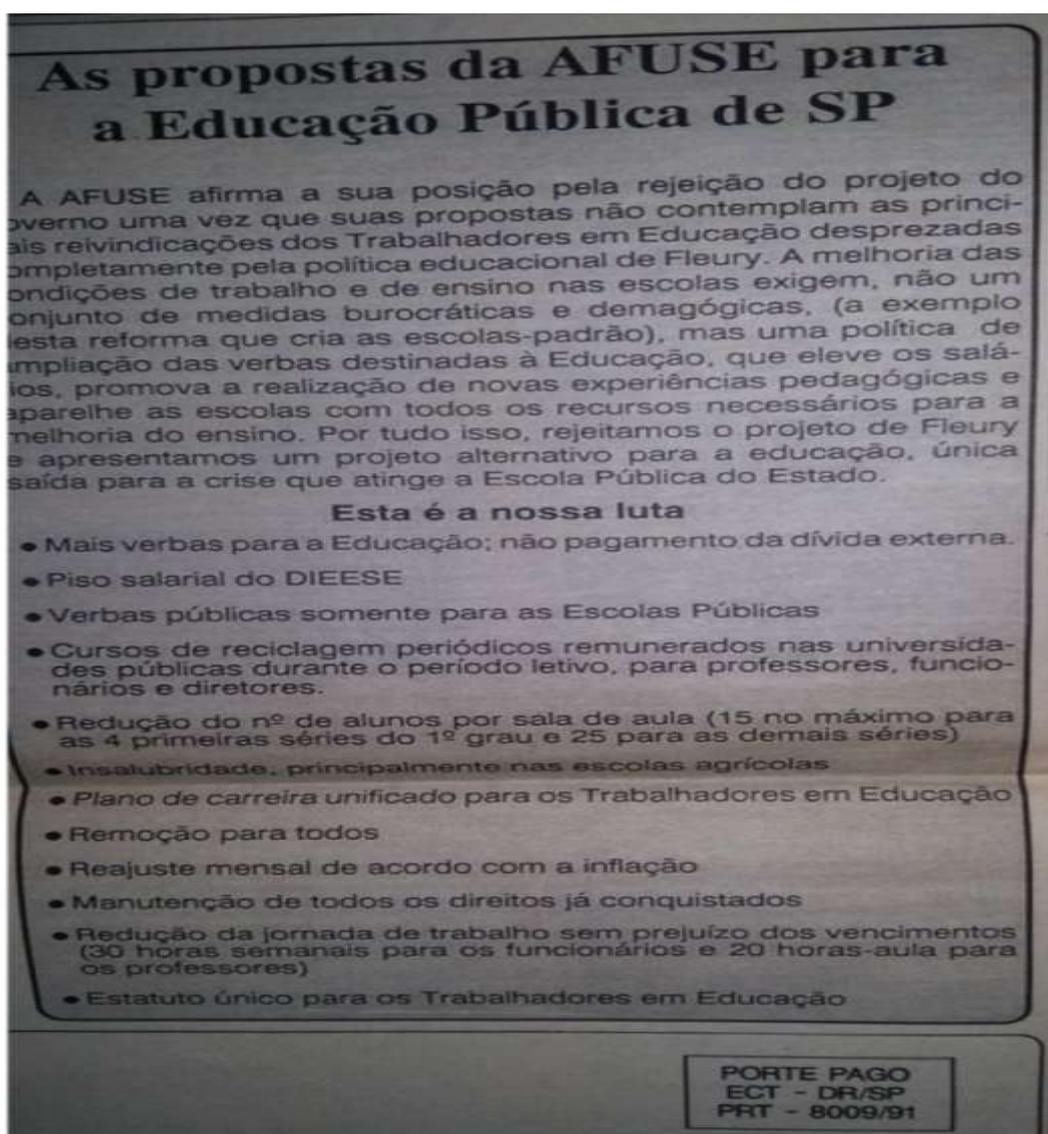


Figura 3 – Recorte do jornal da AFUSE, edição especial com o título “O Estado da Educação” de novembro de 1991 (p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Situar a criação da AFUSE no período da ditadura militar e referendá-la como associação de resistência contrasta com os registros opressivos da época e com a maioria dos modelos de sindicatos existentes. Aliás, conforme nos mostra Eder Sader (1988, p. 179), para quem, “no contexto da repressão e controle sobre as atividades sindicais (...) institucionaliza o esvaziamento do caráter reivindicativo dos sindicatos, estimulados a partir daí a exercerem funções meramente assistenciais”.

No entanto, os movimentos sindicais na década de 1970 possuíam caráter contraditório. Enquanto alguns estavam enfraquecidos, vinculados aos mandos dos militares, submetidos à repressão, outros interrogavam a ordem imposta. As associações imersas no período militar enfrentavam toda sorte de dificuldades. As mais simples ações dos sindicatos de resistências tinham que enfrentar árduas condições de existência, sua combatividade colocava os sindicatos, atrelados ao Estado, em xeque com o novo modelo sindical, diga-se o “novo sindicalismo”. Eder Sader (1988, p. 180) caracterizou, com muita precisão, esse importante momento, com as seguintes palavras:

[...] Aí tivemos a emergência de uma corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária durante os anos (19)70, que começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo”. Na origem, pois, dessa corrente, encontramos o impulso de um grupo de dirigentes sindicais no sentido de superar uma situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades e de estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados [...].

Esse modelo trazia em seu interior a luta pela mudança, com vistas à transformação das condições impostas aos trabalhadores como um todo e, especificamente, em igual valor aos trabalhadores da educação. Inclusive, para alguns autores,

[...] Os docentes são uma entre as grandes categorias profissionais da atualidade. Um segundo argumento para considerar a autonomia do sindicalismo em educação provém da capacidade do pessoal do campo de promover greves e movimentos sociais com objetivos em favor da própria categoria ou com objetivos em favor do conjunto da sociedade. Docentes e servidores são uma categoria extremamente ativa na atualidade. (...) A despeito das especificidades da profissão e do trabalho docente, jamais se pode esquecer que os docentes são trabalhadores assalariados e que, deste modo, possuem vínculos materiais e formais com os demais segmentos dos trabalhadores (DAL ROSSO, 2011, p. 18).

O sindicato, enquanto forma de defesa e de resistência dos trabalhadores assalariados no sistema capitalista, firma-se como instituição social e historicamente luta pelo reconhecimento de seus direitos de representação das diferentes categorias, voltados para a transformação da sociedade, contestando a ordem estabelecida (DAL ROSSO, 2011).

Importa considerar a luta pelo reconhecimento da necessidade de existência dos sindicatos carregar em seu germe a importância da sua destruição, visto que a sua superação pressupõe uma nova organização social, assim como nos advertiu Karl Marx (1865, p. 141) em seus escritos:

[...] as classes trabalhadoras [...] não devem esquecer que estão lutando contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; [...] Elas devem entender que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador “Um salário justo por uma jornada de trabalho justa”, devem inscrever em sua bandeira a divisa revolucionária: ‘Abolição do sistema de trabalho assalariado!’ [...].

A história do movimento associativista e do sindicalismo dos trabalhadores em educação tem muito ainda a ser escrita, e a presença da AFUSE em suas páginas é capítulo que não poderia jamais ser esquecido. A história da criação dessa entidade nos remeteu aos fins da década de 1970 ou, mais especificamente, a 1978, ano de sua idealização por alguns poucos militantes até a sua consolidação como entidade sindical, reconhecida pública e socialmente, em 1985. Esse período foi profundamente marcado pela vigência do regime ditatorial militar, provocando muitos embates na sociedade brasileira, nomeadamente as questões vinculadas ao contexto educacional, atreladas às práticas sindicais dos trabalhadores em educação do país.

Na entrevista realizada com o secretário de escola Casimiro, um dos fundadores da AFUSE, ele apresenta sua compreensão sobre esse emblemático período, bem como a luta travada para mobilizar a categoria pela conscientização das agruras impostas aos trabalhadores e sua importância na participação da luta contra a repressão ditatorial então vigente.

O processo de construção da AFUSE, ele é decorrente, mais de fatores objetivos, aquilo que a realidade apresenta, os atores pouco importa, porque quando a AFUSE é constituída em 1985 o mundo, como o período anterior a 85, que houve todo um processo de mobilização para isso, o mundo que passava por uma efervescência muito grande, no Brasil a gente lutava pela redemocratização, lutava contra a ditadura, havia luta pelas diretas já, e esse, isso é importante dizer por que como a AFUSE foi constituída após as diretas, o que como é que nós enquanto funcionários é que tavam organizando o sindicato, como é que a gente atuou nesse processo, basicamente todos os materiais os poucos materiais que a gente conseguia imprimir nesse momento a gente imprimia com o auxílio da APEOESP, a gente sempre colocava as palavras de ordem contra a ditadura, nas visitas às escolas, e é bom entender que a gente fazia visitas com dinheiro do bolso, não era como essa maravilha hoje, era pão com mortadela, era dinheiro do bolso, não tinha ajuda financeira APEOESP dava ainda material, então cada um cobria uma parte da região, onde tava inserida, ou os materiais vinham da APEOESP e quando não vinha da APEOESP a gente dava um jeito de imprimir dentro da escola, escondido, naqueles mimeógrafos a álcool, mas do ponto de vista da mobilização, passava nas escolas, a gente fazia discussão com os funcionários sobre a necessidade da unidade, de constituir o sindicato para que a gente conseguisse garantir melhorias, nas condições de vida, e a gente tomava como exemplo sempre a questão dos professores, porque os professores sempre ganhavam aumento de salário, e a gente nunca ganhava, e é isso que vai de certa forma, sempre sensibilizar os funcionários a nos ouvir e a ir junto com a gente no processo de construção. [...] (ANEXO A, p.I, linhas 8-32).

Sucintamente, podemos dizer que os funcionários da educação iniciaram sua organização gremial filiando-se à Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP, em 1978, reconhecidamente influenciados por uma das maiores greves da história do sindicalismo brasileiro, protagonizada pelos Metalúrgicos do ABCD – Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Diadema, cidades do estado de São Paulo. Embora instalados na estrutura da APEOESP, até 1984, quando se verificou a necessidade de uma organização que trataria das demandas específicas dos funcionários da educação, surgiu a Comissão Pró-Entidade, provisória nas dependências da Associação dos Professores do Ensino Especialista Municipal – APEEM.

Um simbólico marco de sua estruturação, nesse período, encontra-se na sede da AFUSE: um quadro em sua parede, localizado por nós na visita à sede

da entidade. Nele está anexado o seu primeiro boletim com a seguinte frase: “Aqui começou tudo”, marcando a realização de sua primeira Assembleia, acontecida em 10/04/84, ao ocorrer a formação da Comissão Aberta de Funcionários de Escolas e Delegacias, com 186 presentes. Há que se perceber, pelo teor da mensagem expressa no boletim, a posição tomada pelos seus poucos membros naquele momento, o caráter combativo desde seu início, pelas palavras impressas no seu primeiro boletim dizendo que não só davam integral apoio e colaboração ao movimento dos professores, como também apresentavam suas próprias reivindicações, além de expressar a influência da inflação assustadora. Deve-se lembrar que associações e ou sindicatos naquele período enfrentavam as consignas dos militares de plantão, estavam na mira das ações truculentas dos seus interventores, porém os militantes da AFUSE marcaram seus passos na busca da construção de um novo tempo com matrizes democráticas.



Figura 4 - Quadro com o primeiro boletim sobre manifesto dos funcionários de 10/04/84. **Fonte:** Acervo da sede da AFUSE.

Vale ressaltar que o registro da Associação dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – AFUSE se deu em 1985. No entanto, somente em 13 de maio de 1989, foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e pela Previdência Social como entidade sindical, conforme apresenta o artigo primeiro do seu estatuto, aprovado; e mais tarde, em 2011, foi adaptado.

ARTIGO 1º - O Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação, com sede e foro no município de São Paulo, Estado de São Paulo, sito à rua Sena Madureira, 263 –Vila Clementino, inscrito no CNPJ sob nº 55.072.045.0001-63 foi fundado em 10 de agosto de 1.985, na Cidade de Guarulhos (SP), com a denominação de Associação dos Funcionários e Servidores do Quadro da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - AFSQSESP, posteriormente denominado Associação dos Funcionários e Servidores da Educação (AFUSE); transformado em Sindicato profissional em 13 de Maio de 1.989 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, conforme Processo nº 24.000-020II/90, publicado no D.O.U. da União em 13/08/90, página 15.343; que denominava-se SINDIFUSE; AFUSE tem personalidade jurídica de direito privado com natureza e finalidade não lucrativa e duração indeterminada e se constitui para fins de defesa e representação legal dos trabalhadores da educação do Estado de São Paulo sem discriminação de raça, credo religioso, sexo, convicção política ou ideológica; podendo abrir e fechar filiais, escritórios regionais e subsedes em qualquer parte do território do Estado de São Paulo; sua base territorial compreende todos os municípios e distritos situados dentro dos limites geográficos do Estado de São Paulo; assentado nos princípios insertos no artigo 8º da Constituição da República, é integrado por Funcionários e Servidores do Ensino Público do Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação fará uso, nesse Estatuto e em seus impressos oficiais, para todos os fins e efeitos, internos ou externos, da expressão AFUSE, como sigla oficial.

Importa observar que os registros documentais do período embrionário da entidade são escassos ou mesmo inexistentes, inclusive muitos dos seus ativistas encontram-se invisíveis ou mergulhados no esquecimento. Mas, mesmo sendo poucos, lutaram destemidamente pelos direitos da categoria, tendo clareza política da necessidade do seu fortalecimento, como podemos

vislumbrar no depoimento de outro membro fundador da entidade Benedito Ramos Testa, conhecido por todos como Benê:

[...] os professores fizeram o movimento e foram para rua [...] no Ibirapuera, [...] naquela época eu era secretário de escola, então eu fiz um cartaz e distribuí, eu sabia que muito funcionário viajava para São Paulo junto com os professores e fizemos uma faixa, *“quem for funcionário vem pra cá”*, e fizemos uma reunião, uma comissão aberta, ali, ali surgiu a AFUSE. [...] vamos ver como que chegou a AFUSE, dessa organização da comissão nós fomos para Guarulhos e lá fizemos um congresso, numa escola chamada Conselheiro Crispiniano [...] e lá foi fundada a AFUSE, [...] E dali nós não tínhamos sede, ficávamos um pouco na sede da do SIPEEM ali, e logo em seguida alugamos uma sede aqui no Largo Paissandu 72, e fomos para lá. [...] A AFUSE criou corpo [...] a ponto dela conseguir alugar uma casa na Vila Mariana, saiu aqui do Centro, alugou uma casa na Vila Mariana e cresceu, ai já tinha muita gente.[...] Isso deve ter sido em 92.[...] e a AFUSE cresceu chegou a ter, nós chegamos até, na minha época que sai de lá, 25 mil sócios, uma base de 45 mil, esparramada no Estado todo [...] grifo nosso (ANEXO A, p. XXVI, linhas 810-965).

Corroborando essas lembranças apresentadas por Bene, também temos aquelas oferecidas por Casimiro Jorge Pereira sobre alguns dos ativistas, entidades e regiões em que atuavam naquele momento histórico:

[...] Como é que, como é que esse contato ele acontecia? Ele acontecia principalmente via APEOESP, o contato que a gente estabelecia era na APEOESP, o que acontecia com todas as pessoas como eu, que queriam construir alguma coisa, eu queria construir associação de secretários de escola, eu ia com material nas assembleias da APEOESP, distribuir para os professores para os professores distribuíssem para seus funcionários.

A mesma coisa Benê, mesma coisa Jorge, a mesma coisa Cristina, mesma coisa André Rosan, é, André Rosan de São José de Rio Preto, a mesma coisa de Seu Albertino do Vale do Ribeira, a mesma coisa do Ruy de Marília, Angêla de Marília, o Pelé do Vale, do Vale de Paranapanema, de lá de cima, ele era ligado, depois foi ligado ao MST, mas enfim, a gente começou a estabelecer contato com essa militância através do papel da APEOESP.

Então quando os professores voltavam para próxima assembleia, eles traziam funcionários, e ai o que acontecia? A gente acabava o Benê subia em um caminhão e falava: "olha! Agora a gente quer fazer uma reunião com os funcionários que vieram com os professores" e aí a gente se juntava atrás do caminhão, era uma loucura! Tinha o David Mauá, a Josineide de Santo André, bom tinha, aí começaram a

surgir essa militância que eu disse que, é esse povo, esse ativismo que existia em decorrência das situações objetivas que tinha necessidade de interferir para transformar a realidade. Esse pessoal brotando e aparecendo, e essas reuniões antes ou depois das Assembléias da APEOESP foi que serviram, serviram para ajudar a construir o embrião daquilo que seria a AFUSE [...] (ANEXO A, p.III, linhas 70-92).

O depoimento colhido, por ser relevante apresentar aqui, é do professor Edgar Fernandes, experiente militante da APEOESP, que esteve próximo dos funcionários colaborando com eles nos tempos de organização da sua entidade:

[...] O marco disso foi o movimento que a gente fez contra o governo Maluf, [...] foi o que moveu a greve de 78, 1978, tá? Nesse processo dos profissionais da educação, dos trabalhadores da educação ou dos professores, arrastaram os funcionários de escolas e demais servidores, inclusive diretores e coordenadores e supervisores etc., porque a greve de 1978 foi uma paralisação total da escola, porque o descontentamento era geral, não era só de professores, era do diretor, do vice-diretor, do coordenador, e dos funcionários de escola, entendeu? [...] esse processo vai ser capitaneado por uma vanguarda que alguns teóricos da UNICAMP, da USP, vão chamar de, da “vanguarda do ABC” ou “Novo Sindicalismo” que na verdade, não tinha nada de novo, na verdade era o resgate de um processo que foi interrompido com o golpe de 1964[...] (ANEXO A, p.XXXVIII, linhas 1162-1174).

Foi no fluxo dos grandes acontecimentos e formidável mobilização popular, os quais haveriam de pôr fim à vigência do período ditatorial que, em agosto de 1985, a Comissão Pró-Entidade organizou e realizou o I Congresso Estadual. Esse momento foi marcante e decisivo na história da entidade, com a participação de cerca de 500 funcionários, tendo por objetivo precípuo estabelecer a fundação da entidade, na ocasião, denominada Associação dos Funcionários e Servidores do Quadro da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – AFSQSESP. Posteriormente foi renomeada como AFUSE -

Associação dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo.

Fruto do incessante trabalho dos seus diretores e ativistas, logo após a sua criação, ainda em 1986, já contava com 8.000 filiados. Em 1986, num contexto de euforia plena e significativo crescimento, foi realizado o seu II Congresso Estadual, oportunidade em que foi tomada importante decisão, nos marcos dos acontecimentos políticos e sociais daquela conjuntura, qual seja, a sua filiação à CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e à CUT – Central Única dos Trabalhadores. Demarcava, assim, a sua posição de sindicato classista, que haveria de investir na luta por questões abrangentes envolvendo todos os trabalhadores, com dimensão internacionalista e como parte do esforço pela construção de uma fraternidade sem fronteiras.

Uma síntese das atividades desenvolvidas pela AFUSE no ano de 1986 pode-se conferir na publicação do seu jornal, que apresentou para a sociedade paulista alguns dos seus feitos. Destacamos, dentre elas, a audiência com o Secretário da Educação do Estado de São Paulo, com pedido de cumprimento do acordo feito com o governador para pagamento do piso salarial; realização do II Congresso da categoria; Assembleia Unificada com a Saúde e a Agricultura; realização do I Encontro Estadual dos Funcionários e Servidores da Educação, que marcaram em suas práticas uma entidade combativa, solidificada em prol da categoria, pelo seu papel educativo na luta pelas mais elementares necessidades, vislumbrando os mais nobres ideais de contribuir com a construção de novo modelo social, ao organizar em seus eventos debates mais amplos sobre a necessidade de transformar a realidade imposta aos trabalhadores de forma geral. Segue a publicação como referência:

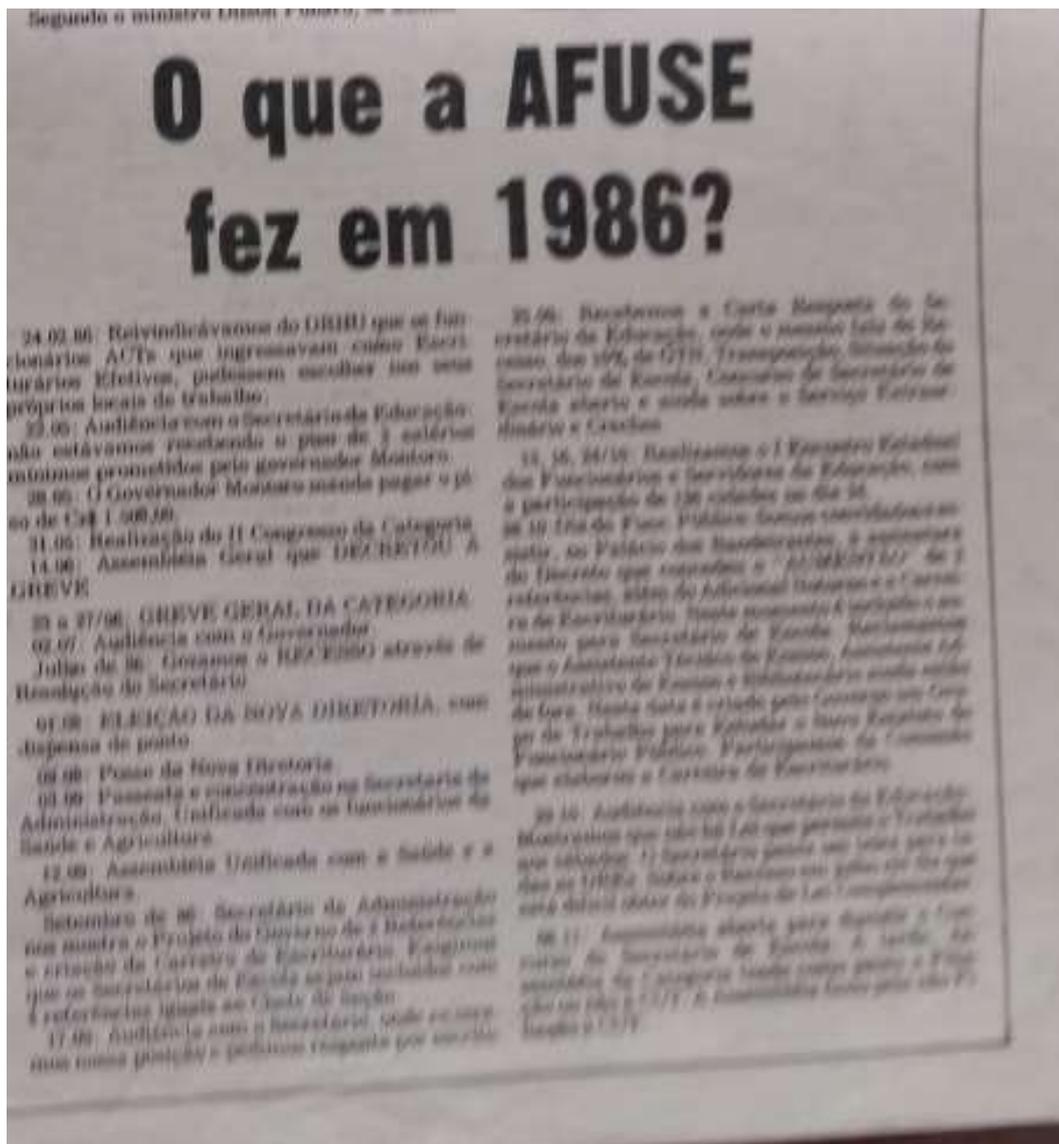


Figura 5 – Recorte do jornal da AFUSE, nº 01 de 1987. **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

Também entre os anos de 1986 e 1989, a AFUSE organizou o I e o II Encontro Nacional dos Funcionários da Educação do Brasil, participando da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE.

É importante lembrar que, naqueles dias, estávamos diante de mudanças na denominação da entidade, visto que em 1988 foi aprovada a nova Constituição da República do Brasil, e os funcionários públicos passam a ter direito legal de constituírem seus sindicatos. Na verdade, os termos Associação e Sindicato guardam diferenças expressivas em suas possibilidades de ações. Este representa política e legalmente uma categoria,

independente de ser ou não associada a ele; já aquela não tem competência legal para representação de toda a categoria.

Conforme nos informa Alexandre Teixeira (2015), apresentando os aparatos legais para essa legitimação, na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT estão expressas as prerrogativas dos sindicatos:

Constituição Federal Título II Capítulo II

Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

Consolidação das Leis do Trabalho - CLT

Art. 513 - São prerrogativas dos Sindicatos:

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;

b) celebrar convenções coletivas de trabalho;

c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;

d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

O Ministério do Trabalho e Emprego é o órgão regulador para reconhecimento, registro e legalização dos sindicatos, que os tornam legítimos para suas prerrogativas.

As associações carecem de poderes constitucionais, e suas ações têm amplitude limitada. Há que se entender o porquê, no período civil-militar, de se acentuar a proibição ao funcionalismo público para se organizar em sindicatos, uma vez que o investiria de poderes contrários aos mandatários de então.

Era permitida apenas a organização em associações civis, por ser mais facilmente controladas, mas efetivamente suas atuações guardavam semelhanças com os sindicatos, necessitando ser disfarçadas, porque eram vigiadas pelos interventores postos no seu interior, pelos militares; caso infringissem suas regras, seriam severamente punidos.

A AFUSE, então, nasceu como associação em 1984 e, em 1989, após a aprovação da Constituição de 1988, pela vontade dos seus sócios, tornou-se sindicato, com o seu reconhecimento publicado no Diário Oficial da União em 13 de agosto de 1990, transformando-se em SINDAFUSE, embora para todos os fins continuasse a usar a sigla anterior AFUSE.

O período em que esteve como associação ou após como sindicato em nada mudaram seus rumos de entidade combativa, buscando minimizar as condições de exploração da categoria, lutar por uma história diferente para a educação do povo brasileiro e sua formação para a plena cidadania.

Mesmo diante de todas as adversidades, a AFUSE conquistou o Recesso Escolar, o Auxílio-Refeição e a Gratificação de Informática, fruto de muita luta e dedicação de seus atores. Vale destacar o depoimento de um dos seus fundadores, ao falar sobre a maneira de conseguir algumas de suas reivindicações, mais diretamente sobre o abono de ponto a alguns membros da diretoria: “[...] quando o governo concede pra gente, abono de ponto, Isso facilitou, isso facilitou, e o governo não concedeu porque o governo era bonzinho, o governo concedeu porque a gente fez uma greve muito forte [...]” (ANEXO A, p.XII, linhas 376-378).

Nos anos vindouros, a AFUSE cresceu de forma vertiginosa, constituindo um conselho de representantes que haveria de congregar, aproximadamente 500 participantes, incentivou a criação de pelo menos 80 sub-sedes espalhadas por todas as regiões do estado e congregou 25.000 filiados. Encontramos registro dessa expansão nos arquivos do Centro de Pesquisa Vergueiro, como segue:

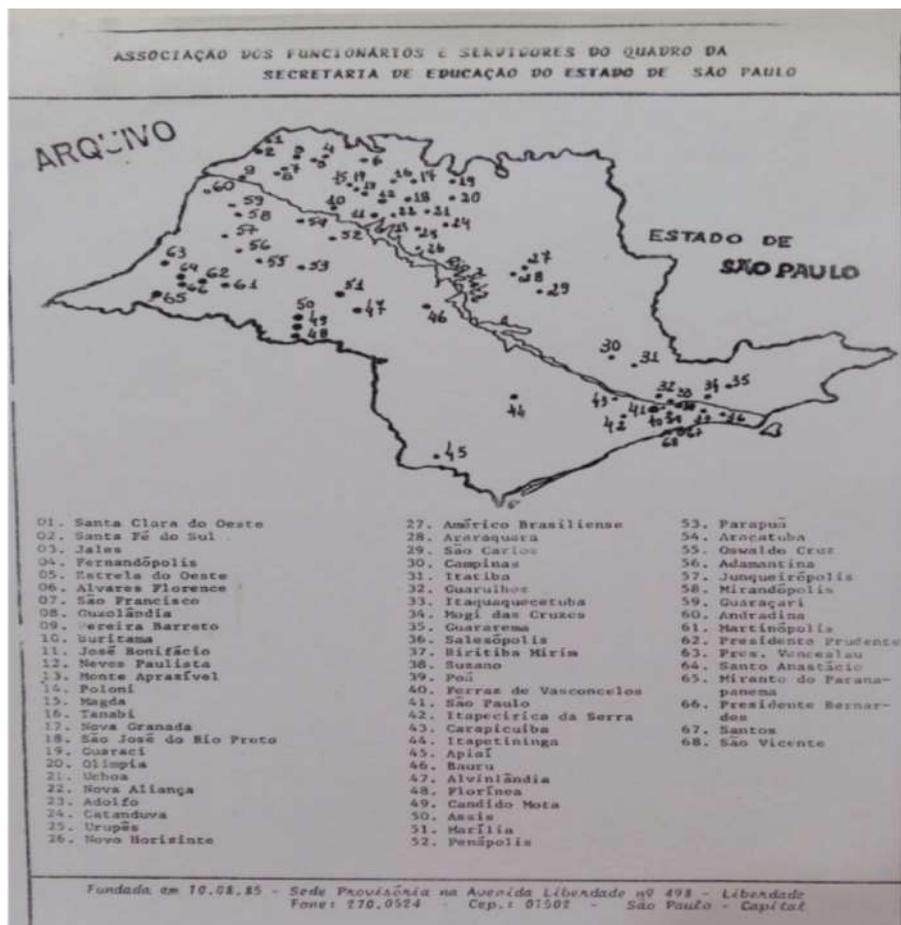


Figura 6 – Mapa da distribuição das sub-sedes da AFUSE no Estado de São Paulo s/d. **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

Para o novo sindicalismo que a AFUSE preconizava e procurava organizar, contar com representantes de base, inseridos no cotidiano da escola, seria crucial para o seu fortalecimento. Por conta disso, merece destaque a informação de que o seu Conselho de Representantes, em tão pouco tempo, tenha alcançado número tão expressivo de funcionários participando dessa instância do sindicato.

Os militantes da AFUSE investiram parte da sua vida para alcançar o objetivo de fortalecimento da entidade na busca de angariar filiações que pudessem sustentar, politicamente, o sindicato. Assim, visitavam escolas procurando a disseminação dos propósitos da entidade. Parte dessa luta encontramos no depoimento emocionado de um dos seus fundadores, Casimiro Jorge Pereira, quando por nós foi ouvido:

[...] pra garantir a expansão da AFUSE, então que a gente fez foi viajar pelo estado todo pra garantir que, convidar pessoas pra vim fazer parte da AFUSE, foi assim, a gente não tinha, viajar de avião, não tinha dormir em hotel, que dormir hotel, a gente dormia na casa das pessoas que a gente tinha contato, era assim que acontecia foi, foi muito difícil, [...] entende, que a gente ganhava um salário miserável, cotizava, tirava dinheiro de dentro de casa para poder participar das atividades, tirava o tempo, isso eu tenho que falar [...] enquanto eu fui militante, isso é um fato, não vivia, isso é um fato, eu não vivia, eu vivia para luta [...]

O processo de conquista dos funcionários, a busca de adesão de filiação, mais do que filiação, de participação dos funcionários nas instâncias dos sindicatos, não era de outra forma, não adianta você não tinha internet [...] o que a gente fazia basicamente era, vamos percorrer escolas, essa história de que eu tenho carro particular pra percorrer escolas, não tinha carro particular coisíssima nenhuma, era na base da sola do sapato [...] (ANEXO A, p. II, linhas 60-374).

Dessa forma foi se desenhando no cenário nacional a AFUSE. No encaixote de fortalecimento da categoria, participou com expressiva delegação do XV Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação, organizado pela CNTE, no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, quando se criou, com a sua colaboração, o Departamento dos Funcionários da Educação do Brasil – DEFE, na Confederação, conforme publicação:



Figura 7 – Recorte de jornal Notícias da CNTE, ano VII, Nº 36, janeiro/fevereiro de 1995 de Brasília. Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

A importância desse departamento, por suas ações efetuadas em prol da categoria, faz-se perceber na pena de Luiz Fernandes Dourado, ao comentar suas lutas, anos após a criação do departamento:

A criação e consolidação do Departamento de Funcionários (DEFE) na CNTE, há 15 anos, cuja trajetória tem se pautado pela busca da efetiva valorização e profissionalização da categoria e, especialmente, pela consolidação da identidade do segmento funcionário, configura-se como importante indicador das lutas que procuram romper os limites culturais e ideológicos ainda contrapostos a uma visão ampla da instituição educativa e dos diferentes atores que a constroem (DOURADO, 2009, p. 311).

No ano de 1997, a diretoria estadual da AFUSE continuava a luta na Secretaria da Educação pelo reconhecimento da categoria, pelos elementares direitos de uma vida mais digna, a começar pelo Plano de Carreira para a categoria, mas somente em 2000 conquistou-o para o Quadro de Apoio Escolar – QAE.

As ações da AFUSE estiveram imersas nas condições em que a cada época se apresentavam e, muito embora essa seja questão controversa, no interior do movimento combativo e classista, constituído desde os idos da década de 1970, achamos oportuno mencionar a construção de uma colônia de férias aos seus associados, trazendo lazer para uma parcela significativa dos seus sócios, como relatado em depoimento de um dos seus idealizadores, o Benedito R. Testa:

[...] chegamos até, na minha época que sai de lá, 25 mil sócios, uma base de 45 mil, esparramada no Estado todo, era muito bom, e ai ela já era um poder econômico, eu comprei um terreno, na, to falando eu porque meu irmão era vivo, ele que disse, é esse terreno pra vocês construir, foi lá e viu e construímos uma colônia lá em Peruíbe, tá lá até hoje. Fizemos uma baita de uma, mas ai já tínhamos, já tínhamos representatividade (ANEXO A, p.XXI, linha 964-971).

É importante destacar aqui que, mesmo convivendo em espaços sociais comuns, no interior da entidade existiam pensamentos contrários a essa prática como o apresentado por outro ativista da entidade, quando nos relatou que “a AFUSE passa a se sustentar ou ganhar as consciências e chamar para luta

pela colônia de férias... (risos), que é um terror [...]” (ANEXO A, p.X, linhas 292-293).

Os parágrafos até aqui redigidos procuram contribuir com a construção da história do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo - AFUSE, mas também é importante reconhecer que a presença histórica dos movimentos associativistas e sindicais na sociedade capitalista está associada à existência de permanente sistema de exploração dos trabalhadores e que, portanto, essas entidades trazem presentes em sua própria trajetória a necessidade de se lutar para o estabelecimento de condições de vida dignas e cercadas por direitos sociais, constituintes da cidadania que almejam alcançar.

Enquanto não se consegue meios materiais e políticos para superação da exploração, seguimos relatando as agruras, os obstáculos e conquistas pelos quais passaram aqueles que procuraram os meios de transformar a realidade, impelidos pela indignação causada pelas condições postas aos trabalhadores que, em última instância, serão os artífices de um novo tempo.

Nesse sentido, parece-nos ser preciso levar em conta o entendimento da história da AFUSE passar pelo conhecimento de suas práticas. Ao assumir o compromisso de contextualizar e analisar suas práticas sindicais e políticas, trouxe a possibilidade de desvelá-las do silêncio imposto ao seu papel ao longo do tempo, como também de localizar a sua presença nos embates em prol dos direitos sociais, políticos e econômicos dos trabalhadores em educação. Assim, será permitido reconhecê-la como importante personagem coletivo da história social da educação brasileira.

3.2 - Das práticas políticas, associativistas e sindicais dos personagens invisíveis.

A construção da presente pesquisa fez que mergulhássemos numa gama significativa de fontes, sendo localizadas nas mais variadas formas de obtenção. Secundárias, são constituídas por livros, artigos, teses, dissertações

e estudos acadêmicos que nos ajudaram a contextualizar o nosso objeto. O estudo também nos exigiu a realização de pesquisas empíricas, dando-nos a oportunidade de, pacientemente, produzirmos uma coleção de documentos primários, composta de significativo e numeroso acervo de materiais impressos, produzidos pelos próprios trabalhadores da educação. São jornais, panfletos, cartas, manifestos, cartazes, boletins sindicais, teses congressuais.

Esse percurso de localização de tais fontes também nos trouxe a oportunidade de realizarmos algumas entrevistas com os dirigentes e ativistas dos movimentos dos trabalhadores da educação participantes ativos tanto do processo de construção da AFUSE, quanto da tentativa de construção do sindicato único da educação.

A articulação e análise dessas fontes documentais primárias e secundárias nos possibilitaram projetar a interpretação de um sem números de práticas políticas e sindicais da AFUSE. Essas ações, em nossa opinião, são decisivas, não apenas na compreensão crítica da presença dessa entidade na história da educação brasileira, mas também no dimensionamento do caráter pedagógico que esses trabalhadores produziram em sua cotidianidade.

Para os fins de redação deste estudo, optamos por localizar e apresentar algumas de suas práticas mais constantes, como a realização de assembleias e congressos, a confecção de boletins informativos, cartas abertas à população, cartazes, redação de jornais, manifestos e panfletos. Porém, vale lembrar a existência de muitas possibilidades de exercícios de sua intervenção social que poderiam estar aqui presentes, com o mesmo intuito.

Para muitos pesquisadores, analistas e intérpretes da problemática educacional, as questões pertencentes a essa temática devem ser direcionadas para o universo das instituições *stricto sensu* escolares, quer sejam públicas ou privadas, confessionais e demais entidades da sociedade civil que assumem o papel de mantenedores dessa importante intervenção educativa na sociedade.

Ocorre que a dinâmica educacional está presente no conjunto da vida social, não se circunscrevendo apenas ao tradicional espaço da escola, mas também a um sem números de relações sociais, como o caso daquelas

desenvolvidas no interior das entidades associativistas e sindicais dos trabalhadores da educação por nós estudadas.

O caráter educativo da entidade aparece, inclusive, em seu Estatuto, no artigo 29, observando que compete ao secretário de Formação a promoção de atividades de formação política para os membros do Conselho de Representantes de Unidades de trabalho e para a categoria. Há que se registrar aqui a confirmação estatutária do objetivo da entidade de seu papel educativo, porém o mais importante é procurar reconhecer e dimensionar esse papel no dia a dia de sua intervenção no seio da categoria que procura representar e nas alianças realizadas para a defesa da escola pública.

Um momento significativo apresentado no depoimento de Ana Lucia Marchiori, uma das fundadoras da AFUSE, demonstrou muito bem essa realidade, quando nos contou alguns aspectos prosaicos da estratégia utilizada para dialogar com os membros da base sobre a importância da união entre os trabalhadores na luta por seus direitos:

[...] são as organizações de base dos sindicatos. Como, por exemplo, na época que a gente tava na direção da AFUSE, a gente fazia cursos de formação de base, para os funcionários, e aí você tinha uma diferença muito grande entre [...] os servidores que na época não precisava nem de ensino primário [...] você tinha secretários de escola que na sua maioria, maioria não acho que todos tinham nível superior, independente do cargo não necessitar, exigir essa formação, mas acho que todos tinham curso superior. Então você tinha níveis diferentes e muitos diziam assim: Mas como vocês vão fazer curso de formação com serventes? Eu lembro que a gente fez um curso, que a gente fez quase que um quadrinho que as formiguinhas, as formiguinhas no processo de formigueiro, pra eles entender a necessidade da organização, de união, então era um trabalho que é, acho foi muito importante naquele período [...] porque aí é um processo mais democrático, você tem que ouvir e corre o risco sempre do questionamento e tudo mais, um controle maior, a direção era mais controlada pela base do sindicato. Bem a AFUSE, no processo de formação da AFUSE havia reuniões todos os sábados, a maioria das reuniões era no sindicato dos jornalistas, ali na Rego Freitas, então todos os sábados, então era uma coisa, todo mundo sabia, sábado tinha reunião [...] era um processo muito de muita discussão de formação (ANEXO A, p.XXIII,linhas 722-747).

Como podemos perceber, tal caráter está presente em suas práticas cotidianas, mas, evidentemente, as responsabilidades de uma entidade dessa natureza não se esgotam aí. Na verdade, dizem respeito à defesa dos interesses imediatos, individuais e coletivos da categoria que assumem a premissa de representar, seja nos fóruns jurídicos, governamentais, empresariais etc, seja ao estimular a organização das ações coletivas com objetivo de produzir a unificação dos trabalhadores.

No âmbito da sua regulamentação interna, destacamos dentre os muitos parágrafos do seu estatuto o artigo 62, segundo o qual a AFUSE poderá fundir-se com outras entidades do funcionalismo da educação no Estado de São Paulo, visando ao fortalecimento da organização sindical e à maior eficácia na defesa e representação dos trabalhadores. Em momentos como esses, a deliberação deveria ser tomada em assembleia geral das entidades interessadas na fusão ou, em congresso, especialmente convocado para esse fim. Em seu parágrafo único do mesmo artigo, diz que a ampla divulgação do evento é competência das entidades interessadas na fusão, possibilitando a democrática e soberana participação dos associados.

Nesse caso, de significativa importância para o conjunto dos trabalhadores da educação paulistas, parece-nos claro o objetivo de que tinham de estimular o nascimento da consciência democrática em seus associados, enquanto exercício educativo, marcando seu estilo de entidade combativa e disposta a assumir importante responsabilidade no afã de incrementar essa difícil proposição política.

No interior da sociedade brasileira, marcada por profundos traços de autoritarismo, segregação social e incontáveis formas de discriminação social e econômica, política e cultural, muitas vezes foram as entidades representativas dos trabalhadores que assumiram, com exercício de algumas de suas práticas, importante responsabilidade no itinerário que poderia levar à superação do caráter autoritário e à truculência reinantes em nosso país.

Em nossa opinião, a difusão permanente dessas práticas instituídas pela AFUSE, desde os seus primórdios organizacionais, traz em si profundo conteúdo pedagógico, de caráter democrático, na medida em que estimulam

formas de participação horizontal ou igualitária pelos funcionários nos rumos dessa associação.

Essa premissa organizacional, educativa e democrática aparece relatada no depoimento de Casimiro Jorge Pereira, um dos seus fundadores, ao nos expor a forma com que se desenhava uma reunião dos seus membros, conforme segue:

[...] foi muito interessante AFUSE quando surge ela surge bem distinta do que é hoje, tem uma mente democrática, democrática até o último fio de cabelo, que significa que todos tinham direito a voz, todos tinham direito a voto, a qualquer momento, era muito engraçado porque a gente fazia aquelas reuniões que demoravam 7, 8 horas porque cada discussão, sempre a questão de esclarecimento, questão de ordem, aí vai, aí vai, até ir pro voto, mas isso garantiu para gente aprendizado, e solidificou entre nós a consciência de que a gente ia construir uma entidade pra mudar a vida dos funcionários e para mudar as relações internas dentro da escola [...] (ANEXO A, p. IV, linhas 96-102).

Entidades como a AFUSE preconizavam em suas origens a emergência de um novo tipo de associativismo, impulsionadas pela perspectiva da participação direta de sua base, traduzida pela realização de eleições constantes e ininterruptas de Representantes de Unidades de Trabalho, Diretoria Executiva, Diretoria Estadual, Diretoria Regional, Conselho Fiscal, Conselho de Representantes, Delegados, Comissão Eleitoral e tantas mais, que procuravam, então, assegurar a participação direta dos trabalhadores constituintes.

Práticas que julgamos extremamente relevantes como o caso da busca pelo diálogo com a população, materializada pela emissão de cartas em defesa da escola pública, com a reprodução de uma delas logo abaixo. Nessa missiva destacamos as denúncias sobre as condições da educação pública paulista, o descaso com os trabalhadores e com o seu lugar de trabalho.

Denunciavam também a condição imposta aos estudantes instalados em prédios abandonados, a falta de material didático, a péssima qualidade nas merendas. Numa sociedade marcada pela exploração dos seus trabalhadores, poderia ser a única refeição da criança ao longo do dia, visto que os seus provedores, por vezes, estavam expostos a condições miseráveis de vida e sua

condição de cidadãos era-lhe negada. Na referida mensagem, os militantes da AFUSE chamam a população para participar da luta pela Escola Pública e pela qualidade no ensino, sem dúvida um exercício à consciência democrática. Essa era uma forma singela encontrada pela AFUSE para estabelecer o contato e dialogar com a população, além de marcar os seus passos na senda das transformações sociais.

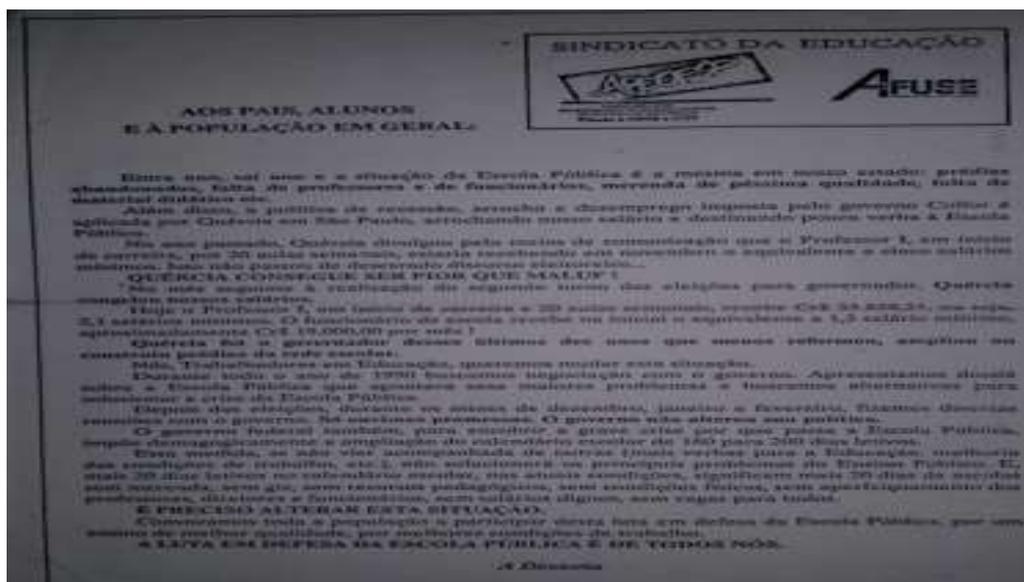


Figura 8 – Panfleto da AFUSE e APEOESP aos pais, alunos e a população sobre a situação da escola pública de 1991. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Pode-se, portanto, dizer que estávamos diante de processo de aprendizado democrático, amplo e geral, orientados pela premissa de que era possível superar o *status quo* vigente, questionar o desmazelo governamental com a questão educacional, propor alianças e consignas políticas e dizer, em letras garrafais, que “a luta em defesa da escola pública é de todos nós”!

No período em que estudamos, a prática de publicação de cartas foi largamente utilizada para o diálogo com os mais variados e diversos grupos sociais, fossem parte da sociedade civil, da população em geral, das comunidades dos pais, dos alunos ou de tantos outros destinatários. Seus objetivos sempre estiveram impressos não só nas linhas dos seus textos, como também na demonstração do caráter educativo da AFUSE.

Quando o momento histórico exigia a tomada de atitudes radicais e controversas pela categoria, como em uma chamada de greve, preliminarmente, organizavam-se encontros regionais das bases sindicais, com vistas à aceitação desse tipo de mobilização. Nessas ocasiões também era comum a redação e a aprovação, por *referendum*, de cartas abertas encaminhadas à população.

A missiva, reproduzida logo a seguir, foi redigida e aprovada pelos funcionários atuantes nas unidades escolares de Marília e região. Nela foram listadas as mais sentidas reivindicações da categoria entregues na Secretaria de Estado da Educação, inclusive com a resposta do Governo paulista de que algumas seriam atendidas.

Mas, frente ao descaso, motivado pela insensibilidade governamental, não tinham outra opção senão decretar a instalação da greve e continuar a luta, requerendo 10 dias de recesso em julho, 10% de adicional noturno, entre outras propostas. Observamos, novamente, nas ações da AFUSE o seu preceito de exercício democrático e a disposição de ter no diálogo com a população a afirmação dos seus princípios e dos seus objetivos educativos para novo tempo em construção!

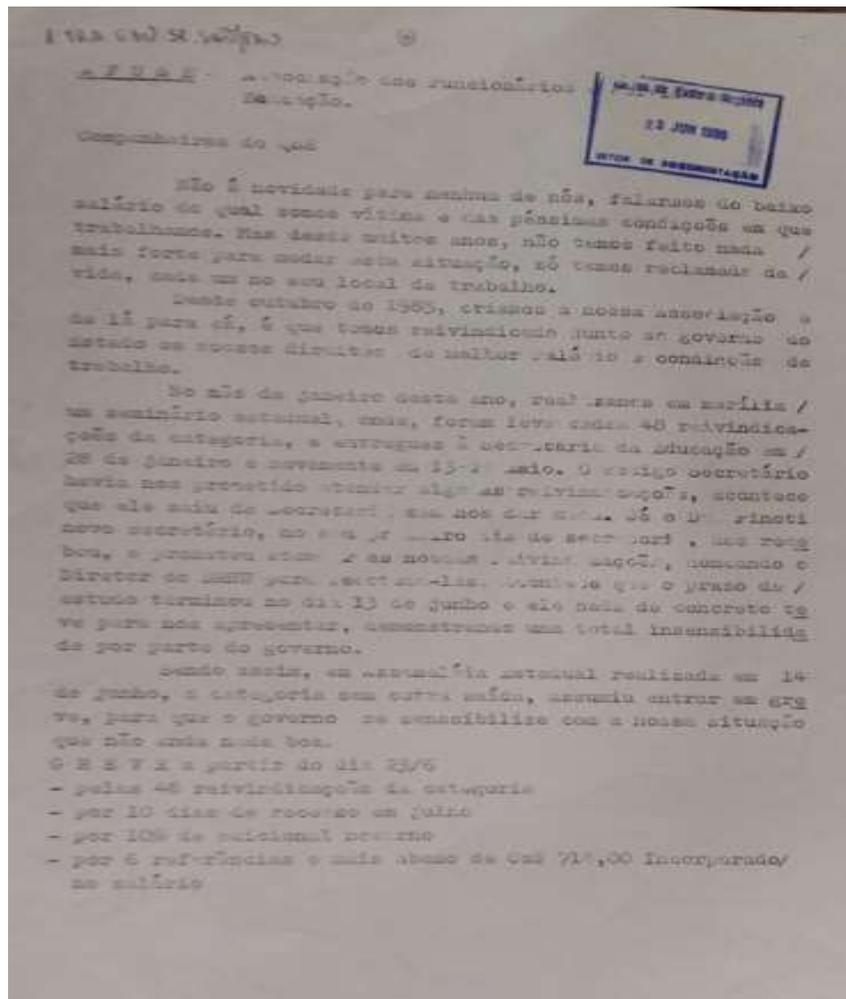


Figura 9 – Carta da AFUSE aos companheiros sobre baixos salários e péssimas condições de trabalho de junho de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

Houve ainda, entre as tantas localizadas, a redação de uma emblemática carta à população, publicada em 1988, por ocasião de greve por melhores condições de vida e trabalho para todos os educadores e funcionários. Na missiva em questão, foi apresentada a forma de atuação do governo paulista nas tentativas de negociação e nas paralisações orquestradas pelo sindicato. Invariavelmente, as hostes governamentais agiam de forma exemplarmente truculenta, avançavam com a tropa de choque e a cavalaria, lançavam bombas de gás lacrimogêneo e reprimiam as manifestações pacíficas de forma muitas vezes mais devastadora do que as enfrentadas no período civil-militar.

Nas linhas dessa carta, também denunciavam os objetivos governamentais do período, trazendo para o conhecimento da população a tentativa dos governantes de atacar as condições de trabalho e diminuir os salários dos funcionários durante as férias. Com esse expediente, a AFUSE procurava fazer com que a população soubesse das reais condições em que viviam e trabalhavam os funcionários escolares. Também é interessante que esse esforço político e dialógico pressupunha a disposição de demonstrar a necessidade de superação da ordem social imposta a qual, em última instância, permitiria condição de vida digna a todos os trabalhadores!

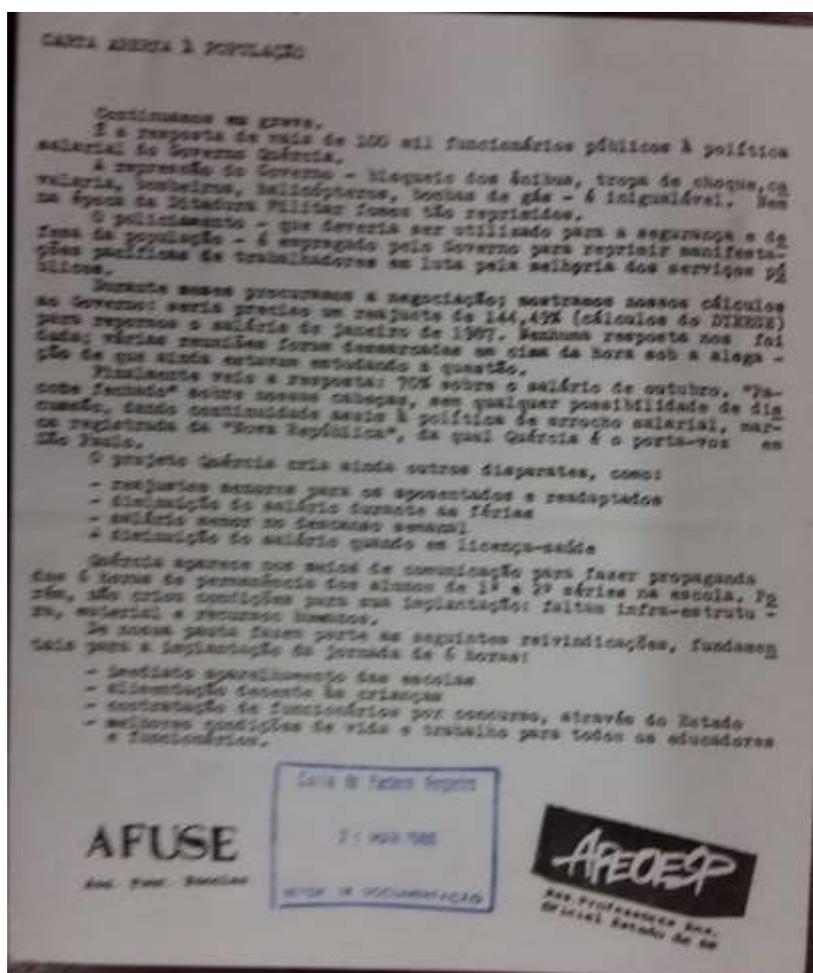


Figura 10 – Carta à população da AFUSE e APEOESP de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

A preocupação com o estímulo e a participação dos funcionários de escola, desde as suas unidades de trabalho até as instâncias dirigentes e deliberativas do sindicato, são constantes no momento de fundação da AFUSE. Em seu Estatuto, os desígnios de seu carácter educativo com base democrática aparecem inscritos em diversos parágrafos, a começar pelo capítulo I, que trata das suas finalidades no artigo 2, item c: lutar pela participação dos funcionários e servidores em todas as instâncias de decisão.

Preocupados em localizar, em sua história, as formas práticas dessa deliberação, resgatamos em suas publicações impressas a existência de ações que demonstram a sua efetivação. Esse procedimento político é claramente perceptível no panfleto entregue aos funcionários de escolas para a concentração que iria acontecer em 30 de Maio de 1984, para deliberarem sobre questões da categoria. A publicação a seguir, encontrada no acervo do CPV, demonstra essa sua prática:



Figura 11 – Panfleto chamando os funcionários de escolas para concentração geral do Funcionalismo em 30 de maio de 1984. **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

É importante lembrar que, por aqueles dias, vivíamos sob a égide da ditadura militar; os direitos políticos ainda não haviam sido restabelecidos e não era permitido realizar atos, manifestações e concentrações em recintos públicos. De qualquer modo, essa prática foi amplamente utilizada pelos militantes da entidade e alcançou êxito, visto que, pouquíssimo tempo depois, em 1986, a entidade estava constituída, o número de associados já era expressivo e continuou aumentando consideravelmente nos anos que se seguiram, devido à persistência de seus ativistas, empenhados em buscar a participação de sua base desde as unidades escolares.

Dentre as várias práticas executadas, encontramos ações relacionadas à chamada dos funcionários para participarem das suas Assembleias, com isso procurando efetivar o seu caráter democrático, como demonstra uma publicação de 1986, encontrada por nós nos acervos do CPV. Esse documento também nos ajuda na confirmação do caráter combativo dos seus dirigentes na condução da entidade. Mesmo sabendo da sua estruturação dentro do período ditatorial frente às truculências dos militares, não declinaram da luta pela edificação da consciência de classe e pela melhoria das condições de vida da categoria, como demonstram os



convocatória de Assembléia para 23/08/1981. **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

Figura 13 – Panfleto da AFUSE, mural do funcionário nº 2, março de 1992 (Frente). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Entre as práticas executadas pela AFUSE, estavam a elaboração e a publicação de boletins informativos para diversas situações, destacando-se o primeiro deles, encontrado no acervo do CPV, datado de 1986, período de consolidação da entidade. Nesse importante documento histórico da sua gênese, encontramos explicações, como, por exemplo, essa inquietante pergunta: O que é a AFUSE? E a resposta:

É a associação dos Funcionários e Servidores das Escolas Estaduais, Divisões Regionais, Delegacias de Ensino e demais Repartições da área da Secretaria da Educação. Reúne todas as Categorias do quadro da Secretaria da Educação, Serventes, Escrivães, Secretários, Inspectores de alunos, Chefes e Encarregados, Técnicos Agrícolas. Todas as categorias que existem, menos o Quadro do Magistério.

O editorial do boletim apresenta o seu objetivo primordial: “pela primeira vez na história dos funcionários e servidores da educação temos uma entidade autêntica que nos capacita para a luta e pela primeira vez discutimos com consciência de classe”. Lembra também, que, no Seminário realizado na cidade de Marília, dois pontos ficaram claros para seus participantes, primeiro: “Fazemos parte e queremos influir no processo educacional do país através da participação nos conselhos de escolas, seminários, debates etc. (...)”; segundo: “É necessária a integração dos funcionários do quadro da Secretaria da Educação através de sua entidade nas lutas sociais ao lado de outros trabalhadores discutindo a política sindical e o momento político brasileiro (Constituinte, ensino público gratuito, direito à sindicalização etc.)”. E ainda continuam: “Tudo isso faz parte de um grande leque de discussões e lutas para valorizar e dignificar o trabalhador público”.

Também prescreviam que esse boletim passaria a ser a tribuna livre da AFUSE, no qual “todos os companheiros” terão hora, vez e espaço para expor e divulgar suas ideias, sugestões, esclarecimentos, denúncias, debates, críticas, com o objetivo de fortalecimento da entidade, além do calendário de atividades e o recado para que “os companheiros” acompanhassem a

publicação do jornal *Diário Popular*, nos dias 1 e 15 de cada mês, o qual traria, a partir de então, uma coluna sobre a AFUSE.

Parece ficar evidenciado, desde os primeiros instantes da sua fundação, visto que esse foi seu primeiro boletim, o objetivo e desejo de ser uma entidade democrática, educativa, crítica, formadora da conscientização social, procurando as brechas do sistema vigente para transformá-lo!

O caráter democrático se acentuava pela chamada para todas as atividades da entidade, ao apresentar seu calendário com antecedência, dando oportunidade aos funcionários de se prepararem para o seu comparecimento nas datas previamente agendadas, demonstrando o real interesse na participação de todos os membros da base sindical que representava.

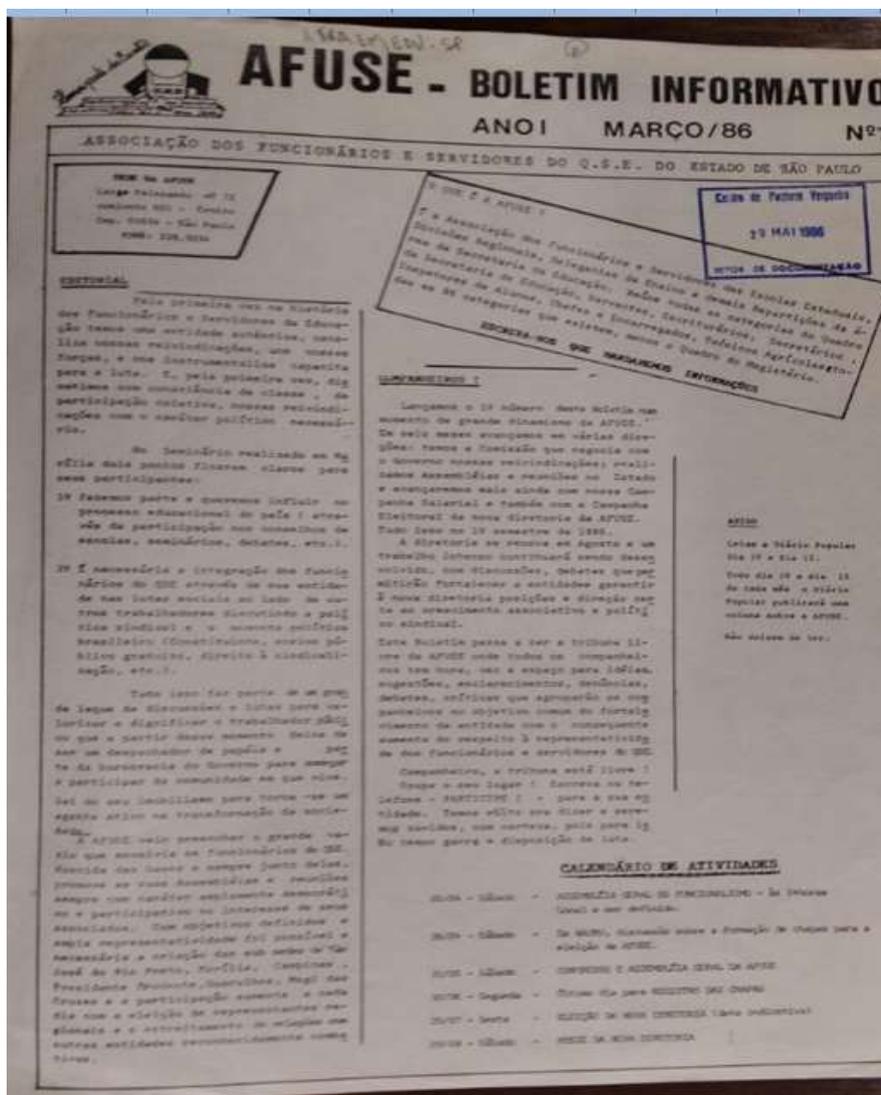


Figura 14 – Boletim informativo da AFUSE de março de 1986.
Fonte: Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

Um avanço significativo do trabalho de comunicação sindical foi a coluna mantida no jornal de circulação nacional *Diário Popular*, que haveria de dar maior visibilidade aos reclamos e questionamentos da entidade e, simultaneamente, estreitar os canais de diálogo com a sociedade.

Encontramos um exemplar no acervo do CPV, datado de 23 de janeiro de 1986, comunicando a toda a população o encontro que aconteceria na cidade de Marília. É interessante notar o uso do recorte de jornal com adendos manuscritos, sendo utilizada pelos militantes da AFUSE como meio para chamar a participação da base nos fóruns decisórios da categoria. Ações dessa natureza confirmam os preceitos democráticos fortemente marcantes dessa entidade, expressando-se nos gestos mais elementares de sua militância sindical.

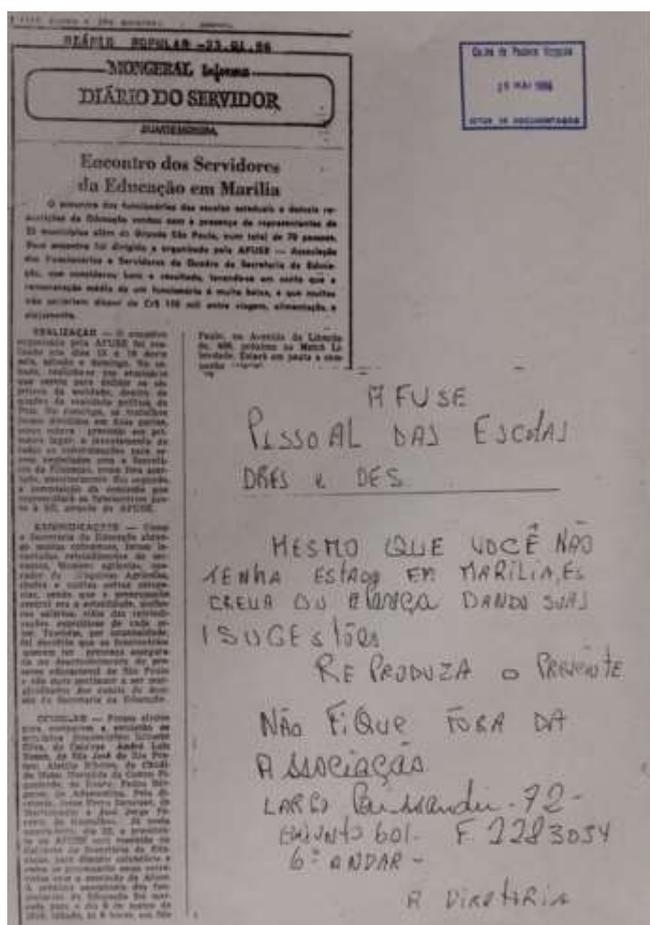


Figura 15 – Jornal Diário Popular de 23 de janeiro de 1986. **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

As questões que se seguiam no percurso da história da AFUSE foram sedimentando o caráter combativo da entidade. Vários enfrentamentos aconteceram, contribuindo para que os desdobramentos das lutas econômicas transformassem em ensinamentos para as lutas políticas. O uso de comunicação via boletins se efetivou entre suas práticas. Podemos conhecer o teor de alguns deles pelos acervos por nós pesquisados, dentre os quais queremos destacar o de novembro de 1991, chamando seus associados para uma conversa franca. Nele a AFUSE relata a apresentação na Assembleia Legislativa de um projeto alternativo ao plano do governo para a escola pública do estado, além de convocar a participação nas mobilizações o que garantiria a aprovação das ementas apresentadas. Também acrescenta nessa publicação o calendário das futuras atividades, dito anteriormente, para os companheiros participarem da luta.

Outra questão posta é o incentivo ao despertar da consciência crítica, quando apresenta alguns dos aspectos do programa do governo para a educação, escrevendo: “Acredite...se quiser ser enganado”, além de uma frase em destaque que diz: “Vamos arregaçar as mangas e participar dessa luta”. O caráter educacional se sobressai nas pegadas dessas atitudes, como podemos observar:

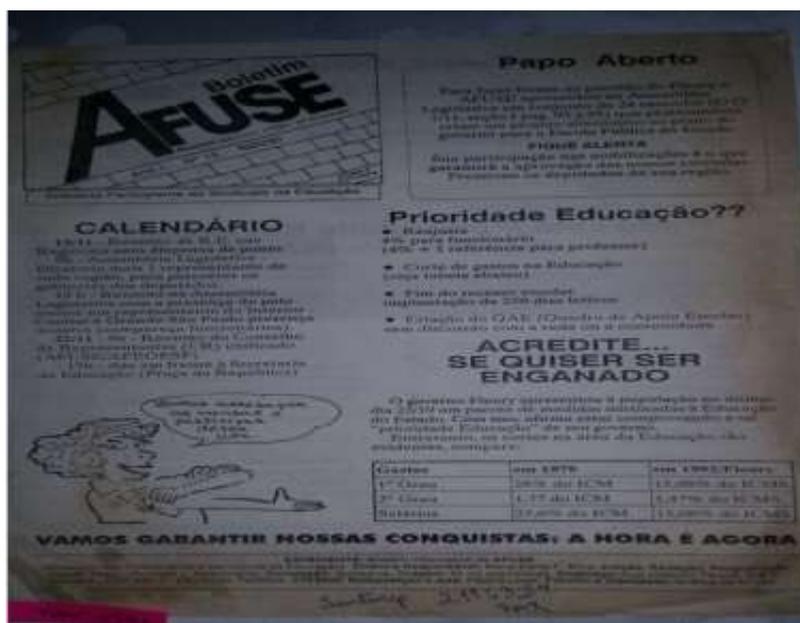


Figura 17 – Boletim da AFUSE de 11 de janeiro de 1995.

Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

No momento histórico em que estudamos, era de se esperar uma entidade da envergadura da AFUSE se utilizar de diferentes meios de comunicação como propagação de suas ações, como o uso dos panfletos desde os seus primeiros passos organizacionais. Assim, quando chegava o período de eleições para diretoria, não seria diferente, visto que objetivava atingir o máximo de repercussão para eventos como esses.

De fato, procurava envolver a base da categoria em todas as decisões da entidade. Nos panfletos apresentava as propostas das chapas que disputavam o pleito, dando oportunidade de análise e decisão sobre os rumos do seu sindicato. Esse era também um momento muito significativo para seus militantes: a chance de concretizar seus preceitos sobre a melhor maneira de continuar a luta em defesa da escola pública. Tanto que o slogan de uns dos opúsculos dedicados às eleições de 1988 era “A AFUSE é pra lutar!”

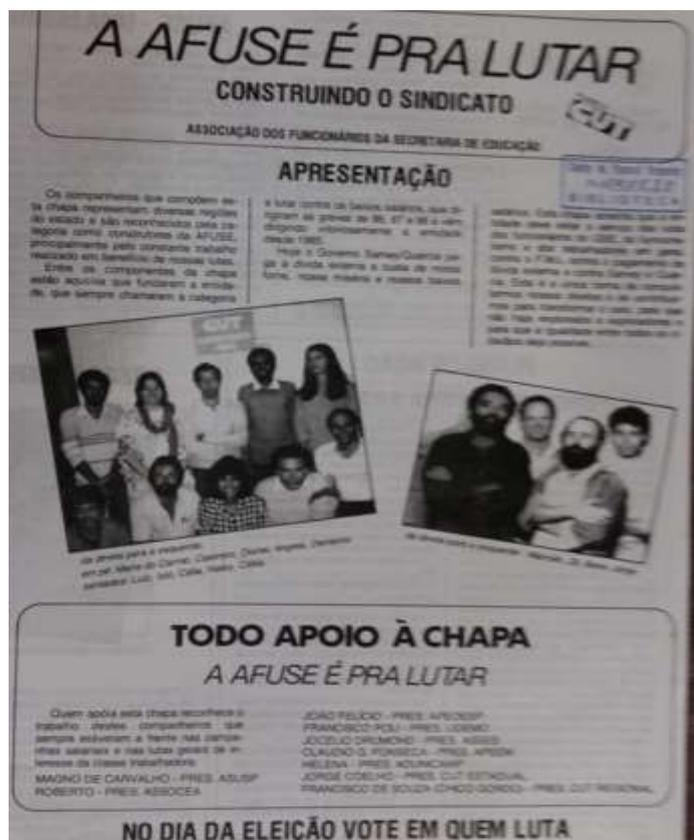


Figura 18 – Panfleto da AFUSE construindo o sindicato de 1988 (p.1). **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

O uso de libelos pela AFUSE também se encontra em momentos mais tensos da vida social paulista. No governo Mario Covas os professores e servidores públicos foram agredidos, com o uso da tropa de choque e da cavalaria. No entanto os trabalhadores em educação não se intimidaram e, em conjunto, responderam: “Nossa luta continua até que nossas reivindicações sejam atendidas”. Dessa forma, não só deixavam claro a sua posição no cenário social ante a truculência do governo, mas também o perfil de entidade combativa que, mesmo enfrentando toda forma de agruras, não receava defender a escola pública.



Figura 19 – Recorte de jornal da Apeoesp, período do governo Mario Covas, s/d. **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

Diferentes usos são dados aos panfletos, desde chamadas para eleições na entidade, passando por comunicados sobre a conjuntura social, até campanhas salariais. A diversidade de utilização mostrava a dinâmica da AFUSE, na figura de seus militantes que, incansavelmente, eram desportos

para as atribuições da época em que viviam e impulsionados a vislumbrar novos horizontes.

Os slogans para as campanhas eram sempre bem chamativos, mostrando seus idealizadores atentos com a questão da importância da difusão, assimilação das notícias e informações sindicais para um amplo espectro de leitores. O exame desses materiais demonstrou que, mesmo a pessoa não tendo tempo ou condições favoráveis para ler todo o panfleto, teria a noção do teor da mensagem apenas com um simples olhar, garantindo que seu objetivo precípua fosse atingido. Em um deles, encontramos o seguinte chamamento político: “EU VOU PRA LUTA. NÃO AGÜENTO MAIS. É O PREÇO DA COMIDA QUE SOBE! É O SALÁRIO QUE DESCE!”

Ao usar como recurso o negrito e as letras maiúsculas para destacar algumas das frases e palavras de ordem, pretendiam chamar a atenção do possível leitor para a legitimidade das reivindicações que deveriam mobilizar a categoria. Por exemplo, no panfleto abaixo reproduzido, não apenas apresentavam as condições salariais dos funcionários da educação, mas também os desafiavam: “Coma com o salário de março se for capaz”.

Também aproveitavam para comentar a criação de um plano econômico pelo governo federal e sua imposição, afirmando que tal governo “amarrou os salários”, enquanto os “preços do arroz, feijão, água, luz etc ficaram de acordo com a vontade dos grandes empresários desse país. Ou seja, bem acima dos salários!”

Nesse mesmo boletim, seguiam relatando as agruras por que passavam os trabalhadores, usando os diferentes momentos e as privações para despertar a consciência de classe e chamar a base para a busca de um novo tempo: “Nós estamos esperando o quê? Vamos à luta, não temos outra saída!”

O caráter educativo da entidade é constantemente perseguido em todas as suas práticas.



Figura 20 – Cartaz da campanha salarial da AFUSE de 17/03/1994.
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

Em meio às formas de comunicação utilizadas pela AFUSE para contatar seus associados e a comunidade como um todo, encontram-se os informativos, dando conhecimento dos assuntos pertinentes a toda a base da categoria. Em setembro de 1989, período da campanha salarial, elaborou-se o primeiro deles, chamando os funcionários para uma assembleia em que seriam discutidas questões importantes referentes à vida do trabalhador, como a efetivação do piso salarial, a definição da jornada de trabalho, a realização de concursos públicos, além da luta em defesa da escola pública.

A AFUSE, democraticamente, pela edição dos seus informativos, prática contestante da entidade, convocava os “companheiros” a participar das assembleias, discutir as reivindicações e colaborar na organização de suas atividades de mobilização da categoria. Isso é observado no informativo abaixo apresentado, ao chamarem os trabalhadores para a decisão ou não da interrupção de suas atividades laborais, anunciando, inclusive, que naquele

momento deixava claro o estado de greve, com calendário de lutas e atividades para percorrer escolas na busca de conscientizar seus membros sobre a importância de estar unidos em prol dos interesses da categoria.

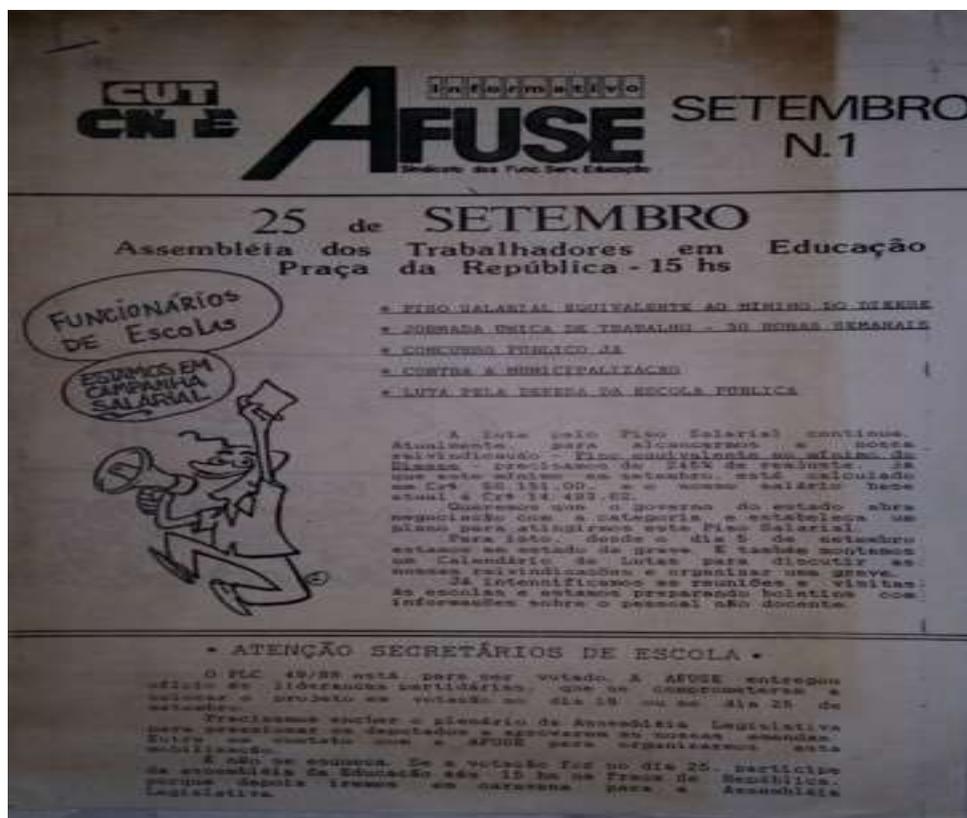


Figura 21 – Informativo nº 1 da AFUSE sobre assembleia dos trabalhadores em educação do período do governo Quéricia (p.1). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Essa prática haveria de ser estender por outros momentos da história da AFUSE. Sempre que fosse necessário informar os associados sobre o andamento da luta em defesa da categoria, lançava-se mão da edição de informativos, como aconteceu ao apresentar uma de suas vitórias sobre a realização de concurso público para funcionários e servidores nas escolas paulistas. Reclamo esse, fruto de muita luta enfrentada pela categoria contra o sucateamento da escola pública que se materializava pela ausência de funcionários nas unidades escolares.

Em seus boletins informativos, também eram dadas orientações sobre como proceder para a organização das eleições de delegados regionais que iriam comparecer em congressos, caso da CNTE, que se avizinhava.

Uma relevante notícia, abaixo reproduzida, era referente à LDB – Lei de Diretrizes e Bases, em tramitação no Congresso Nacional. No seu conteúdo, apenas constava o plano de carreira para o magistério, desconsiderando os trabalhadores da educação não docentes. Ato contínuo, frente a esse fato, chamava a categoria para elaborar uma proposta de plano de carreira para ser discutido em um encontro posterior.

As formas de agir da AFUSE parecem demonstrar o seu caráter educativo e democrático, sempre primando pela participação de todos os seus membros na tomada de decisões, fossem elas para a organização, o enfrentamento e mesmo para as comemorações das vitórias alcançadas pela categoria. Questões como essas aparecem claramente explicitadas no seu segundo boletim informativo, publicado nos primeiros anos da década de 1990, que julgamos oportuno reproduzir.

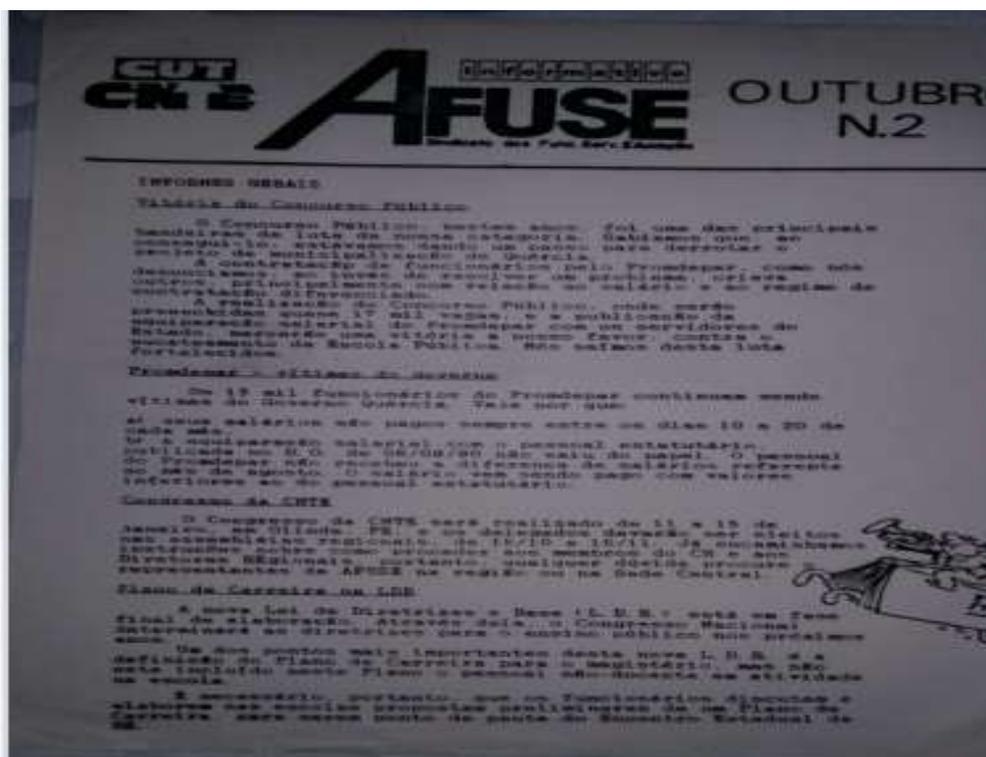


Figura 22 – Informativo nº 2 da AFUSE sobre conjuntura da vida dos trabalhadores em educação do período do governo Quéricia (p.1). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Outros modelos eram utilizados somente para comunicar questões mais emergenciais e de interesses específicos da categoria. Numa sociedade marcada pelas diferenças extremas entre as classes sociais, como o caso da brasileira, a questão salarial sempre ocupou o primeiro lugar na luta dos trabalhadores. Nesse contexto, a AFUSE, primando pela busca de melhores condições de vida para os membros da categoria que representava, utilizou de informativos para comunicar aos seus membros as discrepâncias existentes, não se esquecendo de que a conscientização política nas sociedades de classes também pode começar pelas questões econômicas.

Pela forma de procedimento adotada, contribuiu para essa formação, notadamente marcando mais uma vez seus passos nessa marcha. Um exemplar dessa prática encontra-se abaixo reproduzido:

AFUSE QUANTO
INFORMATIVO

SÃO PAULO, 09 DE JANEIRO DE 1995

FUNCIONÁRIO DE ESCOLA OU DELEGACIA DE ENSINO

O trabalho profissional realizado por Funcionário ou Professor e inclusive Diretor de Escola tem que ter salário compatível com esse trabalho realizado. Essa relação não muda mês a mês. Todos os trabalhadores da educação tem que ter sempre mantida essa relação de salários.

PORTANTO TODO MÊS A RELAÇÃO É ESTA:

Se o piso do Aux. de Serviço for 70% do salário do PI por 40 hs semanais, tem que ser 97,39% de aumento nos salários de cada categoria, veja como deve ser:

AUX. DE SERVIÇO	197,39
SERVENTE DE ESCOLA	209,71
INSPETOR DE ALUNO	225,02
OFICIAL DE ESCOLA	273,07
SECRETÁRIO DE ESCOLA	496,01 *
CHEFE DE SEÇÃO	531,05 **
ENCARREGADO DE SETOR	457,31 **

* NESTE VALOR FOI INCLUIDA UMA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE 30%
 ** NESTE VALOR JÁ ESTÁ INCLUIDA A GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

OBS: Cálculo feito com as categorias mais numerosas, se bem que o reajuste tem que ser para todos

A Diretoria

Figura 23 – Informativo da AFUSE sobre salários dos funcionários de escola de 09 de janeiro de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

A busca pela participação de todos os membros da categoria nas ações práticas da AFUSE também se fez presente nos manifestos publicados com o objetivo de difundir a eclosão de situações que exigiam a pronta e explícita cooperação da categoria, ao ser violentamente golpeada pelos governantes, como registram as inúmeras publicações efetivadas no período do governo de São Paulo, com Luiz Antônio Fleury, e da Presidência da República, com Fernando Collor de Melo. Governantes com seus ataques e política de desvalorização da escola pública atingiam a vida dos seus funcionários e servidores, que lutavam pela garantia de seus direitos.

Tais manifestos eram também utilizados para chamar a base para as convenções estaduais, nas quais poderiam discutir as estratégias adotadas pela AFUSE para assegurar a defesa de suas reivindicações, conforme apresentamos a seguir:

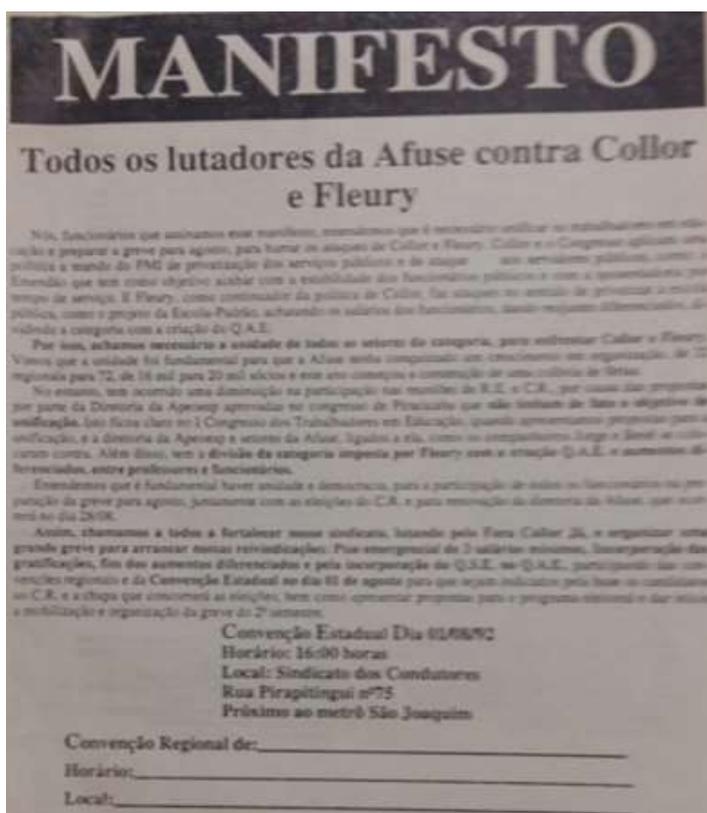


Figura 24 – Manifesto da AFUSE contra Collor e Fleury com chamada para convenção Estadual dia 01/05/1992.
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

O uso desse recurso de comunicação foi repetido quando o citado governante paulista publicou um projeto para as escolas, instituindo a divisão e semeando a cizânia no interior da categoria ao conceder reajustes diferenciados, pelos quais parte substancial dos funcionários continuaria a receber salários miseráveis e abaixo da inflação. Com o uso do manifesto nessas ocasiões, a instituição tinha nas mãos um instrumento ágil para convidar todos os trabalhadores do país nas mesmas necessidades a se unir para lutar pela mudança dessa condição.

Documentos como esses também podiam convidar a base para a campanha eleitoral que se aproximava, dando plenas condições para serem discutidas as formações de chapas que concorreriam, permitindo a apresentação de suas propostas para elaboração do programa eleitoral, o qual seria “definido conjuntamente na Convenção Estadual da Categoria que aconteceria nos dias posteriores”.

Essa e outras ações dos militantes da AFUSE colocavam-na entre as entidades da sociedade civil que batalhava pelo despertar da consciência dos problemas sociais com vistas a instituir luta política usando das palavras de ordem e preconizando que “Juntos somos fortes!”, dentre outras. Encontramos, em nossas pesquisas, muitos manifestos, como este que reproduzimos a seguir:



Figura 25 – Manifesto da AFUSE contra Collor e Fleury de 1992.
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

Outro publicado pela AFUSE foi utilizado para analisar junto aos funcionários de escolas alguns aspectos da conjuntura nacional pertinentes a todos os membros da categoria. O referido documento surgiu no período que precedia a realização do VII Congresso Estadual da AFUSE, quando os trabalhadores estavam submetidos a salários deploráveis enquanto “nossos governantes entregavam nossas estatais ao capital estrangeiro à custa da miséria do povo brasileiro”. Isso com base na constatação de que “todos os trabalhadores submetidos a essa realidade são chamados pela AFUSE para participarem do seu Congresso”.

Esse mesmo material, após a explanação sobre os motivos que os levaram a tomada dessa decisão, também comunicava o porquê de “aprovar uma moção contra a participação da CUT em fóruns com os patrões, além de instituir um dia para ser comemorado como sendo Dia Nacional de Lutas e Protestos”. O congresso deveria ainda “apontar à CUT a tarefa de elaborar um plano econômico dos trabalhadores, contra o desemprego, contra o arrocho salarial, contra a privatização para superar a crise do país”.

Esse e os outros meios de comunicação utilizados para expor as ações práticas da AFUSE corroboram a institucionalização de uma entidade combativa, com princípios educacionais democráticos que investiu bravamente nos desígnios da sociedade paulista e por extensão brasileira para que fosse possível vislumbrar uma nova ordem social, com justiça e igualdade entre os seus!



Figura 26 – Manifesto sobre o VII congresso Estadual da AFUSE de 11 a 13/03/1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Uma entidade com o porte da AFUSE não poderia deixar de publicar seu próprio jornal com o intuito de divulgar suas lutas e suas vitórias, para o conhecimento de toda a sociedade. Como forma de instigar pela militância da entidade a sua leitura, em 1990, de forma criativa elaborou-se um número do seu periódico, inspirado no jornal *Notícias Populares*, veículo de grande circulação nacional e extremamente conhecido pelas camadas empobrecidas da população brasileira.

Nessa inventiva publicação apresentavam-se as circunstâncias em que se encontravam os funcionários e servidores das escolas paulistas, ou seja, as condições de penúria e exaustão pelas quais passavam seus componentes. Em sua capa, frases fortes foram estampadas e, em manchetes garrafais, advertiam: “Cuidado! Estão roubando o salário do trabalhador”. Com essas chamadas procurava-se mostrar a situação das mulheres, que não tinham locais adequados para deixar seus filhos e ir trabalhar. Estava lançada a campanha para conseguir creches, ilustrando-a com a foto de uma criança dentro de uma gaveta de escrivaninha ocupada por sua mãe. Exemplar desse tabloide, encontrado nos acervos do CPV, mostra a forma pitoresca e provocante desse recurso ser utilizado para desmoralizar as autoridades e legitimar as reivindicações juntos à população em geral.



Figura 27 – Jornal Notícias da AFUSE de Março de 1990 (capa). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Em 1993, quando entrou em campanha salarial, seu jornal notificou a sociedade sobre as condições da categoria, apresentando uma foto da mobilização que reuniu os membros do funcionalismo; também lembrava a realização, no dia 27 de julho, de reunião na Secretaria da Educação para debater as questões salariais dos funcionários e servidores. Importante lembrar que os governantes, astutamente, haviam instituído salários diferentes para alguns, trazendo “intrigas para dentro da entidade e separando os companheiros na luta que é de todos”.

A AFUSE também procurava realçar a importância de união entre todos os segmentos constituintes do funcionalismo, para ter força no enfrentamento com os governos, estimulando a participação de todos no dia marcado para paralisação do funcionalismo, balizando-o como um passo importante na demonstração da força que alcançariam.

Uma história em quadrinhos foi elaborada pela equipe comunicacional da AFUSE. Nessa publicação, apresentava as investidas do governo para desmoralizar os sindicatos e associações representativas dos trabalhadores falando dos aumentos anunciados pela televisão, mas que nunca aconteciam, gerando, assim, desconforto para os diretores das entidades e desconfiança da sociedade sobre a veracidade das questões apresentadas para justificar as paralisações que lideravam.

É muito rica de detalhes a forma pela qual a história foi elaborada, apresentando, nitidamente, o objetivo educacional dos seus idealizadores. Sem sombra de dúvida, a AFUSE primou pela formação crítica e participativa dos seus associados e, por extensão, de setores mais amplos da sociedade, que viam seus mais elementares direitos sendo golpeados e dilapidados pelos governantes paulistas. Disponível, o conteúdo completo do aludido documento encontra-se logo abaixo:

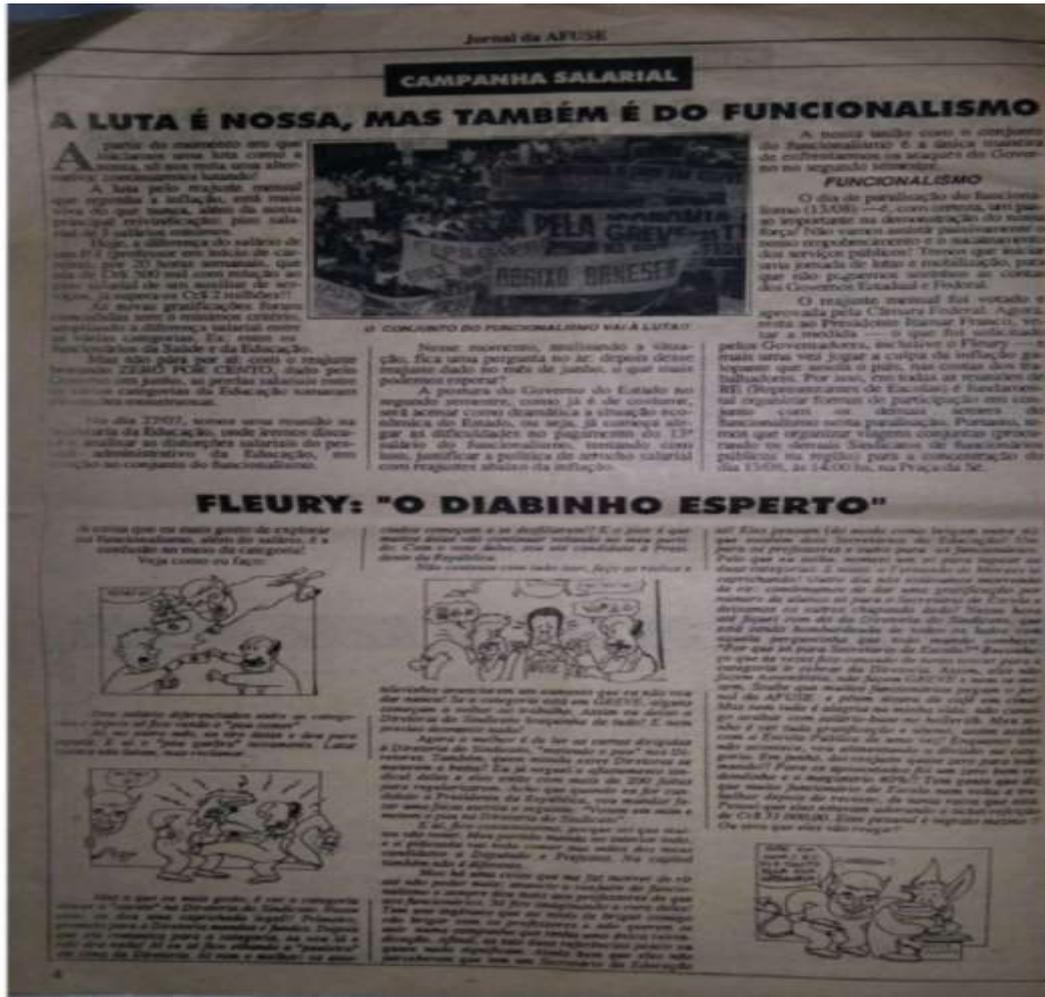


Figura 28 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, Julho 1993 (p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Em exemplar de um dos jornais, encontramos um panorama geral da conjuntura nacional, destacando-se a miséria reinante na sociedade brasileira com matéria de impacto, publicada com o título em letras maiúsculas, na qual denunciavam “Um Brasil de famintos!”.

Na mesma página, seus cartunistas ilustravam o assunto com a figura de um casal e seu filho no colo da mãe, todos com traços cadavéricos, além de um prato vazio e dois talheres. Há que se imaginar o impacto causado por essa caricatura nos associados e mesmo em setores mais amplos sociedade. Recurso utilizado, não apenas para prender a atenção do leitor menos atento,

mas também para despertar discussões mais profundas sobre a realidade nacional, então imperante.

Importante observar que, por aqueles dias, realizou-se a abertura da campanha contra a fome pelo sociólogo Betinho. Com isso, os dirigentes sindicais alertaram que, nos grandes jornais, concomitantemente ocorria a publicação de nomes dos homens mais ricos do mundo, inclusive de alguns brasileiros entre eles. Assim, realçavam, ainda mais, o triste quadro da realidade brasileira: grande porcentagem da sua população vivia em condições miseráveis; eram naquela época, 32 milhões de pessoas passando fome.

Na verdade chamavam a atenção para essas questões com o intuito de mobilizar as entidades para, conjuntamente, inserir-se na campanha contra a fome e lutar pela mudança das condições que conduziam à fome “que em última instância levaria à transformação da ordem social imposta aos brasileiros” e se instalariam as condições de vida digna para todos os seus cidadãos, como preconizava o objetivo da entidade.

Essas informações foram encontradas em jornal publicado em julho de 1993, localizado nos acervos reunidos e que julgamos pertinente reproduzir na construção da presente pesquisa.



Figura 29 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.12). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

São também publicados em seus jornais os resumos das ações efetuadas pela AFUSE, com destaques sobre diferentes momentos por que passaram os funcionários e servidores da educação do Estado de São Paulo durante suas jornadas de lutas. Por exemplo, na edição de julho de 1993, foi noticiada e analisada a ocorrência de sua maior greve: a matéria ocupou duas páginas.

Esse fato fortaleceu a categoria em suas perspectivas de ações futuras e, por isso, nessa mesma edição, foi apresentando o calendário das batalhas executadas: “dia 16/04 – Assembleia Estadual decide pela greve por tempo indeterminado; dia 29/04 – paralisação de 70% da categoria; dia 11/05 – as escolas fecham as portas pela sujeira acumulada; dia 14/05 – o governo vai à televisão em horário nobre e anuncia aumento salarial para os funcionários e logo depois reconhece que a informação não era verdadeira, mas não desmente oficialmente passando essa tarefa para a diretoria da AFUSE que esclarece a falsidade do governo por boletim aos seus associados”.

Em momentos como esses, seus militantes recebiam o desafio de enfrentar a truculência e o descaso dos governantes, produzindo os conteúdos para ser trabalhados na formação de seus associados. Como suas publicações eram abertas a toda população, estavam instruindo a todos, inclusive com a oportunidade de denunciar as mentiras do governo, além de conclamar a análise para além das informações disseminadas pelos meios de comunicação em massa. Era preciso saber o que estava por trás dos bastidores e o que se escondia nos reais objetivos dos governantes, que usavam da ingenuidade do povo para manipular informações, extirpando seus mais elementares direitos de conhecerem a verdade!



Figura 30 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (pp.6 e 7). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Quando a AFUSE comemorou os seus 10 anos de existência em 1995, a ocasião foi celebrada com grande entusiasmo. Isso não ocorreu por acaso, a entidade havia acabado de atingir um dos seus principais objetivos, alcançando 25.000 mil associados, continuava ativa na luta, organizando os funcionários estadual e nacionalmente. Inclusive, “participando com alguns dos seus quadros na CNTE que estarão em Brasília para participarem de um encontro Nacional dos Funcionários da Educação”, além de convocar os seus sócios para, “nos dias 22, 23 e 24 de maio de 1995, participar do seu décimo Congresso Estadual em Campinas”.

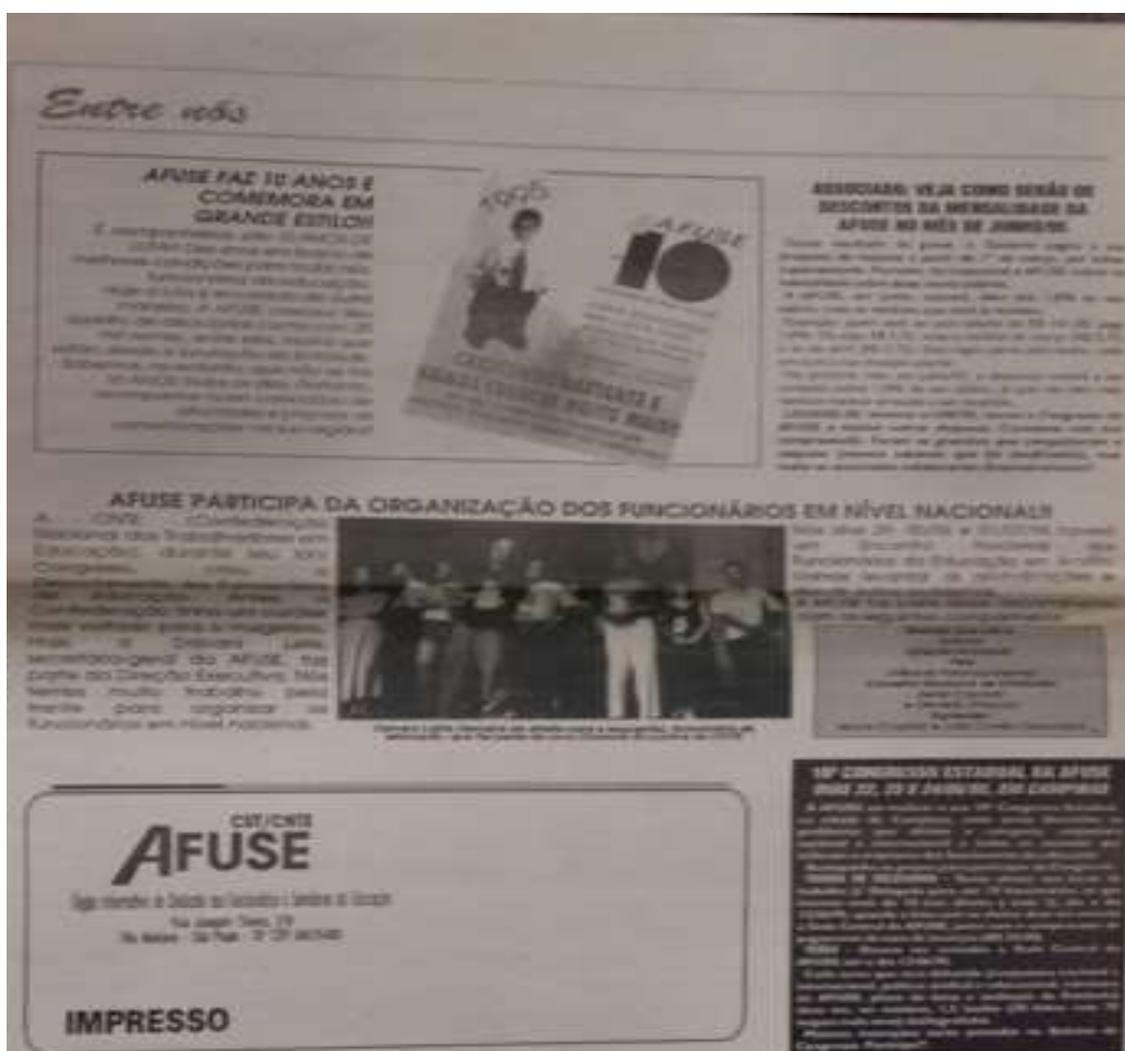


Figura 31 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de Junho de 1995 (p.8). **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

Precisamos considerar que a quantidade de jornais localizados em nossas pesquisas extrapola de forma considerável os limites temporais estabelecidos para a consecução do presente estudo. Contudo, em suas páginas, desde seus primórdios percebe-se a manutenção da mesma tenacidade de uma entidade que nasceu e procurou se firmar com princípios bem definidos, manteve-se firme aos desígnios educativos, democráticos e combativos, marcando seu lugar na luta por ideais transformadores, com vistas a contribuir com a edificação de novo modelo social.

Em nossa opinião, no período delimitado para a realização da presente pesquisa, o ponto alto dos encontros entre os membros da AFUSE se expressava nos Congressos organizados pela entidade, por reunir expressivo número de participantes, proporcionar acalorados debates políticos e sindicais e procurar posicionar a entidade frente às grandes tarefas exigidas pelo momento histórico.

Esses congressos eram organizados estadualmente e precedidos de eventos similares realizados nas chamadas macro regiões, como Marília, Sorocaba, Guarulhos, Ribeirão Preto, Araçatuba, São José dos Campos, Limeira, Americana, Teodoro Sampaio, Campinas, Araraquara, Vale do Paraíba etc. No presente trabalho, daremos destaque a apenas alguns, sinalizando que essa prática política organizativa foi largamente empregada no período que definimos para realização dos estudos sobre a história da AFUSE.

A primeira comunicação que trazemos refere-se ao V congresso da AFUSE, em 1989, na cidade paulista de Cajamar. Em meio a suas ações encontravam-se expressas as teses apresentadas para debate congressual; prática essa que nos confirma, claramente, o seu compromisso democrático e educacional na busca de congregar forças, não somente pelos ideais da categoria, mas também por todos os trabalhadores.

As teses apresentadas foram três, cujos títulos denominaram-se: Democracia e Luta; A AFUSE somos nós; Corrente Sindical Classista. Para vislumbrarmos um pouco desse efervescente momento, brevemente destacaremos alguns de seus aspectos que julgamos pertinentes. São eles:

A tese I – Democracia e Luta, elaborada pelos militantes de tendência minoritária, que atuavam no interior do Partido dos Trabalhadores – PT,

denominada Convergência Socialista (CS), trazia um dos seus títulos “Nós e todos os trabalhadores na luta”, procurando apregoar que “hoje todos os trabalhadores passam pelo pior arrocho salarial de sua história”. Preocupavam-se também em “Como derrotar o arrocho salarial”, dizendo que “o único instrumento que possuíam é a luta” e, para tal, propunham alguns passos. Em primeiro lugar, “preparar nova greve”; em segundo, “solicitar apoio político e material das prefeituras comprometidas com os trabalhadores”; em terceiro, “ser contra os candidatos do governo e a favor do Lula, trabalhador vota em trabalhador” e, em quarto lugar, defendiam a “construção do sindicato único dos trabalhadores em Educação”, dando maior força nos embates que os funcionários da educação tinham e teriam pela frente.

A tese II – A AFUSE, vinculada à corrente Articulação Sindical, hegemônica no movimento sindical brasileiro e também no PT, estampava em seu título “A AFUSE somos todos nós”, lembrando que, “desde 1984, temos um princípio que é a construção de uma associação ampla e democrática, independente de estados e partidos políticos que chama para participação no congresso”. No que se referia à conjuntura, então vivida, procuravam observar que o “momento atual é a luta contra o arrocho salarial” e que “a greve é o único instrumento eficaz de luta dos trabalhadores, é necessário acumularmos força para que na hora certa a CUT e demais Centrais Sindicais chamem nova greve geral. É preciso lutar!”

Tratava ainda da importância das eleições presidenciais de 1989, avisando ser em outubro desse mesmo ano o congresso unificado APEOESP/AFUSE para fundação do Sindicato Único, para o qual “realizarão ampla discussão propondo uma comissão entre as entidades para encaminhar o processo”. Os signatários desse documento não se esqueceram, em sua redação, das reivindicações específicas da categoria, dentre elas a questão do vale transporte e a “campanha em defesa da Escola Pública”.

A tese III, elaborada pela Corrente Sindical Classista, vinculada ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB procurou justificar “Por que não divulgamos a nossa tese” e por que estariam “mandando sua tese pelo correio às Regionais e representantes”, pois, segundo os seus signatários, “a forma que está sendo utilizada não foi a combinada no encontro da entidade, o que

dizem estar coerente com a proposta de uma AFUSE Classista, Democrática, Politizada, mas não Partidarizada”.

Para os fins de elaboração desta pesquisa, não foi o nosso objetivo analisar o teor político do conjunto de teses apresentadas no Congresso. Porém, é inegável que a sua localização nos permite refletir sobre a força política presente no Congresso e sobre o significado do exercício democrático educativo efetuado no seu cerne, garantindo o desenvolvimento da consciência crítica em seus associados como forma de preparo para a luta de classe. Artífice da construção de um novo tempo, de nova ordem social. Os documentos brevemente citados para fins ilustrativos estão abaixo copilados:

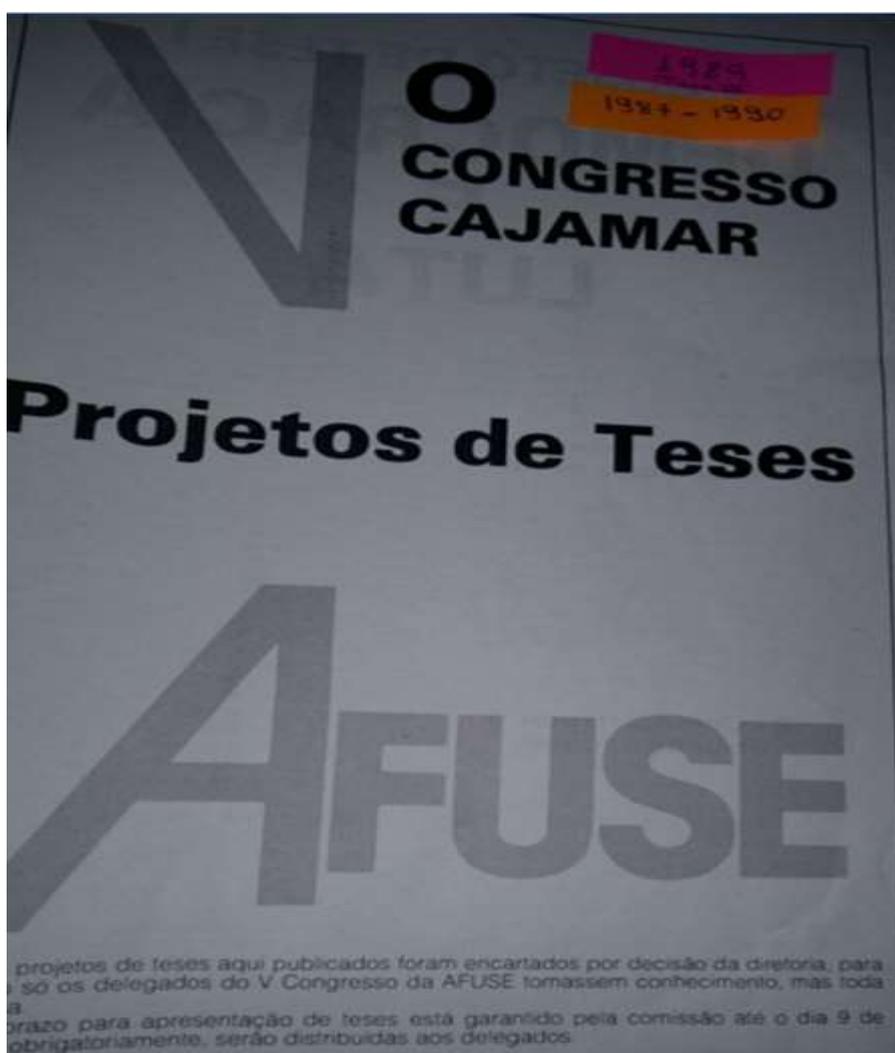


Figura 32 – Panfleto com as teses do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

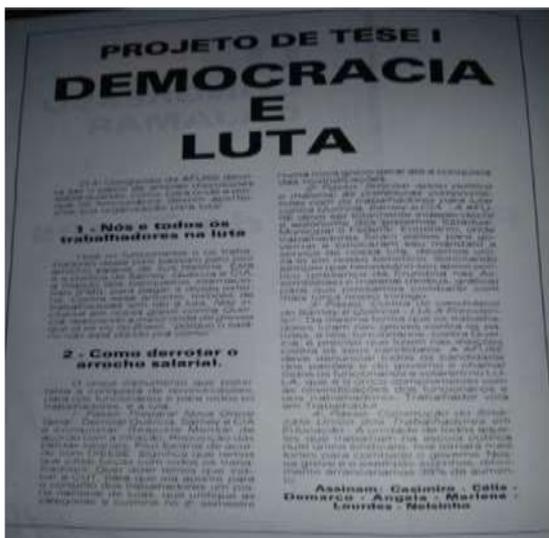


Fig. 33

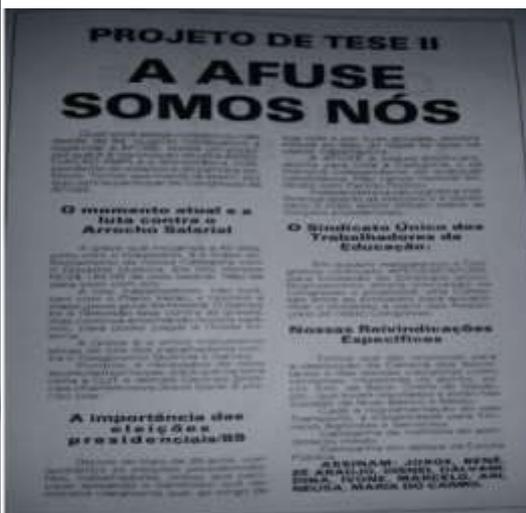


Fig. 34



Fig. 35

- Figura 33** – Projeto de tese I, do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.
- Figura 34** – Projeto de tese II do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.
- Figura 35** – Projeto de tese III do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Pelas análises das fontes documentais que localizamos, o momento mais importante e significativo das reuniões sindicais, com a destacada participação da AFUSE, foi aquele preconizado pela tentativa de se unificar, numa mesma agremiação, os trabalhadores em educação do Estado de São Paulo. Esse congresso ocorreu na cidade de Piracicaba, em 1990, com o slogan “Nossa força é a nossa união”.

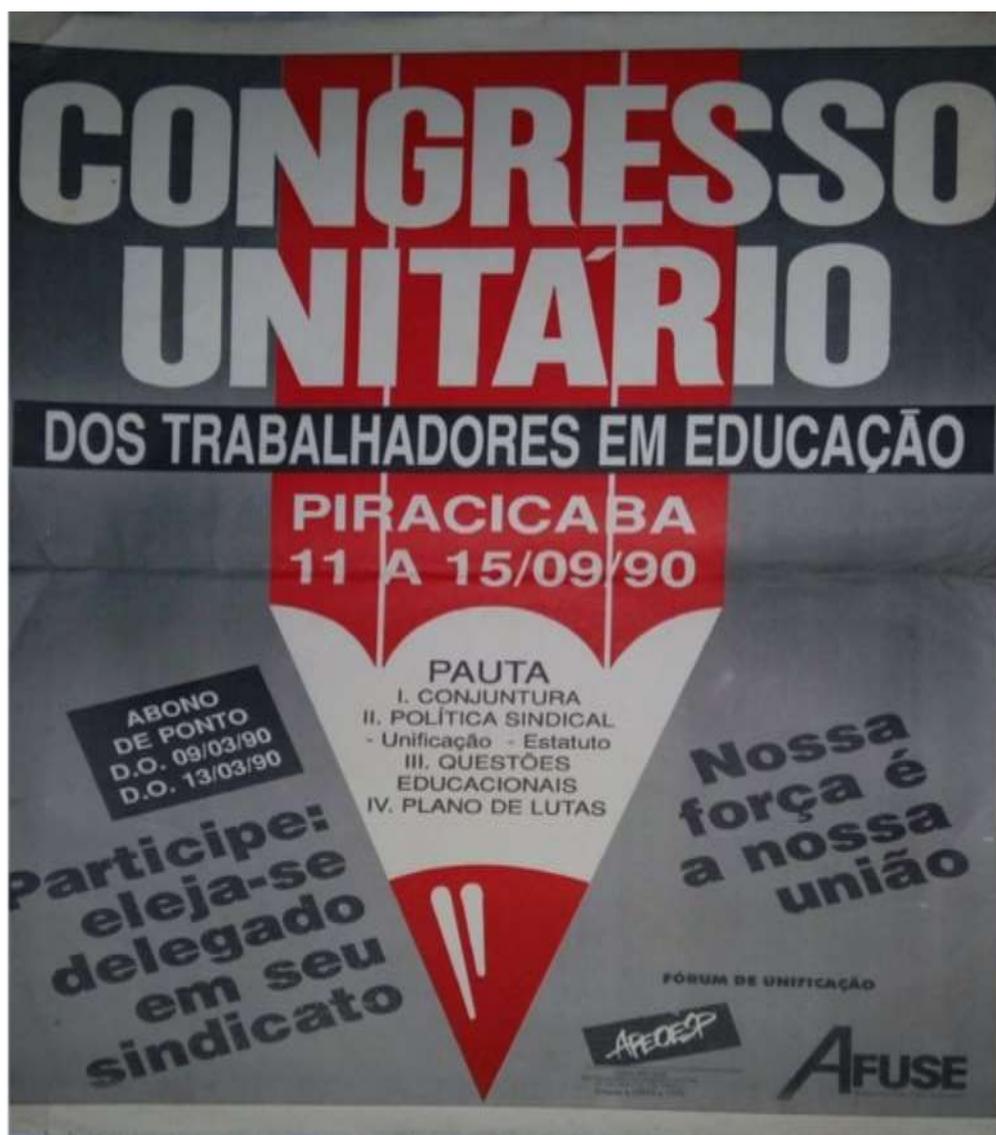


Figura 36 - Cartaz do congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Para a organização dos debates congressuais, a AFUSE elaborou um boletim com orientações sobre data, local e pauta das atividades que iriam ocorrer, demonstrando o respeito pelos participantes e preparando-os para os conteúdos que seriam tratados, como forma de envolvê-los nas questões de ordem do momento, pautadas da seguinte forma pelos organizadores do evento: Conjuntura, Política Sindical, Unificação, Estatuto, Questões Educacionais, Plano de Lutas. As expectativas políticas geradas em torno desse congresso foram muitas, e a tentativa de unificar os sindicatos dos professores (APEOESP) e os dos funcionários da educação (AFUSE) poderia representar um salto organizativo, significativo, fortalecendo os trabalhadores em educação em suas lutas em defesa da escola pública paulista.

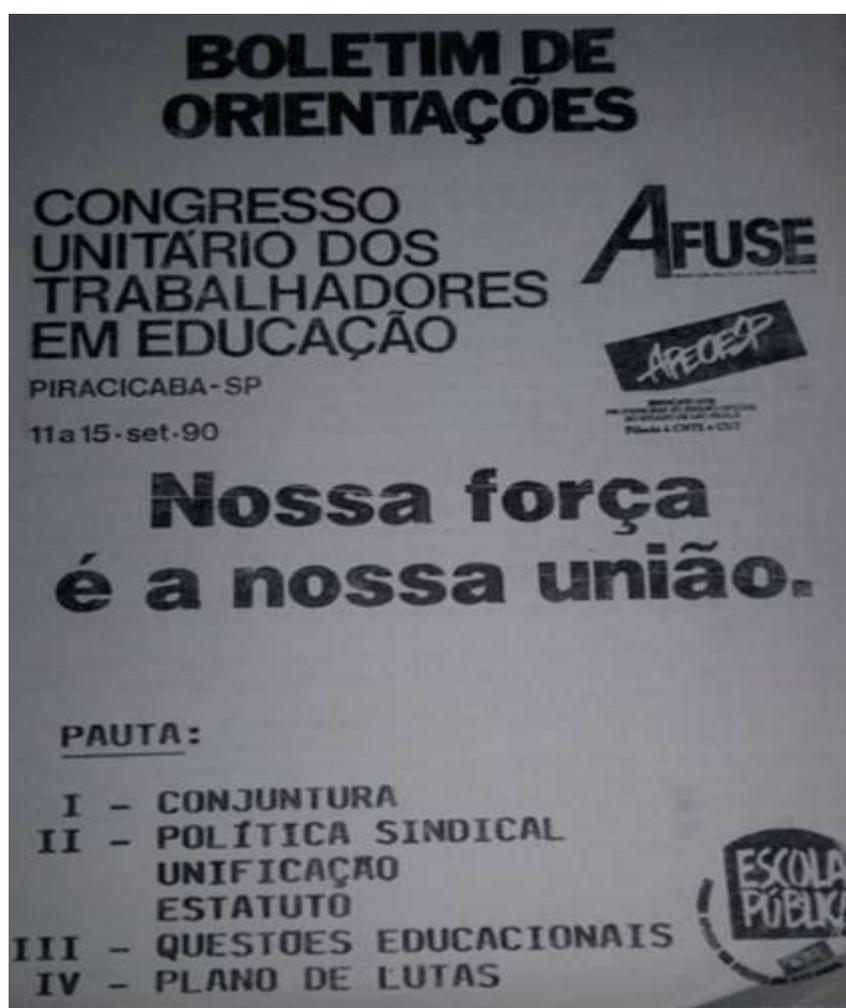


Figura 37 - Boletim de orientação sobre o congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990 (capa). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Nesse congresso, demonstrando o vigor e a importância política desse momento de grande vulto para a história dos trabalhadores em educação, foram apresentadas e discutidas teses de praticamente todas as correntes e tendências atuantes no interior do movimento sindical brasileiro por aqueles dias.

Embora não tenhamos o objetivo de tecer quaisquer comentários críticos sobre os conteúdos apresentados e defendidos pelas inúmeras forças políticas participantes dos debates congressuais, acreditamos ser oportuno nominá-los para se ter uma ideia da importância e do envolvimento social representados por esse congresso. São eles: Tese 1 – “Unificação: um avanço na organização dos trabalhadores em educação”; Tese 2 – “Conjuntura Nacional”; Tese 3 – “O processo de unificação”; Tese 4 – “Rumo à construção do sindicato único dos trabalhadores em educação de massas, democrático e organizado pela base”; Tese 5 – “É pra lutar e conquistar a vitória”; Tese 6 – “Democracia e luta”; Tese 7 – “Unificar e politizar para avançar na luta”; Tese 8 – “Contra o arrocho e a recessão: unificação”; Tese 9 – “Poronga: um empate à destruição da escola pública”; Tese 10 – conjuntura.



Figura 38 – Caderno de teses do congresso unitário dos trabalhadores em educação de 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

TESE 1
UNIFICAÇÃO: UM AVANÇO NA ORGANIZAÇÃO
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

TESE 2
CONJUNTURA NACIONAL

TESE 3
O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO
A DIALÉTICA DA UNIFICAÇÃO

TESE 4
RUMO À CONSTRUÇÃO DO
SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MASSAS,
DEMOCRÁTICO E ORGANIZADO PELA BASE

TESE 5
É PRA LUTAR E CONQUISTAR A VITÓRIA
LE - CONJUNTURA

TESE 6
DEMOCRACIA E LUTA
INTERNACIONAL

TESE 7
UNIFICAR E POLITIZAR PARA AVANÇAR NA LUTA
SITUAÇÃO NACIONAL

TESE 8
CONTRA O ARROCHO E A RECESSÃO: UNIFICAÇÃO
ANÁLISE DE CONJUNTURA

TESE 9
PORONGA: UM EMPATE À DESTRUIÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

TESE 10
CONJUNTURA

Figura 39 – Teses do congresso unitário dos trabalhadores em educação de 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

O grande envolvimento dos trabalhadores da educação, a formulação e a apresentação de diversas teses durante a realização do seu primeiro congresso unitário, realizado na cidade paulista de Piracicaba, de 11 a 15 de setembro de 1990, ajudam-nos a demonstrar que, naquele momento, tínhamos em curso enorme esforço político. Esse empenho realizado por diferentes tendências atuantes no movimento sindical do país procurava contribuir com a construção de uma entidade democrática que primasse pelos ideais de defesa da escola pública e trabalhasse pela formação política dos seus membros, possibilitando a todos a participação nos debates e na tomada de decisões. Em última instância, defendiam o novo sindicato ser capaz de exercitá-los na prática da liberdade, tão necessária para os que se dispunham a lutar por melhores condições de vida e por uma sociedade mais justa a todos!

Por um período de curta duração, reuniram-se a APEOESP e a AFUSE com a tarefa comum e precípua de construir o sindicato único dos trabalhadores em educação paulistas, decisão tomada no congresso piracicabano, até a organização de novo encontro paritário realizado entre os dias 9 e 12 de junho de 1992, na cidade de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo.

Para a realização desse novo congresso unitário, a comissão organizadora elaborou um regimento com as orientações e as condições para que participassem “com direito e voz, todos os associados da APEOESP e AFUSE inscritos ao Congresso”. Nesse documento se faziam as orientações para a eleição e nomeação de delegados, orientações sobre submissão de teses e as regras para o seu andamento dentro das diretrizes democráticas que haviam inspirado sua convocação.

A condução do congresso foi de responsabilidade dos diretores da APEOESP e da AFUSE, que criaram uma comissão de organização daquele que seria o “1º Congresso do Sindicato da Educação”, trazendo como a sua principal consigna a perspectiva de se construir uma escola pública de qualidade, como “um caminho para a cidadania”.

Essa reunião sindical foi muito importante para as duas categorias, desnudando as tendências e os interesses que se expressavam e se

digladiavam no interior do movimento dos trabalhadores em educação naquele momento da história do país.

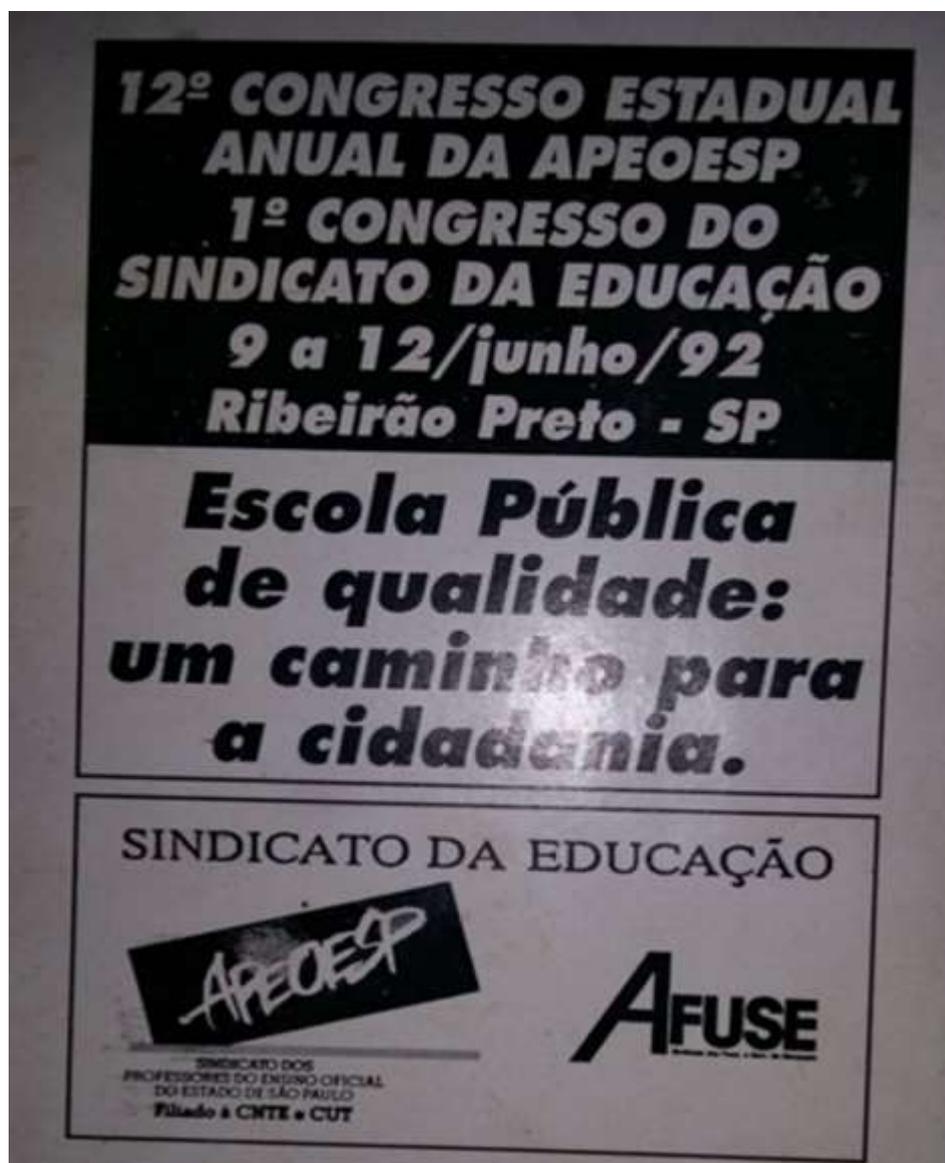


Figura 40 – Cartaz do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

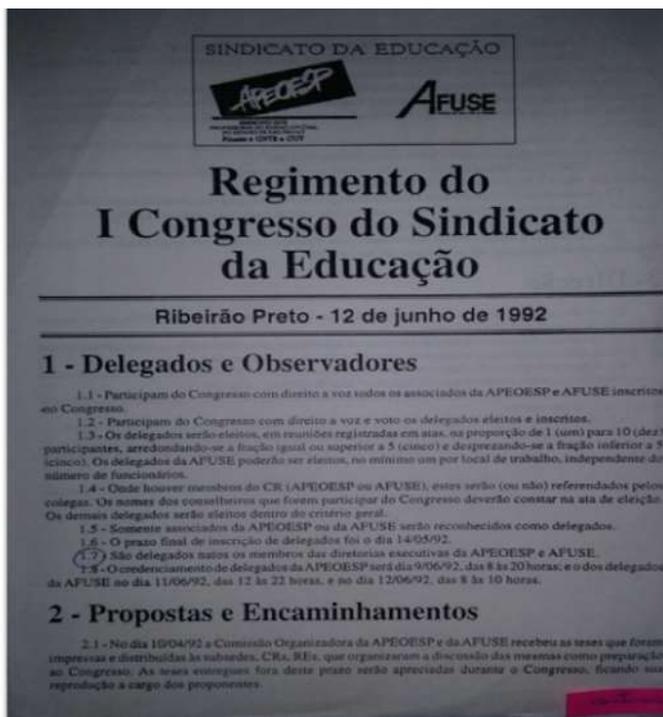


Figura 41 – Regimento do I congresso do Sindicato da educação de 12 de junho de 1992 em Ribeirão Preto (Frente). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

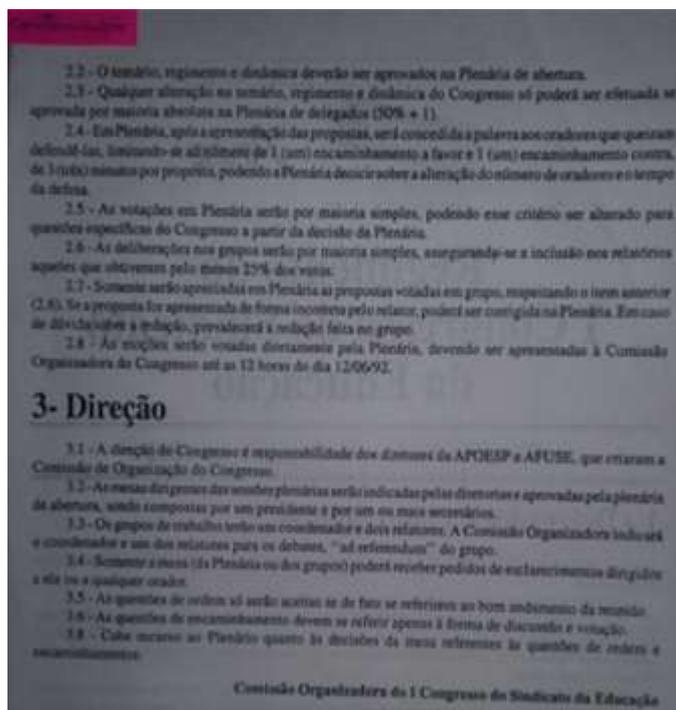


Figura 42 – Regimento do I congresso do Sindicato da educação de 12 de junho de 1992 em Ribeirão Preto (Verso). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

A grande importância política e envolvimento social desse congresso estão associados à decisão dos seus participantes deliberarem sobre a unificação dos sindicatos dos professores e dos funcionários da educação e às implicações de que essa fusão traria para os rumos do movimento cutista que, então, procurava se firmar como a principal e mais combativa referência do movimento sindical no Brasil. Essa resolução pelo significado e conseqüências, nos anos vindouros, pareceu-nos merecedora de maior aprofundamento, que será realizado mais adiante.

As diferentes formas de comunicação utilizadas pela AFUSE para os seus associados ou para a sociedade como um todo, as coletadas e mais especificamente as trazidas para apreciação, permitiram que localizássemos algumas de suas práticas, entre elas nos lembramos das assembleias, os congressos, as greves e mobilizações, as eleições para todas as suas instâncias deliberativas etc. As resgatadas do limbo e chamadas a nos ajudar na proposição central desta tese são que os funcionários da educação, por intermédio de suas ações coletivas, organizadas e dirigidas pela AFUSE, fazem parte da história social da educação paulista e brasileira, pela luta constante e destemida por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos!

3.3 - AFUSE – Da unidade de propósitos à cisão realizada.

Uma das ações mais importantes da história dos funcionários da educação nos parece ser o esforço político e sindical realizado, desde os fins da década de 1980 até os meados de 1990, quando estiveram empenhados na proposta de criação de um sindicato único dos trabalhadores em educação do Estado de São Paulo. Por essa razão desenvolvemos esse tópico específico sobre essa empreitada.

Esses momentos, para se melhor compreender, precisam retomar os movimentos sociais e políticos que eclodiram nos anos da década de 1970, trazendo a oportunidade de se questionar o aparato sindical oficial e os seus compromissos com a conciliação de classes. Nesse contexto surgiram as

propostas de criação de sindicatos independentes, por fora da estrutura sindical de Estado reinante, capazes de levar adiante projetos de organização sindical livres, independentes e organizados pela base dos trabalhadores.

No que diz respeito aos trabalhadores da educação, todo o esforço foi direcionado no sentido de que esse ideário se cumprisse, com propostas de criação de entidades que pudessem materializá-lo. Afinal de contas, conforme escreveu Ricardo Antunes, [...] A luta pela unidade sindical tem sido, desde os primeiros tempos, uma luta incansável da classe operária visando ao seu fortalecimento e união contra os interesses capitalistas [...] (ANTUNES, 1985, pp.36/37).

É relevante a apresentação de um documento pertencente ao acervo do CPV, no qual é claro o desejo de unificação, presente no ideário dos fundadores da AFUSE, ao escreverem que, desde 1978, havia a necessidade de construir uma única entidade. Desde lá acreditavam ser esse o melhor caminho para a defesa da escola pública, ou seja, com a criação do sindicato único dos trabalhadores em educação, dar-se ia um salto de qualidade na organização e nos enfrentamentos com o governo em favor da educação pública no Brasil. Inclusive, eram lembradas as regiões brasileiras que haviam unificado os seus sindicatos, apresentando o congresso que, como vimos anteriormente, aconteceria em Piracicaba, como marco político organizativo sem precedentes na história da APEOESP e da AFUSE.

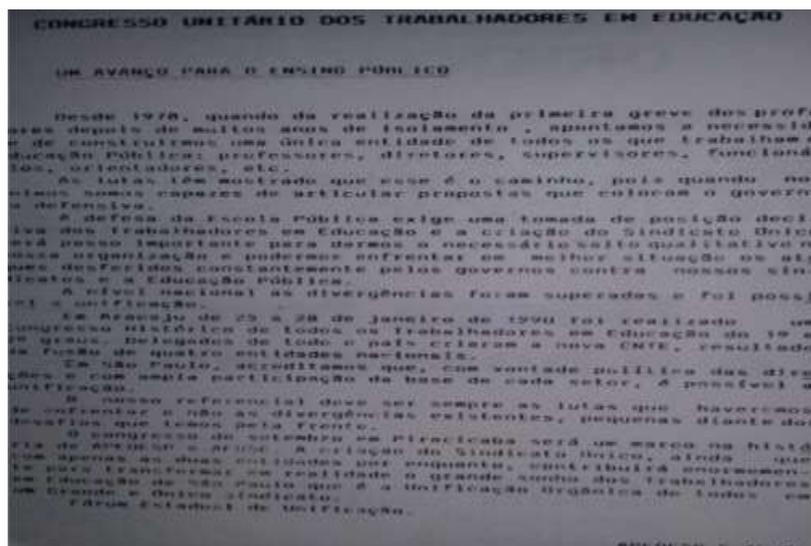


Figura 43 - Boletim de orientação sobre o congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990 (p.1). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Se na urdidura da sociedade brasileira os interesses dos trabalhadores de educação são os mesmos - defesa de condições dignas de trabalho, melhores salários, escola pública de qualidade, entre outros, - a unificação deveria ser a bandeira a se perseguir.

Entendendo a “tarefa da defesa da escola pública” como responsabilidade do conjunto dos trabalhadores, há que se estabelecer unidade nas lutas e não fragmentação que enfraquece o seu poder de pressão nos embates com o Estado e seus governantes. Os trabalhadores em educação deveriam ser os que mais alto levantariam essa bandeira.

É evidente para os governantes interessar mais as associações ou sindicatos por categorias profissionais, ficando mais fácil negociar com grupos minoritários ou mesmo subjugar-los por conta de suas fraquezas. Mas, o contrário também é verdadeiro. Diante da unidade e capacidade organizativa dos trabalhadores, as pressões estabelecidas não seriam suficientes para derrotá-los.

Para ativistas, como os entrevistados, essa é uma premissa. Se o conjunto dos trabalhadores em educação estivesse unido na defesa dos mesmos ideais, sua força seria muito maior, entendendo que são pessoas que desenvolvem a mesma atividade, portanto suas lutas são pelos mesmos objetivos.

Paulo Agüena alerta para a importância da união entre os membros da classe trabalhadora:

[...] A única potência social que os operários possuem é seu número. Mas a quantidade é anulada pela desunião. Esta desunião dos operários se engendra e perpetua por uma concorrência inevitável. [...] os sindicatos operários devem generalizar sua ação unindo-se em todos os países [...] (AGÜENA, 2008, p. 91).

Procuramos no desenvolvimento da presente pesquisa estabelecer uma leitura crítica de alguns episódios julgados mais significativos. De uma forma ou de outra, contingenciaram a concretude social na qual aqueles que vivem do próprio trabalho escreveram sua história educacional.

O nosso propósito foi procurar estabelecer um elo entre as lutas mais gerais dos trabalhadores e os propósitos e percalços políticos que marcaram, de forma inelutável, a criação, nos idos de 1978, da AFUSE. Assim também estiveram presentes na realização, em 1990, do Congresso Unitário dos Trabalhadores em Educação do Estado de São Paulo, realizado de 11 a 15 de setembro de 1990 na cidade de Piracicaba, com o objetivo de se criar o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de São Paulo. União essa, então pensada como real oportunidade dos funcionários e professores paulistas atuarem juntos numa mesma entidade sindical.

Como já lembramos anteriormente, foi nessa ocasião aprovada e agendada a realização de novo encontro deliberativo, desta vez marcado para a cidade de Ribeirão Preto, em 1992, objetivando concretizar a união. Essa decisão deveria pressupor a existência de um período de transição, necessário para acertar as arestas existentes. Nesse aspecto, é importante dizer que naquela época não havia consenso sobre como proceder para que a unificação pudesse acontecer de fato de forma democrática, como sempre se primou no interior da AFUSE, onde as diferentes correntes sindicais atuavam, além de ocupar, com base na proporcionalidade, os acentos na direção do sindicato.

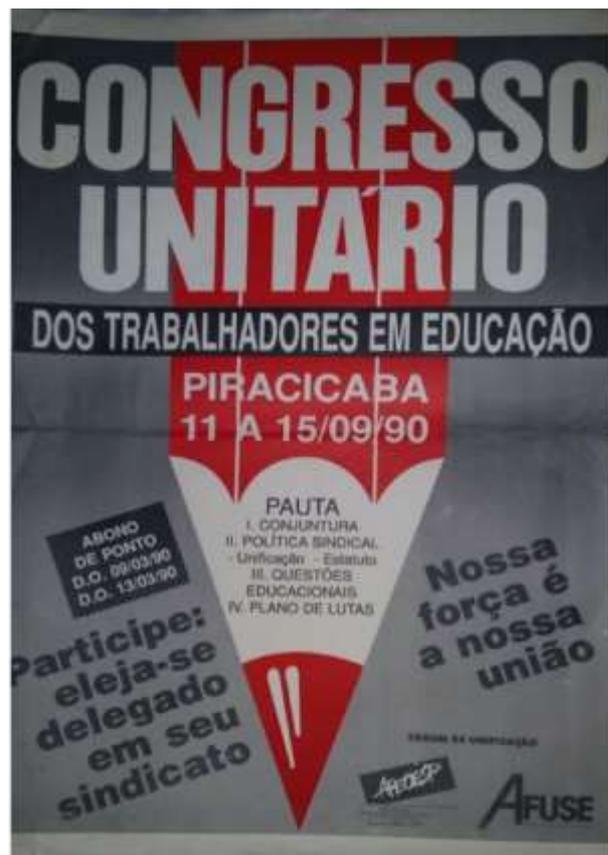


Figura 44 - Cartaz do congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990.
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

Esse nos parece ter sido um dos momentos mais importantes da história dos esforços políticos e organizativos dos trabalhadores em educação que atuavam na rede pública do Estado de São Paulo e, por isso, dedicou-lhe atenção especial na presente tese. Nesse sentido procuramos resgatar documentos e coletar depoimentos de alguns personagens militantes, naqueles dias de grande efervescência, mobilização política e social, nos quadros da AFUSE e da APEOESP.

No Congresso realizado em Piracicaba, formou-se uma comissão mista entre os membros dos dois sindicatos para tratar das ocorrências no período de transição, estipulando, entre outras coisas, um tempo para a decisão de como a unificação poderia ocorrer de fato e de direito.

Os andamentos dados à organização do Sindicato Único provocaram grande mobilização no interior de tais sindicatos. Alguns ativistas mais arrojados cobravam posturas mais rápidas dos componentes da comissão

incumbida de organizar a trajetória, pedindo não só nova direção eleita na base e a conquista de um Estatuto Único dos Trabalhadores da Educação, como também o estabelecimento da condição de proporcionalidade na direção do sindicato para acontecer a unificação. Além disso, defendendo a transformação das entidades envolvidas na ação em departamentos, vários ativistas da AFUSE também argumentavam que “Unificar só não basta” e que seria também “Preciso uma nova direção”.

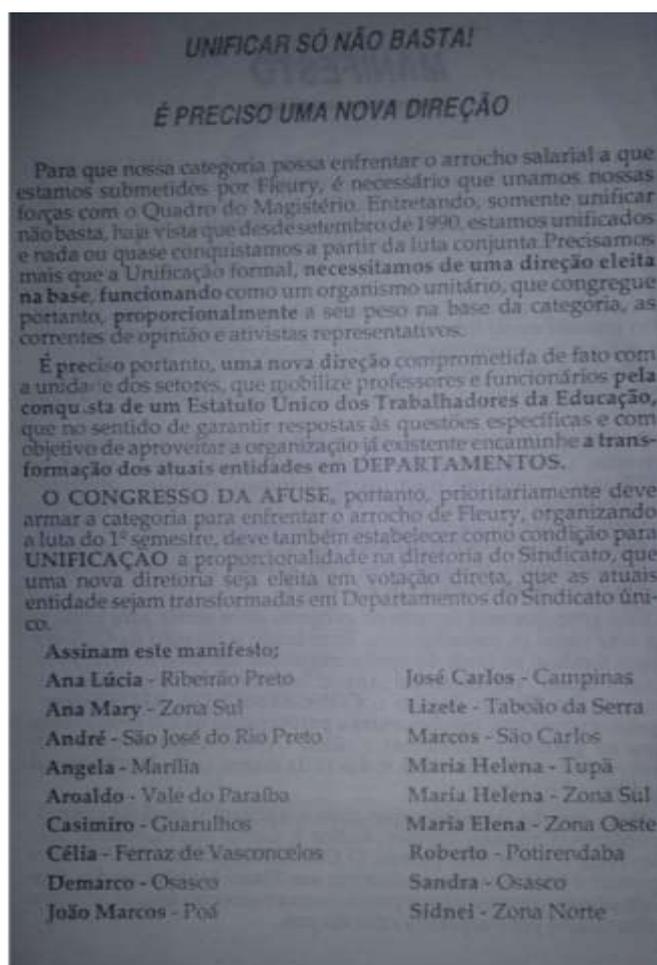


Figura 45 – Panfleto da AFUSE sobre unificação, 1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Pelo teor desses documentos que circulavam livremente entre os professores e os funcionários da educação, podemos facilmente imaginar a efervescência instalada por aqueles dias, com as expectativas sobre o congresso que aconteceria na cidade de Ribeirão Preto. A AFUSE juntamente

com a APEOESP, representadas pela comissão mista escolhida no Congresso de Piracicaba, publicaram um manifesto em favor da unificação, dizendo haver muitas razões que os levaram, ao longo dos anos, a defender a proposta pela construção do sindicato único.

Para fins ilustrativos e a construção da sua memória visual, segue a foto desse importante documento, encontrado no acervo do CPV.



Figura 46 – Manifesto pela construção do Sindicato Único da APEOESP e AFUSE (p.1). **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

Importa conhecer um pouco do teor dessa publicação, onde encontramos as razões para a existência de um único sindicato para todos os trabalhadores em educação das escolas públicas do Estado de São Paulo. Assim tiveram suas premissas definidas pelos seus signatários da seguinte forma:

“Somos uma única categoria. De funcionários ao supervisor, todos participamos do processo educativo. A exploração a que todos estamos submetidos cria um sentimento de unidade nas lutas. A nossa divisão tem sido explorada, com vários prejuízos para todos. Estar presente no dia a dia das escolas, na defesa dos interesses profissionais de todos os trabalhadores em Educação. O sindicato único dará melhores condições para superar os conflitos ainda existentes entre os diversos setores de trabalhadores em Educação. A discussão conjunta em instâncias unitárias irá favorecer a organização simultânea de todas as lutas, das greves, etc. Assim estaremos evitando a falta de sintonia nas mobilizações, hoje existentes devido à prática e concepções de cada entidade. A existência de um único sindicato favorece o Movimento em Defesa da Escola Pública”.

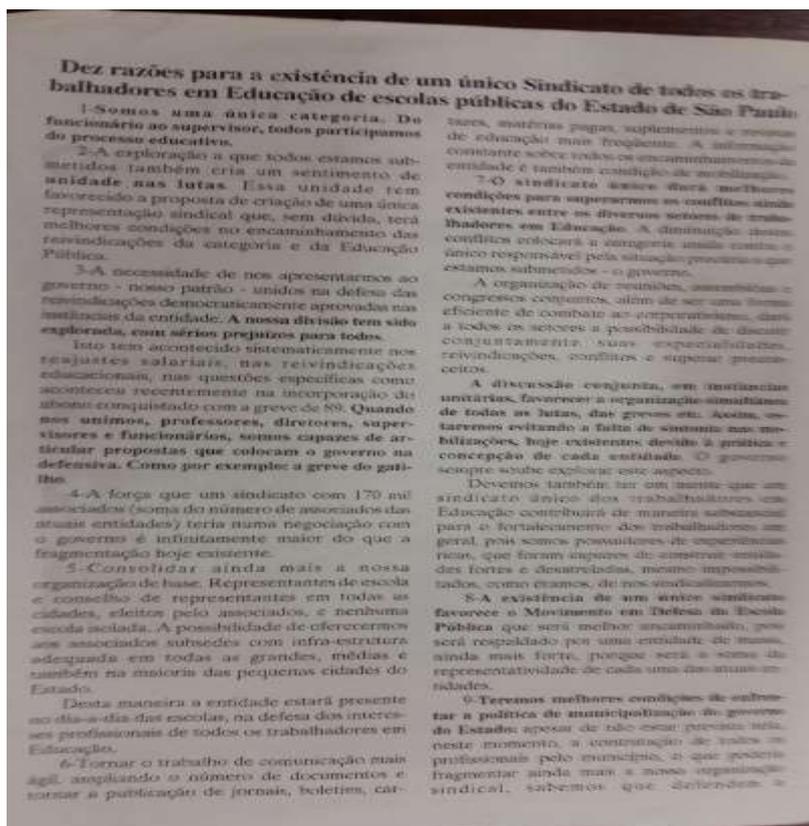


Figura 47 – Manifesto pela construção do Sindicato Único da APEOESP e AFUSE (p.2). **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

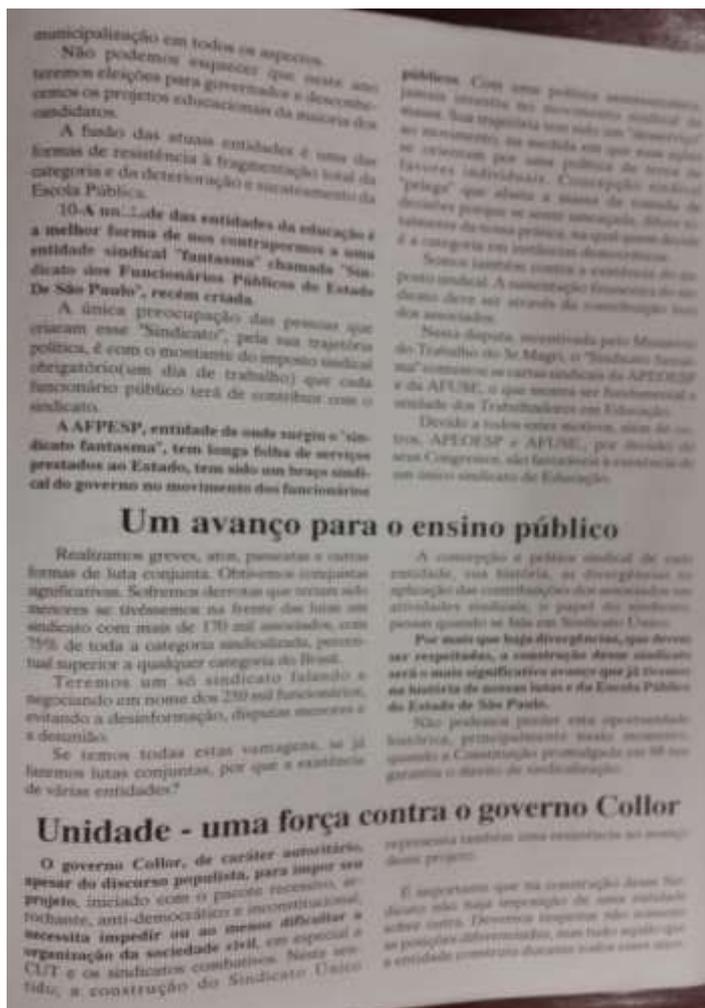


Figura 48 – Manifesto pela construção do Sindicato Único da APEOESP e AFUSE (p.3). **Fonte:** Acervo Centro de pesquisa Vergueiro.

O Manifesto pela construção do sindicato único, elaborado pelos representantes da AFUSE e da APEOESP, trazia também as “Dez razões para a existência de um único sindicato de todos os trabalhadores em educação de escolas públicas do Estado de São Paulo”, o seu significado para que operasse “um avanço para o ensino público” e a necessidade da unidade dos sindicatos combativos, da CUT e da sociedade civil para derrotar o governo Collor e seus planos mirabolantes.

Chegado o ano de 1992, no percurso até aqui, as entidades estiveram em alguns momentos juntas: em outros, separadas, preparando e esperando o Congresso que iria acontecer do dia 9 ao dia 12 de junho na cidade de Ribeirão Preto.

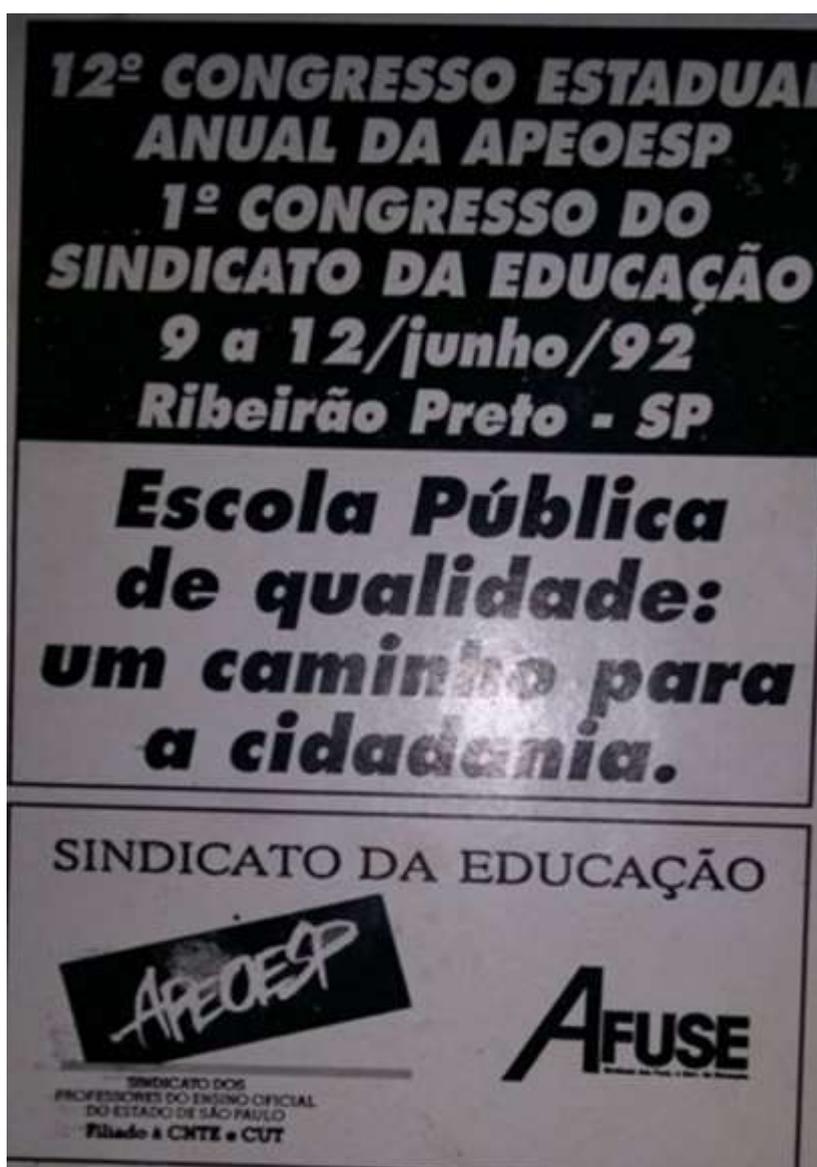


Figura 49 – Cartaz do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Quando os delegados sindicais da AFUSE e da APEOESP se encontraram para deliberarem sobre a proposta de unificação, receberam uma pasta com os materiais acondicionados, anunciando ser esse o décimo segundo Congresso da APEOESP e o primeiro Congresso do Sindicato da Educação. Ficou, então, a pergunta: por que fazer referência ao Congresso da APEOESP e não fazer o mesmo em relação ao da AFUSE?

Nesse momento, demonstrava-se o que o professor Edgar Fernandes disse, em depoimento, ou seja, isso foi uma das razões para não se ter conseguido naquele encontro a decisão de unificação almejada por muitos dos ativistas presentes no evento:

[...] então havia uma força, num setor da educação na vanguarda dos professores de São Paulo pra unificar todos os setores, bom o problema é que tinham algumas variáveis que dificultaram isso: a primeira variável a discriminação, preconceito que existe na escola entre professores e funcionários de escola, entre professor e diretor, entre diretor e supervisor, supervisor e professor, então esse é um fator que pra mim teve um peso decisivo, não é?

O segundo fator foi político na verdade os interesses burocráticos da corrente Articulação Sindical fizeram recuar, porque toda burocracia ela, pra ela existir e ter vida, ela tem que se apoiar em aparatos, né? E se locupletar do aparato, então esse processo se envolveu na APEOESP com a vitória da Articulação Sindical, que cuja origem da Articulação Sindical era numa corrente de esquerda, que era o MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado, representado pelo Gumercindo, Paulo Frateschi, que hoje é um dos grandes burocratas do PT, José Pavan que está no governo federal há anos, etc., etc.

Também não posso deixar de falar da Beatriz Pardi, que hoje é Assessora da Comissão de Educação da Assembléia do PT, bom essa diferença de interesses burocráticos, pra mim é o que vai ser determinante há não unificação de funcionários de escola com professores, não unificação de diretores e supervisores [...] (Anexo A, p.XL, linhas 1218-1236).

Mais um depoimento colhido, que poderia ser chamado a complementar as possíveis razões para a não unificação, é do Benedito Ramos Testa. Sua explicação nos causou estranheza, visto que os órgãos deliberativos da futura entidade seriam compostos, paritariamente, pelos membros das duas entidades. Sua avaliação também nos fez lembrar a primeira razão apresentada pelo professor Edgar Fernandes. Ainda vale recordar que esse militante histórico havia sido um dos fundadores da AFUSE, pertenceu à corrente da Articulação Sindical, da qual, posteriormente, se afastou, por não concordar com as atitudes tomadas por alguns dos seus membros.

[...] e tentar unificar, fazer um departamento, mas ia ser um departamento, não dava pra você dizer, nós vamos por o Bene como presidente do novo sindicato, mandando em professores, era uma desproporção, nós somos 45 mil, eles eram 250 mil [...] (Anexo A, p. XXXV, linhas 1079-1082).

Ainda no encaixo das razões que inibiram a unificação e a criação do sindicato único dos trabalhadores em Educação do Estado de São Paulo, procuramos conversar com Ana Lucia Marchiori, ativista sindical e também uma das fundadoras da AFUSE. Ao ser indagada sobre essa problemática e polêmica questão, ofereceu-nos a seguinte hipótese:

[...] Que aconteceu no congresso para nossa surpresa, então se fez dois congressos, a primeira parte dele separado, em que as categorias separadas professores e funcionários, referendavam ou não a unificação. Funcionários referendaram e professores não, até perdeu um setor da oposição porque tinha um campo majoritário que manteria aquela hegemonia caso se permanecesse separado. Acho que esse foi um dos principais fatores, foi um problema político de se não perder a hegemonia da direção da entidade, pela corrente Articulação Sindical na época, que dirigia de forma hegemônica a APEOESP. Porque unificando na AFUSE já havia toda uma representação de várias correntes, juntando outras correntes que eram minoria na APEOESP, num sindicato unificado seriam maioria frente aquela. Acho que esse foi o fator principal! [...] (Anexo A, p.XXI, linhas 636-647).

Nossa procura não parou por aí, colhemos também o depoimento de Gilberto Pereira de Souza, presente em Ribeirão Preto, integrante da delegação APEOESP, sobre as motivações políticas que abortaram a tal proposta. Em suas palavras, o procedimento de unificação apareceu relatado da seguinte forma:

[...] começou-se um processo em 1988 e 89 nos congressos da APEOESP e da AFUSE, de uma agenda pró-unificação, nisso formalmente havia um acordo entre todos de construir um sindicato único [...] A partir da votação da unificação em 88 né? Começaram as tratativas para construir a unidade [...] vamos dizer assim as duas diretorias se reunir periodicamente então é um processo de construção do sindicato único, e [...] E ao mesmo tempo começar um

processo de fusão das instâncias que deveria terminar em 90, foi o grande congresso de 90 que de fato não houve a unificação. [...] A justificativa apresentada pelos que ganharam era que não se fazia unificação por decreto, que havia uma longa trajetória de mobilizações separadas entre professores e funcionários, havia rugas no local do trabalho, as relações entre professores e funcionários não eram exatamente as melhores, bom português os professores em geral, e ainda é assim, tratavam os funcionários como patrões, [...] que então não daria para simplesmente decreta que somos todos do mesmo sindicato [...] Ganhou-se não unificar, não houve congresso de 91, então em 92 em Ribeirão Preto já chegou-se dividido, foi o congresso que votou-se a separação, inclusive dissolveu-se aquela comissão pró-sindicato que existia antes, então a partir daí se consolidou de fato dois sindicatos, duas bases de representação a AFUSE somente funcionário e APEOESP somente professores, no fundo, no fundo, o que tem é um interesse de corporação [...] (Anexo A, p.XLIX linhas: 1488 -1694).

Ainda no que se refere a essa pendenga, não poderíamos nos furtar de apresentar o depoimento colhido mais emocionado sobre essa questão, oferecido pelo Secretário de Escola, fundador e ex-diretor da AFUSE, Casimiro Jorge Pereira:

[...] o Congresso foi importantíssimo, deu ou criou na gente a ilusão de que a gente conseguiria construir a unidade com os professores, o antigo deu para gente a impressão que, foi muito forte, foi um momento importante, só que quando a gente volta para São Paulo e vai fazer a discussão com a unidade dos professores, aí, todo mundo pisa na bola, quando eu digo todo mundo pisa na bola vou começar falando da Convergência, a Convergência tem uma postura a favor, nós fazíamos reuniões junto com os professores, naquela época eu fazia parte da coordenação estadual dos trabalhadores de educação da Convergência, eu era da direção estadual, na direção estadual existiam duas posições, uma posição que acreditava que tinha que haver um processo e nós que achávamos que a necessidade era que determinava qual era, que a unidade, ela deveria ser garantida para atender às necessidades, se não, dão não a luta, se há luta isolada isso o professor ganha o funcionário perde e quem se fragiliza é o processo educacional e a educação de conjunto.

E quando nós vamos pro congresso de unificação com os professores teve dois momentos, teve um congresso anterior que foi aqui em São Paulo, que nós fizemos o Congresso da AFUSE, paralelo o Congresso da AFUSE, vota a favor da unificação, nesse momento, quem votou a favor da unificação foram os militantes da base da Convergência Socialista, já começava ficar claro as diferenças de papéis do pessoal que, aí já era Articulação votou contra, Jorge, Benê, mas nesse momento a gente era maioria, não posso esquecer de falar do Demarco de Osasco, é outro figuraça, lá do Aldo de Jacaréí, gente que foi assim...lutadora, Maria Elena de Tupã, gente que foi lutadora de primeira ordem, e nesse congresso

que nós, que vai acontecer na USP a gente, a gente sofre muito porque a gente ganha no Congresso da AFUSE, a Convergência perde entre aspas, a deliberação pela Unificação no Congresso da APEOESP, e eles são amarrados entre aspas, pela decisão do Congresso dos Professores a lutar contra a unificação, e foi isso que matou a gente, matou a gente, que eu digo que matou a gente, gente que era militante porque a gente tinha definido que mesmo que o Congresso dos professores decidisse que assim não seria, mas que a gente iria votar para marcar posição, e eu me lembro como se fosse hoje, eu fui fazer a defesa e eu, a gente a gente tem um sonho, (*aqui ele chora*) a gente não tem muito na vida, a gente ganha pouco para comer, a maioria de nós não tem casa própria mas a gente tem um sonho, o nosso sonho é poder construir unidade dos trabalhadores para transformar essa realidade, o nosso sonho é construir a unidade entre os trabalhadores da educação para que a gente consiga alcançar o processo revolucionário, aqui nesse país e revolução significa tirar o velho e colocar o novo, é isso que nós queremos, alguém é contra? Eu não consigo entender como quem defende contra a unidade, não consigo entender, esse pessoal que defende contra a unidade na verdade está defendendo que uma categoria tenha privilégio em relação às outras, como é que nós podemos construir a unidade dos trabalhadores? Na unidade, não é o povo unido, que não, que, jamais será vencido? Como é que vocês defendem isso? E ao mesmo tempo não querem a união conosco, qual é o problema? Tem medo do que? Esse foi a base do discurso, tá, mas isso estou falando agora, enfim, mas se imagina isso com raiva, com sangue nos olhos, eu não esqueço disso, nós perdemos a votação porque a Convergência votou contra [...] (Anexo A, p.V, linhas 130-177).

Procurando encontrar aportes teóricos e analíticos para nos permitir clara compreensão dos motivos que inviabilizaram essa importante perspectiva de unificação sindical, favorecendo a cisão e a fragmentação na atuação dos trabalhadores da educação paulistas, encontramos alguns documentos que nos ajudaram nessa tarefa.

Um deles, distribuído no Congresso de Ribeirão Preto, apresentava o panorama dos embates em vigência com o provocante título “A fusão e o vanguardismo”, argumentando que seria necessária a unidade de todos os trabalhadores em Educação, mas, rapidamente, tratavam de justificar por que eram contra “a fusão APEOESP/AFUSE naquele momento”. Caracterizavam ainda o que consideravam ser apenas oportunismo eleitoreiro, afirmando que algumas “correntes de opiniões” pretendiam transformar a APEOESP e a AFUSE em meros “Departamentos do Sindicato da Educação e mal disfarçam o vanguardismo e o oportunismo eleitoral”; mais adiante lembravam que, após o Congresso de Piracicaba, algumas “tendências” e parcela majoritária da

diretoria da AFUSE “tinham por objetivo fazer a disputa política com a Diretoria da APEOESP de forma desleal e inconsequente”.

O documento dizia ainda existir dificuldades na base. Havia acontecido poucas reuniões com professores e funcionários, pouco entusiasmados, observando, enfaticamente, que essa questão não só poderia ser baixada “por decreto”, como também tal decisão ainda precisaria de muito esforço e “a unidade passa pelo fortalecimento das duas entidades”.

Declaravam que a criação de “aparelhos burocráticos”, não reconhecidos pela categoria, era o pior caminho para se estabelecer a unidade, havendo obstáculos nas duas entidades, inclusive “dificuldades de reconhecimento das entidades pelo que já são, e que a criação de outra entidade favoreceria aqueles que querem a fragmentação” e que, portanto, “não podem correr riscos aprovando aventuras”.

Terminam sua exposição dizendo “que por todas essas razões propõem que as duas entidades continuem existindo, que se mantenha a decisão política de unidade dos trabalhadores em educação e que o processo de unidade deve continuar sendo avaliado e encaminhado pelas duas entidades, através das suas instâncias democraticamente eleitas, dentre outros pontos apresentados”.

Esse documento foi assinado pela Diretoria da APEOESP/Articulação Sindical que, naquela oportunidade, já havia se constituído como principal força política do movimento sindical dos professores brasileiros.



Figura 50 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (primeira parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

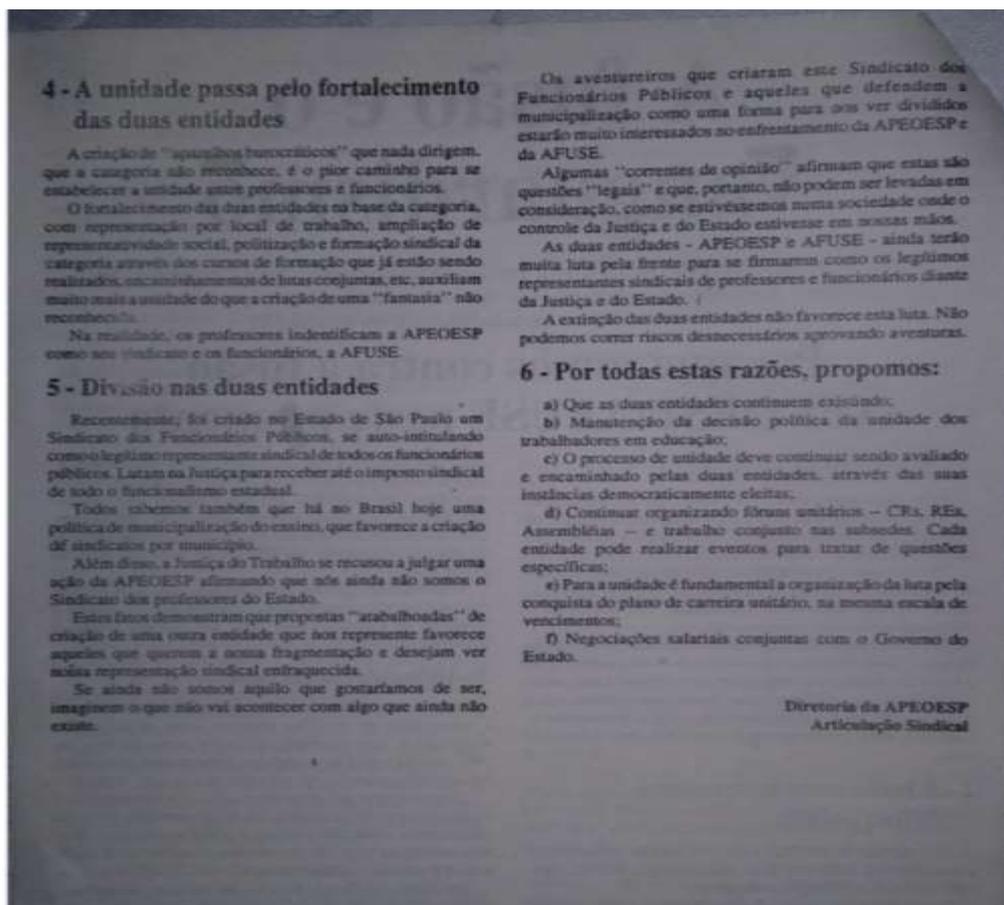


Figura 51 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (segunda parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Outro documento entregue aos professores e funcionários da educação, presentes no Congresso de Ribeirão Preto, também trazendo como signatários os representantes da Diretoria da APEOESP/Articulação Sindical, poderá nos ajudar a compreender esse emaranhado de informações, uma colcha de retalhos, o qual compôs a luta pela formação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de São Paulo.

Nele não se discutia a unificação propriamente dita, mas o seu conteúdo nos permite uma aproximação da conjuntura política, procurando desqualificar aqueles que haviam almejado construí-la. Logo em sua titulação, já se

observava a disposição pela polêmica, quando se anunciava “Proporcionalidade para a Diretoria: conveniência ou oportunismo” e “por que somos contra”, fundamentando-se nos seguintes pontos de discussão: Proporcionalidade inexistente; Direção sem posição; Democracia das Tendências; Chapa do governo; Direitos das minorias; Oportunismo da proposta; Composição de posições diferentes; Monolitismo na direção do sindicato.

Caso tenhamos olhar desatento para esses pontos de discussão, vamos descartá-los, visto, aparentemente, não se tratar em específico da unificação que seria discutida e deliberada no congresso de Ribeirão Preto. Ocorre que, com esses posicionamentos da corrente Articulação Sindical, então, detendo o controle da diretoria da APEOESP, procuravam dismantlar, um a um, os argumentos daqueles defensores enfáticos da construção de um único sindicato da educação, organizado pela base, com respeito às minorias e proporcionalidade em suas instâncias diretivas.

Os signatários de tal corrente diziam que a proporcionalidade na direção de uma entidade seria contrária aos anseios democráticos da categoria que não teria sua vontade majoritária respeitada; favoreceria a formação e a presença de chapas financiadas pelos governos na direção sindical, traduzindo muito mais oportunismo dos seus defensores do que a defesa de princípios que salvaguardassem os direitos das minorias no interior das direções sindicais.

Pelo conteúdo desse documento, podemos antever a sua firme e resoluta disposição de não compor uma direção compartilhada na formação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, algo inevitável, caso esse viesse a ser constituído. Logo seria impossível vislumbrar o posicionamento favorável à unificação por parte dos congressistas vinculados politicamente à Articulação Sindical. Os documentos a seguir ilustram e corroboram os nossos escritos:

Proporcionalidade para a Diretoria: conveniência ou oportunismo

Os Congressos da APEOESP, por ampla maioria dos delegados presentes, têm rejeitado a proposta de proporcionalidade para a composição da direção da entidade. Na prática, esta proposta significa a divisão do número de membros da Diretoria (31) de acordo com o percentual de votos que cada chapa obteve no processo eleitoral. Exemplo: se uma chapa obtiver 60% dos votos, ela terá 60% dos cargos (19), uma outra chapa que obtiver 20% dos votos, terá 20% dos cargos (6) e, assim, sucessivamente.

Por que somos contra:

1 - Proporcionalidade inexistente

No Brasil, há mais de 4.000 sindicatos ou associações. Na grande maioria, os associados nunca são convocados para decidir sobre as lutas que o sindicato deve encaminhar. Em muitos não há nem eleição direta para a diretoria.

No campo da CUT, com mais de 1.000 sindicatos filiados, onde a prática democrática é mais avançada, a proporcionalidade inexistente. Até nos sindicatos que são dirigidos pelas "tendências", que na APEOESP tanto defendem a "proporcionalidade", também não existe esta forma de composição. Será CONVENIÊNCIA, OPORTUNISMO, ou OS DOIS?

As poucas experiências de proporcionalidade em direção de sindicatos foram desastrosas. O sindicato dos professores do Amazonas adotou esta forma. Os dirigentes do próprio sindicato afirmam que são obrigados a realizar reuniões "paralelas" no sindicato porque um setor não confia no outro, prejudicando o encaminhamento unitário.

2 - Direção sem posição

As profundas diferenças existentes no movimento sindical sobre o papel do sindicato na sociedade, a avaliação da conjuntura, a concepção e prática sindical que cada posição defende, inclusive na APEOESP, torna a proposta de proporcionalidade demagógica e contrária à vontade dos professores.

Imaginemos um sindicato cujo Presidente pertence a uma determinada posição, o Secretário Geral a outra, o Tesoureiro a uma 3ª posição e o Diretor de Imprensa a uma 4ª. A APEOESP já viveu esta experiência. Na eleição seguinte, a Diretoria se dividiu em três, demonstrando a enorme dificuldade de trabalho conjunto de posições tão antagônicas.

Naquela época, cada diretor da entidade se apresentava à

sociedade, imprensa, nos debates, nas Assembleias, etc., não com as posições aprovadas nas instâncias da entidade, mas da "tendência" à qual pertencia. Ninguém sabia qual era a posição real da APEOESP.

Na Diretoria do Sindicato da Educação, eleita em 1990 em Piracicaba, presenciamos fatos semelhantes. Alguns colegas participavam da reunião da Diretoria, concordavam com as decisões aprovadas, mas no dia seguinte se submetiam às "decisões" da sua "tendência", mudando de posição, demonstrando que a instância Diretoria não servia para nada e que o respeito às decisões democráticas aprovadas pela maioria era abandonado no dia seguinte.

3 - Democracia das Tendências

A proporcionalidade na prática significa a "democracia das tendências". A Diretoria da entidade é loteada entre aqueles que pertencem às tendências, num grande acordo de cúpula. O voto e a vontade dos associados são totalmente desprezados.

Quando um professor vota numa determinada chapa, ele o faz não somente porque concorda com ela, mas também porque não quer ver as outras dirigindo o sindicato.

Se uma chapa obtiver somente 10% dos votos, significa que 90% dos votantes são contrários a ela. A proposta de proporcionalidade garante a presença na Diretoria desta que obteve somente 10%, desprestigiando a vontade da imensa maioria dos professores. Isto, sem dúvida, é um desrespeito à vontade dos associados. É golpe. É uma prática antidemocrática. Como é possível aceitar que um "grupo", "chapa" ou tendência que tem 90% da categoria contra si, também assumam a direção do sindicato?

A democracia sempre foi a vontade da maioria em qualquer lugar do universo. Para alguns, infelizmente, não.

Figura 52 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (primeira parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

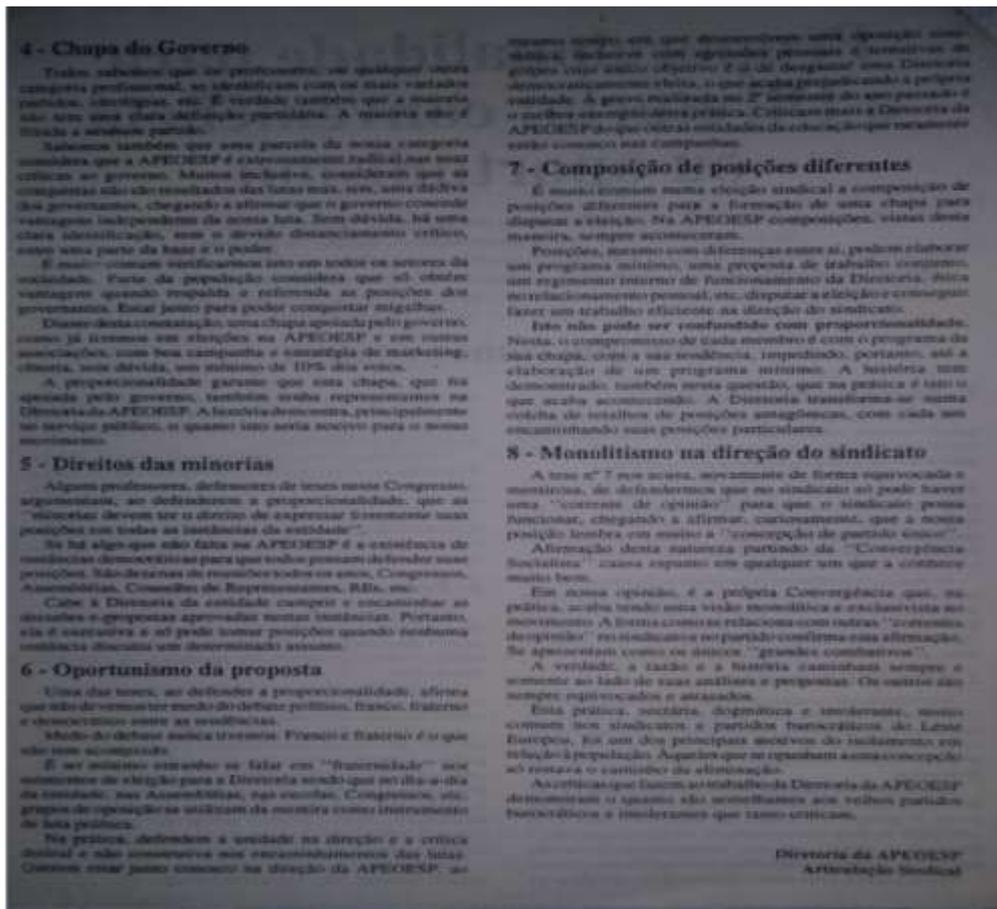


Figura 53 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (segunda parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Além desses fatos, por aqueles dias, estava em curso a disputa pela hegemonia do movimento sindical no Brasil, que tinha na construção e consolidação política da CUT a sua principal referência, como podemos conferir no documento a seguir:

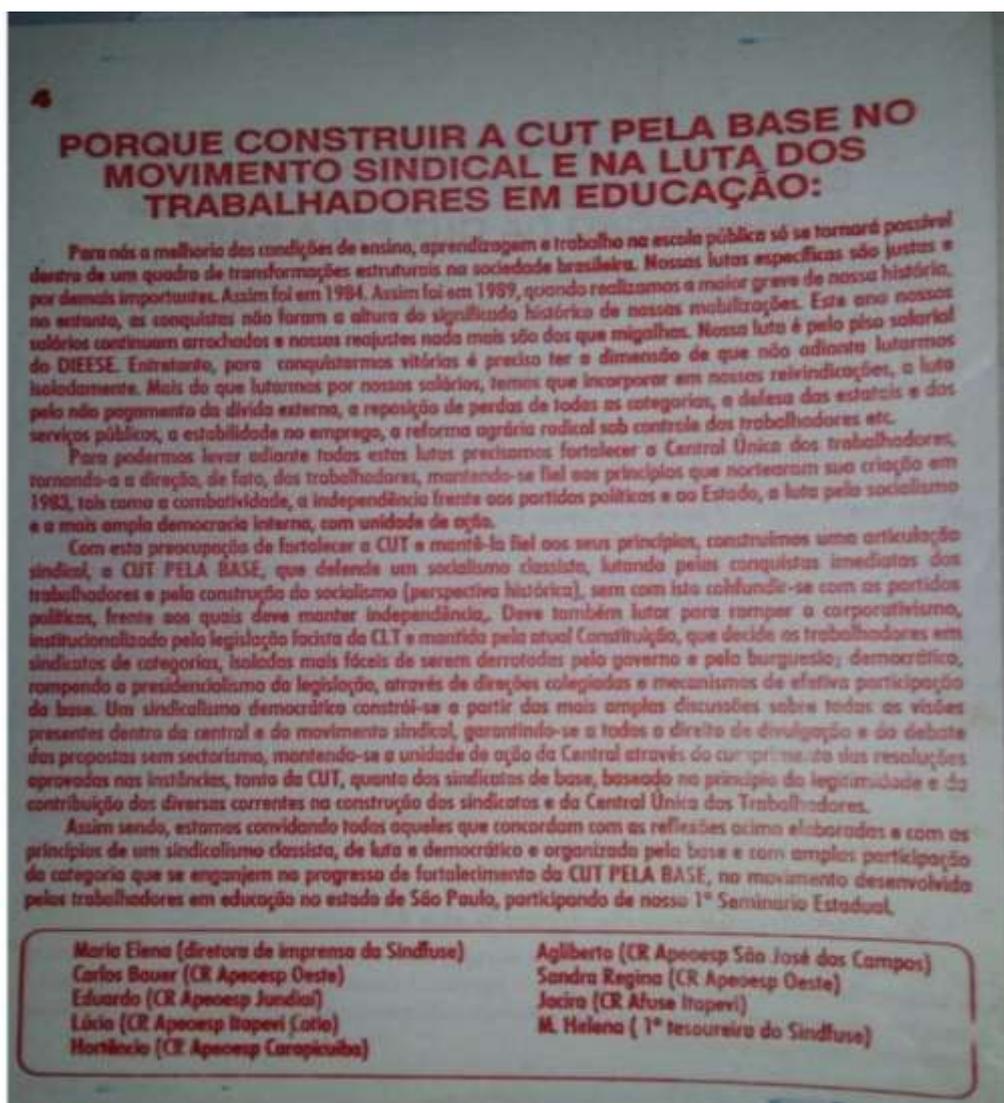


Figura 54 – Panfleto da organização Política, Educacional e sindical da CUT pela Base no movimento dos Trabalhadores em Educação de 08 de junho de 1991(p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Pela sua forma de constituição massiva com grande representação social, entidades sindicais, como a APEOESP, jogaram um peso decisivo nos rumos dessa central. Não foi algo acidental, portanto, os dirigentes da APEOESP procurar preconizar um caminho próprio para atuação dessa entidade, favorecendo com isso a sua importância e prestígio político no campo cutista.

Evidentemente esse não é o objeto do nosso trabalho, mas acurada análise da trajetória sindical dos dirigentes da APEOESP poderá demonstrar como eles estiveram presentes e ocuparam postos de destaque na CUT.

O depoimento de Edgar Fernandes, integrante da APEOESP trouxe-nos breve panorama da conjuntura política e sindical daquela época, podendo nos ajudar a entender os meandros presentes nas tentativas de unificação dos sindicatos dos professores e funcionários da educação:

[...] todo mundo tava junto ainda [...] pra combater o inimigo comum que era a ditadura militar e a falta de liberdade de expressão, de organização etc.[...] esse é o fermento, que vai resultar em 1980, em fevereiro de 1980 com a fundação do PT [...] E que vai resultar em 1983, em Agosto de 1983 com a fundação da CUT. Então na verdade o PT e a CUT absorvem o que tem de melhor do movimento social, dos movimentos sociais, [...] que combateu a ditadura, combateu os patrões, etc., são as correntes que vão se conformar a partir daí, entre as quais, [...] a Articulação Sindical, que vai ser um braço do PT, no futuro, e é hoje [...] E conseqüentemente uma, boa parcela da vanguarda que ajudou a construir o PT, honesta que acreditava no socialismo, acreditava na revolução, debando, debando. Foi cuidar da vida, entendeu? Uma outra parte foi cooptada pelos aparatos da burocracia do Estado, porque fica lá nos cargos comissionados do governo federal, governos estaduais, governos municipais, nos sindicatos, entende? E faz de tudo para não perder o aparato, né? Com isso, poderíamos resumir dizendo que na verdade a não unificação, ela foi produto, foi produto, foi produto do que a gente pode chamar do movimento da luta de classe (Anexo A, p.XXXIX, linhas 1183-1363).

Todo esse árduo momento de luta política foi de grande importância e aprendizado para todos os funcionários. Contudo, a cisão operada não nos pareceu benéfica para o conjunto dos trabalhadores, já que nos anos seguintes seu significativo empobrecimento e vulnerabilidade foram verificados no interior das escolas, ocorrendo uma expansão da terceirização, por nós caracterizada como uma espécie de escravidão moderna. Também foi percebido um processo de degradação moral e política de muitos ativistas atuantes nas fileiras da AFUSE; isso sem falar da desmoralização política e do esquecimento social que muitos experimentaram.

Porém, também é importante considerar que o conjunto das práticas apresentadas tiveram como embasamento fontes produzidas pelos próprios trabalhadores que nos ajudam a dignificar e a demonstrar o relevante papel da AFUSE na sociedade brasileira. Nossa intenção com as incursões que levaram à localização e à sistematização dessa massa documental e à coleta de depoimentos não foi realizada apenas com o intuito de validar a hipótese de que a AFUSE é merecedora do seu lugar na história social da educação brasileira, mas também de tornar tais trabalhadores parte inseparável de nossa tese. Todavia é importante reconhecer que a atuação no interior de uma determinada realidade histórica nem sempre é condicionada pela vontade dos sujeitos participantes de sua urdidura e desenvolvimento. Afinal de contas, como escreveu Karl Marx, na “produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um dado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (MARX, 1859, p. 8).



Figura 55 – Folder de divulgação da AFUSE. FONTE: www.afuse.br

CONCLUSÃO

A luta pela defesa da educação pública é a luta por cidadania, pela defesa da escola, pelos e para os trabalhadores e pela transformação social. Por isso, não negligenciando as especificidades da AFUSE e o seu papel de porta voz dos interesses corporativistas da categoria que representa, é a luta por uma sociedade que valorize a educação pública e crie condições para oferecê-la aos filhos dos trabalhadores.

Esse é o desafio colocado historicamente pela AFUSE, em conjunto com as demais entidades interessadas em colaborar com a construção de processo educativo qualitativamente diferente do que vigorava naquele momento em que estudamos sua história.

O caminho de formação política e educacional trilhado pela AFUSE foi, progressivamente, colocando-a de forma ativa no itinerário da conformação da CNTE, como possibilidade de participar das lutas pelas políticas públicas educacionais e, ao mesmo tempo, de um projeto alternativo societário, com a sua inserção no campo cutista, ou, ainda, do chamado novo sindicalismo brasileiro.

Num momento histórico marcado pela busca da consolidação da democracia política, sua capacidade de interlocução tinha que ser acompanhada da mobilização social e do vínculo orgânico com os demais movimentos dispostos a fazer a defesa da escola pública no cotidiano social.

As práticas educacionais e políticas da AFUSE, desenvolvidas sistematicamente desde a sua fundação, contribuíram, efetivamente, para aprofundar a capacidade de compreensão crítica da problemática da educação para amplos setores da população. Suas lutas e suas ações tinham um caráter pedagógico-educacional, pois suas lideranças tiveram a disposição e a vontade de debater e dialogar com a população, com os representantes governamentais e parlamentares estaduais e federais sobre as possibilidades de se efetivar uma escola pública, gratuita, crítica e de qualidade para os filhos de todos aqueles que vivem do trabalho no Brasil.

No desenvolvimento de sua trajetória, a AFUSE conseguiu ampliar as relações com outros setores da sociedade e promover difícil articulação entre

os seus interesses corporativos e a defesa política da educação básica paulista. Além disso, constituiu-se e é parte importante do período da luta pela democracia, da transição política e das rupturas com o conformismo reinante em muitas esferas da vida social e do funcionalismo público brasileiro, somando-se àqueles que ousavam produzir experiências organizativas próprias da classe trabalhadora. Assim, também desafiavam as formas tradicionais e institucionalizadas de participação popular nos desígnios da nação.

Podemos dizer que os funcionários da educação, por intermédio d'AFUSE, organizaram-se nesse tempo de rupturas, enquanto sujeito histórico coletivo, comprometido com as causas populares, como o caso da Constituinte, das Diretas Já, da Reforma Agrária. Dessa forma, também foi participante das campanhas preocupadas com o abandono da infância, integrante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, defendendo ativamente a aprovação da LDB.

Essas experiências foram fundamentais na construção de uma identidade de interesses que somente seriam alcançados se o seu esforço se somasse aos demais setores organizados dos trabalhadores, ou seja, o seu fazer-se como parte de uma classe pressupunha não apenas impulsionar as reivindicações econômicas e trabalhistas mais justas e sentidas pela categoria, mas também estar presente nas lutas políticas e culturais do seu tempo.

A compreensão que temos da importância histórica da AFUSE está relacionada com a ideia de sua atuação e sua prática estarem imbuídas de um processo pedagógico tanto econômico, como político e cultural, o qual se produziu e se manifestou historicamente nas relações estabelecidas com seus representados e os demais trabalhadores da educação.

A AFUSE, não desconsiderando os problemas próprios de sua natureza - a defesa dos interesses corporativos da categoria que representa e os dilemas do processo de unificação dos trabalhadores em educação paulista - assumiu também as tarefas de interpretação e intervenção na realidade social do seu tempo, razão pela qual suas práticas políticas sempre foram associadas às questões mais gerais e às reivindicações ou reclames da classe trabalhadora brasileira.

São experiências produzindo registros de acertos e fracassos, mas que cumpriram o seu papel educativo no interior de uma categoria cronicamente invisibilizada e no seio de uma sociedade organizada por relações autoritárias, porém incapazes de reconhecer sua importância e sem qualquer disposição de se lhe retirar o manto da invisibilidade e do esquecimento histórico educacional.

A AFUSE representa, na tese defendida, o despertar da autoconsciência coletiva, capaz de incorporar e produzir teorias, impulsionar a criação e o fortalecimento de instituições próprias do mundo do trabalho, como o caso da CNTE e da CUT. São valores e solidariedade social que a distinguem no conturbado cenário educacional dos fins do século XX, tão favorável ao desmantelamento do patrimônio público, às privatizações e ao cultivo do individualismo desprovido de apreço pela cidadania e da ética social.

Em nossa acepção, foi a partir das próprias experiências organizativas dos funcionários de escola que se produziram condições para procurar entendê-los e localizá-los em sua importância naquele período histórico convencionalmente denominado transição política brasileira.

Os funcionários da educação não apareceram como sujeitos, historicamente, prontos e acabados, como produto de um demiurgo estatal qualquer ou ainda como categoria profissional sócio-política apenas pela criação da AFUSE. Sua gestação foi anterior ao reconhecimento associativista, e a sua constituição e consolidação continuam permanentemente se desenvolvendo, embora tenhamos condições de localizar um período da sua história, decisivo no calçamento de sua identidade sindical. Para nós, esse instante corresponde à realização do I Congresso de Educação, na cidade de Ribeirão Preto, em 1992, durante o qual a proposta acalentada e defendida de criação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ensino Oficial de São Paulo foi derrotada.

Ao priorizar a questão da autonomia e o fortalecimento político dos protagonistas das lutas sociais, dos seus sujeitos e das suas organizações frente ao Estado e à sociedade civil, comprometidos com a manutenção do poder e da ordem social, próprios de um modo de produção, centrados na propriedade privada e no controle da riqueza socialmente produzida, a derrota da proposta de criação de um único sindicato foi um duro e sentido golpe para

os trabalhadores da educação que atuavam na AFUSE e defendiam publicamente essa união.

Esse desfecho teve impacto muito forte para quase todas as tendências políticas atuantes no interior do movimento associativista e sindicalista; suas consequências haveriam de se manifestar nos anos vindouros, inclusive no controle da máquina sindical e da burocratização produzida no interior da AFUSE.

A entidade no período estudado foi se constituindo como importante e objetiva expressão de luta dos funcionários de escola para superar as dificuldades econômicas, laborais e a invisibilidade a que estavam submetidos. Nesse aspecto, quando nos dispomos a analisar a coesão manifesta pelos seus adeptos nas práticas de participação democrática, em suas assembleias, nas instâncias do sindicato, na realização de fóruns permanentes de discussão de congressos e na disposição de exercitar o diálogo com a população para fortalecer e ampliar a luta pela defesa da escola pública, é importante salientar que a sua atuação não foi estimulada somente para defesa dos interesses corporativos, mas também pela atuação na defesa de questões mais caras ao conjunto dos trabalhadores no país.

A AFUSE se constituiu como a mais significativa e expressiva forma de organização associativista e sindical dos funcionários de escola da rede pública do Estado de São Paulo, seja pela abrangência territorial que logrou alcançar, seja pelos mecanismos políticos orientadores de sua atuação sindical, presentes desde as unidades de trabalho e instâncias regionais e estaduais de participação e decisão dos rumos da entidade de forma democrática e pela base da categoria.

A mobilização da categoria e o senso de igualdade que a AFUSE buscou potencializar fizeram que essa entidade tivesse importante papel nos movimentos reivindicativos dos trabalhadores da educação paulista, que eclodiram nas últimas décadas do século XX.

Enquanto pesquisadores da história da educação, comprometidos com a presença das organizações associativistas e sindicais dos trabalhadores em sua urdidura, jamais poderíamos nos furtar de conhecer e analisar criticamente os esforços dos funcionários da educação, no bojo desse processo histórico.

Para que isso fosse possível, buscamos demonstrar e defender a tese de que os funcionários de escola também fazem a história da educação, a qual não seria a mesma sem a presença dos esforços organizativos, associativistas, sindicais e políticos dos seus trabalhadores! Esse foi o objetivo central desta tese.

A produção do conhecimento acadêmico é interminável; todo e qualquer objeto de estudo sempre poderá ser questionado, suscitando novas e dinâmicas abordagens. Essa premissa se torna ainda mais verdadeira ao nos depararmos com temáticas pouco estudadas, com carência de fontes secundárias e dificuldades em localizar, reunir e articular criticamente as fontes primárias, necessárias à fundamentação dos estudos históricos educacionais.

Como já nos foi ensinado, os documentos não falam por si, mas é importante dizer que, não apenas no universo educacional, como também em outras esferas da sociedade brasileira, o cuidado com a nossa memória cultural e política nem sempre recebe a atenção devida à sua preservação. Razão pela qual julgamos importante inserir neste estudo o material levantado para sua consecução, abrangendo entrevistas, depoimentos, panfletos, cartazes, boletins, cartas, jornais, informativos e outros documentos sindicais. Esse esforço produziu significativa e abrangente gama de dados primários que poderão contribuir na construção de novas abordagens que também possam assumir a tarefa de pôr à luz a atuação dos funcionários das escolas públicas paulistas.

Esse trabalho situa-se também como pesquisa complementar a outras realizadas no GRUPHIS – Grupo de História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social, do PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, com o apoio da REDE ASTE, que têm contextualizado, analisado e procurado divulgar um conjunto cada vez mais amplo e significativo de estudos sobre o associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores da educação.

As fontes coletadas nos permitiram sustentar a presença dos funcionários na história política e social da educação pública paulista, inseridos num quadro de constantes manifestações inovadoras e reformistas que marcaram a história do Brasil desde os fins da década de 1970, modificando

com essa presença as tradicionais formas de pensar e atuar em defesa da escola pública brasileira e, por conseguinte, justificar o corte cronológico adotado em sua construção.

Projetar a educação e a sua história num momento político tão avesso às questões sociais, em que o mercado e o individualismo desenraizados de compromissos éticos proclamam a não participação política e social, é um grande desafio e mesmo uma ousadia para todos aqueles que não querem ver a erosão da escola, nem permitir sua reles transformação num bem mercantil, mas exigir que possamos trazer à tona todos aqueles que se organizam e lutam em defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade para todos na sociedade brasileira.

Os funcionários das escolas públicas fazem história, mas não podemos pensá-la de forma meramente factual. Parece-nos necessário inseri-la em um quadro mais geral e profundo da história dos trabalhadores brasileiros, analisada na longa duração dos seus embates e capacidade de nos oferecer os fundamentos da luta pela transformação social.

Esse caminho não é fácil, no entanto é o que procuramos seguir como fio condutor de nossa história.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.

AGUENA, Paulo. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ALMEIDA, Danusa Mendes. Educação, sindicalismo docente e a retórica da gestão democrática: o caso cearense. In: DAL ROSSO, Sadi et alii. **Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011, Cap. 7, p. 129-147.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2ª ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Giovanni. **Limites do sindicalismo**: Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru: Editora Práxis, 2003.

_____ Do “novo sindicalismo” a “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1988). **Revista de sociologia e política**, nº 15: p.111-124, Nov. 2000.

ALVES, Eduardo. **Concepção e prática**: uma breve história do movimento sindical. Disponível em: <http://sinergiabahia.com.br/?wpfb_dl=49>. Acesso em 05/07/13.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Abril cultural, Brasiliense, 1985.

_____ **A Rebelião do Trabalho**: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980. Campinas, SP: Ed da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____ **O novo sindicalismo no Brasil**. 2ed. Campinas: Pontes, 1995.

ARAÚJO, S. M. da S. **Cultura e educação**: uma reflexão com base em Raymond Williams. Caxambu: Anped/GT nº 3 – Movimentos Sociais e Educação, 2000.

AROUCA, José Carlos. **Curso básico de direito sindical**. São Paulo: LTr, 2006.

BAUER, Carlos. **Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros**. Volume II – A hegemonia vermelha. São Paulo: Edições Pulsar, 1995.

_____ Educação brasileira - Itinerários históricos e filosóficos **EccoS Revista Científica**, vol. 9, núm. 1, janeiro-junho, 2007, pp. 11-14.

_____ Apontamentos sobre a produção do conhecimento científico e a construção do conceito de historicidade. **Revista historia & ensino**, v. 18, n. 1, p. 71-87, Jan./Jun. 2012.

_____ **A natureza autoritária do estado no Brasil contemporâneo: elementos de história e questionamentos políticos**. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA; Inês, (orgs.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. Jundiaí: Paco editorial, 2013.

BAUER, Carlos; DANTAS, Vanessa; BERNARDI MIGUEL, Miriam Maria; PAIVA, Luiz Roberto Beserra de; DINIZ, Cássio. **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Vol. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

BOITO Jr., Armando et al. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BORGES, Angélica; LEMOS, Daniel C. de Albuquerque. O “sangue quente”, que anima a classe. A luta dos professores públicos primários da corte imperial. In: DAL ROSSO, Sadi et alii, **Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011, Cap. 11, p. 209-228.

BORGES, Altamiro. **Origem e papel dos sindicatos**. Disponível em: <http://contag.org.br/imagens/Origemepapeldossindicatos-AltamiroBorges.pdf>>. Acesso em 07/07/13.

CALDART, R. S. **A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo**. Caxambu: Anped/GT nº 3 – Movimentos Sociais e Educação, 1999.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**; tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARATTI, Natalie. **A greve de 1988 dos jornalistas em Fortaleza e as estratégias de mobilização**. 2010. 50f. Monografia (Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo) – Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza, Ceara, 2010. Disponível em: <http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/jornalismo/monografia/2010/NATALIE_CARATTI.pdf>. Acesso em 05/07/13.

CATANI, Denise Bárbara. **Educadores a meia-luz: um estudo sobre a revista de ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-18)**. 1989. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, S. P., 1989.

CAVALCANTE, Francisca Wilma. **Associação de professores do Rio Grande do Norte: a missão de educar (1920-1933)**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rio Grande do Norte, Natal, 1999.

CUBERO, Jaime. *El sindicalismo revolucionario en el Brasil: pasado, presente, posibilidades*. São Paulo: Acadêmica, 1988.

CUNHA, Andre Moreira. **A colonização e o desenvolvimento capitalista do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosdidaticos/textodid14.pdf>>. Acesso em 29/03/14.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: Católicos e liberais**. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1986.

DAL ROSSO, Sadi et alii. **Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 4 ed., 1988.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo: 1920-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DE LORENZO, Helena C.; COSTA, Wilma P.(org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

DOURADO, Luiz Fernandes. Funcionário de escola. Identidade, conquistas e o futuro. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 309-311, jul/dez. 2009.

DUTRA, Joana. **Luta sindical e comunicação**: um estudo de caso sobre a comunicação desenvolvida pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado da Bahia. 2003. 150f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2003.

ENGELS, Friedrich. Os sindicatos (II) 1881. In: AGUENA, Paulo. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, Cap. 5, p. 73-76. (Coletânea de textos de Marx, Engels, Lenin e Trotsky).

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12^o ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA Jr., Amarílio. **Do contexto ao texto: a ditadura militar e a obra “colonização e catequese”**. Disponível em: <

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_003.html>. Acesso em 20/04/15.

_____ Movimento de professores e organização de esquerda durante a ditadura militar. In: DAL ROSSO, Sadi et alii. **Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011, Cap.3, p. 47-67.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: história oral de vida**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

FONTOURA, Joana; GINDIN, Julián; GENTILI, Pablo. Los sindicatos docentes y las reformas educativas em América Latina: El caso Brasileiro. In: MENDES, Cacau. **Série los sindicatos docentes y reformas educativas em América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008, p. 13 – 48.

GERMANO, Ernesto. **História do movimento sindical**. Disponível em: <http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Historia%20do%20Movimento%20Sindical%20%20Ernesto%20Germano.pdf>. Acesso em 05 07 13.

GIANNOTTI, Vitor; LOPES NETO, Sebastião. **CUT, por dentro e por fora**. Petrópolis: Vozes, 1990.

GIANNOTTI, Vitor; LOPES NETO, Sebastião. **CUT ontem e hoje: o que mudou das origens ao IV Congresso**. São Paulo: Vozes, 1991.

GORENDER, Jacob. **A natureza do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Disponível em: < <http://coral.ufsm.br/enev/docs/genese.pdf>>. Acesso em 29/03/14.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 a.

_____ **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 b.

_____ **La alternativa pedagógica**. Barcelona: Nova Terra, 1976.

GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

_____ **Pedagogia e luta de classes no Brasil. 1930-1937**. Ibitinga, SP: Humanidades, 1991.

_____ **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

JESUS, A. T. de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez; Campinas: Edunicamp, 1989.

LEITE, Marcia de Paula. (org.) **O trabalho em movimento**: Reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

_____. Sobre as Greves. In: AGUENA, Paulo. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, Cap. 13, p. 99-107.

Leo Huberman. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e historiografia da educação no Brasil**. Conferência apresentada no III Colóquio do Museu Pedagógico, em 17/11/2003, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis14/art4_14.pdf>. Acesso 20/01/15.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A escola pública no Brasil**: história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias; tradução de Caetano Lo Monaco; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. 3º ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

MARGLIN, S. Origem e Funções do Parcelamento de Tarefas (para que servem os padrões?). In: GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **O estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. 2º ed., São Paulo: editora Hucitec, 1989.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2º ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. A necessidade e os limites da luta sindical. 1865. In: MUSTO, Marcelo. (org.) **Trabalhadores, uni-vos!**: Antologia política da I internacional, tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014. Cap. 12, p. 139-141.

_____. Papel econômico imediato dos sindicatos. s/d, In: AGUENA, Paulo. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. Cap.2, p. 63-64.

_____ Preâmbulos dos Estatutos da 1ª. Internacional. 1864. In: AGUENA, Paulo. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. Cap.2, p. 89-90.

_____ Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os Sindicatos. 1866, In: AGUENA, Paulo. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. Cap.10, p. 91-92.

_____ **Contribuição a crítica da economia política**. 1859. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em <http://ir.nmu.org.ua/bitstream/handle/123456789/17737/61727b6cc2b251121cf3eed4c28f3468.pdf?sequence=1>. Acesso em 21/04/15.

_____ **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Editora Escriba, 1968.

MARX, Karl ; ENGELS, Fredrich. **Manifesto comunista**. 7 ed., Tradução e revisão de Maria Arsênio da Silva. São Paulo: Nova Stella Editorial, 1987.

MENDES, Cacau. **Los sindicatos docentes y reformas educativas em América Latina: El Caso Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/6790-1442-4-30.pdf>>. Acesso em 20/04/15.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 1930. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, Rafaela Sedassar. **As fases e conquistas do sindicalismo brasileiro**. Disponível em: <<http://eventos.uenp.edu.br/sid/publicacao/resumos/4.pdf>>. Acesso em 05/07/13.

MORAES, José Damiro de. **Educação anarquista no Brasil da primeira República**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf>. Acesso em: 21/01/15.

MUSTO, Marcelo. (org.) **Trabalhadores, uni-vos!**: Antologia política da I internacional, tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2000.

_____ **Curso de direito do trabalho**. 23ª ed. Rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et aL. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007. Cap.3, p. 93-135.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO Jr. Armando (org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO. **Sindicatos e centrais sindicais no Brasil**. Potro Alegre: Sintrajufe. s/d. Disponível em: <<http://sintrajufe.tempsite.ws/noticias/anexos/cartilha.pdf>>. Acesso em 14/01/2015.

OLIVEIRA, Wellington de. A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: Da UTE ao Sind-UTE. In: DAL ROSSO, Sadi et alii. **Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011. Cap.8, P. 149-167.

PEDROSA, M. **Mundo, homem, arte em crise**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PERROT, M. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Almir Pazzianotto. **100 anos de sindicalismo**. São Paulo: Lex. editora, 2007.

RÊSES, Erlano da Silva. Constituição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica no Rio de Janeiro. In: DAL ROSSO, Sadi et alii. **Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011. Cap. 13, p. 247-261.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 3ª ed., São Paulo: Editora Moraes, 1986.

_____ **História da educação brasileira: a organização escolar**. 16º ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais. In: BOITO Jr. Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Cap. 1, p. 11- 42.

RUDÉ, G. **A multidão na história**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RUY, José Carlos. A fundação do PCdoB. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=1023>>. Acesso em 15/05/15.

SÁ, Adísia. **O jornalista brasileiro: Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1999**. 2ed. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SADER, Eder, **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Fernando Antônio Soares dos. **Funcionários da educação: também somos Educadores.** Natal/RN: Impressão Grafipel, 1998.

SEGATTO, Jose Antonio. **A formação da classe operária no Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Eduard. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____ **Tradicion, revuelta y consciencia de clase.** Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

_____ **A formação da classe operária Inglesa.** Tradução de Denise Bottmann. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Vol. II.

VENDRAMINI, C. R. **Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil.** São Paulo: FTD, 1994.

XAVIER, Libania. Ação coletiva, oportunidade política e identidade docente nos jogos de poder: Um ensaio a partir dos movimentos docentes brasileiro e português. In: DAL ROSSO, Sadi et alii. **Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas.** Brasília: Paralelo 15, 2011. Cap. 10, p. 191-208.

WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade.** São Paulo: Nacional, 1969.

_____ **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZEQUERA, Luz Helena Toro. **História da educação em debate: as tendências teórico-metodológicas na América Latina.** 2ed. Campinas: Alínea, 2006.

SITES PESQUISADOS:

AFUSE. **Histórico.** Disponível em:<
<http://afuse.org.br/publicacoes/historico.pdf>> Acesso em 22/01/15.

PCB.org. br. Disponível em:
<http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8297:partido-comunista-brasileiro-93-anos-de-muitas-lutas&catid=56:memoria>
Acesso em 15/05/15.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Origem do Sindicalismo no Brasil.** Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/classe-trabalhadora/origens-do-sindicalismo-no-brasil.php> Acesso em 07/07/13.

SINDJUD-PE. História do Sindicalismo no Brasil. Disponível em:
<<http://sinfaerj.blogspot.com.br/2012/09/historia-do-sindicalismo-no-brasil.html>>
Acesso em 05/07/13.

SINDJUD-PE. História do Sindicalismo. Disponível em:
<<http://www.sindjudpe.org.br/historia-sindicalismo>> Acesso em: 21/04/2012.

SINJUSC. História do Sindicalismo no Brasil. Disponível em:<
http://www.sinjusc.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1095:historia-do-sindicalismo-no-brasil-&catid=7:noticias&Itemid=7> Acesso em 05/07/13.

SINTSEF. Sindicalismo. Disponível em:<
<http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm>> Acesso em 05/07/13.

TEIXEIRA, Alexandre. Natureza distinta entre Sindicato e Associação. Disponível em: <http://alexandrepresidente.no.comunidades.net/index.php?pagina=1328331601>

1 **ANEXO A**

2 **Relatório dos depoimentos feitos sobre a AFUSE**

3 Quando me encontrava com eles, sempre apresentava a ideia da tese e pedia
4 para que eles contassem o que lembravam sobre a AFUSE.

5 Obs. transcrevemos rigorosamente a fala dos entrevistados.

6 A todos foi pedido autorização para uso na presente tese, e foi autorizado.

7 **Depoimento do Casimiro Jorge Pereira, realizado em 2016 - São Paulo-SP.**

8 O processo de construção da AFUSE, ele é decorrente, mais de fatores
9 objetivos, aquilo que a realidade apresenta, os atores pouco importa, porque
10 quando a AFUSE é constituída em 1985 o mundo, como o período anterior a
11 85, que houve todo um processo de mobilização para isso, o mundo que
12 passava por uma efervescência muito grande, no Brasil a gente lutava pela
13 redemocratização, lutava contra a ditadura, havia luta pelas diretas já, e esse,
14 isso é importante dizer por que como a AFUSE foi constituída após as diretas,
15 o que como é que nós enquanto funcionários é que tavam organizando o
16 sindicato, como é que a gente atuou nesse processo, basicamente todos os
17 materiais os poucos materiais que a gente conseguia imprimir nesse momento
18 a gente imprimia com o auxílio da APEOESP, a gente sempre colocava as
19 palavras de ordem contra a ditadura, nas visitas às escolas, e é bom entender
20 que a gente fazia visitas com dinheiro do bolso, não era como essa maravilha
21 hoje, era pão com mortadela, era dinheiro do bolso, não tinha ajuda financeira
22 APEOESP dava ainda material, então cada um cobria uma parte da região,
23 onde tava inserida, ou os materiais vinham da APEOSP e quando não vinha da
24 APEOESP a gente dava um jeito de imprimir dentro da escola, escondido,
25 naqueles mimeógrafos a álcool, mas do ponto de vista da mobilização, passava
26 nas escolas, a gente fazia discussão com os funcionários sobre a necessidade
27 da unidade, de constituir o sindicato para que a gente conseguisse garantir
28 melhorias, nas condições de vida, e a gente tomava como exemplo sempre a
29 questão dos professores, porque os professores sempre ganhavam aumento
30 de salário, e a gente nunca ganhava, e é isso que vai de certa forma, sempre

31 sensibilizar os funcionários a nos ouvir e a ir junto com a gente no processo de
32 construção.

33 E evidentemente que junto com isso eles passam a entender o papel nefasto
34 da ditadura militar, e não só da ditadura militar, eles começam a entender que
35 independente dos governos estaduais que viessem o que vieram com eleição
36 ou sem eleição a gente nunca ia conseguir aumento, quando eu digo isso, é
37 evidente que eu digo daquela parte da vanguarda, quando a gente tinha
38 contato, a massa tomava conhecimento da gente, ou tomou conhecimento da
39 gente,, depois que a gente conseguiu imprimir o primeiro jornalzinho, não sei
40 se você tem, é que depois nós fizemos uma diagramação, que parecia uma,
41 meu Deus do céu! Uma receita de remédio, que a gente dividiu o espaço todo
42 em quadradinho, a gente não sabia, gente aprendeu a fazendo, hoje é eu
43 morro de dar risada, mas a gente aprendeu fazendo, e a partir do momento que
44 a gente teve, é este material, teve condição de ter este material, a partir do
45 momento que a gente conseguiu da Secretaria é a dispensa de ponto, isso não
46 veio de graça, isso aconteceu porque houve uma greve, houve uma greve e
47 nessa greve de fato a categoria parou porque de novo é o reflexo do trabalho
48 que nós fizemos, mas eu, eu tenho clareza, é muito mais devido à conjuntura, e
49 esse já não é não, esse é recente, eu tenho um outro muito mais, eu não tenho
50 mais, eu queimei, uma pena pra você, mas é muito mais antigo era uma folha
51 de sulfite que a gente dividiu e colocou logotipo da AFUSE que não era nem
52 logotipo, colocamos AFUSE lá, a gente colava. A gente dividiu em quadradinho
53 e cada um foi digitando na época, não era digitado em computador, a gente
54 datilografava bom enfim, mas é, a luta contra a ditadura, ela vai se dar é, dessa
55 forma a gente, posso dizer pra você que a gente, eu, se você for no DOPS, nos
56 arquivos do Dops, você vai encontrar o nome do Casimiro lá, fichinha dele,
57 dizendo que eu era militante da convergência, dizendo que eu era militante da
58 AFUSE , que estava construindo sindicato, porque naquela,..depois que o
59 sindicato foi criado, a gente passou a ter dinheiro, e esse dinheiro a gente
60 utilizou pra garantir a expansão da AFUSE , então que a gente fez foi viajar
61 pelo estado todo pra garantir que, convidar pessoas pra vim fazer parte da
62 AFUSE , foi assim, a gente não tinha, viajar de avião, não tinha dormir em
63 hotel, que dormir hotel, a gente dormia na casa das pessoas que a gente tinha

64 contato, era assim que acontecia foi, foi muito difícil, é, quando, por um lado
65 queria construir associação de secretários de escola e por outro lado, Bene,
66 Jorge, Maria Cristina Odonis, Zé, de Mogi, queriam construir, sob direção do
67 Benedito, que fique bem claro queriam construir associação dos funcionários, a
68 gente ainda não tinha o nome de AFUSE, era Associação dos Funcionários,
69 AFUSE, o nome vai surgir depois, na reunião a gente acaba, acaba, acaba
70 saindo nome mas era, como é que, como é que esse contato ele acontecia?
71 Ele acontecia principalmente via APEOESP, o contato que a gente estabelecia
72 era na APEOESP, o que acontecia com todas as pessoas como eu, que
73 queriam construir alguma coisa, eu queria construir associação de secretários
74 de escola, eu ia com material nas assembleias da APEOESP, distribuir para os
75 professores para os professores distribuíssem para seus funcionários.

76 A mesma coisa Benê, mesma coisa Jorge, a mesma coisa Cristina, mesma
77 coisa André Rosan, é, André Rosan de São José de Rio Preto, a mesma coisa
78 de seu Albertino do Vale do Ribeira, a mesma coisa do Ruy de Marília, Angêla
79 de Marília, o Pelé do Vale, do Vale de Paranapanema, de lá de cima, ele era
80 ligado, depois foi ligado ao MST, mas enfim, a gente começou a estabelecer
81 contato com essa militância através do papel da APEOESP, então quando os
82 professores voltavam para próxima assembleia, eles traziam funcionários, e aí
83 o que acontecia? A gente acabava o Benê subia em um caminhão e falava:
84 "olha! Agora a gente quer fazer uma reunião com os funcionários que vieram
85 com os professores" e aí a gente se juntava atrás do caminhão, era uma
86 loucura! Tinha o David Mauá, a Josineide de Santo André, bom tinha, aí
87 começaram a surgir essa militância que eu disse que, é esse povo, esse
88 ativismo que existia em decorrência das situações objetivas que tinha
89 necessidade de interferir para transformar a realidade. Esse pessoal brotando e
90 aparecendo, e essas reuniões antes ou depois das assembleias da APEOESP
91 foi que serviram, serviram para ajudar a construir o embrião daquilo que seria a
92 AFUSE. Eu largo a Associação, a ideia de associação dos secretários de
93 escola, e junto com o pessoal, e a partir daí a gente corre, a gente corre, a
94 gente corre, a gente corre, foi muito interessante AFUSE quando surge ela
95 surge bem distinta do que é hoje, tem uma mente democrática, democrática até
96 o último fio de cabelo, que significa que todos tinham direito a voz, todos

97 tinham direito a voto, a qualquer momento, era muito engraçado porque a
98 gente fazia aquelas reuniões que demoravam 7, 8 horas porque cada
99 discussão sempre a questão de esclarecimento, questão de ordem, aí vai, aí
100 vai, até ir pro voto, mas isso garantiu para gente aprendizado, e solidificou
101 entre nós a consciência de que a gente ia construir uma entidade pra mudar a
102 vida dos funcionários e para mudar as relações internas dentro da escola
103 porque a gente também era oprimido dentro da escola pelo professor, a gente
104 era oprimido dentro da escola pelo diretor, a gente na verdade fazia o papel do
105 lobo mau, a gente servia de instrumento de opressão para os alunos, era isso
106 que a gente começou a mudar, essa concepção, ela muda com a construção
107 do Sindicato, essas discussões sobre o papel do funcionário na escola no
108 processo educacional, ela começa acontecer, agente começa, quando
109 constitui, começa a participar, das reuniões preparatórias do Conselho, do
110 Conselho não, da Confederação Nacional do trabalhador de educação pela
111 constituição, o João Monlevare que você já deve ter ouvido, já ouviu falar, ele é
112 uma das pessoas que vem de discutir com a gente pra falar sobre o papel
113 inclusive ele faz a tese dele de doutorado sobre isso, e ele ajuda a gente nesse
114 processo, quando a gente conseguiu ter o embrião da AFUSE com 7000 ou
115 8000 funcionários , que já é um número grande, considerando o número de
116 funcionários que a gente dispunha na época, só garante, não bastava só
117 garantir a organização aqui em São Paulo, gente queria organizar os
118 funcionários a nível Nacional, e aí as organizações de esquerda tiveram um
119 papel fundamental, a gente chama uma reunião preparatória aqui em São
120 Paulo, nós da Convergência Socialista nos encarregamos de trazer o pessoal
121 do Pará, o pessoal do Rio Grande do Norte que a gente conhecia, militante
122 nosso, o pessoal da então do grupo 113 traz militantes de outros estados e a
123 gente realiza a primeira reunião preparatória, e em seguida gente faz um
124 encontro Nacional dos funcionários de Educação.

125 Seu não me engano foi em Campinas, foi um momento mágico, foi muito, muito
126 importante, onde a gente decide pela unificação com os professores,
127 previamente a gente havia tido, cada uma das entidades havia tido discussão
128 com as suas bases, então foi uma discussão muito importante, e a gente vai
129 para Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação pro congresso,

130 o Congresso foi importantíssimo, deu ou criou na gente a ilusão de que a gente
131 conseguiria construir a unidade com os professores, o artigo deu para gente a
132 impressão que foi muito forte, foi um momento importante, só que quando a
133 gente volta para São Paulo e vai fazer a discussão com a unidade dos
134 professores, aí, todo mundo pisa na bola, quando eu digo todo mundo pisa na
135 bola vou começar falando da Convergência, a Convergência tem uma postura
136 a favor, nós fazíamos reuniões junto com os professores, naquela época eu
137 fazia parte da coordenação estadual dos trabalhadores de educação da
138 convergência, eu era da direção estadual, na direção estadual existia duas
139 posições, uma posição que acreditava que tinha que haver um processo e que
140 nós achávamos que a necessidade era que determinava qual era que a
141 unidade, ela deveria ser garantida para atender às necessidades, se não dão
142 não a luta, se há luta isolada isso o professor ganha o funcionário perde e
143 quem se fragiliza é o processo educacional e a educação de conjunto, e
144 quando nós vamos pro congresso de unificação com os professores teve dois
145 momentos, teve um congresso anterior que foi aqui em São Paulo, que nós
146 fizemos o Congresso da AFUSE, paralelo ao Congresso da AFUSE, vota a
147 favor da unificação, nesse momento, quem votou a favor da unificação foram
148 os militantes da base da Convergência Socialista já começava ficar claro as
149 diferenças de papéis do pessoal que, aí já era Articulação votou contra Jorge,
150 Benê, mas nesse momento a gente era maioria, não posso esquecer de falar
151 do Demarco de Osasco, é outro figuraça, lá do Aldo de Jacareí, gente foi assim
152 lutadora, Maria Elena de Tupã, gente que foi lutadora de primeira ordem, e
153 nesse congresso que nós, que vai acontecer na USP a gente, a gente sofre
154 muito porque a gente ganha no Congresso da AFUSE, a Convergência perde
155 entre aspas, a deliberação pela Unificação no Congresso da APEOESP, e eles
156 são amarrados entre aspas, pela decisão do Congresso dos Professores a lutar
157 contra a unificação, e foi isso que matou a gente, matou a gente, que eu digo
158 que matou a gente, gente que era militante porque a gente tinha definido que
159 mesmo que o Congresso dos professores decidisse que assim não seria, mas
160 que a gente iria votar para marcar posição, e eu me lembro como se fosse
161 hoje, eu fui fazer a defesa e eu, a gente a gente tem um sonho, a gente não
162 tem muito na vida, a gente ganha pouco para comer, a maioria de nós não tem

163 casa própria mas a gente tem um sonho, o nosso sonho é poder construir
164 unidade dos trabalhadores para transformar essa realidade, o nosso sonho é
165 construir a unidade entre os trabalhadores da educação para que a gente
166 consiga alcançar o processo revolucionário aqui nesse país e revolução
167 significa tirar o velho e colocar o novo, é isso que nós queremos, alguém é
168 contra? Eu não consigo entender como quem defende contra a unidade, não
169 consigo entender, esse pessoal que defende contra a unidade na verdade está
170 defendendo que uma categoria tenha privilégio em relação às outras, como é
171 que nós podemos construir a unidade dos trabalhadores? Na unidade, não o
172 povo unido, que não deve que, jamais será vencido, como é que vocês
173 defendem isso? E ao mesmo tempo não querem a união conosco, qual é o
174 problema? Tem medo do que? Essa foi a base do discurso, tá, mas isso estou
175 falando agora, enfim, mas se imagina isso com raiva, com sangue nos olhos,
176 eu não esqueço disso, nós perdemos a votação porque a Convergência votou
177 contra, isso causou nos militantes da Convergência, que atuavam no interior da
178 AFUSE, uma crise muito grande, e nós não éramos poucos, o Casimiro que era
179 o único, aí era mais ou menos 88, 89, nós éramos mais de 100 militantes no
180 estado, não era, não era pouca coisa, não chegava a 100 mas nós éramos 75
181 militantes, quando eu digo militantes que era gente que cotizava, gente que
182 vendia jornal, gente que percorria escola, e a gente tinha tarde uma direção,
183 então isso foi um baque, isso foi um baque, foi um baque, e depois quando a
184 gente vai pro congresso , quando a gente vai pro congresso da CNTE o
185 pessoal que era professor de São Paulo faz autocrítica, faz autocrítica porque a
186 crise acabou se estendendo para funcionários de outros estados da própria
187 Convergência, e eu faço questão de falar isso, porque eu reputo que naquela
188 época a Convergência teve muita responsabilidade no sentido de garantir para
189 gente suporte teórico inclusive prático para gente continuar militando, para
190 gente era muito difícil, não sei se você entende, que a gente ganhava um
191 salário miserável, tirava dinheiro de dentro de casa para poder participar das
192 atividades...

193 Tirava o tempo, isso eu tenho que falar sinto muito, pra mim isso custou muito
194 caro, tirava o tempo de convivência familiar eu tinha três filhas, três filhas
195 Bruna, Fernanda e Paula, eu não vivi com as minhas filhas enquanto eu fui

196 militante de fato não vivia, isso é um fato, eu não vivia, eu vivia para luta e isso
197 trouxe seqüelas que eu carrego até hoje, não foi motivo de eu ter abandonado
198 o movimento, não, eu levei até o fim apesar disso, isso quase me custou a
199 minha relação, bom, enfim, mas a minha vida pessoal à parte. Quando a gente
200 vai pro Congresso da CNTE, isso em 90, 91 a gente vai com essa expectativa
201 de que de fato a gente consiga fazer, nos outros estados aquilo que a gente
202 não conseguia fazer em São Paulo, a gente obtém uma vitória parcial em
203 Minas Gerais, onde a gente tem a UTE, a União dos Trabalhadores da
204 Educação de Minas Gerais, a gente consegue isso no Rio de Janeiro, onde há
205 de fato a união dos professores e os funcionários, a luta passava a ser uma só
206 reajuste pra uns reajuste pra todos, essa era a palavra de ordem, a gente
207 consegue isso, em contrapartida São Paulo que seria como referência, a nível
208 nacional, São Paulo não dá um passo decisivo adiante, e aí as coisas
209 começam a ficar muito ruins, e aquela unidade que havia dentro da direção da
210 AFUSE, para você ter uma ideia, o que eu chamo de unidade AFUSE um dos
211 poucos sindicatos a nível nacional se não único onde a gente tinha
212 proporcionalidade o que significa, significa que ocupam os cargos da direção
213 proporcionalmente ao número de votos, hoje A APEOESP tem isso , mas
214 naquela época não tinha, não tinha a luta pela proporcionalidade, nós
215 conquistamos no processo de construção da AFUSE onde todo mundo se
216 somou, mas com essa discussão a nível nacional, essa discussão da
217 proporcionalidade ela começou a ser colocada em xeque, ela começou a ser
218 colocada em cheque e nós, me lembro nós fizemos um congresso do Sindicato
219 dos Químicos, foi o último congresso que eu participei da a AFUSE, não,
220 penúltimo Congresso, dois anos depois, em que eu, no penúltimo congressos
221 os militantes da Convergência queriam que a gente rompesse com o processo
222 de proporcionalidade, eu, eu carreguei comigo que a gente que acredita na
223 democracia operária. Não acredito, não acredito até hoje que todos que
224 representam têm que ter e tenham representatividade tenha que estar presente
225 na direção de qualquer instituição principalmente no sindicato, eu me lembro
226 que eu defendia esta proposta e nós ganhamos por um ou dois votos, nós
227 ganhamos não, eu ganhei, mas os principais militantes estavam contra, hoje eu
228 faço autocrítica eu acho que eles estavam certos, isso é o que me dói, Sandra

229 de Osasco uma militante, ela me cobrou profundamente porque logo em
230 seguida depois nós tivemos uma eleição e nós perdemos a eleição, perdemos
231 a eleição porque, porque aí sim a coisa começou aí a AFUSE começou na
232 minha opinião começa a degradingolar, articulação aparelha, a eleição aparelha a
233 eleição significa colocar jagunços dentro do sindicato, significa contratar
234 profissional com dinheiro pra fazer campanha, coisa que não tinha, nossa!
235 Sabe por todas as diferença que nós tínhamos, nós disputávamos era no gó
236 gó, oh , eu vou fazer campanha em São José do Rio Preto, então você vai
237 junto que era da outra chapa, que assim a gente economiza dinheiro, aí era
238 assim que a gente fazia, então a gente percorria escola junto, um falava alho o
239 outro falava bugalho, mas era assim, isso com o Jorge, mas nesta última
240 eleição da AFUSE a coisa degradingola Articulação resolvi enfrentar minha
241 opinião particular, eles sacaneiam a eleição, eu acho que na verdade nós
242 tínhamos a eleição, mas isso pra mim na verdade acaba sendo secundário
243 porque no meu ponto de vista da mesma forma que haviam condições
244 objetivas, que acabaram determinando surgimento da AFUSE , é engraçado, a
245 gente, é, o Historiador é o profeta dos fatos que já aconteceram, é aquele que
246 olha! Mas já aconteceu então eu vou profetizar o que já aconteceu, na verdade
247 as condições objetivas já tinham mudado, Collor havia ganho, você tinha
248 Peristróica e a Glasnorte o processo, ou reformismo, ainda que houvesse a
249 burocracia, mas era um país comunista, mas se você vai ter o reformismo
250 tomando conta da união soviética, subida do Boris Vietz , enfim, Gobarxove,
251 Boris Vietz, você vai ter de forma muito mais clara o processo de globalização,
252 a criação dos blocos econômicos, a Erundina daqui de São Paulo, ganha
253 eleição com o apoio dos trabalhadores e em seguida bota polícia e guarda
254 municipal para bater nos trabalhadores na primeira greve, não posso deixar de
255 dizer isso, ou seja em outras palavras dentro do PT a gente é expulso do PT,
256 eu digo a gente que era da Convergência, a gente expulso do PT e dentro da
257 Convergência a gente acaba rachando também, porque haviam interpretações
258 diferentes sobre o que acontece no Leste europeu, e eu acabo saindo da
259 Convergência rompendo com o grupo, e a gente vai construir uma nova
260 organização chamada Liga Operária que a gente milita até o ano de 2000, mas
261 isso é outra história, agora a AFUSE, esse processo eleitoral da AFUSE reflete

262 muito, essa guinada que, eu digo a direita na conjuntura internacional, e que
263 vai refletir aqui a nível nacional, ou seja, o conjunto de lutas que nós tivemos na
264 década de 80 e 90, ela acaba diminuindo, a CUT nasceu para lutar , ela
265 substitui o discurso pelo pacto social, vamos pactuar vamos negociar, bom,
266 negocia tem que ceder, eu você, der o que? Se eu sou explorado, eu não tenho
267 que ceder, e a gente era contra, aliás, nós ganhamos uma votação em um
268 momento significativo na CNTE, no mesmo Congresso não que aprovou a
269 unidade, na questão do pacto social, nós ganhamos essa votação foi muito,
270 muito boa, o Haroldo companheiro do Pará fez a defesa maravilhosa, você não
271 faz ideia de como agente era organizadinho nesses congressos, não sei se
272 você foi militante estudantil, mas era um negócio, bom o congresso é amanhã,
273 a gente ficava à noite inteira elencando que argumentos a gente iria utilizar,
274 quais linhas se ele falasse isso, fala, e vinha a gente e a gente ficava em
275 plenário, seis horas da manhã agente ia dormir pra acordar as oito, era uma
276 loucura.! Era uma loucura completa.

277 Uma das coisas antes, eu reputo que este aparelhamento da AFUSE, essa
278 guinada direita que a AFUSE vai dando aos poucos, é, ela tem como marco
279 inicial esse processo eleitoral que caminha e foi manipulado, a partir daí a
280 gente perde o processo eleitoral a gente continua durante algum tempo, mas
281 ficou claro a guinada direita que a AFUSE tinha dado. As greves, mais do que
282 as greves, o material de divulgação, ele começa adotar outro tom porque já não
283 reflete a proporcionalidade, cê já não tem, é a diversidade de posições
284 expressas cê tem uma só, e era uma só, vamos negociar com governo, vamo
285 negociar, vamo sentar, vamo negociar, vamo, isso refletiam pouco também o
286 que era a guinada que o PT tinha, que a direção da APEOESP refletia, então,
287 é, esse processo foi um processo bastante doloroso para quem construiu a
288 AFUSE , foi um processo doloroso, doloroso, eu me afasto em 93, vou ser
289 professor a partir de 93 de fato assumo como professor eu acompanho a
290 AFUSE de longe, eles me chamam de vez em quando para participar de uma
291 homenagem ou de outra, mas eu fui em uma e depois não fui, não apareci
292 mais, a AFUSE passa a se sustentar ou ganhar as consciências e chamar para
293 lutar pela, ganha pela colônia de férias...rs, que é um terror, ganha entre aspas
294 negociações com governo, ganha pelas ações judiciais então vamos confiar no

295 judiciário. A primeira ação que a AFUSE entrou foi ação do gatilho salarial, na
296 época nós éramos a direção e entramos contra a ação do gatilho, nós
297 ganhamos a ação, pergunta se até hoje eu recebi, pergunta se a maioria dos
298 funcionários recebeu, e se recebeu, essa é uma das coisas que a gente
299 depois, não vou aqui falar em vão sem ter provas, mas é algo muito estranho
300 que nós ganhamos em 91 e eu estou em 2017 e até agora nada, é, o negócio é
301 meio complicado, mas enfim, depois houve nesse período acusações contra o
302 diretor da AFUSE , a gente só acompanhava de longe e ficava triste, o Benê é
303 afastado pela direção da Articulação, e o Benê por tudo por tudo por tudo era
304 um cara honesto, eu diria que ele era equivocadamente, mas era
305 honesto e aí quando ele começa ver merda pra lá e merda pra cá ele começa
306 tentar reunir a velha guarda de novo pra combater a burocracia que se
307 instalava, como a Convergência vai se desfazendo porque a maioria dos
308 quadros que existia, com a derrota que nós tivemos no processo eleitoral, o
309 que a maioria dos quadros vai fazer, a maioria dos quadros vai cuidar da vida,
310 o que a cuidar da vida? Eu vou terminar minha faculdade que eu não terminei e
311 assim Demarco, assim é Arualdo, assim é Casimiro, Ana que vai fazer direito,
312 o povo vai se afastando aos poucos porque é necessário garantir à
313 sobrevivência a gente passou, eu passei praticamente 10 anos da minha vida
314 onde eu não consegui é, nada, do ponto de vista nem afetivo com as minhas
315 filhas com a minha família, mas eu perdi, e nem no ponto de vista material não
316 tinha onde cair morto, entendeu? Eu não tinha onde cair morto vivia duro duro
317 duro duro, eu me lembro que teve uma greve, é, a primeira greve que eu
318 participei como professor, nossa! Ficou um tempão, inclusive a gente ocupou a
319 Secretaria da Educação, a assembleia Legislativa, nós tivemos desconto dos
320 dias, dinheiro pra colocar comida em casa, os professores da escola fizeram
321 durante dois meses vaquinha para colocar pão, fazer compra de mercado,
322 fazer feira, isso era coisa que eu não esqueço, a escola Capitão Alberto 20
323 Junior, eu não esqueço isso, eles fizeram, os professores dos três períodos
324 fizeram isso e garantir almoços tanto da família, fome a gente não passou e é
325 evidente que outras necessidades, mas da mesma forma como aconteceu
326 comigo aconteceu com vários militantes, esses militantes não é que deixaram
327 de acreditar na necessidade de transformação de revolução de luta, mas eram

328 questões objetivas, eu tenho que sobreviver, eu tenho que garantir, é isso que
329 vai fazer com que a gente tome caminhos distintos em relação a AFUSE,
330 quando eu saio da Convergência Socialista e fundo a Liga Operária, as
331 reuniões são na minha casa, porque eu não tenho dinheiro para fazer reunião
332 em outro lugar, então o pessoal vinha do estado inteiro pra fazer reunião na
333 minha casa, agora você imagina a casa, um muquifo, mesmo, eu não tenho
334 vergonha de falar muquifo vinha gente do estado inteiro, você imagina como
335 aquilo ficava apertado e depois como eu tinha que suportar o zumzumzum
336 dentro de casa, essa era a vida de militante, claro que minha mulher, ta aí não
337 vai deixar eu mentir, era um terror, até que em 2001, 2002 eu me afasto da
338 Liga Operária por questões objetivas eu precisava garantir as faculdades das
339 minhas filhas, que até então não tinha essa preocupação, mas eu passei a ter
340 essa preocupação, eu achei que elas tinham direito de fazer faculdade pra que
341 elas fizessem faculdade eu precisava financeiramente ajudar isso significou
342 fazer aquilo que eu considerava uma heresia, pegar uma escola particular e aí
343 pegando aula em escola particular não tinha tempo para Militar, você tem que
344 ser honesto, e aí eu me afasto, e me afasto e me afasto e me afasto, e me
345 afasto, entendeu? E, hoje eu vejo assim tem muita gente que não perdeu
346 contato com a luta de classes, mas sob certa forma eu tenho uma leitura muito
347 crítica não perdi o contato com a luta de classes, eu critico a burocracia do PT,
348 a burocracia da CUT, por se aproveitar do dinheiro. E os sindicatos provê, mas
349 hoje eu faço a mesma coisa no sentido contrário, hoje sou advogado do
350 sindicato, não sei se você entende isso que eu quero dizer, ou então, eu vou
351 ser funcionário do sindicato, sabe? Eu não, eu sou muito purista, sou muito
352 inocente, muito idiota, mas isso nunca passou pela minha cabeça, entendeu?
353 Só não sou um idiota, nunca passou pela minha cabeça, não consigo então eu
354 tenho muitas críticas, eu vejo hoje, dentro do PSTU, uma aristocracia que se
355 enraizou e que sobrevive do aparelho do partido e do aparelho sindical que o
356 partido tem influência, é a mesma coisa de sinal trocado que acontece com o
357 pessoal do PT, essas coisas, faz com que eu seja muito reticente em relação a
358 ser ganho por qualquer causa, entendeu? Eu vou participo, teve a mobilização
359 dos estudantes contra o ônibus, pode até o Casimiro tá lá, entendeu? Mas falar
360 não, organizar? No trabalho que a gente tem realizado agora pouco eu fugi,

361 mas o trabalho que a gente tem realizado para travestis e transexuais, a gente
362 tem procurado conscientizar os travestis e transexuais.

363 O processo de conquista dos funcionários a busca de adesão de filiação, mais
364 do que filiação de participação dos funcionários nas instâncias dos sindicatos,
365 não era de outra forma, não adianta, você não tinha internet, vamos limpa
366 vamos limpa, porque não tem internet, a maioria dos funcionários não sabia
367 interpretar o que lia, vamos ser claro, falar não olha panfleto! Você tinha que
368 fazer um panfleto curto e grosso, porque assim, a gente quer que, foi militante,
369 sabe você tem panfleto que você faz pra agitação, e você tem panfleto que
370 você faz pra organizar, você tinha que só fazer panfleto para agitação com
371 frases curtas com palavras de ordem e o que a gente fazia basicamente era,
372 vamos percorrer escolas, essa história de que eu tenho carro particular pra
373 percorrer escolas, não tinha carro particular coisíssima nenhuma, era na base
374 da sola do sapato e telefone que funcionava para que as pessoas pudessem
375 marcar as reuniões e a gente quando tinha possibilidade ia pra essas reuniões,
376 que quando governo consegue pra gente abono de ponto, Isso facilitou, isso
377 facilitou, e o governo não concedeu porque o governo era bonzinho, o governo
378 concedeu porque a gente fez uma greve muito forte, governo concedeu porque
379 isso tem q ser dito. Miriam: você tem ideia de que época foi isso? Ah, o
380 governo vai conceder pra gente em 86,é, a partir de 86 muda a qualidade de
381 organização da AFUSE , e a partir daí nós passamos a ter dinheiro da folha de
382 pagamento, desconto do dinheiro da folha de pagamento, nós passamos a ter
383 de fato melhores condições de intervir porque o governo passa dar um
384 calendário pra gente de reuniões, era uma reunião por bimestre com os
385 mesmos moldes da APEOESP com dispensa de ponto com direito a um
386 representante de escola, cada escola mandavam um, então nosso desafio
387 passou a ser , chamar os funcionários para participar porque mesmo com o
388 abono o nível de consciência era muito baixo, o pessoal tinha medo do diretor
389 das autoridades, aquilo que eu te disse, o pessoal jogava contra, mas a gente
390 conseguia,a gente conseguia, agora pra conseguir adesão nessa reunião com
391 dispensa de ponto,a gente que era liberado do ponto, tinham três afastados,
392 que o governo afastava para poder organizar o sindicato era o presidente o

393 vice e o secretário-geral, então era, é, Jorge Benê, eu, e aí a gente corria o
394 Estado.

395 É aí que eu te disse que a família ia pro saco, porque olha não tinha tempo,
396 tinha que sair, sair, aliás, as vezes nem de sair porque as vezes não chegava e
397 era, nossa, minha mulher me mata só de lembrar disso ela me mata, era assim
398 que a gente fazia, depois que a gente começou a ter dinheiro a gente começou
399 a entre aspas é a garantia que alguns funcionários entrassem em licença pelo
400 202, que é a licença sem vencimento para que pudessem militar, desde que
401 fossem membros da diretoria, era feito um controle, você não sabe como era
402 brutal, você tinha que apresentar o relatório das atividades que você
403 desenvolveu pra justificar o pagamento do afastamento, não era só no blá blá
404 blá, o que era muito legal, isso a gente fez no sentido de garantir a organização
405 e a participação, não foi por colônia de férias, não foi por ação judicial, foi
406 chamando pra lutar, foi assim que a gente conseguiu organizar o pessoal, foi
407 difícil.

408 Miriam: Conta um pouquinho da AFUSE na luta das diretas já.

409 O que eu digo pra você, como a AFUSE vai ser constituída em 85, as dietas já
410 é 84, quando ocorre o processo das Diretas Já, é um processo que a AFUSE
411 tava se organizando, e nossa organização era quieta, reunião da APEOESP,
412 reunião dos funcionários em baixo, então, era desta forma que a gente
413 conseguia organizar a luta, por exemplo, se você perguntar: vocês tiveram uma
414 coluna no comício nas diretas já, na praça da Sé? Não, nós não tivemos uma
415 coluna, mas os funcionários tiveram presentes, nós tivemos presentes lá, nós
416 tivemos, e aí não foi só vanguarda, mas como era um movimento de massa,
417 tinham muitos funcionários, eu diria que o movimento das diretas já, servia para
418 impulsionar e garantir, é, maior adesão ao processo de fundação da AFUSE
419 que vai acontecer em 85, é o inverso, é o processo das diretas já que
420 potencializa a fundação da AFUSE, a redemocratização que potencializa a
421 fundação da AFUSE, essa ânsia de liberdade, de desejo de participar, e desejo
422 de transformação é que vai contribuir, isso que está no ar que vai contribuir pra
423 atingir corações e mentes.

424 Miriam: algum, algum evento que é você se lembra de, é, de do período da
425 ditadura militar contra um membro específico da AFUSE, alguma perseguição,
426 alguma ação mais dura e direta? Sua expressão mudou!

427 Casimiro: não, não quero falar sobre isso, não quero falar sobre isso. O que
428 aconteceu, a gente além de ser membro da AFUSE, a gente fazia parte do
429 departamento Nacional dos Trabalhadores de Educação da CUT, eu, o Jorge,
430 os dois, sempre os dois, um pra um lado e o outro pro outro, um por uma
431 corrente e o outro por outra, e a gente fazia parte também da CUT, da direção
432 da CUT Regional, o Jorge chegou a fazer parte da direção da CUT estadual,
433 então, a gente não militava somente em funcionários, olha, bem é, a greve dos
434 metalúrgicos em Jundiaí, para apoiar greve dos Metalúrgicos de Jundiaí a
435 AFUSE presente, o Sindicato dos Funcionários dando aquele apoio nos vamos
436 percorrer, e aí a gente percorria fábricas,

437 Não tinha nada de romântico era muito difícil era muito duro, é, eu posso dizer
438 pra você que ali não era um clube de amigos, isso eu preciso deixar claro para
439 você, eu não mantive ou tive nenhuma relação de amizade, a gente tinha
440 relação de militância, a gente tinha uma relação eu chamo de profissional, pelo
441 menos comigo eu não saía com o pessoal para tomar cerveja eu Casimiro,
442 não, uma que eu não tomo cerveja, mas mesmo que tomasse, eu não era de
443 tomar, terminou assembléia, vamos bater um papo, não tem essa, eu encarava
444 aquilo como minha atividade profissional, porque eu queria chegar em casa e
445 ver minhas filhas e ainda assim era insuficiente, porque sempre terminava uma
446 assembléia e você tinha que fazer reunião de avaliação, balanço e perspectiva
447 e aí você perdia, minha vida era assim. Tem Congresso, o Congresso lá de
448 Aracaju, como foi? Foi um baita de um Congresso, foi uma baita, antes do
449 Congresso, tem que escrever tese, noites e noites, eu, eu, nesse aspecto era
450 muito sério, não muito diferente do Bauer não, não é porque ele é seu
451 orientador não, não muito diferente das lideranças da Convergência Socialista,
452 a gente, isso eu aprendi, a gente era muito sério, se a burguesia se organiza,
453 se a burguesia é séria, nós também vamos ter que ser sérios, temos que ser
454 organizado, a gente que trabalhar pra atingir nossos objetivos, lazer não cabe,
455 ser militante não é ter direito a lazer, ser militante é ter direito a lutar para

456 transformar a realidade, isso sempre foi muito claro para mim, então, eu era
457 uma pessoa que tinha que ser, é, como é que fala, tinha que ser bem vista,
458 tinha que ser querido, isso é uma condição de você conquistar a pessoa
459 politicamente, porque você tem que se aproximar, tem que ser tudo sorriso,
460 mas isso pra mim era uma dificuldade porque eu sempre fui muito, muito sério,
461 é pão, pão, queijo, queijo, eu me lembro que fiz uma reunião em Ribeirão Preto
462 no processo que nós tínhamos recém construído a AFUSE, e nós discutíamos
463 o Benê e o Jorge, lá tinha uma entidade chamada ASERP, Associação de
464 Secretários de Escola de Ribeirão Preto, eles tinham uma reunião e chamaram
465 gente de Estado todo, a AFUSE já estava formada e já era Sindicato, estava
466 num processo de negociação com o governo pra conseguir a dispensa de
467 pontos , o desconto de folha de pagamento das mensalidades, e a minha tarefa
468 foi, você vai pra reunião para implodir a ASERP, para acabar com a ASERP,
469 para que a ASERP venha para a AFUSE, e eu fui com atarefa clara, cheguei
470 exatamente em cima, cheguei meia hora antes da reunião, sentei, arrumei, ouvi
471 o pessoal falar, ouvir o pessoal falar, ali todo mundo se conhecia, todo mundo
472 era amigo, todo mundo discutia com a cerveja em cima, em cima da mesa,
473 todo mundo bebendo, e o discurso que eu fiz, eu falei: eu não sou eu não faço
474 parte de um clube de amigos aqui, eu vim aqui com outro objetivo. Nós somos
475 mais fortes juntos ou nós somos mais fortes separados? Vocês acham que os
476 secretários de escolas sozinho, vai conquistar pra ele, porque? Vocês acham
477 que tem toda essa força ou vocês acham o que? Foi um discurso muito rápido,
478 muito simples eu fui falar logo no final, eu conquistei o pessoal pela seriedade,
479 pela seriedade e pela simplicidade, não teve muita retórica, foi conversar
480 olhando um por um, tinha na reunião uns 90, 90 secretários de escola, que era
481 um número grande, sentado em círculo, que ficou olhando, foi ai que implodiu.
482 A ASARP é onde eu acho que você se consolida, e de fato assume as tarefas
483 de responsabilidade._Isso também é um fato, a organização que a gente tinha
484 da Convergência dentro da AFUSE, deve muito, teve um papel da Ana que é,
485 enfim, é insubstituível não dá pra, não dá pra negar, antes dela a Josineide em
486 Ribeirão, Demarco de Osasco, Sandra de Osasco, Aroaldo de São José do Rio
487 Preto, tem outros que eu, me foge a memória, mas era gente muito importante,
488 o Nelsinho de Diadema, gente muito importante que, enfim, que, que aliviou um

489 pouco, a gente passou a poder cuidar de outras coisas, mas enfim, mas não
490 foi, eu digo pra você, não foi uma época muito tranquila, foi uma época muito
491 intensa que desgastou, eu pra você ter uma ideia, eu pesava 45 quilos, pode
492 pergunta pro pessoal, eu tinha, eu tinha um cabelo black power, e depois foi
493 diminuindo o cabelo porque eu tava magérrimo, era magérrimo , tinha uma
494 úlcera terrível, eu vou passar a engordar depois que eu saio da AFUSE ,
495 depois que eu saio da AFUSE.

496 **Depoimento da Ana Lúcia Marchiori realizado em 2015 - São Paulo - SP.**

497 Então eu na verdade, eu entrei na AFUSE ingressei no Estado como
498 funcionaria de escola em 26 de abril de 1986, em maio iniciou-se uma greve
499 dos servidores públicos da educação, então assim, poucos dias, uns 10 dias
500 depois já iniciou a greve. Eu fui na primeira assembléia da AFUSE, que foi na
501 quadra dos bancários, que deflagrou essa greve, eu era recém chegada, eu
502 lembro que quando eu entrei eu tinha lá todos os deveres, que eu tinha que
503 cumprir, quando eu fui para essa assembléia eu descobri que eu tinha alguns
504 direitos, também. Antes disso eu nunca, nunca tive nenhuma relação
505 organizativa política de fato, mas eu morava na época em São Miguel Paulista
506 e atuava muito na igreja, então tinha a pastoral operária, e ali em São Miguel
507 na época a gente tinha, desde a época que eu terminei o colégio e
508 imediatamente aos 18 anos, fiz o concurso, eu fiz 18 anos em janeiro, em abril
509 eu ingressei. E na igreja tinha o padre que chamava padre Carlos, o pessoal
510 falava que era um padre comunista. Então ali é, na igreja que eu tinha né? As
511 questões do bairro e tal, também era um período de efervescência
512 principalmente da formação do PT e da CUT da região, mas eu só militava é na
513 igreja. Quando eu fui para essa assembléia que deflagrou a greve. Eu comecei
514 a trabalhar e ingressei na escola “Força Aérea Brasileira” que, que fica no
515 jardim “Rombru”, é lá no fundo da zona leste. Quando eu cheguei naquela
516 escola era muito, um lugar muito precário, você tinha que descer numa avenida
517 e andar no meio de uma favela pra chegar na escola, eu cheguei até a escola
518 porque eu fiquei com medo de voltar do meio do caminho. Mas eu cheguei na
519 escola e a diretora era uma professora, que tinha sido minha professora e a
520 escola não tinha funcionários, era uma escola que tinha 72 classes e tinha

521 primeiro e segundo grau na época era Mobral, não era EJA como é hoje, tinha
522 classe especial, tinha de tudo, e não tinha nem um funcionário, era eu e uma
523 outra menina Suely, que era de São José do Rio Preto que o pai dela foi diretor
524 naquela escola quando fundou, então o pai dela tinha falecido já, então quando
525 ela ingressou ela fez questão de escolher aquela escola que tinha um
526 simbolismo pra ela. Então fomos nós duas, chegamos naquela escola em maio,
527 tudo bagunçado não tinha nada, as aulas tinham começado, não tinha lista de
528 alunos, porque não tinha funcionários. Então o quadro de funcionários não
529 estava completo, tinha uma servente, duas serventes uma fazia a limpeza e a
530 outra ficava na cozinha e não tinha nada. Não tinha inspetor de aluno, não
531 tinha ninguém que trabalhasse na secretária nada.

532 Bom ai iniciou a greve e a escola tinha vários professores que eram ativistas da
533 APEOESP, então a escola entrou em greve e eu também e ai começamos ao
534 trabalho de que na verdade ainda era associação, não era um sindicato ainda,
535 foi uma greve longa acho que durou uns 3 meses ou mais, naquela época as
536 assembléias eram assembléias conjuntas né? Professores e funcionários as
537 assembléias de mais de 100 mil, e terminada a greve, ai a gente, já naquele
538 processo da greve na AFUSE já começava a discutir a fundação do sindicato,
539 ai em Agosto do mesmo ano, ai a gente fundou o sindicato.

540 Miriam- Então você é bem daquela comissão pró-entidade?

541 Ana: Isso! Ai o que, que eu fiz, eu fiquei responsável pela organização da
542 eleição em São Miguel Paulista, cuja eleição foi na sede da, da do salão da
543 igreja de São Miguel rsrsrsrs

544 Miriam: Da igreja que você atuava?

545 Ana: não eu atuava na igreja do Bairro, mas foi na Igreja matriz que
546 centralizava a zona leste, então foi lá a eleição, na época eu não entrei para a
547 diretoria, eu era representante de escola.

548 Miriam: Só uma pergunta. Com relação a essa idéia de vocês, da AFUSE,
549 vocês como funcionários de montarem esta entidade separada da dos
550 professores, você tem assim, uma idéia das razões que levaram vocês a

551 querem essa separação se é que foi assim que aconteceu, porque não
552 continuar junto com APEOESP, quais eram as vantagens e desvantagens?

553 Ana: Ai, eu não tinha uma militância interna eu era iniciante então isso eu não
554 sei, eu não sei exatamente o porquê, mas existiam divergências políticas talvez
555 de organização de própria entidade, na AFUSE nós sempre defendemos a
556 unidade, porque a gente tinha toda uma discussão, trabalhadores em
557 educação, mas os professores, isso não era uma discussão fácil, então eu
558 acredito que essa discussão, é tenha sido, não tenha se concretizado na
559 formação do sindicato tanto da APEOESP como da AFUSE, quando se
560 tornaram de associação para sindicato, eu acredito que muito por uma
561 resistência maior dos professores, mas quem participou dessas discussões
562 ativamente, foi o Bené e o Casimiro e o Jorge, que hoje já é falecido, que eram
563 os três líderes principais, até hoje são reconhecidos, ninguém foi mais
564 referência em funcionários do que os três, até hoje.

565 Bom, aí eu fiquei como representante de escola eu estava iniciando, mas aí a
566 organização da AFUSE como na APEOESP ainda é hoje, na AFUSE eu não
567 sei se ainda funciona assim, mas a gente tinha os representantes de base que
568 eram os representantes de escola e depois o conselho regional e depois a
569 diretoria da APEOESP eu sei que funciona assim ainda, que era uma maneira
570 bem democrática e de organização.

571 E quais eram os principais problemas quando eu ingressei, eram justamente o
572 problema de falta de funcionários e estrutura, então você não tinha estrutura
573 porque há um quadro que tem, que é delimitado pelo número de alunos e de
574 sala e você tem um número tanto de professores como de funcionários, pra
575 atender e acredito que até hoje não se tenha esse número completo, naquela
576 época também tinha a história do BANEZER, que eram uns funcionários que
577 eram indicados por essa entidade, sei que era uma entidade privada né? Que
578 era indicada pelo governo, eram funcionários contratados, tinham salários
579 diferenciados e também que era um cabide de emprego, os governos usavam
580 como um cabide de emprego, depois da constituição de 1988 acabou-se com o
581 BANEZER.

582 Bom, eu acho que eu fiquei até, até 1988 nessa situação, aqui em São Paulo
583 porque depois eu sai de São Paulo e aí eu fui pra Ribeirão Preto e eu me
584 removi para Ribeirão Preto porque minha família era de lá, aí eu fui lá. Lá em
585 Ribeirão Preto, é a AFUSE não tinha representante na época, então quando eu
586 cheguei lá, também foi em Dezembro, em Maio, em Dezembro de 1988 em
587 Maio de 1989 teve uma nova greve, e aí eu acabei organizando a greve e o
588 Casimiro foi pra lá fazer assembléia e aí eu acabei organizando a greve, depois
589 me tornei diretora e representante lá, pela região de, de Ribeirão Preto.

590 Nesse período eu acho um fator importante porque até hoje a única entidade
591 apesar de muitas lutas de professores a única entidade que ocupou a
592 secretaria de educação foi a AFUSE, (risossss) a gente na greve, nós
593 estávamos numa reunião lá, nós já estávamos lá dentro, e ai não tinha acordo
594 na reunião, nós já estávamos lá dentro, eu falei, tá bom, então a gente não vai
595 sair. rsrsrsrs E ficamos lá dentro e acho que é um fato que os professores
596 nunca conseguiam fazer isso, sempre teve muito problema de repressão, a
597 própria estrutura lá de proteção de grades que eles colocaram era muito difícil
598 de entrar lá, mas a gente já estava lá, então foi a entidade que que ocupou a
599 secretaria.

600 E a outra coisa que diferente de todos os estados, funcionários e professores
601 se organizaram em um sindicato só e São Paulo não. E eu acho que isso tem
602 haver mais com a questão política porque a APEOESP, no seu, quando vira
603 sindicato, então aí ela têm uma composição majoritária política do que hoje é a
604 proporcionalidade, mas acho que na época não existia, de um, de um grupo
605 político, e essa, essa unificação poderia colocar a quebra dessa hegemonia
606 porque na AFUSE participavam várias correntes de opinião, que era a
607 articulação sindical que era o Jorge, o Bene também foi da articulação sindical,
608 mas, mais a esquerda o Casimiro que era da convergência socialista, eu
609 também depois fui pra convergência socialista e tinha também a Clélia que era
610 do PCdoB, e então existia uma representação política de várias correntes na
611 AFUSE, e isso inclusive foi o período em que AFUSE foi mais, digamos assim,
612 representativa e de luta de, que organizava muitas atividades e reivindicações
613 muitas, foram muito importantes inclusive pros funcionários que ficavam

614 relegados à ao segundo plano nas escolas e na APEOESP não, quando se
615 tornou sindicato, então aí teve período em que não existiam proporcionalidade
616 na diretoria, então o grupo político só comandava. Nós tivemos de 90 a 92 um
617 processo de tentativa de unificação em São Paulo da AFUSE e da APEOESP,
618 neste mandato das duas diretorias e ai eu estava na diretoria neste período, as
619 duas diretorias votaram no congresso da APEOESP da AFUSE e estabeleceu
620 um processo de um mandato e ai no congresso seguinte.

621 Miriam: Foi em Piracicaba? É esse?

622 Ana: Não, foi em São Paulo, no congresso seguinte votava-se, se mantinha ou
623 não, e então as reuniões de diretoria eram conjuntas apesar de existir as duas
624 entidades separadas, elas funcionavam de maneira conjunta.

625 Nessa época o presidente da APEOESP era o Roberto Felício, Roberto não,
626 acho que era o João, o João Felício. O Roberto estava indo para a CUT
627 naquele mandato.

628 Então as duas entidades funcionaram de maneira unificada, nas suas ações,
629 material, reunião de diretoria, todos, toda a organização política das duas
630 entidades funcionou nesse período conjuntamente, se manteve as estruturas,
631 mas se funcionava junto, então por exemplo as reuniões de representantes de
632 escola, as reuniões aconteciam conjuntas, reuniões do conselho de
633 representantes, as diretorias então foi um período. Engraçado é que durante
634 esse período nós acreditávamos piamente que ia ter a unificação, até porque
635 era o único estado que não era unificado.

636 Que aconteceu no congresso para nossa surpresa, então se fez dois
637 congressos, a primeira parte dele separado, em que as categorias separadas
638 professores e funcionários, referendavam ou não a unificação.

639 Funcionários referendou e professores não, até perdeu um setor da oposição
640 porque tinha um campo majoritário que manteria aquela hegemonia caso se
641 permanecesse separado. Acho que esse foi um dos principais fatores, foi um
642 problema político de se não perder a hegemonia da direção da entidade, pela
643 corrente articulação sindical na época, que dirigia de forma hegemônica a

644 APEOESP. Porque unificando, na AFUSE já havia toda uma representação de
645 várias correntes, juntando outras correntes que eram minoria na APEOESP,
646 num sindicato unificado seriam maioria frente aquela, aquela! Acho que esse
647 foi o fator principal!

648 Quando chegamos para, na segunda parte do congresso, nós acreditávamos.
649 rrsrsr

650 Miriam: Que daria tudo certo.

651 Ana: Ficamos surpresos com a posição que tinha passado de professores de
652 não unificar e ai seguiram os sindicatos de forma separadas e nunca mais
653 houve nenhuma, nenhuma discussão de, de unificação dessas entidades.

654 Bom isso acabou decepcionando muito porque era, é muito difícil você discutir
655 a educação, discutir as políticas governamentais que atinge de conjunto a
656 escola com políticas diferentes, com ações diferentes e isso acabou, foi
657 levando, depois disso de 92, que vários militantes da AFUSE, já históricos
658 acabassem se afastando, a maioria deles todos viraram professores; De Marco
659 virou professor, está no interior, não sei onde, nunca mais o vi; o Bene acho
660 que já era formado em Direito acabou indo pra advocacia, o Casimiro também
661 já era professor, ai depois prestou concurso e foi virar professor, eu, eu era
662 formada em Biologia mais depois fui fazer outro, me enveredar para outra coisa
663 é porque ai depois da escola eu fui trabalhar numa delegacia de ensino, na
664 zona sul e lá eu cheguei a chefe geral de administração na delegacia, então eu
665 entendia muito de legislação.

666 Miriam: Então você voltou para cá? (SP)

667 Ana: Voltei para cá, fiquei aqui mais um ano e pouco, foi quando me casei. E ai
668 eu entendia muito de legislação, ai fui fazer direito, e fui advogar para os
669 professores (rrsrsrs)

670 Então eu acho que isso decepcionou muito, então toda aquela velha guarda foi
671 para outro caminho, que é muito difícil a luta separada e você enfraquece.

672 Você não consegue discutir de fato, uma proposta educacional que
673 contraponha ou mesmo discuta o debate do governo, então ficou-se relegado
674 os funcionários como auxiliares, como algo que não faz parte do processo
675 educacional.

676 Miriam: Como se fosse possível existir sem eles.

677 Ana: Então, eu acho que isso enfraqueceu muito a AFUSE, depois que nós
678 saímos, então ai ficou talvez pouquíssimas pessoas, mais que também não
679 eram na época, não foram da turma fundadora, apesar de já terem participado
680 da direção de alguma forma, permaneceram e ai outros novos que surgiram e
681 todos os antigos acabaram saindo e indo fazer outras carreiras, a maioria deles
682 mesmo na área da educação mesmo como professores, porque também já
683 antes da AFUSE, o estatuto antes da APEOESP permitia isso, que você, todas
684 as pessoas que eram formadas como professores, eles poderiam ser
685 associados da APEOESP, então muitos já eram associados da, da APEOESP,
686 e ai ficou outro, outro grupo mais novo, o que a gente, depois disso acho que
687 depois de 92, 92, 93 então esses novos grupos que assumiram ai, a gente
688 ouviu falar muito a história de corrupção, entendeu? Dentro da AFUSE, porque
689 ela se tornou uma entidade quase que uma entidade fantasma, porque a
690 AFUSE nunca mais organizou de fato nenhuma, nenhuma luta de reivindicação
691 da categoria, então vive da arrecadação desses associados e também não
692 foram pessoas que colocaram essas reivindicações ou de brigar para tentar
693 manter a luta pela unificação dos setores.

694 E a gente acabou se afastando e não tendo mais esse contato com nenhuma
695 atividade da AFUSE acho que depois daquele período, e ai se afastaram todos.

696 Miriam: Ela existe hoje, mas não tem uma expressão? Né?

697 Ana: Expressão política enquanto entidade sindical, nenhuma. A gente não vê
698 falar (rsrs) não vê falar da AFUSE, mas acho que no inicio, no seu processo, se
699 confunde muito com a organização de professores e funcionários, tanto a
700 APEOESP como a AFUSE, e teve também uma participação muito importante
701 na própria construção do PT e da CUT, então.

702 Miriam: Esse foi um papel importante dela, naquele período né? Mas que
703 depois acabou.

704 Ana: É eu acho que a maioria dos sindicatos em São Paulo, dos grandes
705 sindicatos e ai esse. Esse entrosamento de militância nas escolas entre
706 professores e funcionários naquele período, fazia com que ficasse mais forte a
707 representação sindical.

708 Essas diferenças políticas de concepção de educação, elas se expressam nas
709 diferentes correntes de opinião e ai elas se expressam em propostas
710 curriculares, elas se expressam em diferenças de organização e também se
711 expressam neste processo de entender o processo educacional e seus atores,
712 vamos dizer assim.

713 Então este problema de fato, ele tem, ele influenciou nisso, e ai, como eu
714 coloquei, uma corrente que pensa de uma forma, em que na APEOESP dirigia
715 o sindicato de forma hegemônica não, para não perder, entendeu? Mas
716 também como parte da sua concepção, porque também achava que, que não
717 era entendia o processo educacional de uma forma, então uma coisa
718 combinada, tanto da sua concepção política como parte de manter o próprio
719 aparato, a direção do aparato sindical.

720 Mi – é segurar ele, para não correr o risco?

721 Ana: É, e uma coisa hoje que a gente vê, que é um ataque muito grande, não
722 só a AFUSE mais os sindicatos de maneira geral, que são as organizações de
723 base dos sindicatos. Como, por exemplo, na época que a gente tava na direção
724 da AFUSE, a gente fazia cursos de formação de base, para os funcionários, e
725 ai você tinha uma diferença muito grande entre os, porque na época, você tinha
726 os servidores que na época não precisava nem de ensino primário.

727 Miriam: Poderia ser analfabeto, na época nos tínhamos um numero grande,
728 ainda temos, mas era bem maior.

729 Você tinha secretários de escola que na sua maioria, maioria não acho que
730 todos tinham nível superior, independente do cargo não necessitar, exigir essa
731 formação, mas acho que todos tinham curso superior. Então você tinha níveis

732 diferentes e muitos diziam assim: Mas como vocês vão fazer curso de
733 formação com serventes?

734 Eu lembro que a gente fez um curso, que a gente fez quase que um quadrinho
735 que as formiguinhas, as formiguinhas no processo de formigueiro, pra eles
736 entender a necessidade da organização, de união, então era um trabalho que
737 é, acho foi muito importante naquele período, então hoje acho que parte desse
738 ataque que sofre as entidades, porque quase todas as entidades destruíram
739 seu trabalho de organização de base, para manter uma direção que é mais
740 controladora, que, porque ai é um processo mais democrático, você tem que
741 ouvir (rsrsrsrs) e corre o risco sempre do questionamento e tudo mais, um
742 controle maior, a direção era mais controlada pela base do sindicato. Bem a
743 AFUSE, no processo de formação da AFUSE havia reuniões todos os sábados,
744 a maioria das reuniões era no sindicato dos jornalistas, ali na Rego Freitas,
745 então todos os sábados, então era uma coisa, todo mundo sabia, sábado tinha
746 reunião. Agora nem sei como que é, mas era um processo muito de muita
747 discussão de formação.

748 Miriam: é que as pessoas que abraçavam tinham um compromisso muito
749 maior, o compromisso era outro.

750 Ana: Tinham, então ai você fala, você falou que assim ainda os professores, eu
751 acho que depende depende da formação política do professor, é difícil, mas a
752 gente vê ainda que há, em algumas regiões do Estado, há numa escola, um
753 problema com funcionário muitas vezes os professores que são representantes
754 da APEOESP, naquela escola, é que tomam a defesa daquele funcionário,
755 dependendo da, da concepção dele, então acho que essas diferenças políticas
756 é que foram cruciais.

757 E que em outros Estados, isso fez avançar as entidades de educação, em
758 outros estados, embora a APEOESP continue sendo, acho o maior sindicato da
759 América Latina, mais pelo número de professores, mas não sei se a gente
760 pode dizer que continua tendo a mesma representatividade sindical de base,
761 como tinha no passado.

762 A AFUSE com certeza não, porque acabou se sucumbindo pelo isolamento.

763 **Depoimento do Benedito Ramos Testa realizado em 2015 - São Paulo - SP.**

764 Bene: Então mais a coisa é mais ampla do que você ta.

765 Na verdade, depois que nós conseguimos fazer alguma coisa, esse movimento
766 estava no Brasil como um todo, e um rapaz do Rio Grande do Norte, isso acho
767 que uns 5 anos ou 10 anos depois, ele escreveu um livro que retrata a história
768 dos funcionários de escola a nível de Brasil, eu devo ter esse livro em casa,
769 não afirmo peremptoriamente porque eu separo as coisas, vai que a gente não
770 acha, mas então ele escreveu aquela parte de lá, aqui em São Paulo também o
771 movimento começou e em seguida não foi uma questão de só funcionários de
772 escola e professor, ai os outros setores começaram também, essa entidade
773 que eu estou aqui como advogado, ela começou em 1984, então existiu uma
774 comissão do funcionalismo, existiram duas que reuniu seu funcionalismo, mas
775 nós nunca conseguimos fazer um organismo oficial, esperávamos fazer,
776 quando surgiu a Constituição, ai daria para criar o sindicato mais alguém foi lá
777 e criou o sindicato pelego dos funcionários públicos e ai continuou cada um
778 num canto, que é, mais ela se reuniu para fazer movimento essas coisas né?
779 Principalmente naquela fase final de ditadura e de organização né? Onde
780 aparece o Mario Covas em São Paulo, alguém com mais liberdade, dando
781 liberdade os funcionários públicos, então a historia da AFUSE, tá misturada
782 com tudo isso, não dá pra você, pra você, dá mais para você ter uma visão
783 geral né? É preciso pegar esse coletivo também só pra saber.

784 Então, quando os professores começaram a o movimento em 79 mais ou
785 menos, fizeram a primeira movimentação, porque existiu na presidência da
786 APEOESP uma diretoria pelega e existia o Centro do Professorado Paulista
787 CPP que tá ai até hoje, tá ai até hoje o mesmo tipo de diretoria, mas a
788 APEOESP com esse pessoal que saiu do movimento da esquerda, saiu de
789 varias tendências, um grupo que eu conhecia tava ligado a ação popular, vinha
790 daquele movimento mais, mais vamos dizer assim mais pesado né? E não sei
791 como eles se juntaram, não lembro mais, mais ai surgiu a idéia de tirar aquela
792 diretoria, não se fazia diferença entre professore e funcionário, basta dizer que
793 funcionário nem participava, e isso tava coincidindo também com o período da
794 criação do PT existiu, é não existia, então teve o congresso para criação da

795 CUT no ABC mais ou menos pega a mesma época que as pessoas começam,
796 teve a primeira greve do, dos metalúrgicos mais também, não sei te dizer,
797 porque a memória não vai ajudar, o movimento tava em Osasco,
798 aparentemente ele começou antes em Osasco, os metalúrgicos de Osasco e
799 do ABC, mais separado, e ai começaram as pessoas a discutir a coisa a nível
800 internacional né? Como é que eles se organizaram, como é que, quem que,
801 então surgiu a idéia da Central, mais essa Central não representaria
802 exatamente os funcionários públicos, basta dizer que nós não temos uma
803 Central até hoje. Ela era uma mistura de todo mundo, mais centrada no
804 sindicato dos metalúrgicos do ABC, era ali que surgiu, e foi feito o congresso lá,
805 de fundação da CUT, o primeiro jornal até que eu tinha da CUT, eu levei para
806 eles lá, dei, não sei se, entreguei lá para eles né?

807 E o sindicato do ABC também, mais ai uns 8 anos depois, fez um livro que
808 percorreu a história do ABC e já pega época do Lula, mais pega os outros
809 presidentes.

810 Então, veio vindo na época que a coisa esquentou de fazer movimento que os
811 professores fizeram o movimento e foram para rua, depois da primeira
812 movimentação, eles fizeram movimentação no Ibirapuera, mais não no parque,
813 dentro do ginásio mais na parte aberta, tinha um campo lá, não sei se tem
814 ainda, naquela época eu era secretário de escola, então eu fiz um cartaz e
815 distribui, eu sabia que muito funcionário viajava para São Paulo junto com os
816 professores e fizemos uma faixa, “quem for funcionário vem pra cá”, e fizemos
817 uma reunião, uma comissão aberta, ali, ali surgiu a AFUSE.

818 Não que ela se separou da APEOESP, que a APEOESP sempre foi, como é
819 que se fala muito dona de si, fazia as coisas só com a visão dela, e ainda é até
820 hoje, aquela coisa do jeito que eles querem né? Tá entendendo?

821 Então, nós fizemos aquele movimento, fizemos algumas reuniões, ai existiu o
822 SINPEEM que é o sindicato dos professores municipais, eles tinham uma sede,
823 aqui na Avenida Liberdade, pertinho donde nós tamos, nós chamamos uma
824 reunião lá, e usamos a sede deles, então fizemos almoço preparativo ali, ai já
825 apareceu bastante gente, pra tentar fazer a comissão aberta, que a gente

826 chamava e reunimos as pessoas e dissemos o caminho é esse mesmo, agente
827 se organizar, não tem mais o que fazer. Mais tudo isso, embutido no próprio
828 movimento de democratização que tava ocorrendo nesse país, ou já tinha
829 ocorrido mais que permitia que existia sindicato, existisse associação e há
830 movimentação em São Paulo dos funcionários públicos se resumia a uma
831 comissão, porque nós não temos nada até hoje, tinha essa comissão então,
832 nós íamos para secretaria da administração, aqui na Rua Bela Cintra, ia todas
833 as entidades, aquelas que estavam nascendo SIND-saúde, APEOESP,
834 AFUSE, UDEMO, não precisava ser exatamente de esquerda, O CPP que é o
835 Centro do Professorado Paulista, até a associação dos funcionários públicos do
836 Estado de São Paulo AFPESP, existe até hoje, ela fez 80 anos agora, ela fez
837 80 anos.

838 Ela tem aquele caráter mais de fazer festa, de fazer coisa, nessa época, como
839 todo mundo fala em nome dos funcionários públicos, eles também falavam, é
840 vamos trabalhar, vamos lutar, mas chamar greve eles não chamavam, mais
841 não no sentido de que, eles não tinham tradição.

842 OBS. Toca telefone - Ele pergunta posso atender?

843 Eu: Claro e desliguei o gravador.

844 Liguei novamente, minutos depois.

845 Bene: Bem eu to fazendo esse apanhado geral pra você ter uma visão!

846 Esse funcionalismo como um todo se movimentavam, foi pra porta do palácio,
847 já é aqui no Morumbi, foi varias vezes, então fomos recebidos pelo Covas,
848 numa das vezes né? Então, nos estamos com a movimentação de uma forma
849 ampla dentro do Estado. Mas tinha aquela visão de que fazer encontros
850 nacionais, por isso que aquele rapaz do Rio Grande do Norte, Francisco,
851 escreveu esse livro, uns anos depois, nós fizemos uma, sabíamos a AFUSE,
852 mais antes vamos ver como que chegou a AFUSE, dessa organização da
853 comissão nós fomos para Guarulhos e lá fizemos um congresso, numa escola
854 chamada Conselheiro Crispiniano, não sei das quantas, e lá foi fundada a
855 AFUSE, essas fotos eu tenho impressão que eu tenho em casa. E dali nós não

856 tínhamos sede, ficávamos um pouco na sede da do SIPEEN ali, e logo em
857 seguida alugamos uma sede aqui no Largo Paissandu 72, e fomos para lá.

858 É como São Paulo tem 600 municípios, nós tínhamos um problema, como lidar
859 com isso, isso né? Como é que você passa essas idéias, sem dinheiro, sem
860 nada, naquele ano eu lembro direitinho eu pedi afastamento, licença premio da
861 escola, falei não dá mais pra ficar na escola, eu vou pedir afastamento até
862 chegar minha aposentadoria, foram 2, 3 meses, e ai nós fomos trabalhando
863 nessa direção, ao mesmo tempo o movimento em São Paulo ia crescendo, não
864 só dos funcionários mais como do funcionalismo e a APEOESP, principalmente
865 que APEOESP sempre teve uma oposição acirrada, ela nunca teve calma,
866 sempre foi uma batalha, pega pra capa, mesmo, o que foi bom porque no meio
867 disso tudo ai ela cresceu, foi uma liderança pro resto do funcionalismo.

868 Nesse meio tempo surgiu a CUT também um pouco antes, que começa crescer
869 a nível nacional, ai com a AFUSE fundada, e a APEOESP já em andamento
870 com outra diretoria autentica, nós começamos a fazer os congressos nacionais,
871 pra funda a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação CNTE,
872 que também surgiu assim, isso eu não consigo memorizar onde a gente fez a
873 primeira assembléia, como ela surgiu, como foi eleito o presidente, eu lembro
874 que eu fui, em pelo menos duas assembléias em Brasília, com isso surgiram
875 outras entidades, também porque agora não tinha mais jeito deles serem só
876 pelegos né?

877 Eles tinham que fazer alguma coisa, paralelamente então o movimento se
878 expandiu para outras categorias também, então foi surgindo algumas entidades
879 de qualquer forma elas criaram corpo mais solido, para mexer com o governo,
880 elas assinaram abaixo assinados, chamaram gente.

881 Aquelas prioritárias tipo APEOESP, SINDSaúde, e AFUSE, essas faziam greve
882 mesmo, era para parar, para parar mesmo, era pra, outras, tipo AFIPESP que
883 tem 80 mil sócios, 80 mil não, tem mais de 100 mil sócios, ela participava de
884 tudo, porque ela tem aquele caráter social, ela tem sub-sede em vários lugares,
885 com colônia de férias, tem tudo, é o mesmo jeito até hoje, em 80 anos ela não
886 teve, se não me engano 7 presidentes, um ficou 20 anos, outro 16 mais nessa

887 parte ela acabou cumprindo seu papel, mais não dava pra mudar a cabeça das
888 pessoas, primeiro porque tem uma coisa que nós não conversamos ainda mais
889 preciso conversar que é a questão ideológica, todo mundo tinha uma intenção
890 de mudar a democracia que existia nesse país, tinha que ser outro tipo.

891 Você tinha o cara muito de esquerda que queria derrubar tudo, outro que
892 queria que 64 foi um rolo, então tinha que fazer tudo de novo, então você tinha,
893 até hoje não é? Se você for olhar os tipos de movimentos você vê!

894 A CUT surgiu e ela se sobrepôs as outras, principalmente a aquele movimento
895 que existia em São Paulo ligado ao sindicato dos metalúrgicos da Capital, do
896 qual Paulinho é foi presidente 500 anos. Esse que é deputado federal né? E o
897 Medeiros também foi presidente, hoje faz parte do governo da Dilma fazendo
898 alguma coisa lá, toda hora ele tem um cargo, esse só existiu essas duas
899 praticamente mais a de poder mesmo era a CUT porque ela se mexia, até
900 depois.

901 A AFUSE criou corpo, agora falando da AFUSE, a ponto dela conseguir alugar
902 uma casa na Vila Mariana, saiu aqui do Centro, alugou uma casa na Vila
903 Mariana e cresceu ai já tinha muita gente, gente que não queria ficar mais.

904 Eu sai fora, depois que eu me formei advogado, eu tava aposentado, disse: eu
905 não ganho nada, se eu ficar aqui né? Eu tinha que trabalhar em outro lugar, fui
906 mais ai depois um rapaz chamado Jorge ficou de presidente me chamou de
907 novo, a situação não tava boa, tal eu voltei uma vez, falei então vamo vamo
908 tentar de novo, ai fui fazer exame da OAB, e assim mesmo concorri uma
909 eleição e perdi lá. Mais ai a AFUSE estava estabelecida.

910 Miriam: quando mais ou menos foi isso?

911 Bene: Isso deve ter sido em 92, é eu tinha me formado em 88, já tinha me
912 formado porque a APEOESP quando ela tomou a diretoria, ela não tinha
913 advogado e o pessoal falou, vai fazer direito Bene e eu fui, 5 anos depois eu
914 tava formado e no movimento, mais ai lidei mas com funcionalismo, mas não
915 tinha OAB, então continuava no movimento, essa mistura toda né?

916 Mas o movimento foi se estabilizando vinha a questão do que seria
917 representativo dos funcionários públicos a nível de Brasil, ficou caracterizado
918 que os funcionários trabalhadores da Educação a CNTE, e cada Estado,
919 alguns que nem o Rio Grande do Norte, tinham uma organização de
920 funcionários muito boa, outros Estados Rio de Janeiro também tinha, a gente
921 não tinha o controle de tudo né?

922 Mas eles apareciam na nas reuniões então quando tinha um congresso da
923 CNTE, antes de começar os funcionários se reuniam num canto para fazer as
924 propostas, unificar as propostas e assim foi crescendo. Nisso tudo, alguns
925 sindicatos que nem os metalúrgicos passaram a influenciar politicamente tudo.

926 Eles em primeiro lugar, que eu quero dizer, quem tava na diretoria que nem o
927 Vicentinho, virou deputado, que nem o Lula tava no, na direção virou deputado
928 federal, passaram a dizer o seguinte, nós vamos dirigir esse país politicamente
929 através de eleições, porque lá no comecinho quando eu falei em Osasco,
930 Osasco a região de Osasco, dizia: Não, não tem nada que legalizar o partido
931 dos trabalhadores, nós somos o partido dos trabalhadores e nós dizíamos
932 vamos criar o movimento e ao mesmo tempo criar um partido, e o pessoal dizia
933 a hora de que legalizar o partido dos trabalhadores, nós chamamos partido dos
934 trabalhadores que não era oficial, que que vai dar?

935 Eles vão ter que se submeter as regras que estão aí e tinha o grupo que tava
936 fora disso, talvez esteja fora até hoje, porque eles tinham uma visão
937 diferenciada disso, sabe tinha.

938 Quando a Erundina foi eleita prefeita ela falou Bene se vem pra cá, isso 6
939 meses depois, eu falei eu vou mais o que que eu vou fazer?

940 Trabalhar na educação né? Eu ainda tinha aquela preocupação de que o
941 partido também não se não devia se legalizar, depois eu cheguei lá, eu fiquei
942 horrorizado com o que eu vi.

943 Não é que as pessoas tinham mudado de idéias, mas eles tinham se adaptado.
944 Entendeu? Como que pode né? Fazer isso lutaram tanto, a Iracema que foi
945 presidente do SIPEEN, foi suspensa pelo Janio, foi suspensa; - leva a filha

946 dela. To fazendo um parêntese agora. - para trabalhar com a Erundina, eu
947 quando assumi - cheguei lá, uma servente me chamou: você viu o que essa
948 criança faz? Eu falei, não, ela pega o, esse lápis aqui e fica passando no no lá
949 ali no sofá, eu tenho que limpar, eu cheguei para a Iracema, Iracema você não
950 apanhou tanto na vida, vai fazer um troço desse. Ai o SIPEEN, quis fazer uma
951 reunião lá dentro – Eu to dando esse parecer só pra dizer o que seria um
952 partido de esquerda, e um de esquerda adaptado, a Iracema, o Claudio
953 Fonseca falou Bene ela não ta deixando, desligou o microfone aqui, você ta
954 louca, o troço foi assim, sabe e a minha mãe na época um pouco antes tinha
955 dito: Dito, você quer conhecer o homem, faz que nem o Rui Barbosa repete, eu
956 falei o que? Quer conhecer o homem, dê lhe dinheiro e posição, não tinham
957 ficado desonestos, não era isso, a questão, a questão é de facilitar, mais isso
958 era uma questão que eu sabia que nunca seria resolvida, quem que vai
959 resolver isso, eu não sei, as pessoas vem pra cá, vai acontecer na presidência
960 da Republica, vai, aonde a gente for, vai ter sempre os dois lados, vai ser difícil
961 você achar uma pessoa pura, pura, pura né?

962 Pode ser que tenha alguns mais ele vai se misturar, mais assim foi, ai nós
963 começamos participar das entidades, que existiu e a AFUSE cresceu, chegou
964 a ter, nós chegamos até, na minha época que sai de lá, 25 mil sócios, uma
965 base de 45 mil, esparramada no Estado todo, era muito bom, e ai ela já era um
966 poder econômico, eu comprei um terreno, na, to falando eu porque meu irmão
967 era vivo, ele que disse, é esse terreno pra vocês construir, foi lá e viu e
968 construímos uma colônia lá.

969 Miriam: Na praia né?

970 Bene: Na, em Peruíbe, tá lá até hoje. Fizemos uma baita de uma, mas ai já
971 tínhamos, já tínhamos representatividade. Sozinha agora falando da AFUSE,
972 ela fez algumas paralisações indo pra porta de secretaria da educação, porque,
973 porque muita coisa nossa era especifica, então, nós íamos lá.

974 Eu me lembro bem, que nós invadimos a secretaria, diversas vezes, a
975 secretaria da educação, ficava um empurrando o outro, lá, mais já tava naquela
976 época pós-ditadura que ninguém bate mais em você, então ficava a briga com

977 secretario, não sei o que, e a AFUSE foi crescendo e ela acabou servindo de
978 exemplo para outros Estados que não tinha esse tipo de organização.

979 Do quadro geral, a gente pode dizer que era isso, mais depois passou 88, 90,
980 começou a diminuir o movimento né? Das greves, daquele enfrentamento,
981 porque a coisa tava bem clara, não sei se você lembra?

982 De um lado era a esquerda e de um lado a direita, direita era quem tava vindo
983 do governo antigo lá né?

984 Então hoje não, se chama uma greve, contra o Alkimin você e vai caracterizar
985 ele como direita porque não vai pegar, não dava para pegar o Covas e chamar
986 ele de direita, não tinha como você faz, a coisa misturava, e é nesse embalo
987 que foi feito todo movimento.

988 Nós, as entidades cresceram, inclusive a APEOESP a APEOESP virou e junto
989 com a APEOESP também nunca conseguiram fazer um sindicato só de
990 professores, vamos dizer tem a UDMO que representa os diretores, tem APAS
991 que representa os supervisores, com características parecidas, eles tem, o
992 professorado tem o seu plano de trabalho né? Tem o seu estatuto né? Então
993 como é que eles trabalham.

994 Mais depois de mais ou menos assim, em rápidas pinceladas o quadro seguia
995 esse, a AFUSE nasceu porque nos fomos com uma placa, no meio de uma
996 reunião da APEOESP, sabendo que muitos funcionários estaria lá, dali foi só
997 junta e o que deu pra junta e fazer uma comissão aberta.

998 De lá, fomos pra Guarulhos, que eu acho que eu tenho até as fotos de
999 fundação de lá e fundamos a entidade, sem dinheiro, sem nada.

1000 Por sorte, nessa época de abertura também a “PRODESP” permitia que você
1001 tivesse desconto em folha, já tinha, então, nós tínhamos um capital.

1002 E houve alguma coisa, quando nós saímos de uma sede na Vila Mariana,
1003 fomos pra Sena Madureira, já era nossa, foi comprada.

1004 Miriam: Então antes da Sena Madureira, teve uma outra na Vila Mariana?

1005 Bene: Na vila Mariana nós tínhamos, nós ficamos lá um bom tempo que era
1006 alugado, esqueci o nome da rua.

1007 Miriam: Eu devo ter lá, devo achar esse registro.

1008 Bene: Ficamos lá um bom tempo. Então nós passamos pela, primeiro pela
1009 SINPEEM era só empréstimo, o SINPEEM hoje em dia tem sede própria ali na
1010 Avenida Tiradentes, fomos ali para Rua, pegado ali também, Rua do
1011 Seminário, alugamos ali, ficamos 2 anos lá, pusemos o pé no chão, fomos pra
1012 Vila Mariana e da Vila Mariana fomos pra Sena Madureira.

1013 Miriam: E Guarulhos?

1014 Bene: Guarulhos ficava, nós tínhamos uma sub-sede. Ai a idéia pelo menos era
1015 a minha idéia que eu vi o Montoro me pediu em 18 regiões administrativa, eu
1016 olhei o mapa de São Paulo e falei é isso né?, tá me dando de bandeja. Reuni o
1017 pessoal e falei essas regiões, vai ter uma sub-sede da AFUSE, e tentamos
1018 fazer: Bauru, Sorocaba, Presidente Prudente, Botucatu, todas as regiões
1019 grandes, nós tentamos fazer uma sub-sede, e temos uma sub-sede, eu só não
1020 sei se tá funcionando ou não, porque a outra diretoria que veio, nós tivemos
1021 problemas com eles né?

1022 Assim problemas de honestidade de roubo, o presidente que ficou no meu
1023 lugar comprou 6 Casas, um Apartamento, um Barco na praia, uma
1024 Motocicleta, quando me falaram eu já tava fora, já tava trabalhando aqui, eu fui
1025 pesquisar pra ver se existia essas coisas, peguei todas as escrituras,
1026 entendeu?

1027 Miriam: Comprovou?

1028 Bene: É, ai eu falei essa categoria vai reagir, não reagiu, fui para dentro da
1029 CUT, a CUT também não, a CUT dizia o seguinte Bene cada sindicato é
1030 independente, nós não podemos fazer nada. Eu falei, mais e a Articulação?
1031 Vamos chama, chama mais eles não vêm, eles diziam não vêm, ai eu fui pra
1032 dentro da APEOESP, tinha o Carlão que era presidente, ele falou vamos
1033 marcar uma reunião Bene, mas ele não vai vir, ele não foi, ai dois diretores
1034 nossos, foram pro jornal que era o Faria que ele se chamava de petista e saiu

1035 uma manchete no jornal Diário Popular, desse tamanho, eu tenho até hoje, ai
1036 nós íamos para as assembléia do Magistério (aqui falta algo, que vou verificar)

1037 Material contra ele. Ele só conseguiu sair de lá, acho que 3 anos depois, mas a
1038 categoria não se mexeu, ai eu fiquei, até hoje não entendi o ser humano por
1039 causa disso, é não se mexeu.

1040 Enriqueceu dentro da AFUSE com, como é que fala? Com mensalidade de
1041 \$20,00 reais de cada um, e algumas das escrituras que eu peguei, porque você
1042 vai na cartório, eles te entregam né? Era pago com dinheiro.

1043 Nessa altura eu já tava fora sabe, não tava militando mais lá. Eu tinha que
1044 cuidar da minha vida, eu não era mais mocinho, nem nada pra tá cuidando da
1045 da, mas não adiantou nada, adiantou porque um dos diretores, que eu punha a
1046 cara deles, todo mundo nos boletins né? Me processou e ganhou. Me
1047 condenou porque disse: Não tem prova contra ele. Ele na verdade não
1048 roubava, porque ali só quem roubava era o presidente e quem deixava roubar
1049 era o tesoureiro, porque precisava dois para assinar os cheques.

1050 A outra tesoureira pediu pra sair a Ângela, ela tá morando em Marília, falou: Eu
1051 não vou ficar aqui Bene, vou embora, quando ela me contou, mais eu disse.

1052 Ai ele saiu, mas é aquilo, não é bem comigo, mais o que aconteceu, foi as
1053 pessoas saírem, aquilo coisa né?

1054 Mas, você conseguir fazer uma assembléia pra julgar ele, nós nunca
1055 conseguimos.

1056 A APEOESP chegou a mandar para nossa assembléia o Leão, você conhece o
1057 Leão? Para ir lá assistir a assembléia. Ele dizia fazer o que Bene,
1058 impressionante, e com razão porque quem tem que fazer é a própria categoria,
1059 mas de qualquer maneira a parte política tava feita.

1060 Todo mundo cresceu, o problema é que veio depois a calmaria, que a gente
1061 chama de calmaria né? Essas entidades, a maioria delas que já não tinham,
1062 como fala, uma tradição de luta, se acalmaram sobram a tipo assim,
1063 metalúrgicos do ABC, APEOESP, é a coisa ficou assim, mais tudo começou

1064 quando o, com a democratização do país, a gente diz APEOESP, mas não é
1065 bem APEOESP, porque no Rio de Janeiro tava acontecendo, a mesma coisa,
1066 esqueci o nome da entidade deles mas eles, se reuniam e já tavam tentando
1067 fazer alguma coisa, o CENTERJ

1068 Eles tentaram, tentaram fazer e o CENTERS com RS no fim, é do Rio Grande
1069 do Sul, também fizeram.

1070 Isso levou a uma explosão no movimento, e ai acabou pegando até esse setor
1071 aqui que é o Judiciário em 84 pegou, eles iam pra rua também.

1072 Esse é mais ou menos o histórico resumido do que aconteceu!

1073 Miriam: Mas assim especificamente, a tentativa de unificação da AFUSE com
1074 APEOESP, aquele congresso de Piracicaba, outro de Ribeirão Preto, aqueles
1075 congressos de unificação?

1076 Bene: Não porque o que eu não sei eu to memorizando mais que deu
1077 característica para personalidade para AFUSE foi essa assembléia no
1078 Ibirapuera que esparramou, não quer dizer que nós não discutimos com a
1079 APEOESP depois e tentar unificar, fazer um departamento, mas ia ser um
1080 departamento, não dava pra você dizer, nós vamos por o Bene como
1081 presidente do novo sindicato, mandando em professores, era uma
1082 desproporção, nós somos 45 mil, eles eram 250 mil.

1083 Miriam: certo, essa representatividade, esse numero era muito significativo pra
1084 eles.

1085 E o movimento também com aquele pessoal bem mais de esquerda, surgiu
1086 com, surgiu com professores que nem a Ângela de Pinheiros, que tavam no
1087 movimento antes mesmo, da, depois da revolução o pessoal da ação popular,
1088 eu era da ação popular, mais era ligado a questão de enfrentamento com o
1089 governo, mas quando acabou isso, muito dessas pessoas se organizaram
1090 dentro das entidades que trabalhavam, então foi pro Hospital das Clinicas,
1091 também teve, foi pro SINDsaúde, foi pra APEOESP, foi pro mundo.

1092 E todo mundo se conhecia, eu num consigo lembrar, porque eu me lembro até
1093 que eu fiz um, uma rifa dum tapete pra arrumar dinheiro né? Ai o Dirceu
1094 ganhou, o Zé Dirceu. Falei você ganhou o tapete, falou rifa de novo, rrsrrsrs.
1095 Que ele ia fazer com o tapete? rrsrrsrs. Todo mundo tinha um tipo de ligação,
1096 eu não consigo hoje em dia, dizer de onde eles vinham né? Outros vinham da
1097 USP o Celso Minto, por exemplo, era o presidente da ADUSP, ele era
1098 professor secundário na na APEOESP, A Caue porque era uma liderança ela
1099 era professora, depois prestou concurso na USP, foi pra USP.

1100 Mas ai tudo que ela já tinha que fazer dentro do movimento dos professores na
1101 regional SUDOESTE que agente chama, que é de Pinheiros pra lá, ela já tinha
1102 feito um monte de coisa, essas pessoas até o ano, o ano passado ainda a
1103 gente se encontrava de vez em quando. Nós éramos a esquerda da diretoria,
1104 se entendeu? Não concordávamos com muita coisa, mas não concordávamos
1105 porque a diretoria sempre foi muito fechada, não era. Então esse povo a
1106 Raquel Matos, por exemplo, o marido dela foi secretario da Erundina. O ano
1107 passado na eleição da Dilma, ela me mandou um, como se precisasse né?
1108 Mandou um convite para votar na Dilma, tá por ai, ainda a Raquel tá, as
1109 pessoas estão por ai.

1110 Mas era o movimento, mas um bom numero deles tinham uma tradição de luta
1111 ligada as esquerdas, mesmo independente, independente de sindicato, que era
1112 um pouco anterior daquela parte das “diretas já” tudo, ou que tinham ligações
1113 com grupos né? e hoje em dia você quase não encontra esse tipo de Jornal
1114 pra comprar e não gostar dele é a nova democracia, o resto você nem
1115 encontra, você não sabe onde estão as pessoas, pode até tá em algum lugar,
1116 mas você não localiza os grupos né.

1117 Quando tem grupo, ele tá militando e o caso da causa operaria, então ai no
1118 meio do professorado mais tudo a nossa traje...que a gente podia dizer é tudo
1119 começou por causa da democratização.

1120 Todo mundo, acho que até a nível de Brasil, não posso falar sobre a Amazônia,
1121 mas o Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, dá pra falar,

1122 começou, as pessoas se movimentarem, como quem diz, pra onde que eu
1123 vou?

1124 Ai surgiram os professores e aqui na APEOESP tinha um presidente que era
1125 eterno, chamava Rau Shuinder, todo mundo quando começou o movimento,
1126 precisa tirar o Rau Shuinder rsrsrsrs. E tiramos mesmo, era fácil tirar não
1127 chamava eleição, nem nada, mas a história em grosso modo é isso.

1128 O material eu devo ter, eu não afirmo absoluto com certeza porque tenho umas
1129 caixas que eu chamo de memória sabe?

1130 Miriam: Aquele livro que o senhor falou, daquele professor, se o senhor tiver.
1131 eu agradeço muito.

1132 Bene: Esse deve estar lá.

1133 Miriam: Esse seria bastante importante.

1134 Bene: Ele queria explicar como começou o movimento, então ele fez uma
1135 dedicatória e me mandou o livro, mas ele distribuiu numa reunião da CNTE,
1136 provavelmente.

1137 Miriam: O senhor sabe o nome dele completo?

1138 Bene: Era Francisco, se eu achar o livro, eu acho o nome. Porque tá lá.

1139 Eu devo ter guardado, eu, essas coisas ligadas a AFUSE eu guardei muita
1140 coisa.

1141 Essa foto aqui, esse foi o presidente.

1142 **Depoimento do Edgar Fernandes realizado em 2015 – Santo André - SP.**

1143 É eu acho que para em falar da origem da AFUSE, da, vamos dizer assim, do
1144 período histórico da APEOESP sindicato depois de 1978, é, nós temos que
1145 falar de uma outra coisa, que estava acontecendo no Brasil um contexto mais
1146 geral.

1147 O que era, o aumento da resistência contra a ditadura, os questionamentos que
1148 os grupos sindicais nas fabricas faziam em relação aos cálculos do reajuste

1149 salarial, né? Isso tudo começou em 1977, de lá pra cá, é, 77 primeiro na
1150 resistência em algumas fabricas: Scania, Mercedes, depois vai se alastrar em
1151 São Bernardo do Campo e isso vai se desenvolver em outras fabricas no ABC.

1152 Em relação aos professores dos setores públicos, tinha 2, 3 elementos que
1153 também vamos dizer assim, que provocava a, as ações dos movimentos na
1154 época, primeiro a questão da ditadura, segundo a questão das condições de
1155 trabalho e o salário, que no caso nosso, professores da rede publica,
1156 professores da rede publica e todos os servidores públicos, nesse período, já
1157 fazia alguns anos que nós não tínhamos reajuste de salário, entendeu?

1158 E o fato de não ter reajuste de salário, isso fez com que, frente a inflação, os
1159 demais problemas que a gente tinha, que os movimentos comesçassem a
1160 organizar-se para poder lutar por melhores salários, melhores condições de
1161 trabalho.

1162 O marco disso foi o movimento que a gente fez contra o governo Maluf, na
1163 época, que foi a indicação que agente tinha de 70%, ele deu um bônus de 2
1164 mil, ficou 70% mais 2 ml, foi o que moveu a greve de 78, 1978, tá? Nesse
1165 processo dos profissionais da educação, dos trabalhadores da educação ou
1166 dos professores, arrastaram os funcionários de escolas e demais servidores,
1167 inclusive diretores e coordenadores e supervisores etc., porque a greve de
1168 1978 foi uma paralisação total da escola, porque o descontentamento era geral,
1169 não era só de professores, era do diretor, do vice-diretor, do coordenador, e
1170 dos funcionários de escola, entendeu?

1171 Bom, esse processo vai ser capitaneado por uma vanguarda que alguns
1172 teóricos da UNICAMP, da USP, vão chamar de, da “vanguarda do ABC” ou
1173 “Novo Sindicalismo” que na verdade, não tinha nada de novo, na verdade era o
1174 resgate de um processo que foi interrompido com o golpe de 1964, né? E que
1175 com as transformações que a economia brasileira sofreu, industrialização,
1176 proletariado moderno, é população crescendo de forma acelerada, tudo isso
1177 comprimia para uma explosão política e social, e claro que o inimigo maior era
1178 a ditadura militar, que era o que controlava, explorava, oprimia a sociedade
1179 brasileira.

1180 Então, nesse contexto, essa vanguarda que vai surgir das greves do final da
1181 década de 70 e década de 80 é que vai ser a vanguarda, no sentido da
1182 organização política e sindical.

1183 De reorganização, nesse sentido todo mundo tava junto ainda, não havia, havia
1184 diferenças mais as diferenças foram deixadas de lado pra combater o inimigo
1185 comum que era a ditadura militar e a falta de liberdade de expressão, de
1186 organização etc.

1187 Bom, essa é a, esse é o fermento, que vai resultar em 1980, em fevereiro de
1188 1980 com a fundação do PT né? E que vai resultar em 1983, em agosto de
1189 1983 com a fundação da CUT. Então na verdade o PT e a CUT absorvem o
1190 que tem de melhor do movimento social, dos movimentos sociais, etc.

1191 Quem vai absorver o que tem de melhor, entre aspas, que a organização
1192 política, etc. e a reputação de toda a sociedade que combateu a ditadura,
1193 combateu os patrões, etc., etc., são as correntes que vão se conformar a partir
1194 daí, entre as quais, a partir do 113 a Articulação Sindical, que vai ser um braço
1195 do PT, no futuro, e é hoje.

1196 E esse, esse nó é importante entender porque havia um sentimento na
1197 categoria e na vanguarda de unificação, dos sindicatos e da categoria, das
1198 categorias, depois é isso que explica a fundação da CUT, entendeu?

1199 Havia esse sentimento de unidade, só que esse sentimento de unidade que é
1200 uma questão subjetiva esbarrou com a objetiva, porque exatamente na década
1201 de 1980, ainda vivendo a construção do PT e a construção da CUT, na década
1202 de 80, o que vai acontecer? Aconteceu um fato que vai mudar os rumos dos
1203 movimentos sociais, no Brasil e no mundo que é o fim do muro de Berlin e o fim
1204 da União Soviética.

1205 Foi um como é que eu diria um mecatron, um mecatron que nós não
1206 superamos ainda na minha opinião, né?

1207 Então partindo disso é que havia o sentimento na vanguarda dos professores
1208 que derrubada a burocracia pelega, que foi, era apoiada pela ditadura em 79, o
1209 sentimento de unificação de todos os trabalhadores da educação, dos setores

1210 da educação, e não era um fenômeno só de São Paulo, era um fenômeno do
1211 Brasil, Rio de Janeiro, Brasília, Rio Grande do Sul, Paraná, em todos os
1212 Estados, onde ocorreram greves em todo esse período.

1213 E nesse patamar é que houve setores que não conseguiram, que não
1214 conseguiram é garantir que esse sentimento se materializasse

1215 No caso de São Paulo, deu até passos nesse sentido, fomos pro congresso né,
1216 parênteses.

1217 (Atendeu um aluno)

1218 Então havia uma força, num setor da educação na vanguarda dos professores
1219 de São Paulo pra unificar todos os setores, bom o problema é que tinham
1220 algumas variáveis que dificultaram isso: a primeira variável a discriminação,
1221 preconceito que existe na escola entre professores e funcionários de escola,
1222 entre professor e diretor, entre diretor e supervisor, supervisor e professor,
1223 então esse é um fator que pra mim teve um peso decisivo, não é?

1224 O segundo fator foi político na verdade os interesses burocráticos da corrente
1225 Articulação Sindical fizeram recuar, porque toda burocracia ela, pra ela existir e
1226 ter vida, ela tem que se apoiar em aparatos, né? E se locupletar do aparato,
1227 então esse processo se envolveu na APEOESP com a vitória da Articulação
1228 Sindical, que cuja origem da Articulação Sindical era numa corrente de
1229 esquerda, que era o MEP – movimento de emancipação do proletariado,
1230 representado pelo Gumerindo, Paulo Frateschi, que hoje é um dos grandes
1231 burocratas do PT, José Pavan que está no governo federal há anos, etc., etc.

1232 Também não posso deixar de falar da Beatriz Pardi, que hoje é assessora da
1233 comissão de educação da assembleia do PT, bom essa diferença de interesses
1234 burocráticos, pra mim é o que vai ser determinante a não unificação de
1235 funcionários de escola com professores a e não unificação de diretores e
1236 supervisores.

1237 Esse fenômeno de fragmentação sindical no setor da educação em São Paulo,
1238 não foi o mesmo em outros Estados, por exemplo: O SEPERG no Rio Grande
1239 do Sul é um sindicato que abrange todo o setor da educação, diretor, professor,

1240 etc., etc., entendeu? Dando exemplo o SINPRO em Brasília idem, em Minas
1241 Gerais o SIDIUT a mesma coisa, embora sejam as mesmas correntes, a
1242 Articulação Sindical é majoritária, no setor da educação, nos Estados,
1243 simplesmente também existem diferenças lá, as diferenças foram menores e
1244 isso possibilitou tá?

1245 Bom e nesse processo houve uma disputa, durante a fragmentação uma
1246 disputa entre nós do MTS-PSTU com a Articulação, de um lado representado
1247 pelo Bene, Benedito e o Casimiro, não esse Casimiro o outro Casimiro o José
1248 Luis, que morreu, foi presidente inclusive da AFUSE.

1249 Ele faleceu nos anos 80, e ele faleceu no exercício do seu trabalho, ele era da
1250 CUT, também, foi fazer uma reunião em Sorocaba, voltou, na volta o ônibus
1251 bateu num caminhão tanque de gasolina, que pegou fogo e morreu cremado,
1252 tá?

1253 Bom e qual é o marco dessa, dessa, ainda nós do MTS, fazíamos frente única
1254 com a Articulação Sindical, porque a Articulação Sindical cumpriu o papel
1255 progressivo no movimento sindical até então, até início dos anos 90, né?

1256 O que, que vai mudar? O que vai mudar é que na verdade foi o crescimento
1257 progressivo do PT, na estrutura do Estado até esse momento à medida que
1258 eles foram aumentando a sua influencia, ganhando prefeitura, elegendo
1259 vereadores, deputados, senadores, e que vai culminar com a eleição de Lula
1260 em 2002 foi o fecho final!

1261 Mais é importante ressaltar isso porque até então a gente fazia frente única no
1262 sindicato, só não compúnhamos chapa de eleição com eles, tanto assim que
1263 nós do MTS durante os anos 80 fomos “N” vezes convidados para compor
1264 chapa com a Articulação, pra disputar as eleições no sindicato e nunca
1265 compomos chapa com eles, porque havia diferenças de métodos, de projetos,
1266 etc., etc.

1267 E vai ter um fato que vai marcar essa mudança radical na relação com
1268 Articulação Sindical, vai ser as eleições da AFUSE em 1991, disputada de um
1269 lado pelo Benê, mais esse pessoal que está até ai hoje, uma parte do pessoal

1270 que está na AFUSE e disputado do outro lado, nós do MTS-PSTU
1271 representado pelo Casimiro, pela Ana Lúcia, outros que estão na diretoria da
1272 AFUSE até hoje, e essa eleição de 91 foi determinante porque, porque
1273 simplesmente se instituiu uma comissão eleitoral, essa comissão eleitoral
1274 definiu as regras do pleito. E uma das regras do pleito, em qualquer eleição
1275 sindical é a diferença entre o numero de eleitores e o numero de votantes, ao
1276 se apurar os votos não pode ser mais que 5% e a Articulação Sindical nesse
1277 momento conseguiu comprar, é exatamente essa palavra, um membro da
1278 comissão eleitoral, e isso fez com que a comissão eleitoral mudasse as regras
1279 do jogo, pra apurar as eleições que a diferença votantes e assinantes nos
1280 votos, nos votos da urna poderia chegar a 10%.

1281 Bom isso já foi um fato que era para gente sair do pleito, mas o segundo fato
1282 foi que as urnas ao voltarem das regiões, das cidades do interior, porque era
1283 uma eleição estadual, isso é um grande problema, você tem que ter fiscal em
1284 tudo quanto é lado, voltavam com o lacre violado. Ao voltar com o lacre violado,
1285 bom, não tem condição, a eleição tá violada, corrompida, e mesmo assim eu
1286 que dirigia a eleição, o processo eleitoral, eu tentei resistir lá, só que a prova
1287 cabal do que, que a burocracia pode fazer para não perder uma eleição, eu
1288 enfrentei os caras armados, e por azar eu tava sozinho no dia. Sozinho mais
1289 três pessoas que estavam quatro, dormindo, lá no local onde estava
1290 recolhendo as urnas.

1291 E a pessoa que era responsável teve uma crise, que era o Casimiro, tinha
1292 desaparecido não se sabia onde ele estava, o organizador sumiu ai você fica
1293 sem pai, sem mãe.

1294 Ao estar diante dessa situação, entendeu?

1295 Com isso, essa ameaça, os caras entrarem armados, eu sozinho lá, de manhã,
1296 falei: Bom, ai não dá mais, né? Reuni meus companheiros em São Paulo falei
1297 isso aqui está degenerado ou a gente vem toma e nós vamos acabar tendo o
1298 mesmo papel que eles ou vamos para categoria, denuncia etc., etc. E ai a
1299 gente abandonou o pleito e a Articulação Sindical de lá pra cá tomou o
1300 sindicato.

1301 E ao tomar o sindicato passaram a controlar o sindicato e não abriram mão,
1302 usa de todos os métodos para se manter no aparato, entendeu?

1303 É assim na AFUSE é assim no sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do
1304 Campo, Santo Andre, São Paulo, só difere a agressividade do método,
1305 entendeu? Mas é igual, entendeu?

1306 E coincidiu na época, entre, exatamente na semana que entra em greve, que
1307 foi quando começou entrar em greve, abandonamos, abandonamos.

1308 Bom, então o que explica, a partir de lá pra cá houve uma degeneração da
1309 AFUSE, enquanto sindicato, enquanto organização sindical. E essa,

1310 (parou para atender alunos)

1311 Então esse contexto todo também tem a ver com crescimento do PT no
1312 Estado, com a estratégia, o projeto deles, o projetos deles que era ganhar a
1313 eleição, no sindicato, há disputa eleitoral para presidente de 89, foi um marco,
1314 um marco, já.

1315 Miriam: Em 89 o senhor estava no PT ou já estava no PSTU?

1316 Edgar: ainda estava no PT, ainda em 89 até 91, estava no PT, na verdade nós
1317 fundamos o PSTU em 94, foi em Junho de 94 se não me falha a memória.

1318 Então esse comprometimento com a estrutura do estado capitalista, com a
1319 redefinição da Articulação Sindical em relação ao seu projeto político, de ter a
1320 democracia burguesa como valor universal e o capitalismo, onde eles se
1321 prontificam enquanto estratégia humanizar e reformar o capitalismo.

1322 Toda essa redefinição política ideológica tem a ver com o fim do muro de
1323 Berlin, é o fim da União Soviética, só para você ter dimensão do que eu to
1324 falando, quando em dezembro de 1989 caiu o Honecker, presidente da
1325 Alemanha oriental e as massas estavam na rua, tomaram os quartéis etc.,
1326 varias lideranças do movimento do setor da educação da Articulação Sindical
1327 estavam lá, fazendo curso. Gumercindo Milhomem é José Pavan, e outros
1328 estavam fazendo curso, inclusive o advogado do PT, que foi deputado, que
1329 coordenou todo processo da morte do Celso Aranha (acho que foi do Celso

1330 Daniel ele falou aranha), que eu esqueço o nome dele, Greenhalgh, inclusive o
1331 Luiz Eduardo Greenhalgh, ficou quase dois anos, em crise, trancado, por conta
1332 desse fato. Eles tiveram que negociar a saída dele, isso em dezembro de 1989.

1333 Então, tudo isso, fez uma reorganização no movimento social no mundo,
1334 político-sociais no Brasil, essa redefinição que a Articulação Sindical sofreu, e
1335 alguns setores de esquerda que entraram em crise, e é claro a maioria dos
1336 setores de esquerda produziu uma crise ideológica no mundo, que nós não
1337 superamos essa é a realidade.

1338 Quando você fala de socialismo, quando você fala de construir partido, isso é
1339 uma coisa que hoje é muito complicado, entendeu? As jornadas de Junho
1340 mostram isso, né?

1341 Que foi um movimento, por um lado progressivo e por outro lado contraditório e
1342 repressivo porque negava a política, negava partido, negava, entendeu?

1343 Tanto assim que quem acabou capitalizando parte desse movimento foi a
1344 direita, os Tucanos.

1345 Bom, mediante a tudo isso é, houve uma exaustão histórica, das duas, duas
1346 maiores organizações políticas da história do movimento operário no Brasil, da
1347 história. Não existe precedente na história do Brasil, a fundação da CUT e a
1348 fundação do PT e da CUT. Não existe precedente. Tá longe 1908, por
1349 exemplo, entendeu?

1350 Bom na verdade venceu a contra-revolução né? Eu faço parte de uma geração
1351 derrotada, em resumo. Entendeu?

1352 Venceu o projeto reformista, que tem a democracia como valor universal, que
1353 tem o capitalismo como valor universal etc., etc., né? E conseqüentemente
1354 uma, boa parcela da vanguarda que ajudou a construir o PT, honesta que
1355 acreditava no socialismo, acreditava na revolução, debando, debando. Foi
1356 cuidar da vida, entendeu? Uma outra parte foi cooptada pelos aparatos da
1357 burocracia do Estado, porque fica lá nos cargos comissionados do governo
1358 federal, governos estaduais, governos municipais, nos sindicatos, entende? e
1359 faz de tudo para não perder o aparato, né?

1360 Com isso, poderíamos resumir dizendo que na verdade a não unificação, ela foi
1361 produto, foi produto,

1362 (aqui atendeu alguns alunos)

1363 foi produto do que a gente pode chamar do movimento da luta de classe
1364 mundial que foi cruel, um movimento internacional. O fim da União Soviética, o
1365 fim do Leste Europeu produziu uma crise político-ideológica na vanguarda
1366 mundial e nos partidos de esquerda, que ainda hoje tenta se levantar, enquanto
1367 alternativa, mais ainda ta gatinhando, gatinhando.

1368 Então na verdade é tarefa pras novas, novas gerações porque as velhas já
1369 estão se ruindo. Não é?

1370 Tiro conclusão por mim faço parte de uma geração que tem 61 anos nas
1371 costas, entende?

1372 Eu tenho 39 anos de militância, né? Tirando os seis anos que estou afastado
1373 por questões de saúde, sou diabético, tenho pressão alta, tava numa explosão
1374 danada, então dei uma recuada, to voltando agora devagar, administrando uma
1375 nova realidade, porque tem que aprender viver com limitações físicas.

1376 (fala sobre os alunos: Isso não é nada você imagina ter 40 deles)

1377 Bom. Nesse quadro, nesse quadro não quero dizer também que eu estou
1378 passando uma visão pessimista, eu acho que o movimento dos trabalhadores,
1379 ele exige uma previsão científica na política, de você saber na relação de
1380 forças se é favorável ou desfavorável e você procurar atuar dentro das
1381 possibilidades que você tem.

1382 É claro que em certos momentos você pode ultrapassar esse limite e avançar,
1383 mais em outros, você tem que saber seus limites, senão você pira, tem crises,
1384 etc., etc., entendeu?

1385 Mas, de qualquer forma, é novos períodos históricos virão, e que vão exigir
1386 dessas entidades sindicais que estão burocratizadas, aparatas, mais
1387 democracia, como a gente exigiu na final dos anos 70, que eram aparatos

1388 sindicais fechados dirigidos diretamente pela ditadura com interventores,
1389 entendeu?

1390 Então dependendo da agudeza da luta de classe, ela vai explodir com isso,
1391 mas só que isso, não é determinado pela minha vontade, é determinado pela
1392 luta de classe, entendeu? É um período histórico uma vanguarda etc., etc., etc.

1393 E pra nada também quero dizer que o capitalismo venceu tudo aquilo que se
1394 dizia produzido no discurso do início dos anos 90 do Paulo França na rede
1395 globo, que o capitalismo venceu, que a UNPAN perdeu e etc., olha que isso
1396 foram palavras pronunciadas por um ex-comunista. O Paulo França foi
1397 Trotskista, não sei se você sabe disso.

1398 É, a história mostrou recente que não é bem assim, a crise de 2008 nos
1399 Estados Unidos, não jogou uma pá de cal no Neoliberalismo porque o
1400 Neoliberalismo continua, mas mergulhou o Neoliberalismo numa profunda
1401 crise, que hoje não dá para argumentar que a alternativa seja Neoliberal, que o
1402 Estado tem que estar na mão da iniciativa privada, como o Milton Friedman
1403 defendia, você entende? E o Friedrich Hayek, hoje não dá pra dizer que o
1404 capitalismo vai resolver todos esses problemas mínimos da população mundial.

1405 É só pegar aí os 7 bilhões de pessoas no mundo, metade enfrenta os
1406 problemas mais básicos, que é falta de água, água potável, não come o
1407 mínimo que tem que se comer no dia a dia, mais da metade está excluída do
1408 mundo digital, né? E isso mostra que na verdade o capitalismo, ele vai
1409 sobreviver por séculos, mais ainda a custos de bilhões sendo explorados e
1410 muitas vidas, mas isso acho que é isso, entendeu? Mas nós temos que
1411 acreditar numa hipótese... Sim eu não verei!

1412 **Depoimento de Gilberto P. de Souza realizado em 2015 - São Paulo - SP.**

1413 Bom, meu nome é Gilberto Pereira de Souza, ingressei na rede estadual em
1414 1985, como professor ACT, participei das greves da categoria, das campanhas
1415 salariais, mobilizações dos professores ativamente até 2009, fui conselheiro
1416 estadual da APEOESP, candidato a presidente da APEOESP duas vezes pela
1417 oposição alternativa 91 e 93.

1418 Hoje a oposição alternativa é parte da diretoria da APEOESP, não é maioria,
1419 mas é uma diretoria proporcional, por isso que a gente tá nessa sala inclusive é
1420 uma das salas que a oposição alternativa tem, e vivi sim um processo de
1421 formalização da AFUSE, como sindicato e ao mesmo tempo da tentativa de
1422 unificação que houve até 90, né? É a AFUSE, vamos dizer em 85 existia uma,
1423 pelo que me lembro é memória mesmo, porque eu não tenho acesso a
1424 documento escrito do período, em 85 havia uma comissão pró - sindicato da
1425 AFUSE que participava inclusive das assembleias da APEOESP pedindo ajuda
1426 dos professores para divulgarem, para afiliarem os funcionários né? A AFUSE
1427 porque assim como a APEOESP eram associações até 1988, até a
1428 constituição era proibido o sindicalismo do funcionalismo publico e também era
1429 proibido greve.

1430 Então a APEOESP surgiu na realidade contra a lei de greve da ditadura, o
1431 sindicato era associação de direito, sindicato de fato, foi assim até 1988.

1432 A AFUSE também surgiu assim como parte desse processo de organização
1433 sindical dos servidores públicos, a margem e contra a legislação em vigor.

1434 Por isso que a APEOESP até hoje ela conserva o nome como associação
1435 embora legalmente seja sindicato a AFUSE também faz isso, eles são AFUSE,
1436 mas na realidade são sindicato dos funcionários das escolas estaduais, Essa
1437 então é, na assembleia de 85 que eu participava já como ingressante na
1438 categoria, essa comissão PRO-AFUSE tinha palavra nas assembleias,
1439 distribuía material, chamava os professores a colaborar na fundação do
1440 sindicato, ai é memória mesmo, como eu me lembro, acho que em 86 a AFUSE
1441 se formalizou como associação dos funcionários de escola, em grande medida
1442 com auxilio dos professores que divulgaram, levaram os materiais para as
1443 escolas, então a estrutura da APEOESP de uma certa forma, colaborou na
1444 fundação da AFUSE.

1445 A partir de 1988, coma sindicalização, começou uma discussão na rede
1446 estadual, no interior da rede estadual, sobre como fica né? Porque na realidade
1447 varias entidades representavam e ainda representam os professores, então
1448 você tinha e tem a UDEMO, diretores de escola, a APASE os supervisores,

1449 existia e existe o CEPP – Centro do Professorado Paulista, que pegava
1450 diretamente uma base do professorado, se concentravam mais nas professoras
1451 PL1 do ciclo um, do fundamental, mais também atingia os PL2 os professores
1452 de ciclo 2 do fundamental e ensino médio e a própria APEOESP além da
1453 AFUSE, funcionários da escola.

1454 Então você numa mesma escola tinha as cinco entidades, ainda tem, quando
1455 surgiu a sindicalização a legislação brasileira fala da chamada unicidade
1456 sindical, então só pode ter um sindicato por uma categoria profissional, numa
1457 mesma base territorial, e aí obviamente começou a disputa, quem leva a carta
1458 sindical, disso tudo surgiu o que é hoje, então por exemplo a APAS é o
1459 sindicato dos supervisores, cada um reservou o seu mercado a UDEM é o
1460 sindicato dos diretores, o CPP optou por não pegar a carta sindical, por manter-
1461 se como associação recreativa, cultural até porque esse era o caráter do CPP,
1462 um sindicato, esse diretamente vinculado a ditadura, era na época da ditadura
1463 militar, quando a gente ingressava na rede, a gente assinava um monte de
1464 coisa, entre as quais a filiação ao CPP, então você tinha que assinar tanto
1465 papel que você não sabia o que era e como naquele tempo não se podia
1466 perguntar muito o que era, então muitos professores eram filiados ao CPP sem
1467 saber, e depois não se desfiliam porque era complicado demais se desfiliar,
1468 além do que, tem benefício da associação, tem até clube etc., então o CPP
1469 optou por manter-se nesse caminho, e ainda hoje é isso, então é isso um
1470 centro, um clube, que presta assessoria jurídica e faz atividades recreativas,
1471 culturais, tem clubes espalhados pelo Estado, isso abriu espaço para
1472 APEOESP ficar com a carta sindical dos professores e a AFUSE também.

1473 A partir daí começou a discussão da unificação UDEM e APAS de antemão
1474 nem pensarão, se construíram como sindicato da hierarquia escolar, setores
1475 privilegiados dentro da escola, ganham mais, trabalham menos e tem postos
1476 de chefia e cada vez mais ao longo dos anos assumiram essa identidade, é o
1477 sindicato da chefia e por isso que embora seja um contingente tão pequeno e
1478 com atividades tão similares APAS e UDEM não se unificaram, continuaram
1479 mesmo representando setores muito parecidos, porque diretor e supervisor, um
1480 vira o outro, é, se misturam muitos diretores se tornam supervisores, muitos

1481 supervisores são comissionados, ai voltam a ser diretores, porque é o cargo de
1482 origem, mais sindicalmente as entidades são separadas pelos interesses
1483 corporativos, ai tem imposto sindical, mensalidade, embora numericamente
1484 seja um grupo muito pequeno, particularmente supervisores não deve dar
1485 5.000 hoje no Estado, espalhados pelas varias diretorias de ensino e varias
1486 regiões, quer dizer, não justifica um sindicato.

1487 Daí, dessa unificação, dessa discussão de unificação mesmo, restaram a
1488 APEOESP e a AFUSE e começou – se um processo em 1988 e 89 nos
1489 congressos da APEOESP e da AFUSE, de uma agenda pro - unificação, nisso
1490 formalmente havia um acordo entre todos de construir um sindicato único,
1491 formalmente porque na realidade, politicamente num é isso, ai tem a ver com
1492 uma serie de interesses, inclusive interesses materiais né? Porque a medida
1493 que se legalizou a organização sindical nos servidores públicos, esses
1494 sindicatos passaram a ter privilégios de sindicato, ou seja, mais recursos do
1495 que antes tinham, então a APEOESP por exemplo, era uma entidade com
1496 muitos filiados e pouco dinheiro, então o Carlos Bauer por exemplo foi militante
1497 nessa época, ele deve até contar melhor essa história que eu, nós pagávamos
1498 para militar, APEOESP tinha que por dinheiro do bolso, em geral os militantes
1499 da APEOESP não tinham nenhuma remuneração, era comum a gente fazer
1500 vaquinha, como a gente dizia na época, cotiza para por exemplo fazer a
1501 “comuna” de greve, por gasolina nos carros ou visita escola de ônibus que era
1502 uma pratica muito regular, então as pessoas usavam seu próprio meio de
1503 locomoção para visitar escolas, eu por exemplo visitava escola de ônibus,
1504 então na década lá pelos anos 90 que algumas sub-sedes passaram a dar
1505 passe de ônibus, você pegava os passes de ônibus, de acordo com seu
1506 itinerário, na maioria das sub-sedes você pagava do bolso, era mais que
1507 militância voluntaria, a gente usava parte do salário para militar, então eram
1508 vamos dizer sindicatos, entidades fortes em representação, muita
1509 representação, representatividade porem pouco dinheiro, a medida que viraram
1510 sindicatos passaram a ter mais dinheiro, porque ai você pode filiar mais gente,
1511 as taxas e as entradas são regulares, abriu-se a possibilidade do imposto
1512 sindical, embora a APEOESP nunca tenha recebido o recurso do imposto
1513 sindical e a AFUSE durante um bom tempo, até 94 que eu conheço,

1514 acompanhei de perto a AFUSE também não recebia imposto sindical, nós
1515 sempre fomos contrários ao imposto sindical. Hoje já não posso dizer qual é a
1516 situação da AFUSE, tem que ver ai no, vamos dizer na vida interna, nas
1517 receitas deles né?

1518 Então da discussão da unificação, restaram a APEOESP e a AFUSE em 89
1519 teve um congresso da AOPEOESP que votou a unificação, não já em 88, rapaz
1520 agora tenho que puxar pela memória, 87, Rio Preto

1521 Miriam: O congresso de Piracicaba?

1522 Gilberto: Não esse foi 90, esse eu tava lá, em todos eu estava lá, esse eu me
1523 lembro porque nesse foi quando se votou, quando e votou a desunificação de
1524 fato.

1525 Quando se manteve as entidades paralelas, então acho que em 88, agora eu
1526 não me lembro se foi em Cruzeiro ou Rio Preto, acho que foi Rio Preto, votou a
1527 unificação, porque naquele tempo os congressos até 1995 os congressos da
1528 APEOESP eram anuais, depois votou-se de 2 em 2 anos e hoje na realidade
1529 são tri-anuais, mas então, por isso que as datas são muito perto, em 88 no
1530 congresso da APEOESP se votou a unificação com a tentativa de se construir
1531 um sindicato único, porque ele se deu depois da Constituição, da legalização
1532 das entidades sindicais e a AFUSE também votou isso.

1533 Como eu disse ao longo do período, 89, as entidades, as outras entidades
1534 sindicais escolheram seu caminho UDEM e APAS como sindicatos, segmentos
1535 da hierarquia o CPP como uma entidade recreativa de lazer né? Embora ainda
1536 tenha peso na categoria o CPP chegou a ser maior que a APEOESP, na
1537 APEOESP em 85 tinha 20 mil filiados e o CPP tinha 60 mil, foi ao longo do
1538 tempo que essa relação se inverteu.

1539 Hoje o CPP deve ter 60 mil filiados, 80 mil dependendo e APEOESP hoje tem
1540 mais de 100 mil, mais ai se conta muitos professores aposentados que hoje já
1541 não estão mais na carreira, na ativa vamos dizer assim, então na base da
1542 categoria a APEOESP tem ai metade disso, 70, 80 mil, num contingente de 240
1543 mil professores, então dos professores na ativa a APEOESP representa um

1544 terço, o CPP nem isso, o CPP também tem um contingente muito grande de
1545 aposentados.

1546 A partir da votação da unificação em 88 né? Começaram as tratativas para
1547 construir a unidade e teve um segundo congresso em 89, a APEOESP e a
1548 AFUSE ai o congresso, uma parte foi separado e outra parte se juntou em que
1549 se referendou a unidade e passou, vamos dizer assim as duas diretorias se
1550 reunir periodicamente então é um processo de construção do sindicato único,
1551 em que como as duas diretorias se elegeram separadamente, havia votação,
1552 então não dava ainda para fundir simplesmente, então manteve-se um
1553 processo de começar unificar as instancias, começando pela direção, então
1554 fundou-se um pró - sindicato e essa, vamos dizer, situação pró - sindicato ai
1555 implicava na reunião periódica das duas diretorias, para discutir
1556 encaminhamentos comuns de campanha salarial, etc. né? Vamos unificar,
1557 vamos dizer as mobilizações a categoria de fato né? E ao mesmo tempo
1558 começar um processo de fusão das instâncias que deveria terminar em 90, foi
1559 o grande congresso de 90 que de fato não houve a unificação.

1560 No congresso de 90 é nós da oposição chegamos defendendo a unificação, ou
1561 seja, daqui para frente se funda o sindicato único e a próxima eleição será
1562 uma eleição unificada, professores e funcionários né? Nossa, nos defendemos
1563 ai, são vários, todos os setores de oposição na época, que hoje é oposição
1564 alternativa e outros setores e a direção da APEOESP e a direção da AFUSE,
1565 vinculados a CUT, né? A Central Única dos Trabalhadores defendendo que
1566 não, deveria ainda manter um processo paralelo para mais adiante fundir.

1567 Essa votação foi, vamos dizer, ninguém formalmente era contrario a unificação,
1568 então queremos a unificação o problema é fazer unificar no congresso ou
1569 esperar mais um ano, na realidade esperar mais um ano era não ter, foi o que
1570 acabou acontecendo.

1571 Foi uma votação dividida, o congresso era muito grande, o congresso da
1572 APEOESP, aquele em Piracicaba chegou a ter quase quatro mil delegados, foi
1573 o maior congresso da história da APEOESP. Um congresso muito assim,
1574 muito, todas votações eram divididas, ou seja não havia, ninguém tinha

1575 controle sobre os delegados é então essa votação também foi dividida mais
1576 ganhou o processo de não unificar já. Jogou-se para o próximo congresso que
1577 foi quando de fato em 91, já não tinha mais, desculpe 92, 91 não houve
1578 congresso em razão de uma greve, ela atravessou, uma greve de segundo
1579 semestre. Então o congresso que houve foi o seguinte 92 em Ribeirão Preto,
1580 mais ai já era o congresso do divorcio, quando as direções chegaram divididas
1581 a AFUSE já não queria mais, a maioria da direção da AFUSE e a direção da
1582 APEOESP também já não.

1583 Miriam: O que era alegado para essa desistência? Existia algo que justificava
1584 isso?

1585 Gilberto: A justificativa apresentada pelos que ganharam era que não se fazia
1586 unificação por decreto, que havia uma longa trajetória de mobilizações
1587 separadas entre professores e funcionários, havia rusgas no local do trabalho,
1588 as relações entre professores e funcionários não eram exatamente as
1589 melhores, bom português os professores em geral, e ainda é assim, tratavam
1590 os funcionários como patrões, então limpar mesa é coisa de funcionários,
1591 limpar chão é coisa de funcionários, então em geral os professores tratavam os
1592 funcionários, e tratam ainda de cima, olhando como patrões, como seres
1593 inferiores, porque uma coisa é o professor com titulação universitária que tem
1594 que só dar aula, outra coisa é o cara que tem que limpar, fazer merenda, então
1595 existe isso mesmo, que então não daria para simplesmente decreta que somos
1596 todos do mesmo sindicato e que isso resolveria os problemas nos locais de
1597 trabalho, foi a alegação da maioria que votou não unificar. A nossa discussão
1598 era que justamente por isso tem que colocar logo no mesmo sindicato, quanto
1599 mais continuarem separados, mais separados ficarão, se consolida o
1600 isolamento e a separação.

1601 É o que aconteceu, hoje em dia, nem pensar numa greve comum de
1602 professores e funcionários, naqueles tempos era o que a gente, era a solução
1603 que a gente, todo mundo concordava que não tem mais sentido fazer greve na
1604 escola, na educação se não envolver os funcionários de escola, na realidade o
1605 que acontece se a escola não funciona, não tem funcionário impossibilita até a
1606 existência de “fura-greve” os “furas-greves” que existiam na época e existem

1607 hoje em professores, em grande medida, conseguem furar greves, porque a
1608 escola funciona.

1609 Abre-se a escola, tem limpeza, tem merenda, tem aluno, porque ai mãe manda
1610 o filho para escola, então se a escola tá aberta tem merenda tem aluno só falta
1611 ter aula, o “fura-greve” tá tentado, sendo que se toda a estrutura, vamos dizer
1612 quem trabalha de fato na escola parece, não ia ter condição para ter aluno, não
1613 tem merenda, a escola tá fechada, não tem ninguém para abrir, acabou, tá
1614 resolvido o problema. Por isso que nosso argumento é, dizíamos: tem razão
1615 vocês, de fato tem problemas, as relações não são assim, os professores e
1616 funcionários vivem no geral brigando entre si, dentro da escola, mas para
1617 resolver o problema era construir um sindicato único.

1618 Miriam: Existiu nesse período de tentativa, uma questão de proporcionalidade,
1619 na nova direção, o fato deles terem um número menor de associados, de
1620 funcionários e a APEOESP ter um número muito maior de docentes, na sua
1621 composição da direção, isso ia influenciar em porcentagem?

1622 Gilberto: A comissão pró - sindicato que reunia, que era as duas direções,
1623 reunia-se assim, as duas direções, um grande colegiado, toda a direção da
1624 AFUSE, toda direção da APEOESP, que não era muita gente, a direção da
1625 APEOESP era pouco mais de 20 pessoas, com o tempo é que as direções
1626 começam a inchar em 89, 90, 91 acho que a direção da APEOESP era
1627 composta por 32 membros, hoje são mais de 100, mais de 180 a diretoria
1628 estadual, a direção da AFUSE é algo assim também eram 20, então não era
1629 muita coisa, mas a APEOESP de fato era maior,

1630 Miriam: Uma vez conversando lá na AFUSE, uma pessoa me disse isso, que a
1631 representatividade deles ficaria muito pequena, frente ao numero dá
1632 APEOESP, e que eles teriam pouca força, isso procede?

1633 Gilberto: isso foi argumento da direção da AFUSE para justificar a divisão do
1634 lado deles, a direção da APEOESP ela usou esse argumento, não se pode
1635 unificar por decreto. A direção da AFUSE, não queremos ser engolidos, então o
1636 que preservou, prevaleceu foram os interesses corporativos, é cada um pro seu
1637 lado, porque cada um pro seu lado quer dizer, e segundo na AFUSE a

1638 oposição era maioria, nós os setores de oposição na AFUSE éramos maioria,
1639 vamos dizer, uma eleição na base da AFUSE, votando funcionários de escola,
1640 tenderia dar maioria pra oposição, qual é o problema que isso implicaria em
1641 rediscutir a composição da direção do sindicato, porque você teria que garantir
1642 um certa proporção entre funcionários e professores para que de fato não
1643 houvesse isso, né? Um setor engolir o outro, o que nós defendíamos, as
1644 diretorias tinham que na composição das novas, das novas chapas, uma vez
1645 que é um sindicato único, teria que ter um numero máximo de professores e
1646 um numero mínimo de funcionário, respeitando suas proporções ou até mais
1647 até para funcionários porque o problema não era só, vamos dizer a AFUSE na
1648 época a AFUSE juntava ai uns 20, 30 mil no Estado, era a base da AFUSE, a
1649 base da APEOESP era 180 a 200 mil, então vamos dizer a APEOESP era bem
1650 maior que a AFUSE.

1651 Então nós não defendíamos 7 por 1, defendíamos um critério um terço, dois
1652 terços, para que garantisse uma representação mínima para funcionários.

1653 O problema que o setor que dirigia a APEOESP, a CUT, o Setor que dirigia a
1654 AFUSE também a CUT, hoje né? Na época já era, todo mundo era CUT na
1655 época.

1656 Mas hoje eles continuam vinculados a Central Única dos Trabalhadores, tinha
1657 medo de que, primeiro, se implicaria na que setores da oposição entrariam na
1658 direção estadual do sindicato. Eles eram contrários, não havia, não queriam
1659 nenhum tipo de proporção, como tem hoje na APEOESP, contra a
1660 proporcionalidade na diretoria estadual, então o primeiro problema foi, do lado
1661 da APEOESP: isso aqui pode dar que grupos de oposição cheguem a diretoria
1662 estadual via a AFUSE, além da representação que nós tínhamos e temos na
1663 APEOESP, na AFUSE todo mundo achava que a oposição era maioria,
1664 inclusive nós mesmos. Então implicaria que a direção, ser uma direção pura
1665 vamos dizer, ou seja, majoritariamente.

1666 Miriam Um risco?

1667 Gilberto: É; então ai começou-se as desculpas, qual a desculpa um: A AFUSE:
1668 não queremos ser engolidos, então a maioria da direção da AFUSE da época,

1669 dizia não unificar com professores, professores, tudo aquilo vai virar
1670 APEOESP, os representantes da escola serão da APEOESP os conselheiros
1671 da APEOESP e nós viraremos apêndice das, dos professores.

1672 A direção majoritária da APEOESP, dizia não aqui não se faz unificação por
1673 decreto, porque isso implicaria de fato a gente engolir a AFUSE também, então
1674 o que acabou, cada um ficou no seu lugar.

1675 Isso foi sacramentado em 90, quando teve a votação dividida mais que eles
1676 ganharam, que era unificar ou não unificar, e foi um congresso muito, vamos
1677 dizer dividido, confuso e muito interessante porque no meio do caminho muitas
1678 pessoas mudaram de posição, inclusive nós, nós chegamos achando que não
1679 era, que não daria para unificar ainda, no meio do debate, nós nos
1680 convencemos, ou é agora ou nunca, não daria para esperar mais, já tem uma
1681 comissão pró - sindicato, as diretorias já se reúnem, então se a gente ia
1682 prolongar isso por mais um ou dois anos, a gente ta dizendo para a base que
1683 não queremos unificar nada, queremos manter as coisas como estão, e ai no
1684 meio, nós, vamos dizer nós éramos a maioria da oposição, decidimos não,
1685 temos que defender a unidade agora, isso juntou um bloco grande de oposição
1686 defendendo fundar o sindicato, do outro lado um bloco grande que era a
1687 direção da APEOESP mais a direção da AFUSE, que hoje são Central Única
1688 dos Trabalhadores, dizendo não dá pra unificar agora.

1689 Ganhou-se não unificar, não houve congresso de 91, então em 92 em Ribeirão
1690 Preto já chegou-se dividido, foi o congresso que votou-se a separação,
1691 inclusive dissolveu-se aquela comissão pró - sindicato que existia antes, então
1692 a partir daí se consolidou de fato dois sindicatos, duas bases de representação
1693 a AFUSE somente funcionário e APEOESP somente professores, no fundo, no
1694 fundo, o que tem é um interesse de corporação, garantir maioria, se mantêm
1695 até hoje, inclusive a AFUSE freqüentou as colunas policiais, né?

1696 Boa parte da direção da AFUSE na, nos anos 90, daquele processo em diante,
1697 inclusive coincide com o fato de não haver mais grandes campanhas salariais
1698 então houve greve em 95 e depois nada, ficou 5 anos sem ter greve, teve uma

1699 outra em 2000 e depois de 2000 também só em 2008 então o governo
1700 começou a discernir uma serie de ataques, muita flexibilização, etc.

1701 E vamos dizer as campanhas salariais passaram a ser mais espaçadas entrou
1702 um processo de recessão nos sindicatos, não tem nada pra fazer, muito
1703 dinheiro e pouco gasto, muito dinheiro e pouco gasto, você sabe o que significa
1704 isso!

1705 Pouco controle, pouca preção, você não tem que dar mais conta a muita gente,
1706 então é aquela história que diz se eram umas entidades pobres muito
1707 representativas, hoje são entidades ricas que não representam quase ninguém.

1708 A APEOESP hoje representa um terço dos professores na ativa, a AFUSE diz
1709 ela que tem 20 mil filiados não, estou dizendo, confundi os dados, 18 a 20 mil
1710 filiados, mas esse numero de 18 a 20 mil filiados ela tinha a mais de 20 anos
1711 atrás, então significa que boa parte desses filiados são aposentados ou
1712 morreram, então a AFUSE já não representa os funcionários de escola, que um
1713 dia na vida chegou a representar, mais ao mesmo tempo são entidades com
1714 muita arrecadação, arrecadações milionárias.

1715 Poucos gastos, ai começou todo um processo de, no caso da AFUSE,
1716 diretamente de corrupção mesmo. Os presidentes e não só os presidentes, ai
1717 tem vários diretores da AFUSE que se, que se envolveram no processo de
1718 corrupção, em particular os mais antigos, os que estavam na unificação e
1719 ficaram na entidade.

1720 A unificação não deu certo, as mobilizações, cada vez mais escassas, né?

1721 Então, vamos dizer a categoria não cobrava das suas direções, muita coisa, e
1722 ai aconteceu o que aconteceu.

1723 Hoje são dois sindicatos muito, economicamente muito fortes, tem muitos
1724 filiados em proporção à base que tem, mas boa parte desses filiados são
1725 aposentados e pelo menos um dos sindicatos tá envolvido em caso de
1726 corrupção explicita, que é o caso da AFUSE.

ANEXO B

Conjunto dos documentos levantados para a elaboração da tese



Figura 1 - Panfleto do Congresso Estadual de Sindicato da Educação, APEOESP e AFUSE de abril de 1991 no Anhembi, SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

AFUSE
Associação dos Funcionários da Educação de São Paulo

CAMPANHA SALARIAL/94

C
O
N
C
E
N
T
R
A
Ç
Ã
O



E
D
U
C
A
Ç
Ã
O

SERÁ QUE TODOS OS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO VÃO ESTAR NO MASP, NO DIA 12/04/94, ÀS 12:00Hs, PARTICIPANDO DA CONCENTRAÇÃO, LUTANDO POR MELH. POR UM PISO SALARIAL ACIMA DE 70.350,00 E PELA ESCOLA PÚBLICA?

<p>ALÔ PESSOAL DA EDUCAÇÃO: NÃO É SÓ A EDUCAÇÃO QUE SOFRE O ARROCHO SALARIAL. ESPRETO PELO GOVERNO FLEURY, A SAÚDE TAMBÉM NÃO ESQUEÇA NENHUM! POR ISSO, VAMOS PARTICIPAR DA CONCENTRAÇÃO DO DIA 12/04. VAMOS UNIR AS NOSSAS FORÇAS E LUTAR POR UM SALÁRIO MAIS DIGNO E PELA MELHORIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS!!!</p> <p style="text-align: center;">VAMOS ESTAR JUNTOS LÁ</p> <p style="text-align: right; font-size: small;">SINDICATISTAS</p>	<p>PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> 1ª PISO SALARIAL DE TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS. 2ª INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES AO SALÁRIO-BASE. 3ª RECUPERAÇÃO DAS PERDAS. 4ª QUE O SALÁRIO-BASE DO FUNCIONÁRIO MUNCIA SEJA IGUAL AO SALÁRIO MÍNIMO. 5ª FIM DAS DIFERENÇAS SALARIAIS ENTRE O CEE E O CEE. 6ª VALZ-REFEÇÃO NO MESMO VALOR DAS CITTAS.
--	---

ENELÉIA: 12/04, ÀS 14Hs, NO MASP (AV. PAULISTA) - CONCENTRAÇÃO: 12/04, ÀS 14Hs, NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Figura 2 – Cartaz da campanha salarial da AFUSE de 1994. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Confirmado:

Prioridade Enganação

Os meses de outubro e novembro estão marcados por a mistura explosiva de inflação e recessão que vem levando cada vez mais à miséria a grande maioria dos trabalhadores.

O índice geral de preços foi de 25,9% em outubro, só os grãos e frutas subiram 18% neste mês. O índice de inflação de outubro foi superior ao de Setembro (27,3%).

Este aumento da inflação é resultado da má-desvalorização do cruzeiro, da liberação geral dos preços e reajuste de tarifas públicas.

A recessão vem levando à falência várias empresas e provocando demissões de milhares de trabalhadores.

É diante deste quadro que o governo Fieury faz em prioridade da Educação. Concede 1% de escola aos funcionários e acima inclusive com o acréscimo do 13º salário, sendo de vez a miséria e ostracismo realmente a sua verdadeira intenção.

A melhoria da Escola Pública e salários decentes aos trabalhadores em Educação, somente vai acontecer quan-

do o conjunto dos trabalhadores estiver no poder. Só então haverá uma escola voltada para o conjunto da classe trabalhadora, uma Escola democrática, gratuita e de boa qualidade.

Os governos Collor e Fieury tem um projeto (CIACS e Escola Padrão), que vai contra os anseios dos trabalhadores, porque representam uma política voltada aos Empresários do Ensino e ao F.M.I.

Dai a importância da luta contra a privatização do Ensino, da Saúde e de outros serviços públicos. Os governos por sua vez a defendem o sucateamento desses serviços para reduzir o déficit e garantir, através da miséria nacional, o pagamento da dívida externa.

Da mesma forma, não se deve manter expectativas de aprovação do "Projeto Alternativo" elaborado pela AFUSE em trâmite na Assembleia Legislativa. Isto porque a maioria dos Deputados representam, elaboram Leis e aprovam projetos, em consonância com os governos federal e estadual.

As propostas da AFUSE para a Educação Pública de SP

A AFUSE afirma a sua posição pela rejeição do projeto do governo uma vez que suas propostas não contemplam as principais reivindicações dos Trabalhadores em Educação desprezadas completamente pela política educacional de Fieury. A melhoria das condições de trabalho e de ensino nas escolas exigem, não um conjunto de medidas burocráticas e demagógicas, (a exemplo desta reforma que cria as escolas-padrão), mas uma política de ampliação das verbas destinadas à Educação, que eleve os salários, promova a realização de novas experiências pedagógicas e aparelhe as escolas com todos os recursos necessários para a melhoria do ensino. Por tudo isto, rejeitamos o projeto de Fieury e apresentamos um projeto alternativo para a educação, única saída para a crise que atinge a Escola Pública do Estado.

Esta é a nossa luta

- Mais verbas para a Educação; não pagamento da dívida externa.
- Piso salarial do DRESE
- Verbas públicas somente para as Escolas Públicas
- Cursos de reciclagem periódicos remunerados nas universidades públicas durante o período letivo, para professores, funcionários e diretores.
- Redução do nº de alunos por sala de aula (15 no máximo para as 4 primeiras séries do 1º grau e 25 para as demais séries)
- Insubornidade, principalmente nas escolas agrícolas
- Plano de carreira unificado para os Trabalhadores em Educação
- Remoção para todos
- Reajuste mensal de acordo com a inflação
- Manutenção de todos os direitos já conquistados
- Redução de jornada de trabalho sem prejuízo dos vencimentos (30 horas semanais para os funcionários e 20 horas-aula para os professores)
- Estatuto único para os Trabalhadores em Educação

AFUSE

Órgão informativo do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação

Rua Joaquim Tiberto, 219
Via Mariana - São Paulo - SP CEP 04013
Ano - 1º de 1991

Distribuição Mensal

IMPRESSO

PORTE PAGO
ECT - DR/SP
PRT - 8009/91



Figura 3 – Recorte do jornal da AFUSE, edição especial com o título “O Estado da Educação” de novembro de 1991 (p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 4 - Quadro com o primeiro boletim sobre manifesto dos funcionários de 10/04/84. **Fonte:** Acervo da sede da AFUSE.

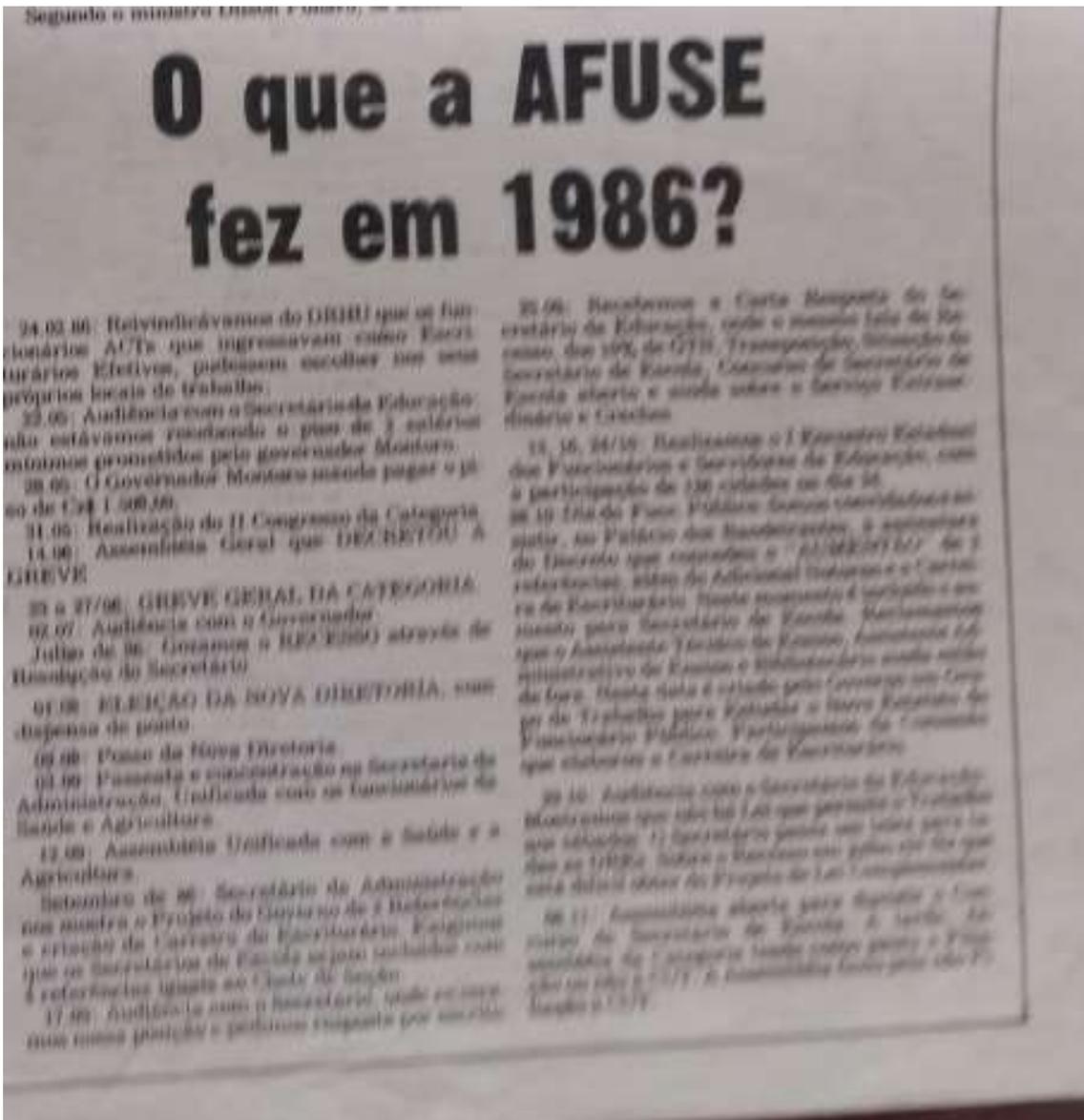


Figura 5 – Recorte do jornal da AFUSE, nº 01 de 1987. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 6 – Mapa da distribuição das sub-sedes da AFUSE no Estado de São Paulo s/d. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

A criação do Departamento dos Funcionários da Educação (não-docentes) dentro da CNTE

* Debuim Leite

Quando iniciou-se a Organização dos Funcionários da Educação do Brasil, através do CONAFEP - Coordenação Nacional dos Funcionários das Escolas Públicas, a decisão mais importante foi propor uma Organização Nacional do Conjunto dos Trabalhadores em Educação, indo do encontro a uma outra proposta também discutida na antiga CPB - Confederação dos Professores do Brasil, que, em 88, durante seu congresso na cidade de Brasília, marcou a fundação da CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que ocorreu em 1990, durante o congresso em Aracaju.

Depois de cinco anos de existência da CNTE, o primeiro Seminário dos Funcionários da Educação (não-docentes), realizado em dois dias no mês novembro/

94, que contou com a presença de representantes de mais de vinte Estados, teve o significado de fazer um balanço da participação dos funcionários no processo de unificação dos trabalhadores em educação.

Uma das principais avaliações foi o retrocesso na organização da categoria. Com isso, o movimento se desarticulou dentro da estrutura da CNTE.

Só para se ter uma ideia desse quadro, durante do XXV Congresso da CNTE, de 27 Estados presentes apenas 12 estavam representados. Mas não para por aí. No CNE - Conselho Nacional de Entidades, a participação dos funcionários chega a ser menos que 10%; enfim, nas instâncias deliberativas da CNTE, os funcionários pouco aparecem.

Esta realidade que detectamos na estrutura da CNTE tem uma origem: na maioria dos Estados em que os trabalhadores em educação estão unificados, a mobilização e a participação dos funcionários é ínfima! Ou seja, a CNTE é um reflexo de sua base. Paradoxalmente, quando pegamos São Paulo e Brasília, onde não há a unificação, a organização é bem maior.

Este foi o ano de uma discussão que iniciou-se no Seminário e foi reafirmada por uma plenária dos funcionários da educação do Brasil, durante o XXV Congresso da CNTE, que é como nos incorporamos à luta nacional pela implementação do Piso Salarial Profissional Nacional (Magistério e Funcionários), que já vem sendo debatido nos quatro cantos do país. Pois bem. Foi dessa discussão que sou a seguinte definição: o piso salarial dos funcionários da educação deve ser, no mínimo, 70% do piso do Magistério.

São questões concretas como essas que serão tratadas e acompanhadas pelo Departamento dos Funcionários da Educação do Brasil, que buscará entre outras coisas, refletir conjuntamente sobre o papel dos funcionários no processo educacional, elaborando Seminários, enfrentando as várias

questões que estão na ordem do dia, como o processo de lateralização, que sempre cabe vez mais neste setor - e, principalmente, sobre a profissionalização dos funcionários da educação.

Funcionando vinculado à Secretaria de Política Social, o Departamento terá sua estrutura discutida na primeira reunião do CNE - pois, apesar de a CNTE não estar dividida em setores, é a única maneira de assegurar a presença dos funcionários dentro da Confederação.

Todos sabemos a importância dessa iniciativa. Agora, cabe a todos os sindicatos contribuírem para que o Departamento tenha respaldo na organização nacional, enviando sugestões, divulgando e debatindo sobre esta estrutura, comunicando a CNTE sobre a participação dos funcionários - e, principalmente, como anda a unificação em cada Estado. Dessa forma, com os Estados trabalhando neste sentido, estaremos, de fato, consolidando a unificação dos trabalhadores em educação em nível nacional.

* Secretária Adjunta de Política Social Responsável pelo Dept. de Funcionários da Educação

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO E LUTA

AL - Realizada no dia 09/02 com prazo de resposta do governo até 06/03. Nova Assembleia prevista para 1º quinzena de março.

PE - 07/03
ES - 08/03
CE - 09/03 (SIND-UTE)
DF - 11/03 (SINPRO)

RO - 15/03 / MG - 16/03
RN - 16/03 (Estado) - 23/03 (Município - Natal)
SP - 17/03 (APEDESPE) - 17/03 (AFUSE)
MT - 03/04 / PI - 05/04

Figura 7 – Recorte de jornal Notícias da CNTE, ano VII, Nº 36, janeiro/fevereiro de 1995 de Brasília. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

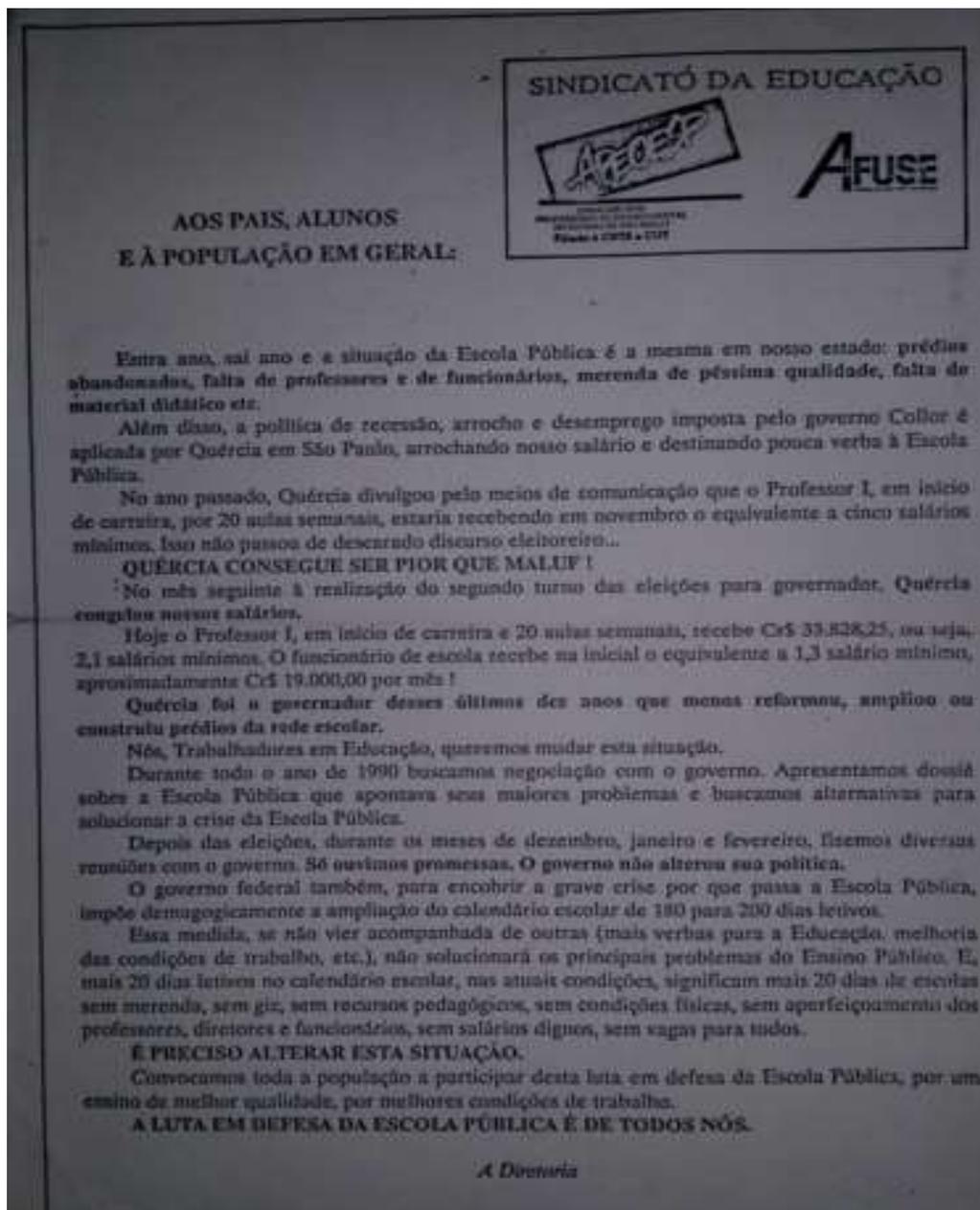


Figura 8 – Panfleto da AFUSE e APEOESP aos pais, alunos e a população sobre a situação da escola pública de 1991. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

1988 (10) S. 10/1/88

AFUSE - Associação dos Funcionários da Educação.

Companheiros do Vós

23 JUN 1988
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO

Não é novidade para nenhum de nós, falarmos do baixo salário de qual somos vítimas e das péssimas condições em que trabalhamos. Mas desde muitos anos, não temos feito nada / mais forte para mudar esta situação, só temos reclamado da / vida, cada um no seu local de trabalho.

Desde outubro de 1985, criamos a nossa associação e de lá para cá, é que temos reivindicado junto ao governo do Estado as nossas direitos de melhor país de a condições de trabalho.

No mês de janeiro deste ano, realizamos em Curitiba / um seminário estadual, onde, foram lidas cerca de 48 reivindicações da categoria, e entregues à secretaria da educação em / 28 de janeiro e novamente em 13 de maio. O antigo secretário havia nos prometido obter algumas reivindicações, acontece que ele saiu do secretariado, sem nos dar nada. Já o Dr. Pinotti novo secretário, no dia 14 de maio dia de secretariado, nos recebeu, e prometeu obter as nossas reivindicações, dizendo o Diretor de ADM para secretariado. Mentira que o prazo de / estudo terminou no dia 13 de junho e não nada de concreto teve para nos apresentar, demonstrando uma total insensibilidade por parte do governo.

Como acima, na assembleia estadual realizada em 14 de junho, a categoria com outra lista, assumiu entrar em greve, para que o governo se sensibilize com a nossa situação que não anda nada boa.

O R 8 V 2 a partir do dia 23/6

- pelas 48 reivindicações da categoria
- por 10 dias de greve em julho
- por 10% de adicional por greve
- por 6 referências e mais abono de Cel 710,00 incorporado/ no salário

Figura 9 – Carta da AFUSE aos companheiros sobre baixos salários e péssimas condições de trabalho de junho de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

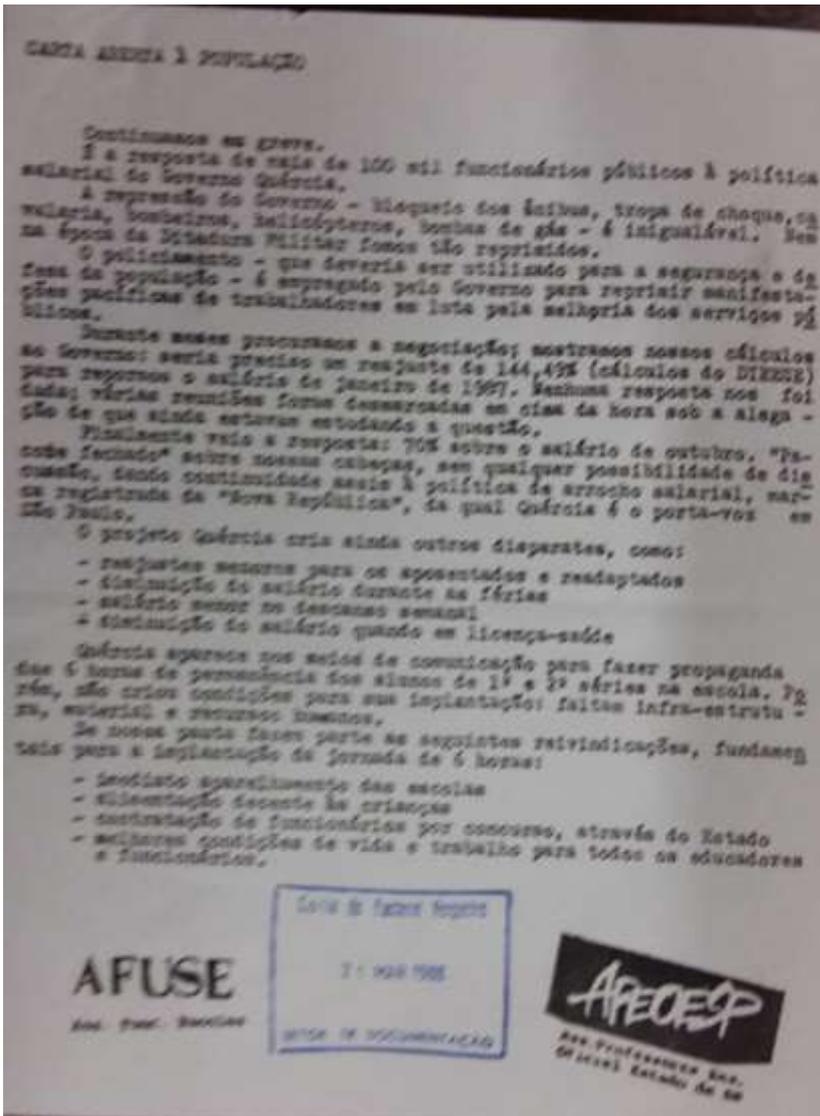


Figura 10 – Carta à população da AFUSE e APEOESP de 1988. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 11 – Panfleto chamando os funcionários de escolas para concentração geral do Funcionalismo em 30 de maio de 1984. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

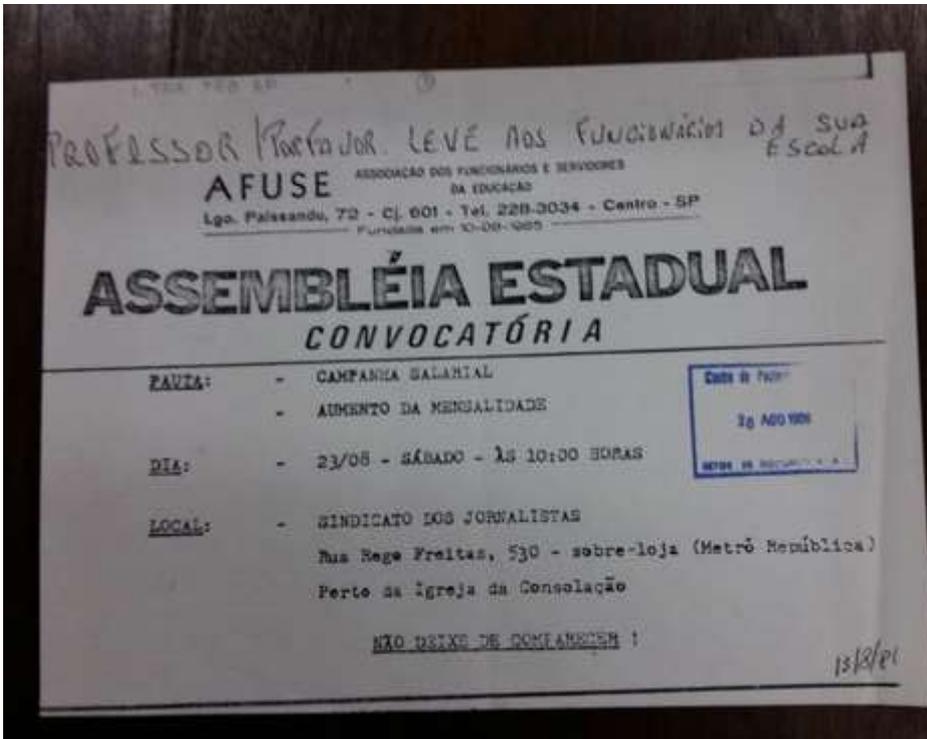


Figura 12 – Panfleto da AFUSE convocatória de Assembléia para 23/08/1981. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

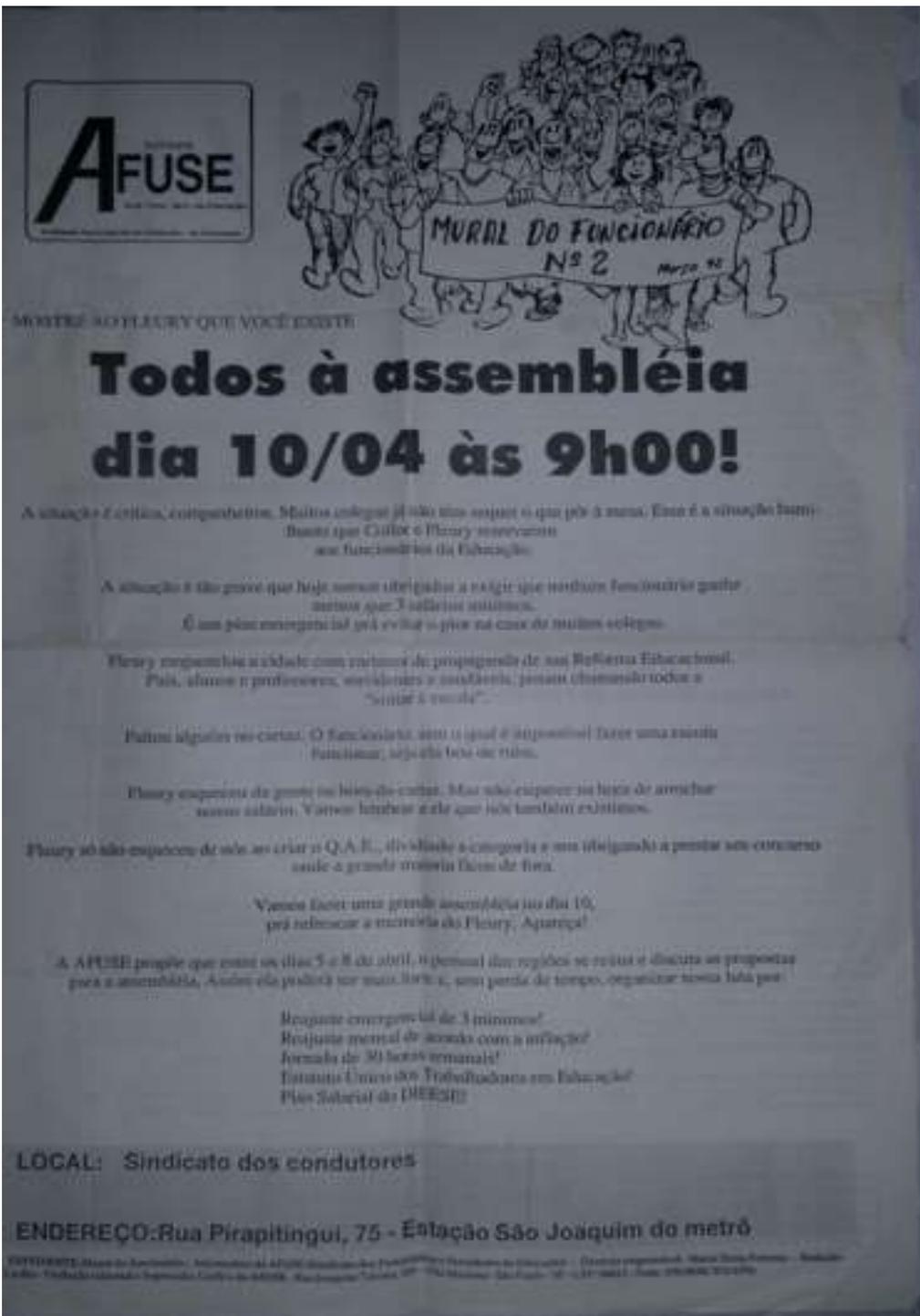


Figura 13 – Panfleto da AFUSE, mural do funcionário nº 2, março de 1992 (Frente). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

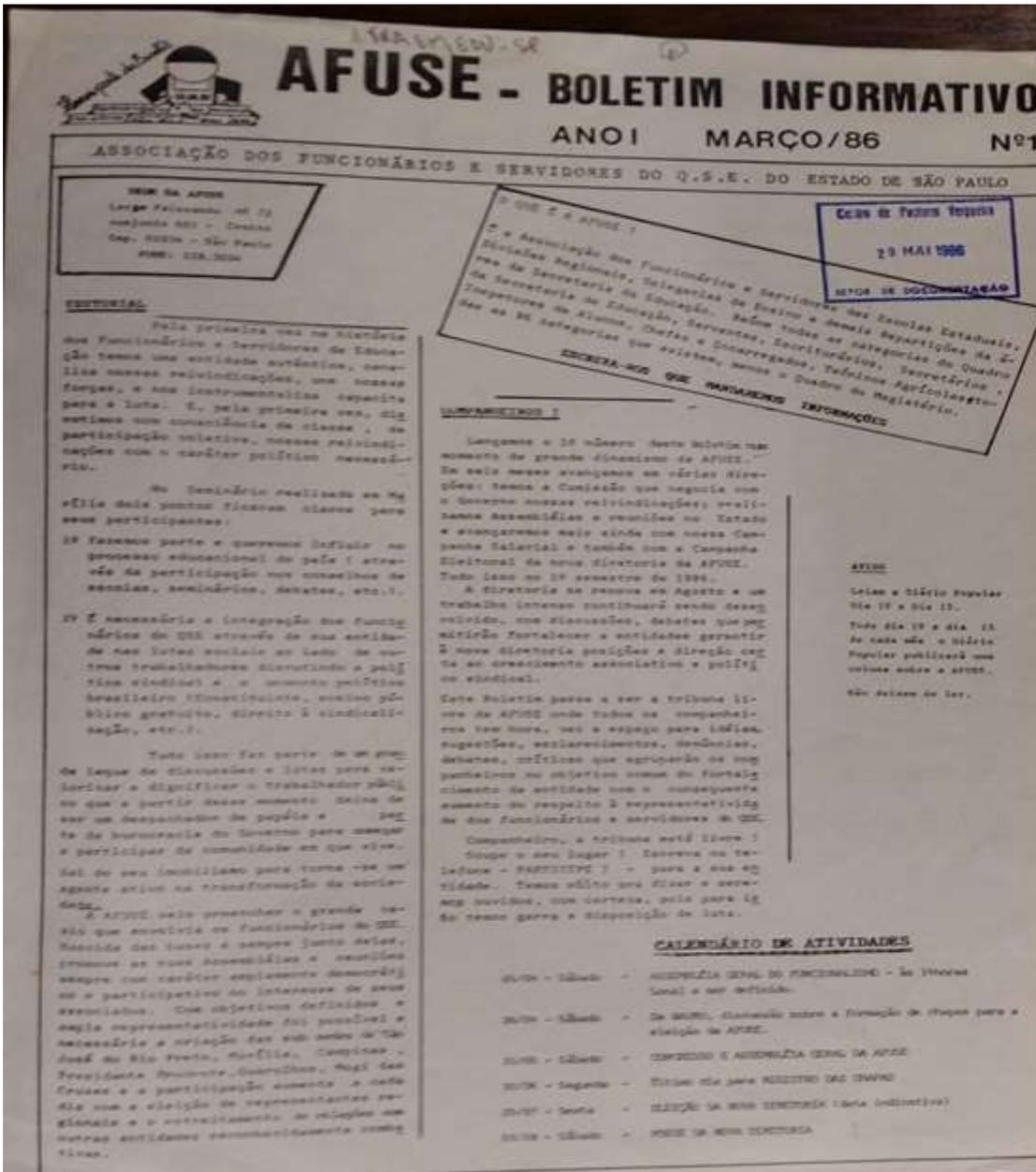


Figura 14 – Boletim informativo da AFUSE de março de 1986. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

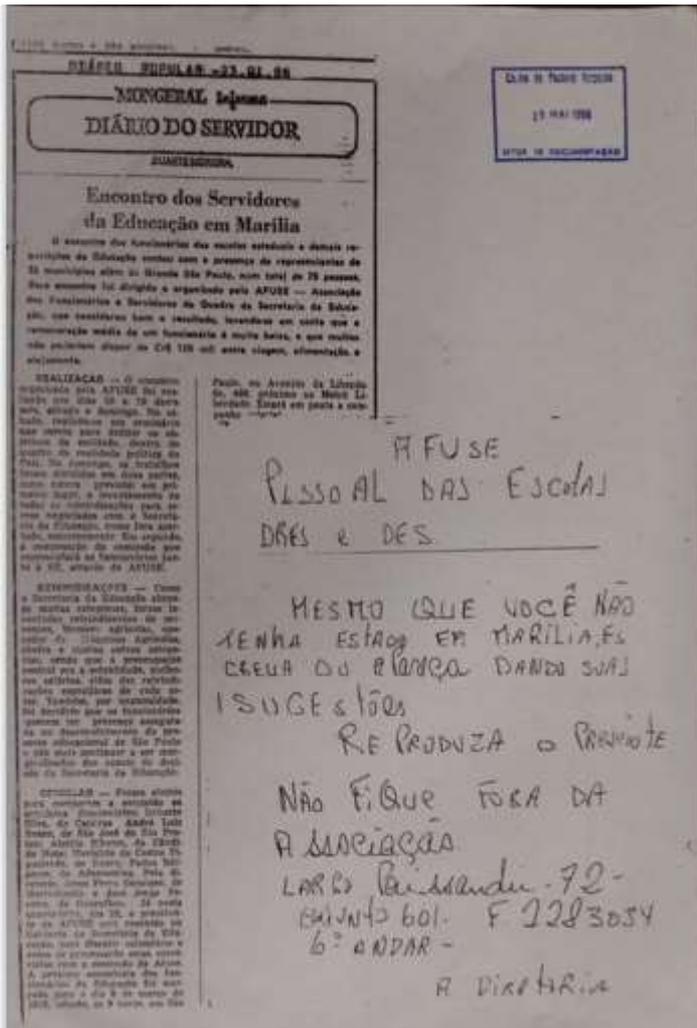


Figura 15 – Jornal Diário Popular de 23 de janeiro de 1986. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

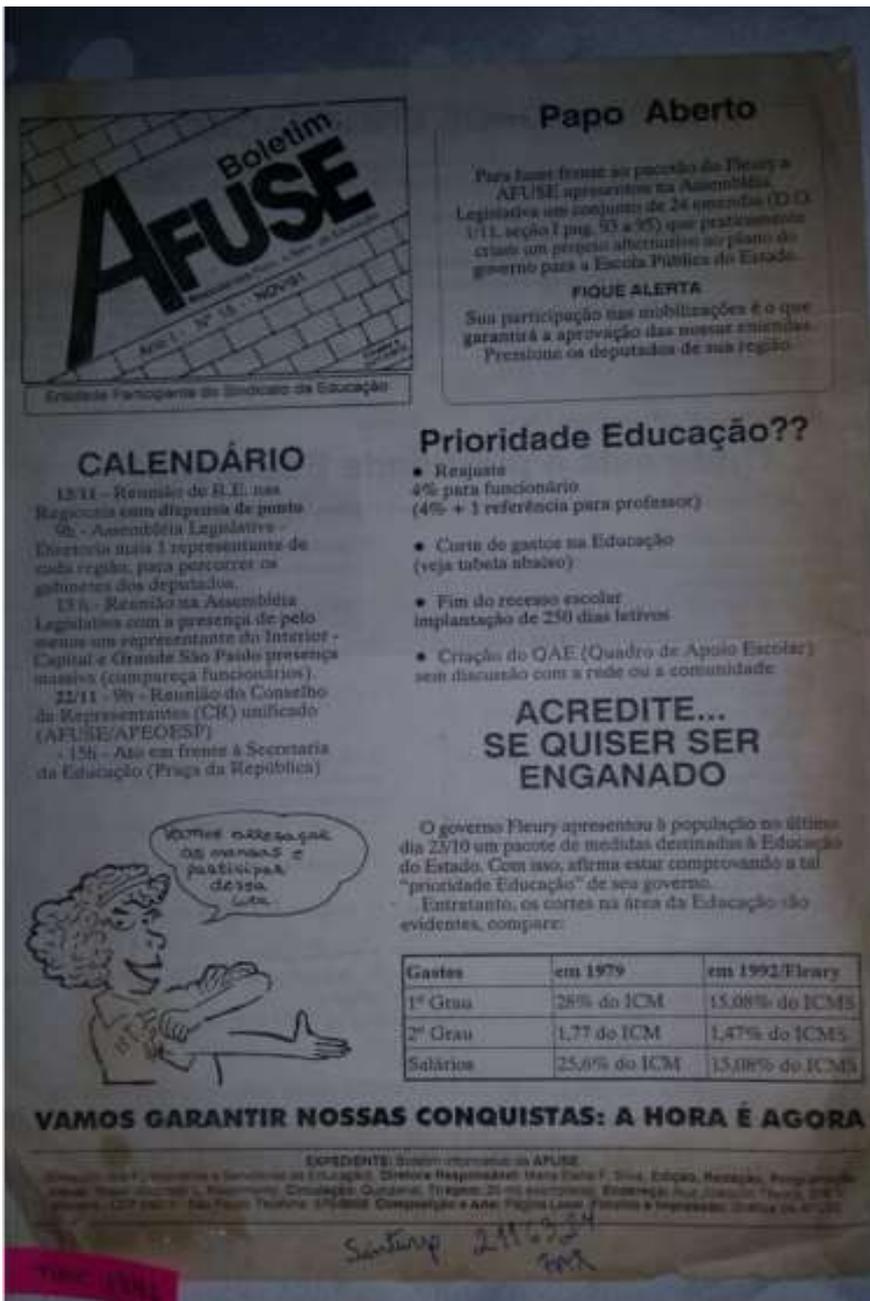


Figura 16 – Boletim da AFUSE, ano I, nº 15 de novembro de 1991 (capa). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

No Governo COVAS já no seu primeiro dia é anunciado que o salário do funcionalismo iria ser parcelado. Surpreendidos com esta notícia do parcelamento do salário de dezembro a AFUSE inicia um trabalho de mobilização e denúncia dessa situação junto com o CONSESP. Providências que a AFUSE tomou e vem tomando.

JANEIRO:

DIA 2: - O CONSESP imediatamente no dia 2 representando pela AFUSE e pelo SINDSAUDE, comparece à posse do secretário da administração protestando contra essa medida.

DIA 3: - Somos recebidos pelo chefe de gabinete e pelo Secretário adjunto da Administração que pouco resolve. Em reunião na própria administração aproveitamos a presença da imprensa anunciando que iremos ao Governador às 11:00 Hs do dia 04/01, sem marcação de audiência previa.

DIA 4: - No Palácio dos Bandeirantes somos recebidos depois de uma certa relutância, inicialmente pelo Vice-Governador Geraldo Alkmin, o Secretário da administração Miguel Ramos Junior, Secretário de Governo Antonio Angarita, e o Chefe de Gabinete Roberto Marinho. A última parte da reunião teve a participação do Governador Mário Covas, quando o CONSESP cobrou enfaticamente do Governador o fim do parcelamento e que iniciasse imediatamente a discussão da situação salarial do Conjunto do Funcionalismo. O Governador expõe a situação das contas do governo e reclama que manter o parcelamento, e assume o compromisso de receber o CONSESP (Conselho de Entidades de Servidores do Estado de São Paulo), em 15 dias a partir de 04/01, para discutir a situação do funcionalismo.

DIA 5: - Com ampla cobertura da imprensa continuamos tomando iniciativas para pressionar o novo governo, com este propósito fomos a procuradoria do Estado de São Paulo quando entregamos uma petição alegando a inconstitucionalidade da medida do Governo e solicitamos posicionamento do procurador Geral do Estado.

DIA 6: - A AFUSE é recebida pela nova assessoria de gabinete da secretaria, onde é colocado que a partir de agora queremos sempre o mesmo resqstie para os trabalhadores da educação, sejam professores ou funcionários. Discutimos também a situação dos funcionários das Divisões Regionais. A audiência com a Secretaria da Educação será no período de 16 a 20/01.

DIAS 9 e 10: - Decidimos ir ao Banexpa. - Solicitamos audiência com o interventor do Banco - Senhor Altair Cunha, e no dia 10 por indicação do Presidente do Banco fomos recebidos pelo Diretor Geral de Administração, quando solicitamos que o Banexpa com a sua característica de Banco do Estado que atua junto ao Governo abraze linha de crédito para o Governo pagar todos os salários sem parcelamento, aproveitamos para cobrar da Diretoria do Banexpa uma melhor atendimento ao correntista funcionário pública, que perde o dia inteiro em filas intermináveis, e também que o Banexpa não discrimine o pequeno correntista que hoje não recebe talão de cheque por conta dos baixos salários pago pelo Governo. Receberemos respostas do Banexpa, que assumiu compromisso de discutir estas questões em reunião de Diretoria do Banco.

AValiação

Com a rápida ação do CONSESP da qual a AFUSE tem a Secretaria Geral com Jorge Pereira, conseguimos ampla cobertura dos meios de comunicação (RÁDIOS, JORNAIS, E TELEVISÃO), com espaço em todos os Tele-jornais. Não conseguimos reverter totalmente o parcelamento, que ainda atinge parcela do funcionalismo, a partir de agora será a mobilização do funcionalismo, que irá reverter esta situação onde a AFUSE assumiu um papel de linha de frente neste momento de confronto com o novo Governo. Todas as Entidades vinculadas ao CONSESP e principalmente a AFUSE, iremos organizar um calendário de reuniões com a categoria para avaliar o resultado da reunião que o Governador comprometeu-se a marcar. Não aceitaremos nenhum tipo de parcelamento, e vamos nos organizar para mudar esta situação de miséria absoluta que vive a maioria do funcionalismo público.

Mas o pior é que tem uma associação, APFESP - Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, que no "JORNAL DA TARDE" de 03 de janeiro, dá um "voto" de confiança ao "Governador". Quem falou isso foi o vice-presidente daquela entidade "NICOLAU TORLONI" que descartava até a possibilidade de GREVE. Enquanto se luta que nem louco, tem entidade já puxando o saco do Governador, que parcela salários. Quem é sócio dessa entidade deve telefonar ao Sr. NICOLAU TORLONI, dizendo que ele não está autorizado a falar em nome de ninguém, porque eles nunca chamam assembleia e nem fazem eleições de diretoria na base.

O TELEFONE DA APFESP É 607-0471.

ÚLTIMO AVISO

A AFUSE junto com o CONSESP fará um comunicado a categoria logo depois da nova reunião que foi comprometido pelo Governador COVAS daqui a 10 ou 15 dias, porque novos parcelamentos não estão descartados pelo Governo nos próximos meses, e só a nossa luta reverterá esta intenção do Governo.

Figura 17 – Boletim da AFUSE de 11 de janeiro de 1995. Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

15

A AFUSE É PRA LUTAR

CONSTRUINDO O SINDICATO

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Os competentes que compõem esta chapa representam diversas regiões do estado e são caracterizados pela categoria como constituintes da AFUSE, principalmente pelo constante trabalho realizado em benefício de nossas salas.

Entre os componentes da chapa estão aqueles que fundaram a entidade, que sempre chamaram a categoria

a lutar contra as baixas salários, que agravam as greves de 80, 87 e 90 e sem dignidade, especialmente a partir desde 1985.

Hoje o Governo Sarney/Collor impõe a dívida externa e corta de nossa folha, massa salarial e nossos benefícios.

Por isso, esta chapa entende que o melhor modo de lutar é através da organização de uma entidade independente, que possa lutar por melhores condições de trabalho, melhores salários e melhores condições de vida para os funcionários da AFUSE.

Esta entidade deve atuar a serviço das salas de funcionamento da AFUSE, de forma a garantir a continuidade do trabalho em sala de aula, com o apoio do governo do estado e o apoio técnico e financeiro da AFUSE.

Esta entidade deve atuar a serviço das salas de funcionamento da AFUSE, de forma a garantir a continuidade do trabalho em sala de aula, com o apoio do governo do estado e o apoio técnico e financeiro da AFUSE.

Esta entidade deve atuar a serviço das salas de funcionamento da AFUSE, de forma a garantir a continuidade do trabalho em sala de aula, com o apoio do governo do estado e o apoio técnico e financeiro da AFUSE.



Os diretores para a chapa são: Manoel de Cássio, Carlos, Daniel, Sérgio, Demétrio, Humberto, Luiz, Zito, Carlos, João, César.



Os diretores para a chapa são: Manoel de Cássio, Carlos, Daniel, Sérgio, Demétrio, Humberto, Luiz, Zito, Carlos, João, César.

TODO APOIO À CHAPA

A AFUSE É PRA LUTAR

Quem apoia esta chapa reconhece o trabalho desses competentes que sempre estiveram a frente das atividades sindicais e que lutam pela melhoria da classe trabalhadora.

MAGNO DE GARRALHO - PRES. ADUSP
ROBERTO - PRES. ASSOCIA

JOÃO FELÍCIO - PRES. APDOESP
FRANCISCO POLI - PRES. IESBIO
JOCELIO DRUMOND - PRES. ASES
CLAUDIO S. FONSECA - PRES. APTEN
HELENA - PRES. ADUNCIAP
JOSÉ COELHO - PRES. CUT ESTADUAL
FRANCISCO DE SOUZA CHED GONÇALVES - PRES. CUT REGIONAL

NO DIA DA ELEIÇÃO VOTE EM QUEM LUTA

Figura 18 – Panfleto da AFUSE construindo o sindicato de 1988 (p.1). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

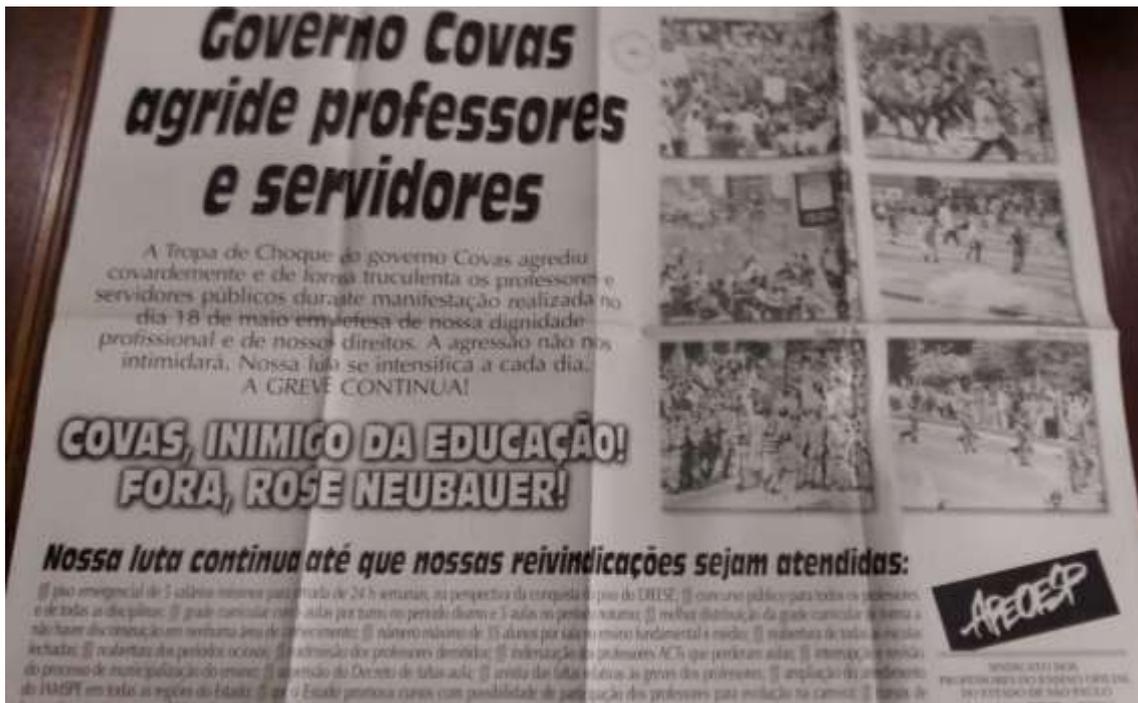


Figura 19 – Recorte de jornal da Apeoesp, período do governo Mario Covas, s/d. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

EST. CATE
AFUSE
Associação dos Funcionários da Educação

CAMPANHA SALARIAL/94
EU VOU PRÁ LUTA

NÃO AGUENTO MAIS
É O PREÇO DA COMIDA QUE SOBE!
É O SALÁRIO QUE DESCE!

CABE UMA PERGUNTA: POR QUE OS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO SEMPRE TÊM QUE PAGAR O FATÓ? BASTA. NÃO DÁ MAIS PARA SOBREVIVER COM UM "SALÁRIO" DE 70.350,00!!

<p>COMA COM O SALÁRIO DE MARÇO SE FOR CAPAZ:</p> <p>AUXILIAR DE SERVIÇOS - R\$ 70.350,00 OFICIAL DE ESCOLA - R\$ 112.614,04 SECRETÁRIO DE ESCOLA - R\$ 142.127,08</p> <p>SABENDO QUE O MAGISTÉRIO, ASSIM COMO TODOS OS FUNCIONÁRIOS, SUFRIU COM O ATOCHO DO GOVERNO FLAURY, MAS PELA NECESS. É P. NECESSAR. POR 40 HORAS SEMANAS, R\$ 210.316,48</p>	<p>FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NINGUÉM AGUENTA MAIS TANTA INFLAÇÃO! MUITO PARA DE PAIX E ALGUNS ESTE CARTÃO É PEÇA QUE SÓ SE NÃO HANDEM SEUS PESSOAS PARA A ESCOLA DIA 12 DE ABRIL, NÃO TEMOS QUE DEMONSTRAR PARA TODA A POPULAÇÃO A SITUAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO. 12 DE ABRIL É DIA DE LUTA NINGUÉM VAI TRABALHAR!</p>
---	---

AValiação

O Governo Federal toma o plano econômico e atenta os salários. Os preços do arroz, feijão, água, luz etc. como sempre, ficaram de acordo com a vontade dos grandes empresários deste país. Ou seja, sem prejuízo dos salários!

Em meio a tudo, existe uma parcela que, segundo os termos de ajuste, será mais prejudicada: O **FUNCIONARISMO**.

O Governo Fláury vai continuar com sua "política salarial" atrasada, sem salários reajustados em forma de adiantos e gratificações. Não são mais condições de sobreviver sem um peso de três salários mínimos!

Como se não bastasse, esse go. Governador Fláury quer rebaixar funcionários, não resolve a diferença salarial entre o QAE e o QSE, então, pelo que parece, as prioridades do Governo são muito distantes daquilo que necessitamos. Portanto, se você ficou desilustrado com os 80% de reajuste que recebemos em janeiro, está na hora de sair na rua e perceber que o salário que vamos receber em abril não dá para nem sequer pagar a metade das despesas básicas, já que a inflação do mês de março atingiu a 50%!!

NÓS ESTAMOS ESPERANDO O QUE? VAMOS À LUTA, NÃO TEMOS OUTRA SAÍDA!

<p>CONSELHO DE REPRESENTANTES DIA: 18/04 HORÁRIO: 08:00h LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL, DE SÃO PAULO SOB: HANEMAN OMBRUS PARA CONDIZIN DE CONSELHEIROS ATÉ A ASSEMBLÉIA.</p>	<p>ASSEMBLÉIA ESTADUAL DIA: 18/04 HORÁRIO: 12:00h LOCAL: MASP ENDEREÇO: AV. PAULISTA Nº283 TRIANON</p>	<p>CONCENTRAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DIA: 18/04 - TERÇA-FEIRA HORÁRIO: 14:00h LOCAL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO ENDEREÇO: R. BELA CINTA, 834 METRÓ CONJUGAÇÃO</p>
--	--	--

APÓS A ASSEMBLÉIA SEGUIREMOS EM PASSEATA PARA A CONCENTRAÇÃO NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PARTICIPAÇÃO ORGANIZADA É O QUE VALE: FAZEM CARRAVANAS COM OS FUNCIONÁRIOS DA SAÚDE, IA QUE CLER TAMBÉM PARTICIPARÃO DA CONCENTRAÇÃO, PROCUREM OS DIRETORES REGIONAIS DA AFUSE, PARALISEM NAS REGIÕES SE NÃO PODEREM VIR PARA SÃO PAULO!

A DIRETORIA
17/03/94

Figura 20 – Cartaz da campanha salarial da AFUSE de 17/03/1994. Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

CUT CN E **informativo** **AFUSE** SETEMBRO N.1
 Dedicado aos Func. Serv. Educação

25 de SETEMBRO
 Assembléia dos Trabalhadores em Educação
 Praça da República - 15 hs

FUNCIONÁRIOS DE Escolas
ESTAMOS EM CAMPANHA SALARIAL

- * PIÇO SALARIAL EQUIVALENTE AO MÍNIMO 10. DEZEMBRO
- * JORNADA ÚNICA DE TRABALHO - 30 HORAS SEMANAIS
- * CONSUMO PÚBLICO JÁ
- * CONTRA A MUNICIPALIZAÇÃO
- * LUTA PELA DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

A luta pelo Píço Salarial continua. Atualmente para alcançarmos a nossa reivindicação - Píço equivalente ao salário de Renda - precisamos de 245% de reajuste. Já que este mínimo em setembro está calculado em Cr\$ 58.131,00, o nosso salário hoje atual é Cr\$ 14.493,62.

Quaresma com o governo do estado abra negociação com a categoria e estabeleça um plano para atingirmos este Píço Salarial.

Para isto, desde o dia 5 de setembro estamos em estado de greve. E também montamos um Calendário de Lutas para discutir as nossas reivindicações e organizar uma greve.

Já intensificamos as reuniões e visitas às escolas e estamos preparando boletins com informações sobre o pessoal não docente.

• ATENÇÃO SECRETÁRIOS DE ESCOLA •

O PLC 49/RR está para ser votado. A AFUSE entregou ofício às lideranças partidárias, que se comprometeram a colocar o projeto em votação no dia 18 ou no dia 25 de setembro.

Precisamos incluir o plenário da Assembleia Legislativa para pressionar os deputados e aprovar em nossas demandas. Entre em contato com a AFUSE para organizarmos esta mobilização.

Se não se cumprir, se o voto não for no dia 25, participe da assembléia da Educação às 15 hs na Praça de República, porque depois iremos em caravana para a Assembleia Legislativa.

Figura 21 – Informativo nº 1 da AFUSE sobre assembléia dos trabalhadores em educação do período do governo Quércia (p.1). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

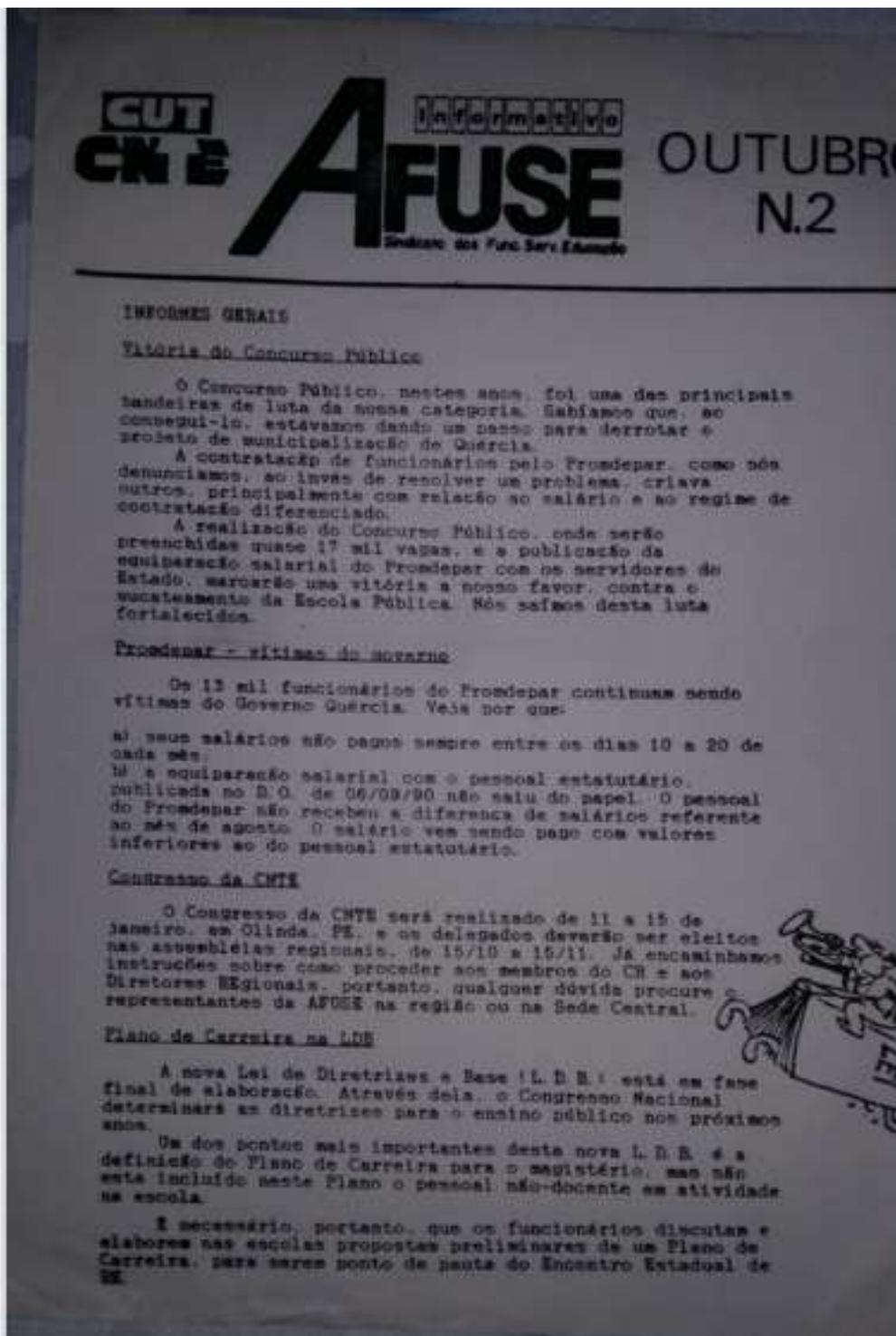


Figura 22 – Informativo nº 2 da AFUSE sobre conjuntura da vida dos trabalhadores em educação do período do governo Quêrcia (p.1). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



INFORMATIVO

SÃO PAULO, 09 DE JANEIRO DE 1995

FUNCIONÁRIO DE ESCOLA OU DELEGACIA DE ENSINO

O trabalho profissional realizado por **FUNCIONÁRIO** OU **PROFESSOR** E INCLUSIVE **DIRETOR DE ESCOLA** TEM QUE TER SALÁRIO COMPATÍVEL COM ESSE TRABALHO REALIZADO.

Essa relação NÃO muda mês a mês. Todos os trabalhadores da educação TEM QUER TER SEMPRE MANTIDA ESSA relação de salários.

PORTANTO TODO MÊS A relação É ESTA:

Se o piso do Aux. de Serviço for 70% do salário do PI por 40 hs semanais, TEM QUE SER 97,39% de aumento nos salários de cada categoria, veja como deve SER:

AUX. DE SERVIÇO	197,39
SERVENTE DE ESCOLA	209,71
INSPEÇÃO DE ALUNO	225,02
OFICIAL DE ESCOLA	273,07
SECRETÁRIO DE ESCOLA	496,01 *
CHEFE DE SEÇÃO	531,05 **
ENCARREGADO DE SETOR	457,31 **

* NESTE valor foi incluída uma gratificação de função de 30%

** NESTE valor já está incluída a gratificação de função

OBS: Cálculo feito com as categorias mais numerosas, SE BEM QUE O REAJUSTE TEM QUE SER PARA TODOS

A Diferença

Figura 23 – Informativo da AFUSE sobre salários dos funcionários de escola de 09 de janeiro de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

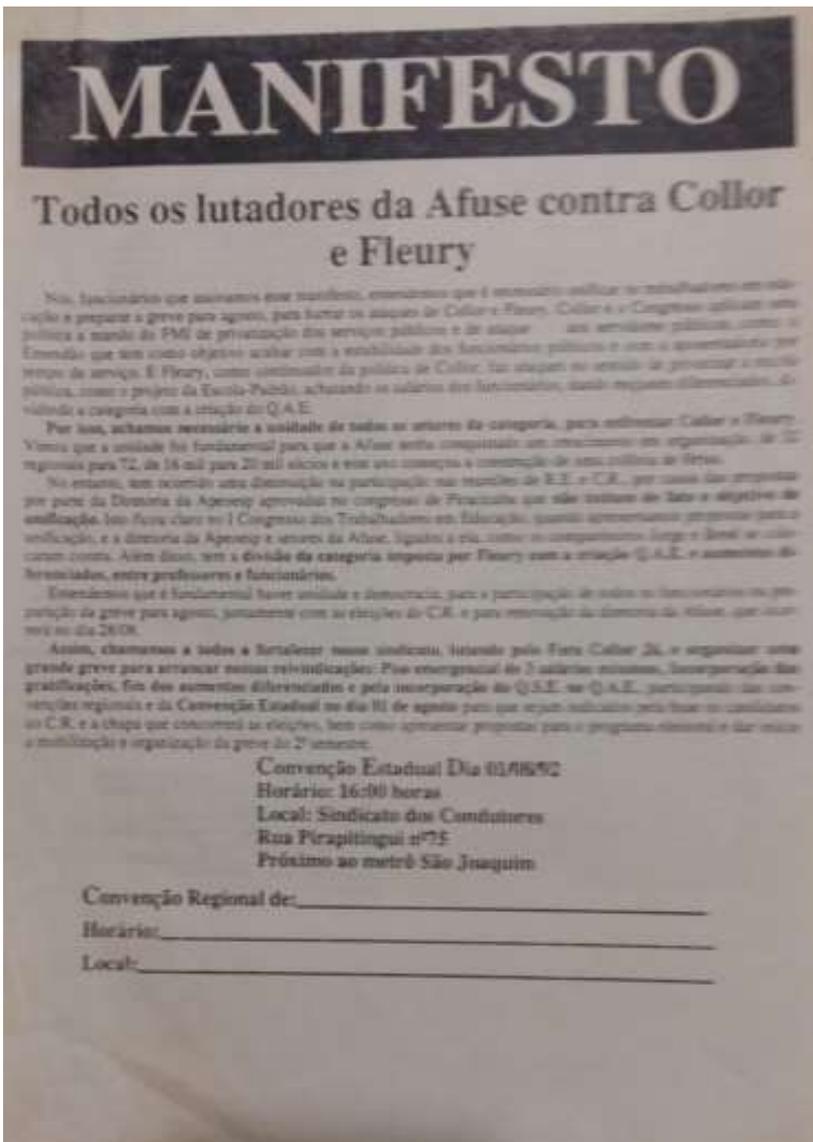


Figura 24 – Manifesto da AFUSE contra Collor e Fleury com chamada para convenção Estadual dia 01/05/1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 25 – Manifesto da AFUSE contra Collor e Fleury de 1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

MANIFESTO

Será realizado de 11 a 13/03/92, em São Carlos, o VII Congresso Estadual da AFUSE, para nós que assinamos este Manifesto, há, hoje uma grave crise na economia mundial. O governo Collor seguindo as determinações do F.M.L. submete os trabalhadores a salários deploráveis e vende o patrimônio do povo a preço de banana (como ocorre hoje com as estatais), e vem entregando nossa economia ao capital estrangeiro; às custas de mais miséria e recessão. Em São Paulo, Fleury, cópia da miséria collorista que arrasa o país, por um lado procura atrair lideranças sindicais e empresários para através de um pacto "minimizar" os efeitos da recessão, e por outro lado aplicar os mesmos planos de sucateamento e arrocho do governo federal, submetendo o funcionalismo público estadual a baixos salários.

Os trabalhadores vem opondo resistência à política econômica do governo. Os dois meses de luta dos aposentados para receber os 147% que Collor não quer pagar, derrubou ministros, produziu manifestações em todo o Brasil. O F.M.L. está com medo de que se o governo pagar os 147% não sobre dinheiro para pagar a dívida externa. Por isso o CONGRESSO DA AFUSE, solidário com todos os aposentados e trabalhadores deve aprovar como sua principal deliberação: FORA COLLOR E O F.M.L.

Este grupo que está entocado na garganta deve servir para unificar na luta todos os trabalhadores. Entretanto a Direção da CUT e a Força Sindical ao invés de ajudar organizar, apoiar e unificar estas lutas, ficam promovendo atos e debates com os patrões e o governador Fleury. Por isso o CONGRESSO DA AFUSE deve aprovar uma clara moção contra a participação da CUT em forums com os patrões e conchamar a nossa Central a transformar o 2º aniversário do governo Collor, dia 15 de março, como Dia Nacional de Luta e Protesto.

Hoje, não há dúvidas, que após a aplicação, qualquer plano econômico (Cruzado, Bresser, Collor I, Collor II), elaborado pelo Governo, a nossa vida piorou. O CONGRESSO DA AFUSE deve apontar à CUT a tarefa de elaborar um Plano Econômico dos Trabalhadores, contra o desemprego, contra o arrocho salarial, contra a privatização para superar a crise do país.

Figura 26 – Manifesto sobre o VII congresso Estadual da AFUSE de 11 a 13/03/1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 27 – Jornal Notícias da AFUSE de março de 1990 (capa).
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

CAMPANHA SALARIAL

A LUTA É NOSSA, MAS TAMBÉM É DO FUNCIONALISMO

A partir do momento em que iniciamos uma luta como a nossa, só nos resta uma alternativa: conquistarmos lutando!



A nossa luta com o conjunto do funcionalismo é a única maneira de enfrentarmos os ataques do Governo no segundo semestre.

FUNCIONALISMO

O dia de paralisação do funcionalismo (13/08) — é, com certeza, um passo importante na demonstração do nosso caráter político e do comprometimento dos servidores públicos!

Hoje, a diferença do salário de uma P4 (professor em início de carreira) por 20 horas semanais, que era de Cr\$ 500 mil, com relação ao piso salarial de um auxiliar de serviços, já supera os Cr\$ 2 milhões!

As novas gratificações foram acrescentadas sem o mínimo critério, adaptando a diferença salarial entre as várias categorias. Ex: entre os funcionários da Saúde e da Educação.

Mas não pára por aí, com o reajuste percentual ZERO POR CIENTO, dado pelo Governo em junho, as perdas salariais entre as várias categorias da Educação tornaram-se ainda mais monstruosas.

No dia 23/07, tivemos uma reunião na Secretaria da Educação, onde tivemos discussão e análise as distorções salariais do pessoal administrativo da Educação, em conexão ao conjunto do funcionalismo.

O CONJUNTO DO FUNCIONALISMO VAI À LUTA!

Nesse momento, analisando a situação, fica uma pergunta no ar: depois desse reajuste dado no mês de junho, o que mais podemos esperar?

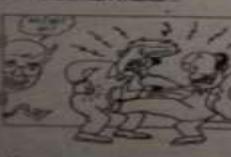
A postura do Governo do Estado no segundo semestre, como já é de costumar, será sempre como dramática a situação econômica do Estado, ou seja, já começa a surgir as dificuldades no pagamento do 13º salário do funcionalismo, tentado, com isso, justificar a política de arrocho salarial com reajustes abaixo da inflação.

FLEURY: "O DIABINHO ESPERTO"

A coisa que eu mais gosto de explicar ao funcionalismo, além do salário, é a condição no meio da categoria! Veja como eu faço:



Dessa situação diferenciada entre as categorias, depois de já ter vindo o "passo comum"...



Mais o que eu mais gosto, é ver a categoria dentro do "comum" na Diretoria de Ensino. Não tem, no dia a dia, uma preocupação legal? Primeiro, primeiro para a Diretoria estadual e federal. Depois que não tememos para a categoria, eu vou lá e não dá nada! Lá eu só fico falando a "parábola"...

chados começam a se desintegrar? E a gente é que muitas delas vão continuar andando no meu partido. Com o voto dele, não sei candidato à Presidência da República.



Indivíduos amarrados em um momento que eu não vou dar nome? De a categoria está em greve, alguns começam a voltar ao trabalho. Assim eu deixo a Diretoria de Ensino desorganizada de tudo! E não, preciso mesmo assim!

Agora o melhor é de ter as coisas diretas a Diretoria de Ensino, "metendo o pau" nos Diretores. Também, quero mostrar aos Diretores as condições e bem? Eu já negrei o ajustamento salarial deles e eles estão com mais de 200 folgas para regularizarem. Acho que quando eu for candidato a Presidente da República, vou mandar fazer uma lista com os nomes. "Quem em nome e nomeo o pau na Diretoria de Ensino".

E aí, fico comemorando, porque sei que mais não vão vir. Mas quando eu não vou lá, eu e a política vai tudo como nas outras duas vezes também lá? Não vou.

Mais de uma coisa que me faz morrer de rir até não poder mais: sempre os professores de que tem uma ingenuidade que eu gosto de brigar comigo até brigar com os professores e não quero me discutir. Afinal, no lado da educação pouco ou quase nada significam, ainda bem que eles não percebem que tem um Secretário de Educação...

até! Eles pensam (do modo como brigam entre si) que existem dois Secretários de Educação? Um para os professores e outro para os funcionários. Pelo que eu sei, nem sei se eu posso pagar as duas categorias! E ainda o Fernando de Menezes tá caprichando! Outro dia me encontrei inesperado de vir: combinamos de dar uma gratificação por número de alunos no curso o Secretário de Ensino e deixamos os outros chapando d'água! Nessa hora até falei com o da Diretoria de Ensino, que está sendo bombardeado de todos os lados com aquela pergunta que todo mundo conhece: "Por que só para Secretário de Ensino?" Respondo: que da vez foi chamado de todos os lados para a categoria de ensino da Diretoria. Assim, não dá para fazer Assembleia, não fazemos greve e não se fazem. Então que muitos funcionários pagam o jornal da AFUSE e podem saber de tudo em geral! Mas não tudo é aliado no mesmo lado, não consigo saber com certeza-bom no Aniversário. Mas acho é ver tudo gratificação e abono, assim acabou com a Escola Pública de uma vez? Enquanto isso não acontece, vou alimentando o diabinho no cotidiano. Em junho, dei reajuste quase zero para todo mundo! Para os aposentados foi um zero bem redondinho e o salário não foi! Tem gente que diz que muito funcionalismo de Ensino não tem lá, eu acho depois do reajuste, de tanta coisa que está. Então que eles estejam sabendo o nível real de Cr\$ 11.000,00. Esse pessoal é ingenuidade! Ou será que eles não sabem?

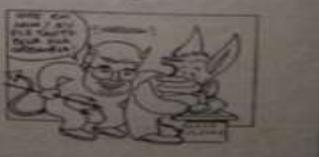


Figura 28 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.4). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

Jornal da AFUSE

CONJUNTURA NACIONAL

UM BRASIL FAMINTO!!

Há um mês atrás, dia 22 de junho, em Brasília, foi lançada a Campanha Contra a Fome, ou "Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida", encabezada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Como se fosse ironia do destino, no mesmo dia em que era lançada a campanha, os maiores jornais do país publicavam uma lista com os nomes mais ricos do mundo. Entre eles, cinco brasileiros: Emílio de Menezes, Sebastião Camargo, Leon Ferraz, Cecílio Rago Almeida e Estêlio Oddebruch, os seis empresários que se posicionaram contra o regime militar, dizendo que resultaria em seu aumento estrondoso de inflação. Além disso, veio contra a reforma agrária e a favor do FMI.

UM DRAMA NACIONAL

O Brasil convive com uma triste realidade: 32 milhões de brasileiros passam fome! Por que isso? 70% da população não se alimenta o suficiente para terem uma vida digna!! Um quadro que denuncia a incoerência que domina o Brasil, porque enquanto poucos acumulam grandes riquezas, a fome persegue milhões pessoas.

Hoje, é necessário que estejamos atentos para os rumos que os poderosos (al-

guns políticos e empresários) querem dar para a campanha contra a fome: transformá-la em um grande projeto assistencial, mas sem entrar realmente no mérito da questão.

É preciso que fique bem claro que não é esta a maneira da proposta. Temos que entrar nessa luta em conjunto com a sociedade e as entidades constituídas: CUT (Central Única dos Trabalhadores), Sindicatos, Associações, políticos, etc.

UMA VIDA DIGNA

Na verdade, os famintos necessitam de terra para trabalhar, uma política emergencial de empregos, salários dignos e acesso à Educação, buscando com isso, melhores condições de vida, pois é esse o objetivo da campanha.

Neste momento, temos que unir nossas forças e lutar em favor não só da fome, mas da ética na política, porque só assim teremos ~~revertido~~ para revertermos esta triste situação. E nós, enquanto trabalhadores da Educação e como parte integrante desse processo, estamos engajados nessa LUTA, discutindo e nos mobilizando no sentido de darmos uma resposta à altura das injustiças que são cometidas no nosso país!!



CUT/CNTE
AFUSE

Orgão Interativo do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação
Rua Jucaim Tavares, 319
São Mateus - São Paulo - SP CEP 04015-000

CONJUNTURA NACIONAL

IMPRESSO

PORTE PAGO
ECT - DR/SP
PRT - 8006/91



Figura 29 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.12). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 30 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (pp.6 e 7). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 31 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (p.8). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

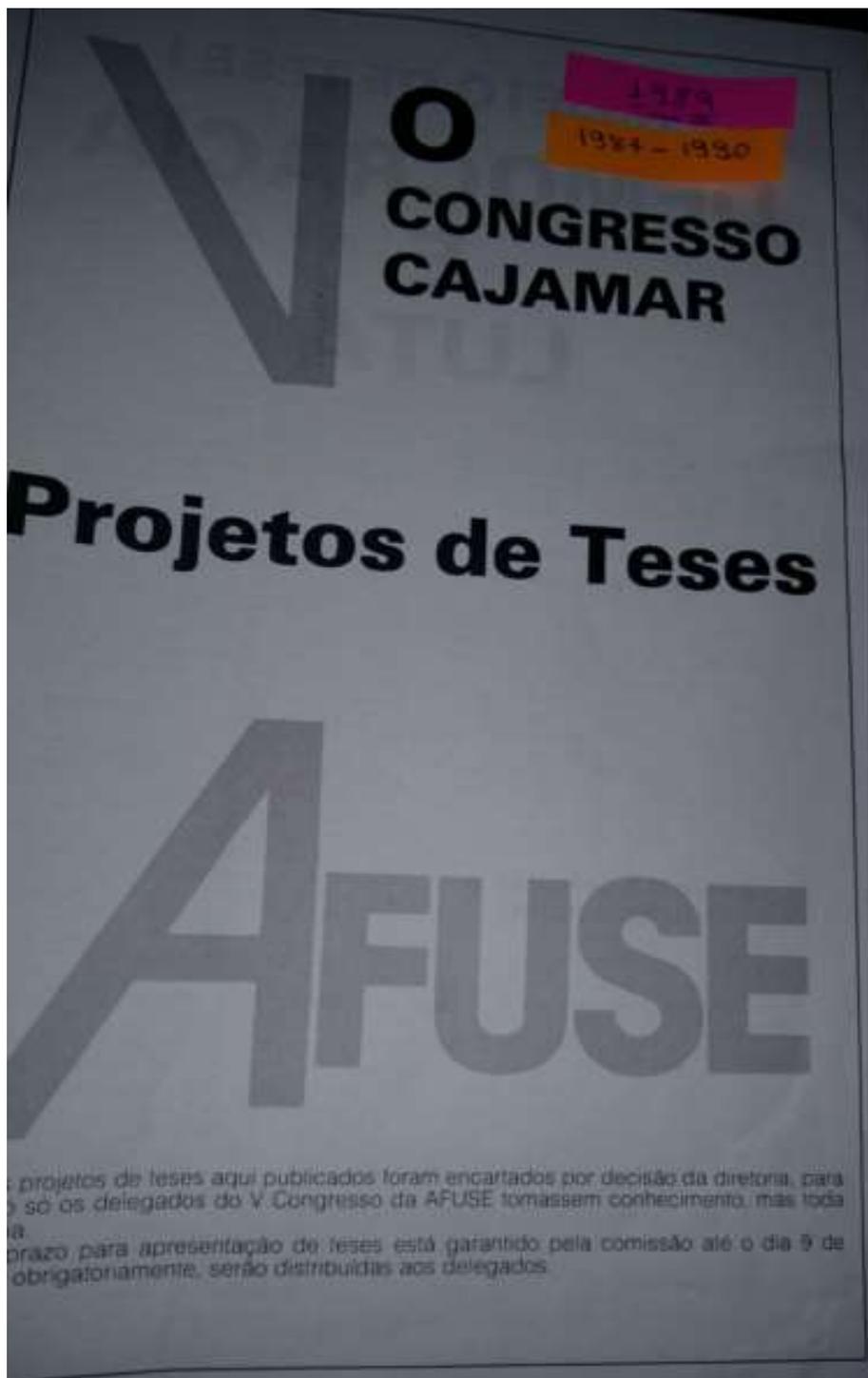


Figura 32 – Panfleto com as teses do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

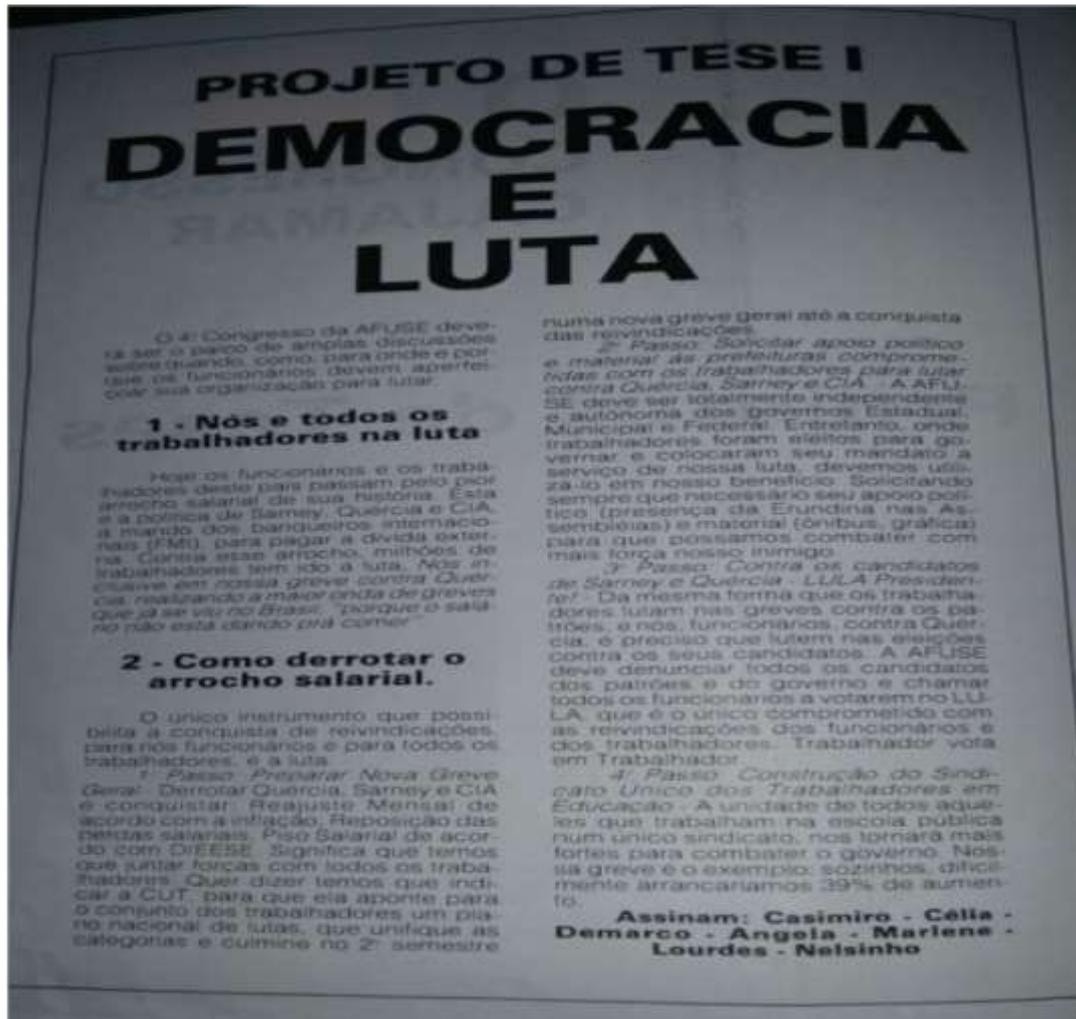


Figura 33 – Projeto de tese I, do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

PROJETO DE TESE II

A AFUSE SOMOS NÓS

Quer você esteja conosco ou não desde de 84, quando começamos a organizar a AFUSE, temos um princípio que é a construção de uma ASSOCIAÇÃO AMPLA e democrática, independente de estados e de partidos políticos. Temos que mantê-la assim, por isso venha participar do Congresso da AFUSE.

O momento atual e a luta contra o Arrocho Salarial

A greve que iniciamos a 40 dias, junto com o magistério, é o maior enfrentamento de nossa Categoria com o Governo Quéroia. Ele nos oferece NCz\$ 182,00 de piso salarial. Não dá para viver com isto.

A nós, trabalhadores, não iludiram com o Plano Verão, e fizemos a maior greve geral da história. O Sarney foi a Televisão falar contra as greves, mas continua arrojando nossos salários, para poder pagar a Dívida Externa.

A Greve é o único instrumento eficaz de luta dos trabalhadores contra o Desgoverno Quéroia e Sarney.

Portanto, é necessário de novo acumularmos forças, para que na hora certa a CUT e demais Centrais Sindicais chamem nova Greve Geral. É preciso lutar.

A importância das eleições presidenciais/89

Depois de mais de 20 anos, conquistamos as eleições presidenciais. Nós, trabalhadores, temos que participar apoiando o candidato que demonstre claramente que, ao longo de

sua vida e por suas atitudes, sempre esteve ao lado de todas as lutas da classe trabalhadora.

A AFUSE é nosso Sindicato, aberta para toda a Categoria, e se manterá independente de qualquer candidatura. Não vamos misturar sindicato com Partido Político.

Independência não significa indiferença quanto as eleições e é necessário o mais amplo debate sobre as eleições presidenciais.

O Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação:

Em outubro realizaremos o Congresso Unificado APEOESP/AFUSE, para fundação do Sindicato Único. Realizaremos ampla discussão no Congresso e propomos uma Comissão entre as Entidades para encaminhar o processo a partir das Resoluções do nosso Congresso.

Nossas Reivindicações Específicas

Temos que dar respostas para a destruição da Carreira dos Secretários e das demais categorias como serventes, inspetores de alunos, escrit. Enc. de Setor, Chefe de Seção, etc., que foram resultados e estão nas Escalas de Nível Básico e Médio.

Cadê a regulamentação do vale Transporte, a instabilidade para Técnicos Agrícolas e Serventes.

Campanha de melhoria do atendimento médio.

Campanha em defesa da Escola Pública.

ASSINAM: JORGE, BENÊ, ZÉ ARAUJO, DISNEI, DALVANI, DINA, IVONE, MARCELO, ARI, NEUSA, MARIA DO CARMO.

Figura 34 – Projeto de tese II do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

PROJETO DE TESE III

CORRENTE SINDICAL CLASSISTA

POR QUE NÃO DIVULGAMOS A NOSSA TESE

Porque entendemos que uma Entidade Sindical deve ser aberta a todos e não privilegiar este ou aquele grupo, tendo em vista que na Reunião do Conselho de Representantes do dia 12/05, no Sindicato dos Jornalistas, foi eleita a Comissão encarregada de organizar o V Congresso da AFUSE e esta Comissão, em Boletim enviado à categoria, diz que a entrega das Teses deverá ser feita até o dia 07/06/89, que as reproduzirá e entregará a cada participante do Congresso, garantindo a discussão das mesmas.

Entendemos que a decisão da reunião no dia 26/05/89, aprovando por maioria que esta diretoria divulgue com antecedência as teses das 3 correntes que compõe a mesma, **utilizando a estrutura da Entidade** e anti-democrática na medida que outros grupos ou pessoas que venham a apresentar Tese ou Proposta para este Congresso, não terão o seu direito de divulgação resguardado.

Correntes com a nossa proposta de Defesa de uma AFUSE: **Classista, Democrática, Politizada, mas não Partidarizada**, denunciamos esta atitude no espaço que nos foi reservado e afirmamos que defendemos a **Política da Categoria**, com o mesmo direito para todos (independente do partido político, cargo ou função que exerça na diretoria). Estas Teses deveriam estar em tempo hábil para

a divulgação e não privilegiando as correntes que fazem parte da mesma.

Avisamos a todos que a nossa Tese está sendo enviada aos Regionais e Representantes pelo correio (com os nossos próprios recursos), para que em suas regiões possam discutir e avaliar com a categoria as nossas propostas. Gostaríamos que as pessoas que defenderam e aprovaram esta proposta, alegando que a mesma forma de politizar a categoria, tivessem tido o mesmo entusiasmo para convocar a 2 ou 3 meses atrás uma reunião de C. R. onde se discutiria a organização e elaboração do Congresso. Sendo assim, todos estariam em condições de igualdade para divulgar suas ideias, garantindo uma discussão ampla e aberta para todos num tempo hábil.

Assinam este documento:

Celia A. Ribeiro - Diretora de Imprensa da AFUSE; Maria Elena - C. R. da Direção - I, Membro do Conselho Fiscal e da Comissão Organizadora do Congresso; Guomar - C. R. da Direcção - II, Membro da Comissão Organizadora do Congresso; João Corrêa - Diretor Regional de Sorocaba e Membro do Conselho Fiscal; Heleisa - C. R. de Marília.

A presença do maior nº de Delegados para este Congresso é fundamental para defesa de um Sindicalismo de Luta, Independente, Classista, Unitário e que tenha pluralidade de ideias.

CORRENTE SINDICAL CLASSISTA

Figura 35 – Projeto de tese III do V congresso da AFUSE de 1989 em Cajamar – SP. Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

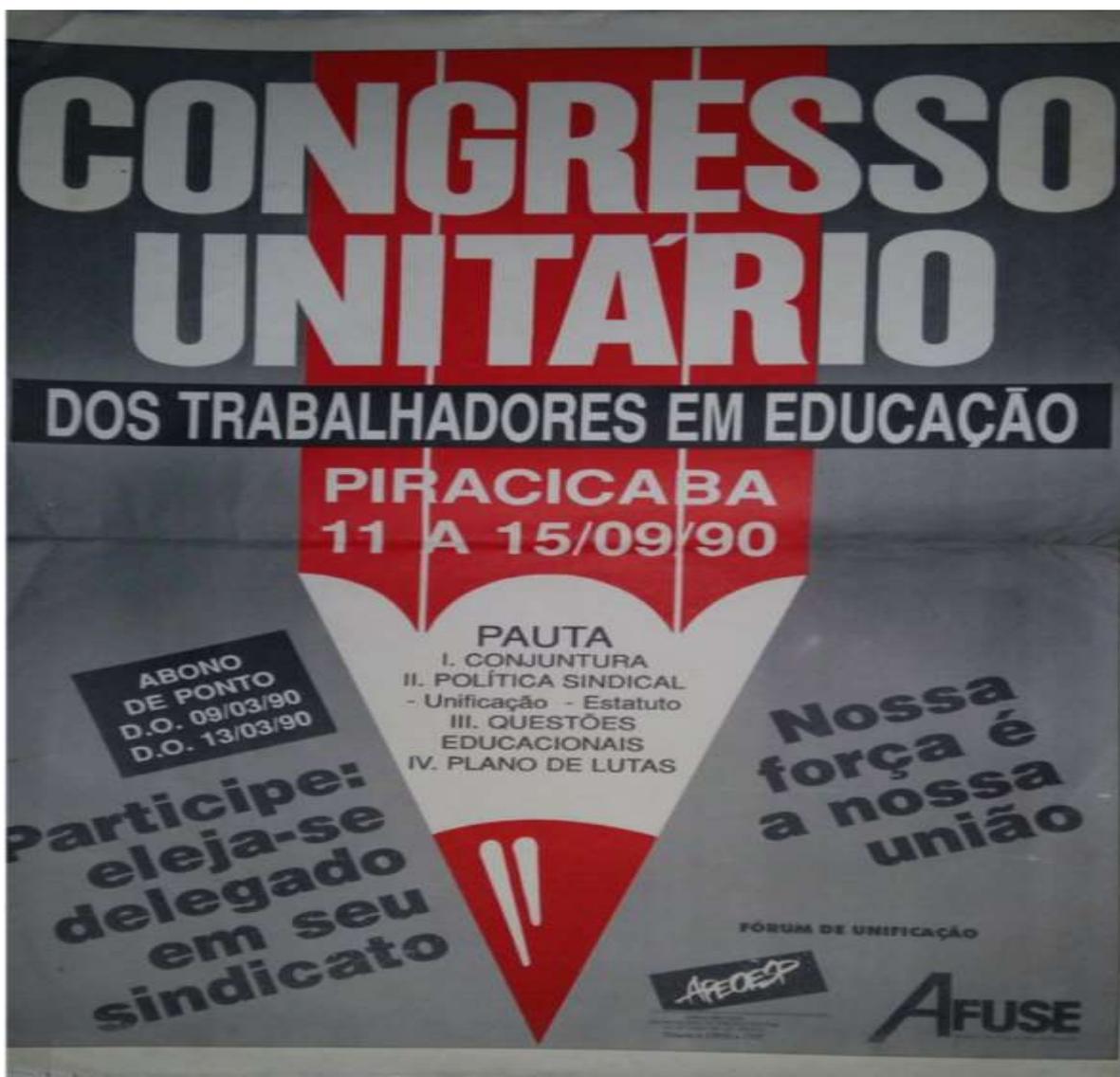


Figura 36 - Cartaz do congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

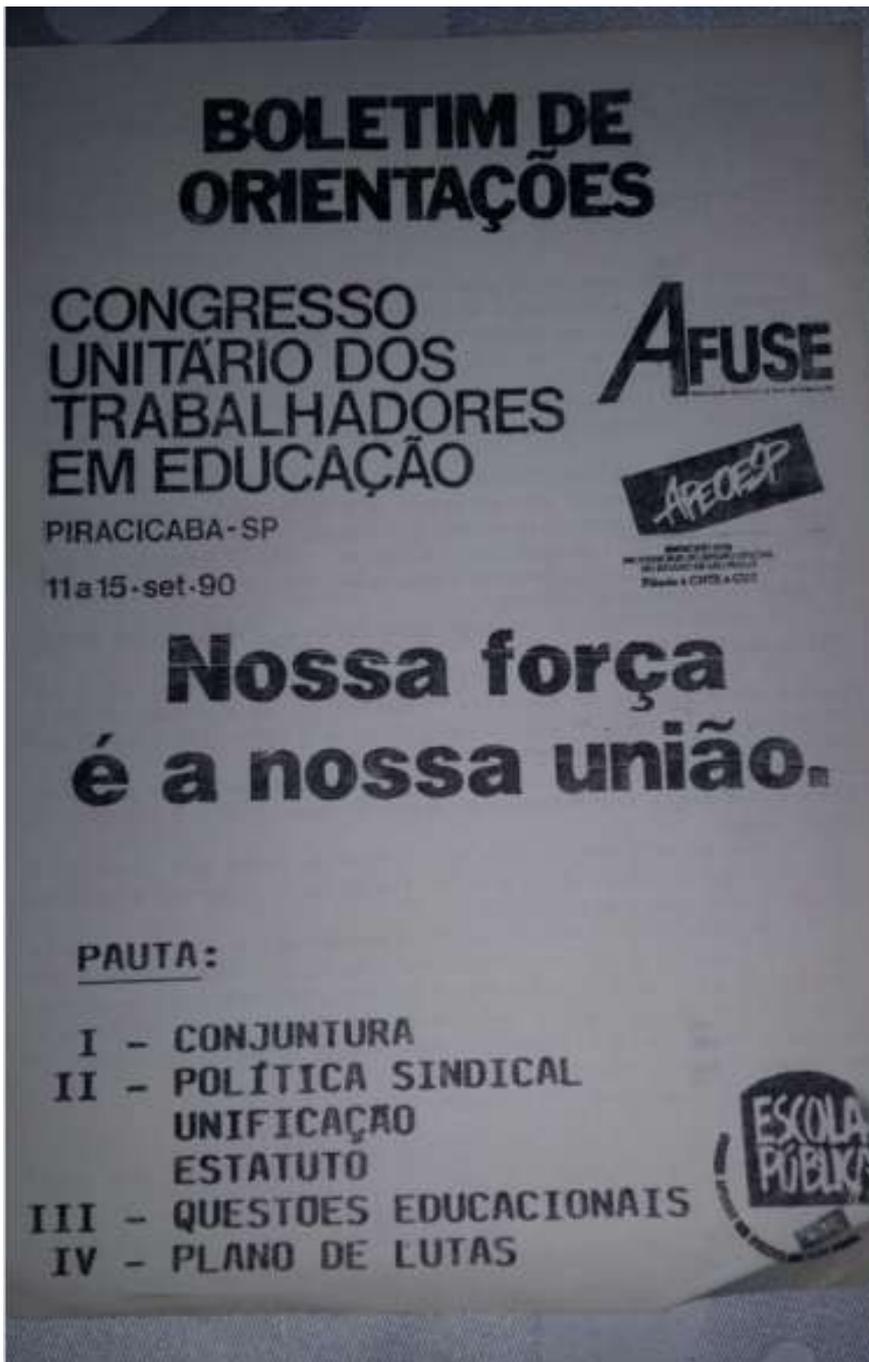


Figura 37 - Boletim de orientação sobre o congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990 (capa). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

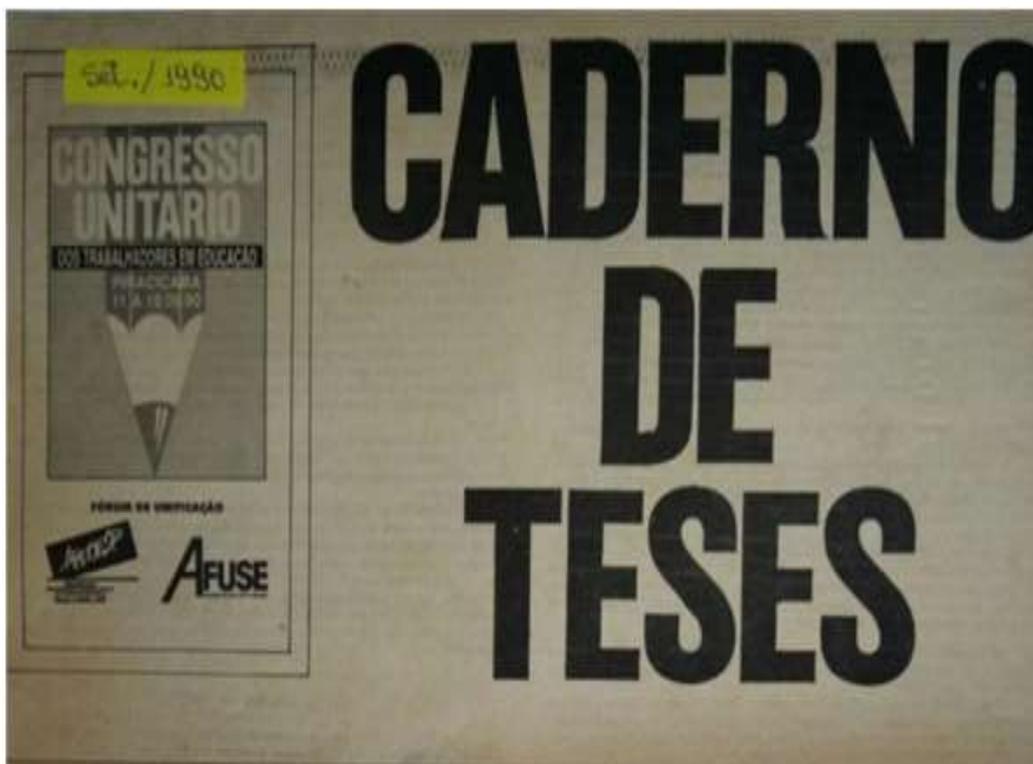


Figura 38 – Caderno de teses do congresso unitário dos trabalhadores em educação de 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

TESE 1
UNIFICAÇÃO: UM AVANÇO NA ORGANIZAÇÃO
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

TESE 2
CONJUNTURA NACIONAL

TESE 3
O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO
A DIALÉTICA DA UNIFICAÇÃO

TESE 4
RUMO À CONSTRUÇÃO DO
SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MASSAS,
DEMOCRÁTICO E ORGANIZADO PELA BASE

TESE 5
É PRA LUTAR E CONQUISTAR A VITÓRIA
L.R. - CONJUNTURA

TESE 6
DEMOCRACIA E LUTA
INTERNACIONAL

TESE 7
UNIFICAR E POLITIZAR PARA AVANÇAR NA LUTA
SITUAÇÃO NACIONAL

TESE 8
CONTRA O ARROCHO E A RECESSÃO: UNIFICAÇÃO
ANÁLISE DE CONJUNTURA

TESE 9
PORONGA: UM EMPATE À DESTRUIÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

TESE 10
CONJUNTURA

Figura 39 – Teses do congresso unitário dos trabalhadores em educação de 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

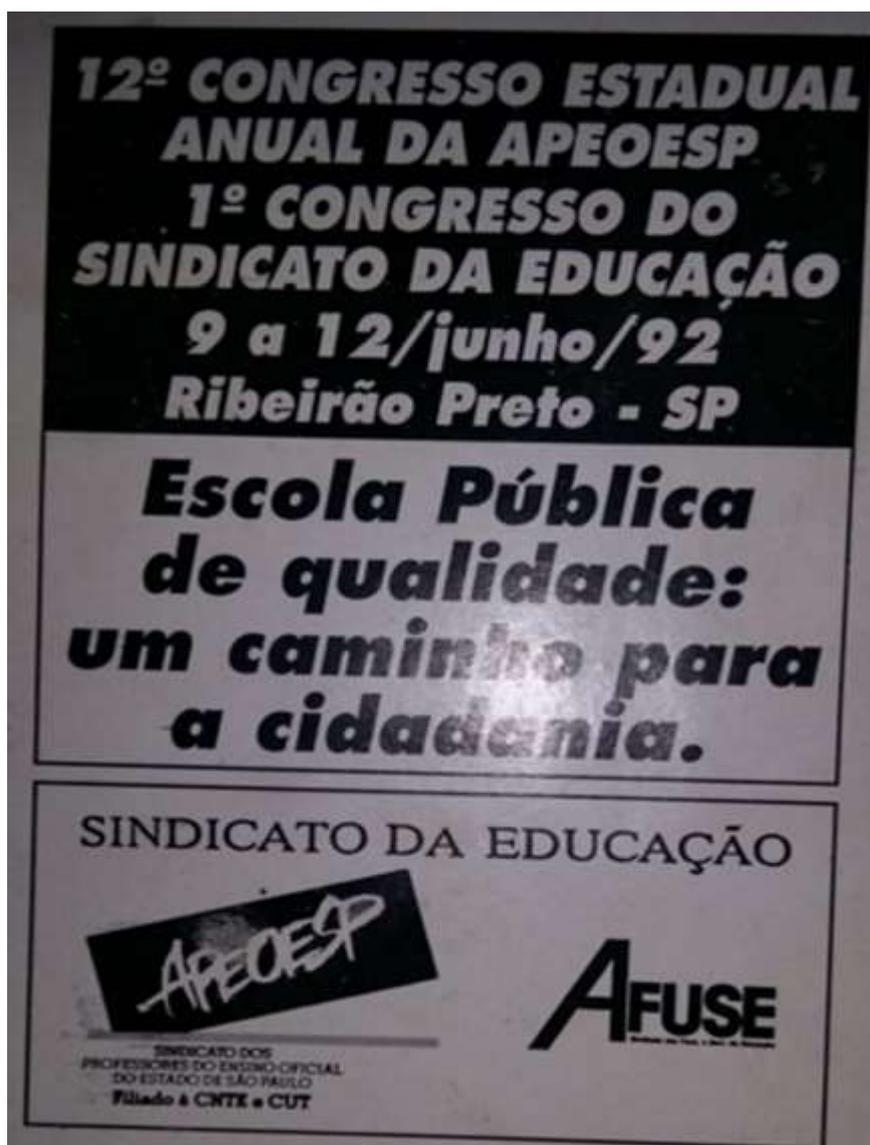


Figura 40 – Cartaz do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

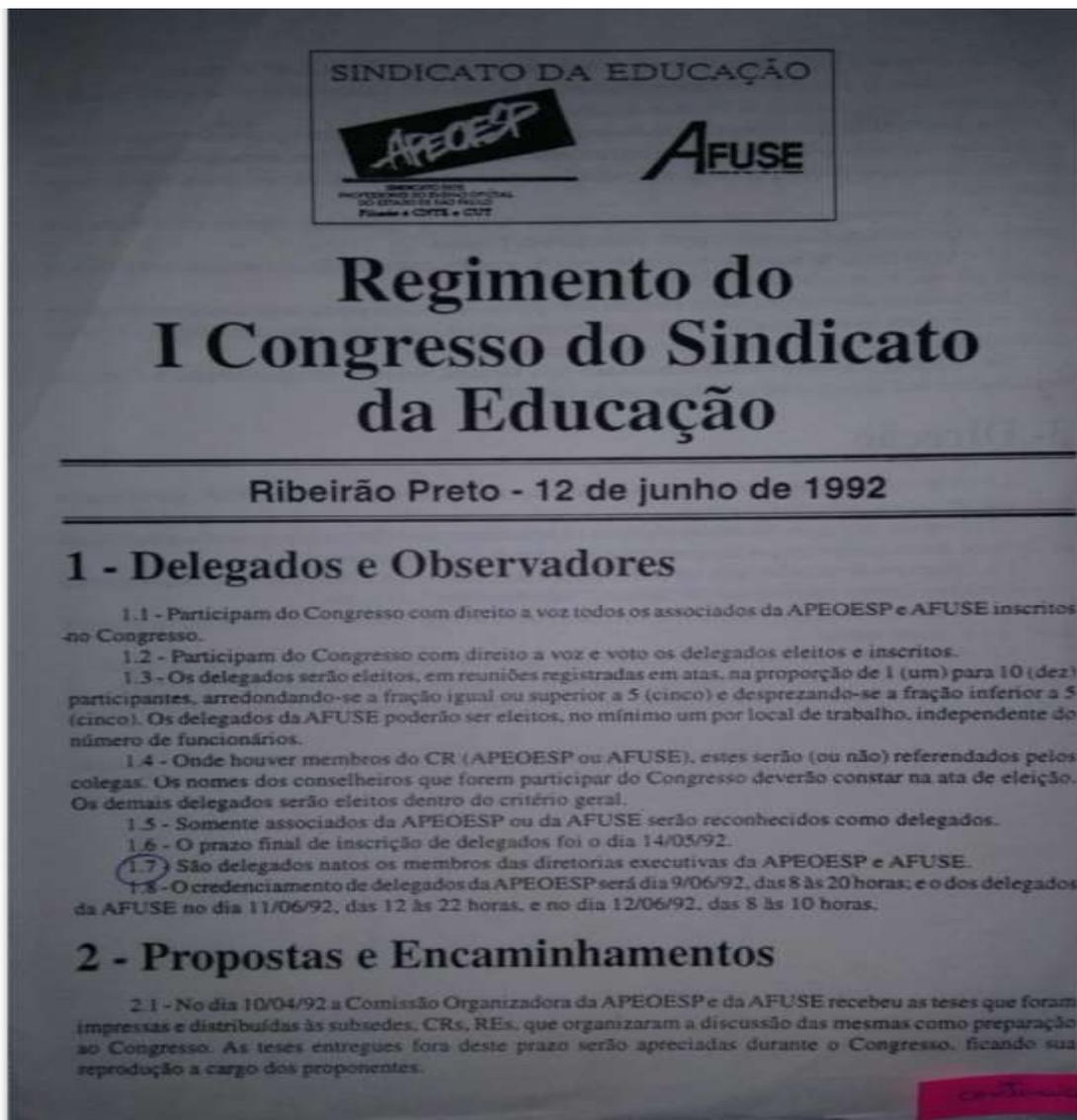


Figura 41 – Regimento do I congresso do Sindicato da educação de 12 de junho de 1992 em Ribeirão Preto (Frente). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

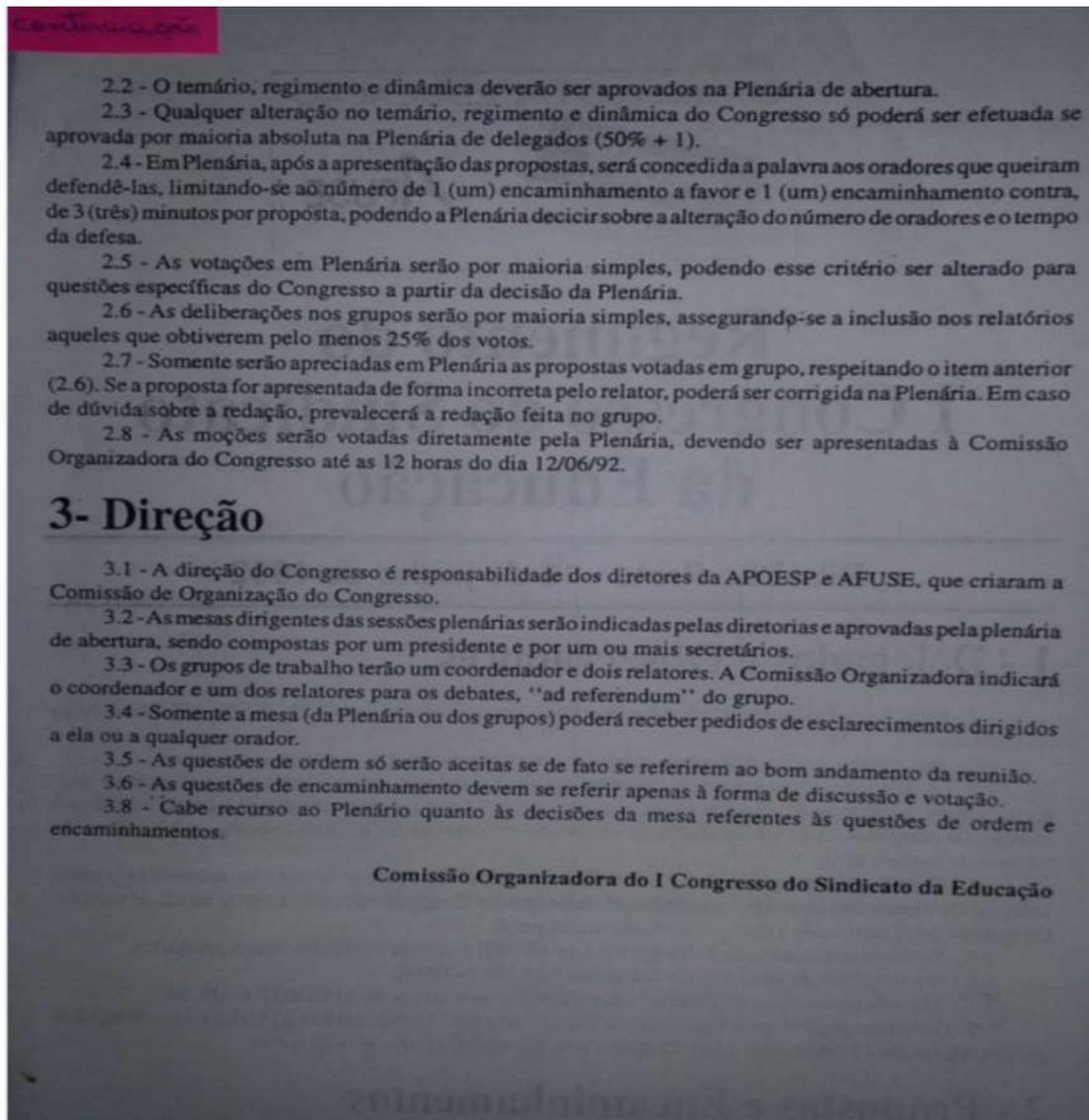


Figura 42 – Regimento do I congresso do Sindicato da educação de 12 de junho de 1992 em Ribeirão Preto (Verso). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

CONGRESSO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

UM AVANÇO PARA O ENSINO PÚBLICO

Desde 1978, quando da realização da primeira greve dos professores depois de muitos anos de isolamento, apontamos a necessidade de construirmos uma única entidade de todos os que trabalham na Educação Pública: professores, diretores, supervisores, funcionários, orientadores, etc.

As lutas têm mostrado que esse é o caminho, pois quando nos unimos somos capazes de articular propostas que colocam o governo na defensiva.

A defesa da Escola Pública exige uma tomada de posição decisiva dos Trabalhadores em Educação e a criação do Sindicato Único será passo importante para darmos o necessário salto qualitativo na nossa organização e podermos enfrentar em melhor situação os ataques desferidos constantemente pelos governos contra nossos sindicatos e a Educação Pública.

A nível nacional as divergências foram superadas e foi possível a unificação.

Em Aracaju de 25 a 28 de janeiro de 1990 foi realizado um Congresso Histórico de todos os Trabalhadores em Educação do 1º e 2º graus. Delegados de todo o país criaram a nova CNTE, resultado da fusão de quatro entidades nacionais.

Em São Paulo, acreditamos que, com vontade política das direções e com ampla participação da base de cada setor, é possível a unificação.

O nosso referencial deve ser sempre as lutas que haveremos de enfrentar e não as divergências existentes, pequenas diante dos desafios que temos pela frente.

O congresso de setembro em Piracicaba será um marco na história da APEOESP e AFUSE. A criação do Sindicato Único, ainda que com apenas as duas entidades por enquanto, contribuirá enormemente para transformar em realidade o grande sonho dos Trabalhadores em Educação de São Paulo que é a Unificação Orgânica de todos em um Grande e Único Sindicato.

Fórum Estadual de Unificação.

APEOESP E AFUSE

Figura 43 - Boletim de orientação sobre o congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990 (p.1). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

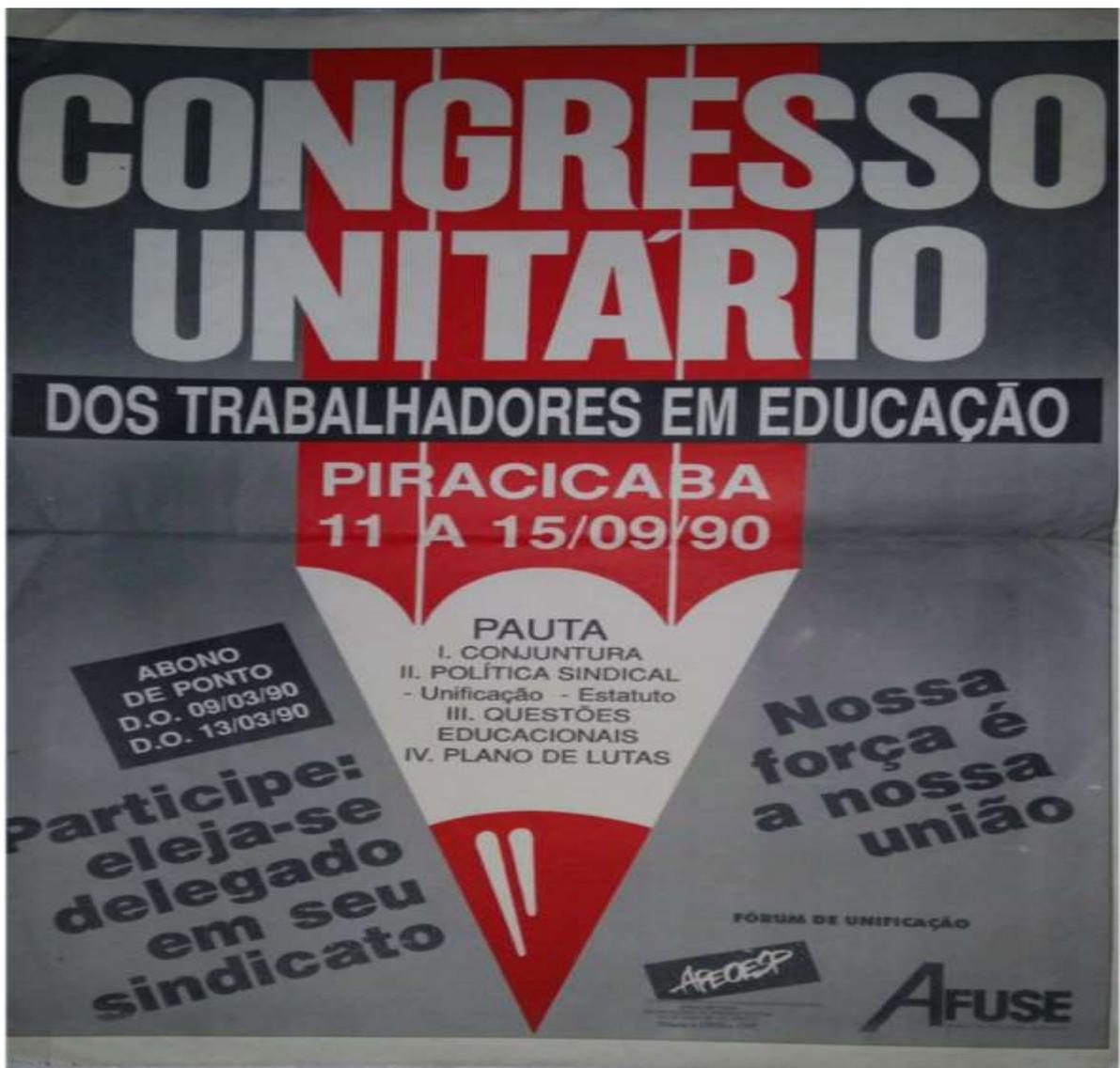


Figura 44 - Cartaz do congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

UNIFICAR SÓ NÃO BASTA!

É PRECISO UMA NOVA DIREÇÃO

Para que nossa categoria possa enfrentar o arrocho salarial a que estamos submetidos por Fleury, é necessário que unamos nossas forças com o Quadro do Magistério. Entretanto, somente unificar não basta, haja vista que desde setembro de 1990, estamos unificados e nada ou quase conquistamos a partir da luta conjunta. Precisamos mais que a Unificação formal, necessitamos de uma direção eleita na base, funcionando como um organismo unitário, que congregue portanto, proporcionalmente a seu peso na base da categoria, as correntes de opinião e ativistas representativos.

É preciso portanto, uma nova direção comprometida de fato com a unidade dos setores, que mobilize professores e funcionários pela conquista de um Estatuto Único dos Trabalhadores da Educação, que no sentido de garantir respostas às questões específicas e com objetivo de aproveitar a organização já existente encaminhe a transformação dos atuais entidades em DEPARTAMENTOS.

O CONGRESSO DA AFUSE, portanto, prioritariamente deve armar a categoria para enfrentar o arrocho de Fleury, organizando a luta do 1º semestre, deve também estabelecer como condição para UNIFICAÇÃO a proporcionalidade na diretoria do Sindicato, que uma nova diretoria seja eleita em votação direta, que as atuais entidade sejam transformadas em Departamentos do Sindicato único.

Assinam este manifesto;

Ana Lúcia - Ribeirão Preto

Ana Mary - Zona Sul

André - São José do Rio Preto

Angela - Marília

Aroaldo - Vale do Paraíba

Casimiro - Guarulhos

Célia - Ferraz de Vasconcelos

Demarco - Osasco

João Marcos - Poá

José Carlos - Campinas

Lizete - Taboão da Serra

Marcos - São Carlos

Maria Helena - Tupã

Maria Helena - Zona Sul

Maria Elena - Zona Oeste

Roberto - Potirendaba

Sandra - Osasco

Sidnei - Zona Norte

Figura 45 – Panfleto da AFUSE sobre unificação, 1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 46 – Manifesto pela construção do Sindicato Único da APEOESP e AFUSE (p.1). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

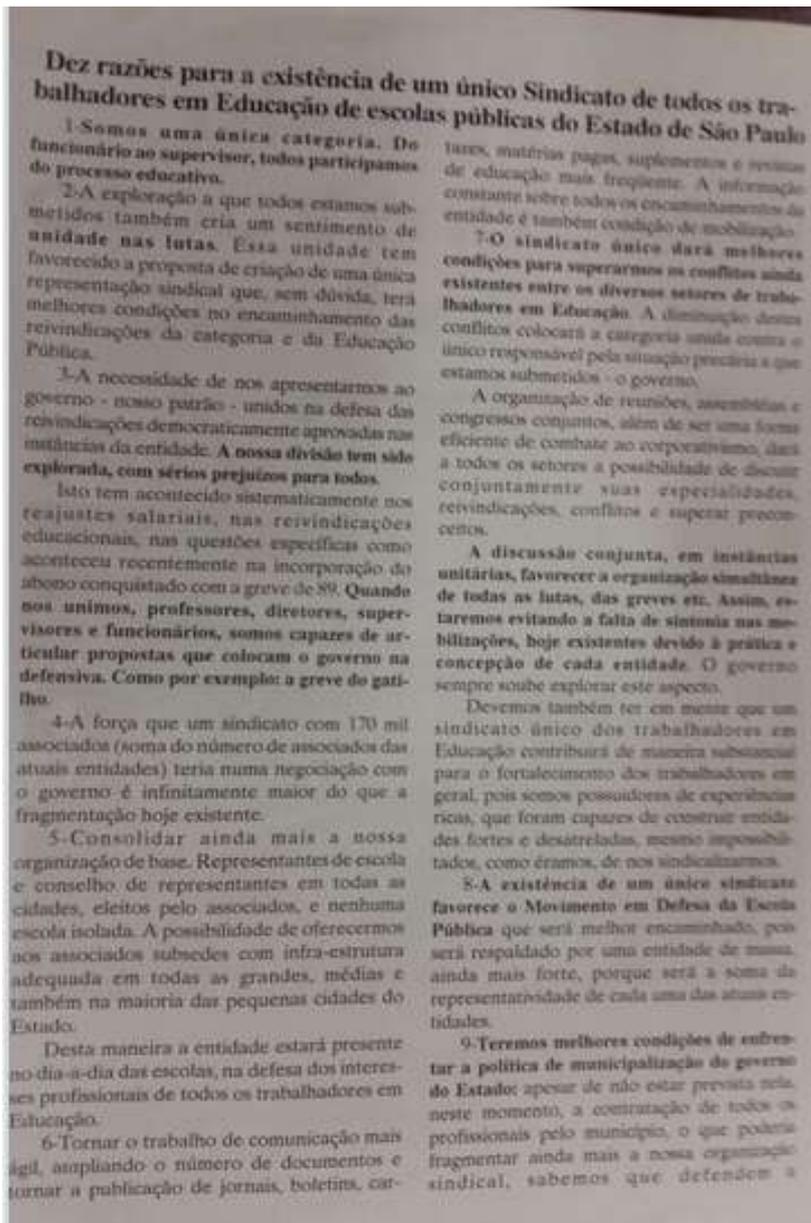


Figura 47 – Manifesto pela construção do Sindicato Único da APEOESP e AFUSE (p.2). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

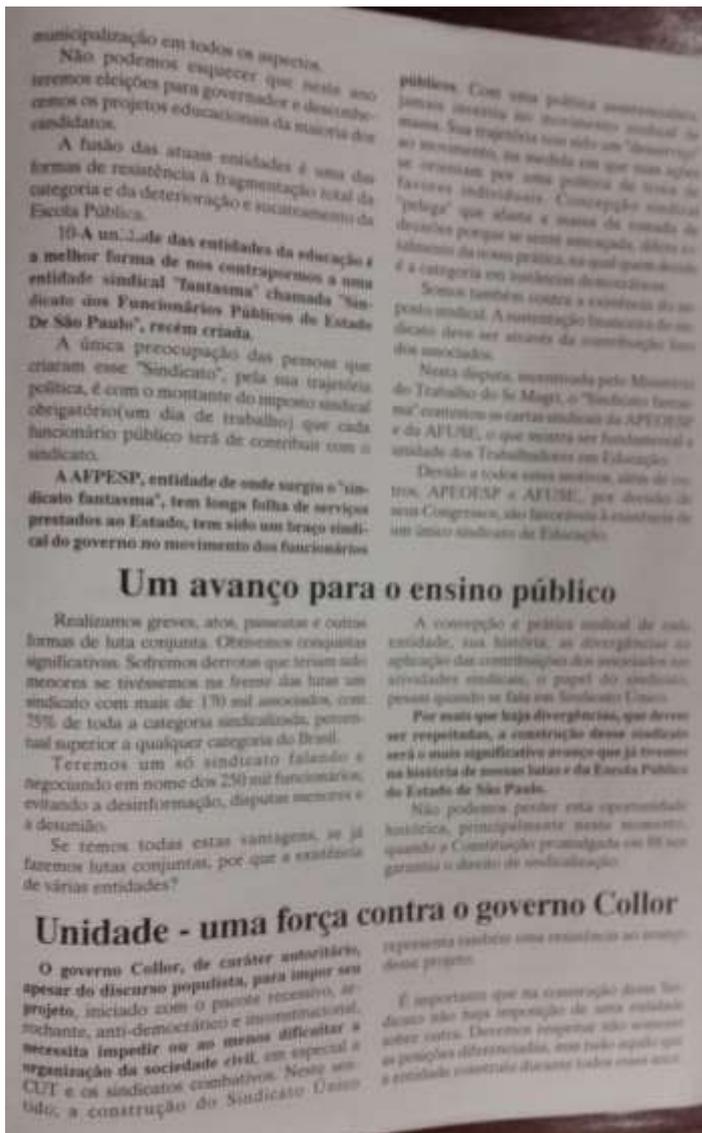


Figura 48 – Manifesto pela construção do Sindicato Único da APEOESP e AFUSE (p.3).
Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

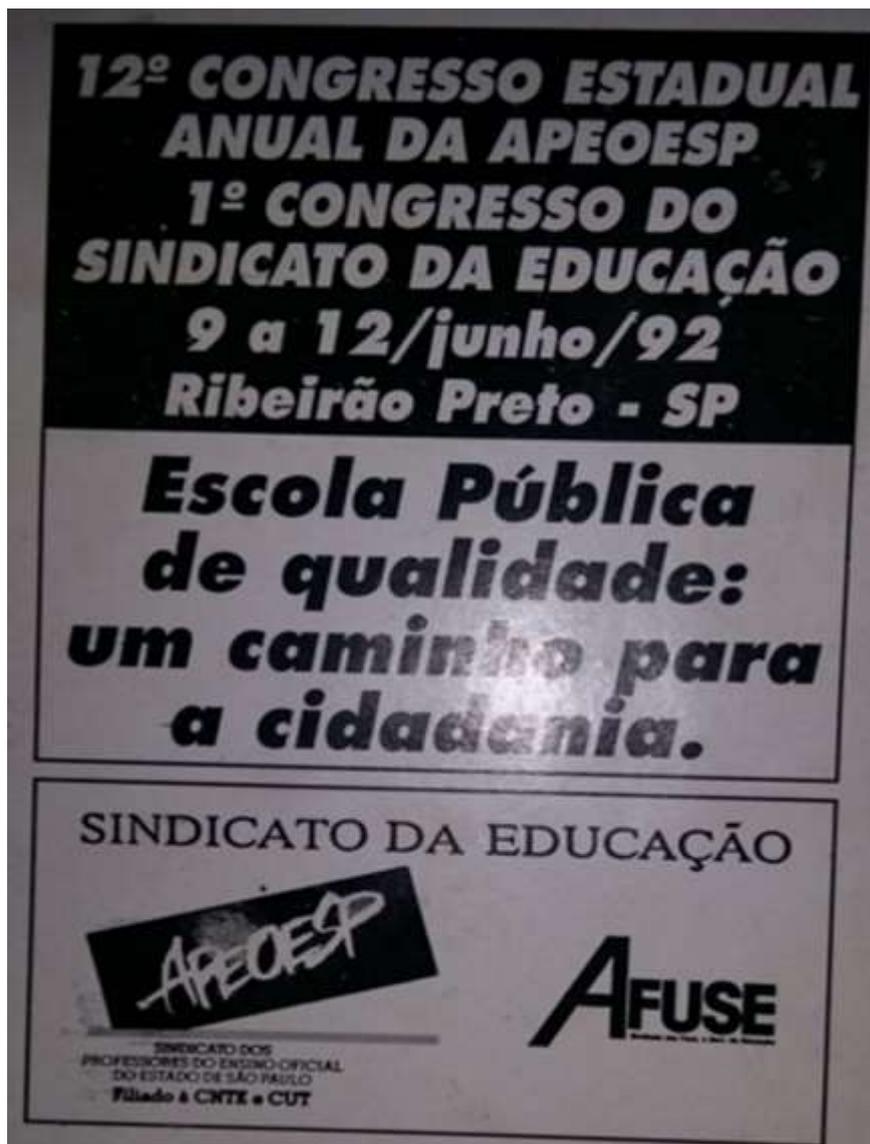


Figura 49 – Cartaz do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

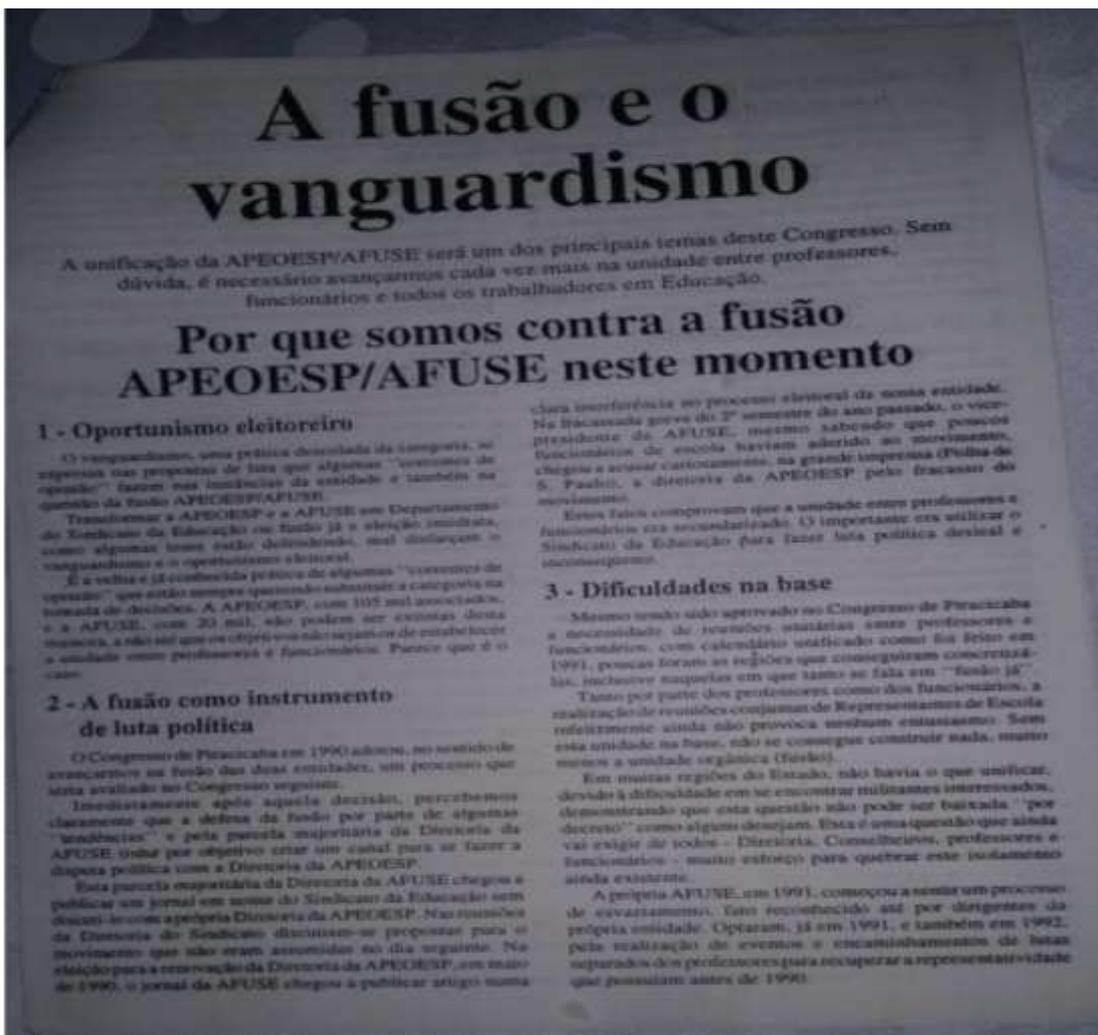


Figura 50 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (primeira parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

4 - A unidade passa pelo fortalecimento das duas entidades

A criação de "aparelhos burocráticos" que nada dirigem, que a categoria não reconhece, é o pior caminho para se estabelecer a unidade entre professores e funcionários.

O fortalecimento das duas entidades na base da categoria, com representação por local de trabalho, ampliação de representatividade social, politização e formação sindical da categoria através dos cursos de formação que já estão sendo realizados, encaminhamentos de lutas conjuntas, etc, auxiliam muito mais a unidade do que a criação de uma "fantasia" não reconhecida.

Na realidade, os professores indetificam a APEOESP como seu sindicato e os funcionários, a AFUSE.

5 - Divisão nas duas entidades

Recentemente, foi criado no Estado de São Paulo um Sindicato dos Funcionários Públicos, se auto-intitulando como o legítimo representante sindical de todos os funcionários públicos. Lutam na Justiça para receber até o imposto sindical de todo o funcionalismo estadual.

Todos sabemos também que há no Brasil hoje uma política de municipalização do ensino, que favorece a criação de sindicatos por município.

Além disso, a Justiça do Trabalho se recusou a julgar uma ação da APEOESP afirmando que nós ainda não somos o Sindicato dos professores do Estado.

Estes fatos demonstram que propostas "atabalhoadas" de criação de uma outra entidade que nos represente favorece aqueles que querem a nossa fragmentação e desejam ver nossa representação sindical enfraquecida.

Se ainda não somos aquilo que gostaríamos de ser, imaginem o que não vai acontecer com algo que ainda não existe.

Os aventureiros que criaram este Sindicato dos Funcionários Públicos e aqueles que defendem a municipalização como uma forma para nos ver divididos estarão muito interessados no enfrentamento da APEOESP e da AFUSE.

Algumas "correntes de opinião" afirmam que estas são questões "legais" e que, portanto, não podem ser levadas em consideração, como se estivéssemos numa sociedade onde o controle da Justiça e do Estado estivesse em nossas mãos.

As duas entidades - APEOESP e AFUSE - ainda terão muita luta pela frente para se firmarem como os legítimos representantes sindicais de professores e funcionários diante da Justiça e do Estado.

A extinção das duas entidades não favorece esta luta. Não podemos correr riscos desnecessários aprovando aventuras.

6 - Por todas estas razões, propomos:

- a) Que as duas entidades continuem existindo;
- b) Manutenção da decisão política da unidade dos trabalhadores em educação;
- c) O processo de unidade deve continuar sendo avaliado e encaminhado pelas duas entidades, através das suas instâncias democraticamente eleitas;
- d) Continuar organizando fóruns unitários -- CRs, REs, Assembléias -- e trabalho conjunto nas subseções. Cada entidade pode realizar eventos para tratar de questões específicas;
- e) Para a unidade é fundamental a organização da luta pela conquista do plano de carreira unitário, na mesma escala de vencimentos;
- f) Negociações salariais conjuntas com o Governo do Estado.

Diretoria da APEOESP
Articulação Sindical

Figura 51 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (segunda parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Proporcionalidade para a Diretoria: conveniência ou oportunismo

Os Congressos da APEOESP, por ampla maioria dos delegados presentes, têm rejeitado a proposta de proporcionalidade para a composição da direção da entidade. Na prática, esta proposta significa a divisão do número de membros da Diretoria (31) de acordo com o percentual de votos que cada chapa obtiver no processo eleitoral. Exemplo: se uma chapa obtiver 60% dos votos, ela terá 60% dos cargos (19), uma outra chapa que obtiver 20% dos votos, terá 20% dos cargos (6) e, assim, sucessivamente.

Por que somos contra:

1 - Proporcionalidade inexistente

No Brasil, há mais de 4.000 sindicatos ou associações. Na grande maioria, os associados nunca são convocados para decidir sobre as lutas que o sindicato deve empreender. Em muitos não há nem eleição direta para a diretoria.

No tempo da CUT, com mais de 1.000 sindicatos filiados, onde a prática democrática é mais avançada, a proporcionalidade inexistia. Até nos sindicatos que são dirigidos pelas "tendências", que na APEOESP tanto defendem a "proporcionalidade", também não existe esta forma de composição. Será CONVENIÊNCIA, OPORTUNISMO, ou OS DOIS?

As poucas experiências de proporcionalidade em direção de sindicatos foram desastrosas. O sindicato dos professores do Amazonas adotou esta forma. Os dirigentes do próprio sindicato afirmam que são obrigados a realizar reuniões "paralelas" ao sindicato porque um setor não conta no outro, produzindo o encaminhamento unitário.

2 - Direção sem posição

As profundas diferenças existentes no movimento sindical sobre o papel do sindicato na sociedade, a avaliação da conjuntura, a concepção e prática sindical que cada posição defende, inclusive na APEOESP, torna a proposta de proporcionalidade demagógica e contrária à vontade dos professores.

Imaginemos um sindicato cujo Presidente pertence a uma determinada posição, o Secretário Geral a outra, o Tesoureiro a uma 3ª posição e o Diretor de Imprensa a uma 4ª. A APEOESP já viveu esta experiência. Na eleição seguinte, a Diretoria se dividiu em três, demonstrando a enorme dificuldade de trabalho conjunto de posições tão antagônicas.

Naquela época, cada diretor da entidade se apresentava à

sociedade, imprensa, nos debates, nas Assembleias, etc., não com as posições aprovadas nas instâncias de entidade, mas de "tendência" à qual pertencia. Ninguém sabia qual era a posição real da APEOESP.

Na Diretoria do Sindicato da Educação, adotada em 1990 em Piracicaba, presenciaram fatos semelhantes. Alguns colegas participavam da reunião da Diretoria, concordavam com as decisões aprovadas, mas no dia seguinte se submetiam às "divisões" da sua "tendência", mudando de posição, demonstrando que a pretendida Diretoria não servia para nada e que o respeito às decisões democráticas aprovadas pela maioria era abandonado no dia seguinte.

3 - Democracia das Tendências

A proporcionalidade na prática significa a "democracia das tendências". A Diretoria da entidade é formada entre aqueles que pertencem às tendências, num grande acordo de cúpula. O voto e a vontade dos associados são totalmente desperdiçados.

Quando um professor vota numa determinada chapa, ele o faz não somente porque concorda com ela, mas também porque não quer ver as outras dirigindo o sindicato.

Se uma chapa obtiver somente 10% dos votos, significa que 90% dos votantes não votaram a ela. A proposta de proporcionalidade garante a presença na Diretoria desta que obtiver somente 10%, desperdiçando a vontade da imensa maioria dos professores. Isso, sem dúvida, é uma prática antidemocrática. Como é possível aceitar que um "grupo", "chapa" ou tendência que tem 90% da categoria escolha si, também assim, a direção do sindicato?

A democracia sempre foi a vontade da maioria em qualquer lugar do universo. Para alguns, infelizmente, não.

Figura 52 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (primeira parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

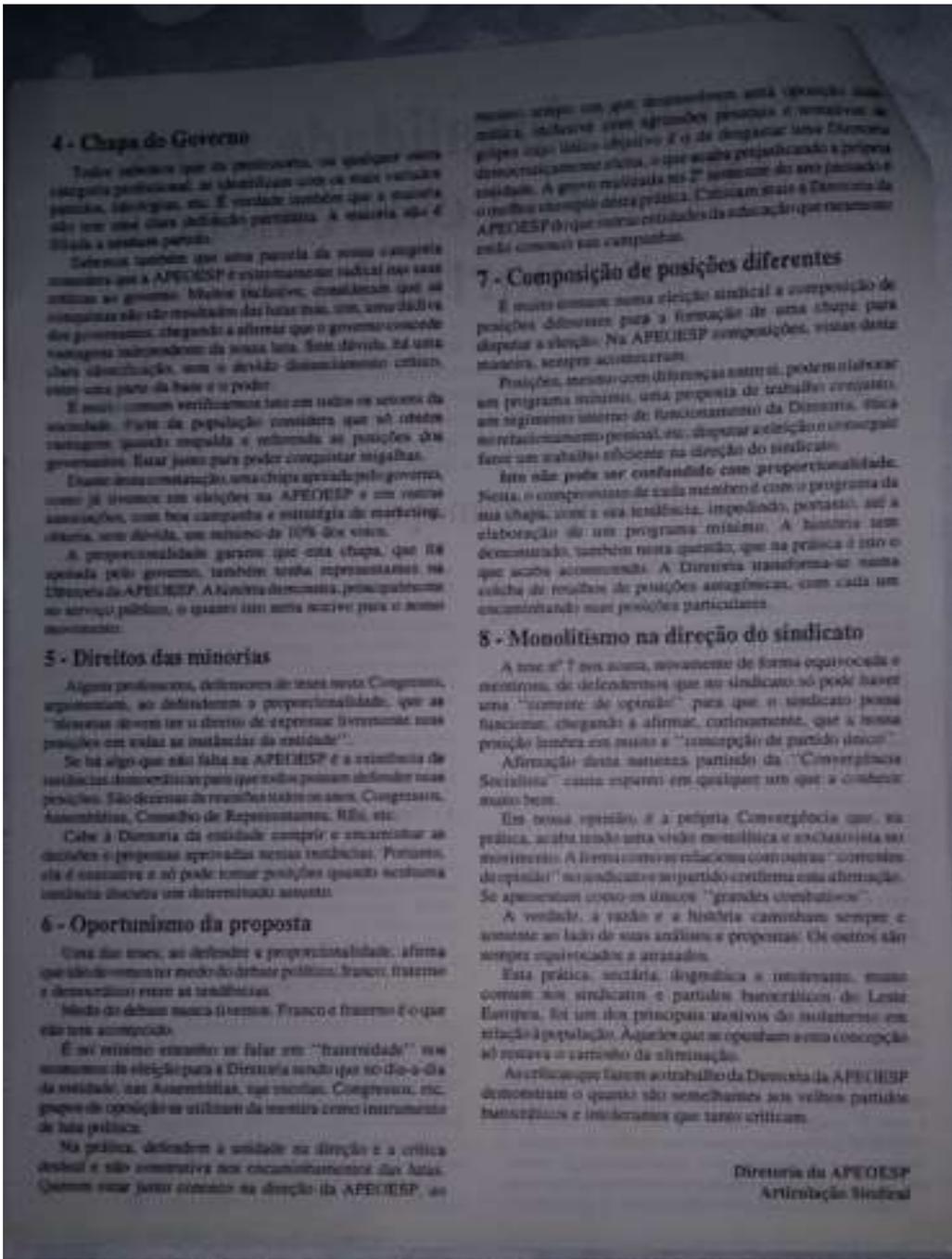


Figura 53 – Panfleto da diretoria da APEOESP/ Articulação Sindical distribuído aos participantes do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto – SP (segunda parte). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

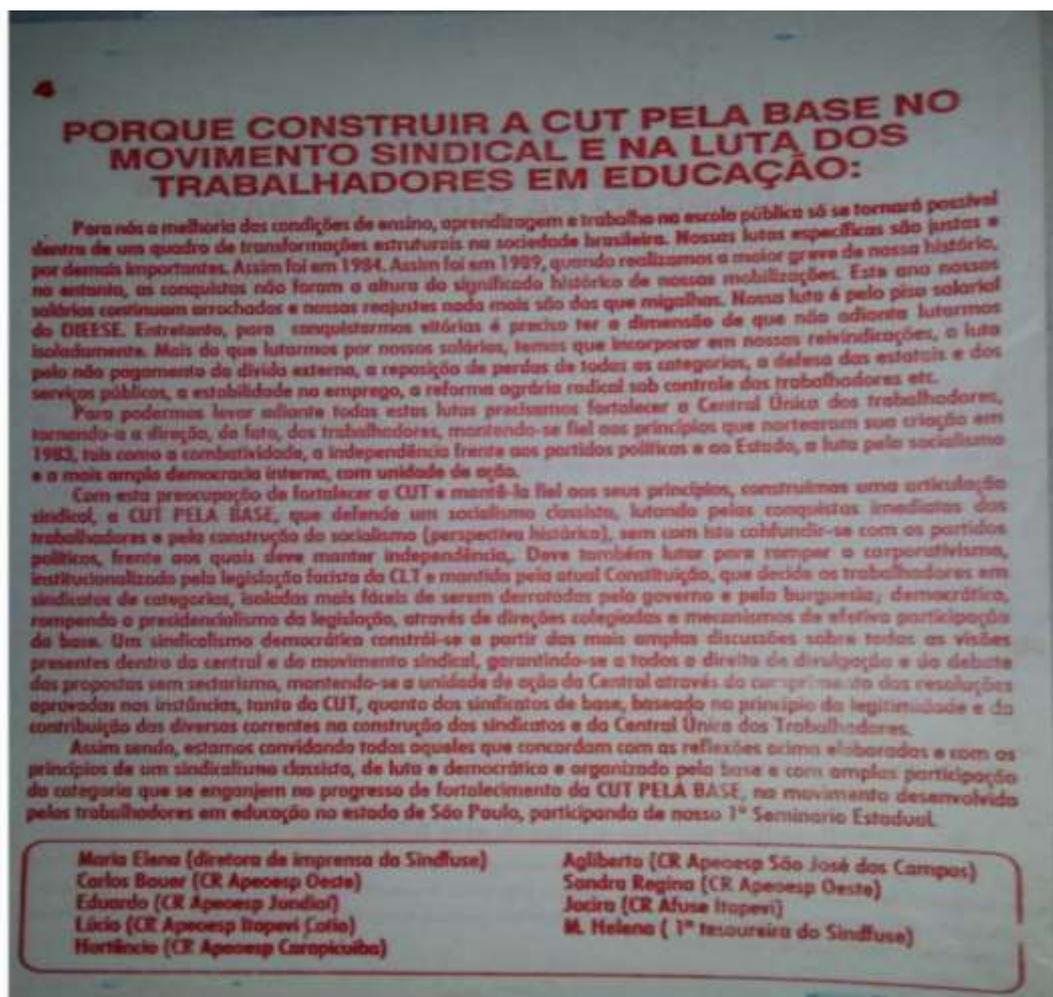


Figura 54 – Panfleto da organização Política, Educacional e sindical da CUT pela Base no movimento dos Trabalhadores em Educação de 08 de junho de 1991(p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 55 – Folder de divulgação da AFUSE. FONTE: www.afuse.br



Figura 56 – Jornal do Funcionalismo de Fevereiro de 1980. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

VAMOS PREPARAR O II ENCONTRO

Foi realizada no dia 02/12/79, o I Encontro dos Servidores Públicos, convocado pela Coordenação Geral Permanente, primeiro grande passo no sentido de uma campanha salarial unificada para este ano. Esse Encontro contou com a participação de 500 servidores de aproximadamente 20 setores do funcionalismo, inclusive algumas de importância especial que não participaram no ano passado como a Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Justiça. Foram levantadas diversas propostas referentes às reivindicações do funcionalismo, como também a organização dos servidores na campanha salarial de 1980.

O Encontro teve como importante deliberação a fixação de um II Encontro a ser realizado no dia 9 de março, que encaminhe a continuidade da campanha salarial unificada de todos os servidores do Estado.

A pauta definida para o II Encontro tem como base a

CAMPANHA SALARIAL DE 1980, com as seguintes bases:

- a) Reivindicações;
- b) Organização da campanha e estruturação da CGP.

Para tanto, firma-se como proposta definitiva a prioridade para ser reformulada nas assembleias, a participação no II Encontro com a criação de representatividade de 1 delegado para cada 10 servidores presentes em assembleias setoriais ou de unidades representativas dos servidores, tendo também a importância que todos os setores se apresentem desde já na preparação desta campanha realizando ASSEMBLEIAS e levando propostas para garantirmos ao II Encontro uma representação efetiva de todos os servidores, uma vez que ele fechará uma primeira etapa da campanha salarial, etapa de discussões e encaminhamento de propostas, tendo como deliberação sobre a carta de reivindicações, estruturação da CGP e organização da campanha salarial.

O ESTADO E O FUNCIONALISMO PÚBLICO

No momento em que estamos em plena Campanha Salarial de 1980 faz-se necessário reavaliar as relações que nos interessam: do público, dos funcionários públicos, funcionários do Estado e o problema dos sindicatos.

Quando os operários reivindicam aumento salarial, eles se colocam com os interesses do público, pois quanto mais o patrão pagar aos operários menor será o seu lucro. Para este confronto os operários se organizam em sindicatos.

Para nós, funcionários públicos, o Estado não é apresentado como um patrão, que devemos pressionar para obter aumento salarial. Pelo contrário, o Estado é apresentado como uma instituição que paga pelo bem estar de toda a população, que está acima das classes sociais e atua como árbitro entre elas, isto é, de maneira imparcial. Portanto, pensando dessa maneira não há razão para os funcionários se organizarem em sindicatos ou participarem de movimentos reivindicacionistas!

Quando o problema segundo nossa experiência vemos que o Estado não é essa instituição que se mantém acima das classes sociais. Enquanto a classe empresarial vai se enriquecendo cada vez mais, os nossos salários e de outros trabalhadores vêm sofrendo uma brutal desvalorização ao longo dos últimos anos.

O orçamento do Estado de São Paulo proposto pelo governo foi amplamente discutido e comparado com os anos anteriores, durante a Campanha Salarial de 1979. O resultado do governo em relação à priorização pode ser visto na distribuição de despesas, onde são feitas uma tentativa de transferir as verbas destinadas à educação e saúde. Mesmo um estudo parcial do orçamento já indica que a intenção do governo é privatizar essas atividades, como consequência prevista da sobrevivência. O exemplo mais recente é a tentativa de transformar o Hospital das Clínicas em Fundação, bem como as Universidades através do Projeto Fúria. Da mesma forma, as Escolas de 1ª e 2ª graus dependem para seu funcionamento, cada vez mais das taxas pagas pelos pais dos alunos à APM (Associação de Pais e Mestres), sendo que algumas escolas já são de fato mantidas por estas bases. Enquanto isso o orçamento privilegia investimentos que beneficiam uma minoria de população, como por exemplo, o projeto de nova Capital.

O recente aumento do ICM (imposto sobre Circulação de Mercadorias) vai recair apenas sobre os classes trabalhadores, pois os empresários repassarão esse aumento para os produtos que fabricam ou ven-

dem, o que significa que, em última instância, são os trabalhadores que pagam esse aumento. O Estado está novamente oferecendo a classe trabalhadora em lugar de cobrar um imposto sobre os lucros das empresas.

Para aqueles de que não está o Estado quando interfere através da Justiça do Trabalho, nos direitos das várias categorias de trabalhadores. Quando ele se coloca como árbitro, impedindo a livre negociação entre patrões e empregados, sempre a favor dos interesses dos trabalhadores. E se os trabalhadores usam o seu direito legítimo de greve são reprimidos violentamente pelo aparelho repressivo do Estado.

A conclusão é que ao Estado é a máquina, com que uma parte da sociedade controla e dirige a outra. No nosso caso, o Estado é o instrumento com que as corporações mantêm o controle e o funcionamento da sociedade na defesa dos seus interesses. É na medida que o Estado para fazer funcionar esta máquina tem que ser de sociedade, a classe que atua efetivamente dentro o poder procura pagar mais impostos sobre as outras classes sociais.

A organização dos funcionários públicos é portanto necessária para que possamos lutar frente a face Estado, além disso precisamos con-

seguir o apoio de outras categorias de trabalhadores para evitar o isolamento de nossa Campanha Salarial. A nossa luta é a mesma de outros trabalhadores, uma luta que queremos melhorar nossa saúde e condições de trabalho, mas não apenas que existam um Estado que represente os interesses dos patrões e governo através dessas forças e que devemos nos organizar.

A nossa perspectiva para a Campanha Salarial de 1980 deve ser a de uma unidade de todo o Funcionalismo e de uma estruturação consolidada de um setor precisamos lutar por uma melhor organização de cada um dos setores e, de outro, por fortalecer a CGP numa estrutura verdadeiramente unificada, que venha a dar de fato a direção coordenada representativa de todo o Funcionalismo, tendo a autoridade para exigir do Estado as nossas reivindicações.

Expediente

Publicado sob a responsabilidade da Coordenação Geral Permanente (CGP).

Rua Theodoro Sampaio, 305 - São Paulo - Capital

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA DE 1980

- PARTICIPE DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DO SEU SETOR
- ESTE ANO NINGUÉM DEVE FICAR DE FORA
- VAMOS DISCUTIR E DELIBERAR JUNTOS SOBRE QUASE SERÃO NOSSAS REIVINDICAÇÕES
- VAMOS DISCUTIR TAMBÉM QUAL A MELHOR FORMA DE SE ORGANIZAR
- ESTRUCTURAR NOSSA COORDENAÇÃO GERAL (CGP) E COMO TRANSFORMAR-LA NUMA ENTIDADE PODEROSA QUE UNIFIQUE, ORGANIZE E REPRESENTE OS QUASE 500 MIL SERVIDORES DO ESTADO DE SÃO PAULO
- TODA FORÇA AO 2º ENCONTRO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, A REALIZAR-SE EM 9 DE MARÇO DE 1980

Figura 57 – Jornal do Funcionalismo de fevereiro de 1980 (p.4). Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 58 – Jornal da AFUSE, nº 01 de 1987. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

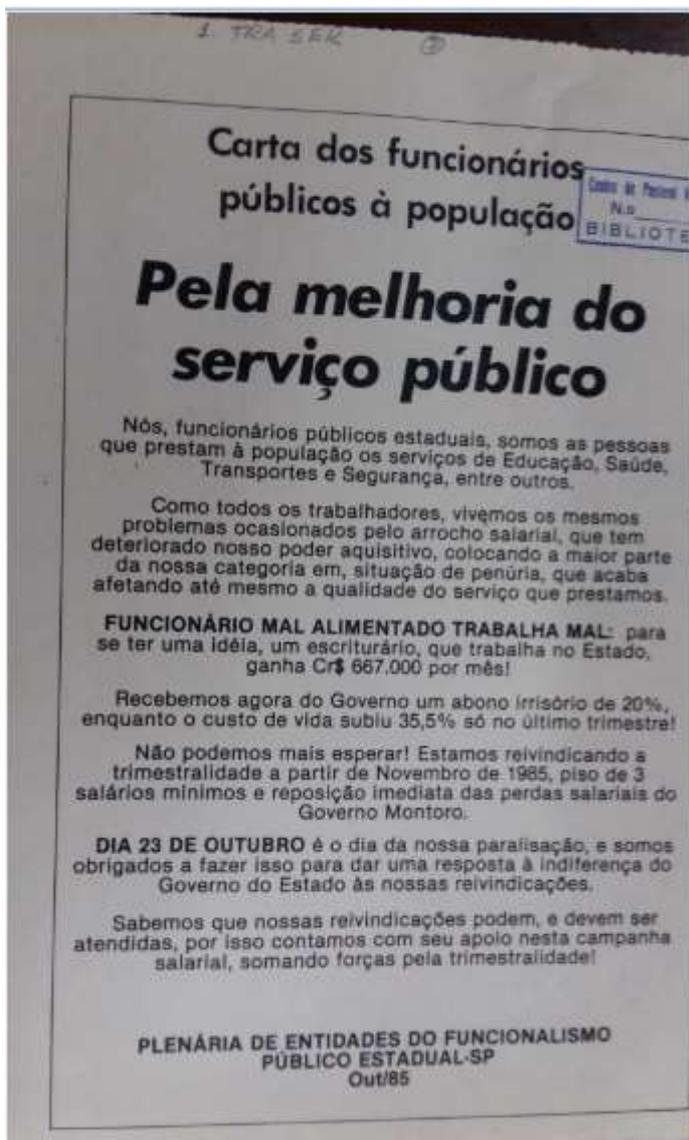


Figura 59 – Carta dos Funcionários públicos a população de outubro de 1985. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

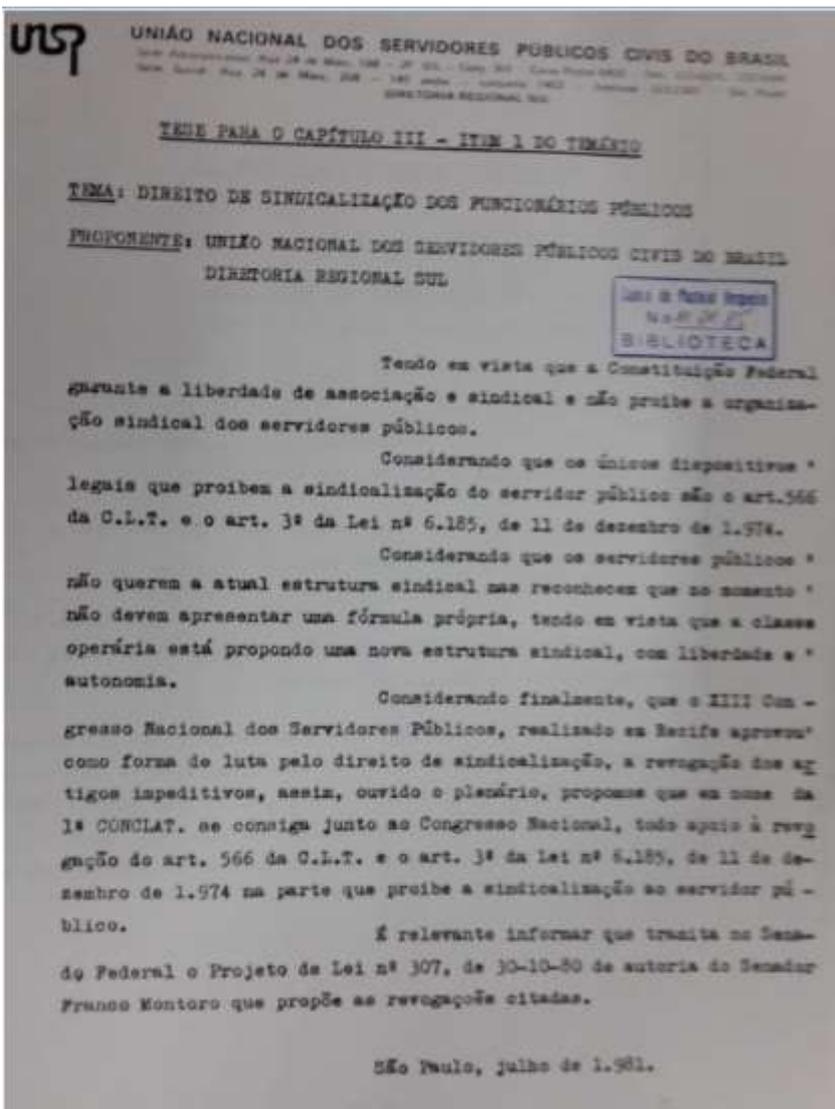


Figura 60 – União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil pelo Direito de sindicalização aos Funcionários públicos de julho de 1981. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

SINDICALIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO

Centro de Estudos Vergueiro
Nº 056/11
BIBLIOTECA

CONTRIBUIÇÃO PARA A DISCUSSÃO DO FUNCIONALISMO VINCULADO À C.U.F. NO ESTADO DE SÃO PAULO

A questão da sindicalização, já dividiu o funcionalismo em debates e discussões sobre o tema, em encontros e congressos passados.

É compreensível esta divisão, pois até recentemente não havia perspectiva concreta dos trabalhadores conquistarem uma organização sindical livre, em curto ou médio prazo.

O principal argumento colocado pelos que se contrapunham à sindicalização do funcionalismo era o de que, com a sindicalização estaríamos realizando o atrelamento voluntário de uma entidade livre, ao Ministério do Trabalho, sujeitando a entidade a todas as malezas de uma estrutura sindical de tipo fascista.

Por outro lado, os que pretendiam a sindicalização argumentavam ser inaceitável a discriminação para com os servidores públicos, impedidos, na legislação, do direito de sindicalização. Argumentavam, ainda, que com a sindicalização dos servidores, o estado seria obrigado a manter uma relação de patrão-empregado, com negociações entre as partes, tantas vezes negada pelo estado.

Sem dúvida, ambos os argumentos são de peso e procedem, devendo ser levados em consideração na elaboração da proposta que devemos apresentar, neste novo momento político que vivemos.

Hoje na C.U.F. estamos discutindo que estrutura sindical queremos e partimos do princípio que esta estrutura deverá ser livre e independente do estado e neste sentido apoiamos a resolução da Convenção da O.I.T. (Organização Internacional do Trabalho).

Tendo como base estas premissas, a nossa proposta ao meu ver deve combinar: DIREITO DE SINDICALIZAÇÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS E LIBERDADE SINDICAL DE ACORDO COM A CONVENÇÃO DA O.I.T.

A discussão com relação à nova forma de organização sindical do funcionalismo, merece ser aprofundada e deve ser iniciada imediatamente.

Acredito que só com esta nova forma de organização sindical, poderemos superar as várias tentativas frustradas de unificação do funcionalismo, desde a C.G.P. (Coordenação Geral Permanente) 79, passando pela tentativa de democratizar a FEPASF, a Comissão Esta-

Figura 61 – Panfleto sobre sindicalização do funcionalismo de 1985. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 62 - Jornal do IIIº Congresso Estadual dos Servidores Públicos de setembro de 1983. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 63 - Jornal do IIIº Congresso Estadual dos Servidores Públicos de setembro de 1983 (p.2). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 64 - Jornal do IIIº Congresso Estadual dos Servidores Públicos de setembro de 1983 (p.3). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 65 - Jornal do IIIº Congresso Estadual dos Servidores Públicos de setembro de 1983 (p.4). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 66 – Revista Veja de 29 de abril de 1987. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

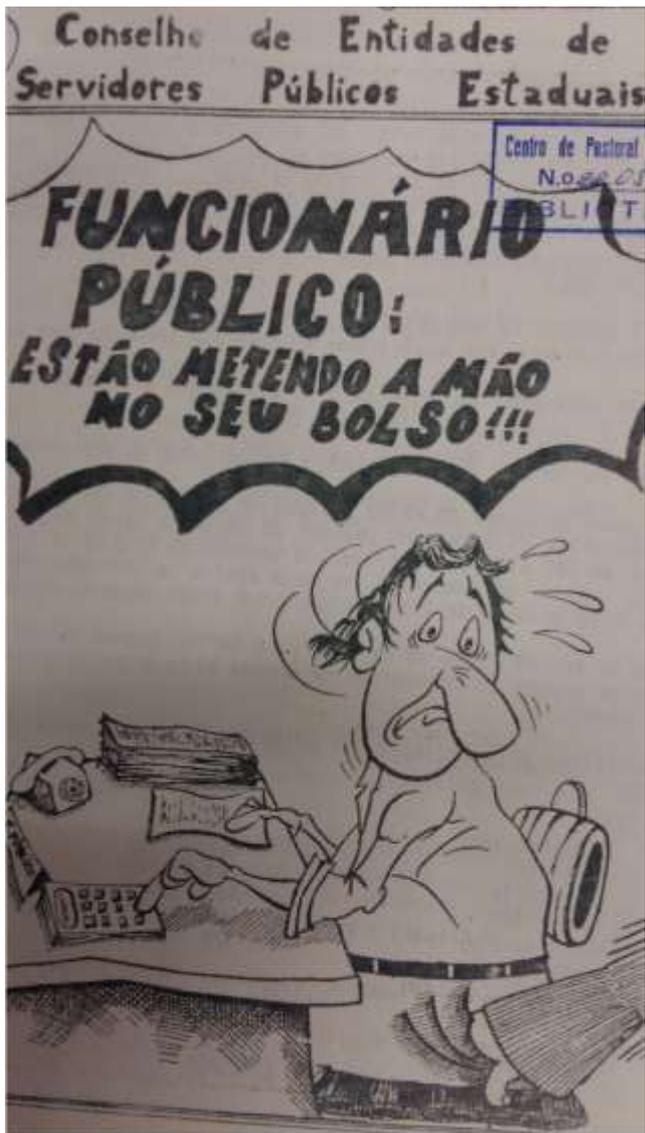


Figura 67 – Panfleto do Conselho de Entidades de Servidores Públicos Estaduais de 22/05/1991. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Unificação Nacional realizada na CNTE

A nível nacional as divergências foram superadas e foi possível a unificação.

Em Aracaju, Sergipe, de 25 a 28 de janeiro de 1990, foi realizado um Congresso histórico de todos os Trabalhadores em Educação de 1º e 2º grau. Delegados de todos os Estados do Brasil, representando as entidades estaduais filiadas à CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CONATEP - Coordenação Nacional dos Funcionários de Escolas Públicas, FENASE - Federação Nacional dos Supervisores de Ensino e FENOE - Federação Nacional dos Orientadores Educacionais, decidiram pela fusão das quatro entidades nacionais. Nasceu, assim, uma nova CNTE - a Confederação de todos os professores, diretores, supervisores, funcionários, orientadores etc.

Esta nova Confederação saiu ainda mais fortalecida e em melhores condições para encaminhar a nível nacional a luta pelo Piso Salarial Profissional e por uma LDB - Lei de Diretrizes e Bases - que atenda nossas

reivindicações. Terá mais força e representatividade para pressionar o Congresso Nacional a aprovar as nossas principais reivindicações.

A criação dessa Confederação única foi extremamente positiva, principalmente neste momento, quando sabemos que o atual Ministro da Educação, Sr. Carlos Chiarelli, tem posições contrárias ao fortalecimento do Ensino Público; já propôs a privatização das Escolas Técnicas Federais, posicionou-se contra o ante-projeto de LDB que contemplou a maioria das nossas reivindicações e pertence a um dos partidos (PFL) que durante a Assembleia Nacional Constituinte trabalhou contra as reivindicações que vinham das entidades que defendiam a Escola Pública.

Entendemos que o processo de unificação nacional deverá ser um referencial para os Estados. Um grande número deles já efetivou o processo de unificação, em outros as discussões caminham, mesmo enfrentando algumas dificuldades.

Educação de São Paulo caminha para a união

Em São Paulo, acreditamos que, com vontade política das direções e com ampla participação das bases de cada setor, é possível a unificação.

A nossa situação não é diferente dos outros Estados. Em alguns aspectos, como o salário dos profissionais, estamos numa situação pior do que em muitas regiões do Brasil.

O Plano Collor, que já está provocando retração das atividades econômicas, vai agravar ainda mais a situação da Escola Pública e o nosso poder de compra. Como os serviços públicos são sustentados basicamente pela arrecadação do ICMS, é de se prever que com a recessão, desemprego e arrocho de salários a todos os trabalhadores haverá queda na arrecadação desse imposto, provocando perdas ainda maiores à Educação Pública.

A reversão desta situação, a recuperação da nossa profissão, é uma tarefa que exige muita unidade entre os Trabalhadores em Educação e com todas as outras categorias profissionais que também lutam e a favor de um ensino público, gratuito e de boa qualidade.

contra a recessão, o arrocho e o desemprego.

O nosso referencial deve ser sempre as lutas que temos pela frente e não as divergências existentes entre as entidades, que são pequenas diante deste quadro.

Esperamos que todas as entidades assumam junto conosco esta luta, que se dispõem a discutir as divergências, no sentido de superá-las, para que possamos transformar em realidade o sonho de todos os Trabalhadores em Educação de nosso Estado.

No mês de setembro estaremos realizando um Congresso unitário que será precedido de debates e reuniões por escolas em todas as regiões. A APEOESP e a AFUSE já têm decisão de participar. Convidamos as demais entidades a participarem deste fórum e a ajudarem a organizar o Congresso Unitário, com perspectiva de unificação.

Fórum Estadual de Unificação
APEOESP e AFUSE

Figura 68 – Manifesto pela construção do Sindicato Único da APEOESP e AFUSE (p.4). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

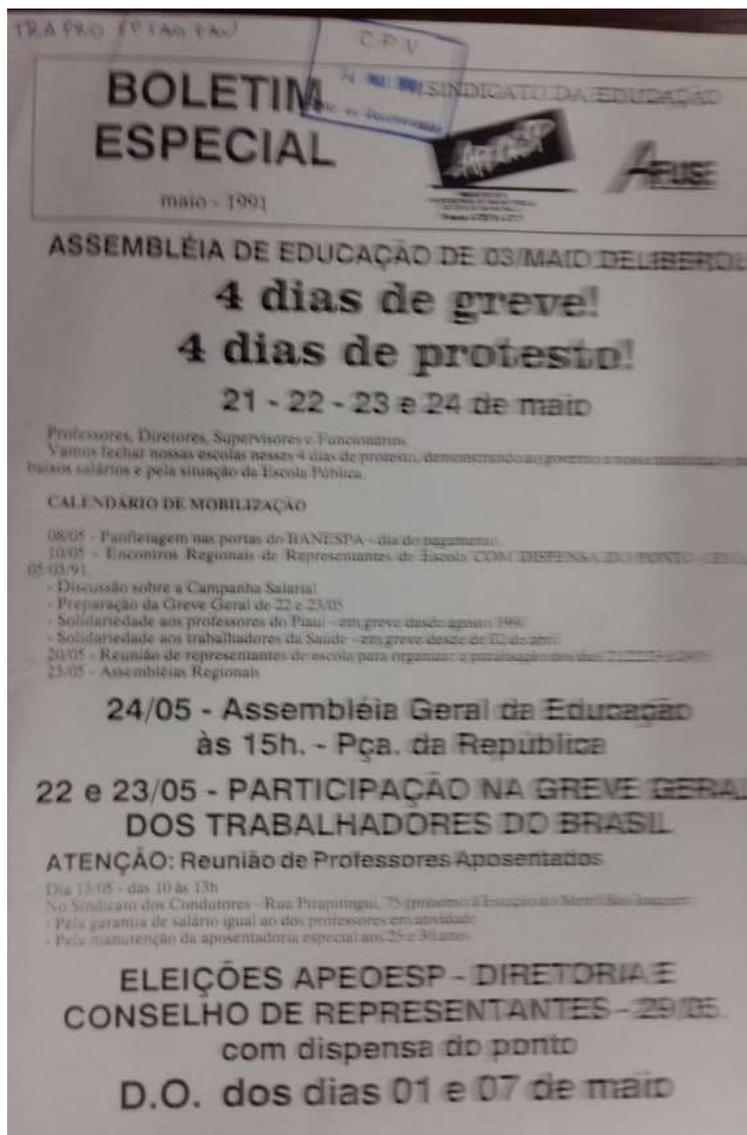


Figura 69 – Boletim especial da AFUSE e APEOESP sobre deliberações na assembléia de 3 de maio de 1991. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 70 – Carta da AFUSE, APASE, APEOESP, CPP e UDEMO a população (período Mario Covas). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

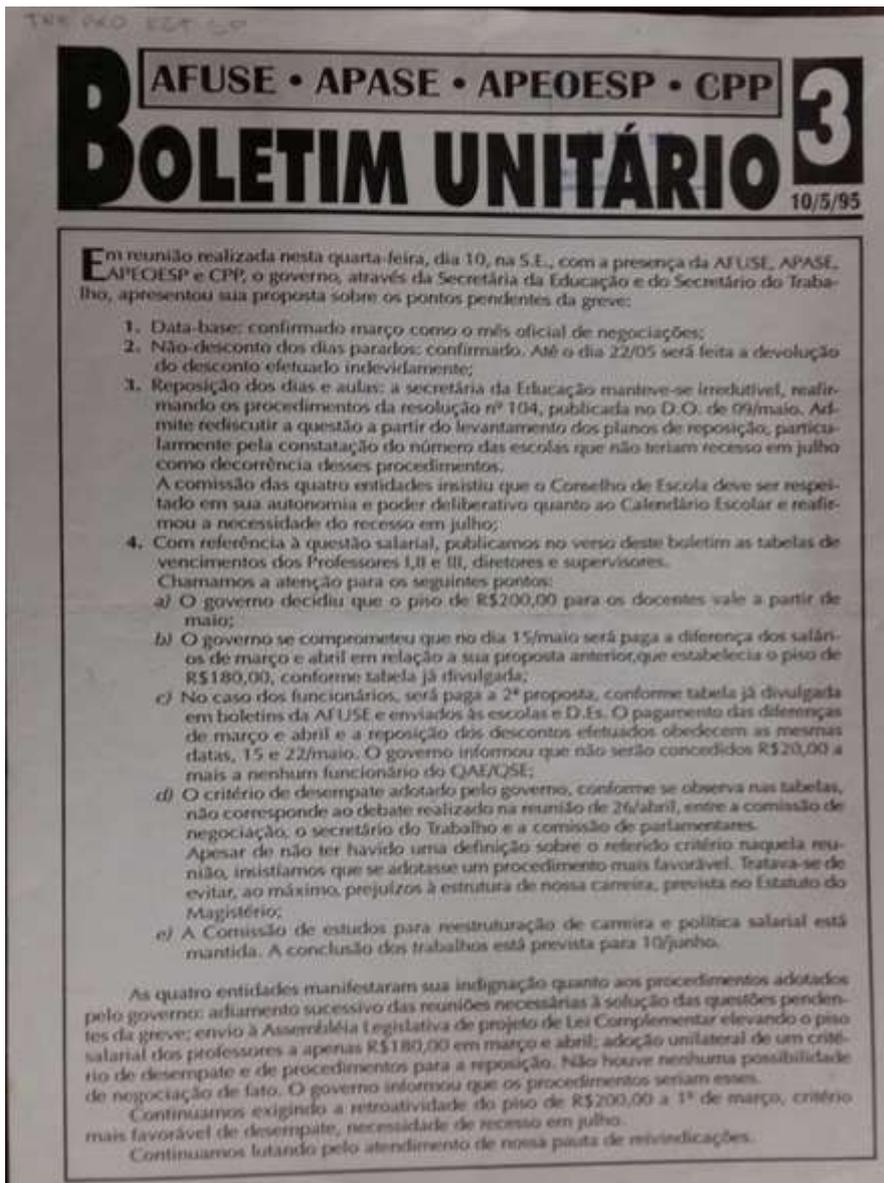


Figura 71 – Boletim Unitário da AFUSE, APASE, APEOESP, CPP de 10 de maio de 1995. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 72 – Revista sobre campanha salarial unificada da AFUSE, APEOESP, APASE, CPP e UDEMO de 2000. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 73 – Revista sobre campanha salarial unificada da AFUSE, APEOESP, APASE, CPP e UDEMO de 2000 (p.2). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 74 – Revista sobre campanha salarial unificada da AFUSE, APEOESP, APASE, CPP e UDEMO de 2000 (p.3). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 75 – Revista sobre campanha salarial unificada da AFUSE, APEOESP, APASE, CPP e UDEMO de 2000 (p.4). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 76 – Jornal Folha de São Paulo de 26 de março de 1982. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Func. Púb. - SP(s) - Gure/79 (s)
GREVES ABRIL/1979

104. 2

Memorial entregue ao governador pela Coordenação Geral Permanente

São Paulo, 16 de Março de 1979.

O documento que ora apresentamos a consideração de Vossa Excelência é o resultado, em síntese, de seguidas assembleias e reuniões em que foram ouvidos os diversos setores do serviço público, e contém as principais reivindicações de todos os servidores, relativas à melhoria de suas condições materiais.

É sobejamente conhecida a situação de deterioração salarial que atinge a maioria dos trabalhadores, e, em maior gravidade, os servidores públicos, categoria que teve seus salários mais acalçados nos últimos anos.

Estudos realizados por entidades idôneas como o DIEESE atestam que o período de 1964 a 1975 os preços das coisas de primeira necessidade consumidos pela família assalariada (índice de custo de vida) cresceram 50 vezes, enquanto os salários cresceram apenas 17 vezes, considerando-se aqui o último reajuste de Março de 1974.

Examinando-se a situação particular dos servidores, verifica-se que para se recuperar o poder aquisitivo de 1964, esses requere avarias de mais atingiu o índice de 242%.

Mais relevante que a vertiginosa queda de nossos salários reais é saber que, segundo estudo do DIEESE, a produtividade social cresceu em 102% no mesmo período.

Nó o índice de produtividade relativo a esse aumento fosse incorporado ao salário do servidor o reajuste deveria ser de 397% e não apenas de 142%.

O que se vê é que temos, portanto, com um índice em favor de salários cada vez mais irrisórios.

No entanto, não estamos aqui, simplesmente em 1977, que não são poucos, nem mesmo os 242%. Reclamamos apenas um reajuste que seja capaz de diminuir a deformação de nossos salários. Reajuste este que apenas nos permita enfrentar os constantes e já quase insuperáveis aumentos do custo de vida e que contribua ainda para diminuir os grandes disparidades de remunerações entre os diversos setores de servidores.

Reivindicamos, assim, para todos os servidores, em caráter de urgência, reajuste de 79 % mais (R\$2.000,00 fl. 10).

Além da deterioração dos salários, jureturpa nos a demora cada vez maior por parte do Estado em decretar nosso reajuste anual.

Tradicionalmente no mês de dezembro já se encontrava na Assembleia Legislativa o Mensagem de Lei que institua o reajuste de vencimentos dos servidores. No últimos anos essa medida foi postergada para Março.

No presente ano, encontramos-nos já em meados de Março sem qualquer notícia a respeito de nosso reajuste anual.

Considerando a situação crítica e angustiante por que passam os servidores e a crescente inquietação que pode

afetivar negativamente no funcionamento das serviços públicos, conatando as necessidades de urgentes respostas por parte de Vossa Excelência, reque- re-se que todos os servidores aguardem até o processo de 30 de Março, devendo o mesmo ser encaminhado a esta coordenação antes do início de trabalhos no Legislativo.

Não bastando a criação de subsídios extras para auxiliar no mesmo momento todas as categorias, existem ainda outros problemas prioritários necessariamente a serem resolvidos.

Chamamos, portanto a atenção de Vossa Excelência para as seguintes medidas que se fazem necessárias a curto prazo:

- 1) Cálculo do taxa de inflação real sobre o total dos vencimentos para todos os servidores, após ajuste aquelas em risco de vida no atual, estabelecendo-se, portanto, o pagamento dessa taxa também aos servidores substituídos e regime vacacionar.
- 2) Pagamento de adicional por serviços noturnos para todos os servidores que incluem aqui os de 10 Horas.
- 3) Extinção do serviço médico do IAMESPE, particularmente para os servidores do Interior do Estado, sem exclusão de qualquer forma para do setor desvinculado completamente em caráter.
- 4) Reajuste do teto de 20% para diá- rios.
- 5) Planejamento dos serviços do PRO- DESP de modo a atender as necessi- dades atuais e futuras dos empregados.
- 6) Imediato de condições no regime de- terminado da Lei complementar 160 para os servidores contratados pelo CLP e Ser- vidores Autônomos, incluindo quanto a contagem retroativa de tempo de ser- viço para efeito de aposentadoria.
- 7) Imediato de reajustes trimestrais sobre os vencimentos de todos os ser- vidores do do pessoal ativo.

Coordenação Geral Permanente
 Entidades que assinam o memorial:
 Federação Paulista dos Servidores
 Públicos, União Nacional dos Servida-
 res Públicos, Casa do Brasil, Associa-
 ção dos Médicos do Hospital das
 Clínicas, Associação Médica do IAMES-
 PE, Associação dos Servidores do Hospi-
 tal das Clínicas, Associação dos Funcio-
 nários do IAMESPE, Associação dos
 Servidores do IOSP, Associação dos Pro-
 cedentes do IOSP, Associação dos Funcio-
 nários do Estado Oficial do Estado de
 São Paulo, Associação Educato- In-
 ternas dos Servidores do IAMESPE, Associa-
 ção dos Funcionários do IAMESPE, Associa-
 ção dos Funcionários do IAMESPE,
 União dos Dirigentes do Estado Médico
 Oficial, Associação dos Funcionários do
 Instituto Estadual de Planejamento de
 Desenvolvimento de Assessoria Técnica
 Integral de São Paulo, Associação do Es-
 tado de São Paulo, Associação de Associa-
 ção dos Dirigentes do Estado do Estado
 de São Paulo.

Figura 77 - Panfleto com memorial entregue ao governador pela Coordenação Geral Permanente dos Servidores públicos em 16 de março de 1979. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

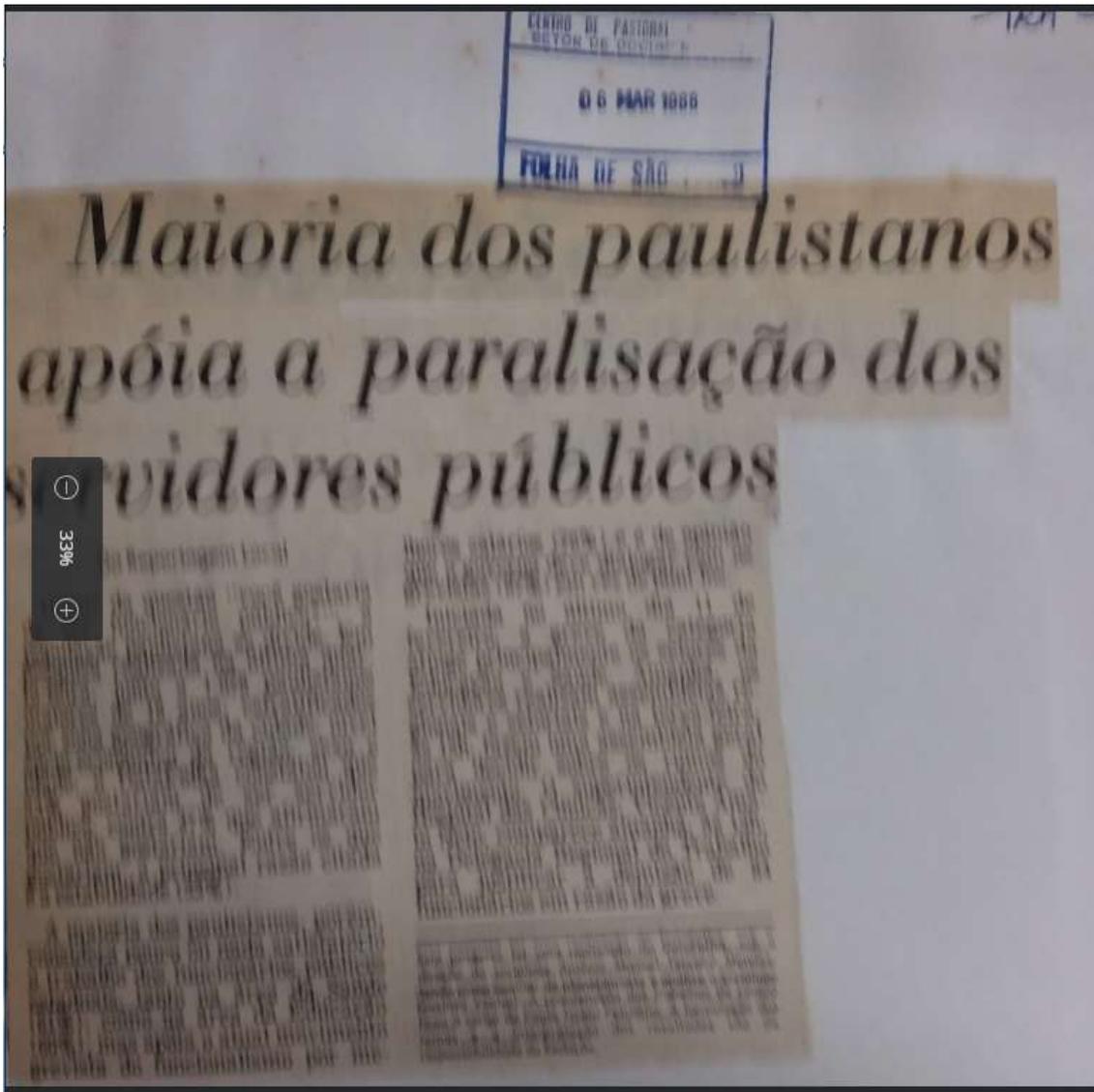


Figura 78 – Jornal Folha de São paulo de 6 de março de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 79 – Jornal Folha de São Paulo de 15 de abril de 1981. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

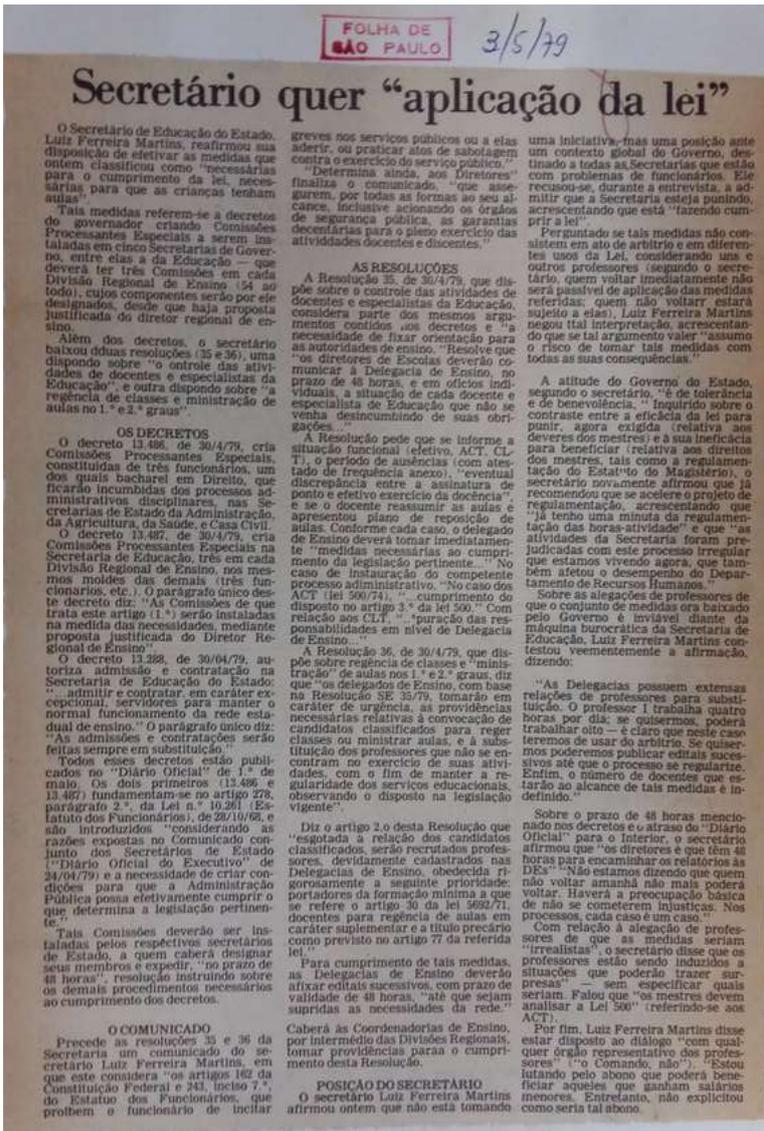


Figura 80 – Jornal Folha de São Paulo de 3 de maio de 1979. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 81 – Jornal Estado de São Paulo de 8 de maio de 1979. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 82 – Jornal Folha de São Paulo de 23 de setembro de 1988. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 83 – Jornal Gazeta Mercantil de 19 de fevereiro de 1988. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 84 – Jornal O Estado de São Paulo de 22 de abril de 1987. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 85 – Jornal Notícias Populares de 27 de abril de 1987. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

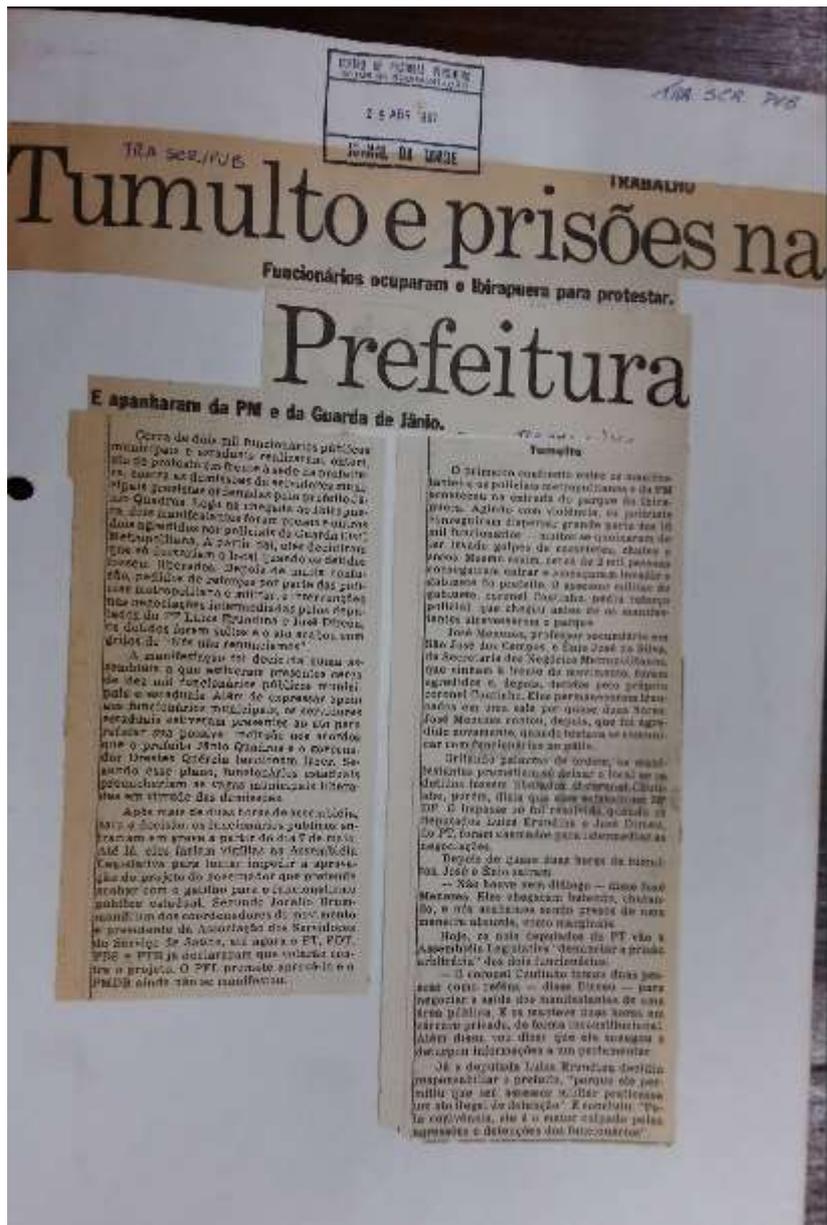


Figura 86 – Jornal da Tarde de 29 de abril de 1987. Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

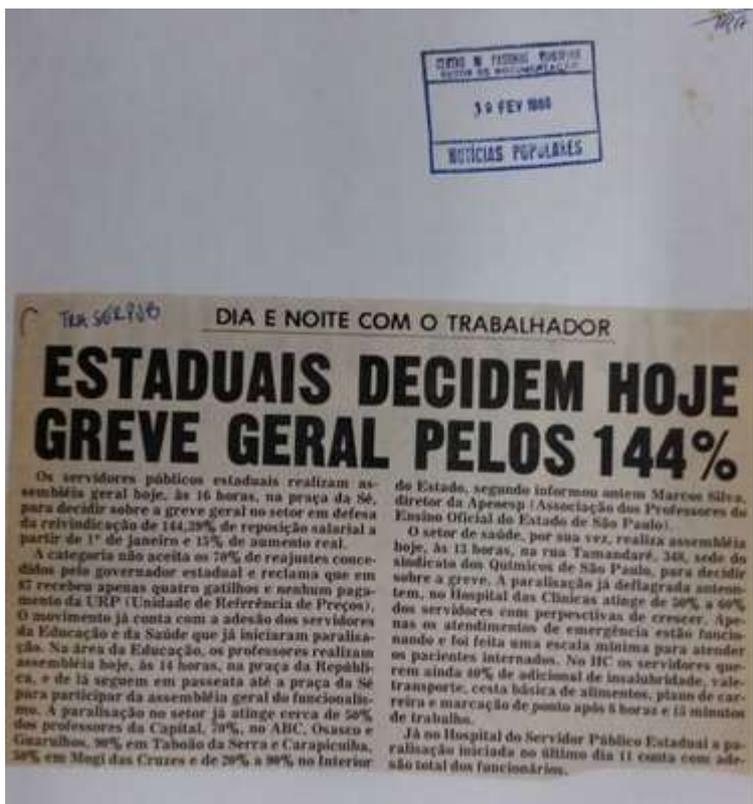


Figura 87 – Jornal notícias Populares de 19 de fevereiro de 1988. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 88 – Carta dos Funcionário públicos à população, outubro de 1988.
Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.



Figura 89 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (capa). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Editorial

OS DEZ ANOS DA AFUSE

Não somos mais empregadinhos de ninguém dentro da escola! Em 1995 a AFUSE completa 10 anos de existência! Esse não é um fato comum. Hoje, dentre os 65.000 funcionários da educação, 25.000 são associados à AFUSE. Neste ano, durante os meses de abril e maio, realizamos uma grande paralisação da categoria, elevando nosso piso salarial para R\$ 100,00.

ANTES ERA DIFERENTE - Para aqueles que são funcionários há algum tempo, é muito fácil lembrar que o Governo nos pagava o salário que queria e ponto final. Não era só isso. O diretor de escola gritava com a gente e ponto final; o secretário da Educação não recebia os funcionários da educação (se é que sabia da existência deles) e ponto final.

E AGORA COMO É? - O Governo pode pagar o salário que quer, mas você vai às ruas e reclama, e ele tem que justificar. O diretor de escola (algum) gritava, se gritava, agora recebe o troco, porque a AFUSE não está dominado. O secretário da Educação não recebe funcionários, mas agora recebe, quer queira ou não! Não somos mais empregadinhos de ninguém. Muitos funcionários fazem só o que o diretor ou professor queria. Acabou a época de só servir cafézinho e não levantar a cabeça! Pelo contrário, durante a GREVE não é só a bandeirinha da APEOESP que aparece, mas nós levantamos a cabeça e a nossa bandeirinha também.

FAZENDO A CABEÇA DOS FUNCIONÁRIOS - A AFUSE e a categoria fizeram a cabeça dos funcionários nestes anos todos. Mas, infelizmente, tem muito funcionário que ainda é inconsciente e diz amém nas escolas. Não luta por salários e nem é sócio da AFUSE. Mas está em tempo ainda. A luta não tem data para começar e nem para terminar!

A AFUSE, O BRASIL E O MOVIMENTO SINDICAL - A AFUSE é uma das Entidades que lutam, em nível nacional, entre os trabalhadores da educação da CNTE, dentro da CUT, uma Central Sindical combativa que não faz acordo com patrões e vai para a base em todas as regiões!

Sabemos, no entanto, que sem Reforma Agrária, sem acabar com a exploração dos empresários e banqueiros e, principalmente, sem acabar com a miséria de mais de 40 milhões de brasileiros, nada mudará. A luta da AFUSE, portanto, não é isolada.

Lutamos por uma escola pública de boa qualidade, salários e pelo reconhecimento de nossa identidade profissional no processo educacional.

Fazem seis anos de avanço na luta, contando com vocês, avançaremos muito mais! Esta é uma mensagem de afimado da diretoria aos associados da AFUSE, aos que já foram associados e todos os trabalhadores da educação que ajudaram a AFUSE chegar onde chegou!

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Ronaldo F. Bualdo
Vice-Presidente:
Saulo José Tavares
Secretaria-Geral:
Dulce M. Lello
1º Secretário:
Ronaldo A. de Sá
Tesoureiro-Geral:
Juliana Duarte Santos
1º Tesoureiro:
Alexandre Silva
Diretor-Geral de Formação:
Pública e Sindical:
Antonio G. de Souza
1º Diretor-Geral de Formação:
Pública e Sindical:
José Jorge Pereira
Diretor-Geral de Sindicalização:
Antonio Marcos Assunção
Diretor-Geral de Imprensa:
José Vitor M. Pires
Diretor-Geral de Legislação:
Célia V. Assis
Diretor-Geral de Gê. São Paulo:
Flaviane Lino
Diretor-Geral de Capital:
Antonio M. de Lima

DIRETORES DE SUBSÍDIOS

Interior do Piauí de Grego S. Berto
Interior do Ceará de Gilson S. Oliveira
Interior do Rio Grande do Sul de Carlos M. de Sá
Interior do Rio de Janeiro de Carlos M. de Sá
Interior do Espírito Santo de Carlos M. de Sá
Interior do Paraná de Carlos M. de Sá
Interior do Mato Grosso do Sul de Carlos M. de Sá
Interior do Mato Grosso de Carlos M. de Sá
Interior do Goiás de Carlos M. de Sá
Interior do Tocantins de Carlos M. de Sá
Interior do Acre de Carlos M. de Sá
Interior do Roraima de Carlos M. de Sá
Interior do Amapá de Carlos M. de Sá
Interior do Distrito Federal de Carlos M. de Sá

Avaliação

A GREVE DE 1995

É possível obter mais GREVE pelo menos em quatro aspectos principais:
1º - Participação da categoria; 2º - Campanha das reivindicações na rua; 3º - Como se dá as negociações; 4º - Avaliação política.

PARTECIPAÇÃO DA CATEGORIA - Durante o período da greve, nós tivemos:
1º - Greves que não seguiram o tempo todo; 2º - Greves que não foram feitas, acompanhando as regiões; 3º - Funcionários que só apareceram no momento da greve; 4º - Funcionários que não saíram de suas escolas em algumas regiões; 5º - Os associados que não participaram da greve; 6º - Muitos outros que, infelizmente, não são associados e não participaram da greve.

Com estes dados, podemos afirmar que as regiões que tiveram melhores resultados, foram aquelas que participaram da greve. Portanto, devemos lutar para que todos participem da greve. Nossa meta é fazer mais escolas como a Magistral, já que em mais de 40 regiões as escolas não foram fechadas.

Muito mais, sempre ouvindo o problema de que quem aparece mais é o profissional. Acreditamos que houve um trabalho bem mais utilizado nos momentos da greve. Foi positivo.

Apartar valores não, em greve os funcionários devem separar da do problema, foi definitivamente quebrando. Já para fazer trabalho conjunto!

CONQUISTAS DAS REINDICAÇÕES - Nossa meta era de 41 e 6,9%. Mas nosso piso salarial continua 1,41 salários



Grevistas invadem a Av. Paulista em passeata

Ministério. Nossa meta era de 41 e 6,9%. Mas nosso piso salarial continua 1,41 salários

COMO SE DARAM AS NEGOCIAÇÕES - Foram conjuntas o tempo todo. Infelizmente, para uma Entidade de funcionários (AFUSE) tivemos as negociações apenas da Magistral (AFPE, APEOESP, CPP e UERJ).

Não tivemos diálogo OAB e OSE no momento. Ou seja, não houve negociação com o Conselho.

AValiação política - A greve foi um sucesso, não foi totalmente fechada fora da greve, o dia seguinte não voltou ao normal, pois não tivemos aqueles convênios ao longo da greve. Se não fosse a greve, não teríamos conseguido o que queremos, não é um sucesso!

Magistral no momento com o Conselho, que a AFUSE? O Magistral não é 41%? E não? Para isso, toda a categoria e a vida na greve, e a AFUSE não é a mesma?

Milhões de pessoas da AFUSE assinaram muito rápido de bom, considerando que a cidade de contagem em greve foi controlada.

Em mais de 40 regiões tivemos escolas em greve, portanto, o não de negociação individualmente, mas sim negociações individuais em greve, evitando de qualquer maneira, evitando mais negociações e não negociações. Não, a AFUSE não negocia com o movimento de funcionários estaduais.

A AFUSE foi a primeira Entidade a pagar a greve individualmente, sendo ao longo com a Magistral, mesmo sabendo que não tivemos como negociar e controlar, que se fossemos dialogar, o movimento, como a maioria paga em greve e salários, por exemplo.

Você, querido, não tem aquele que de uma forma ou de outra cobramos, não que o que deveria ser feito, é bom isso, depois de pagar.

Na verdade, temos paralisação e não escolas do Conselho. Durante as negociações, tivemos do Conselho a situação de falta de recursos. Alguns convênios chegaram de R\$ 7,5 a R\$ 10,5 por mês, não negociamos e não dialogamos. São negociações que variam de R\$ 100,00 a R\$ 2.634,28. Repetidas o Conselho tememos 74 salários de R\$ 100,00 por mês, os funcionários da educação, durante as negociações em greve, pagaram a greve 2 salários por dia mais R\$ 20,00.

Entendemos que fundamentalmente porque sabemos disso. Não, não é o mesmo, mas não temos nenhuma negociação e todos os trabalhadores, e não ter um período de greve, não é um sucesso!

Figura 90 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (p.2). Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

A UNIDADE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO



A educação mostrou o seu valor! Durante mais de um mês, funcionários e professores, em greve por melhores salários e por uma escola pública de boa qualidade, foram às ruas e lutaram por suas reivindicações, dando o exemplo da mais pura união. Acompanhe agora a entrevista dos presidentes da AFUSE e APEOESP sobre o movimento dos trabalhadores em educação.

Em entrevista, Roberto F. Fátima (AFUSE) e Roberto Fátima (APEOESP), foram abordados sobre a unidade de grande importância entre os funcionários e o magistério.

de acabar por dentro e gerar baixa em avaliações de um funcionário e professor?
RFB - Não. Dado ao caráter coletivo de qualquer movimento sindical e social organizado. A escola, sendo o espaço fundamentalmente onde se dá a formação do cidadão, não pode ser dividida em interesses de grupos de cada um dos presentes.

As escolas e o sistema educacional funcionam bem o trabalho dos educacionais em educação?

Roberto Fátima presidente da AFUSE
Um sistema, mesmo que seja político, não pode ser dividido em interesses de grupos. A escola, sendo o espaço fundamentalmente onde se dá a formação do cidadão, não pode ser dividida em interesses de grupos de cada um dos presentes. O fato de a imprensa sempre e sempre apoiar os interesses dos funcionários, como você sabe, não é uma garantia de que não haja grandes interesses em jogo. Há, em qualquer movimento, interesses de grupos e de interesses de grupos.

em reivindicação, não permite a diferença que existe entre professores e funcionários.
Como presidente da AFUSE, Roberto, qual seria sua posição em relação ao movimento de greve do magistério?
RFB - Não. Dado ao caráter coletivo de qualquer movimento sindical e social organizado. A escola, sendo o espaço fundamentalmente onde se dá a formação do cidadão, não pode ser dividida em interesses de grupos de cada um dos presentes.

O fato de a imprensa sempre e sempre apoiar os interesses dos funcionários, como você sabe, não é uma garantia de que não haja grandes interesses em jogo. Há, em qualquer movimento, interesses de grupos e de interesses de grupos.

Roberto - O caráter de greve é uma greve de caráter coletivo. Não se trata de interesses de grupos. A escola, sendo o espaço fundamentalmente onde se dá a formação do cidadão, não pode ser dividida em interesses de grupos de cada um dos presentes. O fato de a imprensa sempre e sempre apoiar os interesses dos funcionários, como você sabe, não é uma garantia de que não haja grandes interesses em jogo. Há, em qualquer movimento, interesses de grupos e de interesses de grupos.

Roberto - O caráter de greve é uma greve de caráter coletivo. Não se trata de interesses de grupos. A escola, sendo o espaço fundamentalmente onde se dá a formação do cidadão, não pode ser dividida em interesses de grupos de cada um dos presentes.

Roberto - O caráter de greve é uma greve de caráter coletivo. Não se trata de interesses de grupos. A escola, sendo o espaço fundamentalmente onde se dá a formação do cidadão, não pode ser dividida em interesses de grupos de cada um dos presentes.

Roberto - O caráter de greve é uma greve de caráter coletivo. Não se trata de interesses de grupos. A escola, sendo o espaço fundamentalmente onde se dá a formação do cidadão, não pode ser dividida em interesses de grupos de cada um dos presentes.

Não engasgamos o greve de ninguém. Fazemos movimento juntos ou separados?

Roberto F. Fátima presidente da AFUSE
Um sistema, mesmo que seja político, não pode ser dividido em interesses de grupos. A escola, sendo o espaço fundamentalmente onde se dá a formação do cidadão, não pode ser dividida em interesses de grupos de cada um dos presentes.

Figura 91 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (p.3). Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

AFUSE
CENTRO DE PESQUISA VERGUEIRO

**AFIXE NAS ESCOLAS
E DELEGACIAS**

VAMOS MUDAR ESSA SITUAÇÃO!
A DRAMÁTICA REALIDADE DOS FUNCIONÁRIOS DEPOIS DE SEIS MESES DE GOVERNO COVAS:
PISO SALARIAL EM MAIO DE R\$ 141,63!!
(22,88 = SALÁRIO BASE)+ (R\$ 118,75 = 6 GRATIFICAÇÕES)

EXIGIMOS:

**PISO SALARIAL DE
TRÊS SALÁRIOS
MÍNIMOS**

→

**INCORPORAÇÃO DAS
GRATIFICAÇÕES AO
SALÁRIO BASE**

PLANO DE LUTAS

**ASSEMBLÉIA GERAL
EM AGOSTO**

Vamos nos preparar desde já!!

- » Continuidade das negociações com o Governo, de acordo com esta pauta de reivindicações
- » Envio de 7 mil aerogramas ao Governador Mário Covas

REIVINDICAÇÕES CENTRAIS DA CATEGORIA

<p>SERVIDOR E AUX. DE SERVIÇOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ GRATIFICAÇÃO POR SF DE ALUCCI ✓ QUANTIDADE SALARIAL ENTRE AS DIFER. FUNÇÕES 	<p>INSPECTOR DE ALUNOS (I.A.E.)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ GRATIFICAÇÃO POR SF DE ALUCCI 	<p>ORICAL DE ESCOLA (O.E.E.)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ GRATIFICAÇÃO POR SF DE ALUCCI 	<p>SECRETÁRIO DE ESCOLA (S.E.E.)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ IGUALDADE SALARIAL COM DE CHEFE DE ESCOLA ✓ GRATIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA (SUN. ADIC. CHEFE) 	<p>APOSENTADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ IGUALDADE SALARIAL COM COLEGAS ✓ GERAÇÃO DOS BENEFÍCIOS
<p>ESCOLA-PADRÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ DIREITO À GRATIFICAÇÃO DIGNIDADE AO MAGISTRO (D.M.) ✓ DIREITO À GRATIFICAÇÃO POR DEDICAÇÃO EXCLUSIVA 	<p>I.S.E. E I.G.A.E.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ FIM DA DIFERENÇA SALARIAL ENTRE FUNÇÕES SEMELHANTES ✓ ADICIONAL DE LOCAL DE TRABALHO PARA O I.S.E. 	<p>ORICAL AMO (O.S.E.)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ PELA IGUALDADE SALARIAL COM OS QUE ZERAM NAS ESCOLAS, ETC. 	<p>DEB.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ RECESSO EM LER ✓ QUE AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SEJAM EXERCIDAS APENAS POR FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS 	

PERDAS SALARIAIS - CONSIDERANDO OS GOVERNOS QUÉRCIA, FLEURY E COVAS 278,05%
PERDER MAIS O QUÊ!!

DISCUSSÃO DE UM PLANO DE CARREIRA QUE ACABE COM TODAS AS DISTORÇÕES E AVANCE RUMO A UMA CARREIRA ÚNICA DA EDUCAÇÃO

Figura 92 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (pp. 4 e 5). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

MOMENTO POLÍTICO ATUAL QUE ESTAMOS VIVENDO!

Não não estamos à beira da estrada assistindo às coisas passarem. Tudo nos atinge e temos obrigação de mudar a situação.

O processo que a Brasil atravessa é muito sério. Quem faz as profundas modificações sem a participação de classe trabalhadora! Não é necessário salientar que quando parte da população é excluída na discussão das reformas propostas pelo Governo, no mínimo é porque não lhe interessa.

Mas vamos discutir as mudanças, vamos saber que com as reformas o Governo Federal prefere:

- Acabar com o aposentadoria para quem tem 35 anos de serviço?
- Acabar com a estabilidade dos funcionários públicos?
- Fazer uma profunda reforma na Constituição?
- Privatizar vários setores, fomento das telecomunicações e o petróleo das mãos dos brasileiros?

Muito bem! Em que são beneficiados o trabalhador? Que tal o Governo fazer um projeto que diminua de milhões de reais de lucro das grandes bancas, que ganham sempre, seja em crise ou fora dela, e redistribua para os trabalhadores, através da prestação de serviços? Isso não seria muito melhor do que a propagação de uma greve, com o comércio fechando e um salário mínimo de dezcentos?

O projeto do Governo Federal, apoiado de seus representantes eleitorais, que não é isso a verdade, só vem uma coisa: valorizar o



Trabalhadores em situação precária em Brasília contra as Reformas Constitucionais

capital sem se preocupar com as condições de vida daqueles que o produzem! Em outras palavras, é a tão famosa política neoliberal, ditada, principalmente, pelos Estados Unidos. Não é por aí que queremos essa crise social. Tampouco vendendo estatais de peso, como a Petrobrás. Voto do Rio Doce, Telesp, etc! Estes setores, passem pela soberania nacional. Se eles dão tantos lucros, o ponto de vista empresários se interessarem, por que entregar de bandeja para o setor privado?

A Cvt, como sempre faz no defesa dos direitos da classe trabalhadora, vai até o fim nessa luta contra as reformas que não nos interessam.

Não, funcionários da educação, temos de encampar essa luta, já que somos os maiores interessados. Não podemos permitir que alguns setores conservadores da sociedade sem grande parte instalada no Congresso Nacional nos furem, em alguns minutos de sessão, direitos que conquistamos a duras penas. Em algumas situações até com sangue derramado de companheiros que se foram durante todas essas anos de luta.

Porém, os trabalhadores terão que entrar nessa luta. O momento é crucial, pois tentam, através da reforma, nos impor profundas transformações sem o nosso consentimento, e o que é pior, em nosso prejuízo!

ENTENDA A REFORMA CONSTITUCIONAL

O QUE ELAS QUEREM	O QUE NÓS QUEREMOS
1º - Privilegiar a classe média - Os partidos querem que o trabalhador pague um seguro saúde particular. Ainda o INSS e quem tem dinheiro paga uma Saúde Care ou Indígena. Quem não tem condições que se trata. E a lei do salário se quem puder.	1º - O INSS deve melhorar o salário do ponto de vista do Estado - Garantir a família e subsistência do Estado. Melhorar o Serviço do Saúde para todos sem discriminação. Melhorar o sistema de subsistência do INSS. E acabar com a pensão e morte.
2º - Em 30 Anos de existência por tempo de serviço - 25 por tempo decorrido que não aposentados sem que trabalhe.	2º - No aposentadoria não se trata - A Cvt quer que o trabalhador se aposente antes de chegar a idade. Quem quiser trabalhar até 60 anos? E sem mais. Quem não trabalhar a um tempo de mais de 30 anos? E Cvt quer a lei da aposentadoria de morte e 30 anos de trabalho.
3º - Governo pretende particular, quem pode entrar quem não pode... E o mesmo vale de saúde. Podem quem não no não de parte cidadã. Não é a lei pública beneficiar a classe de mais quem de menos. Não se pode entrar, trabalhadora se se tratar. E se não tem que entrar particular não empresa.	3º - A Saúde deve ser pública - Todos devem ter saúde pública. De ponto de vista de parte de quem não tem. Não se trata de quem não tem. E se não tem, não se trata. E se não tem, não se trata. E se não tem, não se trata.
4º - Privilegiar Empresas Públicas / A modo a não se modernizar. Quem não entrar empresa de classe e quem não de mais não empresa. Não é a lei pública beneficiar a classe de mais quem de menos. Não se pode entrar, trabalhadora se se tratar. E se não tem que entrar particular não empresa.	4º - Que se entenda se tem empresa pública - Que o Estado seja o serviço do ponto de vista de quem não tem. Não se trata de quem não tem. E se não tem, não se trata. E se não tem, não se trata.
5º - Ter de direito trabalhadora - Quem trabalhar com ela como "trabalhador" e "empregado", não pagar de direito trabalhadora com muito mais e sangue. Tudo isso interesse a quem? As grandes empresas.	5º - Manter direito de quem - Comentar sobre direito. Não que o trabalhador não se trata de quem não tem. Não se trata de quem não tem. E se não tem, não se trata.
6º - Manter o direito de quem de quem - O Brasil é a grande das brasileiras. Para se beneficiar, de parte que não se trata de quem não tem. Não se trata de quem não tem. E se não tem, não se trata.	6º - Quem quer reforma Agrária? - Quem se trata de quem não tem. Não se trata de quem não tem. E se não tem, não se trata.

VAMOS SEGUIR O EXEMPLO DOS PETROLEIROS!

Quando se falava em greve dos petroleiros, ninguém podia imaginar as consequências.

O Governo, por sua vez, até não Agora, a realidade está aí: navios sem óleo para sair dos portos, fundições não produzem mais aço por falta de combustível e muitas portas de gasolina já não têm mais combustível!

Não tardou muito para o Governo por o Exército dentro das refinarias e demonstrar que o único caminho que ele conhece para negociação é o da bala. Por onde anda a democracia que o presidente Fernando Henrique vive falando?

Antes de o Governo falar em nome do estado de Direito,

deve se lembrar que passou por cima de uma decisão judicial, anulando o senador Humberto Lucena quando havia sido cassado pelo Supremo Tribunal.

Não, funcionários da educação, assim como os petroleiros, para mostrarmos que sem o nosso trabalho a escola não funciona, é só no prática.

Em agosto em agosto, caso a nossa situação social não muda, seremos obrigados a fazer outra greve. Só depois que seis milhões e meio de alunos estiverem sem aulas é que o Governo vai ver a importância da nossa trabalho!

O nosso movimento será sem professor. Desta vez vamos nos preparar para isso!

Figura 93 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (p. 6). Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

JURÍDICO

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA O GOVERNO DO ESTADO: "NENHUM SALÁRIO BASE MENOR QUE O SALÁRIO MÍNIMO"
 O Departamento Jurídico na batalha judicial para que a Constituição seja cumprida!

O Governo do Estado nos paga salários miseráveis, e ainda nos cobra, complementar, com 7% de gratificação.

Além de tudo isso, afronta contra nossa dignidade, comete mais um ato, que é desrespeitar a Constituição, paga um salário base inferior ao salário mínimo!

Por isso, o Departamento Jurídico da AFUSE vem rogando toda sua atenção na ação que exige o Governo do Estado a cumprir a Lei. Já entrou com um

mandado de segurança contra o Governo do Estado e aguarda definição do juiz paulista.

MAS DE 1.000 PEDIDOS ANUZIADOS NA JUSTIÇA! - Em processos coletivos ou individuais, mais de 1.000 associados estão sendo atendidos pelo Departamento Jurídico da AFUSE, isto sem falar do processo do grêmio, que beneficiará toda a categoria e não dependeu de procurações individuais.



Qualquer dúvida, procure o Departamento Jurídico.

LEGISLAÇÃO

- **A INSALUBRIDADE QUE O ESTADO NÃO PAGA!**
- O Estado não está pagando a insalubridade por quê? Uma das grandes vitórias da AFUSE foi ter conseguido, na prática, o pagamento da insalubridade. Entretanto, muitos funcionários não recebem porque as procurações estão o "quem de lá trouxe", devido às negociações.
- Votou, Associação propôs, todos os empregados aprovaram: 1ª - Aposentado e seja o índice de pensão. Em algum lugar da parca; 2ª - Se algum de ter o convênio de saúde ele não, com esse índice de pensão e tudo isso, é que está para ficar para a AFUSE.
- Foi votado, a Comissão deveria aprovar uma comissão para fazer de mediadora e processamento do pagamento.
- O trabalho realizado é todo gratuito, mas para receber o seu Deus nos abençoe!
- **PROGRESSÃO FUNCIONAL: ANUIDADES IMPORTANTES PARA AGILIZAR O PAGAMENTO**
- A Resolução SE 75/95 (D.O. de 13/06/95), página 9, artigo 2º, inciso XXV, dá autonomia ao Colegiado de Ensino autorizar o pagamento do Progressão Funcional (Lei 712/76), no que se refere ao artigo 9º, inciso II, do Art. 9º, inciso II, do Estatuto Administrativo.
- O Colegiado de Ensino autoriza o pagamento, mas a Diretoria, a regulação desses pagamentos, não aplica em que tempo devido.
- **TRANSFERÊNCIA EX-OFÍCIO**
- O Colegiado (Departamento de Recursos Humanos do Secretariado da Educação), em mensagem nº 1, de 13/07/95, ao Colegiado de Ensino, responde no âmbito da Resolução 25/94, que trata, entre outros aspectos, da transferência no âmbito das Funcionárias Externas. Esta medida impede, no momento, as transferências entre o estado das Funcionárias.

CONVÊNIO

LAZER - HOTÉIS/CAMPING: A AFUSE TEM NOVIDADES!

A AFUSE possui pontos de lazer de seus associados, está lançando o convênio com Hotéis/Camping, os quais visitamos e podemos recomendá-los para você e seus dependentes.

Todos os recursos oferecem descontos muito significativos em finais de semana, feriados prolongados e alta temporada (dezembro, janeiro e fevereiro). Os preços citados são para sua referência e válidos para o mês de maio/95.

Esperamos com este trabalho, atender a mais um anseio da nossa categoria.



AFUSE LANÇA O DISQUE-FILIAÇÃO!

Invenham mais uma vez. A partir de agora você pode se filiar à AFUSE pelo telefone! É o novo modo como sempre DISQUE-FILIAÇÃO. Você liga e faz sua filiação na hora, sem burocracia, com ou sem qualquer outra burocracia.

Portanto, ligue já pelo (011) 373-5763 e entre na fila para estar acompanhada em busca de melhores condições salariais, de rede e moradia.

CAMPANHA DE FILIAÇÃO PREMIADA - Em 1995 a AFUSE completa 30 ANOS de existência. Uma data como essa não poderia passar sem festa, não é mesmo? Por isso, estamos lançando uma Campanha de Filiação Premiada, que consiste em seguinte concurso: 1ª - A subseção que fizer mais inscrições receberá R\$ 500,00 para compra de equipamentos que desejor; 2ª - O associado da AFUSE também ganhará, por a cada novo filiado que for contratado, ele e o nome associado, a uma viagem no valor de R\$ 250,00 no decorrer de 1995. Aguarde mais novidades!

ADMA VOCÊ GANHA E A AFUSE CHECE E APARECE!

RELAÇÃO DOS HOTÉIS/CAMPINGS

<p>01000001 - Hotel Praia Maril Praia Recreio - Praia Maril - 111 Praia de Itaipava Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 45,00 Uma semana: com café de manhã 08h00 - 17h00 de domingo até o sábado</p> <p>01000002 - Hotel Praia Maril Praia de Itaipava - 170 Custo: - Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 75,00 Custo de almoço: R\$ 10,00</p> <p>01000003 - Hotel Praia Maril Praia de Itaipava - 170 Custo: - Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 75,00 Custo de almoço: R\$ 10,00</p>	<p>01000004 - Hotel Praia Maril Praia de Itaipava - 170 Custo: - Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 75,00 Custo de almoço: R\$ 10,00</p> <p>01000005 - Hotel Praia Maril Praia de Itaipava - 170 Custo: - Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 75,00 Custo de almoço: R\$ 10,00</p> <p>01000006 - Hotel Praia Maril Praia de Itaipava - 170 Custo: - Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 75,00 Custo de almoço: R\$ 10,00</p>	<p>01000007 - Hotel Praia Maril Praia de Itaipava - 170 Custo: - Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 75,00 Custo de almoço: R\$ 10,00</p> <p>01000008 - Hotel Praia Maril Praia de Itaipava - 170 Custo: - Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 75,00 Custo de almoço: R\$ 10,00</p> <p>01000009 - Hotel Praia Maril Praia de Itaipava - 170 Custo: - Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 75,00 Custo de almoço: R\$ 10,00</p>	<p>01000010 - Hotel Praia Maril Praia de Itaipava - 170 Custo: - Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 75,00 Custo de almoço: R\$ 10,00</p> <p>01000011 - Hotel Praia Maril Praia de Itaipava - 170 Custo: - Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 75,00 Custo de almoço: R\$ 10,00</p> <p>01000012 - Hotel Praia Maril Praia de Itaipava - 170 Custo: - Fone: (011) 373-1701 Custo de filiação: R\$ 75,00 Custo de almoço: R\$ 10,00</p>
--	--	--	--

Figura 94 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 1 de junho de 1995 (p.7).
 Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

CUT / CNTE
AFUSE
 SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO

BOLETIM URGENTE!!
 São Paulo, 2 de maio de 1995

DECISÃO DA ASSEMBLÉIA: A GREVE TERMINOU!!

ACOMPANHE O CALENDÁRIO DA AFUSE
DIA 19/05 (sexta-feira) - Reunião dos Representantes de Unidade de Trabalho (com dispensa de ponto)
DIA 20/05 (sábado), ÀS 09:00h - Reunião do Conselho de Representantes, com a presença obrigatória de toda a Diretoria Estadual e dos Diretores de subdesdes
 LOCAL: Sindicato dos Químicos (R. Tamandaré, 348 - Metrô São Joaquim)
PAUTA: 1ª avaliação da GREVE, **2ª** eventos da AFUSE e do movimento sindical, **3ª** Organização e estruturação das subdesdes.

AGORA VEJA COMO FICOU O REAJUSTE

FUNCIONÁRIOS: 41% PISO SALARIAL - DE R\$ 100,00 PARA R\$ 141,63	MAGISTÉRIO: 41% PISO SALARIAL - DE R\$ 141,00 PARA R\$ 200,00
---	---

ENTENDA O REAJUSTE
 válido a partir de 1º março, para receber em maio (veja a tabela no verso)

PARA OS FUNCIONÁRIOS: 41% no piso salarial com as gratificações. Portanto, ninguém recebe menos que esse valor (41%).	PARA O MAGISTÉRIO: 41% no piso salarial de R\$ 141,00 por 20 horas mensais e circunscrito sobre o desmembramento NÃO INCLUIREM TODAS as gratificações.	SUPERVISORES E DIRETORES: 17,8% de reajuste sobre o maior índice no início do Conselho e não incorporam todas as gratificações.
--	---	--

COMO FORAM AS NEGOCIAÇÕES CONJUNTAS (FUNCIONÁRIOS, MAGISTÉRIO E GOVERNO):

1ª PROPOSTA (APRESENTADA AO CONESP) FUNCIONÁRIOS: criação da Gratificação Executiva para todo o funcionalismo, com um índice de 25% no piso, passando de R\$ 100,00 para R\$ 125,00. MAGISTÉRIO: piso salarial de R\$ 180,00, com encavalamento, prejudicando os mais antigos.	2ª PROPOSTA (JÁ EM GREVE) FUNCIONÁRIOS: piso salarial de R\$ 141,63 (índice de 41% - tabela no verso) MAGISTÉRIO: mesmo piso salarial de R\$ 180,00.	3ª PROPOSTA MAGISTÉRIO: mais R\$ 20,00 para o professor 1, 2, 3, elevando o piso salarial para R\$ 200,00, e não incorporava todas as gratificações.
3ª E 4ª PROPOSTAS Apresentadas só ao Magistério, mas não apenas a forma de distribuição dos recursos, mantendo mesmo piso salarial.	DIAS PARADOS Não haverá desconto dos dias parados. Com relação à reposição haverá breve orientação sobre a forma que será utilizada, principalmente para os funcionários.	DATA-BASE Definição dos meses de março ou abril como data-base. Repudiamos que o mês de negociação salarial seja março.

OUTROS PONTOS AINDA SEM SOLUÇÃO
 1º **FUNCIONÁRIOS:** continuamos com o mesmo salário-base, já que o resto são gratificações. No caso dos APOSENTADOS, que não recebem a GAE e a GAAE, o reajuste foi menor, em uma média de 20%.
 2º **MAGISTÉRIO:** continuam com algumas gratificações, e o encavalamento das tabelas ainda será discutido.

DECISÃO UNÂNIME DA ASSEMBLÉIA UNITÁRIA: que os R\$ 20,00 pagos ao Magistério, conforme a última proposta apresentada pelo Governo, seja estendida também aos funcionários da educação.

Figura 95 – Boletim da AFUSE sobre decisão da assembléa de que terminou a greve em 2 de maio de 1995. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

FINANÇAMENTO DA AFUSE



Atuais do trabalho da AFUSE, de São Paulo, são os seguintes: Paulo de Souza, presidente; Paulo de Souza, vice-presidente; Paulo de Souza, secretário-geral; Paulo de Souza, tesoureiro; Paulo de Souza, membro de honra.

Em 1988, cerca de 100 voluntários, não filiados, em São Paulo, foram a AFUSE.

CONSTITUINDO O ORGANIZADOR

Em 19 de agosto de 1988, logo após a aprovação do plano de trabalho, foi constituído o Comitê de Trabalho.

AFUSE - UMA HISTÓRIA DE LUTAS

mas a história que mais marcou foi a luta dos professores. Em 1988, os professores de São Paulo foram a luta. A luta dos professores de São Paulo foi a luta dos professores de São Paulo. A luta dos professores de São Paulo foi a luta dos professores de São Paulo.

Em 1988, os professores de São Paulo foram a luta. A luta dos professores de São Paulo foi a luta dos professores de São Paulo. A luta dos professores de São Paulo foi a luta dos professores de São Paulo.

A AFUSE É PRA LUTAR.

AFUSE é o sindicato dos trabalhadores da educação pública de São Paulo. A AFUSE é o sindicato dos trabalhadores da educação pública de São Paulo. A AFUSE é o sindicato dos trabalhadores da educação pública de São Paulo.

AFUSE é o sindicato dos trabalhadores da educação pública de São Paulo. A AFUSE é o sindicato dos trabalhadores da educação pública de São Paulo. A AFUSE é o sindicato dos trabalhadores da educação pública de São Paulo.

PLANO DE AÇÃO: ORGANIZAR PARA AVANÇAR

1 - Realizar um levantamento geral da situação da educação em São Paulo, visando a elaboração de um plano de trabalho para o ano de 1988.

2 - Realizar um levantamento geral da situação da educação em São Paulo, visando a elaboração de um plano de trabalho para o ano de 1988.

3 - Realizar um levantamento geral da situação da educação em São Paulo, visando a elaboração de um plano de trabalho para o ano de 1988.

NOSSO COMPROMISSO É LUTAR



Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar.

Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO INSTRUMENTO DE LUTA

Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar.

Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar.

CUT - A IMPORTÂNCIA DA UNIDADE DOS TRABALHADORES

Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar.

Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar. Para isso, precisamos organizar, lutar e avançar.

Figura 97 – Panfleto da AFUSE construindo o sindicato de 1988 (pp.2 e 3).
 Fonte: Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

BOLETIM UNIFICADO Nº 1 - MARÇO - 1991

AFUSE APASE APEOESP UDEMO

Assembléia da Educação realizada dia 27 de fevereiro na Praça da República deliberou:

PREPARAR A GREVE!

Calendário de mobilização:

Dia 06/março : carta aberta ao governador Quéricia e a Fleury - futuro governador - cobrando responsabilidade pela situação da Escola Pública e exigindo imediato atendimento às nossas reivindicações.

Dia 07/março : assembleias regionais, discutindo conjuntura, nossa participação no Dia Nacional de protesto e luta, o plano Collor, a situação da Escola Pública, a campanha salarial (avaliação e propostas).

Dia 08/março : assembleia com pais nas escolas, com distribuição de carta à população. Panfletagem em porta de bancos e divulgação do movimento pela imprensa local.

De 11 a 15 de março : durante o planejamento, promover nas regiões discussões educacionais envolvendo a comunidade, visitar escolas e organizar fundo de greve.

Próxima Assembléia: dia 15 de março

14 horas: ASSEMBLÉIA DA EDUCAÇÃO - Rua Curitiba (Pça Carlos Gardel - próximo à garagem da Ass. Legislativa).

16 horas: ASSEMBLÉIA DO FUNCIONALISMO -Pátio da Assembléia Legislativa.

NOSSA LUTA É PELO PISO !

Figura 99 – Boletim da AFUSE, APASE, UDEMO, APEOESP, de março de 1991 (frente). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

INACREDITÁVEL !

Quércia consegue ser pior que Maluf !

O arrocho salarial praticado pelo governo Quércia apresenta números que o colocam como sendo pior do que Maluf: de janeiro de 1987 (início do governo Quércia) a fevereiro de 1991, os professores sofreram uma perda salarial de 61,08%. No governo Maluf (março 79 / março 83) a perda atingiu 39,80%. Isto quer dizer que, para cada Cr\$100,00 de seu salário no início do governo Maluf, o professor terminou com Cr\$ 60,20 ao final do mesmo governo; para cada Cr\$100,00 que possuía no início do governo Quércia o professor tem hoje Cr\$38,92.

Para que o salário do professor recupere o poder aquisitivo que tinha em janeiro de 87 (início do gov. Quércia) teria que ser reajustado em 156,92% agora em fevereiro; para que o salário recupere o poder de compra de março de 79 (início do gov. Maluf) teria que ser reajustado em 378,86%.

A farsa das dez referências revelou-se apenas um descarado recurso eleitoral. O compromisso assumido pelo governo Quércia era de que o PI em início de carreira e em jornada parcial receberia o equivalente a cinco salários mínimos. O mesmo PI recebia 3,3 salários mínimos no início do atual governo e hoje recebe o equivalente a 2,1 salários mínimos!

Durante os meses de janeiro e fevereiro, mantivemos negociação com o governo, no Palácio, na secretaria da Fazenda, na secretaria da Educação. A postura do governo, sempre evasiva, limitou-se a promessas. Vamos continuar insistindo na negociação.

A História tem demonstrado que as conquistas são sempre frutos daqueles que se mobilizam e lutam sempre.

Nossa luta é pelo piso - um salário mínimo do DIEESE (Cr\$84.927,00 em janeiro) para PI em início de carreira e em jornada parcial.

Quando conquistarmos o piso salarial do DIEESE teremos um indexador confiável que garantirá a estabilidade do nosso poder de compra. O reajuste necessário hoje para atingirmos esse piso (estimando que ele seja reajustado em 20%, passando a Cr\$ 101.912,40 em fevereiro) é de 201,26%.

A mesma situação de arrocho ocorre com os funcionários de escola: no início do governo Quércia, o menor salário (auxiliar de serviços gerais) correspondia a 2,27 salários mínimos; hoje esse piso corresponde a apenas 1,32 salários mínimos!

Para que os funcionários atinjam o piso de um salário mínimo do DIEESE por uma jornada de 30 horas semanais, o reajuste necessário é de 387,35%.

Reajustes necessários para recuperar as perdas salariais:

729,79%
378,86%
188,25%
156,92%

AFUSE • APASE • APEOESP • UDEMO

Figura 100 – Boletim da AFUSE, APASE, UDEMO, APEOESP, de março de 1991 (verso). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

BOLETIM UNIFICADO
AFUSE • APASE • APEOESP
Nº 03 - março/abril - 1991

GOVERNO PEDE PRAZO PARA APRESENTAR PROPOSTA.

*Não vivemos de ilusão e promessa.
Queremos resposta concreta e positiva.*

O governo do Estado, através do Secretário da Educação Fernando Moraes, em audiência dia 19/março às quatro entidades da Educação (APEOESP - AFUSE - APASE - UDEMO), solicitou um prazo de dez dias para responder às nossas reivindicações.

Não nos convencem os argumentos usados pelo governo de que encontra dificuldades em fazer cálculos antes do final do mês de março sobre a arrecadação de ICMS e a folha de pagamento do funcionalismo.

Não houve alteração significativa na equipe econômica do atual governo em relação ao anterior. Não se justifica a alegação de que o governo "chegou agora".

No entanto, parcela majoritária de nossa categoria encontrou dificuldade em consolidar a greve a partir do dia 20 pois diversas regiões consideraram necessário "pagar para ver" a disposição do "novo" governo em recuperar nosso salário e a Escola Pública.

Além disso, consideramos fundamental a necessidade de manutenção da unidade na base de nossa categoria e a garantia do apoio da população.

A Assembléia Geral da Educação, realizada dia 22/março na Praça da República, deliberou pela suspensão temporária da greve para testar o governo.

Esperamos que o processo de negociação iniciado dia 25/março não decepcione novamente e ainda mais a categoria.

Assim, todos de olho na negociação e nas promessas do governo.

A participação nas atividades de mobilização das entidades garante conquistas: o próprio governo decide baseado em nosso grau de mobilização.

Todos participando das atividades aprovadas pela Assembléia de 22/março:

ASSEMBLÉIAS REGIONAIS : dia 09 ou 10 de abril
Informe-se sobre horário e local em sua Subsele/Regional.

ASSEMBLÉIA GERAL ESTADUAL
dia 11 de abril - 15 horas - Praça da República

NOSSA LUTA É PELO PISO !

Figura 101 – Boletim Unificado da AFUSE, APASE, APEOESP, nº 3 março/abril - 1991 (frente). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

Outras propostas aprovadas:
 matérias pagas na TV divulgando processo de negociação;
 visitas às escolas - organizar comitês e comitês por escolas e subredes;
 reunião com pais, alunos e comunidade para discutir a situação da Escola Pública.

Observação: a Assembleia Geral da Educação realizada dia 15/março deliberou por unanimidade que as entidades estão autorizadas a recolher uma contribuição extra (mensalidade dupla) para custear a divulgação do movimento em matérias pagas na grande imprensa. Já foram feitas quatro inserções em rádio e sete em TV, com o custo de Cr\$2.786.080,00.

NOSSA LUTA É PELO PISO: um salário mínimo do DIEESE (Cr\$99.588,90 em fevereiro) mensal para PI no início da carreira, 30 horas aula semanais e o mesmo piso para funcionário por 30 horas semanais.

Para atingi-lo, o salário do PI teria que ser reajustado em 194,39% e o do funcionário de escola em 376,33%.

A História tem demonstrado que as conquistas são fruto daqueles que se mobilizam e lutam sempre.

"Está provado: quem espera nunca alcança". (Chico Buarque - Bom Conselho)

PROFESSOR I e PROFESSOR III
 Salário por mês em 1987 e 1991 de São Paulo

147,38%

Fonte de dados: DIEESE, para saber a grossa, consulte o boletim, página 17 colchetado.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
 Salário por mês em 1987 e 1991 de São Paulo

179,58%

PÉROLAS DE ORESTES: "Bens de Quêrcia aumentaram em 4 anos"

O jornal Folha de S.Paulo trouxe em sua edição de 25/março, página 3, caderno 1, matéria em que revela que "o ex-governador Orestes Quêrcia adquiriu mais três fazendas, um apartamento e um sítio entre 1987 a 1990, quando governou S.Paulo". Mostra, inclusive a "evolução" de seu patrimônio a partir de seu ingresso na vida pública: "Quando tomou posse como vereador, em 1963, Quêrcia declarou que possuía apenas um terreno na Avenida Rodrigues Alves, em Campinas, e um Ford 1937. Vinte e oito anos depois, a relação de seus bens soma um total de 41 itens."

É bom lembrar: no início do governo Quêrcia, o PI recebia como piso o equivalente a 3,3 salários mínimos; hoje recebe o equivalente a 1,9. O funcionário de escola recebia 2,2 salários mínimos; hoje recebe apenas 1,2.

ATENÇÃO: distribuir este boletim nos bancos no dia de nosso pagamento.

AFUSE • APASE • APEOESP

Figura 102 – Boletim Unificado da AFUSE, APASE, APEOESP, nº 3 março/abril - 1991 (verso). **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

AFUSE · APASE · APEOESP · CPP · UDEMO

É assim que se passa a escola pública a limpo?

Tudo indica que o Governo Fleury, quando afirma não há dinheiro para pagar um bom salário aos professores e funcionários, não está dizendo a verdade. Bem ao contrário está dizendo a verdade quando afirma, através da imprensa paga na grande imprensa, ter feito acordo com as entidades sobre sua proposta salarial, numa clara intenção de nos dividir e enganar as bases (repudiamos o reajuste de 8,86% e 24,34% concedidos ao funcionalismo e ao magistério respectivamente).

Além dos escândalos amplamente divulgados pela imprensa: caso Baneseq; as fitas dando conta dos arranjos eleitorais com dinheiro público no interior; o uso indevido da máquina administrativa, favorecendo a política partidária, em detrimento das políticas sociais;

Descobrimos algumas mentiras comprovadas por documentos oficiais

- O governo não gasta 52% do Orçamento do Estado com o funcionalismo (conforme declaração do governador Fleury).

- O ICMS não representa 92% da arrecadação do Estado (conforme constantes declarações do governo às entidades).

Sabem os colegas quanto o Governo Fleury gasta com o funcionalismo, incluindo a Educação?

65% da arrecadação do Estado em 1991
38,20% como previsão para 1992

O Governo alega gastar de 80% a 90% do ICMS com o funcionalismo. Sabem os colegas quanto representa o ICMS no Orçamento Geral do Estado?

APENAS 45,65%

Por esta razão, é que o gasto com a folha de pagamento do funcionalismo estadual atinge somente 10% do Orçamento e nada mais, enquanto a Prefeitura do Município de São Paulo gasta cerca de 54%. A Constituição Federal, como Lei maior, prevê gastos de até 65%.

Portanto, colegas, há dinheiro de sobra para resolver nosso problema salarial e atender outras necessidades, tais como:

- Investimentos compatíveis com as necessidades da Educação. O Governo Fleury é o que paga os salários mais baixos da história da Educação e o que menos investiu nessa área, apesar de todo o discurso sobre "Educação - prioridade número 1".
- Melhoria e ampliação do atendimento médico prestado pelo IAMSP, em todo o Estado.
- Viabilização de uma ampla reforma administrativa e educacional.

Nossos problemas serão resolvidos no momento em que o Governador aplicar, no mínimo, os 52% da arrecadação do Estado com a folha de pagamento do funcionalismo, conforme declarou à imprensa.

Agora, mais do que nunca, é necessária uma grande mobilização e ampla discussão em torno de nossas reivindicações que, se não atendidas, poderão levar a greve todo o pessoal da Educação.

Nossas reivindicações

- Política salarial vinculada à inflação, com recuperação das perdas.
- Piso salarial
- Audiência do governador com as entidades (já solicitada)

POR UMA ESCOLA PÚBLICA MELHOR E PARA TODOS

Figura 103 – Panfleto da AFUSE, APASE, APEOESP, CPP, UDEMO por uma escola pública melhor e para todos de 1991. **Fonte:** Acervo Centro de Pesquisa Vergueiro.

NENHUMA ESCOLA SEM DELEGAÇÃO DEVE SER NOSSO LEMA

DISPENSA DE PONTO:

APEOESP - D.O. de 13/03 - pg. 13

AFUSE - D.O. de 09/03 - pg. 9

2. ELEIÇÃO DOS DELEGADOS:

- 2.1. Participam do Congresso com direito a voz e voto, os delegados eleitos nas escolas e locais de trabalho, na condição de associados de uma das Entidades.
- 2.2. Os delegados serão eleitos por seus respectivos pares, na proporção de 1 (um) eleito para cada 10 (dez) votantes sendo que a partir do primeiro delegado eleito, vale a fração igual ou superior a 5 (cinco).
- 2.3. As escolas ou locais de trabalho que tiverem menos que 10 (dez) professores ou funcionários, devem procurar outra e unir suas bases para a eleição dos delegados.
- 2.4. Só ocorrerá a união de escolas ou locais de trabalho quando pelo menos uma delas tiver menos que 10 (dez) professores ou funcionários.
- 2.5. Nas escolas onde houver membros do C.R. (APEOESP ou AFUSE) estes serão ou não referendados pelos colegas. A partir daí serão eleitos os delegados de acordo com o critério geral.

3. INSCRIÇÕES:

- 3.1. Prazo - até 14/08/90 (para os que remeterem por carta, vale o carimbo do correio).
- 3.2. Taxa: Cr\$ 1.000,00 - Funcionários
Cr\$ 1.500,00 - Professores } Para os delegados que pagarem até 14/08/90
Nestes valores não estão incluídas as refeições.
- 3.3. Para os delegados que desejarem dar cheque pré-datado para 10/09 os valores serão:
Funcionários - Cr\$ 1.200,00
Professores - Cr\$ 1.500,00
Na ata de eleição reservamos espaço para os delegados colocarem se desejam alojamento e as refeições.

Observação: Estaremos informando posteriormente detalhes sobre as refeições.

Figura 104 - Boletim de orientação sobre o congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990 (p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

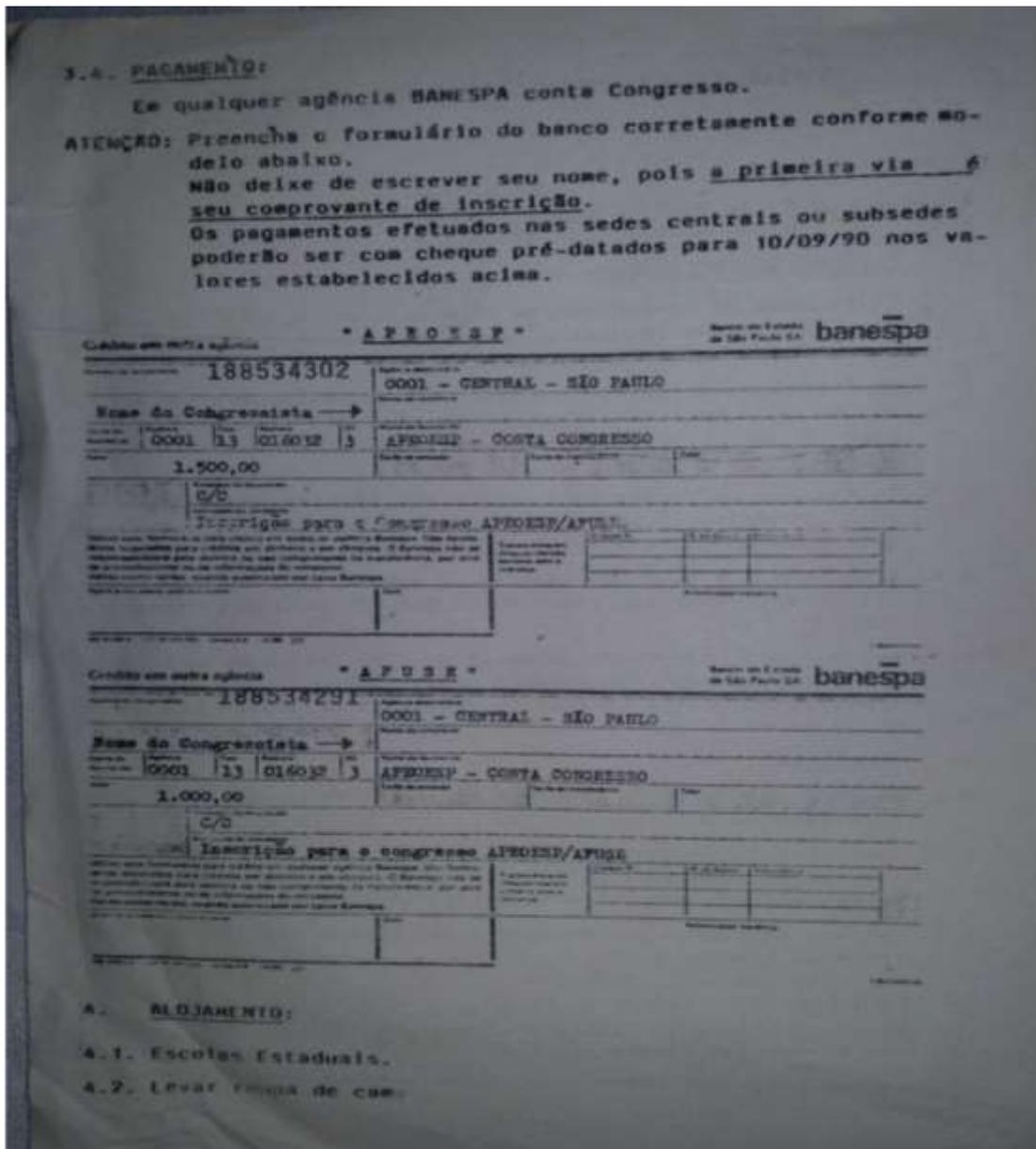


Figura 105 - Boletim de orientação sobre o congresso unitário dos trabalhadores em educação em Piracicaba, SP de 11 a 15 de setembro de 1990 (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 106 – Panfleto da organização Política, Educacional e sindical da CUT pela Base no movimento dos Trabalhadores em Educação de 08 de junho de 1991. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

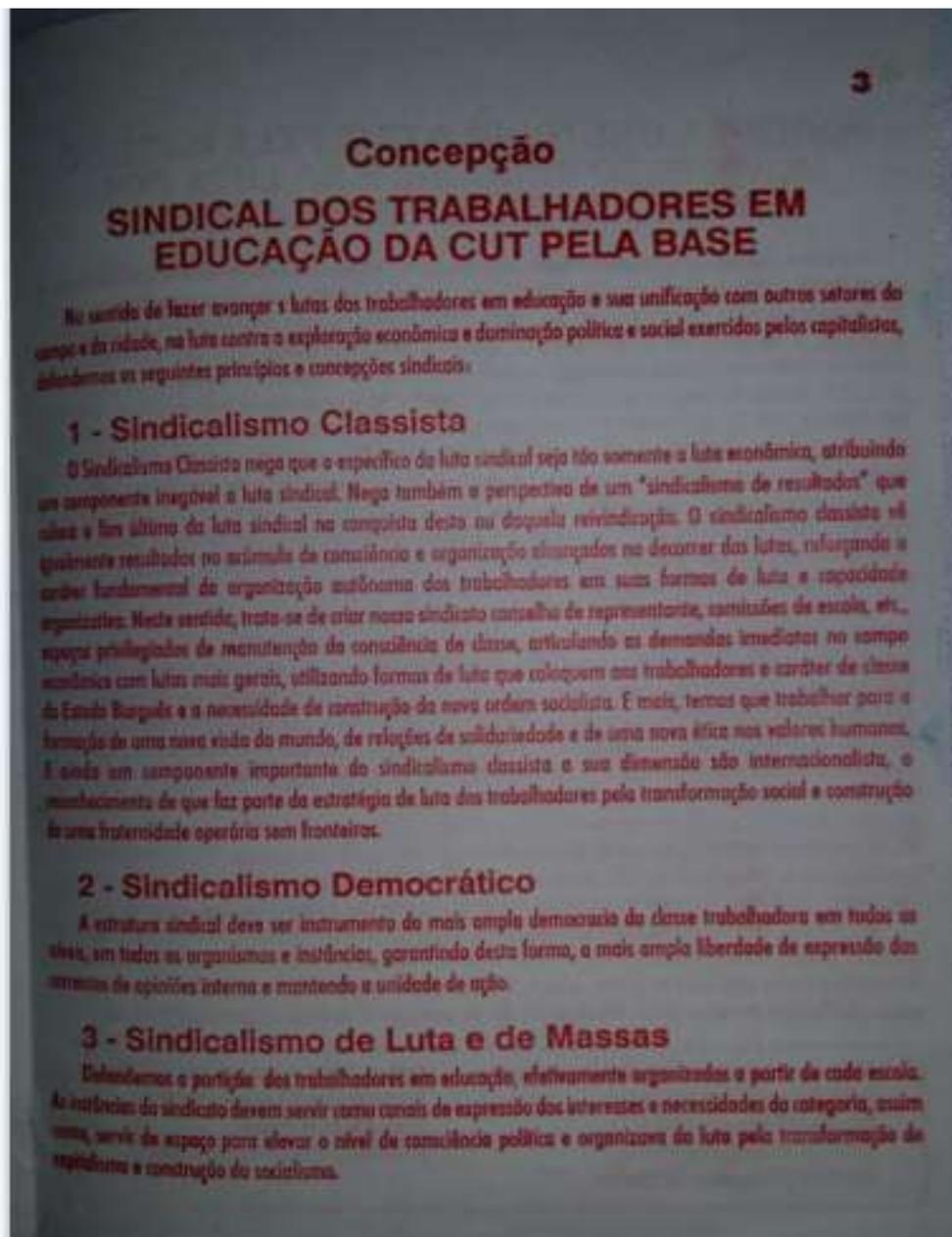


Figura 107 – Panfleto da organização Política, Educacional e sindical da CUT pela Base no movimento dos Trabalhadores em Educação de 08 de junho de 1991(p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

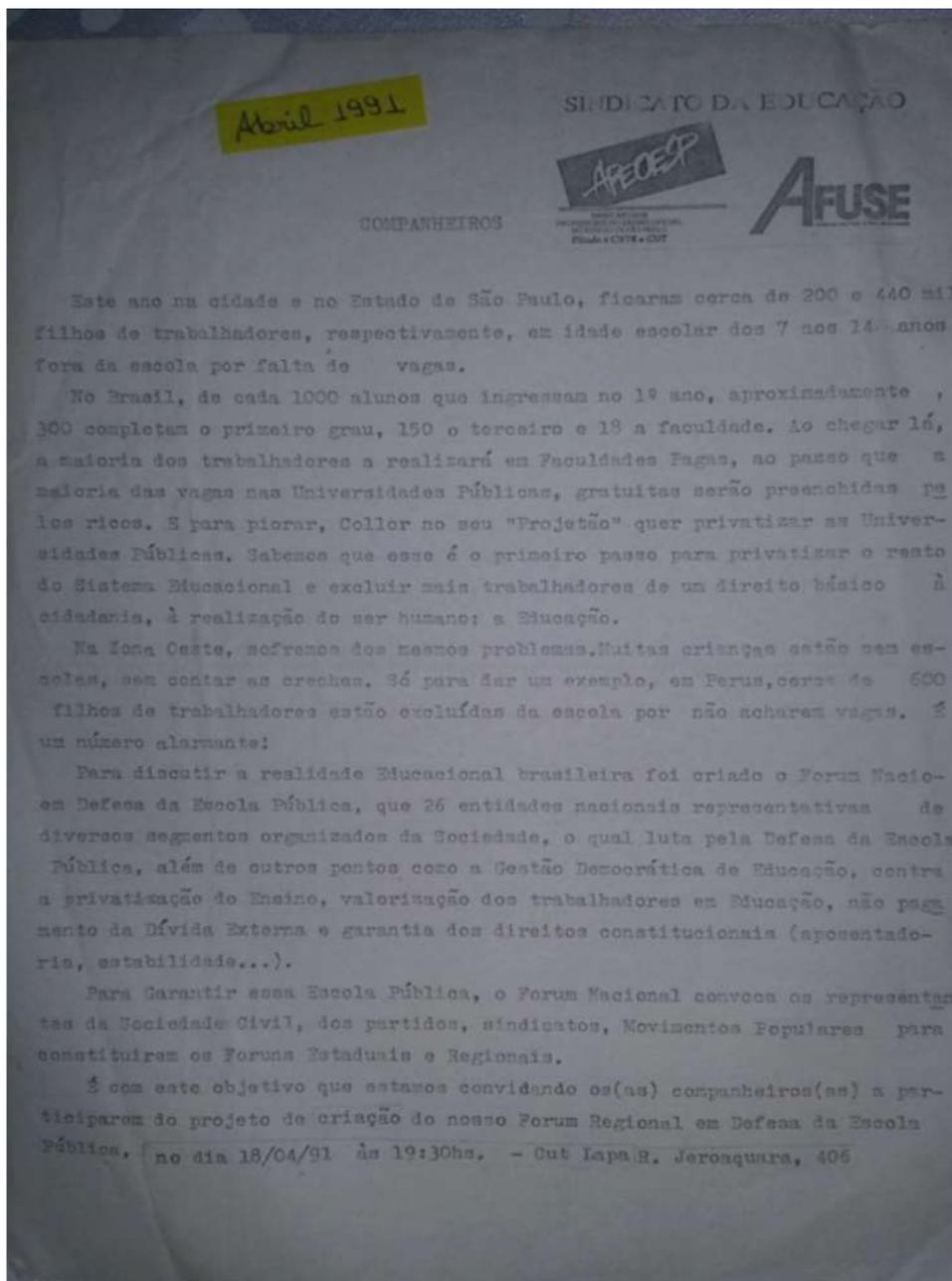


Figura 108 - Carta da AFUSE e APEOESP, aos companheiros convidando para participarem da criação do Fórum Regional em Defesa da Escola Pública a realizar – se em 18/04/1991 na Lapa – SP.
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

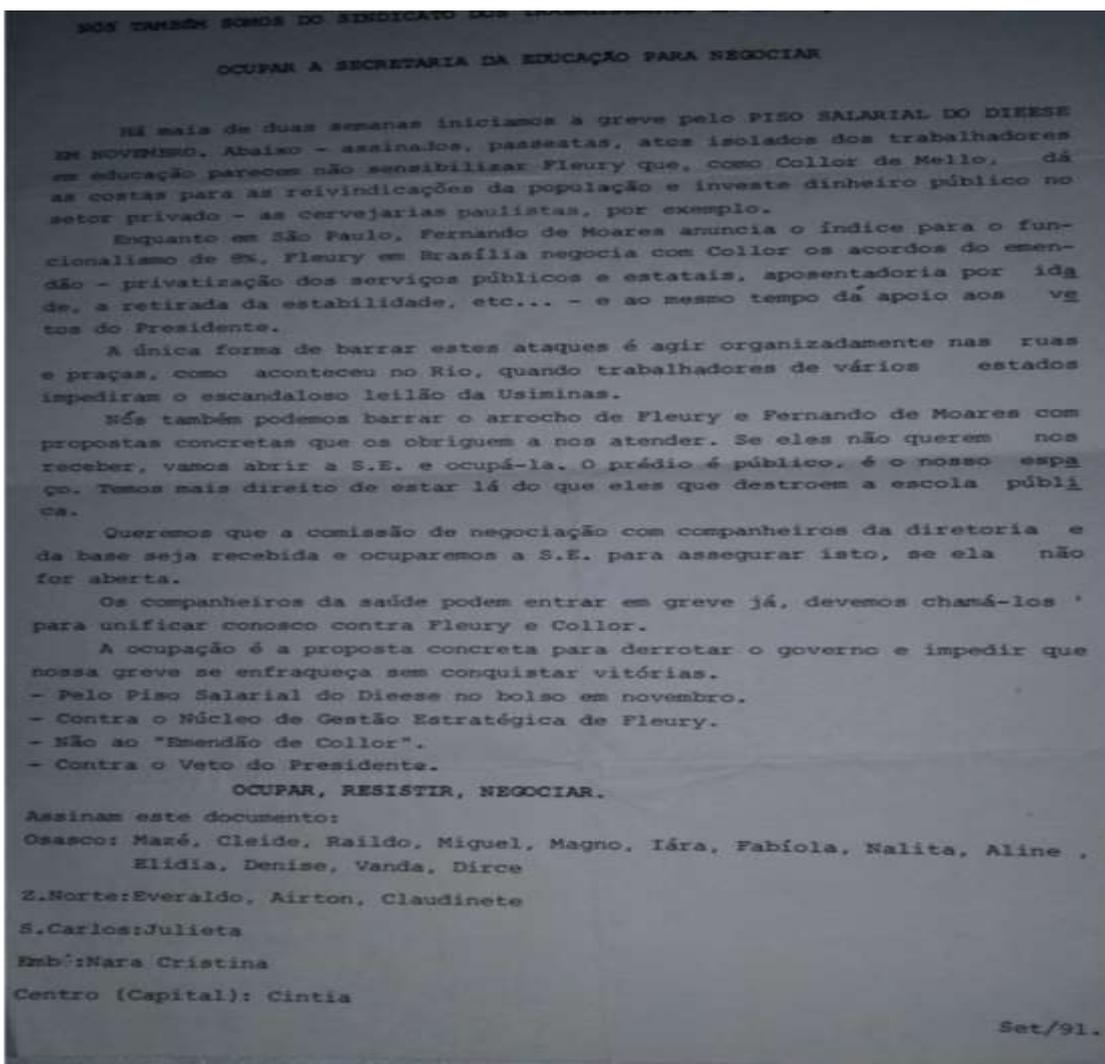


Figura 109 – Panfleto do Sindicato dos Trabalhadores em Educação AFUSE/APEOESP Chamando para ocupar a secretaria de educação para negociar, de setembro de 1991. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

PRIORIDADE ENGANAÇÃO

A despeito dos drásticos cortes de verbas e do brutal ataque à Escola Pública e aos trabalhadores em Educação, com esse pacote afirma que a Educação no Estado vai melhorar? Isso é pura enganação.

- 4% de reajuste para funcionários administrativos
- 4% + 1 referência para os professores

PRINCIPAIS MEDIDAS

Fleury cria Quadro Específico para funcionários (QAE)

<p>1 - Farão parte deste Quadro as seguintes categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Servente de Escola b) Oficial de Escola c) Inspetor de Alunos d) Secretário de Escola e) Assistente de Administração Escolar 	<p>2 - Cria 68.000 cargos</p> <ul style="list-style-type: none"> a) 29.000 - para Serventes de Escola b) 24.000 - Oficial de Escola c) 8.000 - Inspetor de alunos d) 2.000 - Secretário de Escola e) 5.000 - Assistente de Administração Escolar
--	---

Onde está a prioridade Educação??

Fleury apresentou a "Escola Pública" do governo da enganação. Assim:

<p>Fleury negou no Projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Não inclui as gratificações já concedidas ao Q. do Magistério 2 - Não concede remoção aos funcionários 3 - Não inclui os funcionários de D.E. e DRE no Quadro de Apoio Escolar 4 - Não transforma cargos de auxiliar de serviço em servente de escola e escriturário em oficial de escola 5 - Não haverá nova sessão de escolha, para os aprovados no concurso de auxiliar de serviço e escriturário 6 - Nega o direito de enquadramento, aos atuais funcionários que foram aprovados em concurso 7 - Nega aos funcionários o direito ao acesso (concurso interno) 8 - Não dá jornada de 30 h semanais aos funcionários 9 - Não garante Piso Salarial 10 - Não reajusta mensalmente os salários de acordo com a inflação <p>* Conforme Emendas publicadas no D.O. de 1/11/91 seção 1, pg 93, 94 e 95 de números 1 a 25 (com exceção das emendas 11 e 12).</p>	<p>Proposta da AFUSE</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Inclusão das gratificações* 2 - Direito à remoção* 3 - Inclusão do pessoal de DE e DRE* 4 - Transformação dos cargos* 5 - Serão realizadas novas sessões de escolha para os cargos de servente de escola e oficial escola 6 - Direito ao reenquadramento* 7 - Direito ao acesso 8 - Inclusão da jornada de 30 h* 9 - Piso do Dieese* 10 - Reajuste mensal de acordo com a inflação*
---	---

Nossa luta pela recuperação da Escola Pública passa pela aprovação das propostas dos que nela trabalham, portanto:

LUTE: A APROVAÇÃO DAS EMENDAS DEPENDE DE VOCÊ

Pressione os parlamentares de sua região.

Figura 110 – Boletim da AFUSE, ano I, nº 15 de novembro de 1991 (verso).
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 111 – Jornal da AFUSE, edição especial com o título “O Estado da Educação” de novembro de 1991. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

ESPECIAL - AFUSE - NOV./91 O ESTADO DA EDUCAÇÃO 03

Apresentação do PLC 915/91

Novos cargos criados para o Quadro de Apoio Escolar

Escala de vencimentos, Estágios e de escolaridade

Carreira de ensino	2º nível	3º nível de D.E.T.
2º nível de ensino	2º nível	11 graus de D.E.T.
3º nível de ensino	3º nível	10 graus de D.E.T.
4º nível de ensino	4º nível	10 graus de D.E.T.
5º nível de ensino	5º nível	10 graus de D.E.T.

** Remuneração de experiência de trabalho*

Enquadramento na nova tabela

Serão enquadrados automaticamente na nova tabela somente os integrantes de classes e secretários de escola. As demais funções/cargos serão preenchidas através de concursos públicos.

Promoção:

A promoção de um nível para outro imediatamente superior será feita automaticamente atingindo antiguidade e merecimento. Os critérios para promoção serão:

4 anos do nível 1 para o nível 2
4 anos do nível 2 para o nível 3
4 anos do nível 3 para o nível 4
4 anos do nível 4 para o nível 5

Atenção:

Permanece a avaliação de desempenho como uma das formas para a promoção por merecimento.

Admissão pela lei 900/78:

Haverá admissão em caráter excepcional e temporário para assentidos de atribuições correspondentes aos cargos da nova tabela sempre que seus titulares se afastarem em decorrência de Licença Prêmio, Saúde, Gestante, Adoção ou na vacância de cargo por período superior a 30 dias, sendo que a admissão será competência do delegado de ensino.

Afastamentos:

Os integrantes do QAE não poderão ser afastados da unidade de ensino ou se quer convocados para as DEs e DREs.

Extinção de Cargos:

Serão extintos os cargos e funções vagos de auxiliar de serviços e escriturário, assim como os que vierem a vagar por conta de aposentadoria, portanto, os remanescentes do quadro de escriturários e auxiliares de serviço não vão mais escolher vagas

Concursados do QAE:

Os atuais funcionários administrativos que prestaram concurso, independente dos níveis em que estão enquadrados atualmente, vão para a nova tabela de vencimentos no nível 1.

Ainda segundo o projeto, os módulos escolares serão preenchidos em 70% de sua capacidade. Isso significa

atribuição de serviço, devido da função, entre outras coisas.

Dadas as tantas dúvidas, fica claro também o quanto tudo isso irá dificultar a conquista de reavaliações como plano de carreira unificado para os Trabalhadores em Educação ou a remuneração de direitos já adquiridos, como o Estatuto do Magistério.

A verdade sobre o Projeto Alternativo da AFUSE

A verdade sobre o PLP

Introdução: Projeto de Lei Complementar nº 915/91, o governo trata exclusivamente da questão dos funcionários administrativos. Tal projeto indica a criação do QAE (Quadro de Apoio Escolar), um enquadramento específico para funcionários das Delegações (DEs) e Divisões Regionais (DREs). Dessa forma, a atual administração estadual deixa claro seu propósito de dividir a categoria e dificultar a organização sindical.

Por meio do QAE são criados 58 mil cargos com uma escala de vencimentos específica, desvinculados do Quadro do Magistério. De acordo com o PLC 915/91, os cargos de auxiliar de serviço e escriturário serão extintos. O plano cria, por outro lado, 26 mil cargos de servidores de escola e mais 5 mil de assistentes de administração escolar.

Novo Concurso

Para serem aprovados nos novos cargos, os atuais funcionários deverão prestar concurso público. No entanto, alguns dos maiores problemas quanto ao concurso público são:

- Os funcionários não levam os níveis já conquistados, uma vez que o enquadramento do pessoal concursado para o QAE será sempre no nível inicial (Nível 0).
- Não há aproveitamento dos remanescentes do último concurso para a escola.
- Caso o funcionário do QAE não seja aprovado no concurso receberá salário base + gratificação que serão sempre inferiores à remuneração do QAE.

Tudo isso, em resumo, significa salários diferentes para funcionários com a mesma atribuição (o que é inconstitucional).

Em contrapartida ao projeto do Governo, a AFUSE apresentou na Assembleia Legislativa um conjunto de 23 emendas (D.O. de 01/11, seção I, pág. 93 à 95) que apresenta um projeto alternativo ao Plano de Fleury para Escola Pública do Estado.

As emendas apresentadas reivindicam:

- Que os funcionários de DEs e DREs e Órgãos Centrais façam parte do Quadro de Apoio Escolar.
- Inclusão das gratificações que foram concedidas ao QM para os funcionários.
- Extinção da avaliação de desempenho.
- Que os atuais auxiliares de serviço e escriturários tenham seus cargos transformados em servidores de escola e oficial de escola, respectivamente, sem a necessidade de se prestar um novo concurso.
- Jornada de 30 horas semanais para funcionários administrativos.
- Direito de remoção como no Quadro do Magistério.
- Que os funcionários aprovados em concurso levem as vantagens adquiridas na sua vida funcional.

Salário mínimo do DIEESE:

- Que os funcionários de escola que não têm curso superior possam prestar concurso para o cargo de assistente de administração escolar, levando-se em consideração a experiência de trabalho.
- Aproveitamento dos concursados já aprovados que aguardam chamadas.
- Reajuste mensal de acordo com a inflação.
- Redução dos interstícios para a promoção e aumento de 15% para 20% dos funcionários a serem promovidos.

Sua participação nas mobilizações é a garantia da aprovação das nossas emendas.

Avaliação da Diretoria

O projeto do governo, por todos os pontos de vista, é inaceitável. Por isso, através das emendas a AFUSE apresenta um projeto alternativo que muda profundamente o projeto do governo.

A intenção da entidade em abrir um amplo processo de negociação não encontrou ressonância por parte da Secretaria de Educação. A primeira reunião com a Secretaria terminou em impasse, uma vez que os representantes do governo, de maneira bastante intransigente, não aceitaram as mudanças propostas para o projeto.

No Legislativo, a AFUSE está pressionando a bancada governista para aprovar as emendas. Mas, ao final do processo de discussão nas comissões, caso o projeto do governo não seja alterado substancialmente (o que é mais provável), será solicitada a rejeição total na votação final em plenário e denunciado tanto o governo, como os deputados inimigos da Educação, que votaram contra nossas emendas.

Participem:

Pressione os deputados da sua região para votarem favoravelmente as nossas emendas.

A verdade sobre o Projeto Alternativo da AFUSE

Figura 113 – Jornal da AFUSE, edição especial com o título “O Estado da Educação” de novembro de 1991 (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

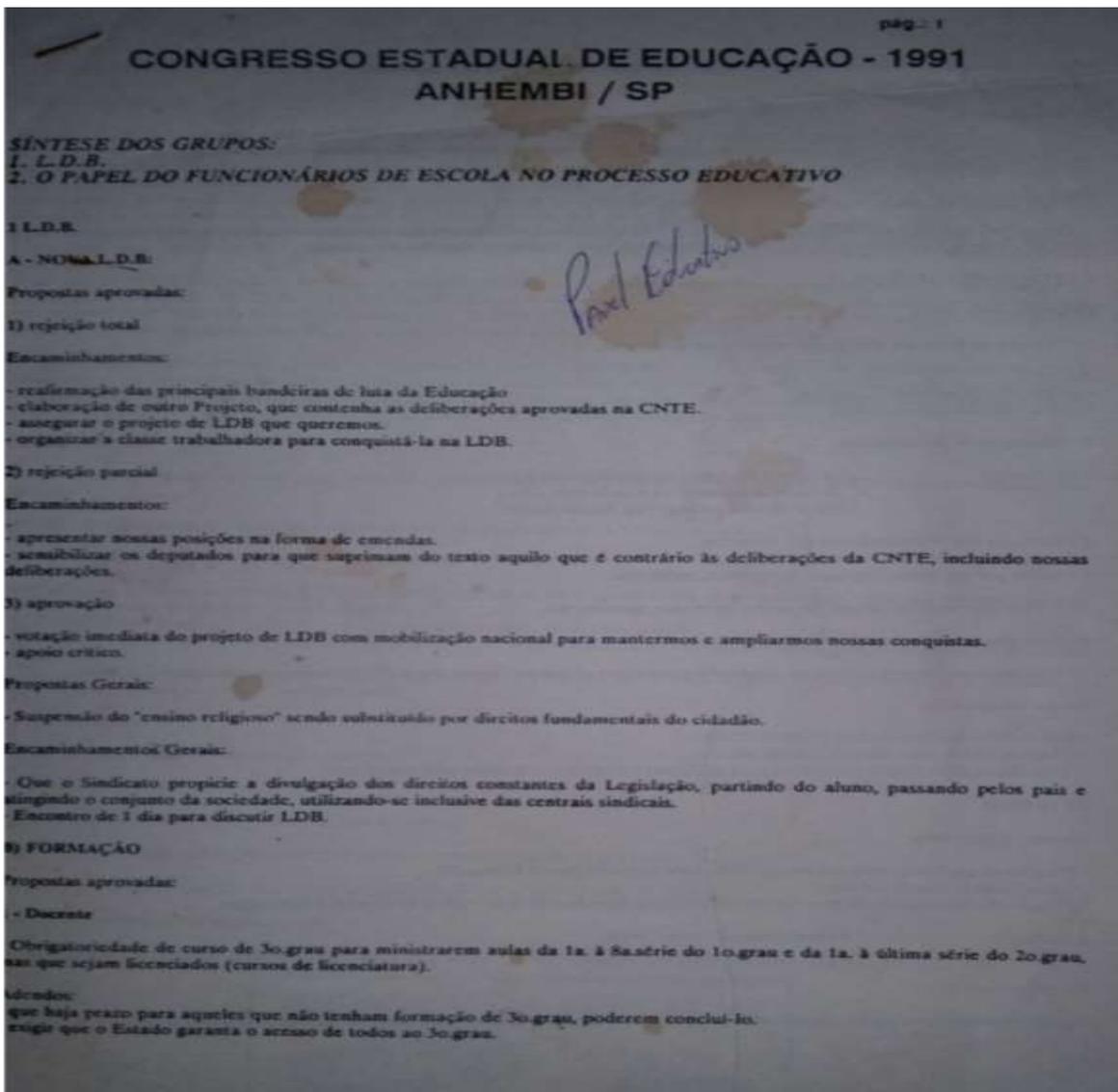


Figura 114 – Programação do Congresso Estadual de Educação no Anhembi/SP em 1991(p.1). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

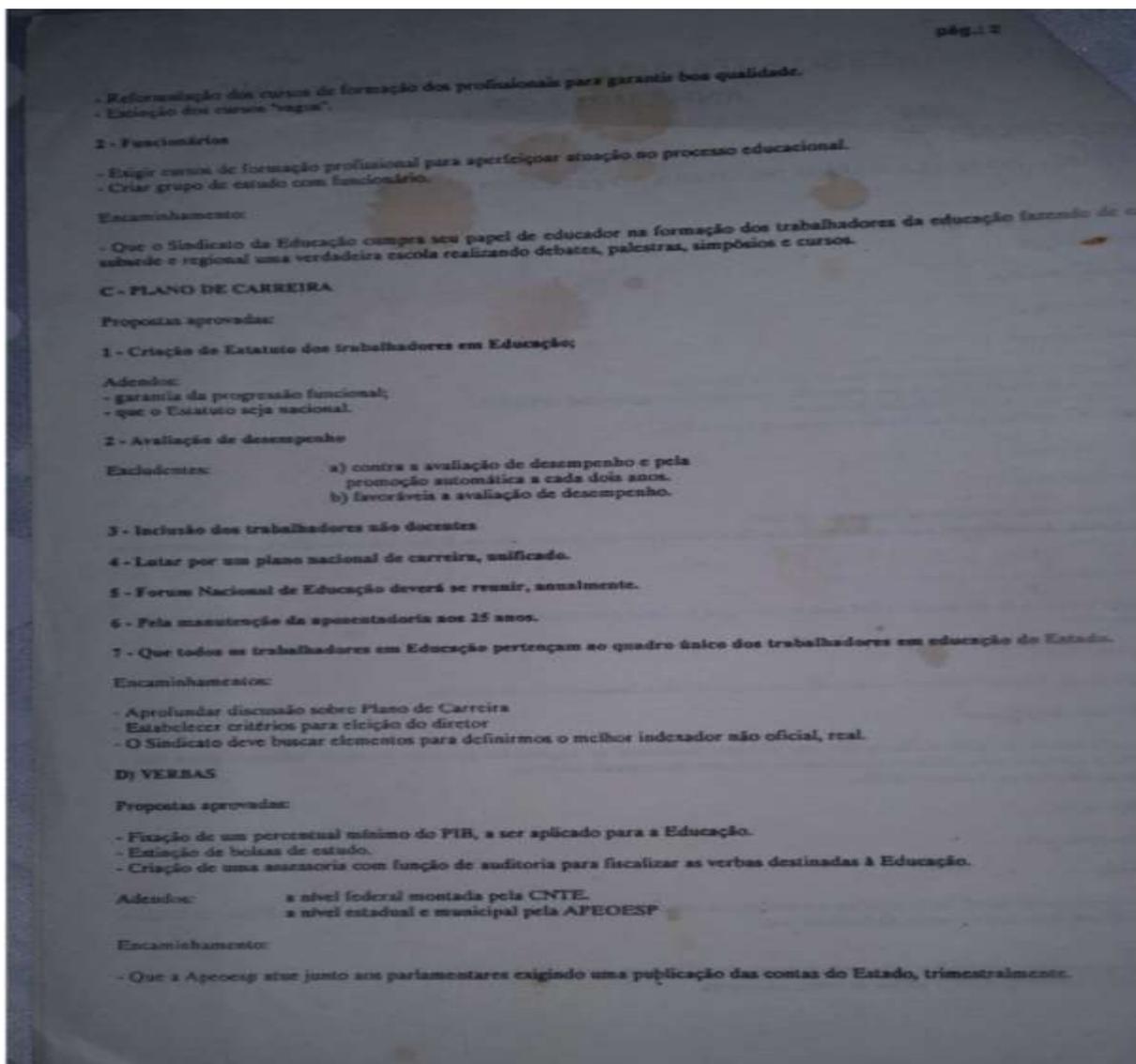


Figura 115 – Programação do Congresso Estadual de Educação no Anhembi/SP em 1991(p.2). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

PAPEL DOS FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA NO PROCESSO EDUCATIVO

questões aprovadas:

A educação nas escolas públicas não é algo que se inicia e termina dentro da sala de aula. É uma ação mais ampla, impulsionada pelas relações de poder e relações interpessoais, onde todos funcionam como agentes pedagógicos e são sujeitos ativos, nas escolas e ato de educar é resultado da atuação de todos aqueles que trabalham na escola pública (Diretores, Inspetores de Aluno, Professores, Coordenadores Pedagógicos, Auxiliares de Serviço etc.).

Não reconhecendo este processo o Estado não promove, e, não fornece aos não docentes a formação e as condições materiais para interferir de forma consciente no ato de educar, contribuindo com isto para o sucateamento da escola pública.

Ex: faltam 30.000 funcionários na rede, os módulos escolares incompletos acarretam desvio de função e sobrecarga de aulas (1 faz o trabalho de 3), não há Cursos de Formação Profissional, na L.D.B. não há uma linha sobre os não docentes, não se prevê nem Estatuto dos Trabalhadores da Educação (direitos iguais para docentes e não docentes) e muito menos plano de Carreira Unificado; além do que recebe um piso salarial, miserável, de Cr\$ 19.000,00.

Fundamentalmente devemos partir de um trabalho coletivo aprendendo com a experiência dos colegas professores e funcionários, como também de alunos e toda a comunidade. Deve-se organizar oficinas de trabalho, onde cada professor, funcionário ou especialista deve ter condição de se aprofundar em sua área. Todos os trabalhadores em Educação fazem arte do currículo oculto, pois suas ações diárias fazem parte do processo de Educação da Escola.

recomendações:

Fazer uma campanha em massa e dar destaque a essa proposta para discussão nas unidades escolares para o engajamento de todos.

Que seja aumentada a representatividade do funcionário de escola no Conselho de Escola.

recomendações:

Aprofundar as discussões do papel dos funcionários de escola para que se tenha uma posição dos próprios funcionários, em todas as instâncias do sindicato e a nível nacional.

Conscientização dos professores de que os funcionários também são educadores.

Que nas instâncias do sindicato da educação (RE e CR) se discuta o papel do não docente e dos professores no processo educacional.

Que o sindicato promova encontros regionais, estaduais e nacionais fornecendo subsídios para a discussão e se defina o papel do não docente no processo educacional.

propostas Gerais:

Lutar pela liberdade de organização nas UEs

Extinção do PROMDEPAR

Pagamento de insalubridade aos auxiliares de serviço

Que os funcionários que ingressaram no último concurso retornem a sua escola de origem

Desnunciar o concurso regional e os baixos e diferenciados salários dos funcionários.

Promover campanha de sindicalização

Que os Congressos sejam feitos a partir do dia 8 para que os funcionários não precisem ir às suas escolas fazer B.F.

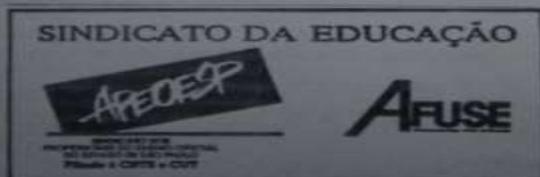


Figura 116 – Programação do Congresso Estadual de Educação no Anhembi/SP em 1991(p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

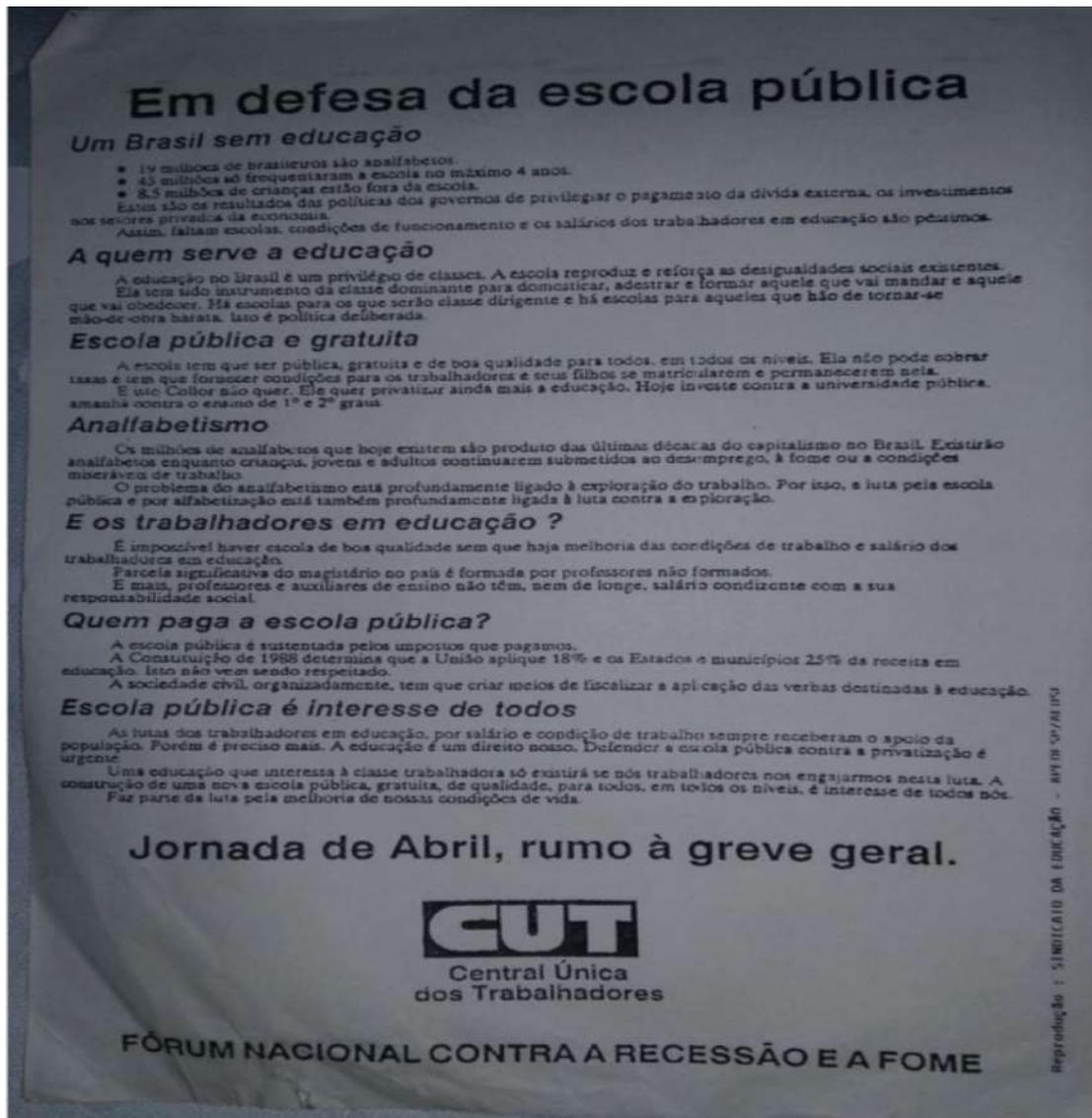


Figura 117 – Panfleto da CUT sobre a jornada de abril, em defesa da escola pública, s/d. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

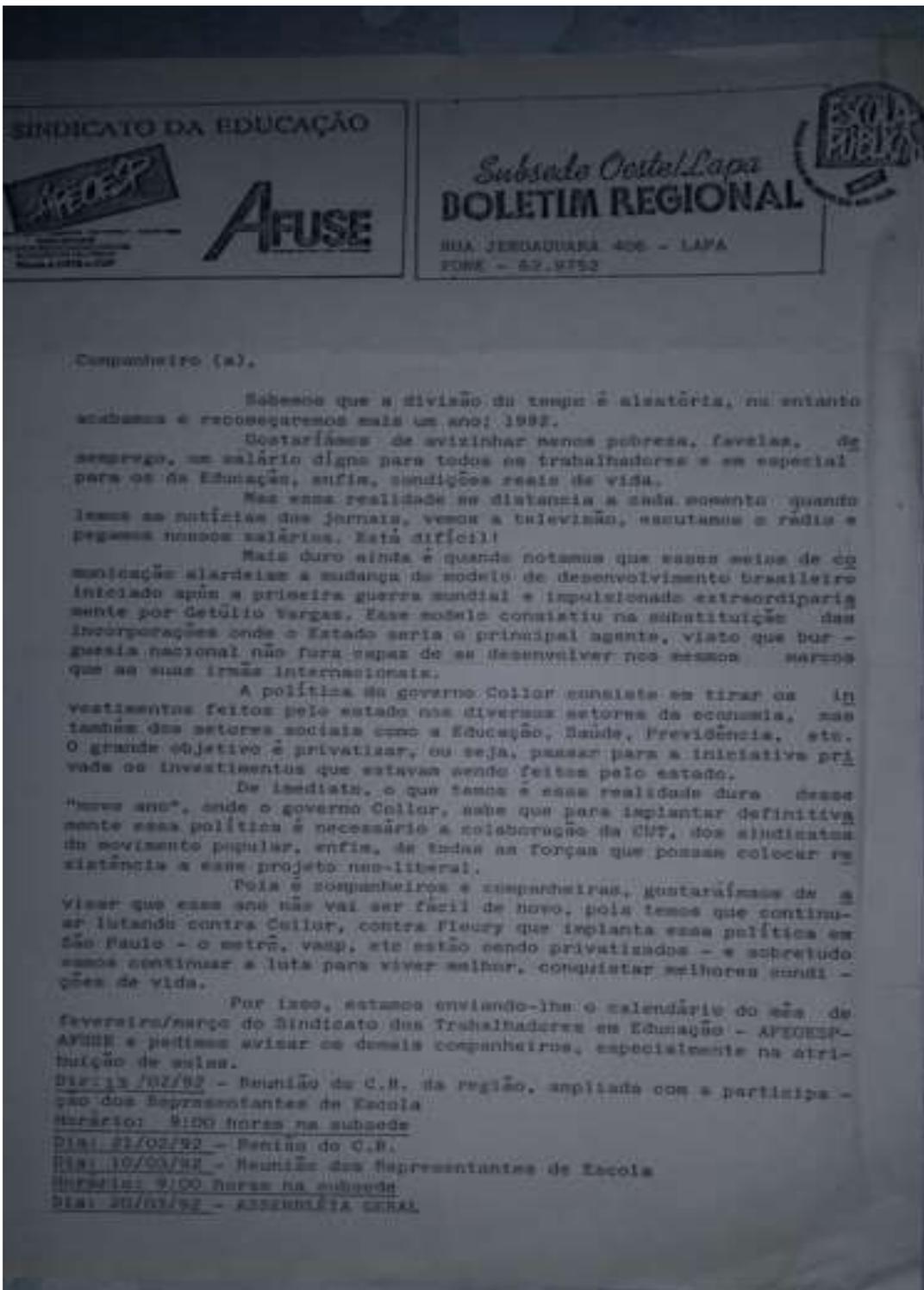


Figura 118 – Boletim da AFUSE e da APEOESP com calendario das atividades de fevereiro e março de 1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Reforma Educacional com início trágico

Qualitativa, abrangente e radical que começou com o fim da ditadura, mas que não trouxe as melhorias esperadas, a reforma educacional de 1995 foi considerada um fracasso. Isso porque não conseguiu resolver os problemas estruturais do sistema educacional brasileiro, como a falta de infraestrutura, a baixa qualidade do ensino e a desigualdade de acesso. Além disso, a reforma não conseguiu resolver os problemas estruturais do sistema educacional brasileiro, como a falta de infraestrutura, a baixa qualidade do ensino e a desigualdade de acesso.

Em 1995, o QME (Quilombo da Educação) realizou um levantamento de dados, que mostrou que 70% dos professores não tinham formação adequada para o ensino médio. Isso levou à criação do Plano de Carreira para os professores, que previa a implementação de uma carreira única para todos os professores, com níveis de ingresso, progressão por tempo de serviço e avaliação de desempenho.

O plano de carreira foi aprovado em 1995, mas não foi implementado de forma adequada. Isso levou à criação do Plano de Carreira para os professores, que previa a implementação de uma carreira única para todos os professores, com níveis de ingresso, progressão por tempo de serviço e avaliação de desempenho.

O plano de carreira foi aprovado em 1995, mas não foi implementado de forma adequada. Isso levou à criação do Plano de Carreira para os professores, que previa a implementação de uma carreira única para todos os professores, com níveis de ingresso, progressão por tempo de serviço e avaliação de desempenho.



Pra Já!

Reajuste emergencial de 3 mínimos!

Noessa Congresso aprovou:

FORA COLLOR DO GOVERNO

O último Congresso do AFUSE, realizado nos dias 11, 12 e 13 de março, em São Carlos, foi um sucesso. Com a presença de 100 delegados eleitos democraticamente, o Congresso votou uma política clara para a nossa categoria: intervenção no governo, a AFUSE não vai ser o grande maioria dos trabalhadores e exige FORA COLLOR DO GOVERNO! Pedimos também mais um salário, mais estabilidade e melhores condições de trabalho.

O Congresso viu também que não podemos aceitar que a CUT seja quem de fato vai fazer com o governo e o governo, enquanto a estabilidade se mantém e os salários não são reajustados de forma adequada.

O Congresso também aprovou um documento sobre a intervenção nos professores (veja matéria nesta página), como forma de fortalecer nossa luta por melhores salários e condições de trabalho.

Em relação ao Plano de Carreira específico, foram aprovados os seguintes pontos:

- Progressão de base com os funcionários das DREs e DDEs sob o QME;
- Implementação de dois níveis e progressões no âmbito de cada DRE;
- Criação de
- Volta do convênio com a FAPESP;
- Revisão das metas previstas por Henry;
- Implementação do QME ao QAE;
- Reajuste mensal de salário de acordo com o salário;
- Comissão técnica e não política;
- Progressão 50 para o 1º grau e 2/2 para o 2º grau;
- Plano de DRE/DDE;
- Plano de Carreira para os professores da Educação Básica (Educação Básica), com processo democrático para a elaboração do plano;
- Data base: 1º de março de 1992;
- Assessoria Geral dos Trabalhadores em Educação;
- Reajuste emergencial de 3 salários mínimos.

Corrupto é moda do Planalto



A palavra corrupto é a definição de corrupção, mas não é isso que o Planalto quer. É a corrupção que o Planalto quer. É a corrupção que o Planalto quer. É a corrupção que o Planalto quer.

A palavra corrupto é a definição de corrupção, mas não é isso que o Planalto quer. É a corrupção que o Planalto quer. É a corrupção que o Planalto quer. É a corrupção que o Planalto quer.

A palavra corrupto é a definição de corrupção, mas não é isso que o Planalto quer. É a corrupção que o Planalto quer. É a corrupção que o Planalto quer. É a corrupção que o Planalto quer.

Unificação com os professores

O plano de unificação com os professores é um projeto de reforma educacional, que visa a unificação dos salários dos professores da educação pública. Isso é necessário para garantir a qualidade do ensino e a estabilidade dos professores.

O plano de unificação com os professores é um projeto de reforma educacional, que visa a unificação dos salários dos professores da educação pública. Isso é necessário para garantir a qualidade do ensino e a estabilidade dos professores.

O plano de unificação com os professores é um projeto de reforma educacional, que visa a unificação dos salários dos professores da educação pública. Isso é necessário para garantir a qualidade do ensino e a estabilidade dos professores.

Figura 119 – Panfleto da AFUSE, mural do funcionário nº 2, março de 1992 (Verso). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

ASSINAM ESTE MANIFESTO:

ADELIR M. ALVES-ATIVISTA DE BASE-JULIO MESQUITA
 ADELIA LEONI MASON-C.R. JACAREI
 ADRIANA MARIA-ATIVISTA DE BASE-TAUBATÉ
 ALAIDE DE LIMA-ATIVISTA DE BASE-SÃO CARLOS
 ALCIDES-C.R.-ZONA SUL
 ALCIDIO RIBEIRO-C.R.-CANDIDO MOTA
 ALICE-ATIVISTA DE BASE-GUARULHOS
 ANA ELISA-ATIVISTA DE BASE-ZONA SUL
 ANA LUCIA-DIRETOR EXECUTIVO-RIBERÃO PRETO
 ANA MARY-C.R.-ZONA SUL
 ANALLIA-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
 ANGLIA INES-C.R.-MARILIA
 ARLETE-ATIVISTA DE BASE-S.MIGUEL PTA
 AROALDO-SECRETÁRIO GERAL-JACAREI
 CASIMIRO-VICE-PRESIDENTE-GUARULHOS
 CELIA-C.R.-FERRAZ VASCONCELOS
 CHRISTINO-C.R.-ZONA NORTE
 CLARICE-C.R.-FERRAZ VASCONCELOS
 CELILIA-C.R.-TUPÁ
 CONCEIÇÃO-ATIVISTA DE BASE-FERRAZ VASCONCELOS
 DANIEL-ATIVISTA DE BASE-SUZANO
 DEZENI-ATIVISTA DE BASE-S.MIGUEL PTA
 DONIZETE PERIN-C.R.-ADAMANTINA
 DORACI-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
 EDMILSON-C.R.-GUARULHOS
 EDNA-C.R.-OSASCO
 EDNA A.SILVA-ATIVISTA DE BASE-S.MIGUEL PTA
 EDNA APARECIDA-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
 ELIANA-C.R.-ZONA NORTE
 ELIDIA-C.R.-OSASCO
 ELISABETH RIBEIROA-ATIVISTA DE BASE-JACAREI
 ELISABETH ALENCAR-C.R.-GUARULHOS
 ESTER-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
 EVELYN REGINA-ATIVISTA DE BASE-JACAREI
 FRANCISCO GIMENEZ-C.R.-FERNANDÓPOLIS
 FRANCISCO CARLOS-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
 GIUSEPPE-C.R.-ITAQUAQUECITUBA
 GLADIS-ATIVISTA DE BASE-SÃO CARLOS
 HELENA-ATIVISTA DE BASE-JACAREI
 HERMA-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
 IEDA-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
 IEDA A.LUCIANI-C.R.-CATANDUVA
 IZILDA-ATIVISTA DE BASE-S.MIGUEL PTA
 JAILDO-C.R.-DIADEMA
 JOAO ANTONIO-ATIVISTA DE BASE-GARÇA
 JOAO MARCOS-DIRETOR EXECUTIVO-POÁ
 JOSE ALMIR-ATIVISTA DE BASE-ZONA SUL
 JOSE CARLOS-C.R.-CAMPINAS
 JOSE CARLOS LINO-C.R.-VALE DO RIBEIRA
 JOSE CARLOS P. CINRO-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
 JOSE DEMARCO ALVES-DIRETOR EXECUTIVO-OSASCO
 JOSE GIVANILSON-C.R.-OSASCO
 JOSE LUIS-C.R.-SÃO CAETANO DO SUL
 JUDITH APARECIDA-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
 JULIA R REAL-ATIVISTA DE BASE-SÃO CARLOS
 KIMIE HONDA-C.R.-MARILIA
 LUCIA HELENA-C.R.-MARILIA
 LIDIA-ATIVISTA DE BASE-GUARULHOS
 LUIS CARLOS-ATIVISTA DE BASE-ORIENTE
 LEZETE-C.R.-TABOÃO
 LUCIA-ATIVISTA DE BASE-CANDIDO MOTA
 LUCIANA PEREIRA-ATIVISTA DE BASE-S.MIGUEL PTA
 LUCIANO M.N. SANTOS-ATIVISTA DE BASE-GUARULHOS
 LUIZ-C.R.-TABOÃO
 MAÍALDA F. DE ARAUJO-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
 MALVINA F.MONTIBROA-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
 MARCIA BLODORN-C.R.-ZONA SUL
 MARCOS A. CERANTOLA-C.R.-SÃO CARLOS
 MARIA ANTONIA C. LUCIANI-C.R.-CATANDUVA
 MARIA AUXILIADORA DA SILVA-C.R.-BARRETOS
 MARIA CRISTINA-ATIVISTA DE BASE-ZONA SUL
 MARIA CRISTINA-ATIVISTA DE BASE-BARRETOS
 MARIA DALMA-ATIVISTA DE BASE-PADRE NOBREGA
 MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA-C.R.-PINDAMONHANGABA
 MARIA DE LOURDES CHAVES-ATIVISTA DE BASE-TAUBATÉ
 MARIA HELENA MOZENA-TESOUREIRA-TUPÁ
 MARIA HELENA-CR-ZONA SUL
 MARIA INACIA DA CRUZ-ATIVISTA DE BASE-JACAREI
 MARIA JOSÉ-C.R.-MARILIA
 MARIA JOSÉ-C.R.-SUZANO
 MARIA LUCIA-ATIVISTA DE BASE-GUARULHOS
 MARIA S.CUNHA-ATIVISTA DE BASE-VERA CRUZ
 MARIA SILVEIRA-C.R.-SUZANO
 MARILISA B. DE SIQUEIRA-ATIVISTA DE BASE-JACAREI
 MARLI O SEVERINO-ATIVISTA DE BASE-SÃO CARLOS
 MAURICIO-C.R.-MARILIA
 MILTON FREIRE-C.R.-SÃO CARLOS
 NANCI C.R.-FERRAZ DE VASCONCELOS
 NEDDI DE G.O. NASCIMENTO-ATIVISTA DE BASE-TAUBATÉ
 NELSON-C.R.-DIADEMA
 NIEUSA MARIA-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
 NILSON-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
 PAULO J. ARAUJO-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
 RITA DE CASSIA C. OLIVEIRA-ATIVISTA DE BASE-BARRETOS
 ROBERTO CARLOS-C.R.-S. JOSÉ DO RIO PRETO
 ROSA MARIA-ATIVISTA DE BASE-SUZANO
 ROSANGELA MARTA-C.R.-POÁ
 ROSELI APARECIDA ZABOTTO-ATIVISTA DE BASE-SÃO CARLOS
 RUI ARAUJO-C.R.-MARILIA
 SANDRA ELISABETH-C.R.-OSASCO
 SIDNEI-C.R.-ZONA NORTE
 SILVIA REGINA SIQUEIRA-ATIVISTA DE BASE-JACAREI
 SONIA REGINA PEDRO-C.R.-S.MIGUEL PAULISTA
 SUELI G. DUARTE-ATIVISTA DE BASE-S.MIGUEL PAULISTA
 TELMA FAZONATO-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
 TELMA RIBEIRO-C.R.-POÁ
 VALMIR LONGUE-ATIVISTA DE BASE-BARRETOS
 VERA AP. MARIANO PONTES-C.R.-SANTO ANDRÉ
 VICENTE ZACARIAS-C.R.-POÁ
 VICENTINA-C.R.-PINDAMONHANGABA
 VILMA MARIA DOS REIS-ATIVISTA DE BASE-OCAUÇU
 TEREZINHA-RE-SÃO CAETANO
 MARIA PETRONILHA-BASE SÃO CAETANO
 LIDIA SATKE-BASE SÃO CAETANO
 LEONILDES-RE-SÃO CAETANO
 LUCIA-RE SÃO CAETANO

Figura 120 – Assinantes do Manifesto da AFUSE contra Collor e Fleury com chamada para convenção Estadual dia 01/05/1992. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

ASSINAM ESTE MANIFESTO:

ABELER M. ALVES-ATIVISTA DE BASE-JULIO MESQUITA
ADELIA LEONI MASON-C.R. JACAREI
ADRIANA MARIA-ATIVISTA DE BASE-TAUBATÉ
ALAGIS DE LIMA-ATIVISTA DE BASE-SÃO CARLOS
ALCERES-C.R. ZONA SUL
ALCIDIO RIBEIRO-C.R. CANDIDO MOTA
ALICE-ATIVISTA DE BASE-GUARULHOS
ANA ELISA-ATIVISTA DE BASE-ZONA SUL
ANA LUCIA-DIRETOR EXECUTIVO-RIBEIRÃO PRETO
ANA MARY-C.R. ZONA SUL
ANALLA-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
ANGELA INES-C.R. MARILIA
ARLETE-ATIVISTA DE BASE-S MIGUEL PTA
AROLDINO-SECRETARIO GERAL-JACAREI
CASIMIRO-VICE-PRESIDENTE-GUARULHOS
CÍLIA-C.R. FERRAZ VASCONCELOS
CHRISTINO-C.R. ZONA NORTE
CLARICE-C.R. FERRAZ VASCONCELOS
CLEJJA-C.R. TUPÁ
CONCEIÇÃO-ATIVISTA DE BASE FERRAZ VASCONCELOS
DANIEL-ATIVISTA DE BASE-SUZANO
DILCENI-ATIVISTA DE BASE-S MIGUEL PTA
DIONIZI FERREI-C.R. ADAMANTINA
DORACI-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
DORMELSON-C.R. GUARULHOS
DIRA-C.R. OSASCO
DIRKA A.SILVA-ATIVISTA DE BASE-S MIGUEL PTA
DIRKA APARECIDA-ATIVISTA DE BASE MATÃO
ELIANA-C.R. ZONA NORTE
ELIENA-C.R. OSASCO
ELIZABETH RIBEIRO-ATIVISTA DE BASE JACAREI
ELIZABETH ALENCAR-C.R. GUARULHOS
EPTER-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
EVELYN REGINA-ATIVISTA DE BASE JACAREI
FRANCISCO DIMENIZ-C.R. FERNANDESPOLIS
FRANCISCO CARLOS-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
GRISOPPE-C.R. ITAQUAQUECETUBA
ILAGIS-ATIVISTA DE BASE-SÃO CARLOS
HELENA-ATIVISTA DE BASE JACAREI
HERMA-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
IDA-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
IDA A LUCIANI-C.R. CATANDUVA
IDELDA-ATIVISTA DE BASE-S MIGUEL PTA
IVALDO-C.R. DIADEMA
ÍDIO ANDRINO-ATIVISTA DE BASE-GARÇA
ÍDIO MARCOS-DIRETOR EXECUTIVO-POÁ
JOSÉ ALMER-ATIVISTA DE BASE-ZONA SUL
JOSÉ CARLOS-C.R. CAMPINAS
JOSÉ CARLOS LINO-C.R. VALE DO RIBEIRA
JOSÉ CARLOS P. CIDRO-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
JOSÉ DEMARCO ALVES-DIRETOR EXECUTIVO-OSASCO
JOSÉ GIVANILSON-C.R. OSASCO
JOSÉ LUIS-C.R. SÃO CAETANO DO SUL
JUZÉTO APARECIDA-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
LILIA R REAL-ATIVISTA DE BASE-SÃO CARLOS
LINDA RONDA-C.R. MARILIA
LUCIA HELENA-C.R. MARILIA

LIDIA-ATIVISTA DE BASE-GUARULHOS
LUIZ CARLOS-ATIVISTA DE BASE-ORIENTE
LUIZITE-C.R. TABOÃO
LUCIA-ATIVISTA DE BASE-CANDIDO MOTA
LUCIANA FERREIRA-ATIVISTA DE BASE-S MIGUEL PTA
LUCIANO M.N. SANTOS-ATIVISTA DE BASE-GUARULHOS
LUIZ-C.R. TABOÃO
MAFALDA F. DE ARAUJO-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
MALVINA F. MONTENROA-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
MARCIA BLODORN-C.R. ZONA SUL
MARCOS A. CERANTOLA-C.R. SÃO CARLOS
MARIA ANTONIA C. LUCIANI-C.R. CATANDUVA
MARIA AUXILIADORA DA SILVA-C.R. BARRETOS
MARIA CRISTINA-ATIVISTA DE BASE-ZONA SUL
MARIA CRISTINA-ATIVISTA DE BASE-BARRETOS
MARIA DALMA-ATIVISTA DE BASE-PADRE NOBREGA
MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA-C.R. PINDAMONHANGABA
MARIA DE LOURDES CHAVES-ATIVISTA DE BASE-TAUBATÉ
MARIA HELENA MOZENA-TESSOUREIRA-TUPÁ
MARIA HELENA-CR-ZONA SUL
MARIA INACIA DA CRUZ-ATIVISTA DE BASE-JACAREI
MARIA JOSÉ-C.R. MARILIA
MARIA JOSÉ-C.R. SUZANO
MARIA LUCIA-ATIVISTA DE BASE-GUARULHOS
MARIA S. CUNHA-ATIVISTA DE BASE-VERA CRUZ
MARIA SILVEIRA-C.R. SUZANO
MARILISA B. DE SIQUEIRA-ATIVISTA DE BASE-JACAREI
MARIJO SEVERINO-ATIVISTA DE BASE-SÃO CARLOS
MAURICIO-C.R. MARILIA
MILTON FREIRE-C.R. SÃO CARLOS
NANCI-C.R. FERRAZ DE VASCONCELOS
NEIDE DE O.G. NASCIMENTO-ATIVISTA DE BASE-TAUBATÉ
NELSON-C.R. DIADEMA
NELSON MARIA-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
NELSON-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
PAULO J. ARAUJO-ATIVISTA DE BASE-MARILIA
RITA DE CÁSSIA COLIVEIRA-ATIVISTA DE BASE-BARRETOS
ROBERTO CARLOS-C.R. S. JOSÉ DO RIO PRETO
ROSA MARIA-ATIVISTA DE BASE-SUZANO
ROSANGELA MARTA-C.R. POÁ
ROSELI APARECIDA ZABOTTO-ATIVISTA DE BASE-SÃO CARLOS
RUI ARAUJO-C.R. MARILIA
SANDRA ELISABETH-C.R. OSASCO
SIDNEI-C.R. ZONA NORTE
SÉLVIA REGINA SIQUEIRA-ATIVISTA DE BASE-JACAREI
SONIA REGINA PEDRO-C.R. S MIGUEL PAULISTA
SUELI DUARTE-ATIVISTA DE BASE-S MIGUEL PAULISTA
TELMA FAZOMATO-ATIVISTA DE BASE-MATÃO
TELMA RIBEIRO-C.R. POÁ
VALMIR LONQUE-ATIVISTA DE BASE-BARRETOS
VERA AP. MARIANO PONTES-C.R. SANTO ANDRÉ
VICENTE ZACARIAS-C.R. POÁ
VICENTINA-C.R. PINDAMONHANGABA
VILMA MARIA DOS REIS-ATIVISTA DE BASE-OCAUCU

Figura 121 – Assinantes do Manifesto da AFUSE contra Collor e Fleury de 1992. Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

AFUSE · APASE · APEOESP · CPP · UDEMO

É assim que se passa a escola pública a limpo?

Tudo indica que o Governo Fleury, quando afirma que não há dinheiro para pagar um bom salário aos professores e funcionários, não está dizendo a verdade. Também não está dizendo a verdade quando afirma, através da imprensa, que as grandes empresas, ao fazerem acordo com uma das entidades sobre suas propostas salariais, nunca tiveram mal sucedida de nos dividir e empurrar as bases

(repedimos a redução de 8,85% a 24,34% concedidos ao funcionalismo e ao magistério respectivamente).

Além dos escândalos amplamente divulgados pela imprensa: esse Banésis; as filas dando conta dos enterros eletrônicos no cemitério público no interior e um índice de máquina administrativa; favorecendo a política partidária em detrimento das políticas sociais,

Descobrimos algumas mentiras comprovadas por documentos oficiais

- O governo não gasta 30% do Orçamento do Estado com o funcionalismo (por favor, declaração do governador à imprensa).

- O ICMS não representa 92% da arrecadação em total do Estado (por favor, constantes declarações do Governo às entidades).

Sabem os colegas quanto o Governo Fleury gasta com o funcionalismo, incluindo a Educação?

36,65% da arrecadação do Estado em 1991
36,25% como previsão para 1992

O Governo alega gastar de 80% a 90% do ICMS com o funcionalismo.

Sabem os colegas quanto representa o ICMS no Orçamento Geral do Estado?

APENAS 45,65%

Por esta razão, é que o gasto com a folha de pagamento do funcionalismo estadual atinge somente 36,65% do Orçamento e nada mais, enquanto a Prefeitura

do Município de São Paulo gasta cerca de 54%. A Constituição Federal, como Lei nº 40, prevê gastos de até 60%.

Portanto, colegas, há dinheiro de sobre para resolver nosso problema salarial e atender outras necessidades, tais como:

- Investimentos comparáveis com as necessidades da Educação. O Governo Fleury é o que mais investe em soluções mais baixas da história da Educação e o que menos investe nessa área, apesar de todo o discurso sobre "Educação - prioridade número 1".

Melhor, a ampliação do atendimento médico prestado pelo AMSP, em todo o Estado.

- Vetiização de uma ampla reforma administrativa e educacional.

Nossos problemas serão resolvidos no momento em que o Governador aplicar, no mínimo, os 52% da arrecadação do Estado com a folha de pagamento do funcionalismo, como me declarou à imprensa.

Aqui, mais do que nunca, é necessária uma grande mobilização e ampla discussão em torno de nossas reivindicações que, se não atendidas, poderão levar à greve todo o pessoal da Educação.

Nossas reivindicações

- Política salarial vinculada à inflação, com recuperação das perdas.
- Fiso escolar.
- Audiência do governador com as entidades (já solicitada).

POR UMA ESCOLA PÚBLICA MELHOR E PARA TODOS

Figura 122 – Panfleto da AFUSE, APASE, APEOESP, CPP, UDEMO por uma escola pública melhor e para todos (Período 91-95 Governo Fleury). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

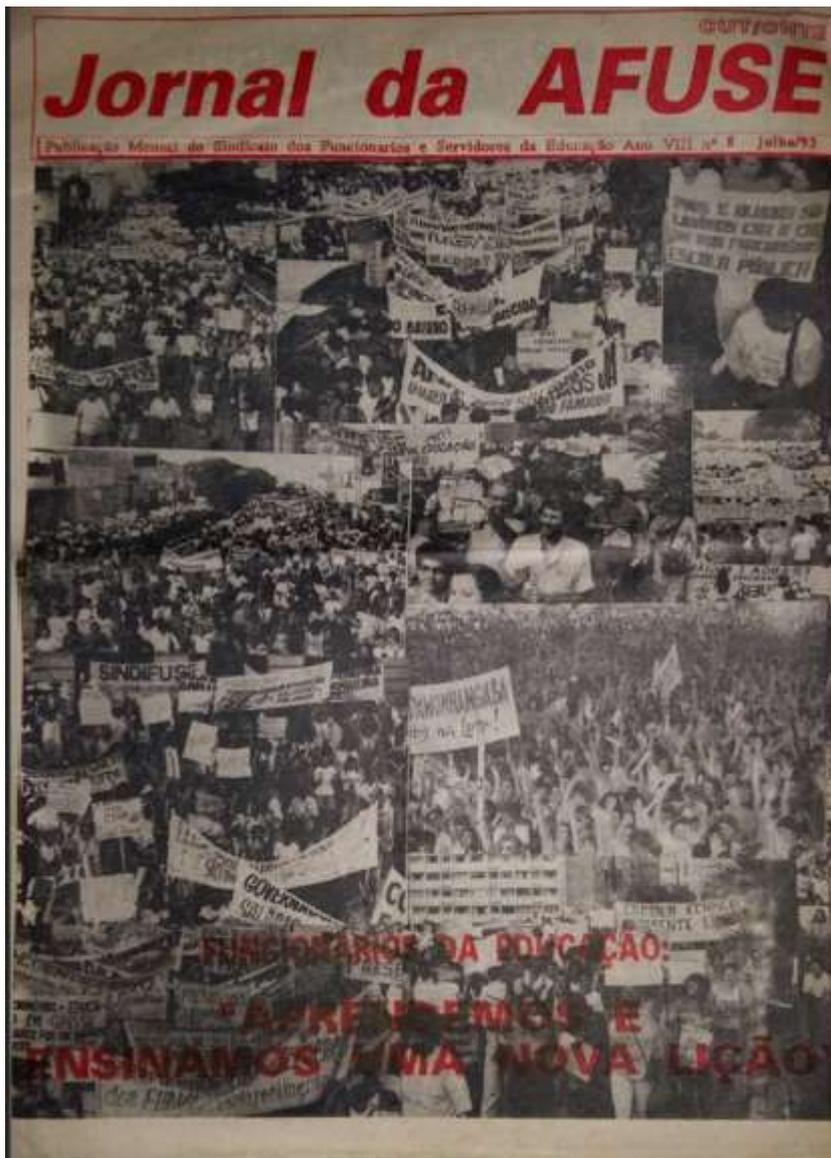


Figura 123 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, Julho 1993. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

A GREVE TERMINOU!! VEJA COMO TUDO COMEÇOU

EDITORIAL

Em outubro de 92 a Diretoria da AFUSE abriu o boletim nº 3 com as seguintes palavras: "QUEM SOMOS NÓS? ESTÁ NA HORA DE SABERMOS". "PRECISAMOS DEFINIR NOSSO CAMINHO E NOSSA VIDA PROFISSIONAL". Mas também afirmava: "A AFUSE TEM A OBRIGAÇÃO DE ULTRAPASSAR OS SEUS LIMITES".

Funcionários: "O FUNCIONÁRIO DE ESCOLA TEM QUE ACREDITAR EM SI PRÓPRIO E NA IMPORTÂNCIA DO SEU TRABALHO".

Necessidade de organização: "ENTRETANTO, A AFUSE SABE QUE O PRIMEIRO PASSO É ORGANIZAR A CATEGORIA"

Unidade: "SÓ ATRAVÉS DA UNIDADE SERÁ POSSÍVEL TERMOS UMA IDENTIDADE GERAL". "... AO MESMO TEMPO EM QUE DENÚNCIA E LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E SALÁRIO, A DIRETORIA É OBRIGADA A ANALISAR A ATUAL SITUAÇÃO DAS ESCOLAS, SEUS TRABALHADORES E O REFLEXO DE TUDO ISSO NA POPULAÇÃO ESTUDANTIL".

Mobilização: "VOCÊ NÃO PODE ACEITAR UMA AFUSE PARADA!! E A AFUSE POR SUA VEZ, NÃO PODE ACEITAR QUE VOCÊ FIQUE ISOLADO. "É POSSÍVEL A ESCOLA PÚBLICA VIVER SEM O TRABALHO DESEMPENHADO PELOS FUNCIONÁRIOS?"

Pois bem, essa era a primeira tarefa da diretoria: organizar a categoria, e a partir daí a categoria teria condições de mostrar sua importância no processo educacional, caracterizado como um profissional que tem seus direitos e deveres, mas um trabalhador que tenha condições de vida e trabalho. Com isso, a categoria estaria preparada para dialogar, discutir e enfrentar o Governo.

A AFUSE MUDOU!!

Hoje, o que nós vemos é uma nova AFUSE: amadurecida na sua organização, distribuída

em todo o Estado, conciente, unida e confiante na razão de sua luta! Foi às ruas mostrar qual é o verdadeiro perfil do Governo do Estado de São Paulo. Além disso, temos que considerar a estrutura que foi criada nas regiões, com sub-sedes, novos e antigos representantes, novas filiações, viabilizando a locomoção para as Assembleias e a impressão de materiais que divulgavam os passos do nosso movimento. E foi com esta organização que a AFUSE foi à GREVE!!

CONSEQUÊNCIAS DA GREVE

A categoria conquistou sua autonomia e representatividade, negociando com o Governo e conseguindo uma conquista financeira.

Desprende-se totalmente da APEOESP, da qual teve todo apoio da diretoria central e nas sub-sedes, mas sem sofrer qualquer interferência na sua autonomia ou nos rumos do movimento que tomava conta de 90% da categoria.

Hoje, o que se nota, é um salto organizativo em todas as regiões, com um salto de qualidade que obriga a AFUSE como um todo, a se reestruturar, buscando com isso, atender todas as necessidades dos novos e antigos militantes. Sem contar a relação que estabelecemos com os principais jornais da capital, rádios e televisões, além dos 288 jornais que cobrem todo o interior do Estado de São Paulo, conquistando nosso espaço - apesar da nossa GREVE ter ocorrido no mesmo período do movimento na Saúde.

Atualmente a AFUSE é considerada uma das principais entidades na linha de frente do funcionalismo do Estado de São Paulo, o que nos leva a concluir: **NÓS AVANÇAMOS!!** Só que isso não representa nem a metade do caminho que temos que percorrer, pois o Governo do Estado continua com sua política de arrocho salarial e as nossas reivindicações na Secretaria da Educação demandam muita LUTA!! Portanto, sabemos que conquistamos a coisa mais importante: **A CONFIANÇA EM NÓS MESMOS!!**

A LUTA CONTINUA!!!

A DIRETORIA
15/07/93

EXPEDIENTE

Jornal da AFUSE é uma publicação mensal do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação

Presidente: José Jorge Pereira Vice-Presidente: Benedito Ramos Testa Secretário Geral: Mauro S. de Souza Secretário: Albertino de Souza Tesoureiro: Isailina Duarte Tesoureiro: José Vailor Diretor de Legislação: Celina Vivadine Diretor de Propaganda: Otavir Padroso Diretor de Expediente: Carmelina Ronques Diretor de Cultura: Wilson Augusto Diretor de Política Sind.: Francisco Serafin Diretor de Form. Sind.: Maria das	Dores R. Reis Diretor de Cadastro: Maria Joana Honorato Diretor de Convênios: Helena Lima Diretor Estadual: Antonio Garcia de Souza Diretor Estadual: Ademir Rodrigues Diretor Estadual: José Alexandre Nogueira	Interior IV: Lázaro Franci Interior V: Luis Dezio Interior VI: Sebastião S. de Oliveira Jornalista: Marcelo Chagas Diagramação: Marco A. Sartes Composição: Lásen Marcos Rosado Impressão: Gráfica AFUSE
--	---	--

DIRETORES DE SUB-SEDES

Capital: Reinaldo P. Bicudo
 Interior II: Sérgio Calisto

Endereço
 Rua Joaquim Távoras, 319 - Vila Mariana - SP - CEP 04015-000 - Fone: 570-8858 - Fax: 889-0918.

Figura 124 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.2). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

PONDO A BOCA NO TROMBONE

ADVOGADO DA AFUSE É IMPEDIDO DE BLOQUEAR GASTOS DO GOVERNO EM PUBLICIDADE



FLURY: 22 MILHÕES DE DÓLARES GASTOS EM PUBLICIDADE

Há mais de um mês, há 80 dias atrás, os funcionários da Educação encabeçavam um dos maiores movimentos do funcionalismo público do Estado de São Paulo! No final da GREVE (2005), os funcionários enviaram ao Governador Flury dizer: "ESSE RELAJUSTE É O MÁXIMO QUE OS CORPES PÚBLICOS PODEM SUPLICAR!". Segundo uma reportagem publicada pela Folha de São Paulo, só nos primeiros

seis meses do ano de 1993, o Governador Flury gastou US\$ 35,3 milhões em publicidade do Governo do Estado, o que representa três vezes mais o que foi gasto durante todo o ano de 1992. Pelos cálculos que foram apresentados, Flury gastou nos primeiros seis meses do ano mais do que a Coca-Cola durante todo o ano passado, ou seja, US\$ 14,2 milhões, que é considerada um dos maiores investimentos em publicidade na área privada!

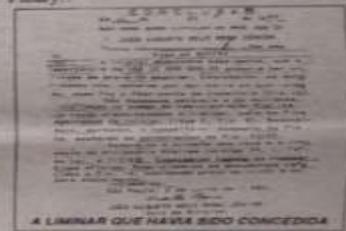
Só que o absurdo não para por aí: todo esse dinheiro público que deveria ser empregado em setores prioritários para a sociedade, como Educação e Saúde, é entregue nas mãos de nove agências publicitárias, e o pior: SEM LICITAÇÃO!

A quantia envolvida em publicidade pelo Governador Flury, seria suficiente para construir 93 Escolas-Padrão, 5.431 casas populares e, quem sabe, dar um reajuste decente para os funcionários.

Não temos que denunciar como o Governador Flury gasta o nosso dinheiro? Não é possível que os funcionários da Educação — que são os responsáveis pela formação dos pilares da nossa sociedade — ganhem um salário-básico de Cr\$ 2.130.825,46 e um vale-refeição de Cr\$ 31

mil, enquanto o Governo do Estado gasta milhões de dólares em propaganda enganosa. Por isso, o advogado da AFUSE, Agnaldo Indício, entrou com uma ação popular em seu nome, tentando bloquear os gastos.

A ação resultou em uma liminar concedida pelo Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, João Augusto Melo Rosa, proibindo o Governador de São Paulo, Luiz Antonio Flury, de realizar estes gastos, até o julgamento final do processo. Mas não adiantou: o Presidente do Tribunal de Justiça, Odys Porto, cassou a liminar que suspenderia a verba publicitária, concedida pelo Juiz! Quer dizer: mais uma vez o dinheiro público é gasto em questões que não trazem nenhum benefício para a população. Enquanto isso, os funcionários da Educação arrancam um reajuste BEIRANDO ZERO POR CENTO, resultado da política de arrocho salarial do Governo Flury!



I N F O R M E - S E

<p>PIS - (REGULAMENTAÇÃO DO CADASTRAMENTO)</p> <p>Os funcionários que enviaram os requerimentos à AFUSE e estavam corretos, foi efetuado uma relação de remessa e enviada à Secretaria da Fazenda. Agora, deverão aguardar a FOLHA SUPLEMENTAR DO PIS-PASEP, em outubro. Caso você tenha enviado a documentação à AFUSE e não receber a FOLHA SUPLEMENTAR DO PIS-PASEP, entre em contato com o Departamento Jurídico da AFUSE.</p> <p>CORTE NO PAGAMENTO</p> <p>É um problema que afige uma grande parcela da categoria, que convive todos os meses com o corte no pagamento de vários itens, auxílio transporte, auxílio alimentação, G.T.N., serviço extraordinário, auxílio família, atraso no pagamento das gratificações, etc.</p> <p>Esse transtorno, que reduz o salário precisa acabar. Neste sentido estamos juntos com as demais Entidades, procurando uma solução e explicações na Secretaria de Educação, pois a cada dia aumentam o número de reclamações.</p>	<p>ESCOLA-PADRÃO</p> <p>Reunião com um Representante por Escola-Padrão (Capital e Grande São Paulo) no dia 06/08 (sexta-feira), às 14:00hs, na sede da AFUSE (ver boletim CR e RE) para uma discussão sobre as condições de trabalho, na Escola-Padrão.</p> <p>AÇÃO JUDICIAL SOBRE A INCORPORAÇÃO DOS DÉCIMOS (ART. 133 - CONSTITUIÇÃO ESTADUAL)</p> <p>Transtorno que aqueles que tiveram direito a incorporação dos décimos ad salário, que foram negociados administrativamente, ou foram cortados depois que mudaram de cargo por concurso público, entrem em contato com o Departamento Jurídico para entrarmos com ação judicial.</p> <p>CALENDÁRIO SINDICAL ANUAL DA AFUSE</p> <p>ABRIL</p> <p>DIA 13 - Reunião de RE (Representantes de Escolas)</p>	<p>DIA 18 - Reunião do CR (Conselho de Representantes)</p> <p>AGOSTO</p> <p>DIA 10 - Reunião de RE (Representantes de Escolas)</p> <p>DIA 12 - Reunião do CR (Conselho de Representantes)</p> <p>DIA 27 - Eleição de novo CR (Conselho de Representantes)</p> <p>SETEMBRO</p> <p>DIAS 22, 23 e 24 - Congresso Estadual da AFUSE</p> <p>OUTUBRO</p> <p>DIA 07 - Reunião de RE (Representantes de Escolas)</p> <p>DIA 15 - Reunião do CR (Conselho de Representantes)</p> <p>NOVEMBRO</p> <p>DIA 24 - Reunião de RE (Representantes de Escolas)</p> <p>DIA 26 - Reunião do CR (Conselho de Representantes)</p> <p>OBS: calendário publicado no D.O.E. (Diário Oficial do Estado) de 10/03/93 - pág. 12 - seção 1, e alterado pelo D.O.E. de 02/07/93 - pág. 21 - seção 1.</p>
---	--	--

Figura 125 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p. 3). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

HISTÓRICO DA GREVE

UMA CATEGORIA QUE SABE O QUE FALA



Durante a GREVE dos Funcionários e Servidores da Educação surgiram várias músicas que, com bom humor, embalsamaram o movimento e retrataram a situação caótica vivida pela categoria. Além disso, durante todo o período, foram ditas inúmeras frases pelos funcionários, militantes e Diretores, buscando refletir as formas de organização e resultados positivos para a GREVE.

A AFUSE separou algumas das músicas e frases, pois com certeza, vão entrar para história da Educação, mostrando a criatividade dos funcionários que sofrem, mas não perdem o plique na LUTA!!

FLEURY
(música: Me dá um dinheiro aí)
É você FLEURY
Me dá um dinheiro aí
Me dá um dinheiro aí

Não vai dar
Não vai dar não
Eu vou parar, parar de trabalhar

Você promete a mente pro povo
E deixa os funcionários, di
Nessa situação

LARI LARIÉ
(música: XUXA)
Tá na hora, tá na hora
Do salário aumentar
Seu FLEURY toma cuidado
A GREVE vai continuar

As escolas estão sujas
Não tem ninguém pra limpar
Seu FLEURY aumenta logo
Pro trabalho retornar

Refreão:
O Lari Larié, é você (3 vezes)
Quem tem que ir à luta
Pro FLEURY se convencer.

ENGANO
(música: Cachaça)
Você pensa que eu ganho muito
Se engana, pois não ganho não
Veja só meu maquiagem
É o meu vale-refeição

Podem me faltar tudo na vida
Arroz, feijão e pão
Pois sei que toda essa fartura
Está na massa do patrão

Quando ao meu fazer, Ah, Ah, Ah!
Isso eu até acho graça
Com o salário que eu ganho
Não dá nem se for do graça!!

AS FRASES FALADAS DURANTE A GREVE

"A união é a única saída para a categoria"
OTÁVIO - Bauracaba

"Não precisamos sair dessa cartomagem e brigar atrás de novos associados, porque é impossível falar em GREVE sem dinheiro!"
NEIDE - Presidente Associação

"Como podemos manter a dignidade!"
DIEB - Bauracaba

"Durante o congresso da CNTE, no Rio de Janeiro, tivemos reunião e houve RIO-NITERÓI, mas um comentário: 'Se este dia não sair neste rio, acabou a AFUSE'. Hoje a coisa é diferente, pois tem muita gente nova juntando no movimento, e gente que antes nem sequer se interessava!"
SOME - Capitel

"Não vamos sair sem esse resultado, mas a união não para por aí!"
HELENO - Santo Amador

"Disseram que o Governador estava chocado com o nosso movimento!"
Só se caiu um pente na cabeça dele!"
LAZARDO - Bauracaba

"Muitos que dizem gente e sem valor!"
TONHINO - Fariandópolis

"Onde nós chegamos vamos a gente dar o nosso melhor!"
ANDERSON - Bauracaba

"Não podemos ficar o tempo todo no fundo do rio. Precisamos sair e trabalhar!"
PELE - Mirante do Paranaíba

"Temos que manter a momentum de entrar e sair de uma GREVE!"
HELSON - Lira

"A nossa categoria não sabe o que é de GREVE porque não tem a união de todos!"
LUIZ LEBRÃO - Curitiba

"Quem conhece a história da AFUSE sabe que nunca conseguimos realizar um movimento tão unificado como esse!"
MAURO - Capitel

"O Governo deveria por a cara na TV e se retrair!"
CLEUSA - Rio Preto

"A nossa GREVE não dá chance para o governo!"
JOSÉ - Guarânia

"Vamos esperar o primeiro 'pedido' do Governo e retornar de 1992 com o mesmo poder que estamos agora!"
GALLIGO - Rio Claro

"Não vamos a 700 Km de capital e vamos voltar de AFUSE no grande momento. Certo! Certo! Continuamos trabalhando para a categoria!"
SEBASTIÃO - Andradina

Figura 126 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.5). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

NEGOCIAÇÕES

NEGOCIAÇÕES DAS REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS DA CATEGORIA, NA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

O planejamento das nossas atividades para o segundo semestre de 93, está amarrado, entre outras coisas, a um calendário de negociações com a Secretaria da Educação.

Neste sentido, a Diretoria da AFUSE apresentou uma pauta ampla para ser discutida com urgência, que inclui as reivindicações específicas da categoria, dividida em partes.

A - PROBLEMAS RELACIONADOS À GREVE

A Diretoria da AFUSE reivindica o descrito da 1ª parcela dos dias parados, para o mês de setembro. A Secretaria da Educação dará o retorno desta questão antes de rodar os holofotes de agosto.

Para melhor operacionalizar a Resolução 147/93, para a reposição dos dias parados, a Secretaria da Educação irá cobrar a aplicação das publicações. A AFUSE estará acompanhando e cobrando soluções concretas para os problemas que forem surgindo.

B - PAGAMENTO E AGILIZAÇÃO DOS DIREITOS CONCEDIDOS E QUE ESTÃO ATRASADOS

B.1 - QUANDO SERÁ PAGO O ADICIONAL DE DIFÍCIL ACESSO: a Diretoria da AFUSE conseguiu a publicação dos normas das Escolas que estão incluídas no benefício. Foi publicada um dia após a reunião, no D.O. de 02/07. Segundo o DRHU (Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Educação), a Secretaria da Fazenda não tem prazo definido para efetuar estes pagamentos, pois, segundo ela, como estão incluídos funcionários, Diretores e Professores, além de ser retroativo ao mês de Abril/92, resulta em uma demora na operação, que poderá ser concluída em setembro/93.

B.2 - REMOÇÃO DO Q.A.E.: foi solicitada pela Diretoria da AFUSE, agilização do Processo de Remoção. Formos informados que está faltando apenas o Governador assinar o DECRETO da remoção. Assim, a resolução será publicada, dando início ao processo, que acontecerá durante o segundo semestre/93. Solicitamos conhecimento antecipado destes documentos regulamentadores.

B.3 - CONCURSO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR: segundo a Secretaria da Educação, o edital do concurso

sairá publicado até o final do mês de julho/93.

Solicitamos discussão e negociação do Edital antes da publicação

B.4 - APROVADOS NO CONCURSO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA: a publicação do resultado do concurso com a classificação será publicada no D.O. do dia 31/07. As chamadas ocorrerão após a Remoção do Q.A.E.

B.5 - CHAMADA DOS REMANESCENTES CONCURSADOS DO Q.A.E. E Q.S.E.: ocorrerá o levantamento das vagas remanescentes depois do Concurso de Remoção do pessoal da Rede.

B.6 - PESSOAL DOCENTE EM DES. E DRES. EXERCENDO FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS: segundo a Secretaria da Educação, a reestruturação das DES e DRES trará soluções para este problema.

C - OUTRAS REIVINDICAÇÕES AINDA EM DISCUSSÃO

C.1 - DISCUSSÃO SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS DES E DRES: até agosto/93 teremos conhecimento das propostas existentes que, segundo a Secretaria, está em fase final de discussão em outras esferas do Governo Estadual.

C.2 - LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A ESCOLA-PADRÃO: o próprio projeto da Escola-Padrão é muito questionável (nós temos uma posição contrária a este projeto, conforme votado no Congresso da AFUSE), porque trabalha com a ideia da formulação de duas Redes de Ensino: uma delas com um padrão melhor que a outra, criando com isso, dois tipos de trabalhador em Educação, ou seja, com salários diferentes, o que já ocorre. Com certeza, no Congresso da AFUSE, enfrentaremos esta discussão, que temos que iniciar já.

C.3 - REMOÇÃO PARA O ACT. - A LEI 7.698 (Q.A.E.): prevê remoção somente para o funcionário efetivo.

Estamos em discussão na Secretaria sobre esta questão. Até o momento, não temos uma resposta positiva.

C.4 - EXTENSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DIFÍCIL ACESSO PARA TODA AS ESCOLAS CLASSIFICADAS NESSAS CONDIÇÕES: somente o pessoal do Q.A.E. tem esse direito. Estamos pedindo a extensão do direito para o pessoal do Q.S.E. que trabalha na Escola.

C.5 - PAGAMENTO DA NOVA GRATIFICAÇÃO AO PESSOAL DO Q.A.E. QUE ESTÁ AFASTADO JUNTO A OUTROS ÓRGÃOS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO: o DRHU (Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Educação) respondeu esta questão com a interpretação da Lei do Q.A.E., que não prevê o exercício das funções fora da Unidade Escolar. A posição da AFUSE nesta questão é muito clara: que se façam as mudanças necessárias na Lei para que os afastados do Q.A.E. em outros órgãos da Secretaria da Educação, recebam esta gratificação, já que todos que trabalham na Educação recebem, isto é, os dois quadros existentes (Q.S.E. e Q.A.E.).

C.6 - REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 133 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL (A INCORPORAÇÃO DOS DECRETOS AO SALÁRIO): levantados os problemas pela AFUSE, a Secretaria da Educação se comprometeu a retornar a discussão, apesar de haver parecer conclusivo na área jurídica do Governo, negando este direito para os funcionários que mudaram de cargo.

C.7 - EXTENSÃO DO DIREITO À GRATIFICAÇÃO PARA OS APOSENTADOS: a política salarial do Governo já é perversa para o pessoal ativo. A AFUSE está alerta para o problema do pessoal aposentado, fazendo um esforço para organizá-los, buscando juntos (ativos e inativos), meios de barrarmos a política de gratificações e a combater a exclusão dos aposentados (veja no jornal).

Figura 127 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.8). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

APOSENTADO: A AFUSE VAI TE ENCONTRAR!

Desde setembro de 92, quando esta Diretoria tomou posse, a preocupação central era localizar todos os associados da Entidade, que estavam divididos em três grandes blocos:

SOLUCIONADOS

1º Associado em geral: no geral, os Associados não atualizavam seus endereços quando mudavam. Mesmo a estrutura da AFUSE através de seu Centro de Processamento de Dados, não possuía todos os associados cadastrados no computador.

A AFUSE fez contato com a PRODESP para que o associado re-



BENE (dir. aposentado): "A mobilização é o único caminho para a luta dos aposentados"

ceba as correspondências nas Escolas e em seu nome. Por isso, verifique no seu local de trabalho se a sua correspondência pessoal lhe está sendo entregue. É muito difícil este sistema falhar, porque é praticamente o mesmo usado pela PRODESP para enviar o seu hollerith de pagamento.

2º Pessoal das DEs e DREs: não estavam implantados no computador. Com isso, passaram anos e anos sem correspondência. Hoje, nós mudamos esse quadro!! Fizemos um contrato com a PRODESP para localizá-lo em seu local de trabalho.

NÃO SOLUCIONADOS

3º Localizar os aposentados: quando um funcionário se aposenta, ele passa a receber por outra folha de pagamento, ou seja, não tem mais um local de trabalho.

A AFUSE, até o mês de junho, não tinha como localizá-los. Por isso, aperfeiçoamos nosso sistema internamente, e junto com a PRODESP. Agora, já sabemos o nome de todos os aposentados, pois de um total de 21 mil associados da AFUSE, 1.054 são aposentados.

No final do mês de julho, já estará realizado o trabalho de pesquisa de endereços desses 1.054 aposenta-

dos, através da sua antiga ficha de inscrição. Imediatamente será feito o 1º boletim dos aposentados. Ainda assim, o trabalho não estará terminado: esse boletim será enviado com devolução garantida, assim, sabermos quantos mudaram de endereço. Mas para atualizar esses endereços (devolvidos) será muito difícil. Por isso, todos aposentado (a partir de 15 de agosto) que não receber material, deve ligar e informar seu novo endereço para que a AFUSE possa chegar até você.

A MOVIMENTAÇÃO DOS APOSENTADOS NÃO PODE ESPERAR!

Estabelecemos contato com todos os associados aposentados. Não é só porque estamos organizando o cadastro dos aposentados, mas para que nos mobilizemos. Não podemos ficar parados esperando mais uma injustiça do Governador Fleury!! Portanto, a AFUSE realizará no dia 9 de agosto de 1993 (segunda-feira), na sede da entidade, uma reunião com os aposentados.

Pauta:

Organização dos aposentados
Plano de lutas
Proposta de modificação do estatuto
Com vista a situação do aposentado.

ASSOCIADO JÁ CONTA COM SERVIÇO ODONTOLÓGICO

Apriorando a sua situação na Política de Recursos Humanos, a AFUSE estabeleceu um convênio com alguns dentistas que prestarão atendimento odontológico aos associados e seus dependentes. Portanto, basta você conferir a lista (ao lado) com os nomes dos dentistas conveniados, marcar a consulta e dirigir-se até o consultório levando o seu ÚLTIMO HOLLERITH.

COMO SERÁ O ATENDIMENTO: o atendi-



mento será efetuado com hora marcada, no consultório particular.

CUSTO DO TRATAMENTO: existe uma tabela feita pelo Sindicato dos Odontologistas que indica o preço mínimo a ser cobrado por um profissional nos diversos tratamentos. Sendo assim, analise seu orçamento dentário com o dentista escolhido (relação ao lado) e negocie as formas disponíveis de pagamento

NOMES E ENDEREÇOS DOS DENTISTAS CONVENIADOS

- DR. Carlos Miguel Achá Martinez
Endereço: R. Vergueiro, 2507 - Vila Mariana - Fone: (011) 571-9031
- DRA. Cely Regiane da Silva Camargo
Endereço: R. Nilo Pecanha, 99 sala 4 - Assunção - São Bernardo do Campo - Fone: (011) 419-9290
- DR. Jorge Nishimura
Endereço: R. Loefgreen, 1272 - Vila Mariana - Fone: (011) 571-3532
- DRA. Luciana Pipolo Carlo
Endereço: R. Bom Pastor, 1516 sala 3 - Ipiranga - Fone: (011) 272-4563
- DR. Roberto Bet
Endereço: R. Ricardo Bertolini, 21 sala 1 - Vila Carrão - Fone: (011) 271-2929
- DR. Sidney Antelo Gonçalves
Endereço: Av. do Rio Bonito, 2668 sala 3 - Interlagos - Fone: (011) 246-3049

TRABALHADORES CHEGAM ÀS TELAS

O programa "Olhar Brasileiro", produzido pelo TVI (Televisão dos Trabalhadores), que é patrocinado pelos Sindicatos filiados à

CUT (Central Única dos Trabalhadores), está indo ao ar todos os domingos, às 8 horas da manhã, pela TV RECORD. Além de

ser o primeiro programa destinado à classe trabalhadora, é o resultado da organização e união de várias entidades, com um

único objetivo: centralizar a força dos trabalhadores na nossa luta contra as injustiças e desmandos cometidos pelo Governo.

Figura 128 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.9). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

ENTRE NOS

DESPESAS X RECEITAS

1º SEMESTRE DE 1993

DESPESAS

PESSOAL (SALÁRIOS, V. TRANSP., ADVOGADOS, JORNALISTA, VIGIA, V. REFEIÇÃO, INSS, POTS, ETC.)	1.813.862.877,91
IMPRESSÃO (ASSINAT. JORNALIS, MAT. GRAFICO, MARIUT, EQUIP. SERVIÇO GRAFICO, POSTAGENS, ETC.)	1.982.215.942,41
SINDICAL (CUT. ONTE, REPASSES P/ SUB-SEDES, MATÉRIAS DIVULGADAS, ENCONTROS E CR'S, ETC.)	1.972.403.140,93
ADMINISTRATIVO (INFRAESTRUTURA, ALUGUÉL, ÁGUA, LUZ, TELEFONE, TAXAS JURÍDICAS, ETC.)	1.278.855.163,19
TOTALIZAÇÃO	5.927.367.224,44

RECEITAS

CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS (DESCONTO SOBRE O INSS DO AUX. SERVIÇO)	5.477.959.814,10
OUTRAS RECEITAS (VENDAS DE APOSTILAS e APLICAÇÃO FINANCEIRA)	434.333.155,08
EMPRESTIMOS (EMP. DE TERCEIROS)	227.000.500,00
TOTALIZAÇÃO	6.139.292.769,18

RESUMO

TOTAL DA ARRECADAÇÃO	6.139.292.769,18
TOTAL DAS DESPESAS	5.927.367.224,44
SUPERÁVIT (TOTAL DAS RECEITAS - TOTAL DAS DESPESAS)	221.925.544,74

DESPESAS X RECEITAS

DESCONTOS DUPLOS MAIO e JUNHO DE 1993

DESPESAS

TRANSPORTES	1.103.908.000,00
CONJUBS PAGOS NAS ASSEMBLÉIAS	870.333.000,00
IMPRESSÃO (POSTAGENS, DIVULGAÇÕES, COMUNICAÇÃO TELEFÔNICA, ETC.)	348.501.031,00
SINDICAL (ENCONTROS E REUNIÕES, EMPRESTIMOS PAGOS, ETC.)	77.369.010,00
INFRAESTRUTURA (DESPESAS MIÚDAS DIVERSAS)	2.400.159.041,00
TOTALIZAÇÃO	2.800.250.082,00

RECEITAS

CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS (DESCONTOS DUPLOS MAIO - JUNHO/93)	2.343.876.915,00
OUTRAS RECEITAS (JUROS S/APLICAÇÃO FINANCEIRA)	38.940.669,00
TOTALIZAÇÃO	2.382.817.584,00

RESUMO

TOTAL DA ARRECADAÇÃO	2.382.817.584,00
TOTAL DAS DESPESAS	2.400.159.041,00
DÉFICIT	(17.341.457,00)

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 1992

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa Geral	C/R\$ 11.224.444,00	Exigíveis a Curto Prazo	C/R\$ 9.900.130,00
Depósitos Bancários	C/R\$ 11.224.444,00	Fornecedores - Diversos	C/R\$ 8.900.130,00
Banco do Estado de São Paulo S/A	C/R\$ 1.268.325,81	Emprestimos a Pagar	C/R\$ 63.990.000,00
Banco de Mineração	C/R\$ 1.268.325,81	Outras Contas a Pagar	C/R\$ 50.200.200,00
Contas Correntes de Férias	C/R\$ 848.571,80	Manutenção C.U.T. - a Pagar	C/R\$ 82.944.372,81
Contas Correntes	C/R\$ 848.336,38	Manutenção C.M.T.E. - a Pagar	C/R\$ 48.234.334,17
Banco de Esportes	C/R\$ 1.834.807,08	Obrigações Sindicais	C/R\$ 108.930.806,78
	C/R\$ 30.889.118,13	Obrigações e Salários a Pagar	C/R\$ 33.258.280,86
REALIZÁVEL		Provisões Sociais a Recolher	C/R\$ 11.313.801,99
Emprestimos a Terceiros	C/R\$ 1.270.000,00	P.O.T.E. a Recolher	C/R\$ 4.971.815,00
Contas Correntes a Receber	C/R\$ 1.270.000,00	P.a. S.F.M.S. a Pagar	C/R\$ 1.230.774,68
	C/R\$ 1.270.000,00	R.F. a Pagar	C/R\$ 5.543,38
	24.629.118,13	Obrigações Sociais	C/R\$ 50.430.823,47
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			C/R\$ 218.322.885,23
Investimentos	C/R\$ 22.824.951,81		218.322.885,23
Participações em Empresas	C/R\$ 3.428.134,73	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Aplicações Diversas	C/R\$ 24.251.086,54	PATRIMÔNIO, RESERVAS E SUPERÁVIT	
	24.251.086,54	Patrimônio Próprio	C/R\$ 78.215,00
ATIVO PERMANENTE		Reserva de Retenções Espec. Anteriores	C/R\$ 34.408.845,43
Imobilizado	C/R\$ 6.552.481,12	(-) Déficit do Exercício	C/R\$ 138.814.774,16
Terrenos	C/R\$ 18.222.844,89	Superávit/Déficit	C/R\$ 104.068.715,88
Edifícios	C/R\$ 23.087.708,74		104.068.715,88
Instalações e Acoplamentos	C/R\$ 44.122.883,54		
Equipamentos de Informática	C/R\$ 1.325.000,00		
Móveis e Equip. of Escritório	C/R\$ 15.474.060,00		
Veículos e Transportes	C/R\$ 28.480.251,00		
Instalações e Linhas de Transmissão	C/R\$ 3.258.286,88		
Telefones e Circuitos de Luz	C/R\$ 4.830.300,00		
Instalações e Linhas	C/R\$ 87.548.274,32		
	C/R\$ 120.806.380,08		
TOTAL DO ATIVO	C/R\$ 118.257.948,87	TOTAL DO PASSIVO	C/R\$ 118.257.948,87

São Paulo, 31 de Dezembro de 1992
 Parecer do Conselho Fiscal: BOMOS PELA APROVAÇÃO

Assinaturas e rubricas dos responsáveis financeiros e contábeis, com o texto: "ACESSO DO BARTHO FERREIRINHO/AFUSE/93 Nº 21.799.219 - RUBRICAS LEGITIMADAS P/AFUSE Nº 2.045.543 - RUBR. DE LOM. BARTHO/AFUSE/93 Nº 20.804.811"

Figura 129 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.10). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

EDUCAÇÃO

MAIS VERBA PARA A EDUCAÇÃO: SAIBA QUEM É CONTRA OU A FAVOR

Todos os países desenvolvidos chegaram à esta condição após investimentos maciços na Educação. Sabemos que a Educação é e sempre será o pilar da constituição de uma sociedade digna, se quis educar é investir em um futuro próspero para toda a população.

Os discursos de platique, que sempre apelam para a defesa da Educação, nunca passaram de meras promessas. Foi assim com Flórez e com diversos políticos no Brasil. Só a luta consciente de todo um povo poderá mudar essa triste realidade.

Nós, funcionários da Educação, envolvidos diretamente no processo, sabemos esses efeitos na própria carne, porque os mesmos funcionários do Governo não investiram em obras que, com certeza, só visam os votos

da população, procurando com isso, monopolizar o poder nas mãos da classe dominante e em benefício próprio.

O imposto recolhido pelo Governo do Estado, não é, o orçamento, para ser utilizado para as atividades básicas, primeiro o Governador (flórez) propõe através da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) como deverá ser gasto essa arrecadação. Depois, caberá aos Deputados a aprovação das propostas, com emendas ou não.

A AFUSE, enquanto Entidade representativa dos funcionários da Educação, acompanha o processo de votação na Assembleia Legislativa em apoio à emenda apresentada pela AFEDEOP, que ampliou para 30% do orçamento o investimento na Educação.

buscando com isso, melhorias no setor.

A pressão sobre os Deputados foi organizada no dia-a-dia com as Escolas da Educação e demais se-

tores da sociedade, que auxiliaram a defesa da Escola Pública e mais investimentos na área. Por isso, acompanhe na relação abaixo, como foi o voto de cada Deputa-

do. Pois, conforme nós sabemos na luta durante o impeachment do ex-Presidente FERNANDO COLLOR, "O POVO ELEGE - O POVO DERRUBA".

LISTA DOS DEPUTADOS QUE VOTARAM CONTRA OU A FAVOR DA EMENDA Nº7, QUE DESTINAVA 30% DO ICMS PARA O ENSINO DE 1ª E 2ª GRAUS

Table with columns for 'A FAVOR: 38' and 'CONTRA: 57'. Lists names and political parties of deputies who voted for or against the bill.

RESPOSTA AO Sr. SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, FERNANDO DE MORAIS

O Secretário da Educação, Fernando de Moraes, escreveu um artigo em uma publicação da Secretaria da Educação intitulada "ESCOLA PÚBLICA", algumas observações que não correspondem à realidade!

No referido artigo, ele afirma que a "paralisação dos funcionários da Educação foi uma atitude desnecessária", já que, segundo o Secretário, "não havia motivos para o rompimento do processo de negociações", pois com o magistério chegava-se a um reajuste de "80% dividido entre os meses de maio e junho" — e que, "a vítima de uma paralisação nunca é o Governo, mas o aluno", afirmava.

Para a AFUSE, que representa e organiza qualquer movimento dos funcionários da Educação, fica uma dúvida: para quem o Secretário da Educação escreveu esse artigo? Teria sido aos grevistas? Bem, nesse caso, mais uma vez, o Secretário está equivocada, porque a categoria sempre foi parte integrante das negociações, e nunca rompeu nenhuma negociação! Muito pelo contrário: as nossas reivindicações é que nunca foram atendidas!

Obviamente, as páginas do nosso jornal têm que ser utilizadas com assuntos bem mais políticos que do que ficar contradizendo o Secretário da Educação. Mas por outro lado, não podemos deixar de analisar esse artigo, porque o silêncio

seria o mesmo que concordar com o que foi escrito.

Vamos destacar algumas das afirmações feitas pelo Secretário: 1º "Em maio convivemos com um movimento de paralisação de servidores que prejudicou o andamento de algumas Escolas"

Resposta: em primeiro lugar, não era intenção dos funcionários prejudicar o andamento das Escolas, porque estamos lutando para que as Escolas Públicas não acabem por falta de funcionários! Além disso, nós não paralisamos apenas "algumas escolas", conforme o diz o artigo. O nosso movimento teve quase 80% de adesão, chegando às Escolas completamente vazias e sem as mínimas condições de funcionamento! Durante o nosso movimento fomos capta de vários jornais, que denunciavam a calamidade em que se encontra a Educação. E todos nós sabemos que a imprensa não noticia o que não ocorre!

2º "A vítima de uma paralisação nunca é o Governo, mas o aluno"

Resposta: na verdade, nós (alunos e funcionários) é que somos vítimas de um MAL GOVERNO, porque ninguém fez GREVE pelo simples

fato de paralisar! Nós brigávamos por melhores condições de vida e por um salário digno!

3º "O magistério teve um reajuste de 80% dividido entre os meses de maio e junho"

Resposta: com o magistério houve a negociação dos salários. Com os funcionários, o Sr. diz que isso fazia parte da política salarial, e que essa era discussão com o Secretário da Administração, Miguel Tebar, ou seja, conosco só era discutido as gratificações. Ou melhor, não nos conhecem a gratificação do salário de junho!

4º "Nosso compromisso, desde o primeiro dia de Governo, é negociar - negociar sempre"

Resposta: nossa GREVE terminou no dia 20/05. A resolução que fez dos dias parados e do salário extraordinário só saiu no dia 12/06, ou seja, 22 dias após o término da GREVE! Fora isso, nós sempre fomos recebidos na Secretaria da Educação pelos assessores. Apenas durante a GREVE é que vimos a cara do Secretário da Educação em uma reunião.

Realmente, não parece que o compromisso do Governo do Estado é "NEGOCIAR - NEGOCIAR SEMPRE".

Figura 130 – Jornal da AFUSE, ano VIII, nº 8, julho 1993 (p.11). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 131 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Nesta edição ESPECIAL DO JORNAL DA AFUSE, vamos mostrar a migalha em que se transformou o salário do funcionalismo. A miséria, corrupção, injustiças salariais e que hoje tomam conta do Estado, prejudicando a educação, saúde e outros serviços sociais. A ânsia e ganância do governador Fleury em ser presidente da República, gastando milhões em propaganda, para mostrar o que fez e esconder o que não fez.

FLEURY: O SANTO PADROEIRO DO BANESER!!

No Brasil, a classe trabalhadora convive diariamente com as várias denúncias de corrupção do Congresso Nacional, onde a CPI descobre que o uso do dinheiro público está enriquecendo mais as empresárias e o bolso de alguns deputados.

Em São Paulo, a situação não muda muito: o Governo Fleury, utilizando a máquina do Estado como se fosse sua, usa o BANESER como forma de promoção pessoal de seu partido, além dos apadrinhamentos políticos.

Quer dizer: quem não tem capacidade, autoridade ou liderança para deslanchar, politicamente, só tem como saída comprar posições, dando-lhes emprego sem concurso, garantindo-lhes bom salário, tickets-refeição e um plano de saúde.



Restas uma pergunta: para que serve o concurso? Na verdade, nesse aspecto de corrupção, o Governo só perde para seu partido, o PMDB, que indica esses apadrinhados, sorteados pela "loteria do favor".

O que acontece através do BANESER em nada se difere da falta de compromisso que ronda o Congresso Nacional.

Sabe qual é o salário inicial de um funcionário do BANESER em uma Delegacia de Ensino? 126.800,00. Sabe quanto ganha um servente de escola? 51.350,00!

Mas isso, assim como outras injustiças, não interessa, já que trata-se de funcionários concursados, "puxa-sacos" do Governo ou de seu partido!!!

MERENDA ESCOLAR, RATOS E MORTE DE UMA FUNCIONÁRIA!!

Em Sorocaba (interior do Estado), segundo reportagem publicada no jornal local *Cruzário do Sul*, funcionários de escola encontraram ratos onde era guardada a merenda escolar. Dias depois, uma funcionária morreu com LEPTOSPIROSE, com graves indícios de ter contraído a doença na escola onde trabalha, já que em sua casa nunca houve rato.

CONCLUSÃO: além dos baixos salários pagos pelo Governo do Estado, os funcionários não têm as mínimas condições de higiene. Por isso, muitos abandonam a escola pública, pois o descaço por parte da Secretaria de Educação - que não concede lúxus e outros objetos necessários para a limpeza do ambiente escolar - torna o trabalho muito perigoso!!

TRANSFERÊNCIA OBRIGATORIA PARA OS FUNCIONÁRIOS

Na maioria das escolas do Estado, quem desenvolve o trabalho na cozinha são os auxiliares de serviço e as serventes. Agora, com a falta de merenda, muitos excipientes que vieram de outras escolas, através da redução no número de salas, serão transferidos. Com isso, muitas escolas vão ficar sem merendas.

PERGUNTAR NÃO OFENDE. Sr. secretário de Educação, quem vai fazer e servir a merenda? As escolas têm módulo para merendeira? EX: a cada dez classes, uma merendeira. Pelo que nos consta não existe! Bem, já que é assim, a servente e o auxiliar de serviço, que cuidam de dez classes, também têm que servir a merenda?

DOIS CORPOS SÓLIDOS NÃO OCLUPAM O MESMO ESPAÇO

TRADIÇÃO: como é possível 35 alunos caberem em uma sala com 28 ou 30 metros quadrados? Tem aluno que está sentando em baixo de mesa, comendo o pão morno de ficar com problemas nas vísceras, além de impedir a passagem do professor, que chega a tropeçar no próprio aluno! É a responsabilidade da Secretaria de Educação exigir 35 alunos por sala de aula!

No projeto de construção das escolas, a previsão era de 30 alunos por classe, reservando 7 metros quadrado para cada um deles. Por isso, a Secretaria de Saúde está sendo solicitada em algumas regiões, pela contumácia, que procure prevenir e solucionar o problema!

EXPEDIENTE

Jornal da AFUSE é uma publicação mensal do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação

Presidente: José Jorge Pereira
Vice-Presidente: Benedito Ramos Costa
Secretário-Geral: Mauro S. de Souza
1º Secretário: Alberto de Souza
Tesoureiro: Izabela Duarte
2º Tesoureiro: José Valter
Diretor de Legislação: Celina Vivaldino
Diretor de Imprensa: Ademar Rodrigues
Diretor de Propaganda: Otávio Patrício
Diretor de Expediente: Carmelina Riquelme
Diretor de Cultura: Nelson Augusto
Diretor de Publicidade: Francisco Serafin

Diretor de Form. Sind.: Maria das Dores R. Reis

Diretor de Cadastro: Maria Joana Honorato
Diretor de Convênios: Helena Lima

DIRETORES DE SUBSEDES

Capital: Reinaldo P. Biscueto
Interior I: Nádias de Araújo
Interior II: Sérgio Calisto
Interior III: Antonio G. Souza
Interior IV: Lázaro Franz

Interior V: Luiz Dezini

Interior VI: Sebastião S. Oliveira

Jornalista: Marcelo Chagas

Diagramação: Marco A. Santos MTS 22.898

Composição Laser: Marcos Rueda

Impressão: Gráfica da AFUSE

Endereço: Rua Joaquim Teóphilo, 319 - V. Mariana - SP CEP 04015-000 - Fone: 570-8858

OBS: TODAS AS MATERIAS SÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DO SINDICATO

FOTO DE CAPA: CELINA VIVALDINO

Figura 132 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994 (p.2). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

GOVERNO DO ESTADO

FLEURY E O AUMENTO DO JUDICIÁRIO

O Fleury passou três longos anos dizendo a mesma coisa: **O REAJUSTE QUE ESTÁ SENDO CONCEDIDO É O MÁXIMO QUE OS CÖFRES PÚBLICOS PODEM SUPORTAR.** Agora, de repente, concede um aumento esorbitante para o JUDICIÁRIO, beneficiando, principalmente, juizes e promotores. Eles, diferente do resto do funcionalismo, não precisam se mexer. Nós e os professores tivemos que fazer GREVE em 1993 para arrecadarmos algumas migalhas. Por que esse aumento para o JU-

DICIÁRIO? Será por causa dos processos que o Fleury tem na justiça ou será que o JUDICIÁRIO trabalha mais que nós?

Todos sabem que qualquer "aumento" conseguido pelo outros setores do funcionalismo, foi através das lutas.

O reajuste que deveria ser igual para o funcionalismo, teve sua maior parte direcionado para um único setor.

Para o Governo Fleury, é melhor dividir 49% da arrecadação entre 20 MIL servidores "ortodoxos", deixando os outros 700 MIL, com 51%.

QUÉRCIA E FLEURY OU FLEURY E QUÉRCIA?



QUÉRCIA/FLEURY: A UNIÃO FAZ O ARRABOÇO

Mais uma vez, volta não cenário o ex-governador Orastes Quercia. O mesmo que começou na política com um FORD BIOCIDE e hoje acumula, segundo a revista VEJA, uma fortuna estipulada em 50 MILHÕES DE DÓLARES.

Mas não é só o fato de Quercia ter a pretensão de ser presidente da República que o trouxe aos noticiários. Na semana passada, Quercia e Fleury foram intimados a depor no STJ (Supremo Tribunal de

Justiça) para esclarecer a compra -sem licitação- de armas de Israel para a Polícia Militar de São Paulo. Segundo os cálculos apresentados, o total da transação foi de 310 MILHÕES DE DÓLARES!!

Passam os Governos mas a história é sempre a mesma. O funcionalismo público amarga e convive o atrocho implantado através de uma "política salarial" arrasadora. Enquanto isso, aquilo que deveria ser convertido em benefícios para nós, que carregamos este Estado nas costas, é desviado para o bolso daqueles que só querem, através da máquina, enriquecer.

FLEURY O GRANDE EMPRESÁRIO DO BOXE: O.A.E. x O.S.E.

Fleury tenta promover a maior luta na educação entre o O.A.E. e o O.S.E., pagando salários diferenciados até para a mesma função. Ou seja, todos trabalham

8 horas por dia, desempenham a mesma função, mas, no final, recebem salários diferentes! Qual seria o interesse em criar desarmonia dentro da escola?

É acabar de afundar a escola pública? Já não basta as crianças fora da escola? Além dos baixos salários, o senhor ainda que ver o circo pegar fogo!!!

É AINDA:

INJUSTIÇA COM OS APOSENTADOS

A REGRA DO GOVERNO PARA COM O FUNCIONALISMO É UMA SO. DIA ELE DÁ AUMENTO ONDE PODE TER PROVENTOS PARA AS CATEGORIAS QUE MAIS SE MOBILIZAM. FICANDO CLARO QUE, ESSE AUMENTO NÃO DEPENDE AS PERDAS E AI, O QUE O APOSENTADO PODE ESPERAR DESSE GOVERNADOR PODE SER TUDO, MAS SALÁRIO É QUE NÃO É!! NÃO EXISTE A MÍNIMA SENSIBILIDADE PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA DO APOSENTADO.

ESCULHAMBANDO COM A SAÚDE

FLEURY, COMO SE NÃO BASTASSE O ENGATEAMENTO DA EDUCAÇÃO, QUER APANHAR COM A SAÚDE PÚBLICA! HOJE, HÁ UMA FALTA DE 2.200 MÉDICOS, QUE ABANDONAM O SERVIÇO POR CAUSA DOS BAIXOS SALÁRIOS, ESTIPULADOS EM CEM R\$ 000,00, MAS NÃO PARA POR AI. O GOVERNO QUER DESMORNOAR MAIS DE MIL LETOS, SENDO GRANDE PARTE NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE SÃO PAULO. CIDADÃOS POR SUA VEZ, TAMBÉM NÃO SUPORTAM O ARRABOÇO. PARA ELLES, É MUITO MELHOR ABANDONAR O FUNCIONALISMO E IR EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E SALÁRIO.

UM ROMBO QUE VAI FICAR NA HISTÓRIA DO ESTADO!!

NÃO VAI DEMORAR MUITO PARA O GOVERNO FLEURY SER CONSIDERADO O MAIOR ROMBO DO MUNDO! POR MAIS INCRÍVEL QUE PAREÇA, É O ÚNICO QUE VAI CONSEGUIR FALAR COM QUE AS GRATIFICAÇÕES ENULAM O SALÁRIO-BASE. QUEM DIZER, O QUE DEVE SER MAIOR, AGORA, SENDO ENULADO PELO MENOR, ATÉ DESAPARECER!!

SAL-BASE X GRATIFICAÇÕES

MES	SAL-BASE	GRATIF.
NOVEMB	23,02%	66,73%
DEZEMB	23,02%	66,73%
JAN	23,02%	66,73%
FEV	23,02%	66,73%
MAR	23,02%	66,73%

Figura 135 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994 (p.6). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

GOVERNO FEDERAL

URY - UM PLANO ECONÔMICO OU DIABÓLICO?

A história é sempre a mesma: novo plano, onde os preços das mercadorias ficam de acordo com a vontade e necessidade dos empresários, e os salários, como não podia ser diferente, é controlado pelo Governo.

O ministro Fernando Henrique Cardoso começou devagarinho, propondo corte nas verbas públicas, incluindo educação e a saúde, procurando diminuir o déficit público, isto é, as despesas básicas prestadas à população pior do que já estão. Com isso, os trabalhadores terão menos acesso à saúde e educação, dependendo muito mais dos serviços particulares.

Diante disso, seria natural que o seu salário subisse, mas não! Vai diminuir, porque é a média dos quatro últimos meses. Enquanto os preços eram corrigidos acima da inflação, os salários eram corrigidos descontando-se dez pontos percentuais da inflação, é claro que sua média será menor que a dos preços que continuam sendo livremente remarcados. Basta ir ao supermercado para ver.

Por outro lado, o exemplo da estabilização argentina, que é idêntica à nossa, não nos deixa muito animados, já que o déficit público tem obrigado o Governo a privatizar a maioria dos serviços públicos, tentando tapar o buraco na

economia deixado pelo plano Cavallo.

No caso do plano brasileiro, a situação é muito parecida, pois de qualquer ângulo que você olhe o trabalhador está perdendo. Além disso, ao invés do governo aumentar a arrecadação através do combate aos grandes sonegadores, joga a responsabilidade nas costas dos menos favorecidos.

E o funcionário público também perde porque paga tudo mais caro como o resto da população, sem contar que o tal plano dá chance ao Governo do Estado de escopelhar como irá arrochar o nosso salário ainda mais!

Existem fatos, inesplicáveis no Brasil: em todos os países do mundo a elevação salarial significa aumento no consumo, que por sua vez, gera maior produção e, consequentemente, maior

números de empregos. Com isso, os preços dos produtos diminuem. No Brasil, esta prática não dá resultado, já que todo dinheiro é desviado para o bolso dos empresários e banqueiros.

GREVE GERAL!

O Congresso Nacional, com raras exceções, está lotado de corruptos; a economia brasileira é controlada pelas grandes empreiteiras, que compram deputados e dirigem os rumos do nosso país; nosso presidente da República é ruim de administração, de samba e, principalmente, de decisão; políticos tradicionais, como Quêrcia, Maluf, Sarney, Fleury etc, estão todos respondendo processos judiciais ou metidos em denúncias, mas circulam livremente no cenário nacional.

Agora, lá vem o Governo com seu plano econômico que piora a situação dos trabalhadores!

Qual a saída para a classe trabalhadora? Não tem outra senão a GREVE GERAL.

Portanto, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) está organizando uma grande paralisação para a segunda quinzena do mês de março. Segundo o presidente da CUT, Jair Meneguelli, "esta é a melhor maneira de darmos um basta à situação ridícula a que os salários foram submetidos".



SAIBA A OPINIÃO DOS LÍDERES SINDICAIS



VICENTE PAULA DA SILVA, O VICENTINHO

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e membro da Executiva Nacional da CUT.
O trabalhador vai perder com o novo plano econômico do ministro Fernando Henrique. O plano significa perda salarial por se acabar com qualquer política salarial, não promove crescimento econômico e não cria novas empresas. Mas não para por aí. Além do plano perder uma exploração nos preços dos produtos, se imposto à sociedade sem nenhuma negociação com o movimento sindical.

GILMAR CARNEIRO

Presidente do Sindicato dos Bancários e membro da Executiva Nacional da CUT.
Perde. O trabalhador perde imediatamente, porque para calcular seu salário de março está sendo suprimido um mês de inflação. Com isso, ele é obrigado a renunciar ao salário que contratou com o empregador e adotar uma média do valor recebido que esse salário teve no final de cada mês, de novembro a fevereiro. Quanto mais baixo o salário do trabalhador, mais ele perderá também com a exposição dos preços da cesta básica no final de fevereiro.
Ao longo dos próximos meses ele continuará perdendo, já que enquanto vigorar a URY, tenderá a aumentar o desemprego em decorrência do aumento das taxas de juros, já prometido pelo governo. E porque, quando vier a inflação na nova moeda, o real, o seu maior salário, o de "pico", será esse salário de março, a média de seus salários mais baixos dos últimos quatro meses.



JAIR MENEQUELLI

Presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores).
Mas uma vez os salários foram reduzidos à "média" dos últimos quatro meses. Só os muito ingênuos, ou os muito mal-informados, acreditam que a fórmula não implica arrocho. A inflação, todos sabem, não cessa após os planos.
O salário convertido na nova moeda vai sendo corroído pouco a pouco e a antiga "média" transformada em uma nova "média", a partir de qual sucedem-se novas perdas. Foi assim desde 1938.

Figura 136 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994 (p.7). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

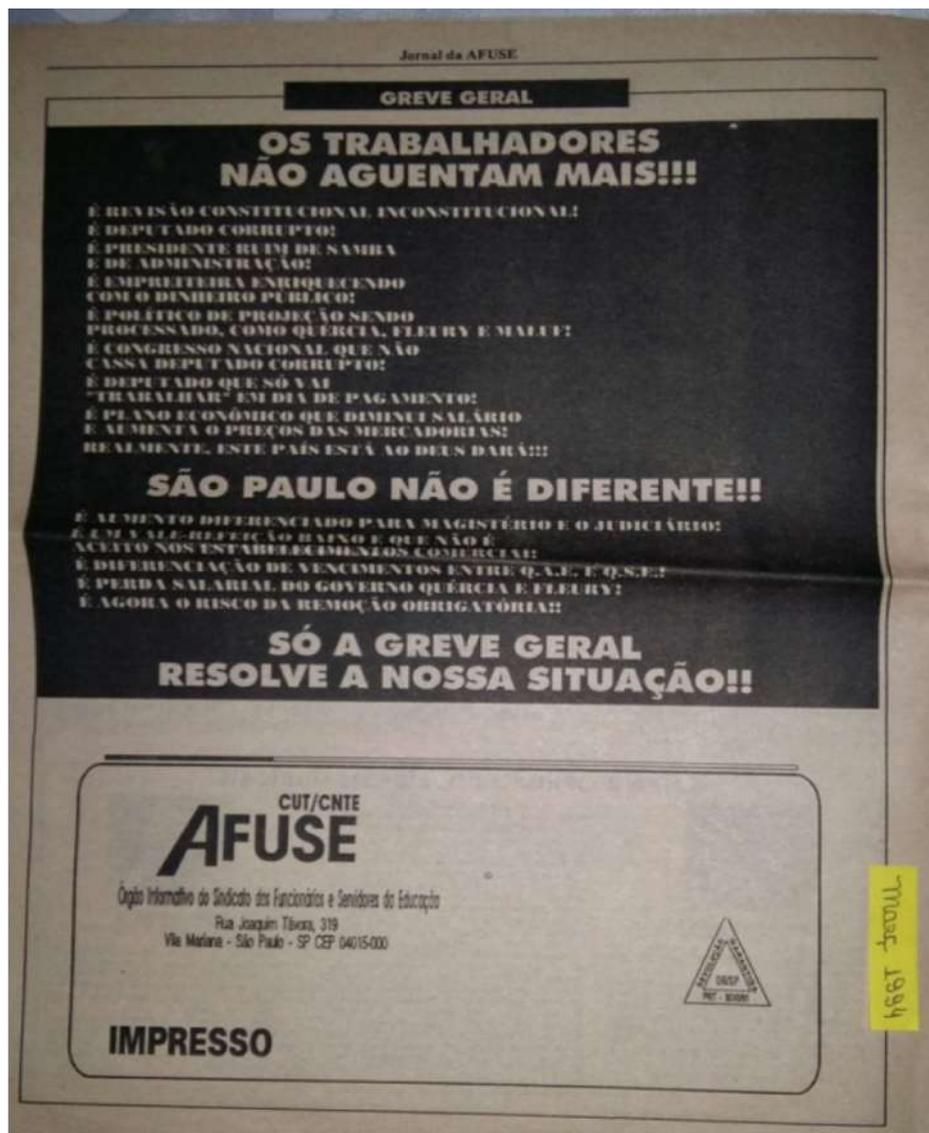


Figura 137 – Jornal da AFUSE, ano IX, nº 2, março de 1994 (contra capa).
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

CONVOCATÓRIA GERAL DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 1995

REUNIÃO PESSOAL DE DEs E DREs

9:30 HORAS - Reunião do Pessoal de Delegacia e Divisão Regional (TODOS)

LOCAL - SINDICATO DOS QUÍMICOS

RUA TAMANDARÉ, 348 - (METRÔ SÃO JOAQUIM)

ASSUNTO: Como fica a situação dos Funcionários das DREs e a nova organização da DEs? Propostas.

C.R - CONSELHO DE REPRESENTANTES

11:30 HORAS - Reunião do Conselho de Representantes

LOCAL - SINDICATO DOS QUÍMICOS

RUA TAMANDARÉ 348 - (METRÔ SÃO JOAQUIM)

PAUTA: 1º-Campanha Salarial, 2º-Reivindicações Específicas, 3º-Implantação dos Núcleos de locais de Trabalho dos Trabalhadores em Educação, 4º-Questão das DEs e DREs.

AUDIÊNCIA

16:00 HORAS - 1º-Audiência com a Secretária da Educação, 2º-Entrega dos Abaixo Assinados da Comunidade Escolar (Presença do C.R.), 3º-Apresentação das Reivindicações Específicas da Categoria, 4º-Problemas que dizem respeito aos Funcionários de DIVISÕES REGIONAIS e organização das DELEGACIAS DE ENSINO.

OBS: Reunir os Abaixo Assinados da Comunidade Escolar até o dia 31/01/95.

A Diretoria
1001/94

Figura 138 – Panfleto de convocatória geral da AFUSE para 10 de fevereiro de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



**AO REPRESENTANTE
DA AFUSE DESSA
UNIDADE DE TRABALHO**

São Paulo, 2 2da janeiro de 1995

**VAI DEPENDER MUITO DE VOCÊ
O SUCESSO DESTA TRABALHO!!**

TOME AS SEGUINTESS PROVIDÊNCIAS

1ª - Leia este material em conexão, aos funcionários, professores e diretores.

2ª - Procure articular uma reunião com todos os trabalhadores da educação de sua Unidade de Trabalho. Não é possível que não sobre ao menos um tempinho para isso.

3ª - Em primeiro lugar, os funcionários precisam saber que o sindicato tem que ser dele, porque é justamente ele quem recebe o seu salário, menos que o professor e o diretor.

4ª - Pergunte se alguém tem vontade e condições de enfrentar o Governo sozinho ou preferir ter o apoio daqueles que, dentro do Magistério, acreditam que o trabalho tem que ser igual para todos.

UMA COISA É CERTO: não é dinheiro, dinheiro ou dinheiro em consider que vai melhorar o nosso salário. É o CUT. Pense bem. Se não for possível fazer isso dentro das Escolas, DUs e DNEs, procure então enfrentar o Governo, que tem tudo o que dispõe para o Governo só mudar de posição quando há luta! Veja o exemplo dos metalúrgicos, comerciantes, petroleiros. É preciso insistir para ser notado!

PASSA UMA MENSAGEM DE OTIMISMO - A AFUSE, depois de 9 anos no ativo, conta com 25.000 associados, o que significa 37% de toda a rede! A ANCOESP, por sua vez, com 47 anos de existência, tem 44% da base associada. Quer dizer: estamos no caminho certo. Hoje, os funcionários da educação estão com pouquíssimo dinheiro no bolso, mas não aceitam mais o papel de subalternos de "pau mandado" neste Estado. Somos líderes dentro do setor da educação e no movimento sindical. Ou seja, nós temos nesse espaço garantido em qualquer decisão de peso que envolva entidades do funcionalismo. Além disso, estamos lutando dentro do CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) para criar uma organização à nível nacional e isso é um exemplo para o avanço dos funcionários.

OS FUNCIONÁRIOS DESSA UNIDADE DE TRABALHO - Seja uma unidade de periferia, de região, onde quer que esteja, você é o centro da AFUSE. Portanto, é um dos responsáveis pelo resultado que se conseguir até agora e pelo que se pretende conseguir!!

IMPORTANTE - agora, ligar ao 373-3793, estão mais três linhas de telefone, o que dá um total de quatro, facilitando a comunicação. Com isso, a AFUSE CENTRAL pode falar ao mesmo tempo com quatro regiões!!

MAS LEMBRE-SE: os associados devem esclarecer todas as suas dúvidas com os Diretores de Subseções de suas regiões. **DIVULQUE O NÚMERO DO SEU TELEFONE.**

UM FORTE ABRAÇO A TODOS

A DIRETORIA - janeiro/95

Figura 139 – Informativo da AFUSE sobre salários dos funcionários de escola de 02 de janeiro de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer (verso).

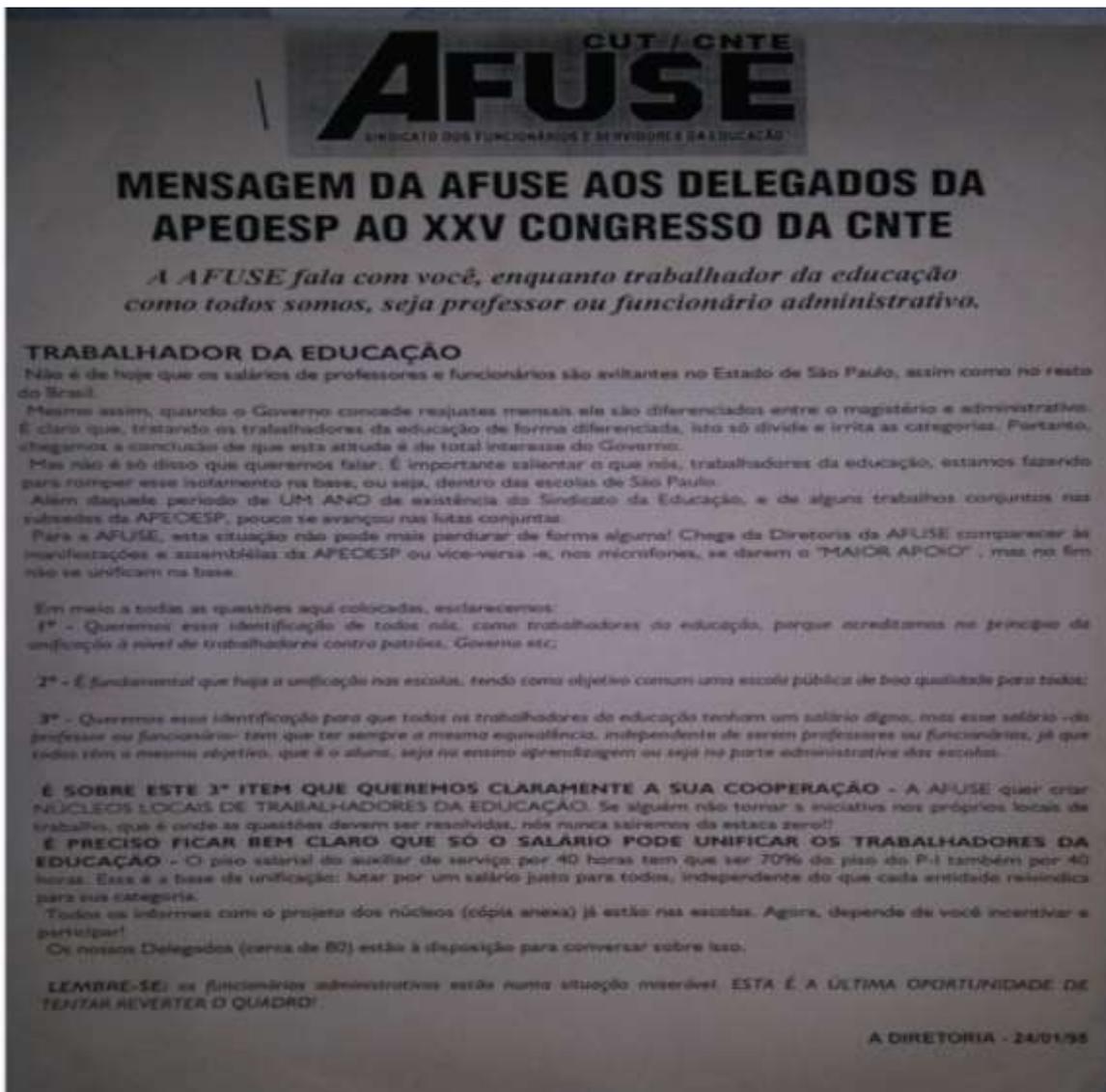


Figura 140 – Panfleto da AFUSE com mensagem aos delegados da APEOESP ao XXV congresso da CNTE de 24/01/1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

AFUSE
Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação

PARA O GOVERNO, O PISO SALARIAL DO MAGISTERIO E FUNCIONARIO DEVE SER DIFERENCIADO

O PISO SALARIAL DO FUNCIONARIO DA EDUCACAO TEM QUE SER 70% DO PISO DO P-I

E SEM FUNCIONARIO E MAGISTERIO NAO HA ESCOLA!

SALÁRIO DO P-I POR 40 HORAS

70%
DO PISO DO P-I

PROPOSTA - A AFUSE propõe que seja criado o Piso Salarial do Magisterio e do Funcionário da Educação em 1995, com o objetivo de garantir a equidade salarial entre os profissionais da educação e os demais servidores públicos. A proposta prevê que o piso salarial do magisterio e do funcionário da educação seja de 70% do piso do P-I (Piso Inicial) por 40 horas de trabalho. Esta proposta é necessária para garantir a qualidade do ensino e a permanência dos profissionais na profissão.

F

JANEIRO							FEBREIRO							MARÇO							ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28
29	30	31					29	30	31					29	30	31					29	30	31				

7

F

MAIO							JUNHO							JULHO							AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28
29	30	31					29	30	31					29	30	31					29	30	31				

9

F

SETEMBRO							OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28
29	30	31					29	30	31					29	30	31					29	30	31				

5

Figura 141 – Cartaz da AFUSE sobre o piso salarial de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

O funcionário, professor e diretor trabalham juntos, no mesmo prédio, 8 horas por dia. Será que em 200 dias letivos não dá para parar um momento e conversar sobre salário e escola? Fazem exatamente 100 ANOS que existe a Escola Pública em São Paulo sem a união dos trabalhadores da educação! Vocês não acham que está na hora de mudar isso? Se acredita que sim, então leia esta proposta da AFUSE!!

SALÁRIO DO P-I POR 40 HORAS

↔

SALÁRIO DO FUNCIONÁRIO POR 40 HORAS SEMANAIS

70%

DO PISO DO P-I

PROPOSTA - A AFUSE esta propondo que esta Unidade de Trabalho crie um NÚCLEO LOCAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO, reunindo funcionários e professores com duas finalidades: 1ª Estabelecer, em todos os estabelecimentos de educação, tenham um salário de acordo com uma Escola Pública de boa qualidade; 2ª Que haja uma correspondência salarial entre os trabalhadores de educação, sendo que o piso salarial do funcionário, por 40 horas, seja sempre 70% do piso do P-I também por 40 horas.

Fazer criar o núcleo é muito fácil: todos aqueles que acreditam que a luta é uma só, devem fazer uma reunião até março e comunicar a AFUSE a criação do núcleo.

As comparações salariais dos professores e funcionários ocorrerão segundo o caminho traçado pela sua entidade. Mas que sejam respeitados os dois princípios da unificação, também - explicado acima.

EXEMPLO

SALÁRIO DO P-I = R\$ 381,99 - SALÁRIO DO AJUDANTE DE SERVIÇO POR 40 HORAS SEMANAIS = R\$ 199,00

CASO O AJUDANTE DE SERVIÇOS RECEBER 70% DO SALÁRIO DO P-I, SEU PISO SALARIAL DEVERIA SER DE R\$ 197,39!

SE O SALÁRIO DO AUX. DE SERVIÇOS CORRESPONDER A 70% DO P-I, POR 40 HORAS, TERIAMOS:

CLASSE	SALÁRIO	PERCENTUAL
P-I	R\$ 381,99	70%
P-II	R\$ 306,32	62,02%
P-III	R\$ 237,36	58,51%
DIRETOR	R\$ 197,39	46,37%

NO CASO DO AUXÍLIO, O SEU SALÁRIO DEVERIA SER DE R\$ 197,39, SE O SALÁRIO DO P-I FOR DE R\$ 381,99.

Figura 142 – Verso do cartaz da AFUSE sobre o piso salarial de 1995. Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

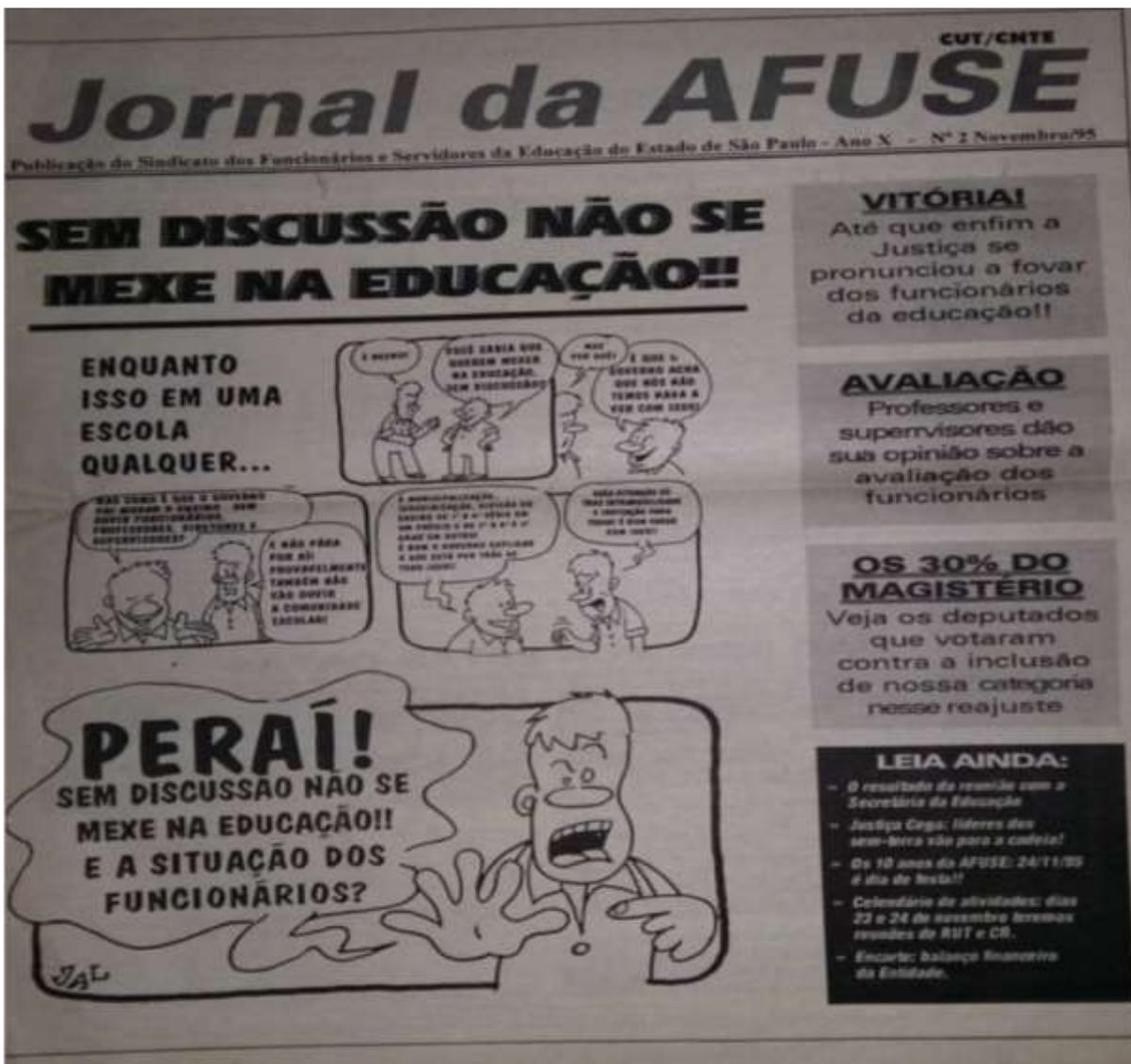


Figura 143 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

Cem anos de Escola Pública e dez anos da AFUSE!!

Considera-se que São Paulo tem pelo menos cem anos de Escolas Públicas. Como a AFUSE está completando só dez anos, podemos afirmar que os funcionários levaram noventa anos para criarem sua própria Entidade e se organizarem! Ou seja foram nove décadas sem discutir seu papel e sua importância no processo educacional ou uma integridade como categoria profissional que os unificasse. Um longo tempo de isolamento, que não apontava uma direção ou destino. Pior que tudo! Sem saber o que queriam ou o que cada um pensava!

E assim se passariam mais cem anos se em 1985 eles não mudassem o rumo da história, rompendo com as amarras do passado e traçando seu próprio destino.

Acompanhando o movimento de libertação e democracia chegamos a conclusão que o ciclo de obscurantismo e isolamento havia chegado ao fim! Juntando seus poucos recursos, mas munidos de muita força e vontade, fazem aquilo que parecia impossível: fundam sua própria Entidade, tirando serventes, inspetores de alunos, escriturários, secretários de escolas e outros do tímulo do silêncio e da obscuridade, pondo fim à obediência cega às autoridades como se não tivessem vontade própria.

Esta foi a grande marca da fundação da AFUSE: dar dignidade aos funcionários, integrando-os no seu verdadeiro papel de participantes do processo educacional.

Fato consumado! Os trabalhadores da educação têm sua própria Entidade reconhecida no Estado de São Paulo. É conhecida no Brasil todo. É reconhecida pelo Governo Estadual.

Hoje, nós, 25.000 associados, a segunda maior Entidade do pólo combativo do Estado de São Paulo, serventes, inspetores de alunos, escriturários e todos os demais só podemos usar uma expressão que alegre e traduz todo o nosso esforço em constituir um sindicato comprometido com a luta dos trabalhadores que ele representa: **VENCEMOS!**

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Rivaldo P. Souza
Vice-Presidente:
Sérvio Roberto Tosta
Secretário-Geral:
Daviery Lelis
1º Secretário:
Sérvio A. do Silva
Tesoureiro-Geral:
Nelson Quilho Santos
2º Tesoureiro:
Arlene R. Silva
Diretor-Geral de
Formação Política e Sindical:
Antonio G. de Souza
1º Diretor-Geral de
Formação Política e Sindical:
José Jorge Parodi
Diretor-Geral de Sindicalização:
Antonio Marcos Akemiçaga
Diretor-Geral de Imprensa:
José Vitor M. Pinto
Diretor-Geral de Legislação:
Carlos V. Araújo
Diretor-Geral da Sede São Paulo:
Maurício Lelis
Diretor-Geral da Capital:
Antonio M. de Lima
DIRETORES DE SEDE:
Inspetor E. Maria do Graça Souza
Inspetor B. Carlos C. Silveira
Inspetor M. Ubiracy Ramos
Inspetor DE. Carmem Rê de Almeida
Inspetor W. Antônio de Aguiar
Inspetor WB. Nelson A. do Silva
Inspetor WB. Antonio P. Siqueira
Inspetor WB. Anderson E. Pinheiro
Inspetor DE. Mário A. Figueiredo
Inspetor X. Carlos M. de Moraes
Assessoria: Marcela Chagas
Diagramação: Tereza C. Filho
Impressão: Sargraf

AFUSE - José Bonifácio, 239 - Vila Mariana
FONE: (011) 574-8288 FAX: (011) 589-0718

NÃO ESQUEÇA ESTAS DATAS

DIA 23 DE NOVEMBRO
(quinta-feira)

REUNIÃO DE REPRESENTANTES DE UNIDADE DE TRABALHO - RUT
(sem dispensa de ponto)

DIA 24 DE NOVEMBRO
(sexta-feira)

REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES (sem dispensa de ponto)
Horário: DAS 11:00 ÀS 17:30h
Local: Abimaq/Sindimaq
(Av. Jabaquara, 2.925 - Metrô São Judas)

▣ Pauta das duas reuniões:

- ▣ 1º - Reajuste proposto pelo Governo no dia 28/10/95;
- ▣ 2º - Reorganização da Rede Estadual;
- ▣ 3º - Outras reivindicações na área da educação.

DIA 28 DE NOVEMBRO (terça-feira)

Encontro Estadual dos Funcionários de Delegacias de Ensino
Maiores informações através do telefone (011) 574-8288

DIA 08 DE DEZEMBRO

(sexta-feira)

CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL

Local: Sede Central da AFUSE

Maiores informações você obtém através do telefone (011) 574-8288 c/ Tomada (ATE 3011/95) - APENAS 20 VAGAS!



DEZ ANOS NÃO SE FAZ TODO DIA!

DIA 24/11/95, SEXTA-FEIRA, A PARTIR DAS 20:00h, VAMOS COMEMORAR OS DEZ ANOS DA AFUSE E VOCÊ É NOSSO CONVIDADO! MUITA DANÇA, MÉRICA E UM BOM DATE-PAPER. NÃO LITIGAREMOS MAS TAMBÉM FESTELAMOS O ANIVERSÁRIO DE UMA ENTIDADE QUE CHERCE DIA-A-DIA!

CLUBE ADAMUS

18, Estádio de Jockey, 0309 - Jabaquara, São Paulo, SP, 05009-000
V. Mensal: R\$ 10,00 - inscritos e não inscritos
CASA: Rua Jabaquara, 2.925 - Metrô São Judas

AFUSE - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo

Figura 144 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (p.2). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO

A Secretária da Educação já anuncia aos quatro ventos esta reestruturação que implicará em extinção de escolas e agrupamentos de outras, ficando separadas as Unidades de Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) e as demais de 1ª e 2ª graus, já no ano de 1996. Isto resultará em algum nível de remanejamento de pessoal, que não sabemos exatamente a quem prejudicará. É preciso ficar alerta para garantir nossos direitos.

Quanto à municipalização, ou seja, deixar a responsabilidade do ensino diretamente por conta das prefeituras, sabemos que Secretária diz que neste momento trata-se de parceria com os municípios que precisam gastar 25% do orçamento com educação, o que não acontece.

Segundo levantamento da Secretária, a cidade fica com 80% das matrículas totais de Ensino Fundamental e do 1ª e 2ª graus. Os municípios aporiam com 20%. Neste caso, o Estado quer que os municípios arquem com um percentual maior das matrículas.

A Secretária tem ido ouvir a comunidade, apenas na forma em que lhes interessa. As discussões com as Entidades não houve, apenas foram informadas que a reforma ocorrerá.

Na última reunião que houve a Secretária afirmou e será distribuído cinco milhões de cartilhas. Também nos foi informado que haverá um dia de debate nas escolas, no mês de novembro, envolvendo funcionários, professores, diretores e a comunidade.

Sabemos que não basta ter boas ideias nos gabinetes, descoladas na realidade, porque a maioria dos Governos tem demonstrado o verdadeiro desastre das reformas impostas, como, por exemplo, o caso das escolas-padrão. Se não houver a participação dos trabalhadores e da comunidade, que também tem propostas, será mais um desastre.

Para nós, funcionários, considerados pelo Governo o elo mais fraco dessa corrente, temos que continuar firmando pé na nossa determinação de não sermos aliados do processo de discussões.

Ainda resta sobre nossa categoria a possibilidade concreta de o Governo iniciar um processo de terceirização, isto é, contratação de terceiros para executar algumas funções executadas por nós. Nós colocaremos contra essas propostas, que caminham no sentido de reforçar a intenção de privatização do ensino público.

Para tanto, precisamos discutir o conteúdo dessa reforma com a comunidade e com as demais Entidades da educação.

Nenhuma mudança educacional pode ser feita sem participação dos trabalhadores em educação e da comunidade!

Novos rumos para o IAMSPE

A AFUSE participará, com alguns delegados e três suplentes, do II Seminário do IAMSPE.

Durante o Seminário estaremos discutindo os rumos do IAMSPE, a partir de suas necessidades. Ou seja, o complexo hospitalar do Hospital do Servidor precisa ser recuperado para atender às demandas do funcionalismo e seus dependentes. É necessário que haja mais CEAMAS, com melhor atendimento, em mais locais de interesse.

Os comícios do IAMSPE com a Rede Hospitalar do Estado de São Paulo não crescem porque pagam apenas R\$ 2,00 por consulta. O IAMSPE vive basicamente de contribuições, já que o Estado participa com muito pouco.

Na verdade, o centro da questão a ser discutida é a decisão sobre a participação do funcionalismo na gestão do IAMSPE. Existem propostas de transformá-lo em Fundação ou em Autarquia Especial, criando-se Conselho Deliberativo, no qual participaram as Entidades dos servidores, representantes

de trabalhadores do Hospital do Servidor e do Governo do Estado. Existem também propostas de aumento de 2% para 4% e 0,5% por dependente.

A AFUSE está nessa discussão. Nós precisamos participar da gestão do IAMSPE, conhecer seus problemas e saber exatamente como são utilizados seus recursos, já que hoje ele se transforma em uma verdadeira "conta-preta", não sabemos a quantia de recursos existentes e como são utilizados.

AVALIAÇÃO

Com um processo truncado e nada esclarecedor, o Governo Casaca tenta diminuir vários funcionários da educação, querendo tirar os diretores de escola. Veja as opiniões da AFUSE e APEOESP sobre a avaliação:



"Ela gera inúmeras distorções"

"No processo de avaliação de desempenho de pessoas, o elemento subjetivo está sempre presente. Portanto, não como um processo de avaliação de desempenho de funcionários públicos realizado pelo Governo Estadual apresenta questões semelhantes para profissionais diferentes, gerando inúmeras distorções. Além disso, não sabemos se chegam os valores de cada ponto calculado muitas vezes e um clima de insatisfação nos unidades de trabalho."



"Essa avaliação é baseada em critérios irregulares"

"O processo de avaliação realizado pelo Governo é totalmente arbitrado do ponto de vista jurídico. Não consiste em avaliação, muito menos em processo administrativo. Não poderia, portanto, resultar em aumento ou exoneração de funcionários públicos algum. A própria avaliação a que foram submetidos os atuais funcionários é baseada em critérios obscuros e irregulares. Alguns diretores de escola sequer sabem que esse processo seria utilizado para diminuir professores e funcionários."

Figura 145 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (p.3). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

Educação

UM REAJUSTE QUE DESAJUSTA!

AVALIÇÃO

Com esta proposta o Governo Costou em la casa e comprou os funcionários da educação, adaptada com a greve no início do ano, no qual conquistamos o piso salarial de R\$ 141,00 para o escalão de salários e R\$ 150,00 para o escalão de escala.

Essa proposta no dia 28/10, deu-se por consenso no Dia do Funcionário Público, foi um verdadeiro desastre! Além das várias injunções cometidas com o funcionalismo, os pontos importantes NÃO PRESIDIA O FUNCIONALISMO CONSELHO LIM TUDO. Final Branca ainda não o movimento desajustado como os servidores da Escola, o que tem sido uma má notícia para os filhos do Governo e, finalmente, como vem ocorrendo o mesmo cenário, outros funcionários, como já sabemos, não foram incluídos de maneira de se basear para com os aposentados, diferenciando a situação como antes e depois.

Por proposta de AFUSE apoiada no CONASEP, os pontos conseguidos, são para os funcionários que trabalham no Escala de Vencimentos para todos os funcionários, anteriormente 16/10/95, que não foi feito com o reajuste.

Finalmente chegou à Assembleia Legislativa para os deputados aprovarem uma posição favorável ao funcionalismo, considerando também a esta proposta e, principalmente, desconsiderando o papel de intermediários no âmbito em cima do Governo estadual.

✓ **1ª MEDIDA - PISO SALARIAL DE R\$ 150,00**
No caso dos funcionários da educação, o reajuste pouco significa, já que o salário de serviços, que ganha R\$ 141,00 na escala (incluindo todos os gratificações), tem um piso salarial elevado para R\$ 150,00. Para aqueles que ganhavam mais de R\$ 150,00 a situação é bem pior, pois não terão nada de reajuste. O servidor da escola (S.A.E.) ganha um piso de R\$ 150,00 e não tem nada de aumento, inclusive da gratificação.

✓ **2ª MEDIDA - INCORPORAÇÃO DE UMA GRATIFICAÇÃO DE 35% AO SALÁRIO-BASE**
Com esta incorporação de uma gratificação, o grupo como que modifica 30% de valores no caso dos dependentes do ponto de vista da gratificação de uma (ou) servidor de escola. É um cálculo individual. Depende do número de crianças de cada um.

✓ **3ª MEDIDA - FINALMENTE ALGUMA JUSTIÇA COM OS APOSENTADOS!**
No ponto de medidas propostas pelo Governo, existe uma que trata especificamente dos aposentados. Com isso, os valores do GAE passam a receber a Gratificação dos Aposentados Administrativos Educacionais (GAEE), o que corresponde a 35% DO VALOR DO PÁRAGRÁFO INICIAL DO REFERÊNCIA DO RESPECTIVO CARGO OU FUNÇÃO, acrescido DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL.

QUE SERÁ PAGA SOMENTE AOS APOSENTADOS
Veja no tabela abaixo o valor atual da gratificação:

CARGOS DO O.S.E.	
CARGO	VALOR DA GRATIFICAÇÃO (R\$)
PROFESSOR DE SERVIÇOS	31,40
PROFESSOR	31,40
OFICIAL ADMINISTRATIVO	31,40
AGENTE ADMINISTRATIVO	31,40
OFICIAL DE MANUTENÇÃO	31,40

O aposentado do GAE passará a receber o Grupo Cargos de Apoio Escolar (GAE), correspondendo o 35% VALOR PERCENTUAL APLICADO SOBRE A REFERÊNCIA 14 DA ESCALA DE VENCIMENTOS DE CARGOS EM COMISSÃO, acrescido DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL. VALORES EXEMPLOS PARA O GRUPO CARGOS DE APOIO ESCOLAR:

CARGOS DO O.S.E.	
CARGO	VALOR DA GRATIFICAÇÃO (R\$)
SERVENTE DE ESCOLA	45,18
SUPLENTE DE ALUNOS	55,28
OFICIAL DE ESCOLA	64,63
SECRETÁRIO DE ESCOLA	69,18
ASSIST. ADM. ESC.	75,07

CARGOS DO O.S.E. DA ESCOLA

CARGO	VALOR DA GRATIFICAÇÃO (R\$)
PROFESSOR DE SERVIÇOS	45,35
OFICIAL ADMINISTRATIVO	53,35
AGENTE ADMINISTRATIVO	58,35

A MOVIMENTAÇÃO DA AFUSE APÓS O REAJUSTE DO MAGISTÉRIO



A Diretoria do Secretário de Educação, Palácio do Governo e na Assembleia Legislativa, em uma movimentação restando a situação dramática dos dependentes, no Conselho de Educação, e com Ricardo Tiqui, presidente da Assembleia.

Logo quando foi anunciado o reajuste de 30% para o Magistério, não se estendeu aos funcionários da educação, a Diretoria da AFUSE travou uma verdadeira batalha com o Governo e deputados na Assembleia Legislativa, restando contemplar a categoria com os 30%.

Acompanhe abaixo essa movimentação.

Dia 13/10 (sexta-feira) - A AFUSE se reúne com a Secretaria da Educação e cobra uma posição sobre o reajuste não ter sido estendido aos funcionários.

Dia 18/10 (quarta-feira) - Após ter marcado uma audiência urgente no Palácio do Governo, a Diretoria da AFUSE sai em direção à Assembleia Legislativa, acompanhada a movimentação dos dependentes.

Dia 19/10 (quinta-feira) - Na Assembleia Legislativa, a Direção da AFUSE presencia os gabinetes dos deputados e discute na Comissão de Educação, restando a proposta revalida dos funcionários em serem incluídos do reajuste.

Figura 146 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (p.4). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

AFUSE SE REÚNE COM A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

No dia 1º de novembro a Diretoria da AFUSE se reuniu com a Secretária da Educação, Rose Neubauer, para discutir os problemas da categoria. Durante a reunião foram discutidos vários assuntos, conforme você pode acompanhar abaixo:



Rose Neubauer, Secretária de Educação

Avaliação criou um verdadeiro caos na Rede Estadual de Ensino. É preciso reavaliar essa questão para não prejudicar ainda mais os funcionários da educação.

Resposta da Secretária - As avaliações que os funcionários recorreram e o diretor de escola reconsiderou, não resultarão em demissões.

Reorganização da Rede

Posição da AFUSE - É preciso discutir com clareza essa questão, já que mexe com a vida funcional de todos nós.

Resposta da Secretária - "É mau costume" afirmar que os funcionários serão prejudicados! Vai haver um dia de discussão em toda a rede para sabermos tudo que está relacionado à reorganização.

Questões Específicas

Posição da AFUSE - Existem várias questões que dizem respeito apenas aos funcionários administrativos da educação, que estão na nossa pauta geral de reivindicações.

Resposta da Secretária - Quer todos os assuntos no papel, para discutir só com a AFUSE os problemas. Segundo a Secretária, no ano de 1996 ela dará mais atenção aos funcionários.

DÁ PARA ACREDITAR EM TUDO ISSO?

Compareça à Reunião dos Representantes de Escola (23/11/95) e à Reunião do Conselho de Representantes (24/11/95). Lá, você terá todos os dados em mãos para saber o que fazer do seu futuro!!

RAPIDINHAS...

» Jornada Zumbi Pela Vida

A CEB Estadual realizou, de 08 a 13/11/95, a Jornada Zumbi Pela Vida.

A jornada, em comemoração aos 300 anos do morte de Zumbi, teve a participação de vários municípios, que realizaram o evento em São Paulo em a cidade de Apucarana do Paraná.

A AFUSE participou de toda a jornada com dois membros do Conselho: José Valter Marinho Pinto, o PVR, e Jorge Pinheiro.

É bom lembrar que a nossa ex-companheira Delys, que pertence à Diretoria Estadual da AFUSE, esteve na organização dessa jornada.

» Ensino Religioso

O Governo estadual, em 1994, implantou o Ensino Religioso nas escolas estaduais de São Paulo.

A Secretária de Educação criou uma comissão, da qual a AFUSE faz parte, para analisar o projeto.

A AFUSE já se manifestou contra o Ensino Religioso, defendendo que se cria na escola, sem compromisso com nenhum segmento religioso.

» Aquisição de Imóveis pelo IPESP

Apartir de hoje se está publicado no DOE, o Governo do Estado sobre licitações para aquisição de imóveis.

Se pretendo se inscrever no plano os interessados do IPESP, devem comparecer ao local indicado abaixo, no mês de dezembro, e preencher o requerimento.

LOCAL: Rua Bialdo Grossi, 81 - Jd. Jussara

HORARIO: 09:00 as 16:00h

INICIO: 20/10/95

TERMINO: Indeterminado

Maiores informações você pode ligar para o IPESP: 255-0634 / 255-0430.

» Vitória na Justiça

Tudo mundo sabe que muitos trabalhadores podem ganhar menos que um salário mínimo, não é mesmo? Mas no caso dos funcionários da educação, essa regra não se aplica, pelo menos até o momento!

A corte superior de justiça, em que se trata a Justiça se pronunciou a favor dos funcionários da educação. Com isso, segundo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, saldos e demais vantagens da categoria são de ser calculados sobre o valor mínimo de R\$ 100,00, ou seja, um salário-mínimo! Mas o Governo ainda pode recorrer a outros tribunais (Superior Tribunal de Justiça), o que pode causar atrasos.

Com essa decisão, a Justiça reconhece a posição do Governo do Estado, que tenta não pagar aos funcionários um salário-limite inferior ao salário-mínimo.

Vamos aguardar o final do processo. A AFUSE informará todos os avanços dessa questão!

» Campanha de Filiação Premiada

A nossa Campanha de Filiação Premiada foi um verdadeiro sucesso! Conseguimos, em três meses, fazer cerca de 3.000 novos filiados!

A gratificação do prêmio de R\$ 250,00 foi a nossa amiga Ana Lúcia G. de Lima, de Sorocaba. O outro prêmio de R\$ 250,00 foi para a já nossa irmã Delys, que ficou a filiação Anel!

De breve disponibilizaremos a relação dos ganhadores do prêmio no mesmo volume, que, segundo a campanha, será a que fazer o melhor sistema de associação!

REPASSE E ESTRUTURAÇÃO

Você, associado, sabe que 25% da arrecadação da AFUSE, volta para as regiões?
 Sua região está organizada? Você sabe o telefone do Diretor de sua região? Não?
 Então veja a tabela abaixo. Ligue para ele e saiba todas as informações.

REGIÃO	NOME	FOFONE	ENDEREÇO	REGIÃO	NOME	FOFONE	ENDEREÇO
ALAGOAS	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	ALAGOAS	ALAGOAS	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	ALAGOAS
AMAPÁ	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	AMAPÁ	AMAPÁ	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	AMAPÁ
AMAZONAS	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	AMAZONAS	AMAZONAS	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	AMAZONAS
BAHIA	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	BAHIA	BAHIA	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	BAHIA
CEARÁ	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	CEARÁ	CEARÁ	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	CEARÁ
ESPÍRITO SANTO	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	ESPÍRITO SANTO	ESPÍRITO SANTO	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	ESPÍRITO SANTO
Goiás	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Goiás	Goiás	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Goiás
Maranhão	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Maranhão	Maranhão	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Maranhão
MATO GROSSO	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	MATO GROSSO	MATO GROSSO	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	MATO GROSSO
MATO GROSSO DO SUL	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	MATO GROSSO DO SUL	MATO GROSSO DO SUL	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	MATO GROSSO DO SUL
MINAS GERAIS	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	MINAS GERAIS	MINAS GERAIS	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	MINAS GERAIS
PARANÁ	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	PARANÁ	PARANÁ	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	PARANÁ
Pernambuco	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Pernambuco	Pernambuco	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Pernambuco
Piauí	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Piauí	Piauí	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Piauí
Rio de Janeiro	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Rio Grande do Norte
Roraima	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Roraima	Roraima	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Roraima
Sergipe	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Sergipe	Sergipe	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Sergipe
Santa Catarina	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Santa Catarina	Santa Catarina	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Santa Catarina
São Paulo	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	São Paulo	São Paulo	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	São Paulo
Tocantins	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Tocantins	Tocantins	ROBERTO DE SAUSSE	321-1100	Tocantins

REESTRUTURAÇÃO DA AFUSE NAS REGIÕES

A AFUSE vai começar a reestruturação de suas regiões.
 Os programas de Diretores, são encaminhados aos prefeitos até dia 20/02/95 para que seja implantado nos municípios abrangidos, assim como nos municípios que entram no Comitê Social de Estaduais, correspondentes a cada Centro de Desenvolvimento Grande São Paulo.
 Os telefones são: Aracaju, 401. Duara, Campinas, Itapetininga, Marília, São João

Orizânia, Osório, Presidente Epitácio, São João del-Rei, São Paulo, Sorocaba, Vale do Paraíba e Vale do Rio Preto.
 Com isso, espera-se que os municípios sejam da rede, procurando outros meios para sua estrutura administrativa para não ficar em situação vazia na região.
 O responsável por essa reestruturação é o Marcelo Chagas, atualmente presidente da AFUSE.

A AFUSE MUDOU DE TELEFONE
 A Sede Central informa que seu FAX mudou.
 O número passa a ser:
(011) 574-8288

Figura 149 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (p.7). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

nov 1995

Ponda a Boca no Trombone

VOCÊ VOTOU EM UM DESTES DEPUTADOS TRAIDORES?

*Se votou vai se arrepender, porque eles votaram contra estender o reajuste de 30%, concedido ao Magistério para os funcionários da educação!
Veja a tabela abaixo, ligue para ele e cobre. Ou você não vai fazer nada?*

NOME	PARTIDO	SALA	TELEFONE	NOME	PARTIDO	SALA	TELEFONE
ANTONIO C. MENDONÇA (TOMBO DA PARROQUIA)	PTB	2042	000-4000 / 000-4001	MAIRA CECILIA PASARELLI	PFL	3012	000-4004 / 000-4000
CARLOS MACHADO	PTB	3000	000-4000 / 000-4001	MAIRA DO CARMO PLUMI	PSDB	3009	000-4004 / 000-4000
CÁNDIDO GALVÃO	PSDB	3014	000-4000 / 000-4000	MARCIO ARAUJO	PPS	4023	000-4004 / 000-4000
CARLOS EDUARDO ABRANCIA MESSAS	PSD	4191	000-4707 / 000-4701	MAURO BRAGATO	PSDB	3º SUP.	000-4000 / 000-4004
CELAZ C. LEÃO EDELMUTH	PSDB	3000	000-4000 / 000-4004	MIGUEL MADDOG	PSDB	3007	000-4004 / 000-4007
CLÓVIS VOLPI	PSDB	1º SUP.	000-4017 / 000-4000	MILTON FLÁVIO H. LAUTENSCHLAGER	PSDB	4012	000-4000 / 000-4004
DOMINGAL BRAGA	PSDB	4022	000-4004 / 000-4000	MISABEL MARGATO	PSD	2014	000-4000 / 000-4007
DRACIANO BARRETO	PSDB	3000	000-4000 / 000-4000	NABI ABU CHEID	PSD	4177	000-4000 / 000-4000
EDMIR ABU CHEID	PFL	3100	000-4000 / 000-4000	PAULO ROBERTO	PSDB	3100	000-4001 / 000-4000
ERNA SAMPAYO FERNANDES MACEDO	PPS	3000	000-4007 / 000-4004	REYNALDO DE BARROS FILHO	PPS	4043	000-4000 / 000-4000
ERLANDO DA S	PPS	3013	000-4000 / 000-4000	RENATO FAUVEL ANGLERY	PSDB	3000	000-4000 / 000-4000
ESTELAM GALVÃO DE OLIVEIRA	PFL	2010	000-4070 / 000-4070	ROBERTO ENGLER	PSDB	3010	000-4000 / 000-4000
FERNANDO CUNHA	PSDB	4007	000-4700 / 000-4701	ROQUE BARBERI	PSD	3013	000-4000 / 000-4000
FRANCO MARCONETTO	PFL	2010	000-4000 / 000-4001	ROSEMARIA GOMES LOPES LIMA	PPS	2º SUP.	000-4007 / 000-4000
GERALDO ZUCCHER	PTB	2104	000-4000 / 000-4000	ROSEY CRIST	PSDB	2º SUP.	000-4000 / 000-4000
JOSE ALDO DENARDON	PPS	4010	000-4000 / 000-4004	ROSEY ESTANISLAU BERALDO	PSDB	4004	000-4700 / 000-4700
JOSE CARLOS VAZ DE LIMA	PSDB	4010	000-4700 / 000-4700	RYLVO BENTO MARTINI	PL	2010	000-4000 / 000-4004
JOSE CALDAS CRISPO	PFL	3127	000-4004 / 000-4007	TEREZINHA DA PAULINA	PFL	3011	000-4000 / 000-4007
JOSE GUILHERME DANETTO	PSDB	3000	000-4004 / 000-4000	VANDERLEI MACIS	PSDB	4000	000-4000 / 000-4007
JOSE ROSE	PFL	3000	000-4007 / 000-4000	WALDIR CARTOLA	PTB	4000	000-4700 / 000-4704
JOSÉLINO CARDOSO DA SILVA (JOLINO)	PSDB	4000	000-4700 / 000-4700	WALTER FELDMAN	PSDB	4010	000-4000 / 000-4000
NETO JUNKEIRA	PFL	2107	000-4007 / 000-4004	TOTAL			43 DEPUTADOS

CUT / CNTE

AFUSE

Órgão Informativo do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação
Rua Joaquim Távora, 319
Vila Mariana - São Paulo - SP CEP 04015-000



IMPRESSO

Figura 150 – Jornal da AFUSE, ano X, nº 2 de novembro de 1995 (Contra capa). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 151 – Cartaz da AFUSE/APEOESP para o dia dos professores de 1995.
Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

CUT / CNTE
AFUSE
 Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação
 Rua Joaquim Távora, 319 - V. Mariana - SP - Tel. 570-8838

*Boletim da Chapa 1
 chapa da categoria
 contra Collor e Fleury*

**FRAUDE NA ELEIÇÃO
 DA AFUSE**

Companheiros,
 Leia com a máxima atenção este boletim, pois o que está aqui lhe interessa, diz respeito a vida de seu Sindicato e consequentemente a luta por nossos salários.

Você se lembra ou receberá um boletim com o timbre da AFUSE, com um falso resultado da eleição do Sindicato. Não é um boletim da AFUSE, e sim um boletim da chapa 2.

O QUE ACONTECEU NA ELEIÇÃO

Nós da chapa 1, queremos aqui informar a verdade sobre o que de fato ocorreu nas eleições da AFUSE. Infelizmente, muitas irregularidades aconteceram nas eleições como por exemplo: 90% das listas não foram assinadas, além de urnas que foram encaminhadas a chapa 2 com chaves, tipo padrinho, que abriam todas as demais urnas, e etc. Frente a isso a Comissão Eleitoral, de comum acordo com ambas as chapas, elaborou critérios básicos para apuração dos votos, com o objetivo de garantir a transparência, a honestidade e a fidedignidade da eleição.

Sendo que o principal critério estabelecido que só deveriam ser apuradas urnas com ata e onde a diferença entre o número de votos anotados na ata e o número de votos constante no interior da urna não fosse superior a 7%.

Após apuração de 10% das urnas, constatou-se que a diferença entre os votos em várias urnas e o constante nas atas era bem superior a 7%, com muitos votos faltando.

Nós da chapa 1, de acordo com os critérios pré-estabelecidos queríamos a impugnação destas urnas.

A chapa 2, desrespeitando as normas que ela mesma havia assinado, queria apuração das muitas urnas irregulares.

Essa impasse levou a paralisação e adiamento da apuração por vários dias.

CHAPA 2 LEVA CAPANGAS AO SINDICATO E SE AUTO PROCLAMA VENCEDORA

No sábado 12/09, na retomada da apuração, a chapa 2, tendo convocado, muitos capangas ao sindicato, e com a condescendência de 2 membros da Comissão Eleitoral, resolveram apurar na maera, as urnas fraudulentas.

Para não legalizar a fraude e evitar o enfrentamento físico com os capangas, o que seria uma vergonha para a AFUSE, a chapa 1 em respeito a categoria se retirou.

A chapa 2, então, apurou sozinho as eleições, forjou o resultado e deu posse a si mesma, sendo que sequer a cópia das atas e das listas de presença a chapa 2, que continua ocupando com os capangas a sede da AFUSE se dispõe a dar. A chapa 2, faz isso porque acha que o sindicato deve ser do seu grupo, e, é para eles fonte de vantagens.

Já começou entre eles a briga para ver quem será afastado no sindicato. Eles também defendem a política de acordo "pelos costas dos funcionários", feita sempre pela atual diretoria da APEOESP.

A FRAUDE

O que na verdade aconteceu é que em muitas urnas existiam menos votos do que constava nas atas, **porque os votos da chapa 1 foram retirados da urna.**

A CHAPA 1 QUERIA A UNIDADE E CHAPA 2 APOSTOU NA DIVISÃO

A chapa 1 queria todos em uma única chapa desde o começo, porque acha que o sindicato é de todos funcionários.

A chapa 2, dividiu a categoria, e com isto enfraqueceu a entidade frente ao Governo, porque acha que só quem mexa a cartilha deles deve estar no sindicato.

QUEREMOS NOVAS ELEIÇÕES LIMPAS

A chapa 1, não reconhece qualquer diretoria auto-proclamada, resultante de uma fraude. Enviamos carta a CUT, queremos a realização de novas eleições limpas. Chamamos a chapa 2 a mudar sua posição e lutar pela unidade para não destruir a AFUSE.

Apelamos a você companheiro(a) que está lendo este boletim, para impedir a fraude e a divisão do nosso sindicato, que construímos com muito sacrifício e luta

**CHAPA 1 CONVOCA
 PLENÁRIA DA CATEGORIA
 Dia 25 de setembro, às 13 horas
 Local: Sede da AFUSE
 Rua Joaquim Távora, 319 - V. Mariana
 Discussão do processo eleitoral
 e campanha salarial**

Figura 152 – Boletim da chapa 1 nas eleições da AFUSE do período do governo Fleury, com denúncias sobre fraude nas eleições. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

CAMPANHA SALARIAL

FOI CORRETO ENTRAR EM GREVE

Foi correto entrar em greve dia 24/8 porque era possível arrancar do governo nossas reivindicações; os funcionários vivem uma situação de miséria com um arrocho salarial jamais visto e indignado por ter que prestar um novo concurso para entrar no Q.A.E., o governo dividindo a categoria dentro das escolas e nas D.Es. e D.R.Es., os funcionários receberam 5 vezes meses que o Banaser. Essa situação levou a categoria à greve num momento propício ajudado pela situação política do país, com grandes mobilizações levando milhares de pessoas às ruas contra o governo Collor. Tanto era acertado entrar em greve que uma semana depois os professores entraram em greve, isto só fortaleceu nossa greve. Independente de coincidir com as eleições da Afuse foi correto, pois para nós da chapa 1, o mais importante era a greve da categoria. Por isso, nós da chapa 1, defendemos a greve, mesmo sabendo que ficaria debilitado o trabalho nas eleições com diminuição de número de votantes e organização da eleições. Mas nós não poderíamos deixar passar este momento.

FOI ERRADO RECUAR A GREVE 11/09

A chapa 2 defendeu o recuo da greve com uma assembleia pequena diferente das anteriores, que não contou com as regiões em greve que são a maioria do interior que não estiveram presentes por falta de dinheiro para alugar ônibus, devido a situação de miséria, mesmo o pessoal da capital não tinha dinheiro para pagar sequer uma passagem de ônibus para chegar à assembleia, e muitas pessoas que vieram não conseguiram chegar ao local, pois estava acontecendo no local divulgado, a Pça. da Sé, um ato da Força Sindical. Foi errado porque neste momento havia uma greve de professores, crescendo em todo o estado, e nossa greve aliada às mobilizações pelo Fora Collor e a greve dos professores juntamente com as manifestações de outras categorias como Saúde e Bancários, poderíamos obter do governo negociações. A prova é que o governo chamou para negociar dia 16/9. Nessa negociação mesmo que conquistemos algo é menos do que poderíamos arrancar estando em greve. A greve é uma força da categoria para pressionar e arrancar mais do governo. Por isso, o que a chapa 2 fez foi uma traição; recuar uma greve às vésperas de uma negociação é o velho método de negociar sem lutar, pelas costas da categoria.

PORQUE A TRAIÇÃO?

A chapa 2 traiu a categoria, porque desde o início eram contra a greve, na assembleia que decretou a greve eles defenderam contra a greve, isto porque a chapa 2 só pensou nas eleições ao invés da luta da categoria. Fizeram isto descaradamente em regiões importantes e de referência para outras na greve. Os membros da chapa 2 foram os fura-greve. Em Presidente Prudente a representante de regional e membro da chapa 2 falou para os funcionários que primeiro deveriam esperar o resultado das eleições para depois discutir a greve. O mesmo aconteceu em Ribeirão Preto e S. José do Rio Preto. Em Guarulhos, região do candidato à presidência da Afuse, foi distribuído material da chapa 2 pela D.E., e não foi distribuído o material da greve, o dire. da reg. de Guarulhos que está afastado do Estado por ser candidato a vereança, é também funcionário do Banaser, furo a greve porque trabalhou pelo Banaser. Tudo isso porque o mais importante para Jorge Benê e sua turma era ganhar o sindicato a qualquer preço, pouco se importando com a luta da categoria.

A LUTA DEVE CONTINUAR

Nós da chapa 1, que sempre estivemos ao lado e lutando pela categoria, achamos que é possível obter conquistas para a categoria, apesar da traição da chapa 2. Para isso é necessário que todos os funcionários participem da assembleia do dia 25/09. Todos devem convocar os funcionários para estarem na assembleia da categoria, para juntos decidirmos sobre os rumos do nosso movimento. Só com mobilização e organização podemos obter vitórias.

**MANIFESTAÇÃO E ASSEMBLÉIA
DIA 25 DE SETEMBRO AS 15:00 H
LOCAL: PÇA. DA REPÚBLICA**

Figura 153 – Verso do boletim da chapa 1 nas eleições da AFUSE do período do governo Fleury, com denúncias sobre fraude nas eleições. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

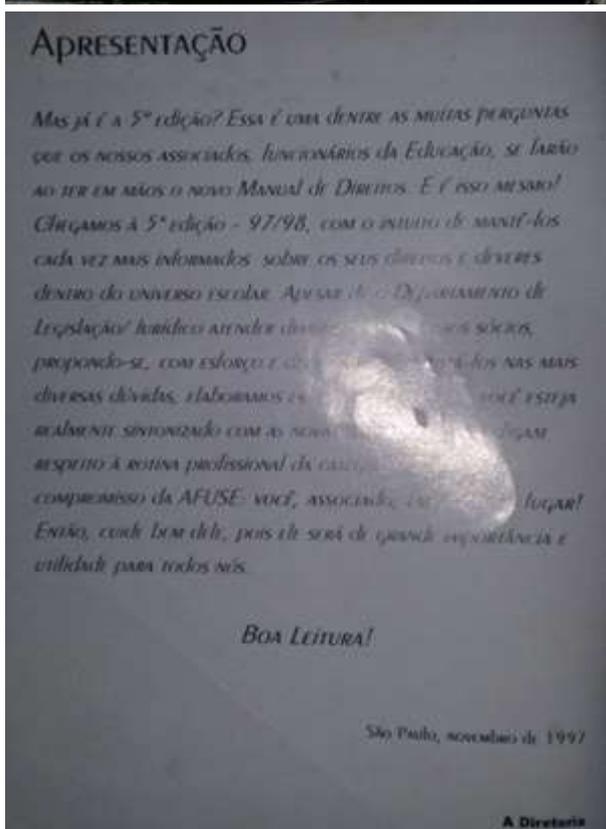
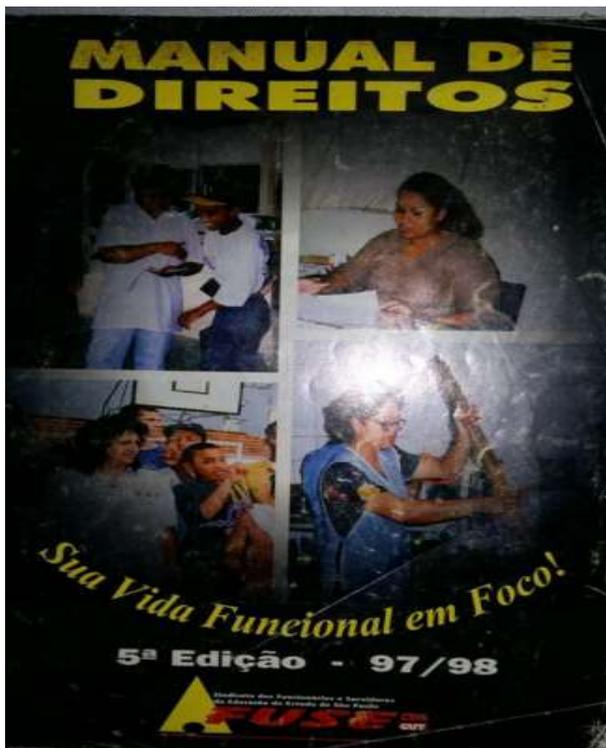


Figura 154 – Manual de direitos dos associados da AFUSE, 1997 (capa e contra capa). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

CHEGOU A HORA DA UNIFICAÇÃO

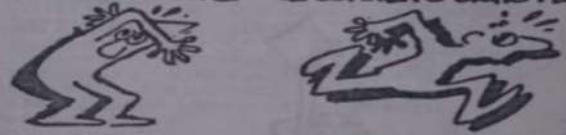
Depois de mais de um ano de debates, acontece, em Piracicaba, de 11 a 15 de setembro, o Congresso de Unificação dos Trabalhadores em Educação, que reunirá em uma só entidade os professores e os funcionários da Educação do Estado de São Paulo.

Você, funcionário ou professor, que não participou das discussões sobre a unificação, ainda está na hora de o fazer. Unindo as nossas forças neste primeiro passo para a construção do Sindicato Único e esquecendo as tendências exclusivistas e equivocadas que não colocam no centro do debate político-sindical as tarefas de cada um de nós, acreditamos que só sairemos ganhando.

O objetivo é alcançar a unidade orgânica de todos os trabalhadores em Educação do Estado, através da conscientização e da organização das bases. E lutar para que o novo Sindicato seja classista, combativo, democrático e politizado, para que possamos enfrentar a atual conjuntura que nos é imposta.

E temos certeza de que, pela importância das discussões e pela representatividade deste Congresso, avancaremos mais este passo pela construção da unidade da classe trabalhadora.

SE FICAR O BICHO COME SE CORRER O BICHO PEGA



...SE UNIR O BICHO FOGE !!



CNTE ORGANIZA
A JORNADA CONTINENTAL
EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Vários países do Continente Americano, entre eles Brasil, Argentina, Chile, República Dominicana, Paraguai, Uruguai, Costa Rica, El Salvador, Peru, México, realizarão conjuntamente, entre os dias 14 e 21 de outubro, a Jornada Continental em Defesa da Escola Pública. Cada país deverá organizar as suas atividades para esta semana, mas no dia 17 de outubro, onde houver condições, uma paralisação deve ser realizada.

No Brasil, a CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - organizará uma série de eventos, culminando com uma atividade em Brasília no dia 17. Aguarde a divulgação do calendário.

Figura 155 – Informativo nº 1 da AFUSE sobre assembléia dos trabalhadores em educação do período do governo Quéricia (p.2). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.

ESCOLA PÚBLICA PEDE SERIEDADE

A situação do ensino público no país está um caos. Segundo dados do Banco Mundial, só em relação ao 2o. grau, o Brasil tem um dos menores números de matriculados - 37% - ficando atrás do Chile e do México. Se permanecerem desta forma, em 2015 estaremos com menos de 50% da população com o curso secundário completo, o que compromete qualquer projeto de desenvolvimento, proposto por qualquer governo.

E todo isto tem apenas um responsável - o governo, que gerencia a distribuição de verbas para Educação, atualmente 3,5% do PIB. Aqui em São Paulo, podemos dizer que praticamente não há investimento na Escola Pública. Mesmo o governo estadual afirmando que construiu 6 mil novas escolas, estatísticas informam que este número cobre apenas 1% da necessidade do Estado.

Na verdade, a qualidade de ensino da escola pública paulista caiu nos últimos 30 anos. De cada 100 alunos, apenas 42 completam o secundário. Só neste semestre, no retorno às aulas, faltavam 10 mil professores segundo a Apeoesp. Um outro levantamento da Apeoesp comprova que em 88% das escolas faltam funcionários. A Secretaria da Educação procura minimizar estes números, mas vivemos na pele esta defasagem.

Enquanto isto, Quéricia desvia descaradamente verba pública para propaganda própria. Só em agosto ele liberou Cr\$ 1,1 bilhão para divulgar as "obras" de seu governo. E quando chega a hora de reajustar o nosso salário, sobram miseráveis 12% para o funcionalismo.

E hora de mudar esta realidade. Chega de escolas degradadas, de instalações abandonadas e de falta de funcionários e professores. É preciso exigir do governo mais respeito e mais seriedade para com a Educação Pública.

A NOSSA SITUAÇÃO NA L.D.B.

Até o final do ano a nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases - já deve estar pronta. E nós não a estamos esperando de braços cruzados. Através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, já apresentamos emendas que contemplem o pessoal não docente das escolas públicas ao projeto do deputado Jorge Haje.

Entre estas emendas, uma das mais importantes é aquela que estabelece um Plano de Carreira para os funcionários. Estamos reivindicando que a nova LDB crie a necessidade de concursos internos para a mudança de cargo ou a progressão na carreira e considere a experiência e o nível de escolaridade como fatores para o acesso.

Outra emenda é aquela que estabelece que o Sistema Nacional de Educação deve investir na formação profissional de seus funcionários e definir claramente as funções de cada um. Haverá a necessidade de uma reformulação total das funções, mas a vantagem é que estabeleceremos as diferenças entre os diversos ramos da atividade, como Saúde, Educação, Agricultura, etc.

Finalmente, a partir destas reformulações, poderemos nos aprofundar sobre um Plano de Carreira dos trabalhadores em Educação de todo país, que tenha como eixo central o Piso Salarial Profissional de um salário mínimo do Diecec por 30 horas semanais.



Figura 156 – Informativo nº 1 da AFUSE sobre assembléia dos trabalhadores em educação do período do governo Quéricia (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

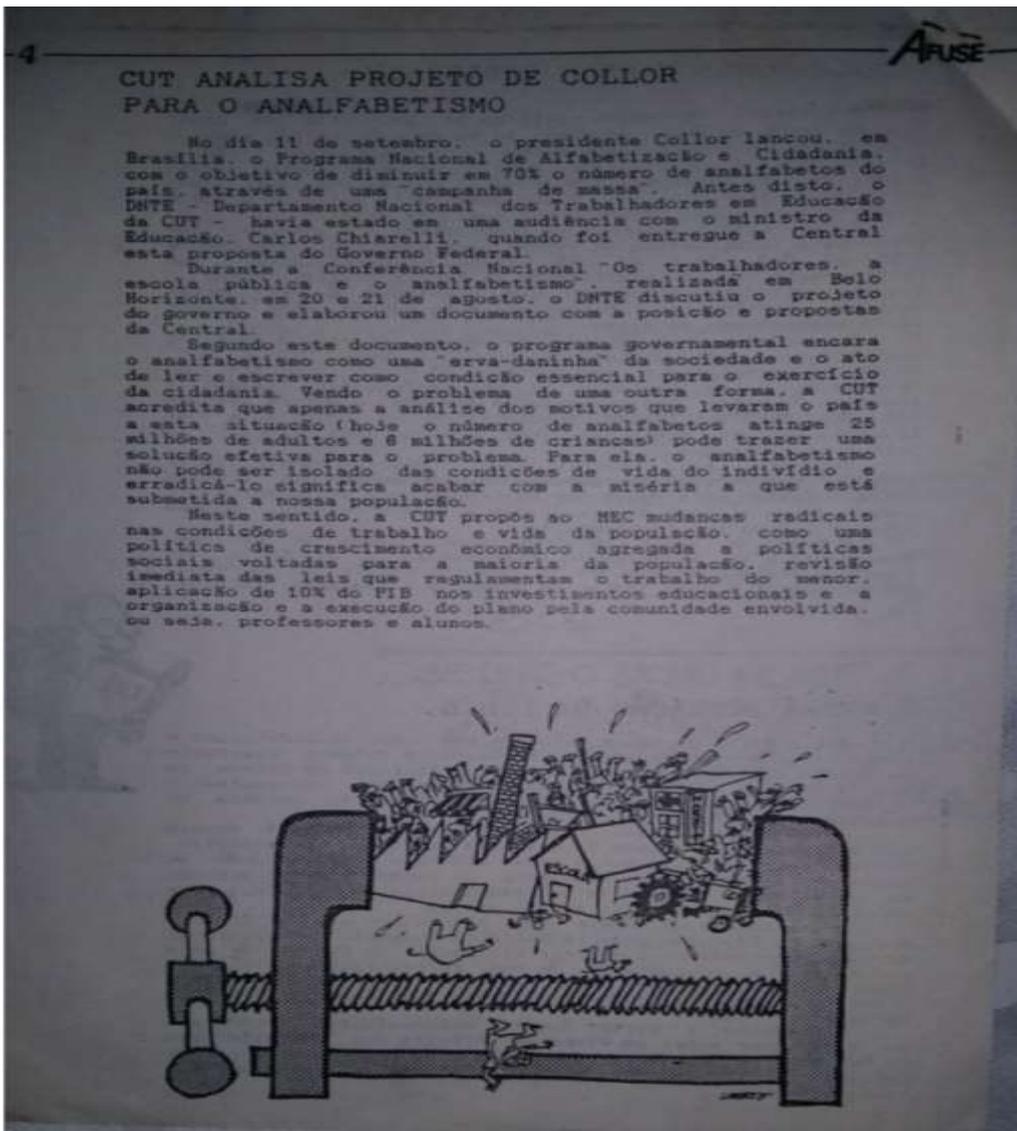


Figura 157 – Informativo nº 1 da AFUSE sobre assembléia dos trabalhadores em educação do período do governo Quécia (p.4). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

UNIFICACAO

Vamos construir a base do Sindicato

A partir do Congresso de Piracicaba - funcionários e professores devem enfrentar o desafio de construir nas bases o Sindicato da Educação.

Somar as novas forças para os enfrentamentos imediatos e futuros. É condição necessária para mobilizar funcionários e professores, chamá-los para a participação ativa nas instâncias do Sindicato da Educação.

Cada sub-sede da APROESP e da AFUSE, assim como os Conselheiros e Representantes de Escolas, estarão a partir da atuação unitária, consolidando as instâncias de representação do Sindicato da Educação.

Todos nos concordamos que a informação é instrumento de mobilização e que para informar devemos:

- unificar as estruturas das sub-sedes, definindo formas de funcionamento;
- unificar as comissões de trabalho existentes;
- elaborar pautas conjuntas garantindo os informes e encaminhamentos específicos e quando necessário, garantindo um plano de luta unitário;
- visitar as escolas, com discussão com o conjunto dos trabalhadores em Educação;
- elaborar um Plano de Ação com a finalidade de discutir o Sindicato da Educação com a categoria, e também discutir o novo Sindicato com a comunidade escolar, pais e alunos;
- Finalmente, buscar dar representatividade ao Sindicato da Educação, junto ao movimento popular e as atividades sindicais e demais eventos, quando solicitada a representação dos trabalhadores em Educação.



Todos ao Encontro Estadual de RE

No dia 26 de outubro será realizado o Encontro Unificado de Representantes de Escola do Sindicato da Educação do Estado de São Paulo, o primeiro depois da criação da entidade. A participação dos REs da AFUSE neste encontro é fundamental para que a organização e estruturação do Sindicato se concretize. É também a oportunidade para que funcionários e professores que ainda não participaram das discussões sobre a construção do Sindicato, comecem a fazê-lo, contribuindo para a conscientização das bases. Se você é Representante de Escola, não deixe de comparecer. Iremos discutir, entre outros temas, Plano de Carreira Nacional para o pessoal não-docente.

Figura 158 – Informativo nº 2 da AFUSE sobre conjuntura da vida dos trabalhadores em educação do período do governo Quéricia (p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

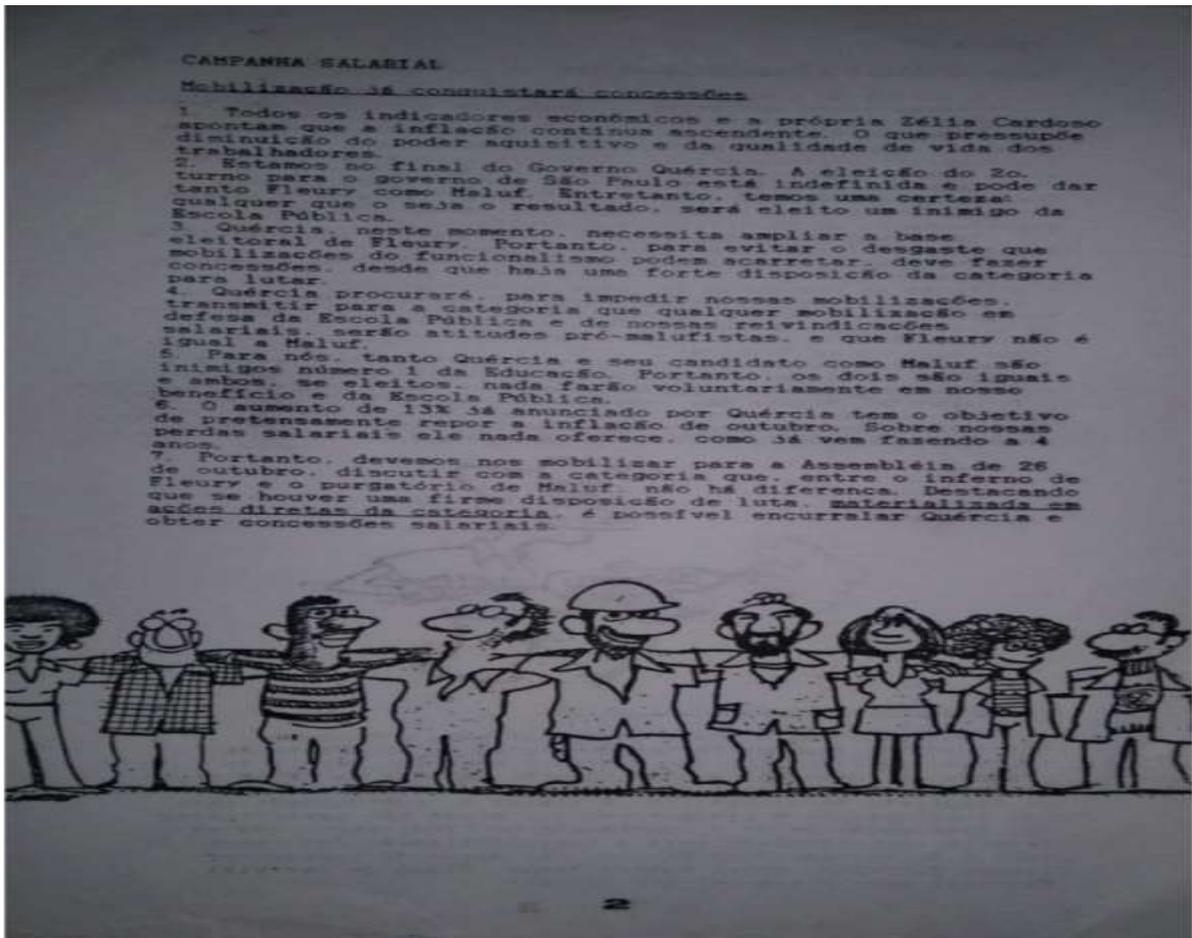


Figura 159 – Informativo nº 2 da AFUSE sobre conjuntura da vida dos trabalhadores em educação do período do governo Quéricia (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

SEMINÁRIO SOBRE A QUESTÃO DA MULHER

No dia 16 de novembro, 6ª feira, estaremos realizando o 1º Seminário sobre a Questão da Mulher. Esta iniciativa tem por objetivo ampliar e, ao mesmo tempo, aprofundar um pouco mais a discussão sobre o assunto.

A discriminação da mulher, que está presente no conjunto da sociedade, tem na escola um de seus pólos reprodutores. No geral pensamos a educação dos meninos e das meninas de maneira diferente, e nossas atitudes no processo educativo refletem esta concepção. Os livros didáticos estão repletos de textos e gravuras que reproduzem os preconceitos e uma visão machista da sociedade. A reflexão sobre este assunto, sem dúvida, terá que ser feita neste encontro.

Outra preocupação freqüentemente levantada diz respeito à questão da saúde da mulher. Sabemos da precariedade do sistema de saúde no Brasil. A assistência médico-hospitalar, no caso da mulher, se agrava ainda mais.

O número de mulheres que morrem em consequência da gravidez, parto e aborto é alarmante. O Brasil, por exemplo, é o campeão mundial de cesárias: 31% dos partos são realizados através de cesarianas freqüentemente desnecessárias, sendo que mais de 60% delas são para fazer ligadura de trompas. Ora, a possibilidade de morte nesse tipo de parto é duas vezes maior que em parto normal!

Estima-se em 4 milhões o número de abortos clandestinos no Brasil, o que significa 10 mil por dia, mais de 7 por minuto. Aproximadamente 10% deixam seqüelas, e entre 50 e 80 mil resultam em morte. Extremamente preocupante ainda é o fato de que quase a metade desses abortos é praticado por adolescentes, entre 15 e 19 anos.

A incidência de câncer de colo de útero e de mama é ainda grande. E que dizer dos problemas relativos à contracepção (controle da natalidade), que, no geral, é encarada como sendo de responsabilidade apenas da mulher?

Considerando que 86,6% do professorado no Brasil é do sexo feminino, e que também é significativo o número de funcionárias em nossas escolas, já é tempo de darmos a esta questão o destaque que ela deve ter.

Discriminação e Saúde da Mulher serão os assuntos abordados em nosso 1º Seminário. Esperamos continuar o debate no ano que vem.

SINDICATO DA EDUCAÇÃO



Figura 160 – Panfleto da AFUSE e da APEOESP sobre o 1º Seminário sobre a questão da mulher, s/d. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

XII Congresso Estadual Anual - APEOESP Ribeirão Preto - 1992		I Congresso do Sindicato da Educação	
09/06 - 3ª feira	09H00 Plenária de Abertura 10H00 Plenária - Encerramento 11H00 Apresentação das Teses Local: Casa de São Roque	10/06 - 4ª feira	09H00 Grupos de Trabalho Congressos Nacional e Internacional Público Educacional Local: Faculdade
12/06 - 6ª feira	09H00 Plenária Congressos Nacional e Internacional Público Educacional Local: Casa de São Roque	11/06 - 5ª feira	09H00 Plenária Congressos Nacional e Internacional Público Educacional Local: Casa de São Roque
13/06 - 6ª feira	09H00 Plenária de Abertura - Encerramento Local: Casa de São Roque 10H00 Grupos de Trabalho União Povo de Lutas Local: Faculdade	10/06 - 4ª feira	12H00 Almoço Local: Instituto Odis
10/06 - 4ª feira	12H00 Almoço Local: Instituto Odis	11/06 - 5ª feira	12H00 Almoço Local: Instituto Odis
09/06 - 3ª feira	12H00 Almoço Local: Instituto Odis	12/06 - 6ª feira	12H00 Almoço Local: Instituto Odis
18H00 Mesa de Interesse Local: UNESP	18H00 Grupos de Trabalho Público Sindical União Povo de Lutas Local: Faculdade	18H00 Plenária Público Sindical União Povo de Lutas Local: Casa de São Roque	18H00 Plenária União Povo de Lutas Local: Casa de São Roque
18H00 Jantar Local: Instituto Odis	18H00 Jantar Local: Instituto Odis	18H00 Jantar Local: Instituto Odis	18H00 Jantar Local: Instituto Odis
20H00 Conferência Nacional e Internacional - Apresentação do Movimento Sindical - Educação e Cultura Local: Casa de São Roque	20H00 Grupos de Trabalho Povo de Lutas Local: Faculdade	20H00 Plenária Povo de Lutas Local: Casa de São Roque	20H00 Assembleia Cultural Local: Casa de São Roque

Figura 161 – Programação do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

XII CONGRESSO ESTADUAL ANUAL DA APEOESP I CONGRESSO DO SINDICATO DA EDUCAÇÃO Programação: MESAS DE INTERESSE		
Tema: ESCOLA PADRÃO Número de inscrites: 410 Coordenador: Roberto L. Lobo Expositores: Inezete Piva - UCEMAD Ademar Alves Miranda - ANASE Inezete Piva - ANASE Jorge Farias - ANASE João Fábio - APEOESP Local: Casa do Bispado R. Camilo de Moraes, 627 - Jd. Paulista	Tema: AMPLIAÇÃO ESCOLAR Número de inscrites: 274 Coordenador: Jorges Bonachamp Expositores: Cláudio Pardo de Souza - ANESP Local: IFPECO D. Alberto José Gonçalves e Fábio Lisboa, 916 - Campos Elzeus	Tema: FORMAÇÃO/CAMPAIGNAÇÃO PROFISSIONAL Número de inscrites: 188 Coordenador: Mauro Lacerda Expositores: Mauro César Henri de Carvalho - ANASE Ivan Bezerra - UPEESP Fernando Gomes - UPEESP José Carlos Gomes - UPE Local: UPAEPE - Bloco B - Sala 21 Av. Cristóvão Colombo, 2201 - Ribeirão Preto
Tema: CEFAM/HEM Número de inscrites: 32 Coordenador: Inédito Delgado Expositores: João Pimenta - Associação S.E.E. Ely Maria - CEFAM Adis Jurgens - UPEESP Local: UPAEPE - Bloco B - Sala 22 Av. Cristóvão Colombo, 2201 - Ribeirão Preto	Tema: CÍRCULO BÁSICO/FORMADA ÚNICA Número de participantes: 192 Coordenador: Luiz Gouveia Expositor: Representante do CEFAM Local: UPAEPE - Bloco B - Sala 23 Av. Cristóvão Colombo, 2201 - Ribeirão Preto	Tema: VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE Número de participantes: 100 Coordenador: Luiz Carlos de Oliveira Expositores: Ivo Fabris - I.D.E. Sérgio Francisco Almeida - SNE - 2 Local: UPAEPE - Bloco B - Sala 24 Av. Cristóvão Colombo, 2201 - Ribeirão Preto
Tema: ESCOLAS TÉCNICAS Número de participantes: 410 Coordenador: Inezete Piva - UCEMAD Expositores: Nilson Byron - UPEAMP Maria Aparecida de Freitas Sae - Ciências e Tecnologia Local: UPAEPE - Bloco B - Sala 29 Av. Cristóvão Colombo, 2201 - Ribeirão Preto	Tema: CÍRCULO NOTURNO Número de participantes: 268 Coordenador: Inezete Piva Expositores: Celso Luiz de Carvalho - UPEESP Vitoria de Souza Macqueno - CEFAM de Carvalho Hospital Montenegro CEFAM D. Eduardo de Carvalho Márcio Machado - CEFAM Local: IFPECO D. Gonçalves R. Tiburcio, 584 - Centro	Tema: GENTE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS Coordenador: Ricardo Lacerda Expositor: Simeon Carlos Gomes - BAV Local: UPAEPE - Bloco B - Sala 30 Av. Cristóvão Colombo, 2201 - Ribeirão Preto

Figura 162 – Programação das mesas do 12º congresso estadual anual da APEOESP e do 1º congresso do sindicato da educação, realizado de 9 a 12/06/1992 em Ribeirão Preto - SP. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 163 – Jornal da AFUSE, ano IV, nº 8, junho 1989. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 164 – Jornal Notícias da AFUSE de março de 1990 (p.2). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.

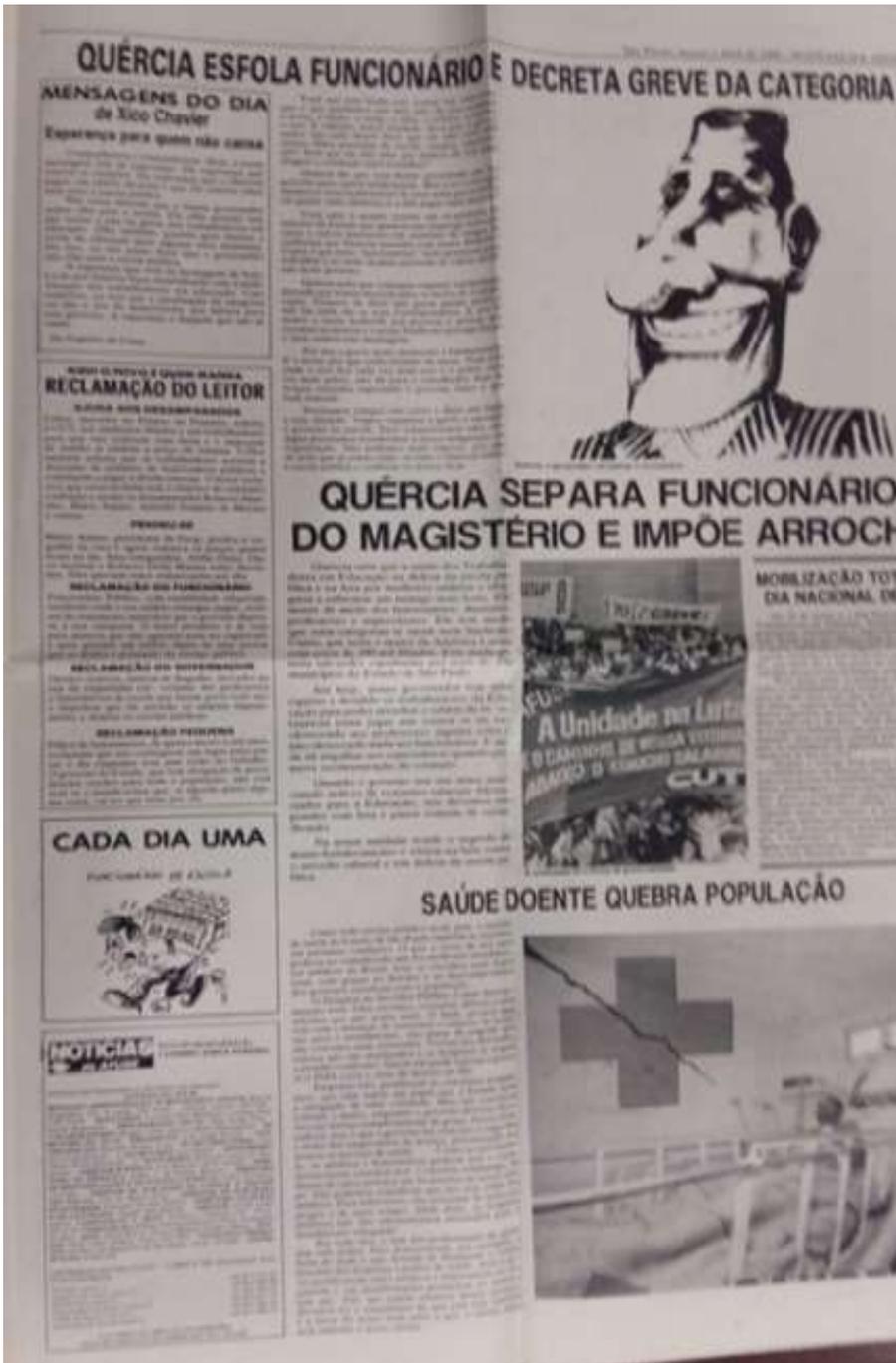


Figura 165 – Jornal Notícias da AFUSE de março de 1990 (p.3). **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 166 – Jornal Notícias da AFUSE de março de 1990 (p.4). Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 167 – Encarte dos Jornais “APEOESP em Notícias” e “Jornal da AFUSE”, nº 01 de outubro/novembro de 1990, sobre Congresso Unitário de Piracicaba em 1990. **Fonte:** Acervo do professor Carlos Bauer.



Figura 168 – Jornal Folha de São Paulo de 9 de junho de 1979. **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

CUT. CNTB

Jornal da AFUSE

Associação dos Educadores das Escolas e Escolas de Ensino de São Paulo - Ano XI - Nº 1, Agosto/96

DIA 30/08/96 - ELEIÇÕES DA AFUSE: Você Vai Votar!

Veja as Propostas das Duas Chapas nas Páginas Centrais desta Edição



Escolha o Caminho Correto Para o Seu Sindicato!!

Neste dia não teremos Dispensa de Ponto para quem for votar. O Governo nos retorna esse direito legal como fez com a APECOSP. Só uma Eleição Organizada para se contrapor a ditadura da Secretaria de Educação. Portanto, seja bem: sem a dispensa pode ser que o associado prefira votar na própria Escola ou Delegacia. Isso implica em dizer que teremos eleições válidas segundo os Estatutos de Trabalho e Finanças. No caso dos Voluntários, haverá um Roteiro por onde ela passará nas Regiões. Fique atento!

Qualquer dúvida ligue para a Comissão Eleitoral (Fone: (011) 574-8248) ou entre em contato com o Diretor Regional.

Novo Conselho de Representantes
No dia 30/08/96 também teremos as Eleições dos novos membros do Conselho de Representantes da AFUSE. Haverá Dispensa de Ponto de um funcionário por período (D.O.E. de dia 16/08/96). Indique-os e faça uma Reunião Regional antes das Eleições começarem.
NÃO FIQUE DE FORA!

TEM MAIS!!

- ✓ Fim de Gestão - Missão Cumprida!
- ✓ Dois Anos do Plano Real - Uma Análise Nova e Crua
- ✓ Veja o Balanço Financeiro da AFUSE
- ✓ Outras Informes da Categoria

Figura 169 – Jornal da AFUSE de agosto de 1996. **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

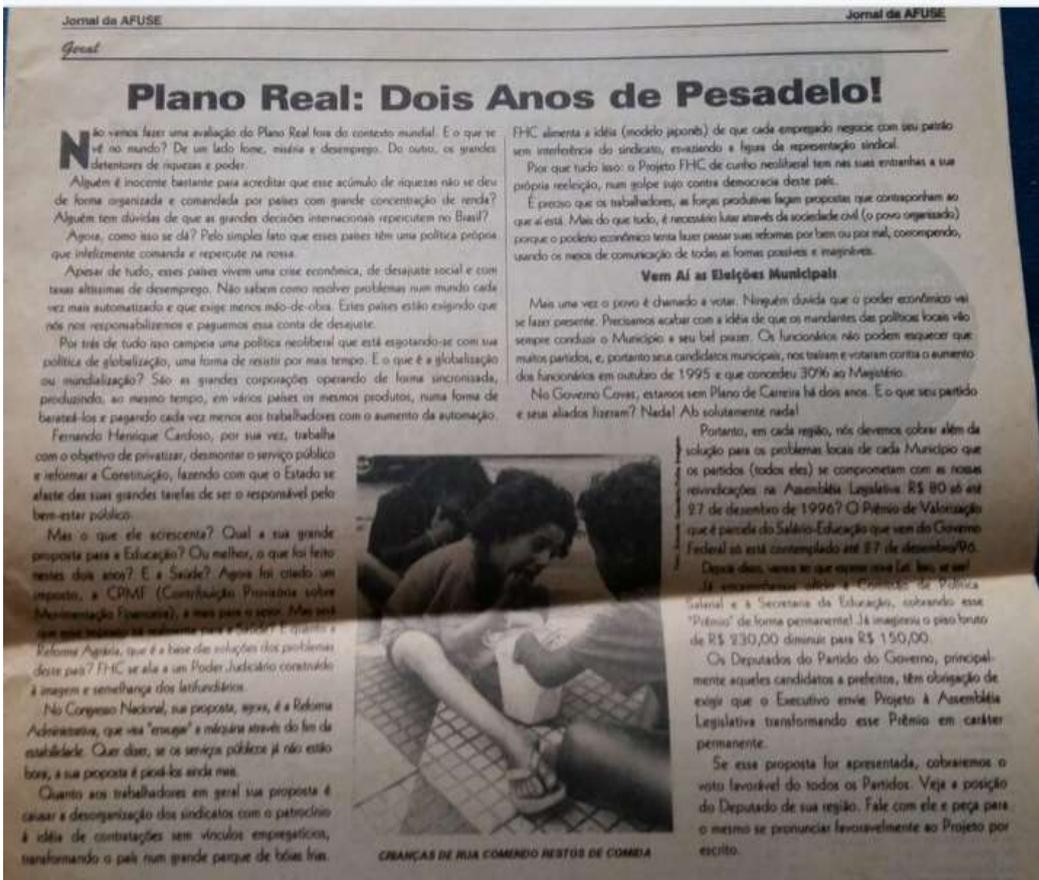


Figura 171 – Recorte do jornal da AFUSE de agosto de 1996. **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

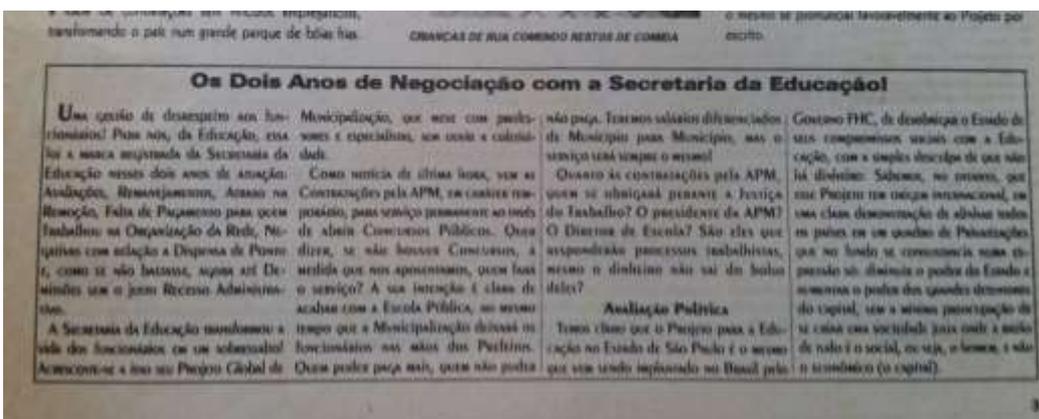


Figura 172 – Recorte do jornal da AFUSE de agosto de 1996. **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

AFUSE
Associação dos Funcionários e Educadores
de São Paulo do Estado de São Paulo

DECISÕES DO DO CR

São Paulo, 02 de março de 2002

Vem aí o 4º CONED

Nos dias 23, 24, 25 e 26 de abril será realizado o 4º CONED – Congresso Nacional de Educação, na cidade de São Paulo/SP, do qual participam sindicatos, ONGs, movimentos sociais, entre outros segmentos.

Dentre os vários assuntos relevantes na área da educação que lá serão discutidos, será de suma importância as argumentações diante dos nove vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação, amplamente discutido com a sociedade, dos quais dois estão diretamente ligados aos funcionários administrativos da educação.

Portanto, dada a importância deste evento a AFUSE participará com sua delegação, que obedecerá aos seguintes critérios:

1. Uma vaga por subseção, desde que o/a delegado/a seja membro efetivo do Conselho de Representantes.
2. A taxa de inscrição será no valor de R\$ 30,00.
3. A Sede Central custeará as despesas com a inscrição, alimentação e hospedagem dos delegados/as do interior.
Obs.: os gastos com locomoção do/a delegado/a de sua cidade até São Paulo será de responsabilidade da subseção.
4. Para os/as delegados/as da Capital e Grande São Paulo a Sede Central arcará com as despesas de inscrição (R\$ 30,00).
Obs.: as despesas com alimentação e transporte serão por conta da subseção.
5. As subseções que quiserem inscrever mais de um/a participante poderão fazê-lo, desde que todas as despesas sejam pagas pelo/a próprio/a participante (sem limite).
6. **LEMBRAMOS QUE A REALIZAÇÃO DO 4º CONED COMPREENDE QUATRO DIAS ÚTEIS (DE TERÇA A SEXTA-FEIRA) E NÃO TEREMOS DISPENSA DE PONTO.**
7. A Direção Estadual não será computada no número de delegados/as das subseções.
8. O prazo final para inscrição será até 21/03/2002, na Sede Central, ou no próprio dia 21 durante o reunião do Conselho de Representantes.

ATENÇÃO – Os/as participantes ao 4º CONED poderão efetuar suas inscrições direto com a organização do Congresso. No entanto, lembramos que o valor da inscrição que for feita individualmente passará de R\$ 30,00 para R\$ 100,00.

Figura 173 – Panfleto da AFUSE sobre sua participação no 4º CONED – congresso Nacional de Educação em São Paulo, publicado em 2 de março de 2002 (p. 1). **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.



AFUSE estará presente ao VII Encontro Estadual Anti-Racismo da CUT

No mês de abril, mais precisamente nos dias 05, 06 e 07, a CUT realizará o VII Encontro Estadual Anti-Racismo, no ABC Paulista/SP.

Para a AFUSE, esta atividade, além do caráter organizativo, é de extrema importância para nossa militância e servirá como subsídios em todas as discussões que serão apontadas pelo Coletivo Anti-Racismo da AFUSE.

Concomitantemente a este fato, é preciso ressaltar nosso histórico de participação em todas as atividades ligadas aos Direitos Humanos, Racismo e outras formas de intolerância, já atuamos em diversas instâncias que debatem este tema, seja junto ao organismo sindical ou outras organizações.

Leia os critérios abaixo de participação:

1. Uma vaga por subsele, desde que o/a delegado/a seja membro efetivo do Conselho de Representantes.
2. A Sede Central custeará as despesas com a inscrição, alimentação e hospedagem dos delegados/as do interior.
Obs.: os gastos com locomoção do/a delegado/a de sua cidade até São Paulo será de responsabilidade da subsele.
3. Para os/as delegados/as da Capital e Grande São Paulo a Sede Central arcará com as despesas de inscrição.
Obs.: as despesas com alimentação e transporte serão por conta da subsele.
4. As subseles que quiserem inscrever mais de um/a participante poderão fazê-lo, desde que todas as despesas sejam pagas pelo/a próprio/a participante (sem limite).
5. **LEMBRAMOS QUE A REALIZAÇÃO DO VII ENCONTRO ESTADUAL ANTI-RACISMO DA CUT COMPREENDE UM DIA ÚTIL (SEXTA-FEIRA), E NÃO TEREMOS DISPENSA DE PONTO.**
6. A Direção Estadual não será computada no número de delegados/as das subseles.
7. **O prazo final para inscrição será até 21/03/2002, na Sede Central, ou no próprio dia 21 durante a reunião do Conselho de Representantes.**

Figura 174 – Panfleto da AFUSE sobre sua participação no 4º CONED – congresso Nacional de Educação em São Paulo, publicado em 2 de março de 2002 (p. 2). **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

POR UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA!

Basta!



**Queremos
PAZ E
JUSTIÇA.**

A AFUSE externa seu repúdio diante dos recentes acontecimentos que brutalmente ceifaram as vidas de Toninho e de Celso Daniel. Consideramos que a escalada de violência contra militantes dos movimentos sociais, sindicais, partidários e de oposição não é gratuita. Ela decorre da barbárie social que se alastra por todo o território nacional, sem que as autoridades governamentais tomem alguma providência contundente e eficaz.

É revoltante ver a incompetência e a demora no pleno esclarecimento do crime contra Toninho e a ausência de efetiva punição dos culpados - em especial dos mandantes.

Em momento algum na recente história da sociedade brasileira a violência foi objeto de tamanha preocupação como é hoje. Fatos recentemente ocorridos, como a brutal escalada na onda de seqüestros, assassinatos, assaltos, entre outras formas de afronta ao estado de direito, ultrapassaram a barreira do absurdo, resultando nas mortes dos prefeitos de Campinas (Toninho do PT) e Santo André (Celso Daniel), ambos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores.

Diante desta realidade, a discussão em torno desta matéria requer reflexões que não esgotam pura e simplesmente no combate ostensivo e feito pelas polícias civil e militar, mas que apontam o abandono do governo para com as questões sociais neste país.

O modelo de Estado que derivou do Consenso de Washington e da ideologia neoliberal excluiu preocupações e funções relacionadas ao bem-estar, ao combate à pobreza e à exclusão social. Este modelo preocupou-se apenas em enfatizar a primazia do mercado, o ajuste fiscal, o controle da inflação e a desregulamentação econômica e comercial, na

suposição de que isto proporcionaria eficiência, competitividade e desenvolvimento, esquecendo-se da função primordial do Estado: a garantia e indução do bem-estar e da equidade, por meio da execução de políticas públicas.

Há evidências empíricas e técnicas suficientes para afirmar que a pobreza, a desigualdade de rendas, a desigualdade no acesso a terra e à propriedade, a precariedade e a não universalização da educação, saúde e habitação são as causas, na maioria dos casos, da crescente violência no Brasil, sobretudo nos grandes centros, como é o caso da cidade de São Paulo. Com base nestas argumentações, é imperativo que sejam articuladas ações que combinem políticas sociais com a segurança pública.

Prover a segurança pública como um direito dos cidadãos trata-se de uma função essencial do Estado que não vem sendo cumprida. Todos os Estados da federação vivem uma profunda crise em suas políticas de segurança. Polícias despreparadas, desapealhadas em estruturas científicas e de inteligência, desarticuladas entre si e com outros órgãos

Figura 175 – Panfleto da AFUSE sobre sua participação no 4º CONED – congresso Nacional de Educação em São Paulo, publicado em 2 de março de 2002 (p.3). **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.



Figura 176 – Panfleto da AFUSE sobre sua participação no 4º CONED – congresso Nacional de Educação em São Paulo, publicado em 2 de março de 2002 (p. 4). **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.

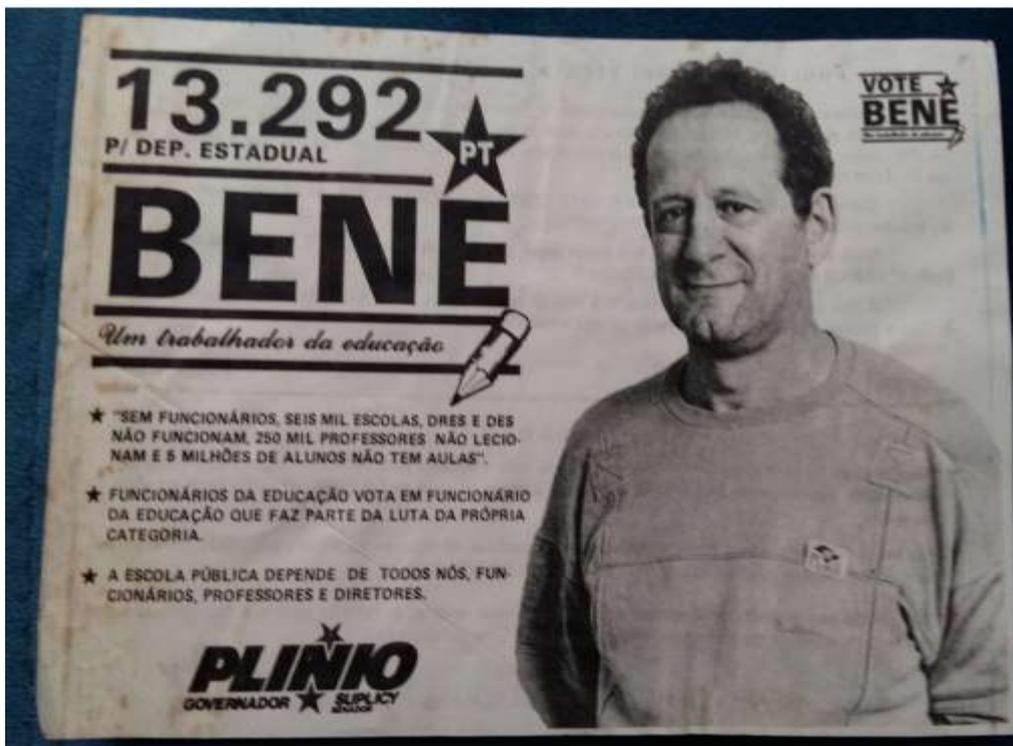


Figura 177 – Panfleto da campanha eleitoral do Benê. **Fonte:** Acervo Benedito Ramos Testa.



Figura 178 - Revista da Articulação Sindical de 1993. **Fonte:** Benedito Ramos Testa.